RELATÓRIOS CGD

RELATÓRIO E CONTAS 2013

www.cgd.pt

Caixa Geral de Depósitos

Caixa Geral de Depósitos, S.A. • Sede Social: Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa • Capital Social EUR 5.900.000.000 • CRCL e Contribuinte sob o n.º 500 960 046

[PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO]

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 7

1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA 7
1.2. ASPETOS MAIS RELEVANTES 9
1.3. APRESENTAÇÃO DO GRUPO 12
1.3.1. Estrutura acionista 12
1.3.2. Marcos históricos 12
1.3.3. Dimensão e *ranking* do Grupo 15
1.3.4. Estrutura do Grupo CGD - Desenvolvimentos Recentes 16
1.3.5. Rede de distribuição 19
1.3.6. A marca Caixa 21
1.3.7. Capital humano 31
1.3.8. Investimento no Futuro 36
1.4. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO 39
1.4.1. Evolução global 39
1.4.2. Economia portuguesa 42
1.4.2.1. Evolução global 42
1.4.2.2. Agregados de depósitos e crédito 43
1.4.2.3. Taxas de juro 44
1.4.2.4. Evolução cambial 46
1.4.2.5. Mercado de capitais 47
1.5. ESTRATÉGIA E SEGMENTOS DE ATIVIDADE 50
1.5.1. Objetivos estratégicos 50
1.5.2. Segmentos de atividade 53
1.5.2.1. Banca comercial 53
1.5.2.2. Crédito especializado 77
1.5.2.3. Atividade internacional 79
1.5.2.4. Banca de investimento 89
1.5.2.5. Gestão de ativos 94
1.5.2.6. Atividade seguradora e da saúde 97
1.6. RESULTADOS, BALANÇO, LIQUIDEZ E SOLVÊNCIA 103
1.6.1. Atividade consolidada 103
1.6.1.1. Resultados 103
1.6.1.2. Balanço 108
1.6.1.3. Liquidez 112
1.6.1.4. Solvência 114
1.6.1.5. Fundo de pensões e plano médico do pessoal da CGD 116
1.6.2. Atividade individual 117
1.6.2.1. Resultados 117
1.6.2.2. Evolução do balanço 119
1.6.2.3. Gestão de capital 120
1.7. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS EM 2014 121
1.8. *RATING* DO GRUPO 124
1.9. GESTÃO DOS RISCOS 125
1.9.1. Risco de crédito 126
1.9.2. Risco de mercado 134
1.9.3. Risco de taxa de juro do balanço 136
1.9.4. Risco de liquidez 137

1.9.5. Risco operacional ... 140
1.10. EVENTOS SUBSEQUENTES ... 143
1.11. NOTAS FINAIS ... 144
1.12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS ... 145
1.13. DECLARAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA ... 146
1.13.1. Conselho de Administração ... 146
1.13.2. Posição obrigacionista dos membros do Conselho de Administração ... 147
1.13.3. Indicação sobre acionistas da CGD ... 147
1.14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS ... 149
Balanços individuais ... 149
Demonstrações dos resultados individuais ... 150
Demonstrações individuais do rendimento integral ... 151
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais ... 152
Demonstrações das alterações nos capitais próprios individuais ... 153
Balanços consolidados ... 154
Demonstrações dos resultados consolidados ... 155
Demonstrações consolidadas do rendimento integral ... 156
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados ... 157
Demonstrações das alterações nos capitais próprios consolidados ... 158

2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS ... 159

2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS ... 159
1. Nota introdutória ... 159
2. Políticas contabilísticas ... 160
3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais ... 189
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito ... 190
5. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados ... 191
6. Ativos financeiros disponíveis para venda ... 192
7. Ativos financeiros com acordo de recompra ... 199
8. Aplicações em instituições de crédito ... 200
9. Crédito a clientes ... 202
12. Outros ativos tangíveis ... 212
13. Ativos intangíveis ... 213
14. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ... 214
15. Imposto sobre o rendimento ... 219
16. Outros ativos ... 224
17. Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito ... 229
18. Recursos de clientes e outros empréstimos ... 231
19. Responsabilidades representadas por títulos ... 232
20. Passivos financeiros associados a ativos transferidos ... 238
21. Provisões e imparidade ... 241
22. Outros passivos subordinados ... 243
23. Outros passivos ... 248
24. Capital ... 250
25. Reservas, resultados transitados e resultado do Exercício. ... 251
26. Juros e rendimentos e juros e encargos similares ... 253
27. Rendimentos de instrumentos de capital ... 255
28. Rendimentos e encargos com serviços e comissões ... 256
29. Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e resultados de reavaliação cambial ... 257
30. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda ... 259

31. Resultados de alienação de outros ativos 260
32. Outros resultados de exploração 261
33. Custos com pessoal e número médio de empregados 262
34. Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados 263
35. Gastos gerais administrativos 272
36. Passivos contingentes e compromissos 274
37. Relato por segmentos 277
38. Entidades relacionadas 280
39. prestação de serviço de mediação de seguros 282
40. Divulgações relativas a instrumentos financeiros 283
41. Gestão de capital 313

2.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 319

1. Nota introdutória 319
2. Políticas contabilísticas 320
3. Empresas do grupo e transações ocorridas no período 362
4. Caixa e disponibilidades em bancos centrais 368
5. Disponibilidades em outras instituições de crédito 369
6. Aplicações em instituições de crédito 370
7. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao justo valor através de resultados 372
8. Ativos financeiros disponíveis para venda 374
9. Ativos financeiros com acordo de recompra 382
10. Produtos “unit-linked” 383
11. Derivados 384
12. Investimentos a deter até à maturidade 390
13. Crédito a clientes 393
14. Ativos e passivos não correntes detidos para venda 397
15. Propriedades de investimento 407
16. Outros ativos tangíveis 411
17. Ativos intangíveis 412
18. Investimentos em associadas e Empreendimentos Conjuntos 418
19. Imposto sobre o rendimento 420
20. Provisões técnicas de resseguro cedido 425
21. Outros ativos 427
22. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais 430
23. Recursos de clientes e outros empréstimos 432
24. Responsabilidades representadas por títulos 433
26. Provisões técnicas de contratos de seguros 443
28. Outros passivos 459
29. Capital 461
30. Reservas, resultados transitados e Resultado Atribuivel ao Acionista da CGD 462
31. Interesses minoritários 466
32. Juros e rendimentos e juros e encargos similares 468
33. Rendimentos de instrumentos de capital 470
34. Rendimentos e encargos com serviços e comissões 471
35. Resultados em operações financeiras 472
36. Outros resultados de exploração 474
38. Pensões de reforma e outros benefícios de longo prazo 477
39. Outros gastos administrativos 488
40. Imparidade em ativos 491
41. Relato por segmentos 492
42. Entidades relacionadas 496
43. Divulgações relativas a instrumentos financeiros 497
44. Gestão de capital 528

2.3. RELATÓRIOS EBA 533
2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS 540
2.4.1. Relatório de auditoria – contas individuais 540
2.4.2. Certificação legal das contas individuais 543
2.4.3. Relatório de auditoria – contas consolidadas 545
2.4.4. Certificação legal das contas consolidadas 548
2.4.5. Relatório e parecer da comissão de auditoria 551

3. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 559

I - MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS 559
II - ESTRUTURA DE CAPITAL 562
III - PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS 563
IV - ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES 568
A. Assembleia geral 569
B. Conselho de Administração 570
C. órgãos de fiscalização 574
D. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas 576
E. Auditor Externo 579
V - ORGANIZAÇÃO INTERNA 600
A - Controlo interno e gestão de riscos 600
B - Regulamentos e Códigos 609
C - Representante para as relações com o Mercado e Sitio da Internet 615
VI - REMUNERAÇÕES 617
VII - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS 623
VIII - ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL 625
IX - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 644
ANEXO I 648
Apêndice 1 655
Apêndice 2 662

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. 663

1. Relatório do Conselho de Administração

1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Ao longo do ano de 2013 o Grupo Caixa Geral de Depósitos enfrentou novos desafios para os quais procurou as melhores respostas adaptando-se de forma atempada e flexível a um novo paradigma social e económico-financeiro do País, cujos sinais de transformação foram gradualmente assumindo maior nitidez.

Renovação e preservação serão porventura dois dos substantivos que melhor caracterizam a atitude da CGD no presente contexto de profunda alteração no comportamento dos agentes económicos e no funcionamento da economia.

A gestão da atividade da CGD, em todos os seus segmentos, e o modelo de negócio, abordados de forma crescente numa ótica corporativa, têm vindo a ser objeto de um visível processo de renovação por forma a assegurar o integral cumprimento das metas, também renovadas, que se propõe atingir.

O percurso seguido para assegurar tal cumprimento insere-se naturalmente num enquadramento de grande rigor preservando aqueles que sempre foram os melhores valores e os princípios orientadores da CGD, os quais se encontram cada vez mais presentes na conjuntura recente de dificuldades que a economia e os Portugueses têm vindo a atravessar.

A Caixa continua assim a assumir-se como o Banco de todos os Portugueses, famílias e empresas, oferecendo pró ativamente soluções para as atuais necessidades e objetivos atuais, os quais refletem a notável capacidade de adaptação dos agentes económicos a um enquadramento económico que nos últimos anos se tem pautado por elevados níveis de dificuldade e exigência.

É, assim, num contexto de revitalização económica e social que a Caixa se continua a transformar, recriando-se ela própria e posicionando-se como o Banco que está a ajudar a economia (e os portugueses) a dar a volta.

A promoção da poupança e o apoio às famílias, o financiamento dos setores produtivos de maior contributo para a recuperação sustentada da economia, a dinamização do negócio internacional, sempre enquadrados num sistema de rigoroso controlo de risco e de aumento da eficiência, mantiveram-se no ano de 2013 como vetores estratégicos fundamentais, crucialidade que se mantem no ano em curso e, seguramente, nos anos vindouros.

A CGD manteve assim a sua clara e tradicional dominância na captação de recursos reforçando, em paralelo e pelo quinto ano consecutivo, a sua quota de mercado de crédito às empresas. Procurando ser o primeiro banco das melhores empresas portuguesas, a CGD alcançou em 2013 a liderança em importantes linhas de crédito destinadas à dinamização da atividade das PME mais dinâmicas e de maior potencial.

Este é, porém, um percurso não terminado continuando a constituir um desafio

determinante para o Grupo CGD que pretende aproximar as quotas de mercado do negócio com empresas de valores conformes à ambição natural de um Banco que é a principal referência financeira do País.

No mesmo sentido e igualmente importante, consiste a trajetória de concentração do Grupo na sua atividade fundamental, o negócio bancário, da qual decorreram significativas operações de alienação, como a da participação no segmento da saúde e a atividade seguradora (ainda em curso) e, bem assim, de outras participações em diferentes setores da atividade económica nos quais a CGD tinha ainda uma posição de algum relevo.

O Plano de Reestruturação da CGD submetido pelo acionista à DGComp e, em maio de 2013, a Carta de Missão apresentada também pelo Estado Português, vieram confirmar estas orientações estratégicas, presentes, aliás, na atuação da CGD nos últimos anos.

Sendo uma referência histórica no setor financeiro e no País, a CGD faz parte da vida dos Portugueses, assumindo um contínuo compromisso na construção de um País sustentavelmente mais próspero.

Na adoção das suas políticas de gestão, a CGD tem sempre presente o investimento no futuro, objetivo visível nas ações levadas a cabo nomeadamente nos domínios da gestão ambiental e de promoção da educação e da cultura, fomentando, em paralelo, a nível interno a intervenção cívica e o envolvimento com a comunidade dos seus colaboradores que, a par, dos seus clientes, constituem um dos ativos de maior valia para o Grupo.

Grupo CGD – Atividade Consolidada

1.2. Aspetos mais Relevantes

(milhões de euros)

Balanço	2010	2011	2012 (*)	2013
Créditos sobre clientes (bruto)	84 517	81 631	78 950	74 587
Aplicações em títulos (**)	30 547	25 176	19 611	19 502
Recursos de clientes	67 680	70 587	66 985	67 824
Responsabilidades representadas por títulos	19 307	14 923	11 799	8 791
Capitais próprios	7 735	5 324	7 280	6 821
Ativo líquido	125 757	120 642	119 280	112 963
Conta de Exploração				
Margem financeira alargada	1 613	1 832	1 357	931
Margem complementar	978	611	942	770
Margem técnica da atividade seguradora	509	470	4	4
Custos operativos	1 903	1 776	1 350	1 394
Produto da atividade bancária e seguradora	3 099	2 913	2 303	1 704
Resultado bruto da exploração	1 138	1 138	954	310
Resultado antes de impostos	370	-545	-422	-674
Resultado líquido de impostos	255	-488	-395	-576
Rácios				
Core Tier 1 (Banco de Portugal)	8,8%	9,5%	11,6%	11,7%
Core Tier 1 (EBA)	n.d.	n.d.	9,4%	9,4%
Tier 1 (Banco de Portugal)	8,9%	9,0%	11,2%	11,3%
Rácio de solvabilidade (Banco de Portugal)	12,3%	11,6%	13,6%	13,3%
Crédito a clientes líquido / Depósitos de clientes	136,0%	122,2%	112,0%	103,6%
Crédito em risco / Crédito total (1)	4,2%	6,9%	9,4%	11,3%
Crédito com incumprimento / Crédito total (1)	3,1%	4,3%	6,4%	7,5%
Crédito vencido / Crédito total	2,9%	3,9%	5,7%	6,6%
Crédito Reestruturado / Crédito Total	n.d.	n.d.	n d	8,0%
Crédito Reest. não incl. Créd. Risco/ Crédito Total	n.d.	n.d.	n d	4,8%
Imparidade acumulada / Crédito vencido	105,3%	105,0%	92,8%	91,0%
Imparidade acumulada / Crédito vencido > 90 dias	117,4%	116,5%	100,5%	99,9%
Cost-to-income (atividade consolidada) (1)	63,3%	60,8%	58,5%	81,5%
Rendibilidade bruta dos capitais próprios – ROE (1)	5,0%	-8,1%	-6,5%	-9,4%
Rend., após impostos, dos capitais próprios – ROE (1)	4,1%	-6,4%	-5,3%	-7,1%
Rendibilidade bruta dos ativos – ROA (1)	0,3%	-0,4%	-0,4%	-0,6%
Rendibilidade, após impostos, dos ativos – ROA (1)	0,2%	-0,4%	-0,3%	-0,4%
Produto de Atividade / Ativo Líquido médio (1)	2,48%	1,44%	1,95%	1,50%

Outros indicadores	2010	2011	2012 (*)	2013
Número de agências bancárias	1 326	1 351	1 311	1 277
Portugal (2)	864	860	848	805
Estrangeiro	462	491	463	472
Número de escritórios de representação (3)	10	11	12	12
Número de empregados (4)	23 083	23 205	21 974	19 601
CGD Portugal	9 672	9 509	9 401	9 049
Noutras instituições bancárias	5 029	5 531	5 484	5 781
Seguradoras	3 559	3 463	3 411	3 378
Sociedades financeiras	368	368	411	421
Em outras atividades	4 455	4 334	3 267	972
Ratings (longo/curto prazo)				
Moody's	A1/P-1	Ba2/NP	Ba3/NP	Ba3/NP
Standard & Poor's	A-/A-2	BB+/B	BB-/B	BB-/B
FitchRatings	A/F1	BB+/B	BB+/B	BB+/B
DBRS		BBB R-2 (high)	BBB (low) R-2 (mid)	BBB (low) R-2 (mid)

(*) Os valores relativos a 2012 são proforma uma vez que incluem as participadas da Caixa Seguros e Saúde, SGPS (Fidelidade, Multicare e Cares) em forma de ativos não correntes detidos para venda e as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto foram integradas pelo método de equivalência patrimonial.
(**) Inclui Ativos com acordo de recompra.
(1) Indicador calculado de acordo com instruções do Banco de Portugal.
(2) Inclui agências automáticas.
(3) Inclui -se a presença na Argélia, em fase de aprovação.
(4) Não inclui os empregados com vínculo contratual à CGD colocados no Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações ou requisitados em serviço público ou outras situações.Em 2012 e 2013 não inclui os empregados da Locarent e Esegur (empresas que passaram a se integradas pelo método de queivalência em 2013).

Aprovação do Plano de Reestruturação

Em julho de 2013 a CGD viu aprovado pela DG Comp o seu Plano de Reestruturação, o qual veio reforçar a estratégia já seguida pelo Grupo, de concentração na atividade bancária e no apoio continuado à economia portuguesa, quer no domínio das famílias, quer no das empresas.

Carta Missão do Estado Português

A 31 de maio de 2013, o Estado Português – Acionista da CGD – divulgou uma Carta Missão, estabelecendo como prioridade da CGD no triénio 2013-2015:

> *"(…) reorientar a sua carteira de crédito (…) visando contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas e para o aumento da capacidade exportadora. (…) contribuir para a alteração estrutural da economia portuguesa, mais assente no setor dos bens transacionáveis."*

Ambos reforçam estratégia seguida pela CGD

Em 2013, o Grupo CGD manteve a sua orientação estratégica para o financiamento da economia portuguesa, mantendo particular foco no segmento das pequenas e médias empresas (PME), especialmente as orientadas para o setor dos bens e serviços transacionáveis. No sentido de facilitar o acesso das empresas portuguesas a outros mercados, a CGD tem reforçado as ligações entre regiões com presença internacional do Grupo, nomeadamente Ásia, África e Europa.

Quota de mercado do crédito às empresas: aumento continuado ao longo dos últimos 5 anos

Atuando como entidade fundamental no financiamento da Economia Portuguesa e contribuindo de forma ativa para a sua revitalização, a CGD continuou a aumentar a sua quota de mercado de crédito às empresas, a qual cresceu de 17,3% para 18,1%, de dezembro de 2012 a dezembro de 2013. Este crescimento insere-se na trajetória

observada nos últimos 5 anos em que a referida quota subiu 3,3 pontos percentuais (p.p.), de 14,8% para 18,1%.

Complementarmente, a CGD continua a ser o banco das famílias Portuguesas, promovendo a poupança e apoiando de forma consistente as respetivas decisões de investimento.

Crescimento sustentado dos depósitos

Os depósitos de clientes mantiveram também uma tendência positiva, tendo continuado a crescer (+1,3%) face a dezembro de 2012, ascendendo a 67 623 milhões de euros, dos quais mais de 70% correspondem a depósitos a prazo e de poupança. A CGD mantém uma destacada liderança em termos de quota de mercado dos depósitos de clientes, situando-se em 32,6% no segmento de particulares.

Contributo dos depósitos de 78% para o total do financiamento

A rede internacional continua a contribuir de forma muito significativa para o total da captação, com os depósitos a atingir 14 557 milhões de euros, um acréscimo de 9,3% face a dezembro de 2012, destacando-se por áreas geográficas, o Oriente (+20,9%), os PALOP (+10,7%) e Espanha (+5,6%).

O total de recursos de clientes aumentou 1,3%, atingindo 67 824 milhões de euros.

A CGD apresenta uma estrutura de financiamento de grande robustez (única no sistema financeiro nacional) com uma contribuição do retalho de cerca de 78% do total dos recursos, dos quais 87% correspondem a depósitos de clientes (2/3 a prazo e de poupança).

Nova emissão de OH confirma forte apetência de investidores ao crédito CGD

Após quase três anos de ausência, a CGD voltou aos mercados de capitais, reabrindo o segmento de Obrigações Hipotecárias (OH) em janeiro de 2013, com uma emissão a 5 anos de 750 milhões de euros, cupão de 3,75% e um *spread* de 285 pontos base sobre a taxa de *mid-swaps*. O reconhecimento pelo mercado da qualidade de crédito da CGD foi de novo confirmado já em 2014 com uma nova emissão de OH no mesmo montante e prazo, com um cupão de 3% e um *spread* de 188 p.b.. Deste modo, no prazo de um ano, a CGD reduziu o *spread* de financiamento via OH em cerca de 100 p.b..

As obrigações foram subscritas por um alargado número de investidores, maioritariamente de elevada qualidade.

Redução de 2 000 milhões de euros de financiamento do BCE

O financiamento obtido junto do BCE registou um significativo decréscimo de 2 080 milhões de euros face a 8 415 milhões de euros de dezembro de 2012, fixando-se no final de dezembro de 2013 em 6 335 milhões de euros. A *pool* de ativos elegíveis do Grupo CGD totalizou 17 099 milhões de euros no final de 2013. O total de ativos disponíveis ascendia no final de 2013 a 10 701 milhões de euros

Ritmo menos acentuado da deterioração da margem financeira

A margem financeira alargada registou uma redução de 31,4%, com origem quer na margem financeira estrita (-30,8%), quer nos rendimentos dos instrumentos de capital (-38,4%). Contribuíram para esta evolução, nomeadamente, a persistência em baixa das taxas de juro de curto prazo e os encargos associados às obrigações convertíveis (CoCos). Um outro fator a considerar terá sido ainda a não total recuperação do investimento por parte dos agentes económicos portugueses. As operações financeiras mantiveram um desempenho muito positivo contribuindo para o resultado com 267,1 milhões de euros.

Continuação da redução dos custos de provisões e imparidades

As provisões e imparidades continuaram a reduzir-se (após o pico observado em 2011), quer ao nível do crédito, quer dos outros ativos, atingindo no final de 2013, 1 125 milhões de euros (-23,7% do que no final do ano anterior).

Política de racionalização e aumento da eficiência operativa

A CGD prosseguiu a sua política de racionalização e aumento da eficiência operativa. Excluindo fatores de natureza extraordinária, decorrentes da reestruturação em Espanha e da reposição dos subsídios de férias e de Natal, a CGD teria registado em 2013 uma diminuição de custos com pessoal de 3,2% (versus +7,9%), expurgados estes efeitos, não teria sido alterada a trajetória descendente dos custos de estrutura registada ao longo dos

últimos anos. Estes efeitos contribuiram para um aumento contabilístico de 3,3% (+44,5 milhões de euros) nos custos de estrutura do Grupo CGD.

A atividade internacional apresentou um visível contributo para o resultado consolidado do Grupo, destacando-se as unidades situadas em geografias de elevado dinamismo como as da Ásia e África (com um contributo conjunto de 92,6 milhões de euros, mais 11,4% do que em 2012), bem como, a Sucursal de França (23,4 milhões de euros). Excluindo Espanha (unidade em reestruturação) o contributo da atividade internacional para o resultado consolidado é de 99,2 milhões de euros.

A CGD registou um resultado líquido consolidado de -575,8 milhões de euros no ano de 2013, face a -394,7 milhões de euros em 2012.

O custo do risco de crédito (rácio imparidade do crédito do período/saldo médio do crédito bruto) situou-se em 1,06% em dezembro de 2013, inferior ao verificado em 2012 (1,24%).

Liderança em linhas de crédito a empresas com maior potencial e vocação exportadora

A participação crescente da CGD no segmento das empresas verifica-se com particular destaque no segmento das PME com maior potencial de crescimento e de contributo para a reestruturação do tecido empresarial português, como é atestado pela liderança atingida em 2013 nas quotas de mercado das linhas de crédito protocoladas PME Crescimento (19,2%), PME Invest (19,1%) e Investe QREN (45,8%).

Continuação do apoio ao financiamento da habitação

No segmento do crédito à habitação, no cumprimento da sua missão de apoio às famílias, para além do incentivo à poupança, a CGD continuou também a apoiar o financiamento de aquisição de hábitação própria, tendo-se verificado em 2013 uma variação positiva homóloga de cerca de 6,7% a contratação de novas operações de crédito hipotecário.

1.3. Apresentação do Grupo

1.3.1. ESTRUTURA ACIONISTA

O capital da Caixa Geral de Depósitos é detido pelo acionista único, o Estado Português. Em 31 de dezembro de 2013 o capital social totalizava 5 900 milhões de euros.

1.3.2. MARCOS HISTÓRICOS

1876 Criação da Caixa Geral de Depósitos, na dependência da Junta de Crédito Público, com a finalidade essencial de recolha dos depósitos obrigatórios constituídos por imposição da Lei ou dos tribunais.

1880 É criada a Caixa Económica Portuguesa, para recebimento e administração de depósitos de classes menos abastadas, que seria fundida, de facto, com a CGD em 1885.

1896 A CGD autonomiza-se da Junta de Crédito Público. Sob a administração da CGD, são criadas a Caixa de Aposentações para trabalhadores assalariados e o Monte da Piedade Nacional, para realização de operações de crédito sobre penhores.

1918 A CGD desenvolve as atividades de crédito em geral.

1969 A CGD, até então serviço público sujeito às regras da Administração do Estado, assume o estatuto de empresa pública.

1975 Criação da Sucursal de Paris.

1982 São criadas as empresas de *leasing* Locapor e Imoleasing. Nos anos seguintes, são criadas as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário

(Fundimo, em 1986) e mobiliário (Caixagest, em 1990) e adquiridas participações de domínio na sociedade financeira de corretagem (Sofin, em 1998) e para aquisição a crédito (Caixa de Crédito, em 2000).

1988 Criação do Grupo Caixa por tomada de participações de domínio no Banco Nacional Ultramarino e na Companhia de Seguros Fidelidade.

1991 Aquisição, em Espanha, do Banco da Extremadura e do Chase Manhattan Bank España, que se passou a designar por Banco Luso-Español.

1992 Aquisição de posição na sociedade de capital de risco Promindústria, instituição que em 1997 deu origem à Caixa Investimentos, sociedade de investimentos.

1993 A CGD é transformada numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. É consagrada a sua vocação de banco universal e plenamente concorrencial, sem prejuízo da sua especial vocação para formação e captação de poupanças e de apoio ao desenvolvimento do País.

1995 Aquisição, em Espanha, do Banco Simeón.

1997 Criação, de raiz, do Banco Comercial de Investimentos de Moçambique.

1998 Criação do HPP – Hospitais Privados de Portugal, que veio posteriormente a constituir a componente de Saúde do Grupo CGD.

2000 Aquisição da seguradora Mundial Confiança e do Banco Totta & Comercial Sotto Mayor de Investimentos, SA, mais tarde denominado Caixa Banco de Investimento.

2001 Inauguração da Sucursal em Timor-Leste.

A Sucursal de Paris integra o Banque Franco Portugais, dando origem à Sucursal de França.

2002 Racionalização e consolidação dos bancos comerciais em Espanha, mediante a fusão do Banco Luso Español, do Banco da Extremadura e do Banco Simeón.

2004 Com a aquisição da seguradora Império Bonança em 2004, o grupo CGD passa a liderar o setor segurador nacional.

Através de um reforço de capital, a CGD passa a ter uma posição dominante no Mercantile Lisbon Bank Holding da África do Sul.

2006 O Banco Simeón altera a designação para Banco Caixa Geral.

2008 Constituição da Parcaixa (capital de 1 000 milhões de euros: 51% CGD e 49% Parpública).

Criação da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest.

A Caixa Seguros passa a designar-se Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA após uma reorganização naquelas áreas de negócio, com passagem do universo HPP do balanço da Fidelidade Mundial para o balanço da Caixa Seguros.

2009 Retoma da presença do Grupo CGD no Brasil através do início de atividade do Banco Caixa Geral Brasil.

Entrada no capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola, em que a CGD e o Santander Totta controlam 51% do total.

2010 Exercício da opção de compra de 1% do capital social da Partang, SGPS, detentora de 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta Angola (BCGTA), passando o Grupo CGD a deter a maioria do capital da gestora de participações e indiretamente do próprio Banco.

Acordo para a aquisição de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio ("Banif CVC") pelo Grupo CGD.

Obtenção da autorização para constituição do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD) em Angola, que tem o capital inicial de mil milhões de euros, a deter em partes iguais pelos Grupos CGD e Sonangol.

Constituição do Banco Nacional de Investimento (BNI), em Moçambique, cujo capital é detido em 49,5% pela CGD, 49,5% pelo Estado de Moçambique através da Direção Nacional do Tesouro e em 1% pelo Banco Comercial e de Investimentos (Grupo CGD).

2011 Constituição da Universal Seguros, em Angola, onde a Caixa Seguros e Saúde detém 70% do capital e parceiros angolanos os restantes 30%.

2012 Fusão das seguradoras Fidelidade-Mundial e Império Bonança, tendo esta sido incorporada na primeira e, em simultâneo, alteração da denominação social para Fidelidade-Companhia de Seguros.

Conclusão da venda da HPP – Hospitais Privados de Portugal

Assinatura dos contratos de aquisição de uma participação no capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, a qual passou a ter a denominação de CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio ("CGD Securities").

Assinatura do Contrato de Compra e Venda relativo à alienação da participação da CGD no Banco Nacional de Investimento (BNI).

Recompra da totalidade das participações detidas por terceiros no Mercantile Bank Limited, tendo a CGD passado a deter a totalidade do seu capital social.

Início do processo de privatização da atividade seguradora

2013 Venda pela Caixa Seguros e Saúde da HPP - Hospitais Privados de Portugal ao grupo brasileiro de saúde Amil Participações.

Alienação da participação da CGD no capital social do Banco para a Promoção e Desenvolvimento (BPD) ao grupo Sonangol.

1.3.3. DIMENSÃO E *RANKING* DO GRUPO

O Grupo CGD manteve, em 2013, a liderança no mercado nacional nas principais áreas de negócio onde atua, conforme ilustra o quadro infra:

O Grupo CGD manteve a liderança no mercado nacional nas principais áreas de negócio

QUOTAS DE MERCADO EM PORTUGAL

	Dez 2012		Dez 2013	
Atividade Bancária	Quota	Ranking	Quota	Ranking
Ativo líquido [(a)]	31,8%	1º	31,4%	1º
Crédito a clientes [(b)]	21,3%	1º	21,6%	1º
Crédito a empresas	17,3%	1º	18,1%	1º
Crédito a particulares	23,6%	1º	23,7%	1º
Crédito à habitação	26,6%	1º	26,5%	1º
Depósitos de clientes [(b)]	28,1%	1º	27,6%	1º
Depósitos de particulares	32,7%	1º	32,6%	1º
Atividade Seguradora [(c)]	29,3%	1º	26,9%	1º
Ramo vida	31,0%	1º	27,2%	1º
Ramo não-vida	26,4%	1º	26,1%	1º
Crédito Especializado [(d)]				
Leasing imobiliário	13,0%	3º	12,3%	3º
Leasing mobiliário	14,0%	1º	15,4%	1º
Factoring	9,0%	5º	8,7%	4º
Gestão de Ativos				
Fundo de invest. mobiliário (FIM) [(e)]	25,0%	1º	26,3%	1º
Fundo de invest. imobiliário (FII) [(e)]	13,0%	1º	11,8%	2º
Fundo de pensões [(f)]	15,7%	2º	16,6%	2º
Gestão de patrimónios [(e)(g)]	37,3%	1º	35,9%	1º

(a) Considerando a atividade consolidada dos cinco maiores Grupos do sistema bancário português.
(b) Fonte: E.M.F. do Banco de Portugal. No Crédito estão incluídas as operações titularizadas.
(c) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Respeitam à atividade em Portugal.
(d) Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.
(e) Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).
(f) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal.
(g) Inclui Fundos de Pensões geridos pela CGD Pensões.

Quota de mercado global do crédito a clientes aumentou de 21,3% para 21,6%:

- Quota do crédito às Empresas subiu de 17,3% para 18,1%
- Quota do crédito à habitação fixou-se em 26,5%

Quota de mercado dos depósitos de 27,6%, sendo de 32,6% no segmento de particulares

A quota de mercado da CGD no crédito a clientes aumentou de 21,3% em dezembro de 2012 para 21,6% no final de 2013, refletindo a subida da quota do crédito às Empresas de 17,3% para 18,1%. A quota do crédito à habitação fixou-se nos 26,5%.

Em 2013 a quota de mercado nos depósitos de clientes situou-se em 27,6%, reafirmando a posição de liderança em Portugal, sobretudo no segmento de particulares, que atingiu 32,6%.

A Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança destacada do setor segurador nacional (quota global de 26,9%)

A Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança destacada do sector segurador nacional, detendo uma quota global de 26,9%, correspondente a um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3 523 milhões de euros, situação que se verifica quer nos ramos Vida (27,2%), quer nos ramos Não Vida (26,1%, mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais

próximos).

Caixa Leasing e Factoring (CLF) mantém a 1ª posição na locação mobiliária (quota de 15,4%)

Na área da locação financeira, a Caixa Leasing e Factoring (CLF) manteve a primeira posição no *ranking* do setor de locação mobiliária, com uma quota de 15,4%. A contração do volume de negócios no *leasing* imobiliário traduziu-se na redução da quota de mercado da CLF de 13% em 2012 para 12,3% em 2013. Na atividade de *factoring*, a Sociedade ocupava a quarta posição no *ranking* do setor com uma quota de mercado de 8,7%.

Caixa Gestão de Ativos:

- Caixagest (quota de 26,3% na gestão de fundos mobiliários e 35,9% na gestão de carteiras)
- Fundger (quota de 11,8%)
- CGD Pensões (quota de 16,6%)

Na atividade de gestão dos fundos de investimento mobiliário, o Grupo CGD ocupa igualmente lugar de destaque, com a Caixagest, a manter uma posição de liderança no mercado, com 26,3% de quota de mercado. Na gestão de fundos de pensões, a CGD Pensões aumentou a quota para 16,6%, em 2013, mantendo o segundo lugar no *ranking,* por volume de ativos. Por último, no mercado de gestão de carteiras, centrado nos mandatos de grandes clientes institucionais, a Caixagest manteve a liderança do mercado com uma quota de 35,9%.

CaixaBI distinguida como "Melhor Banco de Investimento em Portugal 2013", reafirmando a sua liderança

Na banca de investimento nacional, o CaixaBI reafirmou uma vez mais a sua liderança, participando nas transações mais relevantes ocorridas em Portugal em 2013, liderando os *rankings* do sector e conquistando as mais importantes distinções internacionais, das quais se destacam "Melhor Banco de Investimento em Portugal 2013", das revistas International Finance, Global Banking & Finance Review e World Finance.

Relativamente à presença internacional, o Grupo detém uma posição de destaque, quer pela dimensão muito relevante da sua quota de mercado (Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor), quer pelo estatuto e reconhecimento da sua marca (Macau, Cabo Verde, Timor, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola). Refira-se, em particular, o Banco Comercial de Investimento (Moçambique) que pela 3ª vez consecutiva, foi considerado como "The Best Commercial Bank 2013 – Mozambique" pela publicação World Finance.

1.3.4. ESTRUTURA DO GRUPO CGD - DESENVOLVIMENTOS RECENTES

No exercício de 2013, o grupo CGD prosseguiu a estratégia de focalização na atividade *core*, reduzindo a sua exposição a outras atividades/setores, com a concomitante alienação das participações noutras áreas de negócio, tal como previsto no Programa de assistência Económica e Financeira (PAEF).

O ano de 2013 ficou marcado pelas seguintes alterações na estrutura e composição do Grupo CGD e pelos seguintes eventos:

- Conclusão do processo de venda pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA da HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA ao grupo brasileiro Amil;

BCA (Cabo Verde) e BISTP (São Tomé e Príncipe) com quotas de mercado dominantes

- Privatização da área de seguros do Grupo com os seguintes eventos relevantes:
    - Em junho foi publicado o DL nº 80/2013 que definiu as regras referentes à alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, SA, Multicare-Seguros de Saúde, SA e Cares-Companhia de Seguros, SA ou da sociedade ou sociedades que detenham, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte dos respetivos ativos;
    - Em setembro, ocorreram reduções do capital social da Fidelidade o qual passou de 605 milhões para 381 milhões de euros e da Caixa Seguros de 800 milhões para 460 milhões de euros. Foi ainda liquidado pela Fidelidade um empréstimo subordinado de 76,6 milhões de euros da Caixa Seguros;
    - Já em janeiro de 2014, o Conselho de Ministros selecionou a Fosun International Limited para efetuar a aquisição à Caixa Seguros, de 80% do

capital social da Fidelidade (podendo ir até 85%, considerando a totalidade das ações objeto de OPV de 5% do capital da Fidelidade a trabalhadores que não sejam vendidas no âmbito desta), 80% do capital social da Multicare e 80% do capital social da Cares, por um preço global de 1 000 milhões de euros.

- Alienação da totalidade da participação da CGD no capital social do Banco para a Promoção e Desenvolvimento (BPD) ao Grupo Sonangol, na sequência do entendimento estabelecido entre os governos da República de Angola e da República de Portugal;
- Em novembro, no contexto da estratégia de desinvestimento em ativos não estratégicos, e no cumprimento do Plano de Reestruturação do Grupo, a CGD procedeu à alienação da sua participação de 6,11% no capital social na Portugal Telecom, SGPS, SA;
- Na esfera da rede comercial doméstica, continuando a dar elevada prioridade a uma abordagem de proximidade, prosseguiu o processo de otimização do potencial instalado e de melhoria da eficiência, reforçando-se a complementaridade do serviço presencial com um leque de canais automáticos e *on-line* de comprovada eficácia.

  Assim, em 2013 foi possível reduzir 56 agências de atendimento presencial e 7 gabinetes de empresas na rede doméstica, num enquadramento de melhoria da qualidade de serviço.
- Na esfera internacional:
  - Em fevereiro foi autorizada e entrou em funcionamento a Sucursal Offshore em Macau;
  - Em maio concluiu-se no Brasil o processo de incorporação da CGD - Participações em Instituições Financeiras, Lta. (“CGD PINF”) na CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, SA (“CGD Securities”);
  - Entraram em funcionamento novas agências em França (1), Angola (4), Moçambique (4), Macau (4) e Timor (1);
  - Em Espanha, o Grupo encontra-se num profundo processo de reestruturação, através do notório redimensionamento e da reorientação do modelo de negócio. A presença do Grupo em Espanha, primeiro parceiro comercial de Portugal, afigura-se crucial e de grande potencial na presente estratégia de negócio, sendo o espaço ibérico considerado como o mercado doméstico do Grupo.

Profundo processo de reestruturação da operação da CGD em Espanha através do redimensio-namento e transformação do modelo de negócio

- Com estas alienações a CGD continua a dar significativos passos para se concentrar essencialmente no negócio bancário e em simultâneo racionalizar e aumentar a rentabilidade da sua atividade.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (*)

	NACIONAL		INTERNACIONAL	
BANCA COMERCIAL	Caixa Geral de Depósitos, SA		Banco Caixa Geral (Espanha)	99,8%
			Banco Caixa Geral (Brasil)	100,0%
			BNU (Macau)	100,0%
			CGD Subsidiária Offshore Macau	100,0%
			B. Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	59,3%
			B. Interatlântico (Cabo Verde)	70,0%
			Mercantile Bank Hold. (África do Sul)	100,0%
			Parbanca, SGPS	100,0%
			B. Com. Invest. (Moçambique)	51,3%
			Partang, SGPS	51,0%
			Banco Caixa Geral Totta (Angola)	26,0%
GESTÃO DE ATIVOS	Caixa Gestão de Activos, SGPS	100,0%		
	CaixaGest	100,0%		
	CGD Pensões	100,0%		
	Fundger	100,0%		
CRÉDITO ESPECIALIZADO	Caixa Leasing e Factoring IFIC	51,0%	Promoleasing (Cabo Verde)	60,3%
	Locarent	50,0%		
BANCA INVESTIMENTO E CAPITAL DE RISCO	Gerbanca, SGPS	100,0%	A Promotora (Cabo Verde)	52,7%
	Caixa Banco de Investimento	99,7%	CGD Investimentos CVC (Brasil)	99,9%
	Caixa Capital	99,7%		
	Caixa Desenvolvimento, SGPS	99,7%		
SEGUROS E SAÚDE	Caixa Seguros e Saúde, SGPS	100,0%	Garantia (Cabo Verde)	65,4%
	Comp. Seg. Fidelidade	100,0%	Universal Seguros (Angola)	70,0%
	Via Directa Comp. De Seguros	100,0%		
	Cares Companhia de Seguros	100,0%		
	Companhia Port. de Resseguros	100,0%		
	Fidelidade Mundial, SGII	100,0%		
	GEP- Gestão de Peritagem Automóveis	100,0%		
	EAPS – E. Análise, Prev. e Seg.	100,0%		
	LCS - Linha de Cuidados de Saúde	100,0%		
	Multicare - Seguros de Saúde	100,0%		
SERVIÇOS AUXILIARES	Caixatec- Tecnologias de Informação	100,0%	Inmobiliaria Caixa Geral (Espanha)	100,0%
	Caixanet	80,0%		
	Imocaixa	100,0%		
	Sogrupo Sistemas Informação ACE	100,0%		
	Sogrupo Compras e Serviços Partilhados ACE	100,0%		
	Sogrupo IV Gestão de Imóveis ACE	100,0%		
	Caixa Imobiliário	100,0%		
OUTRAS PARTICIPAÇ. FINANCEIRAS	Parcaixa, SGPS	51,0%	La Seda Barcelona	14,2%
	Caixa Participações, SGPS	100,0%	Banco Internacional São Tomé e Príncipe	27,0%
	Wolfpart, SGPS	100,0%		
	TagusParque	10,0%		
	AdP Águas de Portugal, SGPS	9,7%		
	SOFID Soc. Financ. Desenv. IFIC	10,0%		
	Turismo Fundos, SGFII	33,5%		
	Floresta Atlântica, SGFII	11,9%		
	VAA - Vista Alegre Atlantis	4,5%		

(*) Percentagem de participação efetiva

(**) Alienado em março de 2013

1.3.5. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Rede Comercial:

- Portugal
  - CGD: 737 agências com atendimento presencial, 38 agências automáticas e 29 Gabinetes Caixa Empresas
- Estrangeiro
  - 472 agências e 12 escritórios de representação

A rede comercial do Grupo CGD abrangia, no final do exercício, 1 277 Agências, das quais 805 localizadas em Portugal e 472 no estrangeiro.

A rede de Agências da CGD em Portugal registou uma redução de 43 unidades no ano, passando a contar com 737 agências com atendimento presencial, 38 agências automáticas e 29 Gabinetes de Empresas.

NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO

	Dez-12	Dez-13
CGD (Portugal)	847	804
Agências com atendimento presencial	793	737
Agências automáticas	18	38
Gabinetes de Empresas	36	29
Caixa – Banco de Investimento (Lisboa+Madrid)	2	2
Sucursal de França	47	48
Banco Caixa Geral (Espanha)	172	167
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	14	18
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	128	132
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	9	9
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	33	33
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	15	15
Banco Caixa Geral Brasil	2	2
Banco Caixa Geral Totta de Angola	25	29
Outras Sucursais da CGD	16	18
Subsidiária Offshore de Macau	1	0
Total	**1 311**	**1 277**
Escritórios de representação (*)	**12**	**12**

(*) Inclui a presença na Argélia, em fase de aprovação.

Expansão da rede internacional em mercados de maior potencial

A rede no exterior registou um aumento de 9 unidades, destacando-se os Bancos Comercial e de Investimentos (Moçambique), Banco Caixa Geral Totta de Angola e o Banco Nacional Ultramarino (Macau), que continuam a expandir-se, com um aumento de 4 unidades respetivamente.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL

Europa			
Espanha		**Alemanha**	
Banco Caixa Geral	**167**	CGD – Escritório de Represent.	**1**
Caixa Banco de Investimento	**1**	**Reino Unido**	
CGD – Sucursal de Espanha	**1**	CGD – Sucursal de Londres	**1**
Fidelidade – Sucursal	**1**	**Luxemburgo**	
França		CGD – Sucursal Luxemburgo	**2**
CGD – Sucursal de França	**48**	Fidelidade – Sucursal	**1**
Fidelidade – Sucursal	**1**	**Suíça**	
Bélgica		CGD – Escritório de Represent.	**1**
CGD – Escritório de Represent.	**1**	BCG – Escritório de Represent.	**1**
Ilha da Madeira			
Sucursal Financeira Exterior	**1**		
América			
Estados Unidos		**Venezuela**	
CGD – Sucursal de Nova Iorque	**1**	CGD – Escritório de Represent.	**1**
México		BCG – Escritório de Represent.	**1**
BCG – Escritório de Represent.	**1**	**Canadá**	
Brasil		CGD – Escritório de Represent.	**1**
Banco Caixa Geral Brasil	**2**	**Ilhas Cayman**	
CGD Investimentos	**1**	CGD – Sucursal Ilhas Cayman	**1**
África			
Cabo Verde		**São Tomé e Príncipe**	
Banco Comercial do Atlântico	**33**	Banco Intern. S. Tomé e Príncipe	**11**
Banco Interatlântico	**9**	**Moçambique**	
Garantia	**11**	Banco Comercial e de Invest.	**132**
A Promotora	**1**	**Argélia**	
Angola		CGD – Escrit. de Represent. (*)	**1**
Banco Caixa Geral Totta Angola	**29**	**África do Sul**	
Fidelidade – Universal Seguros	**1**	Mercantile Bank	**15**
Ásia			
China – Macau		**China**	
Banco Nacional Ultramarino SA	**18**	CGD – Sucursal de Zhuhai	**1**
Sucursal Offshore de Macau	**1**	CGD – Escr. Represent. Xangai	**1**
Fidelidade Mundial – Sucursal	**2**	**Timor-Leste**	
Índia		CGD – Sucursal de Timor-Leste	**9**
CGD – Escritório de Represent.	**2**		

(*) Aguarda autorização das autoridades Argelinas

1.3.6. A MARCA CAIXA

" *A Caixa Geral de Depósitos é a marca de referência no mercado financeiro português. É a matriz de um moderno grupo financeiro, preparado para satisfazer as necessidades e expectativas de milhões de clientes em 24 mercados.*

Em 2013, foi conotada e caracterizada pelos consumidores portugueses como a marca bancária de maior notoriedade e, também, como: Relevante na sociedade, de Confiança, Sólida, de Prestígio e de Referência, Responsável social e ambientalmente.

A CGD é a marca que mais apoia os setores estratégicos da economia, a cultura e a sustentabilidade."

Fonte: *Brandscore* – Barómetro de Marca - 2013

"Marca CGD: Referência no mercado financeiro Português"

Distinções da Marca CGD

Em 2013 a marca Caixa Geral de Depósitos obteve as seguintes destinções:

- Marca Bancária de Confiança pela 13ª vez consecutiva (referente ao ano de 2012) - *Reader's Digest*;
- Marca Bancária de maior reputação – *Reputation Institute*;
- Marca Bancária Portuguesa Mais Valiosa pelo 6º ano consecutivo, com um valor de 446 milhões de euros – *Ranking Brand Finance Banking 500*;
- Marca de Excelência pela 6ª vez consecutiva - *Superbrands*;
- Marcas que Marcam 2013 – vencedora na categoria de "Bancos e instituições financeiras".

Distinções na área da Sustentabilidade

Ao longo de 2013 foram atribuídas várias distinções à Caixa Geral de Depósitos em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Corporativo de Sustentabilidade, alinhado com as melhores práticas internacionais de negócio responsável, responsabilidade social e ambiental.

Programa corporativo de sustentabilidade distintivo em Portugal, com marcado reconhecimento internacional

- Classificação máxima (A) em desempenho do Carbon Disclosure Project e alcançou posições de destaque no Climate Disclosure Leadership Index (CDLI) e no Climate Performance Leadership Index (CPLI);
- Prémio Setorial no *ranking* geral da 5.ª edição do Prémio Desenvolvimento Sustentável 2012/2013 - *Heidrick & Struggles* e Diário Económico;
- Banco Mais Sustentável em Portugal em 2012/2013 - *The New Economy*
- Empresa "best in class" no setor financeiro ao nível internacional - Oekom

Reconhecimento traduz-se em acrescida responsabilidade

Outras Distinções

- Prémios Marketeer - Categoria Bancos
- Prémios Sapo - Ouro do Grande Prémio do Público e Ouro para o Setor Financeiro - Projeto Montra Interativa APP Caixadirecta
- The Best Mobile Banking App - *European Financial Management & Marketing Association*
- Site Saldo Positivo - *Prémio Categoria Banca & Finanças - Programa de literacia financeira*

A Caixa Geral de Depósitos e a Comunidade

Educação e Literacia Financeira

Promoção do Conhecimento e da Literacia Financeira:

- Competições Nacionais de Ciência
- Programa Saldo positivo Particulares e Empresas
- Exposição Educação+ Financeira

Promoção do Conhecimento

- Competições Nacionais de Ciência 2013

Em 2013, à semelhança de outros anos, a Caixa Geral de Depósito apoiou as Competições Nacionais de Ciência, uma iniciativa da Universidade de Aveiro que visa a divulgação e promoção das ciências exatas e sociais, com 15 mil participações de alunos do Ensino Básico ao Secundário, de todo o país, pondo à prova os conhecimentos em Matemática, Biologia, Física, Língua Portuguesa, Geologia e, pela primeira vez, Literacia Financeira.

Literacia Financeira

- Saldo Positivo

Em 2013 o *site* foi reformulado para – Saldo Positivo Particulares e Empresas – de acordo com o programa de educação financeira da CGD, garantindo que os conteúdos financeiros produzidos correspondem às preocupações financeiras que as famílias e as empresas enfrentam no atual contexto.

Neste ano, o *site* recebeu mais de 840 000 visitas, um crescimento de 36% relativamente a 2012.

- Educação+ Financeira

A exposição itinerante Educação+Financeira tem como objetivo motivar as crianças e os jovens a adquirir conhecimentos e competências essenciais a um desempenho consciente, esclarecido e responsável na hora de tomarem decisões de carácter financeiro. Esta iniciativa resulta duma parceria institucional, de vários anos, entre a Caixa Geral de Depósitos e a Universidade de Aveiro. Em 2013/2014 foi criada uma nova imagem para os conteúdos desenvolvidos nos três módulos:

I – Dinheiro para quê? – Dirigido aos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico. Objetivo: proporcionar aos mais novos uma visão histórica da evolução da moeda e das trocas comerciais.

II – Como gastar o dinheiro? – Destinatários: 3.º ciclo do Básico; Objetivo: responsabilizar os jovens sobre a importância do trabalho e as decisões de consumo e hábitos de poupança.

III – Compro ou não compro? – Destinatários: Alunos Secundário e população em geral. Temas principais: gestão do orçamento pessoal, recurso ao crédito, endividamento, multi-endividamento e sobre-endividamento.

A edição 2012/2013 iniciou-se no ano de 2013 em Oliveira de Azeméis, em 8 janeiro, seguindo para Albergaria, Condeixa, Pombal, Ourém, Proença-a-Nova, Elvas, Borba, Mafra, Baião, Vila Real de Santo António, Beja e encerrou durante as Competições Nacionais de Ciência, em Aveiro, de 22 a 24 de abril. A edição seguinte, 2013/2014, foi lançada em simultâneo com a realização da 4ª Conferência Internacional de Educação Financeira, em 25 outubro. Até ao final de dezembro percorreu Porto, Viana do Castelo, Covilhã, Moimenta da Beira, Lousã e Águeda.

A par da exposição interativa, composta por vários conteúdos e jogos, realizaram-se conferências, colóquios e mesas-redondas sobre temas financeiros. No final de 2013, a exposição Educação+ Financeira comtava com mais de 67 000 visitas.

Cultura

CGD promotora da cultura em Portugal

- Design e Arquitetura
- Orquestras CGD
- Festival Caixa Alfama
- Festival das Artes
- Muitas outras iniciativas de aproximação da cultura à população Portuguesa

A CGD, o Design e a Arquitetura

Promover o Design e a Arquitetura, apoiando a criação, a inovação e o valor, por forma a incorporarem preocupações sociais, ambientais e económicas, tem sido um objetivos estratégicos da CGD, desde 2009, com projetos relevantes ou a assinatura do protocolo com a Ordem dos Arquitetos.

No campo da Arquitetura e do desenvolvimento sustentável das cidades é de salientar, o apoio da Caixa a várias iniciativas da Trienal de Arquitetura e o Protocolo com a Ordem dos Arquitetos. Este protocolo de cooperação junta-se, assim, a outros com algumas das mais importantes ordens e associações profissionais.

Projeto Orquestras CGD

O Projeto Orquestras CGD teve início em 2001 e consiste, por um lado, no apoio mecenático à atividade de várias orquestras portuguesas e, por outro, na promoção de Concertos Caixa Geral de Depósitos, dedicados à música clássica tradicional e de fusão. Subjacente ainda a este projeto, salienta-se a criação de novos públicos, de hábitos de fruição da cultura em família e do reconhecimento da importância da Música na sociedade.

Em 2013, no âmbito das parcerias com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, a Orquestra do Norte, a Orquestra do Algarve e a Orquestra Clássica do Centro, realizaram-se 59 eventos musicais, incluindo concertos e *ateliers* de música, de norte a sul do País, com uma assistência total superior a 27 900 espetadores.

Festival Caixa Alfama

A associação da CGD a este projeto é a tradução do apoio da Caixa ao que de melhor Portugal tem, faz e exporta. É uma associação efetiva à cultura portuguesa, ao património cultural português por excelência.

Na 1ª edição do Festival Caixa Alfama, estiveram presentes, em dois dias de Festival, 20 e 21 de setembro, cerca de 10 000 pessoas para ouvirem 40 fadistas a atuar em 10 palcos diferentes

Festival das Artes

Um festival multidisciplinar que abrange áreas culturais como gastronomia, teatro, a pintura, literatura, cinema, fotografia, e sobretudo a música, decorrendo em vários locais carismáticos de Coimbra, especialmente na Quinta das Lágrimas, centro vital do Festival. A edição deste ano teve lugar de 16 a 23 de julho, sob o tema "Natureza" e ofereceu 28 eventos que contaram com a presença de 13 000 participantes.

Outros Projetos Culturais

São também de salientar, no ano em referência, outros projetos, em diferentes áreas culturais que contaram com o apoio da CGD:

- Música

  Jazz ao Centro – Encontros internacionais de Jazz de Coimbra
  Associação Arte no Tempo – Orquestra XXI
  Projeto "Amália" por Júlio Resende
  Conservatório de Música de Sintra
  Festival do Sudoeste
  Super Bock Super Rock
  Cool Jazz Fest

- Artes e letras

  Associação Portuguesa de Escritores – Prémio Vida Literária
  Prémio Pessoa
  Prémios Gazeta do Clube de Jornalistas
  Fundação Júlio Pomar (abertura ao público do Atelier Museu Júlio Pomar)
  Fundação Arpad Szènes/ Vieira da Silva
  Centro Nacional de Cultura
  Lisbon Week 2013
  Fundação Centro Cultural de Belém
  Teatro Micaelense

- Cinema e documentário

  Cinanima – Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho

Desporto

A CGD aposta na promoção do desporto enquanto condição essencial para uma vida saudável, responsável e de partilha de valores fundamentais, como a dedicação, a lealdade, o esforço e o espírito de equipa.

Neste contexto, a CGD tem desempenhado um papel ativo na promoção das modalidades amadoras, contribuindo para criar condições necessárias aos jovens atletas para que possam vir a representar não só o seu clube, como até Portugal nas competições internacionais.

Desporto: Apoio à juventude e a modalidades amadoras

No campo do investimento em infraestruturas desportivas que permitem a prática do desporto, contribuindo para o desenvolvimento social, de referir, por exemplo, as parcerias com a Federação Portuguesa de Rugby e com a Associação Académica de Coimbra.

Economia

Com o objetivo de apoiar a economia nacional, assumindo o papel do "banco das empresas", a Caixa Geral de Depósitos patrocinou diversas iniciativas dirigidas a este segmento. De salientar:

Promoção da internacionalização, empreendedorismo e inovação: promoção e participação em múltiplas iniciativas

Conferências e outras ações

- Conferência Portugal Global, em Guimarães, em 2 de julho, numa organização do Jornal de Negócios - participaram empresas clientes da CGD e as forças vivas locais sob o tema das Exportações;
- Caminho da Internacionalização, do jornal Expresso - contou com missões empresariais organizadas pelo AICEP a 6 mercados de referência da economia nacional, tendo sido realizadas várias mesas redondas e painéis;
- Conferências "Empresas na Caixa" em 22 outubro, no Porto, e em 28 de novembro, em Lisboa, uma organização do grupo Controlinveste, para promoção da oferta CGD para empresas e a partilha e reconhecimento de casos de sucesso de empresas clientes da CGD;
- Ciclo de conferências "Prémio Portugal PME" - uma iniciativa da Cofina comferindo maior visibilidade a casos de sucesso de empresas portuguesas, de diversos setores de atividade que percorreu todo o país, de norte a sul e a cerimónia de entrega de prémios realizou-se em 24 de Outubro, em Lisboa;
- Projeto AconteSer da ACEGE - ciclo de *workshops* sobre as melhores práticas empresariais, de inscrição gratuita, realizada em vários locais e sob diversas temáticas. A CGD participou no projeto como formadora em *workshops* sobre financiamento de PME, tendo sido anfitriã de várias sessões.
- Entrega dos prémios "As 1000 melhores PMEs " da Revista Exame, a 6 de dezembro, no Salão Nobre da CGD.

Empreendedorismo

Contribuindo em paralelo para a redução do desemprego e para a dinamização do setor dos bems transacionaveis, a CGD tem colocado o Empreendorismo como prioridade estratégica e de comunicação, tendo vindo a patrocinar várias iniciativas nos últimos anos. Em 2013, são de referir os apoios a:

- Atividades da Associação Beta-i, responsável pelos projetos de aceleração de start ups – Explorers, Lisbon Challenge, Beta-Start, entre outros;
- Semana Global do Empreendedorismo, incluindo a Sessão de Abertura, a 18 de novembro, no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa;
- Concurso Energia de Portugal, uma organização do Expresso, destinada a empreendedores, que decorreu entre Maio e Setembro de 2013, em Lisboa;
- Prémio da final nacional do Poliempreende, concurso de empreendedorismo organizado pelos Institutos Politécnicos, que decorreu no politécnico da Guarda;

Voluntariado

Incentivo à participação cívica e ao apoio à comunidade

A prática do Voluntariado Corporativo é um dos meios utilizados no exercício da responsabilidade corporativa, tendo em vista contribuir para um desenvolvimento global mais equitativo, participado e, por isso, mais sustentável.

O Voluntariado Corporativo na CGD tem evoluído de forma expressiva, aumentando, de ano para ano, o número de participantes e o alcance das ações, destacando-se as relacionadas com o ambiente, a educação financeira e o apoio social.

Programa *Young VolunTeam*

Voluntariado
- Parceria com a Entrajuda
- *Young VolunTeam*
- Educação para o Empreendedo-rismo

A Caixa Geral de Depósitos, em parceria com a Sair da Casca e a ENTRAJUDA e o apoio da Direção-Geral da Educação (DGE) e do Programa Juventude em Ação da Comissão Europeia, desenvolveu este programa que tem por objetivos:

- Sensibilizar a comunidade escolar para a prática do Voluntariado enquanto expressão de cidadania ativa;
- Reforçar o reconhecimento da importância desse contributo no desenvolvimento de competências fundamentais dos jovens, designadamente em áreas como a inclusão social, o empreendedorismo, a educação, o emprego e a cidadania;
- Criar um novo espaço de cidadania ativa, com oportunidades de aprendizagem e de participação que promovam não só a solidariedade, mas também a curiosidade, a abertura de espírito e o empreendedorismo dos alunos;
- Contribuir para que Portugal alcance um lugar superior no ranking europeu de voluntariado jovem.

O Programa Young VolunTeam, na 1ª edição (ano letivo 2012/2013) contou com a participação de 25 escolas, de todo o país, que se inscreveram com grupos de quatro alunos e um professor, reconhecidos pela forte capacidade de mobilização.

Os alunos atuaram ao longo do ano como embaixadores e agentes de mudança na escola, tendo desenvolvido um conjunto de atividades onde é de salientar: a organização de campanhas de recolhas de bens e alimentos; a visita a lares de idosos e instituições de apoio à criança; o apoio a instituições protetoras dos animais; a formalização de parcerias entre os agrupamentos de escolas e outras entidades para colaboração em ações de voluntariado para todos os níveis escolares, feiras de voluntariado, a instalação de uma loja solidária dentro da escola para troca solidária de roupa entre alunos.

Em síntese, os 101 alunos embaixadores mobilizaram 576 colegas das respetivas escolas, dinamizaram 216 sessões de formação para o Voluntariado, em 51 escolas do Ensino Básico, num total de 1 504 alunos envolvidos; realizaram 164 ações, campanhas e projetos de voluntariado, desenvolvendo parcerias com associações de pais, outras escolas da localidade, associações, organizações não-governamentais, juntas de freguesia, lares e centros de dia, entre outros; envolveram 108 instituições.

Foram reconhecidas e premiadas com sessões de formação do Programa Juventude em Ação e seguros da Multicare as cinco escolas vencedoras do concurso: Escola Secundária de Cantanhede, Escola Secundária D. Filipa de Lencastre de Lisboa, Escola Secundária Emídio Navarro de Viseu, Escola Secundária Gabriel Pereira de Évora e a Escola Secundária D. Manuel I de Beja, que pelo lugar de destaque obtido irá participar num campo de voluntariado internacional.

Parceria com a Entrajuda e Bolsa do Voluntariado

Em 2013, a Caixa renovou a protocolo com a Entrajuda e o apoio a um dos projetos mais carismáticos e inovadores no âmbito desta colaboração, o projeto da Bolsa do Voluntariado – uma ferramenta *on-line* e ponto de encontro entre a procura e a oferta de trabalho voluntário. A Caixa é o parceiro principal da Bolsa do Voluntariado, atualmente disponível, além do *site* www.bolsadovoluntariado.pt, também no Facebook (Volunteerbook), sendo a 1ª App no âmbito do 3.º setor, desenvolvida para Windows 8.

Participação no projeto *Junior Achievement* Portugal, com 62 colaboradores voluntários, num total de 481 horas

Educação para o Empreendedorismo

Desde de 2010 que a CGD tem vindo a colaborar no projeto "Educação para o Empreendedorismo", da *Junior Achievement Portugal* que tem como principal objetivo levar às escolas conceitos de literacia financeira, de cidadania e promoção do empreendedorismo, valorizando a criatividade e inovação.

A CGD participou no programa com um total de 481 horas de voluntariado empresarial, 62 colaboradores voluntários, em 63 turmas de várias escolas do país e mais de 1 500 alunos.

Comunicação Interna

Concurso Caixa de Ideias

Concurso Caixa de Ideias aberto a todos os colaboradores

O Concurso Caixa de Ideias é um concurso interno que promove a participação ativa dos colaboradores nos desafios estratégicos da instituição, apresentando ideias originais e inovadoras, soluções de melhoria e evolução de procedimentos, processos, produtos e serviços, exequíveis em áreas estratégicas de atuação da CGD.

Em 2013, o tema do concurso foi "As Empresas", em sintonia com o compromisso, da CGD em apoiar a economia do país, a internacionalização e a inovação das empresas portuguesas, num quadro de grande competitividade e de promoção da sustentabilidade. Foram selecionadas na faze final seis equipas multidisciplinares, tendo saído vencedora aquela que apresentou a ideia "Prospects em Agile"[1].

137.º Aniversário da Caixa

A comemoração do dia 10 de abril de 2013 foi assinalada com uma campanha de comunicação interna motivacional - 137 anos sempre juntos! - que culminou com uma mensagem do Presidente da Comissão Executiva, um *pop-up* na intranet CGD e uma oferta simbólica a todos colaboradores.

A ação comemorativa dos 137 anos da Caixa insere-se na tradução de reforço da cultura e coesão internas, alimentando os valores emocionais que fazem a identidade indelével duma marca e motivam todo um coletivo. Porque "cada um de nós, com a sua individualidade, contribui para um todo, que é muito mais do que a soma das partes."

"cada um de nós, com a sua individualidade, contribui para um todo, que é muito mais do que a soma das partes."

[1] Plataforma de carregamento e tratamento de operações de crédito.

Passatempo Postal de Natal 2013

Sob o mote "Neste Natal um dos postais da Caixa pode vir de sua casa" foi lançado, no último trimestre do ano, um concurso para desenhos realizados por crianças, nascidas entre 2003 e 2010, filhas ou netas dos colaboradores. Esta ação tinha como objetivo valorizar a criatividade e o imaginário infantil em torno da ideia "Natal e Solidariedade" e contribuir para que em família se promovesse a reflexão sobre o verdadeiro sentido do "ser solidário" e a dimensão mais humanista do Natal. O desenho vencedor foi um dos postais da Caixa disponíveis para envio eletrónico, durante a quadra das Festas 2013 e o seu autor, de quatro anos, recebeu um mini tablet numa cerimónia realizada com o patrocínio da Administração da CGD.

Intranet

Um milhão de páginas vistas no microsite "Nós Caixa"

A Intranet continua a ser o portal interno da CGD que serve de base à divulgação de toda a informação institucional e comercial. Em 2013, o n.º de páginas vistas atingiu 75,8 milhões em 2,28 milhões de visitas.

Micro-site Nós Caixa

Com um volume de 500 páginas, o microsite Nós Caixa agrupa informação de interesse para os colaboradores da CGD como, por exemplo, a dinamização de ações de voluntariado, o concurso Caixa de Ideias, passatempos, classificados, promovendo simultaneamente a interação e a motivação dos trabalhadores da empresa. O acesso ao microsite registou cerca de um milhão de páginas vistas em 2013.

Newsletter Caixa Notícias

A Caixa Notícias, lançada em 2008, é um veículo de comunicação interna que consolida o sentimento de pertença e orgulho corporativo, transmitindo as prioridades, a cada momento, para a concretização do negócio bancário.

Em 2013, contou com uma reformulação de *layout* e de alinhamento editorial e passaram a ser disponibilizados artigos de maior interesse para o leitor, relacionados com o lazer, vantagens e curiosidades.

Nós Caixa

É uma publicação em versão digital e impressa dirigida, sobretudo, ao público interno para divulgação das iniciativas institucionais mais relevantes, assim como as de temática de Responsabilidade Social de maior destaque: cultura, literacia financeira, sustentabilidade. É distribuído aos colaboradores no ativo, aos aposentados, empresas do Grupo CGD, parceiros e outras entidades.

Comunicação Digital

Contínuo desenvolvimento da comunicação digital

Procurando manter o foco no vetor da inovação, a comunicação digital da CGD foi marcada pela evolução efetuada no *site* da CGD, pela sua inclusão nas campanhas da estratégia de marketing e comunicação e também por diversos projetos ao nível dos canais *mobile* e *tablet* com uma presença reforçada nas redes sociais.

www.cgd.pt

A aposta contínua na inovação dos serviços, tendo em vista maior eficiência, segurança e conforto para os clientes traduziu-se no desenvolvimento de novas soluções no site institucional.

Deste modo, foi criado um serviço de callback que permite ao cliente solicitar apoio ou manifestar interesse na subscrição de um produto, mediante a disponibilização de dois botões: "Quero ser contactado" e "Quero subscrever". Posteriormente o cliente é contactado por um assistente do contact center para os esclarecimentos necessários.

Montra interativa em consolidação

Montra Interativa

A Montra Interativa APP Caixadirecta foi criada com o objetivo de disponibilizar um ecrã interativo com tecnologia "human motion detection" (Kinect). Depois da experiência APP Caixadirecta para Windows 8 nas montras de 3 Agências da Caixa - Gare do Oriente, Campo Grande e Rossio estão em plano de projeto a mesma instalação, agora para os 3 sistemas operativos (iOS, Android e W8) em mais agências das regiões do Norte, Centro e Sul.

APP Caixa Direta: Iniciativa pioneira em 2012 em expansão em 2013

APP Caixadirecta

Após o lançamento pioneiro para Windows 8, em 2012, a Caixa disponibilizou em 2013 a APP Caixadirecta para *tablet* e *smartphone* também nos sistemas operativos iOS e Android.

Além da componente transacional, a APP apresenta as campanhas em destaque, dá acesso a ferramentas de apoio, como o simulador do cartão Made-by, a calculadora com os mecanismos de poupança automática e a pesquisa de agências. Na APP Caixadirecta é também disponibilizado um serviço inovador – a poupança imediata – que permite transferir um montante definido pelo cliente, da conta à ordem para a conta de poupança (botão "Poupe já").

Novo *site mobile*

Os *sites mobile* da CGD foram renovados, sendo disponibilizados novos conteúdos, mais informação e uma nova imagem. No novo cenário, foi criada uma Caixa de autenticação do Serviço Caixadirecta mobile na área de particulares e do Serviço Caixa *e-banking mobile* na área de empresas.

Novos perfis nas redes sociais

Redes Sociais

Em 2013, além da Caixa Woman, foram disponibilizados os seguintes perfis: Vantagens Caixa, Caixa IU (dedicado aos jovens universitários) e Saldo Positivo (literacia financeira), que totalizaram 95 500 fãs. De realçar ainda a presença no Youtube ("brandchannel" e "Saldo Positivo") e no Instagram (Cartão MTV).

Passatempos nos Perfis de Facebook

- Perfil Caixa IU e Caixa Woman:
  - Lugar de Ouro - oferta de bilhetes para os jogos do Benfica em casa, da Liga Zon Sagres;
  - Sporting - oferta de bilhetes para os jogos do Sporting em casa

- Perfil Caixa IU:
  - Caloiros v.s. Veteranos - oferta de diversos gadgets
  - Dia dos Namorados - oferta de viagem a Amesterdão para duas pessoas
  - Lobos - oferta de bilhetes para jogos da seleção nacional de rugby
  - Queima das Fitas - oferta de bilhetes para espetáculos, em várias localidades
  - Festivais de Verão: oferta de bilhetes, passes com dormida, gadgets
  - Lisbon Week e Mobilidade: oferta de duas bicicletas com imagem Caixa IU
  - 1º Aniversário do perfil Caixa IU: oferta de 12 gadgets
  - Conferências
- Perfil Caixa Woman:
  - Dia dos Namorados: oferta de uma viagem a Barcelona para duas pessoas
  - Mulheres com Chama: oferta de bilhetes para o jogo no FCP dedicado ao Dia da Mulher
  - Mulheres com Garra: oferta de bilhetes para o jogo no SCP dedicado ao Dia da Mãe
  - Dia da Criança: oferta de bilhetes para a Kidzania
  - Cartão Made By: lançamento de inquérito para a escolha da imagem para a próxima campanha PUB deste produto e oferta de impressoras multifunções às melhores criatividades dos participantes
  - Caixa Alfama: oferta de bilhetes para este festival de Fado
  - 4º Aniversário do perfil: oferta de experiências Odisseias
  - Dia da Poupança: oferta de bilhetes para celebração especial do dia da poupança na Kidzania
  - Júlio Resende: oferta de bilhetes para concerto Amália by Júlio Resende
  - Restaurant Week: oferta de workshops com um dos chefs
  - Natal: oferta 10 *tablets*
- Perfil Vantagens Caixa
  - Este perfil tem semanalmente passatempos com ofertas dos diversos parceiros dos cartões bancários CGD.

Digital *Signage*

Televisão corporativa com rede editorial em contínua inovação

Com uma plataforma tecnológica de terminais para televisão corporativa, instalados em 308 agências, o sistema *inline* da Caixa Geral de Depósitos é um canal de comunicação institucional e comercial de elevada relevância no contacto com os atuais e potenciais clientes.

A grelha editorial da programação de 2013 seguiu os padrões estratégicos da CGD, nomeadamente nas áreas da Sustentabilidade Ambiental, da Responsabilidade Social e do apoio à Cultura e às Artes, privilegiando conteúdos com particular interesse para a Comunidade.

Publicações

Cx

Revista de marca, com periodicidade trimestral, distribuída por correio a clientes Caixazul e Caixa Woman e disponibilizada nas Agências da CGD e por parceiros. Visa reforçar o posicionamento da marca junto de vários públicos, a exposição e a valorização da sua missão, objetivos e atividade, possibilitando ainda colocar a CGD no centro de discussão em torno de temas incontornáveis à sociedade portuguesa.

Caixa Empresas

Trata-se duma revista dirigida ao segmento empresas, com periodicidade trimestral. Parte da tiragem – encarte num jornal económico - é distribuída através da rede comercial.

Comunicação Institucional e Comercial

A abordagem estratégica de comunicação da CGD foi alvo de renovação, dando ênfase ao conceito que define a Caixa como o Banco das Pessoas, dando voz aos seus anseios e expectativas, " ajudando-as a dar a volta", num comtexto económico ainda dificil, mas cuja recuperação depende de todos.

A mensagem "A Caixa é a força motriz!" traduziu-se em campanhas que reforçaram a ideia de que a Caixa é o Banco que está a ajudar o país a.

Há um Banco que está a ajudar o país a dar a volta. A Caixa. Com certeza.

A CGD é a marca bancária mais valiosa e com maior índice de reputação, marca de confiança que lidera o grupo financeiro mais sustentável de Portugal. Neste contexto foi lançada uma campanha de comunicação para divulgar os prémios atribuídos à Caixa Geral de Depósitos. Num segundo momento, com a mensagem "Reconhecimento traz Responsabilidade" a Caixa agradeceu o voto de confiança do público.

Continuar a construir uma marca próxima dos Portugueses e reforçar o seu posicionamento enquanto referência única e força motriz da economia nacional foram os desígnios do novo conceito de comunicação da Caixa em 2013: "Há um banco que está a ajudar o país a dar a volta. A Caixa. Com Certeza."

1.3.7. CAPITAL HUMANO

Em 2013, a estratégia associada aos Recursos Humanos (RH) da CGD pautou-se pela prossecução do Programa de Racionalização Orgânico-Funcional/ Modelo Funcionamento Corporativo, operando com vista a potenciar sinergias entre as diversas Unidades e a Sede e, desenvolvendo a cultura de Grupo.

Associado ao modelo de gestão cooperativa, a CGD tem vindo a readaptar a sua atuação de coordenação e gestão global dos recursos humanos, mantendo como linhas estratégicas o apoio prestado às áreas de negócio e restantes Unidades, o reconhecimento do mérito, a gestão do potencial, o desenvolvimento de competências e o equilibrio entre a vida pessoal e profissional dos seus colaboradores.

Gestão das Pessoas:

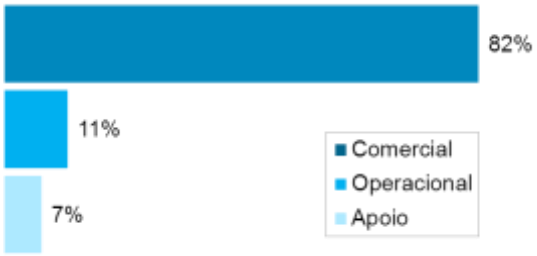
- Motivação;
- Qualidade das condições de trabalho;
- Equilíbrio entre vida pessoal e profissional;
- Desenvolvimento do talento numa ótica continuada e a prazo

Nesse sentido, e considerando o atual contexto económico-financeiro e as mudanças de paradigma de negócio, a CGD continuou o reajustamento do quadro de pessoal, com uma redução de 500 colaboradores em 2013.

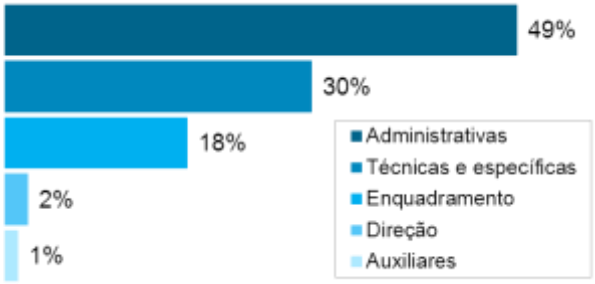
Em 31 de Dezembro de 2013, pertenciam ao quadro global da CGD 9 892 empregados, dos quais 8 971 afetos à atividade bancária doméstica.

Importa, por outro lado, salientar que este reajustamento teve por base a constante preocupação com o rejuvenescimento do efetivo da Caixa, através da substituição das saídas por aposentação e por acordos de suspensão da prestação de trabalho dos empregados, com consequências diretas no incremento do nível de habilitações literárias da Instituição.

DISTRIBUIÇÃO POR ÁREAS

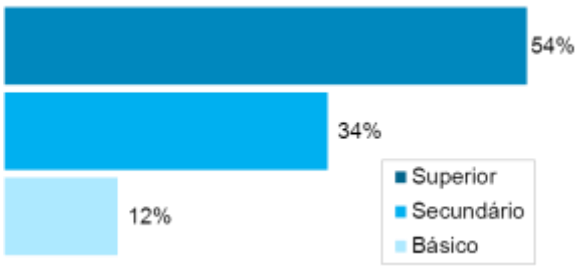


DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL



A idade média dos empregados em 2013 aumentou 0,61 anos, de 42,15 para 42,76 anos de idade, mantendo-se a tendência de reforço gradual do número de empregados com habilitações ao nível do Ensino Superior que atingiu 54%.

DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS



NÚMERO DE COLABORADORES CGD

			Variação	
	Dez-12	Dez-13	Absoluta	(%)
Global da CGD (1)	**10 392**	**9 892**	**-500**	**-4,8%**
Serviço Efetivo (1)	**9 378**	**8 971**	**-407**	**-4,3%**
Entradas	552	284	-268	-48,6%
Saídas	683	691	8	1,2%
Principais indicadores				
Idade média	42,2	42,8	0,6	1,4%
Antiguidade média	17,3	18,0	0,6	3,6%
Taxa de Habilitações superiores ao Ensino Secundário	52,8%	54,7%	2,0	3,7%
Taxa de Feminização	56,3%	56,7%	0,4	0,8%
Taxa de Absentismo	4,7%	4,9%	0,3	5,4%

(1) Colaboradores com vínculo à CGD.

Recrutamento e Gestão de Competências

A Caixa manteve a sua política de orientação para a valorização dos seus recursos humanos.

Promoção do conhecimento e mobilidade interna

O investimento no desenvolvimento de carreira dos seus colaboradores tem-se revelado uma preocupação constante, que se traduz na criação de oportunidades de evolução profissional, através de processos de mobilidade interna, que permitem o desenvolvimento das suas competências e a concretização das suas expectativas.

No âmbito do recrutamento externo, a CGD manteve a sua estratégia de proximidade com as Universidades, designadamente as que ministram cursos em áreas de interesse para a Banca. Neste quadro, à semelhança de anos anteriores, a CGD manteve a sua presença em 9 Feiras de Emprego promovidas pelos Gabinetes de Saídas Profissionais e pelas Associações de Estudantes das Universidades e, no âmbito do Programa de Estágios proporcionou 322 estágios, ao longo do ano de 2013, a finalistas de licenciatura ou mestrado e a recém-licenciados das áreas financeiras.

Destes, 160 corresponderam a Estágios Profissionais, 102 a Estágios Curriculares e, 60 a estágios de Verão concedidos no âmbito das “Academias de Verão”.

Dos estágios profissionais, 102 foram concedidos em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) no âmbito do Movimento Empregabilidade e integralmente direcionados para a área comercial.

Formação

Formação interna a nível transversal com particular enfoque nas áreas de suporte ao processo de transformação do Banco

O Plano de Formação da Caixa deu continuidade às orientações estratégicas do Grupo para o triénio 2011/2013, mantendo enfoque no suporte ao processo de mudança e respectiva orientação estratégica verificado a todos os níveis da estrutura.

No seguimento do ano anterior, em 2013 deu-se prioridade aos seguintes programas:

- Formação executiva dirigida aos quadros diretivos da Caixa;
- Programas vocacionados para a aquisição e aplicação de competências e ferramentas adequadas aos novos desafios do negócio empresas;

- Consolidação do processo de capacitação e certificação funcional na sequência de nomeação para novas funções.

Em 2013 registou-se um aumento de 92 688 horas de formação face ao ano de 2012, destacando-se os seguintes aspetos:

- Formação na área de Recuperação de Crédito, quer de âmbito processual, quer legislativo;
- Consolidação do papel das Equipas Regionais de Formadores Internos na descentralização da Formação;
- Incremento das metodologias e ferramentas de dinamização de ações de formação de curta duração, nas unidades de negócio;
- Consolidação da metodologia de tutoria ativa na formação *e-learning*;
- Melhoria na resposta a necessidades de formação de âmbito mais transversal, destacando-se a formação em línguas estrangeiras e ferramentas informáticas;
- Crescente importância dos tutoriais formativos como ferramentas de *rapid learning.*

Foram ministradas 476 401 horas de formação, abrangendo 10 042 participações.

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO

(horas)

Agrupamentos Funcionais	Dez-13
Direção	8 623
Enquadramento	82 493
Técnicas e Específicas	139 099
Administrativas	246 082
Outras	104
Total	**476 401**

Medicina do Trabalho

A Medicina do Trabalho é um serviço de cariz multidisciplinar, com médicos, enfermeiros, psicólogos e administrativos, que se preocupa e atua em todas as vertentes que têm repercussão na saúde global dos trabalhadores.

Apoio à saúde ultrapassa largamente as exigências legais

Assim, a Medicina do Trabalho da CGD visa não somente a prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, como visa também e acima de tudo, a saúde e o bem-estar geral dos trabalhadores em estreita colaboração com a Área da Segurança no Trabalho e o Núcleo de Ação Social.

Na medida em que visa proporcionar mais saúde, maior satisfação no trabalho e maior produtividade, a Medicina do Trabalho da CGD constitui uma mais-valia importante para os colaboradores e para a empresa.

No âmbito da atividade da Medicina do Trabalho em 2013 e em cumprimento da obrigatoriedade legal, foram efetuados um total de 7.774 exames médicos:

Exames Periódicos	6 873
Exames de Admissão	80
Exames Ocasionais	252
Entrevistas	569

Extravasando a obrigatoriedade legal, e no âmbito de prevenção em saúde, a Medicina do Trabalho da CGD realizou as seguintes atividades:

- Rastreio gineco-mamário: realizaram-se 162 consultas a 120 empregadas. Este rastreio foi feito semanalmente por médica especialista;
- Desabituação tabágica: realizaram-se 130 consultas a 25 empregados. Esta consulta é feita semanalmente por médica especialista / enfermeiras da Medicina do Trabalho;
- Nutrição: realizaram-se 502 consultas a 228 empregados. Esta consulta é feita semanalmente por nutricionista;
- Apoio ao Viajante em Serviço;
- Campanha “Maio Mês do Coração”: foram atendidos na Medicina do Trabalho 43 empregados que voluntariamente se apresentaram;
- Área de psicologia: as principais linhas de ação em 2013 foram a caracterização e o acompanhamento de:
    - Todas as situações de absentismo prolongado;
    - Todas as situações problemáticas identificadas – presentismo, absentismo intermitente, conflitos interpessoais, insatisfação, desmotivação;
    - Intervenção psicossocial em situações de crise (assaltos).

Evolução do número de colaboradores do Grupo CGD

No final de 2013 o Grupo CGD contava com 19 601 colaboradores, o que representou uma diminuição de 309 empregados face a 2012 excluindo os 2 064 empregados dos HPP-Hospitais Privados de Portugal, cuja venda foi concluída em 2013.

Redução de 309 empregados no Grupo em 2013

A expansão na rede internacional, excluindo Espanha unidade em redimensionamento, manteve-se, nomeadamente no território Africano, com o aumento de 217 e 44 empregados no Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique) e no Banco Totta Angola, respetivamente.

Redução de efetivos em Portugal inserido no ciclo natural de vida de trabalho dos colaboradores

NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD(*)

	Dez-12(*)	Dez-13	Variação	
			Absoluta	(%)
Atividade Bancária (CGD Portugal) (1)	9 401	9 049	-352	-3,7%
Outros	12 573	10 552	-2 021	-16,1%
Total	**21 974**	**19 601**	**-2 373**	**-10,8%**

(1) Inclui empregados provenientes de outras empresas do Grupo

(*) Não inclui os empregados da Esegur e da Locarent.

1.3.8. INVESTIMENTO NO FUTURO

O elevado valor atribuído pelas comunidades Portuguesas espalhadas pelo Mundo à marca CGD, reconhecida como aquela que merece maior confiança pela população, decorre em larga medida da abordagem de compromisso cívico e responsabilidade social presentes na generalidade das práticas comerciais e de gestão do Grupo.

Contribuir para a construção de um futuro sustentável, nomeadamente em termos sociais, culturais e ambientais, constitui um elemento presente nas decisões e políticas de gestão que a CGD põe em prática no seu quotidiano de instituição bancária que pretende continuar a ser reconhecida como fazendo parte da vida dos Portugueses e Portuguesas de todas as gerações, etnias e estratos socioculturais.

Este vínculo reforça o comprometimento da CGD com o seu Programa Corporativo de Sustentabilidade, permitindo atribuir um sentido prático e de maior alcance aos valores e princípios que preconiza também para o Grupo.

Construção de um melhor futuro

Em carta dirigida ao Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, a CGD aderiu em 2013 aos 10 Princípios do Global Compact. Trata-se de uma iniciativa para as empresas que se comprometam a alinhar a sua atividade com 10 princípios universalmente aceites nas áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção. Ao subscrever estes princípios, a CGD vai integrar e colaborar ativamente redes Global Compact que existam nos países onde possuam operações com impacte relevante na sociedade, economia e ambiente, contribuindo desta forma para o desenvolvimento das comunidades locais.

Adesão aos 10 princípios do *Global Compact* da ONU

No âmbito do Programa de Sustentabilidade da CGD, alinhado com as melhores práticas internacionais de responsabilidade social e ambiental, a CGD atua em cinco áreas-chave: Banca Responsável, Promoção do Futuro, Proteção do Ambiente, Envolvimento com Stakeholders e Gestão do Ativo Humano.

A CGD através da existência de um Sistema de Gestão Ambiental, (SGA), entre outras valências e benefícios, tem vindo melhorar o seu desempenho ambiental em várias áreas, nomeadamente na energia, emissões de CO2, resíduos, consumo de recursos, literacia e responsabilidade ambiental.

Sistema de Gestão Ambiental

O voluntariado corporativo tem, ano após ano, adquirido notável expressão na comunidade CGD, constituindo hoje elemento integrante do modelo da vida da empresa e dos seus colaboradores. Verifica-se de facto um efeito de contágio saudável entre colaboradores na resposta aos desafios sociais sempre presentes, mas particularmente presentes em momentos de dificuldades em que a coesão social assume relevo especial.

Voluntariado Corporativo

Destacam-se, por exemplo, as seguintes iniciativas:

- Banco Alimentar – Recolha de Alimentos;
- Junior Achievement Portugal;
- Young VolunTeam;
- Dadores de Sangue;
- Apoio a crianças com doença oncológica e respetivas famílias através da Associação Acreditar (colaboração que a CGD vem desenvolvendo há mais de uma década).

A CGD tem reforçado, de ano para ano, o investimento em ações e iniciativas do âmbito da educação financeira, destacando-se o programa de educação financeira da CGD – Saldo Positivo – com o compromisso do incentivo à educação e à inclusão financeira dos consumidores particulares e dos gestores das empresas.

A CGD tem vindo a multiplicar esforços para a criação de condições na adesão ao microcrédito, para tal dispõe de linhas de microcrédito assentes em protocolos com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e que visam apoiar projetos, mediante o acesso ao crédito bancário por parte de pessoas que, em condições normais de mercado, têm dificuldades

Apoio ao Microcrédito e ao empreendedoris-mo feminino

no acesso ao crédito. Salienta-se ainda o facto de a CGD ser líder de mercado no Microcrédito (23,4 milhões de euros), segmento em que se destaca o empreendedorismo feminino (+50%).

Linha de atendimento ao cidadão surdo

No âmbito da política de responsabilidade social e de inovação da CGD, é de realçar a nova linha de atendimento ao Cidadão Surdo através de vídeo chamada com o Caixa ContactCenter. A CGD é a primeira instituição financeira a disponibilizar este tipo de atendimento a clientes com necessidades especiais, permitindo obter informação sobre os seus produtos e serviços. O serviço funciona com o cliente a estabelecer contacto visual com um intérprete de língua gestual portuguesa, através de vídeo chamada que, por sua vez, assegura a ligação em áudio com o Caixa ContactCenter.

Em 2013 a CGD continuou a apostar nos mecanismos facilitadores e indutores de poupança, bem como no apoio ao empreendedorismo e no lançamento de algumas soluções para apoio à resolução de situações de incumprimento das famílias no crédito ao consumo, reforçando assim a manutenção do compromisso de articulação entre os objetivos de negócio e a Sustentabilidade e a Responsabilidade Social.

Num contexto de quebra de rendimentos das famílias e desemprego crescente, a CGD lançou, no início de 2013, um conjunto de soluções para a gestão do incumprimento no crédito ao consumo (crédito pessoal, facilidades de descoberto-LDN e cartões de crédito). De entre as soluções mais utilizadas, destacaram-se o alargamento de prazos (carência e amortização) e a consolidação de créditos, sempre com o objetivo de redução e adequação da prestação à capacidade financeira dos clientes.

Simultaneamente, a CGD reformulou a sua oferta de crédito pessoal ajustando-a ao novo enquadramento legislativo, mas mantendo o seu compromisso com a Sustentabilidade e Responsabilidade Social, mediante a atribuição de descontos no spread para as finalidades de formação, saúde e energias renováveis:

- A CGD financiou cursos superiores, mestrados, doutoramentos e MBA, premiando o mérito académico com descontos no spread, através do Crediformação e da linha de crédito para estudantes com garantia mútua;
- Nas energias renováveis manteve protocolos com várias entidades para a aquisição e instalação de equipamentos “amigos do ambiente”, promovendo a alteração de comportamentos, no sentido da redução do consumo de energia e da valorização do papel das florestas, prosseguindo os seus objetivos de sustentabilidade;
- A CGD manteve em comercialização o crédito pessoal saúde emergência, modalidade destinada em exclusivo para clientes de menor rendimento;
- No financiamento automóvel incentivou a compra de automóveis “amigos do ambiente” através da atribuição de reduções de spread.

Caracterizando-se por um elevado nível de identificação dos trabalhadores com a sua instituição, a CGD dará continuidade à linha estratégica definida, através do Programa “De Nós para Nós”, que integra um conjunto de projetos, desafios e objetivos transversais a toda a organização e, por isso, decisivos para assegurar a viabilidade e sustentabilidade a médio e longo prazo da CGD e de todo o Grupo.

1.4. Enquadramento Económico-Financeiro

1.4.1. EVOLUÇÃO GLOBAL

Economia mundial em crescimento com ligeiro abrandamento

De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas no início de 2014, a economia mundial terá registado em 2013 um crescimento de 3,0%, ligeiramente inferior ao observado no ano anterior (3,1%), tendo esta desaceleração ocorrido quer no bloco desenvolvido (-0,1 p.p.), quer no bloco emergente e em desenvolvimento (-0,2 p.p.).

Melhoria do enquadramento Financeiro

A atividade económica global beneficiou do reforço da liquidez providenciada pelos principais bancos centrais, do teor menos restritivo da política orçamental, sobretudo nos países desenvolvidos, e da melhoria da envolvente financeira.

Marcada influência da atuação dos bancos centrais

Os principais bancos centrais voltaram a ser determinantes para a melhoria da confiança na retoma da economia. O Banco Central do Japão, com o propósito de levar a inflação a atingir 2% num prazo máximo de dois anos, anunciou, logo em janeiro, um aumento da base monetária e o reforço das compras de ativos financeiros. Na Área Euro (AE), o Banco Central Europeu (BCE) reduziu por duas vezes a principal taxa de referência, a qual encerrou o ano num novo mínimo histórico de 0.25%. Nos EUA, a Reserva Federal (Fed) manteve o ritmo mensal de aquisição de títulos de dívida em $85 mil milhões durante todo o ano, tendo anunciado na última reunião de 2013 uma redução de $10 mil milhões nas compras a partir de 2014.

As incertezas associadas à crise da dívida soberana no seio da Europa, que marcaram o ano anterior, foram notoriamente esbatidas em 2013. A manutenção de uma postura interventiva por parte do BCE, o início da recuperação económica na região a partir do 2º trimestre do ano, após a recessão mais longa desde a criação do euro, em paralelo com uma substancial correção dos desequilíbrios macroeconómicos em diversos Estados Membros, permitiu a criação de uma maior confiança na retoma ao nível dos vários agentes económicos, para a qual contribuiram várias acções decididas pelos responsáveis, destacando-se a aprovação das primeiras medidas com vista à implementação de uma União Bancária.

Apesar da envolvente mais favorável para a atividade económica, persistiram ainda diversos fatores que pontualmente condicionaram a evolução do crescimento e deram origem a períodos de incerteza.

De referir a este respeito, o processo orçamental nos EUA, quer pela redução na despesa pública, a par de um aumento de impostos sobre as famílias, implementada no início do ano, quer pelo impasse na aprovação da Proposta de Orçamento do Estado Federal para 2014, que culminou no encerramento temporário dos serviços públicos federais não essenciais. Por seu turno, a admissão pela Fed, em maio, de que se poderia iniciar, ainda em 2013, a redução dos estímulos monetários não convencionais constituiu, também, um fator de incerteza e de oscilações dos mercados financeiros. Na AE, realce para, entre outros eventos, a crise no Chipre e nomeadamente o acordo de assistência financeira negociado entre a Comissão Europeia, o FMI e o Governo daquele país.

Nos EUA, passado o impacto negativo relacionado com os ajustamentos orçamentais no início do ano, o crescimento registou uma aceleração no segundo semestre, destacando-se a substancial melhoria do consumo privado, suportado pela contínua melhoria do mercado de trabalho, assim como do investimento privado em capital fixo.

No Japão, a adoção de políticas orçamentais e monetárias expansionistas ainda em 2012, e reforçadas em 2013, continuou a consubstanciar-se numa melhoria do crescimento, com a confiança dos empresários a voltar, em alguns casos, a máximos históricos, o

desemprego a descer e a inflação subjacente no consumidor se fixar no valor mais elevado desde o verão de 1998.

Melhoria da confiança

As economias emergentes continuaram a revelar grande dinamisno ainda que se tenha continuado a assistir a algum abrandamento já observado nos anos anteriores.

Algum abrandamento do dinamismo continuado de países emergentes

A atividade económica continuou limitada, nomeadamente devido ao preço mais baixo das matérias-primas, bem como à redução dos fluxos de capitais, que se prendeu com a subida das taxas de juro de longo prazo nas economias desenvolvidas. Os países emergentes beneficiaram porém dos benefícios decorrentes do ritmo algo mais intenso da atividade económica nas economias desenvolvidas, sobretudo durante o segundo semestre.

O bloco asiático registou novamente as maiores taxas de expansão. Apesar dos receios de abrandamento, a China cresceu 7,7%, ritmo idêntico ao de 2012.

A economia brasileira cresceu de novo abaixo do esperado. A partir do mês de abril verificaram-se sete aumentos da taxa diretora, em consequência dos níveis elevados de inflação, tendo a principal taxa de referência encerrado em 10,50%.

Desemprego elevado com algumas melhorias ainda insuficientes e não generalizadas

Os níveis de desemprego permaneceram elevados na maioria das regiões, mesmo naquelas onde se assistiu a alguns progressos positivos. Este fenónemo, em conjunto com os ajustamentos em curso em diversas economias com maior relevo no PIB mundial e a queda do preço das matérias-primas, contribuíram para que os níveis de inflação descessem substancialmente. Esta evolução favoreceu, assim, a implementação e reforço de medidas de estímulo às principais economias.

INDICADORES ECONÓMICOS

(%)

	PIB [b] (Taxas de variação)		Inflação [b]		Desemprego [b]	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
União Europeia [a]	**-0,4**	**0,0**	**2,6**	**1,5**	**10,5**	**10,9**
Área do Euro	-0,7	-0,4	2,5	1,4	11,4	12,1
Alemanha	0,7	0,4	2,1	1,6	5,5	5,3
França	0,0	0,3	2,2	1,0	10,2	10,8
Reino Unido	0,3	1,9	2,8	2,6	7,9	7,6
Espanha	-1,6	-1,2	2,4	1,5	25,0	26,4
Itália	-2,5	-1,9	3,3	1,3	10,7	12,2
EUA	**2,8**	**1,9**	**2,1**	**1,4**	**8,1**	**7,6**
Japão	**1,4**	**1,7**	**0,0**	**0,0**	**4,4**	**4,2**
Rússia	**3,4**	**1,5**	**6,5**	**6,5**	**6,0**	**5,7**
China	**7,7**	**7,7**	**2,6**	**2,7**	**4,1**	**4,1**
Índia	**3,2**	**4,4**	**10,4**	**10,9**	**n.d.**	**n.d.**
Brasil	**1,0**	**2,3**	**5,4**	**6,3**	**5,5**	**5,8**

Fontes: FMI: World Economic Outlook - Update - janeiro de 2014

(a) Comissão Europeia: European Economic Forecast - fevereiro de 2014
(b) FMI: World Economic Outlook - outubro de 2013 (para os países não membros da UE)

n.d. – não disponível

O crescimento na AE, de acordo com as Estimativas do Outono da Comissão Europeia, e em linha com as estimativas mais recentes do FMI, terá voltado a ser negativo em 2013, desta feita -0,4%, após a queda de -0,7% no ano anterior. Esta retração assentou primordialmente na procura doméstica, já que o contributo das exportações líquidas se manteve positivo. O ritmo da atividade não foi homogéneo, com as economias periféricas a registarem contrações menos acentuadas e os restantes Estados Membros da AE a apresentarem taxas de crescimento positivas, mas ainda modestas.

Economia Europeia com sinais de recuperação

O desemprego na região continuou a aumentar em 2013, ainda que a um ritmo menor, o que permitiu que a taxa de desemprego tenha permanecido praticamente inalterada em 12,1% ao longo da segunda metade do ano, o que corresponde ao nível mais elevado desde o verão de 1990.

A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 1,4%, abaixo dos 2,5% de 2012, um resultado que só foi menor em 2009, quando registou 0,3%.

Baixo ritmo de crescimento dos preços

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA EURO

Taxas de variação (%)

	União Europeia		Área do Euro	
	2012	2013	2012	2013
Produto Interno Bruto (PIB)	**-0,4**	**0,0**	**-0,7**	**-0,4**
Consumo privado	-0,7	0,0	-1,4	-0,7
Consumo público	-0,2	0,4	-0,5	0,3
FBCF	-3,0	-2,5	-4,0	-3,0
Procura Interna	-1,5	-0,6	-2,2	-1,1
Exportações	2,3	1,4	2,5	1,3
Importações	-0,3	0,5	-0,9	0,2
				(%)
Taxa de Inflação (IHPC)	2,6	1,5	2,5	1,4
Taxa de desemprego	10,5	10,9	11,4	12,1
Saldo do Setor Público Administ. (em % do PIB)	-3,9	-3,5	-3,7	-3,1

Fonte: Eurostat

Valores de 2013: Comissão Europeia: European Economic Forecast - fevereiro de 2014

PRODUTO INTERNO BRUTO

(%)

1.4.2. ECONOMIA PORTUGUESA

1.4.2.1. EVOLUÇÃO GLOBAL

Economia Portuguesa com desempenho mais favorável do que o previsto:

- Aumento das exportações em 5,8%
- Estabilização das importações em 0,8%
- Desemprego em 16,3% no final do ano, com sinais de melhoria progressiva ao longo de 2013

A economia portuguesa registou em 2013 um desempenho superior ao inicialmente previsto.

O PIB diminuiu -1,4%, após a queda de -3,2% em 2012, um resultado melhor do que o estimado, em resultado de uma contração menor da procura interna e de um contributo continuamente positivo da procura externa líquida, o que conduziu a um aumento da confiança dos empresários e das famílias ao longo de todo o ano.

De acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB português cresceu 1,6%, em termos homólogos no 4º trimestre de 2013, em larga medida devido à recuperação da procura interna, tendo-se assistido a variações em cadeia positivas nos últimos três trimestres do ano.

Saliente-se a presente capacidade de financiamento do País (economia tradicionalmente devedora em termos líquidos), que atingiu 1,8% do PIB no final do 3º trimestre.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Taxas de variação (%)

	2011	2012	2013 (a)
Produto Interno Bruto (PIB)	**-1,3**	**-3,2**	**-1,4***
Consumo privado	-3,3	-5,4	-2,5
Consumo público	-5,1	-4,8	-4,0
FBCF	-10,5	-14,3	-8,5
Procura Interna	-5,6	-6,9	-3,7
Exportações	6,9	3,2	5,8
Importações	-5,3	-6,6	0,8
			(%)
Taxa de Inflação (IHPC)	3,6	2,8	0,4*
Taxa de desemprego	12,7	15,7	16,3*
Défice do Setor Público Administ. (em % do PIB)	-9,8	-4,3	-6,4
Dívida Pública (em % do PIB)	108,2	124,1	127,8

Fonte: INE

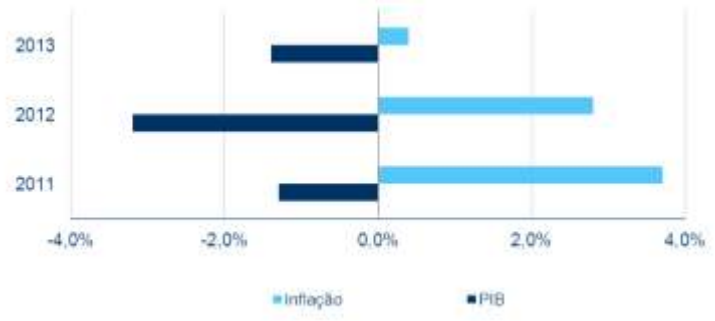
(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2014, outubro de 2013, exceto quando identificados (*)

Desaceleração dos preços no consumidor

O IHPC português registou, em 2013, uma taxa de variação média anual de 0,4%, após 2,8% em 2012. A desaceleração resultou do contributo negativo dos preços dos bens energéticos e de uma significativa desaceleração da inflação subjacente.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

(%)



No mercado de trabalho, embora continue elevada, a taxa de desemprego desceu no 4º trimestre pelo terceiro período consecutivo, altura em que atingiu 15,3%, o registo mais baixo em cinco trimestres, tendo a população desempregada no final do ano atingido os 826 700 indivíduos, o que representa um decréscimo de 10,5% face ao último trimestre de 2012.

1.4.2.2. AGREGADOS DE DEPÓSITOS E CRÉDITO

Comportamento favorável da poupança e dos depósitos de particulares

Em 2013 os Depósitos Totais tiveram um acréscimo de 3,2%, o que compara com uma taxa de variação negativa de 2,7% no ano anterior. Para este crescimento contribuiu sobretudo o comportamento dos Depósitos de Sociedades Não Financeiras.

AGREGADOS MONETÁRIOS EM PORTUGAL [(a)]

Taxas de variação (%)

	2011	2012	2013
M3, excluindo Circulação Monetária	**-2,6**	**-6,8**	**-0,2**
Depósitos Totais	11,2	-2,7	3,2
Depósitos de Sociedades Não Financeiras	-8,5	-18,8	9,0
Depósitos de Particulares e Emigrantes	9,8	0,0	1,3
Crédito Interno Total	**-2,9**	**-7,3**	**-4,1**
Crédito às Administrações Públicas [(b)]	-31,1	-6,1	-7,6
Crédito a Sociedades Não Financeiras	-3,6	-8,4	-5,0
Crédito Habitação	-1,6	-3,6	-3,8
Crédito ao Consumo e Outros Fins	-5,0	-7,3	-6,1

Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico, fevereiro de 2014

(a) Taxas de variação com base nos saldos de fim do mês. Nos agregados de Depósitos não estão incluídos os de IFNM e nos de Crédito estão incluídos os créditos titularizados

(b) Líquido dos Passivos face à Administração Central

MOEDA E CRÉDITO

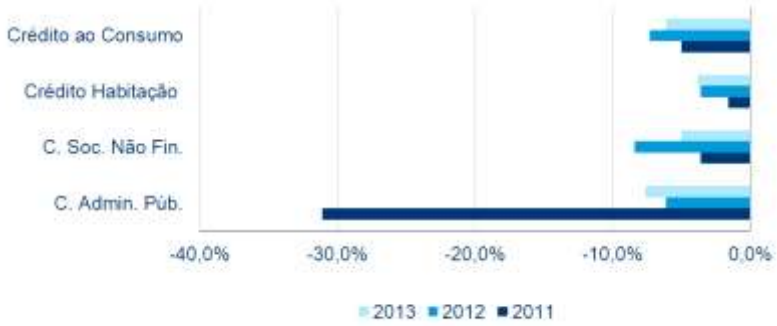
Taxas de variação homóloga (%)

Abrandamento da contração do crédito

Observou-se um decréscimo de 4,1% do Crédito Interno Total transversal a todos os setores: o Crédito às Administrações Públicas, líquido de Passivos face à Administração Central diminuiu 7,6%, o crédito a Sociedades Não Financeiras contraiu 5,0% e o Crédito a Particulares caiu 4,2%.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO EM PORTUGAL

(%)



1.4.2.3. TAXAS DE JURO

BCE: Reforço dos estímulos ao crescimento

Embora a AE tenha saído em 2013 do mais longo período de contração económica desde a sua criação, o BCE, tendo em conta os níveis de inflação muito baixos, anunciou duas novas descidas da taxa de juro diretora, num total de 50 p.b., em maio e novembro, fixando-a desta forma num novo mínimo histórico de 0,25%.

Durante a segunda metade de 2013 o Conselho de Governadores do BCE reiterou o compromisso de reforçar as medidas implementadas, no caso da materialização dos riscos negativos.

TAXAS DE JURO [a]

(%)

	2011	2012	2013			
	Dez	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Taxa dos *FED Funds*	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**
Taxa Diretora do BCE	**1,00**	**0,75**	**0,75**	**0,50**	**0,50**	**0,25**
Euribor						
Overnight	0,629	0,131	0,112	0,208	0,179	0,446
1 Mês	1,024	0,109	0,117	0,123	0,128	0,216
3 Meses	1,356	0,187	0,211	0,218	0,225	0,287
6 Meses	1,617	0,320	0,335	0,335	0,340	0,389
12 Meses	1,947	0,542	0,547	0,527	0,539	0,556
Novas Operações de Crédito						
Sociedades Não Financeiras [b]	5,89	5,08	5,14	4,97	4,80	4,60
Particulares – Habitação	4,25	3,45	3,31	3,16	3,14	3,28
Depósitos a Prazo e de Poupança [c]						
Sociedades Não Financeiras	4,14	2,71	5,52	2,29	2,14	1,97
Particulares	3,55	2,90	2,71	2,49	2,33	2,24

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Estatístico, fevereiro de 2014.
(a) Taxas relativas ao último dia do mês.
(b) Operações acima de 1 milhão de euros.
(c) Depósitos com prazo acordado até 2 anos.

Apesar de atenuadas as tensões no mercado da dívida pública, o reforço dos estímulos por parte do BCE foi também uma resposta à contração do crédito, que se acentuou.

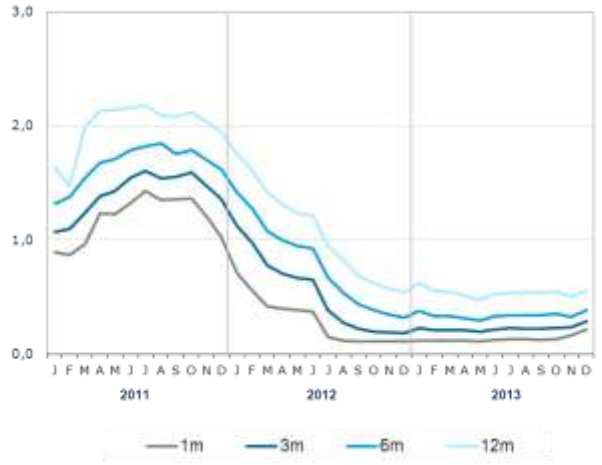
Níveis históricos baixos de taxas de juro de curto prazo

Continuou em 2013 a assistir-se a uma fragmentação financeira na AE, ou seja, de divergência dos níveis de taxas de juro praticadas nos diferentes Estados Membros.

Apesar do contexto de melhoria económica e financeira na Área Euro, as taxas Euribor permaneceram num nível muito baixo ao longo de todo o ano de 2013, tendo as taxas de 6 e 12 meses registado em maio mínimos históricos.

EURIBOR [*]

(%)



A melhoria da conjuntura económica e financeira em Portugal, a qual possibilitou uma redução dos custos de financiamento nos mercados de capitais, em conjunto com a contínua melhoria da situação de liquidez das instituições financeiras, refletiu-se numa redução das taxas de juro, mais acentuada nas operações ativas.

1.4.2.4. EVOLUÇÃO CAMBIAL

Em 2013, a maior confiança em torno da sustentabilidade da AE levou o euro a registar valorizações em relação à generalidade das moedas mais relevantes.

Acentuada valorização do euro face às principais moedas

Destaque, deste logo, para a valorização superior a 4% face ao dólar dos EUA, encerrando o ano perto de $1,38, ou seja, na vizinhança do máximo do ano. Face à libra britânica e ao franco suíço, a moeda única registou igualmente apreciações de 2,3% e 1,6%, respetivamente.

Num contexto de apetite ainda elevado por ativos de risco, e dada a incerteza em torno da inflação, a qual poderá ficar aquém do objetivo de 2% definido pelo Banco do Japão até 2014, o que poderia conduzir à necessidade de novas medidas extraordinárias de política monetária, o euro registou face ao iene uma apreciação de 26,4%, tendo alcançado o valor mais elevado dos últimos 5 anos (145,67 ienes por euro).

Face às moedas dos principais países emergentes, o euro apreciou-se 4,2% relativamente ao *renminbi* da China e 3,2% relativamente ao real brasileiro.

TAXAS DE CÂMBIO DO EURO

Valores médios mensais (%)

TAXAS DE CÂMBIO DO EURO

Valores médios mensais (%)

	USD	GBP	JPY
Dezembro 2010	1,322	0,848	110,11
Dezembro 2011	1,318	0,844	102,55
Dezembro 2012	1,312	0,813	110,02
Dezembro 2013	1,370	0,836	141,68

1.4.2.5. MERCADO DE CAPITAIS

O final de 2013 pautou-se por uma substancial melhoria do sentimento dos investidores, alicerçado na perceção de aceleração do crescimento económico nos blocos desenvolvidos, sobretudo nos EUA e na Europa.

A redução das incertezas, relacionadas com a crise da dívida soberana europeia, a ampla liquidez que se manteve nos mercados financeiros internacionais e a aceleração da atividade económica a partir da primavera, nomeadamente nos blocos desenvolvidos, constituíram os principais fatores de retoma da confiança dos investidores e restantes agentes económicos.

Os mercados de capitais encerraram 2013 a evidenciar fortes sinais de estabilização e recuperação da confiança dos investidores

A conjuntura de moderação da inflação nas principais regiões permitiu aos responsáveis pela política monetária das principais economias manter as taxas de juro de referência em níveis muito baixos por um prolongado período de tempo. Num ambiente de aumento da confiança com a retoma económica, tal teve um impacto consideravelmente positivo no sentimento geral dos mercados.

As perspetivas mais positivas com que encerrou 2013 prenderam-se, ainda, com o reforço da coordenação das políticas das autoridades europeias no sentido da estabilização e fortelecimento da União Monetária. Os decisores deram particular atenção ao processo de criação de uma União Bancária, instrumento crucial para a separação entre risco soberano e risco bancário. Neste âmbito, foi aprovada a criação do primeiro pilar, que diz respeito ao Mecanismo Único de Supervisão Bancária, e avançou-se consideravelmente no segundo pilar, o relativo ao Mecanismo Único de Resolução dos Bancos.

Para lá da economia da Área Euro ter voltado a crescer ainda durante a primeira metade de 2013, mais cedo do que aquilo que se perspetivava no início do ano, a divulgação de indicadores económicos positivos nos EUA e a resiliência da China contribuíram para que o sentimento de mercado melhorasse ao longo do ano, não obstante alguns curtos episódios de descida da confiança.

Reforço da coordenação de políticos no sentido da criação da União Bancária

Mercado Acionista

O mercado acionista dos países desenvolvidos registou em 2013 um dos melhores desempenhos anuais desde a crise de 2008/2009, o que se deveu à melhoria das perspetivas económicas, e aos estímulos monetários já referidos. Os resultados empresariais favoráveis constituíram igualmente um fator de suporte a esta classe de ativos, com o índice global da *Morgan Stanley* a registar um ganho de 24,1% no ano, quase o dobro de 13,2% alcançado em 2012.

Destacou-se o índice do Japão, o *Nikkei225*, com uma valorização de 56,7%, o segundo melhor ano da história do índice (apenas ultrapassado pela subida de 91,9% em 1972), tendo encerrado no nível mais elevado desde 2007. A depreciação de 21,3% do iene face ao dólar e de 26,5% face ao euro foi determinante para este comportamento, cujo início remonta ainda a 2012 aquando do anúncio e progressiva implementação do plano de retoma económica do atual Primeiro-Ministro Abe, com o desígnio de cessar o longo ciclo de estagnação económica e de deflação, assim como de estabilização das contas públicas.

Em 2013, a praça acionista norte-americana registou o quinto ano consecutivo de valorização, tendo os principais índices averbado sucessivos máximos históricos. O índice de referência, o S&P500, atingiu uma valorização de 29,6%, o melhor ano desde 1997, enquanto, a valorização de 26,5% do *Dow Jones* correspondeu à mais significativa da última decada. No caso do índice tecnológico NASDAQ, apesar de ter alcançado valores

máximos dos últimos 13 anos, o ganho de 38,3% em 2013 não foi ainda suficiente para anular as perdas registadas após a crise das tecnológicas de 2000/2001, não obstante ter encerrado acima do patamar dos 4000 pontos.

Durante o ano assistiu-se a valorizações inferiores dos índices europeus, mas ainda assim significativas, com destaque, para a praça irlandesa (33,6%) e para o DAX alemão (25,5%) que fechou o ano acima dos 9500 pontos, ou seja num máximo histórico. O PSI20 subiu 15,9% em 2013, o melhor resultado anual desde 2009. Para tal contribuiu a melhoria da perceção do risco soberano, bem como alguns eventos específicos de empresas que compõem o índice.

O desempenho dos mercados acionistas emergentes não foi positivo, tendo diferido do comportamento dos mercados desenvolvidos, em resultado dos receios de abrandamento económico. O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes caiu 5,0%, com destaque para as perdas de 15,5% do índice brasileiro e de 4,3% do índice chinês.

ÍNDICES BOLSISTAS

	2012		2013	
	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova Iorque)	13 104,14	7,3%	16 576,66	26,5%
Nasdaq (Nova Iorque)	3 019,51	15,9%	4 176,59	38,3%
FTSE (Londres)	5 897,91	5,8%	6 749,09	14,4%
NIKKEI (Tóquio)	10 395,18	22,9%	16 291,31	56,7%
CAC (Paris)	3 641,07	15,2%	4 295,95	18,0%
DAX (Frankfurt)	7 612,39	29,1%	9 552,16	25,5%
IBEX (Madrid)	8 167,50	-4,7%	9 916,70	21,4%
PSI-20 (Lisboa)	5 655,15	2,9%	6 558,85	15,9%

Mercado Obrigacionista

Foi visível, em 2013, um desanuviamento dos receios sobre a dívida soberana que permitiu uma redução dos *spreads* dos países que haviam sido mais penalizados, que se estendeu da dívida pública ao segmento de obrigações de empresas, quer financeiras, quer não financeiras.

Melhoria generalizada dos mercados num contexto de recuperação da confiança dos investidores

Este comportamento não decorreu, contudo, de forma idêntica ao longo do ano, dada a ocorrência de focos de instabilidade, como por exemplo a necessidade de assistência a Chipre.

No entanto, tais eventos não tiveram impacto negativo no mercado, contrariamente a situações comparáveis nos dois anos anteriores. A diferença residiu no suporte providenciado pelo BCE, que, quer por uma via qualitativa, quer por meios quantitativos, preservou os prémios de risco em níveis substancialmente inferiores aos registados no passado e criou condições para uma redução e consequente normalização progressiva destes ao longo do ano.

Assim, e na sequência da redução dos desequilíbrios nas contas públicas, correção dos défices nas contas externas, do reforço dos mecanismos de governação europeia, e perante evidência de término do enquadramento recessivo na região, assistiu-se a uma queda das taxas de rendibilidade da dívida soberana de Espanha, Itália, Irlanda e Portugal, em particular no segundo semestre.

As *yields* dos EUA subiram pela primeira vez em 4 anos, resultante da interpretação, pelo mercado, da evolução do ciclo de política monetária nesta economia. Mais especificamente, as declarações do presidente da Fed, em maio, no sentido de moderação do programa de compras mensais de ativos desta instituição no decorrer de 2013, num enquadramento de menores riscos para a economia norte-americana, despoletaram um pronunciado movimento ascendente da curva de rendimentos. Apesar de a Área Euro se encontrar num ciclo distinto de política monetária, de enviesamento para adição de maior expansionismo monetário, a taxa de rendibilidade alemã sofreu um efeito de contágio do comportamento das taxas dos EUA durante o verão de 2013.

No cômputo anual, as taxas a 10 anos, nos EUA, averbaram uma subida de 127,1 p.b., encerrando a 3,03%, o valor mais elevado desde julho de 2011. Na Alemanha, a taxa para a mesma maturidade subiu 61,3 p.b., para 1,93%.

As maturidades mais curtas registaram subidas menos pronunciadas, devido ao facto dos principais bancos centrais terem reafirmado a manutenção das respetivas taxas diretoras a um nível muito baixo durante um longo período de tempo. No caso norte-americano, a *yield* a 2 anos averbou um aumento de 13,3 p.b., enquanto na Alemanha subiu 22,9 p.b., após cinco anos consecutivos de descida, e de ter iniciado o ano em território negativo (-1,5 p.b.).

Divida Portuguesa: Bom desempenho nos mercados primário e secundário com notável estreitamento de *spreads*

Na periferia europeia, a taxa de rendibilidade das obrigações da dívida pública a 10 anos de Espanha foi a que mais se reduziu, tendo registado uma queda de 111 p.b. (-149 p.b. na maturidade a 2 anos). Em Portugal a taxa a 10 anos caíu 88,1 p.b., encerrando o ano em 6,13%, após atingir, em maio, o nível mais reduzido desde agosto de 2010 (5,24%). A redução do prémio de risco da dívida soberana portuguesa consubstanciou-se num estreitamento de 149,4 p.b. do *spread* face à dívida alemã. No prazo a 2 anos, as quedas de *yield* e do *spread* foram de 38 p.b. e 60,5 p.b., respetivamente. No ano de 2014, a tendência de descida continuou a verificar-se.

Os *spreads* registaram, desta forma, o 2º ano consecutivo de estreitamento, o que sucede pela primeira vez desde o início da crise financeira, em 2007, tendo regressado aos níveis de janeiro de 2010.

O mercado primário manteve-se dinâmico durante o ano, tendo a procura por rendibilidade pelos investidores constituído um dos principais fatores de suporte, o que proporcionou emissão de dívida em montantes significativos com preços progressivamente decrescentes.

O contexto mais otimista teve também correspondência num bom desempenho do mercado de dívida privada.

1.5. Estratégia e Segmentos de Atividade

1.5.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Não obstante o contexto adverso, o Grupo CGD tem conseguido manter e, inclusivamente, reforçar a sua posição no mercado financeiro português.

Neste quadrante, interessa destacar a liderança no que diz respeito aos depósitos, merecendo, igualmente, destaque o relevante ganho de quota de mercado no crédito a empresas.

O Grupo CGD continua a apresentar um balanço equilibrado do ponto de vista de transformação, alicerçado no bom comportamento dos depósitos e, inclusivamente, beneficiando do retorno aos mercados de capitais.

Nestes termos, a CGD tem vindo a diminuir gradualmente o recurso ao financiamento obtido junto do BCE.

Finalmente, o Grupo CGD continua a apresentar uma situação sustentada do ponto de vista da solidez financeira.

Estratégia CGD:

- Concentração no negócio bancário;
- Reforço da atividade internacional;
- Maior enfoque no financiamento às empresas;
- Continuação do processo de racionalização e aumento da eficiência operacional

Em 2011, em virtude da profunda alteração do contexto económico-financeiro português, e no âmbito do Programa de Assistência Financeira celebrado entre o Governo Português, o FMI, a Comissão Europeia e o BCE, foram estabelecidas metas de capital e de liquidez que passaram a condicionar a actividade da Caixa Geral de Depósitos. Para efeitos de planeamento e monitorização a Caixa ficou obrigada a elaborar um Plano de Financiamento e Capital que tem sido revisto e monitorizado numa base trimestral pelo Banco de Portugal e pela Troika.

Atendendo à conjuntura do País e do setor financeiro português e à consequente necessidade de adaptação da atividade, o Conselho de Administração da CGD decidiu levar a cabo uma revisão do Desafio Estratégico do Grupo para o triénio 2011-2013, definindo um conjunto de orientações de gestão específicas, e para as quais as metas regulamentares acima referidas foram determinantes.

No entanto, a implementação do referido Desafio Estratégico acabou por ser muito condicionada pelas necessidades de capital decorrentes de um conjunto de regras emanadas pela EBA, nomeadamente a criação de *buffers* de capital para determinados riscos soberanos, e que implicaram um reforço de capital da CGD em junho de 2012. Este processo de recapitalização foi considerado "Ajuda de Estado" à luz da legislação europeia e obrigou a CGD a apresentar um Plano de Restruturação que demonstrasse, entre outros aspetos a sua sustentabilidade a médio longo prazo e a sua capacidade para reembolsar o Estado.

Em termos estratégicos o Plano de Restruturação da CGD submetido pelo Estado português à DG Comp, veio, para além de alguns compromissos de natureza comportamental, reforçar a estratégia que vinha sendo implementada, com particular destaque para os seguintes vetores:

- Concentração da atividade na banca de retalho, sobretudo através da venda da atividade de seguradora e da saúde;
- Desalavancagem de outros ativos *non-core* através da venda das restantes participações não estratégicas, bem como a gestão do *run-down* de ativos parqueados na sucursal da CGD em Espanha;
- Melhoria da eficiência operacional na atividade doméstica, dando continuidade ao esforço de redução dos custos operacionais já verificado, nomeadamente através

da otimização do número de agências e de empregados e da renegociação dos serviços contratados;

- Reestruturação da operação em Espanha, sobretudo pela redução da rede de agências do BCG Espanha e do respetivo quadro de pessoal e pelo desenvolvimento de uma nova abordagem comercial, mais focada no retalho de particulares e de empresas e no negócio *cross-border* com Portugal.

Por último, em maio de 2013 o Acionista único da CGD veio reafirmar a sua Missão, destacando como prioridade a orientação da atividade creditícia para as empresas, sem colocar em causa a adoção de uma adequada política de gestão de risco. Em concreto, para além de objetivos quantitativos indicativos foi reforçado o enfoque nos segmentos de empresas que atuam nos mercados de bens transacionáveis, com vocação exportadora ou substitutas de importações.

Plano Estratégico

O Plano Estratégico do Grupo CGD está estruturado em dois desafios chave:

1.º Desafio: Proteger e reforçar a saúde financeira (Solvência, Liquidez e Rendibilidade) do Grupo CGD, em resposta às necessidades geradas pelo novo enquadramento económico e do sector financeiro.

2.º Desafio: Transformar a CGD, focalizando na atividade no negócio bancário, de forma a assegurar a sustentabilidade e competitividade do Grupo a nível organizativo e de modelo de negócio.

O primeiro desafio preconiza a resposta às necessidades criadas pelo novo contexto da economia e do sector financeiro, mesmo em cenários mais adversos, fortalecendo a evolução de indicadores do Grupo de forma a assegurar a capitalização do Banco com um Core Tier I de 10% a partir de 2012, a geração de um retorno sobre o capital de 10% a 5 anos, a manutenção de um rácio de transformação estável em torno de 110-120%, considerando um cenário de abertura dos mercados após 2013, e uma crescente integração corporativa das Unidades de Negócio do Grupo numa lógica de gestão, oferta e serviço multinacional.

Promoção da poupança

O segundo desafio visa preparar e garantir a sustentabilidade e competitividade da CGD a nível organizativo e de modelo de negócio face ao novo paradigma do sector bancário, transformando o atual modelo de negócio do banco em Portugal e integrando-o em termos de oferta com a rede internacional, garantindo um maior enfoque em serviço/transação com menor dependência de margem financeira, um modelo de serviço mais adequado à evolução expectável do mercado e às necessidades de segmentos chave – Gama Alta, Não Residentes e Empresas/ PMEs de Bens Transacionáveis – e o necessário suporte em plataformas, processos e RH otimizados e adequados às novas exigências do mercado.

As principais Diretrizes Estratégicas definidas para concretizar os Desafios citados são:

Diversificação das fontes de financiamento

a) Captar poupança e diversificar fontes de liquidez, adotando uma estratégia comercial que permita reduzir o risco de liquidez do balanço, através da captação de recursos de balanço na atividade bancária de retalho e da diversificação das fontes de financiamento nos mercados internacionais;

b) Continuar o processo de redução do Balanço através da alienação dos ativos *non core*, no sentido de cumprir um rácio de transformação alinhado com o objetivo definido;

Robustez em matéria de solvência e liquidez

c) Cumprir os novos objetivos para o rácio de solvabilidade, nomeadamente o Core

Tier I;

d) Proteger e dinamizar a geração de receita;

Recuperação da rentabilidade

e) Reestruturar o modelo corporativo, implementando um novo modelo empresarial que permita eliminar o impacto da volatilidade do mercado de capitais nos resultados do Banco e que permita a adequação dos rácios prudenciais às novas regras definidas em Basileia III. Este novo modelo considerará o desinvestimento em ativos financeiros *non core* e exigirá a criação dos mecanismos necessários ao desempenho das funções de natureza corporativa, designadamente as ligadas à gestão estratégica, gestão de risco e gestão de liquidez;

Gestão integrada do risco

f) Otimizar todos os processos relacionados com a gestão do risco, com particular relevância para uma gestão mais integrada do imobiliário do Grupo e para o processo de acompanhamento e recuperação de crédito;

Eficiência operativa

g) Melhorar a eficiência através da adoção de um programa que permita aumentar os níveis de produtividade, num contexto de desalavancagem e de mudança dos principais determinantes de negócio, quer da Rede Comercial quer dos Serviços Centrais. Tal será possível através do redesenho de processos e da identificação do efetivo de referência face à atividade e às funções desempenhadas por cada unidade orgânica. Na sequência destas medidas, o rácio *cost-to-income* deverá atingir um valor inferior a 50%;

h) Rever a presença internacional do Grupo CGD, considerando a necessidade imperiosa de desalavancagem do Balanço individual e consolidado, estabelecendo na medida do possível as formas de presença mais adequadas para apoiar o processo de internacionalização das empresas portuguesas. Neste ponto assume particular relevância a restruturação da operação do Grupo em Espanha no sentido da melhoria dos seus indicadores de rendibilidade e de eficiência;

Apoio às melhores empresas Portuguesas

i) Aumentar o esforço de apoio a exportações / internacionalização, devendo a CGD assumir-se como banco de apoio às empresas exportadoras, aumentando a sua contribuição para o desenvolvimento económico do país através do reforço da competitividade e da internacionalização das empresas portuguesas. Neste âmbito, destaca-se a aposta nas operações de comércio externo e no produto "passaporte ibérico";

j) Aumentar a quota nas PME, devendo a CGD posicionar-se como o Banco de primeira relação das melhores PME;

Relacionamento com clientes em melhoria contínua

k) Apoiar a capitalização das empresas e microfinança, sendo considerada a intervenção nesta área fundamental para assegurar o financiamento de investimentos necessários ao aumento da competitividade das empresas e à diminuição dos encargos financeiros;

Reforço da abordagem multicanal

l) Reforçar a estratégia multicanal no relacionamento com os clientes. Neste âmbito, o desenvolvimento da banca à distância deverá permitir a reconfiguração da rede física de agências, adotando novas localizações e novos formatos mais flexíveis. Assim, a CGD deverá conseguir uma maior proximidade junto dos clientes em simultâneo com a racionalização dos custos e um aumento na eficiência operativa;

m) Dinamizar a gestão do talento e promover a mobilidade dos recursos humanos.

Por último, as estratégias e políticas definidas para o Grupo visaram o cumprimento dos seguintes objetivos corporativos:

- Liquidez
  - Rácio de transformação inferior a 120%
  - Utilização de *funding* do BCE inferior a 10 vezes as reservas mínimas de caixa
  - Convergência do *Stable Funding ratio* para 100%
- Solvabilidade

  Rácio de *Core Tier I*:
  - 10%, considerando as regras de Basileia II
  - 9%, considerando as regras da EBA
  - Cumprir os mínimos de capital do *stress test* da EBA
- Eficiência
  - Convergência do rácio de Comissões líquidas/Custos com pessoal para 100%
  - Convergência do *cost-to-income* (BdP) para 50%

1.5.2. SEGMENTOS DE ATIVIDADE

1.5.2.1. BANCA COMERCIAL

Em 2013, o Grupo CGD manteve os seus vetores estratégicos fundamentais: apoio continuado às famílias e empresas portuguesas num enquadramento de aumento de eficiência e na senda de um regresso a patamares de rentabilidade conformes à posição de referência que a CGD detém no sistema financeiro.

Com o objetivo de reforçar o posicionamento da CGD como força motriz da economia, a ação comercial evidenciou um enfoque crescente no financiamento às empresas ao longo de 2013. A CGD pretende ser o primeiro Banco, nomeadamente das melhores PME, capitalizando no desenvolvimento do negócio externo, sobretudo entre regiões com presença da CGD, o que contribuirá para o desenvolvimento do negócio e para a recuperação da rentabilidade do Grupo.

Promoção da poupança e financiamento à economia com reforço do crédito às empresas

As políticas adotadas para a prossecução conjunta destes objetivos, entendidos, aliás, pela CGD como expressando a sua principal missão, deverão corresponder a um novo paradigma de atuação dos agentes económicos portugueses, o qual em 2013 começou já a refletir-se na atividade do País.

Rede e canais de distribuição

Prosseguindo o programa de otimização operativa e de racionalização de custos que o Plano de Reestruturação aprovado para o período 2013-2017 veio confirmar, verificou-se um ajustamento da rede de retalho doméstica, que em 31 de dezembro de 2013 era constituída por um total de 804 unidades de negócio, com a seguinte repartição:

Prossecução da política de aumento de eficiência operativa e racionalização de custos

a) 737 agências com atendimento presencial (uma redução de 56 agências face ao final de 2012);

b) 38 agências automáticas (um aumento de 20 agências automáticas em 2013);

c) 29 Gabinetes Caixa Empresas (uma redução de 7 Gabinetes).

Ainda assim, privilegiando a proximidade aos clientes de todo o País, a CGD continua a ser o único Banco a assegurar uma presença física em todos os concelhos nacionais, mantendo assim a capilaridade da rede doméstica, com forte evidência nos rácios da utilização.

O redimensionamento e otimização da rede comercial da CGD em Portugal, conjugada com a progressiva expansão dos canais não presenciais, permitiram corresponder às necessidades de cada cliente, reforçando a qualidade de serviço através nomeadamente do reforço da gestão relacional dos clientes e aumento do número de comerciais afetos a atendimento personalizado e clientes com gestão dedicada.

Melhoria da qualidade de serviço com redimensionamento da rede e aperfeiçoamento e extensão de canais não presenciais

Modelos de serviço

Não obstante a redução do número de agências com atendimento presencial, a rede comercial da CGD beneficiou de outras intervenções que contribuem para diferenciar positivamente a experiência do Cliente e a dinâmica comercial, particularmente através:

- da melhoria das condições de acolhimento e de funcionalidade das agências, com o reforço da implementação do Novo Modelo de Atendimento, abarcando 87% da rede presencial;
- do alargamento dos serviços de gestão dedicada, com enfoque na proximidade e o acompanhamento dos clientes nos diversos segmentos, englobando presentemente mais de 885 000 clientes Particulares e 38 500 Empresas, com:
  - Serviço Caixazul presente em 78% das Agências (mais 5% do que em 2012);
  - Serviço Caixa Empresas assegurado na generalidade da rede de agências e com uma rede própria de 29 Gabinetes;
  - Serviço Caixa Mais disponibilizado por 1 069 Assistentes Comerciais, com gestão de aproximadamente meio milhão de clientes (mais 25 000 que em 2012).
- da consolidação dos modelos de serviço de gestão relacional à distância para segmentos específicos de clientes:
  - Caixadirecta internacional e Caixazul internacional para clientes residentes no estrangeiro;
  - Caixadirecta IU para estudantes universitários;
  - Caixadirecta Mais para pós-universitários com preferência por canais remotos.
- do robustecimento da experiência multicanal do cliente, por via da crescente integração de serviço entre a agência e os canais à distância, designadamente, através:
  - do acesso *on-line* ao Gestor Dedicado/Assistente Comercial do Cliente em todos os canais de *home banking* (em 2013 os assistentes comerciais Caixa Mais ficaram online e a articulação multicanal foi alargada aos canais mobile);
  - da funcionalidade de *callback* no site www.cgd.pt, acessível a todos os utilizadores, no sentido de soliciatarem o contacto do Caixa Contact Center para esclarecimento de dúvidas ou para subscrição de produtos.

Modelos de serviço em melhoria contínua para responder a novo paradigma de atuação dos agentes económicos Portugueses

A gestão relacional integrada e a crescente intervenção humana nos canais à distância permitem corresponder às principais necessidades de cada cliente, embora preservando sempre a consistência da relação com o gestor comercial, otimizando deste modo a concretização de negócio.

A avaliação da qualidade de serviço e da satisfação dos clientes constitui um dos pilares estratégicos de diferenciação da Caixa Geral de Depósitos, e é realizada nomeadamente através de técnicas como, por exemplo, as visitas mistério à rede comercial e os inquéritos de opinião aos clientes (entrevistas telefónicas). Este processo de avaliação engloba todas as unidades de negócio e gestores de cliente responsáveis pelo acompanhamento personalizado de clientes particulares e empresas residentes em Portugal e no Estrangeiro.

Estes processos regulares são conjugados com outros estudos sectoriais e de *benchmarking* que constituem uma importante ferramenta para o conhecimento mais aprofundado dos clientes, dos seus comportamentos, atitudes e expectativas.

Em termos de resultados, a evolução consistentemente positiva dos índices globais da qualidade de serviço e da satisfação de clientes reforça a perceção de uma melhoria da qualidade global do serviço prestado, que tem vindo a ser traduzida em elevados níveis de fidelização e recomendação.

Assim, em 2013, mais de 50% dos clientes particulares que têm uma interação regular com o Banco recomendam a CGD (clientes que, numa escala de 1 a 10, respondem 9 ou 10 à pergunta «Se lhe pedirem a opinião sobre um Banco, qual é a probabilidade de recomendar a CGD?»).

Empresas:

- Aumento continuado da quota de mercado de crédito
- Evolução visível favorável dos depósitos de empresas

Empresas

A CGD tem como objetivo ser o primeiro Banco das melhores PME, na prossecução da sua estratégia e no âmbito da Carta de Missão emanada do seu acionista. Neste sentido, através do serviço Caixa Empresas - serviço de atendimento personalizado e aconselhamento financeiro às PME, Micro Empresas e Empreendedores - a CGD dispõe de uma oferta completa, inovadora e diferenciadora que visa apoiar as empresas nacionais com base nos seguintes vetores de atuação:

- Disponibilização de produtos e serviços exclusivos, complementada pela participação em linhas protocoladas de apoio ao investimento e à tesouraria e em linhas supranacionais que apoiam as empresas portuguesas nos mercados de destino;
- Melhoria do acompanhamento especializado às PME Nacionais através do alargamento da base de Gestores Caixa Empresas;
- Apoio às empresas exportadoras e produtoras de bens transacionáveis, com especial enfoque em determinados setores como a agricultura e o turismo;
- Apoio financeiro à tesouraria das empresas e à aquisição de equipamentos, bem como a disponibilização de instrumentos facilitadores do seu relacionamento com clientes e fornecedores.

Serviço Caixa Empresas apresenta dinamismo particular, decorrente da abordagem da CGD enquanto “Banco das Empresas”

Uma das medidas adotadas em 2013 traduziu-se na angariação de novos clientes, desafio que foi bem-sucedido. De facto, aumentou o número e o envolvimento de clientes empresa, e para esta evolução muito contribuiu uma mudança de paradigma na estratégia de concessão de crédito às empresas, nomeadamente com predominância no crédito de curto prazo.

Sob o lema "Há um banco que está a ajudar a economia a dar a volta. A Caixa. Com Certeza." foram lançadas várias campanhas de apoio às empresas, presentes na televisão, imprensa, rádio, digital e pontos de vendas, com especial enfoque nas PME e empresas exportadoras e produtoras de bens transacionáveis, e apresentadas várias soluções de apoio à tesouraria, financiamento, investimento e capitalização das empresas.

O lançamento de novos produtos e linhas específicas potenciou o reforço da quota de mercado da CGD no segmento das empresas (18,2% em dezembro de 2013, com uma evolução favorável de +0,9 p.p. desde dezembro de 2012). Neste contexto destacam-se nomeadamente:

Linha Caixa Empresas Exportações

Esta linha conta com mais de 4 900 operações enquadradas no montante total de 823 milhões de euros e visa apoiar a flexibilização da tesouraria das empresas exportadoras ou produtoras de bens transacionáveis, apresentando três vantagens principais:

- Flexibilização do prazo e das condições em operações de médio e longo prazo ou novas operações;
- Benefícios condicionados à relação comercial com a CGD, através de uma grelha de bonificações no spread;
- Antecipação de recebimentos de exportação, no prazo de 48 horas para clientes com limites contratados.

Apoio à tesouraria e capitalização das empresas portuguesas

No que respeita ao apoio à tesouraria e à capitalização das empresas, é de destacar o lançamento dos seguintes produtos:

Nova oferta responde a novas necessidades

- IVA EnCaixa - assente na mensagem "Receba mais cedo o reembolso do IVA", produto diferenciador para antecipação de recebimentos do IVA, sob a forma de limite para crédito de curto prazo, que permite o adiantamento até 100% dos reembolsos de IVA apresentados à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), com prazo até 120 dias e pagamento de juros e capital no final do prazo;
- Caixa Maistesouraria - um produto diferenciador no mercado, que garante pagamentos e recebimentos numa única solução, que permite às empresas exportadoras nacionais anteciparem os recebimentos decorrentes da sua atividade. Para ilustrar este atributo, a comunicação assentou no conceito "Um bom parceiro para manter a tesouraria a funcionar".

A oferta para empresas inclui ainda a linha Caixa Capitalização, uma linha de crédito até 5 anos, pioneira no mercado nacional que combina atributos de dívida e de capital, com prazo de reembolso alargado e pagamento na maturidade (*bullet*), sem exigência de garantias hipotecárias e sem intervenção no capital nem na gestão. A campanha de

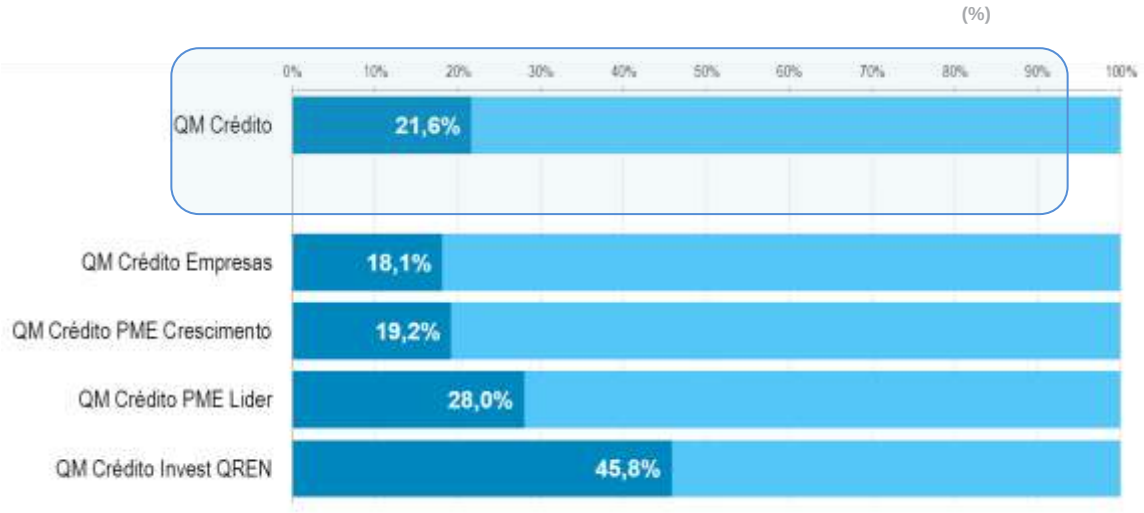
publicidade decorreu nas agências de venda, no site cgd.pt e na imprensa com o posicionamento "Somos a equipa certa para reabastecer o capital da sua empresa."

Liderança em importantes linhas de crédito destinadas às melhores PME

Linhas protocoladas

A captação de novos clientes empresa, tendo em vista a sua vinculação à CGD como o Banco de primeira relação, contribuiu em grande medida para a liderança nas linhas de crédito protocoladas PME Crescimento 2013[1], com uma quota de mercado de 19,2%, PME Invest[2], com uma quota de 19,1%, e Investe QREN, com uma quota de mercado de 45,8%.

Quotas de Mercado - Linhas de Crédito



O universo de empresas nacionais distinguidas em 2013 com o Estatuto de PME Líder totalizou 6 980 empresas, das quais 1 958 são clientes CGD (cerca de 28%). Segundo dados do IAPMEI, a CGD apoia 252 PME Excelência, sendo o banco com mais novas adesões Líder.

Enfoque na capitalização, inovação e empreendedorismo das PME

É importante referir que, em 2013, não obstante a agressiva concorrência sentida neste segmento naturalmente disputado por todos os bancos a operar em Portugal, o segmento das empresas, em particular as microempresas e as PME, foi o mais dinâmico na contratação de operações de crédito na CGD, com destaque para:

- Investe QREN (Quadro de referência Estratégica Nacional)

A CGD continuou a promover a linha Investe QREN, lançada em outubro de 2012, destinada a assegurar o financiamento da contrapartida nacional privada associada à realização de operações no âmbito do QREN no montante global de 1 000 milhões de euros, dos quais 600 milhões de euros se destinam a projetos apresentados por PME.

- Linha PME Crescimento 2013

[1] Linhas de crédito destinadas a investimento novo em ativos fixos, reforço do fundo de maneio ou dos capitais permanentes, e (até 30% do empréstimo) para liquidar dívidas contraídas, quer junto do sistema financeiro nos 3 meses anteriores à contratação da operação, quer para regularização de dívidas em atraso à Administração Fiscal e Segurança Social.

[2] Linhas de crédito com o objetivo de facilitar o acesso das PME ao crédito bancário, nomeadamente através da bonificação de taxas de juro e da redução do risco das operações bancárias através do recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia Mútua.

A CGD divulgou ativamente junto dos seus clientes a linha PME Crescimento 2013, lançada em janeiro de 2013, e destinada a promover a criação de emprego e o crescimento económico pela via do investimento ou das exportações, incluindo dotações específicas para empresas exportadoras (700 milhões de euros) e para o setor primário (até 10% do montante global).

- Linhas PME INVESTE/PME Crescimento

Na sua estratégia de apoio às empresas, a CGD tem dinamizado proactivamente as linhas PME Investe e PME Crescimento, onde se registou um montante superior a 5 660 milhões de euros no volume de candidaturas apresentadas através da CGD, tendo ainda aderido às medidas de alargamento destas linhas para 2013.

Oferta específica para setores agrícola, da pecuária e das pescas

Apoios aos sectores Agrícola, Pecuário e das Pescas

Para o sector primário, a CGD apoiou a capacidade produtiva e reforço da tesouraria das empresas através de uma oferta diversificada para apoio à atividade, ao investimento e à exportação, incluindo as seguintes linhas:

- Alargamento do prazo de reembolso em linhas de apoio aos sectores da agricultura e das pescas destinado a apoiar a tesouraria das empresas;
- Linha de crédito para empresas com operações aprovadas ao abrigo do PRODER e do PROMAR, destinada a complementar o financiamento destes projetos de investimento na agricultura e nas pescas;
- Linha de crédito PRODER Intempéries destinada a recuperar a capacidade produtiva das explorações agrícolas que foram afetadas pelas condições climáticas adversas que se verificaram no nosso País;
- Crédito de campanha protocolado com o IFAP – instrumento tradicional de apoio à atividade agrícola no sentido de agilizar as condições de acesso e de reintroduzir a possibilidade de bonificação de juros, em condições específicas.

Apoios ao sector do Turismo

A CGD manteve as linhas de crédito protocoladas em 2012 com o Turismo de Portugal, nomeadamente:

- Carência de capital adicional aos financiamentos anteriormente aprovados ao abrigo dos Protocolos Bancários celebrados em financiamentos ao abrigo de linhas de crédito de apoio ao sector do turismo;
- Linha de crédito de apoio à tesouraria das empresas do sector do turismo – para antecipação de recebimentos a prazo que as empresas turísticas detenham sobre terceiros: remessas documentárias, letras, cheques, faturas (factoring);
- Linha de crédito de apoio à qualificação da oferta para empresas do sector do turismo para criação e requalificação de empreendimentos ou atividades de animação.

Social Investe: linha de crédito específica para o setor social

A CGD protocolou ainda com o Turismo de Portugal a nova linha de apoio à consolidação financeira das empresas do Turismo que visa disponibilizar às empresas condições para se proceder ao alargamento dos prazos de reembolso das operações de crédito anteriormente contratadas, permitindo adequar o serviço de dívida aos meios que estas libertam com a sua atividade e assim assegurar uma melhor gestão da sua tesouraria.

Social Investe

A CGD protocolou uma linha de crédito, denominada Social Investe, específica para as entidades que integram o sector social, com o objetivo de as incentivar ao investimento e ao reforço da atividade em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção, na

modernização dos serviços prestados às comunidades, na modernização de gestão e no reforço de tesouraria.

Inovação de produtos e serviços

Oferta continuadamente renovada

Ao longo do ano de 2013, a CGD reforçou a sua competitividade no mercado através do lançamento e melhoramento de produtos com características inovadoras.

Caixa Empreender

Trata-se de uma "conta-corrente no bolso" para novas empresas (empresas com menos de dois anos de atividade de todos os setores). As principais vantagens são:

- Autonomia - utilização através da conta à ordem e TPA;
- Flexibilidade - pagamentos pela totalidade ou parciais, numa linha a 36 meses;
- Rapidez - disponibilização de uma linha de crédito para apoio da tesouraria de curto prazo até 50 mil euros;
- Benefícios exclusivos - "Poupança Caixa Empreender" remunerada por escalões;
- Benefícios em seguros de proteção ao negócio - Multicare PME e cartão ActivCare, Multiriscos, Acidentes de Trabalho, Vida Grupo.

O modelo de serviço Caixa Empresas tinha no final de 2013 uma rede própria de 29 Gabinetes com 108 gestores para apoiar PME, e espaços próprios na rede de agências CGD com uma equipa de 266 gestores para apoiar Empresários em Nome Individual e Micro Empresas.

Seguindo sempre uma clara política de pricing ajustado ao risco, a contratação de novas operações de crédito a empresas, contribuiu para enfrentar dois desafios com que a CGD se depara: a prevenção do incumprimento e a recuperação da margem financeira. Assim, o *pricing* das novas operações, ajustando-se à realidade da economia portuguesa e ao risco de cada cliente, procura salvaguardar a rentabilidade das operações e o controlo do risco de crédito.

Neste sentido, mantiveram-se as medidas de acompanhamento do incumprimento e prevenção do risco, nomeadamente a disponibilização de alertas de negócio sobre risco de crédito, a flexibilização do prazo em contratos de médio e longo prazo para empresas de bom risco e o aumento dos níveis de colaterização e garantia das operações. A CGD procedeu também à atualização da sua política de pricing, adequado ao risco das empresas, cumprindo as regulamentações de Basileia II, reforçando a competitividade nos clientes de melhor risco.

Cartão Caixa Break e Cartão Caixaworks

Em 2013, foi lançado um novo cartão para apoiar as empresas na gestão diária. "Faça a prova e saboreie os benefícios" foi a mensagem selecionada para o lançamento - na rádio, imprensa, digital e agências CGD - do novo cartão destinado ao pagamento do subsídio de refeição, com vantagens fiscais para a empresa e para o trabalhador.

O cartão Caixaworks, por seu turno, foi alvo de reforço de comunicação na rede de agências.

Fundos de investimento

Neste ano, foram comunicados vários fundos de investimento criados para dar resposta às diversas necessidades das empresas: Fundo Caixa Crescimento para reforçar a

capacidade produtiva e apoiar a exportação, Fundo Bem Comum para a criação de novas empresas e Fundo de Desenvolvimento Urbano Jessica para dinamizar a atividade económica nos centros urbanos.

Oferta setorial

Melhoria do serviço às famílias Portuguesas sempre no centro da estratégia CGD

Para as empresas do setor do comércio e serviços, foi lançada a nova tecnologia contactless nos Terminais de Pagamento Automático. A mensagem "É pagar e andar" salientou a principal vantagem desta tecnologia inovadora do serviço netcaixa: a rapidez e simplicidade dos pagamentos em lojas com grande fluxo de clientes. A campanha contou com imprensa especializada, digital e publicidade nos pontos de venda da Caixa e comerciantes aderentes.

O setor primário foi também um setor estratégico para a Caixa. "Por terra e mar, a Caixa apoia os seus projetos", através da disponibilização de 152 milhões de euros para financiamento imediato e em condições flexíveis.

Particulares

Serviços Caixa Mais e Caixazul: duas abordagens complementares no universo de clientes particulares

Em 2013, a CGD confirmou a aposta na proximidade aos Clientes Particulares com a crescente personalização da relação e enfoque em produtos e serviços inovadores, tendo presente elevados padrões de satisfação dos clientes, a qualidade do serviço prestado e iniciativas orientadas para o estímulo à poupança e à vinculação dos clientes.

Neste âmbito, a CGD deu continuidade às ações de reforço da gestão relacional dos clientes, aumentando o número de comerciais afetos a atendimento personalizado e consequentemente o número de clientes com gestão dedicada. Simultaneamente foi reforçada a disponibilização de meios e funcionalidades de interação com os clientes, ao nível dos canais eletrónicos.

Caixa Mais

Os clientes particulares são acompanhados através de um de dois modelos de serviço presenciais:

- Modelo Universal, transversal a toda a rede de Agências;
- Modelo de Serviço Caixa Mais, um serviço personalizado de gestão relacional que acompanha os Clientes particulares com potencial de crescimento de negócio.

A carteira de clientes Caixa Mais tem contribuído para o aumento da rentabilidade e foi a que mais cresceu em 2013, com mais de 800 000 clientes com acompanhamento comercial diferenciado. Todas as agências universais disponibilizam o serviço Caixa Mais e em 90%, ou seja, em 664 agências, 1 069 assistentes comerciais acompanham cerca de 500 000 clientes.

CGD: O Banco de todos os Portugueses

No âmbito da estratégia de vinculação de Clientes foram desenvolvidas duas campanhas publicitárias a promover as vantagens Caixa ao dispor dos clientes que detêm os produtos bancários base para organizar a vida financeira, gerir o dia-a-dia e poupar para o futuro.

A primeira, "Ser Cliente Mais é Somar 12 Vantagens" deu a conhecer as 12 vantagens Caixa e a segunda, já em setembro, sublinhou a capacidade de cada um em "dar a volta", mudar ou acrescentar algo de novo às suas vidas, contando com o apoio dum parceiro como a CGD.

Caixazul

O modelo de serviço destinado ao segmento dos clientes de gama alta – Caixazul – está atualmente presente em 576 agências (78% da Rede), através de 961 gestores dedicados, responsáveis pelo acompanhamento e apoio a um universo de aproximadamente 300 000 clientes de gama alta. Trata-se de uma oferta de produtos e serviços exclusivos com um atendimento personalizado, com o objetivo de prestar um serviço de excelência, consubstanciada nomeadamente em:

- Atendimento personalizado, assegurado por um Gestor Dedicado, em espaço exclusivo nas Agências;
- Disponibilidade 24 horas/ 7 dias por semana, através do Gestor *on-line* no serviço Caixadirecta telefone, *on-line*, *mobile* e APP (pedido de *callback*, troca de mensagens seguras, apoio na realização de transações e marcação de reuniões);
- Acesso a produtos financeiros exclusivos ou com condições especiais, dos quais salientamos:
    - Cartão Platina, de elevado prestígio, diferenciando-se de outros cartões de crédito por ter um pacote de seguros distinto que inclui, entre outros, um seguro de saúde e internamento hospitalar e um serviço exclusivo de concierge;
    - Depósitos a prazo *on-line* exclusivos para prazos de 1, 3, 6 e 12 meses (Caixazul Netf@cil e Caixazul Netpr@zo).

Enquanto Banco de todos os portugueses, a CGD objetiva igualmente aumentar a taxa de penetração no segmento de gama alta.

Ao longo de 2013, realizaram-se diversas campanhas de dinamização com o objetivo de aumentar o relacionamento comercial e simultaneamente aprofundar o envolvimento emocional com estes clientes, das quais se destacam:

- EDP COOL JAZZ - Caixazul

O EDP COOLJAZZ é um evento musical de referência que tem vindo a apostar em nomes e artistas consagrados, mas dando também a conhecer novas referências, nacionais e internacionais.

A edição de 2013 decorreu durante o mês de julho e contou com nomes como John Legend, Diana Krall, Rufus Wainwright, Ana Moura e Luísa Sobral.

Para dinamizar este evento foram oferecidos 250 bilhetes duplos aos primeiros Clientes Caixazul com ordenado domiciliado que constituíram um depósito Caixazul Netpr@zo durante o período da campanha (1 a 16 de junho).

- Campanha de Natal Caixazul

A CGD, em Parceria com a Chicco, ofereceu um livro a todas as crianças internadas no Instituto Português de Oncologia (Lisboa, Porto e Coimbra) por cada cliente Caixazul que subscreveu um Depósito Netpr@zo 3M, 6M e 12M, durante o período da campanha (13 a 20 de dezembro).

Além destas campanhas, e à semelhança de anos anteriores, promoveu-se o conhecimento, a fidelização e a vinculação dos Clientes Caixazul, nomeadamente mediante:

- Apresentação de oportunidades de negócio através do Gestor on-line;

- Dinamização dos contactos, tendo em vista o registo de dados informativos e comerciais;
- Recolha de informação para caracterização e registo do perfil de investidor dos clientes;
- Ações de dinamização de cross-selling e de up-selling, que proporcionam aos clientes a escolha diversificada de produtos, cobrindo necessidades financeiras próprias de cada fase do ciclo de vida e do perfil financeiro;
- Apresentação personalizada das 12 vantagens para Clientes Mais (titulares de conta à ordem com ordenado, pensão ou reforma domiciliada, serviço Caixadirecta, cartão de débito e cartão de crédito): dia-a-dia, poupança, financiamento e aquisição de seguros;
- Adequação e sofisticação da oferta, em termos do crédito pessoal, com benefício direto para clientes Caixazul, com reduções no spread para finalidades associadas à sustentabilidade e responsabilidade social: formação, saúde e energias renováveis.

Em 2013, a CGD manteve a aposta na divulgação do serviço Caixazul, tendo sido realizadas:

Segmento Universitário: Potencial de criação de valor

- Emissão bimestral da newsletter Caixazul, enviada a mais de 180 000 clientes;
- Disponibilização mensal do extrato global, com informação das posições em ativos e responsabilidades;
- Reestruturação de conteúdos do site Caixazul;
- Publicação de anúncios de imprensa divulgando produtos específicos e exclusivos;
- Patrocínio de eventos de Ordens Profissionais com protocolo com a CGD, nomeadamente a Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Economistas.

Universitários e Residentes no Estrangeiro

Os segmentos de clientes universitários e residentes no estrangeiro constituem segmentos estratégicos para a CGD, pelo seu contributo para o total de captação junto dos clientes particulares e pelo potencial de criação de valor. A continuidade da relação preferencial com a CGD no momento da integração na vida profissional, principal objetivo estratégico da gestão do segmento universitário, conduziu à transição de mais de 13 000 clientes pós-universitários para novos serviços mais apropriados à nova etapa do seu ciclo de vida.

O ano de 2013 foi mais um ano de afirmação da liderança da CGD no mercado Universitário, enquanto parceiro de negócio da larga maioria das Instituições de Ensino Superior em Portugal. Mais de 60 protocolos ativos com os estabelecimentos de ensino aportaram benefícios para a comunidade académica, com perto de 280 mil clientes (estudantes e demais segmentos) a escolherem a CGD como o Banco de primeira relação.

Promoção da poupança através da inovação e da sensibilização de todos os segmentos de clientes

Promover o apoio ao conhecimento e ao mérito académico, através da atribuição de bolsas de investigação, prémios monetários aos melhores alunos e estágios curriculares e de aproximação à vida profissional; fomentar o empreendedorismo através do patrocínio de concursos e apresentação de soluções financeiras específicas para jovens empreendedores; apoiar as necessidades financeiras dos estudantes durante a vida académica e no momento de ingresso na vida profissional são os eixos de atuação da CGD no mercado universitário.

As agências universitárias, localizadas em cerca de 20 *campus* universitários foram especialmente desenhadas para responder às necessidades da população de cada estabelecimento de ensino, assegurando um atendimento de proximidade.

No que concerne à oferta para jovens, o principal objetivo foi reforçar a comunicação com estes Clientes, de forma a incentivar os seus hábitos de poupança.

A campanha "Dá uma volta às tuas poupanças e põe os teus planos a andar" apostou na promoção da conta CaixaProjecto e dos cartões LOL Júnior e LOL. No âmbito desta ação foram concedidos prémios (bicicletas e iPods) para oferta aos clientes que efetuassem maiores reforços de conta CaixaProjecto e/ou associassem aos seus cartões a função poupança.

A associação aos Universitários e a divulgação da marca Caixa IU consubstanciou-se em várias ações, como a presença em eventos académicos (queimas das fitas e receções aos caloiros) e festivais de verão. Realizaram-se ainda as campanhas de captação e fidelização: "Nova Época Universitária" (com presença de stands em Universidades protocoladas) e "Caixa Poupança Superior Festivais de Verão" (que premiava os maiores e mais rápidos depósitos em poupança com passes para os festivais de verão).

Residentes no estrangeiro: "Há um Banco que o aproxima de Portugal. A Caixa. Com certeza".

No que diz respeito aos clientes Residentes no Estrangeiro, foi adicionado um elemento gráfico (o azulejo) que passará a ser identitário da comunicação para este grupo e criou-se uma assinatura específica "Há um Banco que o aproxima de Portugal. A Caixa. Com Certeza.".

Com o objetivo de aumentar o relacionamento comercial e simultaneamente aprofundar o envolvimento emocional com estes clientes, ao longo do ano de 2013 realizaram-se diversas campanhas de dinamização, integrando o conceito: "É bom ser Português" e dando enfoque na importância de investir em Portugal, das quais destacamos:

- Campanha de Páscoa - apoiada numa ação publicitária sob o headline "Diversifique a sua Poupança" teve como principal objetivo promover as soluções de poupança da CGD (em euros e dólares americanos);
- Campanha de Verão - contou com meios publicitários no estrangeiro e em Portugal, apostou na mensagem "É bom ser português e ter vantagens cá e lá" e valorizou a venda de imóveis da Caixa, as soluções de poupança e a divulgação do serviço Caixadirecta RE. Esta campanha contou ainda com ações de boas vindas nas fronteiras e com espaços de atendimento especializado em 70 agências em Portugal, com maior afluência de clientes residentes no estrangeiro;
- Campanha de Natal - sob o claim «É bom ter um Natal bem Português e em Família», destacou o Serviço Caixa Família, que permite agrupar várias contas de poupanças para todos poderem beneficiar de uma taxa de juro superior à que teriam individualmente.

Foram realizadas, adicionalmente, ao longo de 2013, várias ações de Conhecimento do Cliente que permitiram potenciar a relação de proximidade entre o cliente e o seu gestor, com vista, nomeadamente, à construção de propostas personalizadas.

Avaliação contínua do nível de satisfação do cliente

Complementarmente, a CGD prosseguiu a consolidação dos modelos de serviço de gestão à distância, o Serviço Caixazul Internacional (para clientes com maior património) e o Serviço Caixadirecta Internacional, disponível através das linhas telefónicas gratuitas do Serviço Caixadirecta e do Caixadirecta on-line.

Ao nível da Satisfação do Cliente, foi aferido o nível de serviço, tendo sido realizados inquéritos telefónicos aos clientes com gestão à distância, confirmando-se uma avaliação positiva.

Outras Ofertas Integradas

Paralelamente, a CGD tem vindo também a aprofundar as Ofertas Integradas – conjunto de soluções financeiras dirigidas a grupos específicos de clientes: mulheres, jovens, 55+ e bebés/ futuros pais.

Cada Oferta é enriquecida à medida das preferências dos Clientes para a gestão do dia-a-dia, poupanças e projetos de médio e longo prazo e é suportada com presença digital através de conteúdos específicos em www.cgd.pt e do envio regular de newsletters, com destaque para novidades, produtos em campanha e propostas de parceiros.

My Baby

Especificamente no âmbito da Oferta My Baby, a CGD esteve presente na Conferência "Cuidar do nosso filho, Cuidar de nós", promovida pela editora Goody, no Grande Auditório da Culturgest. Neste mesmo evento e em parceria com o Centro Pré e Pós Parto de Entrecampos, a CGD participou igualmente em workshops dirigidos exclusivamente a avós.

Os temas abordados incidiram sobre a educação e os cuidados na gravidez e até aos três anos de idade das crianças, devidamente articulados com a oferta financeira da CGD para esta fase do ciclo de vida, nomeadamente, cartão pré-pago My Baby, oferta Caixa Woman, oferta Caixa Activa e poupanças e depósitos a prazo para o bebé e família alargada, destacando-se o serviço Caixa Família.

Serviço Caixa Família

Poupar na Caixa é simples, fácil e natural

O Serviço Caixa Família oferece a possibilidade de criar uma rede de poupança na família (rede natural de cada cliente) e, dessa forma, melhorar a taxa de juro de cada conta individual com atribuição de um escalão de remuneração superior (em função do saldo global), aplicável a todas as contas.

As vantagens atribuídas no Caixa Família são ainda mais relevantes para clientes que apresentem um nível de relacionamento com a CGD enquanto primeiro Banco – através da domiciliação dos rendimentos, tendo acesso, nestes casos, a melhores condições de remuneração nos primeiros dois semestres.

Caixa Activa

Na sequência da revisão do modelo de *Customer Publishing* teve inicio uma parceria com a Revista Ageless. De assinalar também a presença da CGD, apresentando as melhores plataformas, produtos e soluções para este importante mercado, no evento "Portugal Activo", que tem por finalidade promover uma vida ativa e um envelhecimento de excelência.

Caixa Woman

Relativamente à oferta Caixa Woman premiaram-se as clientes que, tendo aderido ao cartão de crédito Caixa Woman entre 1 de junho e 31 de julho de 2013, apresentaram o maior volume de faturação em compras naquele período. O primeiro lugar ganhou um fim de semana para duas pessoas com carro de aluguer, e as seguintes cinco clientes um iPad cada.

No âmbito das comemorações do Dia da Mulher e do Dia da Mãe, a Caixa promoveu as iniciativas "Mulheres com Chama" num jogo no Futebol Clube do Porto e "Mulheres com Garra" no Sporting Clube de Portugal. Apoiou também a ação de Natal "Castilho Golden Christmas".

Assinalando-se o dia Mundial da Poupança, a oferta Caixa Woman lançou em outubro de 2013 um depósito estruturado a três anos, indexado à performance das ações de quatro indústrias (cosméticos e produtos de beleza, vestuário, produtos de luxo e produtos de grande consumo), com uma TANB média mínima de 1,560% e máxima de 2,956%.

Ainda envolvendo estas clientes, a CGD, em parceria com a Chicco, ofereceu um livro a todas as crianças internadas no Instituto Português de Oncologia (Lisboa, Porto e Coimbra), por cada cliente que subscreveu um depósito Caixa Woman 3M, 6M e 12M durante o período da campanha (13 a 20 de dezembro). Ao nível do crédito, destaca-se a atribuição de reduções de spread no crédito pessoal para as finalidades de formação e saúde.

Investimento e Poupança

Para potenciar a captação de novos recursos e a retenção dos vencimentos, disponibilizaram-se soluções de poupança e investimento ao longo de 2013, associadas a produtos disponíveis na oferta da CGD.

Em termos de Depósitos, a CGD manteve em campanha seis iniciativas bimestrais de captação de recursos (oferta base e oferta integrada de depósitos) e dez soluções de poupança automática, cujo racional criativo foi construído tendo como referência, que na Caixa, a ação de “Poupar” é simples, fácil e automática: “Poupe automaticamente até quando está a namorar".

Dinamização de soluções de rendimento e de reforma

A mensagem que a CGD tem transmitido resume-se a que Poupar acontece naturalmente nas ações do dia-a-dia, manifestando-se nomeadamente em pequenas ações de todas as pessoas e das suas famílias, agindo a CGD como agente facilitador deste processo.

Em 2013, ocorreu ainda o lançamento pontual de depósitos com acesso exclusivo para determinadas ofertas integradas, designadamente:

- Caixa Activa - depósito indexado;
- Caixa Woman - depósito indexado;
- Clientes com o vínculo Cliente Mais - dois depósitos indexados e um depósito a prazo simples, associado ao evento Caixa Alfama;
- Clientes com vencimento de obrigações “CGD 2007/2017, 1ª emissão” - depósito Caixa Dia da Poupança;
- “Caixa Dia da Poupança 2010/2013” - um depósito a prazo simples disponibilizado aquando do dia da poupança.

Realizaram-se sete campanhas de seguros de capitalização de médio/longo prazo, que garantem o capital no final do prazo e disponibilizam uma remuneração fixa.

No âmbito dos fundos de investimento, procedeu-se ao lançamento de um novo fundo de investimento mobiliário aberto, Caixagest Ações Líderes Globais, com um prazo de investimento indicado de cinco anos, para o perfil de investidor arrojado e ainda à realização de doze ações de dinamização dos fundos de investimento em oferta permanente.

No que concerne às soluções de rendimento e de reforma, efetuaram-se as seguintes ações de dinamização de PPR e fundos de pensões:

- Dinamização de quatro séries especiais de PPR (Levexpert);
- Cinco ações de dinamização dos três fundos de pensões da oferta permanente da CGD, Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Prudente e Caixa Reforma Valor.

Destacam-se ainda as seguintes iniciativas:

- Novo questionário do perfil do investidor – no segundo semestre de 2013 disponibilizou-se um novo questionário para aferir o perfil do investidor, com o objetivo de assegurar uma melhor adequação da oferta de produtos;
- Participação na colocação da oferta pública de venda dos CTT;
- Seguros não financeiros enquanto complemento da oferta de seguros:
    i. Ações de dinamização – lançamento de nove iniciativas de dinamização de seguros de proteção de bens e de pessoas, com a colocação de 64,5 mil novos contratos, correspondendo a 41,5 mil novas pessoas seguras;
    ii. Iniciativa Índice Posse de Seguro – oferta do prémio da 1ª anuidade de um cartão Activcare geral aos Clientes vinculados e Caixazul detentores de um seguro do ramo não vida em vigor, aquando da contratação de um novo seguro de venda permanente;
    iii. Iniciativa Caixa Seguro Lar – oferta de 10% de desconto no prémio comercial de todas as anuidades da apólice Caixa Seguro Lar aos Clientes vinculados e Caixazul detentores de um seguro do ramo não vida em vigor e uma apólice Caixa Seguro Lar com mais de 10 anos que, aquando da contratação de um novo seguro Pack Recheio.

Bom desempenho na captação de recursos pela rede comercial

Setor Público Administrativo

O relacionamento com os clientes da CGD pertencentes ao setor público administrativo (SPA) registou alguma alteração em resultado, nomeadamente, do novo enquadramento legal de 2013, que indica que os fundos destas entidades deverão ser centralizados no Tesouro, o que teve natural impacto nos depósitos. Não obstante, é de referir que a CGD continuou a ser o Banco que mais crédito de médio e longo prazo concedeu às entidades do SPA.

Recursos

A rede comercial em Portugal manteve em 2013 um bom desempenho em matéria de captação de recursos junto das famílias que atingiram 54 251 milhões de euros (54 770 milhões no ano anterior). Para esta evolução contribuíram positivamente os depósitos (+0,7%) e os fundos de investimento (+6%), sendo que os seguros financeiros e as obrigações registaram uma evolução negativa, de 0,7% e 36,7% respetivamente, neste último caso em grande parte devido aos títulos terem atingido a sua maturidade.

Numa situação desafogada de liquidez, a CGD continuou a ajustar a política de remuneração dos depósitos, em linha com o processo verificado ao nível geral das taxas de juro em Portugal.

No segmento de particulares, manteve-se a tradicional liderança da CGD, situando-se a quota dos depósitos em 32,6% em dezembro de 2013. Continuou a verificar-se uma cada vez melhor adequação da oferta de produtos de poupança, considerando os diferentes perfis dos clientes, cujas decisões e comportamentos se encontram também em ajustamento a um enquadramento global em renovação.

Evolução positiva (+12,8%) dos depósitos do segmento empresas em Portugal

A CGD em 2013 continuou a aumentar o enfoque na dinamização do negócio com as empresas, assistindo-se a um aumento efetivo do número de clientes neste segmento e o crescimento do respetivo volume de negócios. Foi também visível o aumento dos depósitos de empresas, para o qual contribuiu, para além do acompanhamento próximo de um maior número de empresas, a crescente adesão aos produtos de gestão de tesouraria. Deve referir-se que na sequência do aumento já registado, existe ainda margem significativa para que nomeadamente os depósitos dos clientes empresa continuem a crescer, convergindo para a quota natural da CGD neste segmento.

A totalidade dos produtos de captação do segmento Empresas na rede comercial em Portugal cresceu 10,7% em 2013, com destaque para o crescimento dos depósitos (+12,8%) e para o aumento dos fundos de investimento (+31,9%). A quota de mercado dos depósitos neste segmento aumentou de 10,8% em dezembro de 2012 para 11,4% em dezembro de 2013.

A nível do Grupo CGD o saldo dos recursos totais captados (excluindo o mercado monetário interbancário) registou um nível superior ao de dezembro de 2012, situando-se em 90 963 milhões de euros (+0,4%).

O saldo dos depósitos de clientes continuou a crescer (+1,3%) face a dezembro de 2012, ascendendo a 67 623 milhões de euros, sendo de salientar que mais de 70% destes recursos respeitavam a depósitos a prazo e de poupança.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO CGD – SALDOS

(milhões de euros)

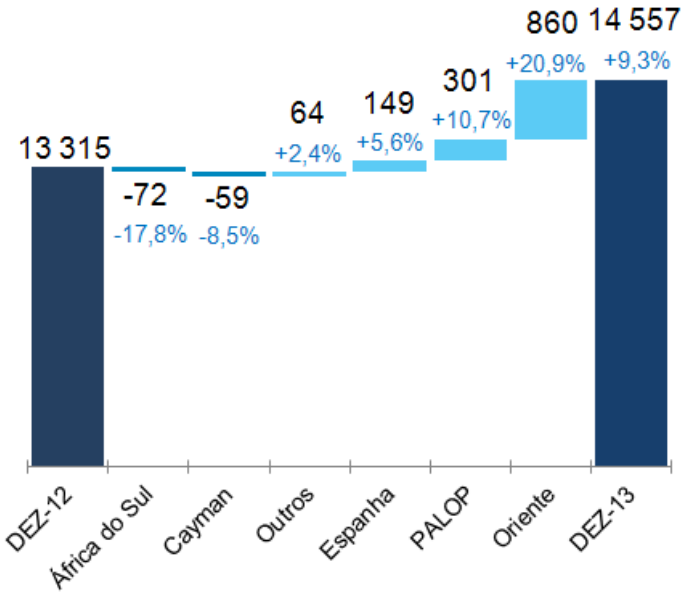
			Variação Dez-13 vs. Dez-12	
	Dez-12	Dez-13	Abs.	(%)
No Balanço	90 173	87 777	-2 396	-2,7%
Retalho	78 110	78 146	35	0,0%
Depósitos de clientes	66 776	67 623	846	1,3%
Outros recursos de clientes	11 334	10 523	-811	-7,2%
Investidores Institucionais	11 162	8 731	-2 431	-21,8%
EMTN	6 514	4 065	-2 449	-37,6%
Obrigações hipotecárias	3 042	3 810	768	25,3%
Outros	1 606	856	-750	-46,7%
Estado Português (CoCos)	900	900	0	-
Fora de Balanço	12 483	12 817	333	2,7%
Total	**102 656**	**100 594**	**-2 062**	**-2,0%**
Total (excluindo Investidores Institucionais e Estado Português)	**90 594**	**90 963**	**369**	**0,4%**

Forte contributo da rede internacional na captação total de recursos

A rede internacional continua a contribuir de forma muito expressiva para o total da captação do Grupo, com os depósitos a atingir 14 557 milhões de euros, um acréscimo de 9,3% face a dezembro de 2012, destacando-se por áreas geográficas, o Oriente (+20,9%), os PALOP (+10,7%) e Espanha (+5,6%).

DEPÓSITOS DE CLIENTES NA ÁREA INTERNACIONAL

(milhões de euros)



Aumento dos recursos "Fora do Balanço" (+2,7%)

Os recursos "Fora do Balanço" atingiram 12 817 milhões de euros no final de 2013, (+2,7%), traduzindo um bom desempenho dos fundos de pensões com uma variação positiva de 6,7% face a dezembro de 2012, tendo o saldo correspondente à atividade de gestão de patrimónios e às unidades de participação em fundos de investimento crescido respetivamente 1,1% e 2,5%.

DEPÓSITOS DE CLIENTES (CONSOLIDADO)
SALDOS

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13	Variação	
			Abs.	%
Particulares	53 127	52 760	-367	-0,7%
Depósitos à ordem	12 557	13 134	577	4,6%
Dep. a prazo e poupança	40 570	39 626	-944	-2,3%
Empresas	10 660	13 112	2 452	23,0%
Depósitos à ordem	5 517	5 205	-311	-5,6%
Depósitos a prazo	5 144	7 907	2 763	53,7%
Setor Público	2 671	1 444	-1 228	-46,0%
Depósitos à ordem	959	1 037	79	8,2%
Depósitos a prazo	1 713	406	-1 306	-76,3%
Depósitos obrigatórios	318	307	-10	-3,3%
Total	**66 776**	**67 623**	**846**	**1,3%**

Por modalidades, aproximadamente 47 939 milhões de euros (71% do total dos depósitos de clientes) respeitavam a depósitos a prazo e de poupança.

Por segmentos, refira-se o comportamento muito positivo dos depósitos de empresas, que progrediram 2,5 mil milhões de euros (+23% desde Dez 12), impulsionados pela modalidade de depósitos a prazo, com um crescimento de 2,7 mil milhões (+53,7%).

Liderança das quotas de mercado dos depósitos

A CGD mantém a liderança em termos de quota de mercado dos depósitos de clientes (27,6% em Dez 13), em Portugal. De salientar a quota no segmento dos emigrantes que ultrapassou os 41%, e no segmento de empresas um aumento significativo de 10,8% (Dez 12) para 11,4% (Dez 13).

DEPÓSITOS DE CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO (PORTUGAL) POR SEGMENTO DE CLIENTES

	Dez-12	Dez-13
Empresas	10,8%	11,4%
Setor Público Administrativo	19,3%	13,0%
Particulares	32,7%	32,6%
Emigrantes	40,6%	41,2%
Obrigatórios	96,8%	97,2%
Total	**28,1%**	**27,6%**

As responsabilidades representadas por títulos totalizaram 8,8 mil milhões de euros, correspondente a uma diminuição de 25,5% desde o final de 2012, traduzindo as reduções nos saldos das obrigações emitidas sobre o setor público, de caixa e certificados de depósito e ao abrigo dos Programas EMTN e ECP. No sentido inverso, o saldo das obrigações hipotecárias aumentou 768 milhões de euros (+25,3%), impulsionado pelo lançamento no início do ano de uma emissão de Obrigações Hipotecárias a 5 anos, no montante de 750 milhões de euros, que marcou a reabertura deste segmento de mercado às instituições financeiras portuguesas.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13	Variação	
			Abs.	%
Emissões do Programa EMTN [(a)]	6 950	3 982	-2 967	-42,7%
Emissões do Programa ECP	636	21	-615	-96,7%
Nostrum Mortgages	353	223	-130	-36,8%
Obrigações hipotecárias	3 042	3 810	768	25,3%
Obrigações sobre o setor público	617	612	-5	-0,8%
Obrigações de caixa e certificados de depósito	201	143	-58	-29,0%
Total	**11 799**	**8 791**	**-3 008**	**-25,5%**

(a) Não inclui emissões classificadas como Passivos Subordinados.

No âmbito de passivos subordinados, a CGD captou recursos que totalizaram 2,5 mil milhões de euros, o que representou um decréscimo de 381 milhões (-13,1%) face a dezembro de 2012.

PASSIVOS SUBORDINADOS

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13	Variação	
			Abs.	%
Emissões do Programa EMTN (a)	1 145	1 141	-4	-0,4%
Obrigações de Conversão Contingente (CoCos)	900	900	0	-0,0%
Outros	859	482	-377	-43,8%
Total	**2 905**	**2 524**	**-381**	**-13,1%**

(a) Não inclui emissões classificadas como Responsabilidades Representadas por Títulos.

Crédito

Crédito: Enfoque nas melhores empresas Portuguesas, particularmente nas dos setores de bens transacionáveis

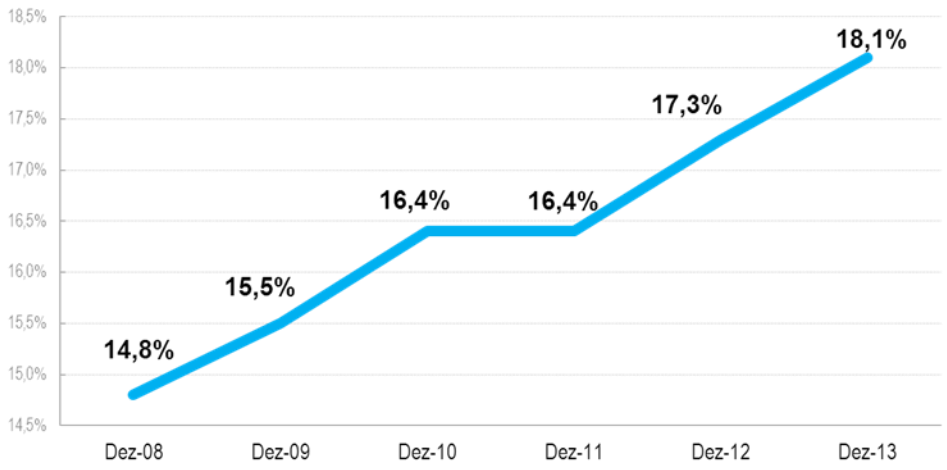
A CGD aumentou em 2013, na sequência do já verificado em anos anteriores, o seu enfoque no crédito a empresas, de forma a potenciar as suas capacidades de produção e exportação, apoiando a sua capitalização e promovendo a inovação e o empreendedorismo. A Carta Missão, divulgada a 31 de maio de 2013 pelo Acionista da CGD confirma de facto a trajetória seguida pelo Grupo:

"reorientar a sua carteira de crédito e oferecer condições de crédito adaptadas às condições de financiamento da economia portuguesa, salvaguardados critérios prudentes de avaliação de risco. (…) visando contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas e para o aumento da capacidade exportadora. Num sentido mais amplo, a Caixa Geral de Depósitos deve contribuir para a alteração estrutural da economia portuguesa, mais assente no setor dos bens transacionáveis".

Importa referir que a CGD reforçou a sua quota de mercado no segmento de crédito às empresas dirigindo-se, como já se referiu, para valores mais próximos do que se entende ser a sua quota natural. Em dezembro de 2013, a quota de mercado no crédito a empresas era de 18,1%, correspondendo a um reforço de 0,8 p.p. desde o início do ano, sendo que nos últimos cinco anos a variação foi de +3,3 p.p..

QUOTA DE MERCADO - CRÉDITO EMPRESAS

(%)



Deve salientar-se, que continua a acentuar-se a evolução favorável do crédito direcionado às melhores e mais dinâmicas PME portuguesas.

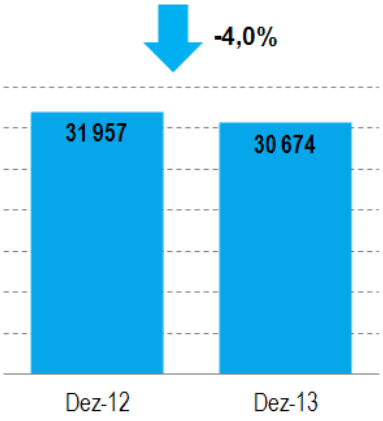
No crédito a particulares, em 2013 verificou-se um decréscimo do volume de crédito concedido, refletindo a conjuntura atual de recessão, de agravamento fiscal e de níveis elevados de desemprego.

No segmento do crédito à habitação deve referir-se que, em 2013, se registou uma variação positiva homóloga de cerca de 6,7% na contratação de novas operações, embora esta variação não tenha sido suficiente para compensar a redução do stock por via das amortizações. O saldo do crédito à habitação concedido pela rede comercial em Portugal reduziu-se assim em 4,0% em termos homólogos, atingindo 30 674 milhões de euros no final de 2013.

Variação positiva no crédito hipotecário não compensa o aumento das amortizações

CARTEIRA DE CRÉDITO HABITAÇÃO - REDE COMERCIAL (PORTUGAL)

(milhões de euros)



Em dezembro de 2013 o volume de crédito concedido pelo BCI Moçambique registou um acréscimo de 159,0 milhões de euros (+16,7%), em relação a dezembro de 2012. O BNU Macau e o BCG Brasil apresentam também evoluções positivas, crescendo 109,2 e 59,9 milhões de euros respetivamente.

Crédito em crescimento, nomeadamente na Ásia e em África

Em sentido inverso, a Sucursal da CGD em França e as unidades do Grupo em Espanha foram responsáveis por 68,6% do referido decréscimo do crédito bruto da rede internacional no decurso de 2013: em França, país em que a conjuntura económica continua frágil, a carteira de crédito decresceu 369,9 milhões de euros (-9,5%) e em Espanha, operação da CGD em reestruturação, 402,1 milhões de euros (-7,8%).

Em termos consolidados, o crédito a clientes (bruto) atingiu 74 588 milhões de euros no final de 2013, valor inferior em 4 362 milhões comparativamente a dezembro de 2012, o que traduz uma redução de 5,5%.

CRÉDITO A CLIENTES - CONSOLIDADO [a]

(milhões de euros)

	Dez-12 [b]	Dez-13	Variação		Estrutura	
			Absoluta	(%)	Dez-12	Dez-13
Empresas e Institucionais	35 781	33 714	-2 067	-5,8%	45,3%	45,2%
Setor Público Administrativo	4 534	3 995	-539	-11,9%	5,8%	5,4%
Particulares	38 635	36 879	-1 757	-4,5%	48,9%	49,4%
Total	**78 950**	**74 587**	**-4 363**	**-5,5%**	**100,0%**	**100,0%**

(a) Atividade consolidada e antes de imparidade.
(b) Para efeitos de comparabilidade, os valores relativos a 2012 são proforma.

De realçar a redução de 539 milhões de euros registado no setor público administrativo que evidencia uma redução de 11,9% relativamente a dezembro de 2012.

Comparativamente a dezembro de 2012, verificou-se um reforço da quota de mercado da CGD no crédito a clientes, de 21,3% para 21,6% em dezembro de 2013, refletindo o aumento na quota de mercado no segmento de empresas, para 18,1% e no segmento de particulares, para 23,7%.

A quota de crédito no setor público administrativo reduziu para 29,5%.

CRÉDITO A CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO (PORTUGAL) POR SEGMENTO DE CLIENTES

	Dez-12	Dez-13
Empresas	17,3%	18,1%
Particulares	23,6%	23,7%
Habitação	26,6%	26,5%
Outros Fins	9,1%	9,2%
Setor Público Administrativo	34,3%	29,5%
Total	**21,3%**	**21,6%**

O crédito às Empresas e Institucionais por setores de atividade regista decréscimos sobretudo nos setores de Indústrias extrativas e transformadoras (-164 milhões de euros, -3,9%) e de Construção (-117 milhões, -2,1%), este último refletindo a contração de atividade e política de redução da exposição do Grupo a este setor.

Contração do crédito nos setores de construção, indústrias extrativas e transformadoras

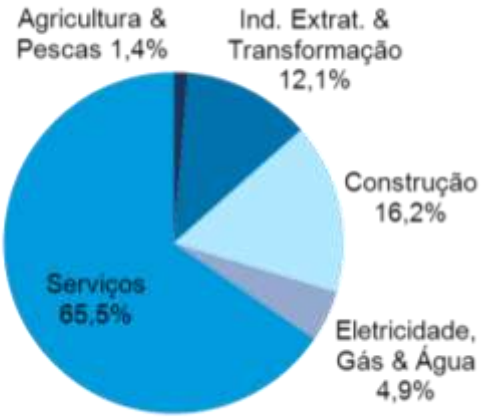
CRÉDITO A EMPRESAS E INSTITUCIONAIS - por setor de atividade [(A)]

(milhões de euros)

			Variação	
	Dez-12 (b)	Dez-13	Absoluta	(%)
Agricultura e pescas	445	456	11	2,4%
Indústrias extrat. e transformadoras	4 249	4 085	-164	-3,9%
Construção	5 572	5 455	-117	-2,1%
Eletricidade, gás e água	1 638	1 648	9	0,6%
Serviços	23 876	22 070	-1 806	-7,6%
Total	**35 781**	**33 714**	**-2 067**	**-5,8%**

(a) Atividade consolidada e antes de imparidade.
(b) Para efeitos de comparabilidade, os valores relativos a 2012 são proforma.

CRÉDITO A EMPRESAS E INSTITUCIONAIS - DEZEMBRO 2013



O saldo do crédito ao setor dos serviços destinou-se sobretudo aos subsetores "atividades financeiras", com 7,4 mil milhões de euros, "atividades imobiliárias", com 3,1 mil milhões, "comércio por grosso e a retalho", com 2,9 mil milhões.

No crédito a Particulares, o saldo cifrou-se em 36,9 mil milhões de euros no final do ano, com uma diminuição de 1,8 mil milhões (-4,5%), com origem quer na Habitação (-4,2%), quer nas "Outras Finalidades" (-10,0%).

CRÉDITO A PARTICULARES [a]

(milhões de euros)

			Variação	
	Dez-12 [b]	Dez-13	Absoluta	(%)
Habitação	**36 385**	**34 853**	**-1 532**	**-4,2%**
Outros fins	**2 251**	**2 026**	**-225**	**-10,0%**
Do qual:				
Consumo [c]	840	740	-100	-11,9%
Cartões de crédito [c]	317	274	-43	-13,5%
Total	**38 635**	**36 879**	**-1 757**	**-4,5%**
NOVAS OPERAÇõES				
Habitação				
Número de contratos	5 772	5 955	183	3,2%
Montante	434	463	29	6,7%

(a) Atividade consolidada e antes de imparidade.
(b) Para efeitos de comparabilidade, os valores relativos a 2012 são proforma.
(c) Atividade em Portugal

Crédito a particulares diminuiu 4,5%, com descida de 4,2% no crédito à habitação

O crédito à habitação na atividade em Portugal diminuiu 4,0%, representando, no final de dezembro de 2012, cerca de 41,1% do total da carteira de crédito consolidada.

O ritmo e condições de contratação de novas operações de crédito à habitação da CGD em Portugal durante 2013 refletem uma nova abordagem a este segmento de negócio expressa nomeadamente num maior número e volume de novos contratos, 5 995

Novas operações de crédito à habitação totalizaram 463 milhões de euros repartidos por 5 995 operações

operações que totalizaram 463 milhões de euros.

Crédito Imobiliário

Prosseguiram as iniciativas de divulgação e promoção da carteira de imóveis do Grupo que se encontram sob sua gestão.

Nesta sequência, no SIL 2013, foi lançada uma campanha de comunicação sob o mote "A Caixa oferece 5% mais os encargos na compra da sua nova morada."; mantendo-se o Selo "Bons Preços - Bons Negócios".

Canais Eletrónicos

Canais eletrónicos e acessos mais sofisticados reforçam proximidade com o cliente

A CGD adota uma gestão centrada no Cliente, disponibilizando um conjunto de canais de distribuição, presenciais e não presenciais, numa ótica de relacionamento multicanal. Esta estratégia é suportada na diversificação e integração de novos canais eletrónicos, na adoção de novos modelos de serviço à distância e na complementaridade dos diversos canais.

A integração de novos canais, de acessos mais sofisticados – PC, Telefone fixo ou móvel, *Smartphone* ou PDA - permite assegurar a proximidade com o cliente, da forma mais conveniente e segura.

Complementarmente, todos os serviços de banca à distância foram enriquecidos com um conjunto de novas funcionalidades e aplicações de suporte, que permitem assegurar um salto qualitativo na melhoria do serviço prestado ao cliente e uma maior dinâmica na gestão destes canais complementares ao atendimento presencial.

Têm sido adotados os procedimentos decorrentes da evolução da SEPA ("Single European Payments Area"), um projeto pan-europeu que na sequência da criação do euro visa constituir um espaço único de pagamentos.

Rede MultiBanco e Caixautomática

As máquinas ATM ("Automatic Teller Machine") da rede MultiBanco e da rede Caixautomática de acesso exclusivo aos Clientes da CGD constituem o canal self-service por excelência, presente em todo o território nacional.

ATM: 4 774 máquinas, das quais 1 471 exclusivas da CGD; 273 milhões de operações

No final de 2013 o parque de ATM era constituído por 4 774 máquinas, que realizaram 273 milhões de operações correspondendo a 16,5 mil milhões de euros de transações. As ATM da rede de MultiBanco, apoiadas pela CGD representam 2 328 unidades, com uma quota de mercado de 17,8%. Efetuaram 139,2 milhões de operações e movimentaram 7,7 mil milhões de euros.

A rede Caixautomática, era constituída por 1 471 máquinas exclusivas da CGD, acrescendo 975 atualizadores de caderneta. Esta rede foi responsável por 133,7 milhões de operações e 8,9 mil milhões de euros movimentados. De referir a implementação de novas funcionalidades no decorrer de 2013.

Caixa e-Banking e Caixadirecta

O Caixa e-Banking (serviço on-line para empresas) manteve a tendência de crescimento ao nível da evolução das adesões, +9,7%, e é responsável pela movimentação de 100 milhões de euros, em média, por dia.

Em termos de inovação, o ano de 2013 ficou marcado pelo lançamento da App Caixadirecta para Windows8 e sistemas operativos móveis (Android e iOS) para utilização de tablets e smartphones. O sucesso foi imediato, porquanto neste momento os utilizadores da App Caixadirecta representam 11% dos acessos ao serviço on-line para clientes particulares. Esta inovação foi coroada com o prémio "The Best Mobile Banking App", atribuído pela European Financial Management Association (EFMA).

Aposta na inovação:

Lançamento da APP Caixadirecta

O serviço Caixadirecta ultrapassou em 2013 1,78 milhões de utilizadores, o que representou um crescimento de 7% face ao período homólogo.

APP Caixadirecta:

"The best Mobile Banking APP"

Caixa Contact Center

O Contact Center assegura, quer a execução de contactos e operações *inbound*, (receção de contatos de clientes) 24 horas/7 dias por semana, quer a prestação de serviços e execução de ações de *outbound* (contactos proativos com clientes), efetua nomeadamente campanhas de fidelização, de promoção e venda de produtos e serviços, realiza inquéritos, assim como ações de recuperação de crédito.

Em 2013, as chamadas recebidas – atividade de *inbound*, ultrapassaram os 1,68 milhões, incluindo o atendimento de linhas informativas e transacionais. Na atividade de *outbound*, foram efetuadas cerca de 2,8 milhões de chamadas e contactados cerca de 320 mil clientes.

Salienta-se a disponibilização de serviços para segmentos de cliente específicos, nomeadamente o serviço "Caixadirecta IU" para clientes universitários, que valorizam o atendimento e o acompanhamento à distância, 24 horas/7 dias por semana. Há ainda a destacar o serviço "Caixadirecta Mais" de gestão à distância essencialmente para acompanhar clientes recém-licenciados a iniciar a vida ativa.

No âmbito da atividade do *inbound*, destaque para a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) - Norma ISO 9001, devidamente certificado pela APCER. Traduz o reconhecimento da persistente busca de um atendimento de excelência e prática de qualidade, orientada para a satisfação dos clientes e para a redução de custos.

Disponibilização da linha de Atendimento Serviin – Comunidade Surda

Realce para a disponibilização da linha de atendimento Serviin – Comunidade Surda, promovendo a acessibilidade a serviços financeiros desta comunidade, alargando o serviço dedicado, já disponibilizado na plataforma, nomeadamente o atendimento aos serviços Caixadirecta (informativo e transacional) e Caixa e-Banking, e as linhas específicas de apoio ao cliente, no âmbito da utilização do cartão de crédito, serviço Caixautomática e netcaixa.

Meios de Pagamento

Em 2013, foi atingido o objetivo de manutenção da liderança do mercado nacional. No âmbito do serviço de *acquiring* (processamento de transações) a CGD prosseguiu a estratégia de promoção da marca netcaixa e de identificação de novas oportunidades de negócio. Foi ainda implementado o Portal netcaixa, que permite a divulgação de produtos, serviços e campanhas (www.netcaixa.pt).

Novos TPAs com tecnologia *contactless*

Nos meios de pagamento, 2013 ficou marcado por propostas inovadoras e exclusivas, de que o serviço netcaixa *contactless* é o melhor exemplo. Trata-se de um serviço baseado numa tecnologia que permite maior agilidade, comodidade e rapidez nas compras nos novos terminais de pagamento automático (TPA) equipados com tecnologia contactless, mantendo os padrões de segurança. Nestes TPA, é possível efetuar pagamentos de baixo valor, até 20 euros, pela simples aproximação do cartão junto do terminal, sem necessidade de digitar o código de acesso. A tecnologia *contactless* tem vantagens quer para as empresas (rapidez e simplicidade no pagamento, diminuição de filas de espera,

redução do numerário em caixa), quer para os clientes (velocidade de pagamento, conveniência nas compras, meio de pagamento seguro).

Numa conjuntura adversa, manteve-se o rigor na monitorização do risco e na melhoria e eficácia dos seus custos, nomeadamente, nas vertentes de prevenção e controlo.

No âmbito da prevenção do risco de incumprimento:

- Renovaram-se as ações de formação à rede comercial, com enfoque na aplicação do novo quadro legal de prevenção e controlo do risco;
- Implementaram-se medidas de ajustamento na caraterização das soluções para o pagamento da dívida por Clientes em risco de incumprimento.

No âmbito do controlo do crédito vencido:

- Ajustaram-se soluções, exclusivas para o incumprimento em cartões, enquadradas pela legislação em vigor;
- Iniciou-se o processo de alargamento ao crédito pessoal do modelo de recuperação externa, com base no que vem sendo aplicado aos cartões de crédito, com sucesso, desde 2010.

Destacam-se ainda ações proactivas de disponibilização da funcionalidade de fracionamento das compras em prestações, sem acréscimo de custos, aumentando a comodidade no pagamento. Durante o período de Verão e Natal foram desenvolvidas campanhas de dinamização com a seguinte mensagem – "Vá às Compras Hoje e Pague Só na Primavera".

De modo a promover a utilização dos fracionamentos automáticos deorreram, ao longo do ano, algumas campanhas de parceiros, como por ex: Lanidor, Sacoor, Loja das Meias e Nol.

Prosseguindo o posicionamento dos cartões da Caixa enquanto facilitadores da gestão do dia-a-dia, manteve-se a associação ao *Restaurant Week* 2013 o que tornou possível convidar clientes para refeições RW e oferecer *workshops* de culinária.

Com o objetivo de aumentar a notoriedade por via da associação a eventos desportivos de grande prestígio, foi lançada uma campanha com oferta de bilhetes para a Champions League Wembley 2013.

O Cartão de Crédito Benfica foi dinamizado com o Concurso Lugar de Ouro e a realização de várias iniciativas promocionais em diversos jogos do Sport Lisboa e Benfica.

A divulgação das Soluções Made By, nomeadamente já no final do ano, em dezembro, manteve a tónica em atributos como o pioneirismo, inovação, customização de produtos, serviços e orientação para o Cliente nerentes a este cartão.

O ano de 2013 ficou igualmente assinalado no âmbito da inovação e lançamento de novos produtos:

- Cartão ISIC Erasmus – dirigido a estudantes em Erasmus, ou seja, a estudarem fora do país, com comissões idênticas às aplicadas em território nacional;
- Cartão Caixa Break – disponibilização de um novo cartão que permite às empresas o pré-pagamento do subsídio de alimentação aos seus colaboradores, com a utilização no sector alimentar;
- Cartão Caixa VIVA - o primeiro cartão de débito que permite pagar automaticamente as viagens nos transportes aderentes da Área Metropolitana de Lisboa. Esta funcionalidade funciona em modo contactless;

- Cartão Caixa Gold OET – emitido em parceria com a Ordem dos Engenheiros Técnicos, com vantagens exclusivas para os seus associados;
- Cartão ITIC FENPROF – emitido em parceria com a Federação Nacional dos Professores, com vantagens exclusivas para os seus associados.

1.5.2.2. CRÉDITO ESPECIALIZADO

Locação Financeira: crescimento de 4% face ao ano anterior, resultante sobretudo da variação positiva do leasing mobiliário

O setor da Locação Financeira em Portugal[1] apresentou um aumento de 4% face ao período homólogo, motivado pelo crescimento de 9% verificado no setor de Leasing Mobiliário. O setor de Factoring registou um decréscimo de cerca de 3% face ao período homólogo de 2012. O setor do Crédito ao Consumo foi o que evidenciou um melhor desempenho ao crescer 16% face ao período homólogo de 2012.

PRODUÇÃO DO SETOR NO ANO

(milhões de euros)

	2012	2013	Var. (%)
Leasing imobiliário	518	490	-5,3%
Leasing mobiliário	974	1 062	9,1%
Factoring	22 948	22 302	-2,8%
Crédito ao consumo	3 467	4 012	15,7%

Caixa Leasing e Factoring

A Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (CLF) representa o Grupo CGD no setor do crédito especializado, desenvolvendo a sua atividade nos setores da Locação Financeira (Leasing Imobiliário e Leasing Mobiliário), do Factoring e do Crédito ao Consumo.

CAIXA LEASING E FACTORING - PRODUÇÃO E QUOTA DE MERCADO

(milhões de euros)

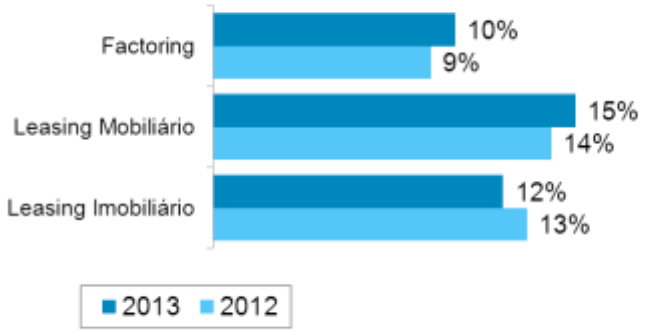
	Produção CLF			Quota de Mercado CLF			
				2012		2013	
Produto	2012	2013	Var. (%)	Ranking	%	Ranking	%
Leasing imobiliário	66	60	-9%	3º	13%	3º	12%
Leasing mobiliário	136	163	20%	1º	14%	1º	15%
Total *Leasing*	**202**	**223**	**11%**				
Factoring	**2 151**	**1 943**	**-10%**	**4º**	**9%**	**5º**	**10%**
Crédito ao Consumo	**4**	**4**	**-1%**		**0,3%**		**0,1%**
Financiamento automóvel							
Leasing mobiliário (viaturas ligeiras)	39	51	30%				
Crédito ao Consumo	3	3	-13%				

[1] Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

A Sociedade seguiu a tendência do setor, tendo decrescido 9% no negócio de Leasing Imobiliário e crescido 20% no Leasing Mobiliário. Atendendo ao abrandamento da atividade imobiliária, a CLF diminuiu a sua quota de mercado de 13%, em 2012, para 12% em 2013. Na Locação Mobiliária, a Empresa, manteve a primeira posição no ranking do setor reforçando, em cerca de 1 p.p., a sua quota de mercado que se fixou em 15% (14% em 2012). Face a esta evolução, a Sociedade cresceu 11% na produção global da Locação Financeira. No setor do Factoring, a Sociedade obteve a quarta posição no ranking do setor com uma quota de mercado de 10% (9% em 2012).

QUOTAS DE MERCADO CLF

CLF: 1ª posição na locação mobiliária e 3ª posição locação imobiliária



O ativo líquido da Caixa Leasing e Factoring decresceu 11,9%, em resultado da redução verificada na carteira de crédito a clientes (líquido) que decresceu 13,7%.

CAIXA LEASING E FACTORING - INDICADORES

(milhões de euros)

	2012	2013
Ativo líquido	2 683	2 364
Créditos sobre clientes	2 723	2 402
Provisões para crédito	-175	-203
Capitais próprios	88	67
Resultado líquido	-39	-21
Capital social	10	10
% do Grupo	51%	51%
Nº de colaboradores ao serviço	190	188

A margem financeira e produto bancário decresceram 9,7% e 14,4%, respetivamente, contudo, a dotação de provisões e imparidade sofreu um decréscimo de 38,0%, desagravando o valor verificado em 2012 (78,7 milhões de euros) em cerca de 29,9 milhões de euros.

A Sociedade apresentou, a 31 de Dezembro de 2013, um Resultado Líquido negativo no montante de 20,9 milhões de euros.

1.5.2.3. ATIVIDADE INTERNACIONAL

O desenvolvimento do negócio internacional tem constituido um dos mais importantes vetores estratégicos do Grupo CGD.

A transformação em curso na economia Portuguesa refletida nomeadamente no crescente peso do setor de bems e serviços transacionáveis na estrutura do produto tem natural reflexo na importância acrescida que a CGD tem atribuido à sua atividade internacional, cujos resultados deverão também constituir um motor fundamental no regresso do Grupo. a uma trajetória de rentabilidade sustentável.

Dinamização de negócio cruzado entre toda a rede global CGD através de um número crescente de gestores

Neste contexto, no mercado global em que o Grupo CGD opera, através da sua rede internacional, têm sido assumidas como prioridades a identificação e divulgação de oportunidades de negócio que permitam às empresas portuguesas o acesso a outros mercados, apoiando a sua internacionalização e contribuindo para o acréscimo da capacidade exportadora e competitividade.

Dispondo de uma vasta plataforma operacional, distribuída por quatro continentes, a Caixa, em estreita colaboração com os seus representantes locais nas diferentes geografias em que está presente, através de filiais, sucursais, escritórios de representação ou outras formas de atuação, tem investido no desenvolvimento de uma relação de maior proximidade com os mercados de relação, afirmando-se como parceiro credível e experiente para os agentes desses mercados e fomentando o negócio cruzado entre geografias.

Fortes contributos para o resultado líquido consolidado de Ásia, África e França

As principais presenças do Grupo encontram-se em alguns dos mercados de maior crescimento a nível internacional, como Moçambique, Angola Brasil e Ásia, cobrindo importantes corredores comerciais que ligam estas geografias entre si bem como a Portugal.

Os resultados alcançados na rede internacional confirmam e reforçam a aposta que o Grupo tem vindo a fazer em regiões de elevado dinamismo económico, a qual se reflete nos contributos largamente positivos para o resultado consolidado do Grupo com origem na Ásia e África.

CONTRIBUTO DA ÁREA INTERNACIONAL PARA O RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Dinamização de *desks* de negócio internacional nas geografias com maior potencial de crescimento

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13
Filiais e Sucursais na Ásia e em África	83,1	92,6
Outras Filiais e Sucursais	-124,4	-175,9
Total Internacional	**-41,3**	**-83,3**
Total Internacional, excluindo Espanha	**118,1**	**99,2**

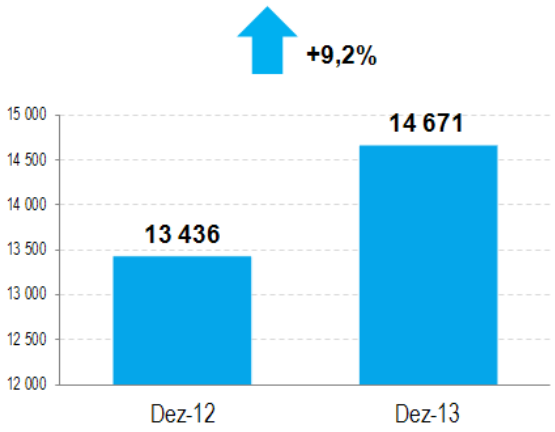
Destaque especial merecem também os desempenhos da Sucursal de Timor, país muito pequeno e jovem no qual o Grupo constitui a única presença bancária Portuguesa há mais de um século e, na esfera dos mercados maduros, a Sucursal de França cujo resultado cresceu na ordem dos 32% face a 2012.

Operação em Espanha, país de destino de 23,7% das exportações portuguesas, com enfoque no negócio ibérico

Os números ainda desfavoráveis associados à operação em Espanha, resultantes em grande parte do processo de reestruturação antes referido, não permitem que o Grupo apresente um resultado positivo no total da atividade internacional. Expurgando os prejuízos desta operação, a área internacional regista, no entanto, um resultado positivo de 99,2 milhões de euros, que compara com 118,1 milhões em 2012.

RECURSOS DE CLIENTES DA ÁREA INTERNACIONAL

(milhões de euros)



Crescimento de 9,2% na captação de Recursos na área internacional

Em 2013, registou-se um reforço da captação junto dos clientes das unidades no estrangeiro, contribuindo assim favoravelmente para este importante agregado do Balanço com uma taxa de crescimento de 9,2%.

Reforço da relevância do negócio com residentes no estrangeiro

O negócio dos clientes particulares residentes no estrangeiro continua a ser alvo de especial atenção por parte da CGD, essencialmente através do fortalecimento dos modelos de atendimento à distância e da crescente qualificação das unidades do Grupo no exterior, nomeadamente a rede de Escritórios de Representação, Sucursais e Filiais e outras unidades de banca de retalho do Grupo.

Principais geografias do Grupo CGD

Espanha

Em 2013, após nove trimestres consecutivos de recessão, Espanha iniciou um processo de inversão no ciclo de queda do PIB, apresentando taxas de crescimento positivas nos últimos meses do ano.

Negócio Ibérico: Prioridade da Operação CGD em Espanha

Começaram assim a surgir alguns sinais positivos associados ao crescimento das exportações e ao controlo da procura interna, prevendo-se um crescimento reduzido de 0,1% em 2014.

Na esfera do comércio externo, Espanha manteve ou melhorou as suas quotas no mercado mundial, tendo as exportações crescido mais de 6%, o valor mais elevado de entre os países do Euro. A balança comercial pela primeira vez em 20 anos registou um excedente de 2%, que muitos analistas consideram sustentável, traduzindo o reforço estrutural da competitividade externa do país.

O turismo terá tido em 2013 o melhor ano de sempre, representando 10% do PIB.

Fruto desta dinâmica a produção industrial cresceu nos últimos meses do ano, não obstante ainda se sentirem os efeitos da crise do setor imobiliário, persistindo a baixa atividade e a queda de preços dos imóveis. A taxa de desemprego diminuiu ligeiramente, quer por virtude da saída de pessoas do mercado de trabalho, quer por via da criação de emprego. Continua, contudo, superior a 26%.

Mantém-se o processo de redução, dos níveis de endividamento transversal a toda a economia e de reforma do setor público para redução da despesa, que se deverá traduzir numa maior racionalização de serviços e integração de funções.

O setor financeiro espanhol tem sido decerto aquele em que se tem verificado uma mais profunda transformação estrutural. Encontra-se em fase de conclusão o processo de saneamento das antigas “Caixas” e de reestruturação dos grupos bancários, que envolveu 41,3 mil milhões de euros de fundos europeus (em 100 mil milhões de euros concedidos) e que obrigou a um significativo reforço de provisões e novos requisitos de capital.

Hoje o setor bancário espanhol está melhor capitalizado e mais competitivo do que há um ano.

O negócio ibérico tem visto o seu papel reforçado na estratégia comercial do Banco, desenvolvendo propostas de valor para as empresas com interesses neste mercado que o Grupo CGD considera como uma expansão natural do seu mercado doméstico. Neste sentido, e para acompanhar os empresários na expansão dos seus negócios na península ibérica, o Banco oferece um conjunto de produtos e serviços especialmente concebidos para atender às suas necessidades.

No que respeita à qualidade da carteira de crédito, o Banco tem controlado o rácio de incumprimento, que no final de novembro se situou em 6%, valor claramente inferior à média do sector (13,2%)

Este indicador registou em 2013, um visível agravamento no sistema bancário espanhol, decorrente não apenas do mau desempenho em matéria de incumprimento, mas, também pela reestruturação das dívidas à Banca de grupos industriais de grande dimensão.

O ano de 2013 foi marcado para o Grupo CGD pelo acordo com a DGComp para reestruturação da sua presença em Espanha e em particular do Banco Caixa Geral, traduzida sobretudo num acentuado redimensionamento e reorientação do seu modelo de negócio para o retalho, dando particular enfoque a particulares e PME. Esta reestruturação tem em vista permitir ao Banco suportar a competição crescente que enfrenta por via de maior eficiência e produtividade e menores custos.

França

Em França, e de acordo com os dados do desempenho económico registados, no ano de 2013 o PIB cresceu 0,3%, sustentado pela procura interna e a variação de stocks (0,4%), já que a contribuição do comércio externo foi negativa (-0,2%). De notar que, após uma melhoria no passado mês de outubro, o desemprego voltou a crescer no mês de novembro, estimando-se que a taxa tenha atingido 10,8% no final do ano.

Sucursal de França: Banca de proximidade com "nichos" de mercado continua a ser estratégia bem sucedida

Neste contexto de enfraquecida atividade económica, a Sucursal de França exerceu a sua atividade no exercício de 2013, prosseguindo uma estratégia de especialização e gestão de nichos, com particular enfoque na comunidade franco-portuguesa, e nos novos emigrantes, alargando progressivamente a sua área de atuação às comunidades lusófonas, onde se destaca a comunidade cabo-verdiana, sempre numa abordagem de grande proximidade com todos os segmentos de clientes.

Esta política e actuação têm-se revelado bem sucedidas, com a Sucursal a apresentar uma atividade relevante, sendo de destacar o aumento de 6,3% na captação de recursos e o encaminhamento de remessas para Portugal superior a 314 milhões de euros. Na área do crédito, o crescimento da atividade em França foi de apenas 0,5%, devido, principalmente, à situação macroeconómica e a uma maior fragilização dos agentes económicos. No sentido de prevenir eventual agravamento da qualidade da carteira, a Sucursal tem acentuado o rigor e a seletividade nos critérios de concessão do crédito.

O ano de 2013 ficou igualmente marcado pela abertura de uma nova agência em Boulogne Billancourt, zona limítrofe de Paris de grande dinamismo, a qual se seguiu à implantação, em Dezembro de 2012, de uma segunda agência na cidade de Lyon, maior metrópole francesa após Paris. Com estas duas aberturas, a CGD França passa a contar com um total de 48 agências.

A Sucursal de França participou ativamente na vida da Comunidade Franco-Portuguesa, de que faz parte integrante, muitas vezes em articulação com instituições e associações de referência, tendo apoiado diversas iniciativas de que se destacam:

- Com a Câmara de Paris e a Cap Magellan: Prémio da melhor iniciativa de Cidadania;
- Com a Embaixada de Portugal: Bolsas aos Diplomados Luso-Descendentes;
- Com a Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa: 2° Salão Imobiliário Português em Paris
- Troféu "Empresa do Ano 2013".

África

A África subsariana continua a ter um crescimento forte, com previsões de 4,9% em 2013 e um desempenho médio estimado de 5%, entre 2013 e 2015, embora com riscos associados a uma mais fraca recuperação da economia mundial, como prevê o Banco Mundial. Quase um terço dos países da região cresce a uma taxa de 6%, e os países africanos surgem agora entre os países de mais rápido crescimento do mundo em resultado nomeadamente do aumento das remessas e do investimento privado na região.

Em Angola, as estimativas apontam para um crescimento real do PIB na ordem de 7,1% em 2013, face a 7,5% observado em 2012, com ênfase para o contínuo crescimento da economia não petrolífera, apoiado na procura interna financiada pelas receitas do petróleo e por uma politica orçamental mais expansionista. Quanto à inflação, perspetiva-se a manutenção do nível verificado no final de 2012 de 9%.

O novo quadro operacional da política monetária e o regime cambial, em vigor desde

outubro de 2013, conduzem boa parte dos recursos gerados no setor petrolífero para o sistema bancário interno, reforçando o papel do Kwanza e o Balanço dos bancos instalados. A reduzida dívida pública (previsão de 20,4% do PIB para o ano de 2013) reflete a capacidade de autofinanciamento e fortalece a posição externa de Angola. As entidades financeiras, as telecomunicações, a atividade agrícola e a indústria transformadora continuam a ser um motor da economia contribuindo para diminuir a dependência do país face ao petróleo.

África: BCGTAngola- Banca de empresas e apoio à internacionali-zação Portuguesa

O Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA) tem prosseguido a sua atividade com o foco estratégico na banca de empresas e clientes particulares de gama alta e acompanhamento do negócio dos clientes do Grupo Caixa, quer em termos do apoio ao investimento em Angola, quer relativamente à dinamização do comércio externo entre Portugal e Angola, bem como entre outras geografias onde existem presenças do Grupo.

No ano de 2013, o BCGTA deu continuidade a uma política de alargamento da sua oferta de produtos e de criação de condições para o aumento da dinâmica comercial, com a abertura de duas novas agências em Luanda, perfazendo um total de 25 agências e 3 centros de empresas no final do ano. Por outro lado, foi dado enfase à banca eletrónica, com a implementação de um novo *site* e o lançamento do serviço CaixaTotta@net para particulares e inclusão da vertente transacional quer para particulares quer para empresas.

O Banco conseguiu obter uma posição de destaque no Programa Angola Investe, instrumento de apoio a micro e PME considerado como um dos principais programas nacionais de fomento de crédito, ocupando o 5º lugar de entre os 27 bancos do sistema, no que respeita à aprovação de projetos.

Durante o ano de 2013, foi criada uma área especializada para acompanhamento das empresas do sector petrolífero.

Em Moçambique, verificou-se um abrandamento do crescimento económico em 2013, com uma descida do PIB para 6,5%, devido nomeadamente às más condições climáticas no início do ano que obrigaram ao deslocamento de populações e destruíram colheitas e infraestruturas (transportes rodoviários e ferroviários e distribuição de energia elétrica).

A atividade económica tem sido fomentada pelo investimento público em infraestruturas, por capitais externos investidos nos grandes projetos de extração de gás natural e pelas exportações de carvão, areias pesadas e produtos tradicionais, nomeadamente o açúcar.

O processo de estabilização macroeconómica do país apoiado pelo FMI vai prosseguir até 2016, tendo sido assinado um novo programa ao abrigo do Policy Support Instrument em junho deste ano.

A taxa de inflação estimada para 2012 e 2013 de, respetivamente 7,4% e 6,5%, denota uma tendência descendente que resulta de vários fatores, como a baixa de preços dos bens alimentares importados devido à maior estabilidade atual do metical face ao dólar e rand sul-africano, a contenção dos preços administrativos de combustíveis, transportes e outros serviços públicos e uma maior oferta de bens alimentares, agrícolas e das pescas.

O acréscimo de importações orientadas para a comcretização de novos projetos excedeu o crescimento das exportações e aumentou o défice da balança corrente para 35,5% do PIB em 2012, prevendo-se um agravamento também em 2013.

Em 2013, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) prosseguiu a sua política de posicionamento estratégico da marca BCI como um banco moçambicano que valoriza a cultura nacional, a tradição e o desenvolvimento sustentável, contribuindo de forma ativa para a progressiva bancarização do País. A sua quota de mercado continua a posicioná-lo como segundo maior banco do sistema; e a sua rede comercial expandiu-se para 132 agências, com a abertura de 4 novas agências.

Ao longo do ano, verificou-se uma evolução muito expressiva no número de novos clientes, com um crescimento de 38%, devido, em grande parte, à realização de uma forte campanha de angariação de clientes e o foco colocado na rede comercial de retalho.

Moçambique: BCI

- Pela 3ª vez consecutiva "*The Best Commercial Bank 2013-Mozambique*"
- "O Melhor Grupo Sustentável em Moçambique *(World Finance)*

Ao nível dos Canais Eletrónicos, também a expansão e desenvolvimento da rede eletrónica apresentou uma evolução muito significativa, com crescimentos elevados quer na emissão de cartões de crédito e débito (+ 18,5% e 32,5% respetivamente), quer no número de TPA (+ 21,5%).

No final de 2013, o BCI reforçou a Linha de Crédito BCI Negócios PME, de 500 para 1000 milhões de meticais, demonstrando a adesão e sucesso desta iniciativa, lançada em setembro de 2013, com a finalidade de apoiar PME moçambicanas, nomeadamente através de soluções de apoio à tesouraria e ao investimento.

Pela 3ª vez consecutiva, o BCI foi considerado como "The Best Commercial Bank 2013 – Mozambique" pela publicação "World Finance", tendo ainda nomeado, pela mesma publicação, como "O Melhor Grupo Sustentável em Moçambique".

Cabo Verde inclui-se no grupo de países africanos politica e socialmente mais estáveis em 2013-2014. O governo tem por estratégia atrair investimento interno e externo para o turismo e o setor financeiro, bem como para *clusters* ligados ao mar (pescas, transportes e oceanografia), transportes aéreos e novas tecnologias.

O desenvolvimento económico e financeiro de Cabo Verde continua, em larga medida, condicionado pelo contexto internacional persistentemente desfavorável. A conjuntura económica e financeira desfavorável da Área Euro tem condicionado o financiamento da economia cabo-verdiana devido à redução das remessas de emigrantes, do investimento direto estrangeiro e da ajuda externa ao desenvolvimento.

Cabo Verde: BCA

- Clara liderança no mercado;
- Pelo 4º ano consecutivo eleito Banco de confiança dos Cabo-Verdianos (Afrosondagem)

Os indicadores de conjuntura sugerem um contínuo abrandamento da dinâmica económica ao longo dos primeiros nove meses de 2013, não se tendo ainda verificado o reforço da confiança dos agentes económicos e o necessário robustecimento do Balanço do sistema bancário. Segundo o Banco de Cabo Verde e de acordo com as últimas projeções, a taxa de crescimento do PIB, em 2013, deverá fixar-se no intervalo de 2% a 3%, igual à projeção de 2012.

Numa conjuntura em que o crédito à economia permanece estagnado (+0,2% previsto para 2013), os depósitos de clientes, principal fonte de financiamento dos bancos, mantiveram um ritmo acelerado de crescimento, não obstante o abrandamento dos depósitos dos emigrantes (registaram um crescimento homólogo de 4,9% em Novembro, que compara com 9% registado em período homólogo).

Para o Banco Comercial do Atlântico (BCA), o ano de 2013 foi marcado pela celebração do 20º aniversário com várias realizações que contribuíram para a prossecução do objetivo de valorização e manutenção da imagem de Marca do BCA, com credibilidade e referência a nível nacional e internacional. Pelo 4º ano consecutivo foi eleito, através de um estudo independente da Afrosondagem, o Banco de Confiança dos cabo-verdianos, na categoria do sector bancário.

Durante o corrente ano, o foco central do negócio foi a normalização sustentável do crédito vencido, seja por via da recuperação efetiva, através de maior próatividade nas cobranças, seja pela via da sua reestruturação quando assegurados os critérios de capacidade objetiva de pagamento, as garantias associadas e, sempre que possível, entregas imediatas de valores pelos mutuários.

Na vertente de novo negócio, e num cenário de conjuntura ainda globalmente desfavorável, o Banco manteve alguma prudência na concessão de novos empréstimos.

Por outro lado, o Banco manteve também como objetivo principal a melhoria permanente da produtividade e qualidade do serviço prestado e a promoção da racionalização e eficiência nomeadamente através de, medidas de diminuição de Custos de Estrutura, em particular nas rubricas que integram os Gastos Gerais Administrativos.

Para melhorar o seu desempenho, o BCA tem estado, por um lado, a reforçar a ação comercial e de marketing, mantendo uma abordagem de grande aproximação e consolidação do relacionamento com o segmento empresas, e por outro, a efetuar um reposicionamento estratégico face ao segmento emigrantes.

Os Recursos de Clientes, principal fonte de financiamento do banco, cresceram apenas 1,3%, com realce para o crescimento de 5,4% nos depósitos a prazo, tendo-se mantido a estratégia de fidelização dos existentes e a captação de novos recursos. Os depósitos de emigrantes, que representam 50,2% do total de recursos do banco, cresceram 5,5% em 2013, o que verela o fortalecimento, a confiança e a segurança depositados no Banco pela comunidade emigrada.

O Banco Interatlântico conseguiu enfrentar a crise e os seus efeitos tendo registado ganhos ao nível do desempenho global com especial realce para a atividade comercial, onde se destaca o incremento da captação de recursos de clientes (+8,8%). Em conjunto os dois bancos possuem uma rede de 42 agências, estando o Grupo CGD presente em todas as ilhas do arquipélago.

São Tomé e Príncipe pertence ao grupo de países de rendimento médio inferior de África. Desde 2010, o PIB santomense registou um crescimento médio anual de 4,5%, incentivado pelos setores da construção, turismo e comércio e por algum investimento ligado à exploração de petróleo.

A economia tem dimensão reduzida com uma base de produção limitada, muito dependente da exportação de cacau e dos fluxos de ajuda internacional. O turismo, de elevado potencial, tarda, no entanto, em desenvolver-se por escassez de infraestruturas (água, esgotos, energia, estradas), por falta de pessoal qualificado e pela insuficiência de voos de ligação à Europa. Prevê-se que a produção de petróleo se inicie em 2015, embora haja incertezas quanto aos volumes de exploração.

São Tomé e Príncipe: BISTP

- Clara liderança
- Inovação e expansão

O ano de 2013, a nível político, foi particularmente marcado pelo esforço do Governo em impulsionar e reforçar acordos com vários parceiros, com o intuito de garantir o financiamento para a execução do Orçamento Geral do Estado.

No último trimestre de 2013, São Tomé e Príncipe recebeu a boa notícia de que o Grupo de Ação Financeira Internacional, reunido em Paris, decidira em sessão plenária retirar São Tomé e Príncipe da lista negra de países de risco em matéria de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Também no último trimestre de 2013, os ministros das Finanças de São Tomé e Príncipe e de Angola, assinaram em Luanda, um acordo financeiro, que permite à economia são-tomense receber uma injeção financeira de Angola, estimando-se que o financiamento ronde os 60 milhões de dólares a partir de 2014 e até 2016.

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP) tem-se focado na oferta de produtos inovadores que correspondem às mudanças e às novas necessidades do mercado, na modernização e na expansão das suas instalações, visando um melhor acolhimento dos clientes, numa maior cobertura do mercado nacional e numa maior proximidade aos clientes.

Perante uma conjuntura de fraca atividade económica e de persistente incerteza, o BISTP tem adotado uma política restritiva de concessão de crédito, privilegiando operações de mais curto prazo, tendo intensificado uma ação de monitorização e de recuperação de crédito mal parado.

As ações comerciais e de marketing, orientadas para a inovação e satisfação plena dos clientes, bem como para a transmissão de uma imagem de confiança e solidez têm permitido um crescimento sustentado o crescimento dos depósitos que aumentaram 9,6%.

Apesar do cenário económico e financeiro nacional adverso, o BISTP tem orientado a sua estratégia no sentido de consolidar a sua posição de líder, através da extensão da sua rede de agências (em novembro abriu a sua 11ª Agência no Hospital Dr. Ayres de Menezes), da oferta de produtos e serviços inovadores para o mercado, como é o caso crédito universitário, da transmissão de segurança aos clientes, e também da gestão prudencial dos seus ativos e passivos. O BISTP tem mantido uma gestão conservadora, sem, no entanto, deixar de aumentar os seus ativos, fidelizar os seus clientes e atrair novos clientes.

A África do Sul tem a economia maior e mais desenvolvida do continente africano e representa 34% do PIB de África Subsariana. Em 2013, a economia sul-africana registou um crescimento real da ordem de 3,1% e, para 2014, perspetiva-se uma melhoria para 3,8%. O país tem, todavia, alguns constrangimentos em termos de pobreza, insegurança, desemprego elevado e falta de qualificação da mão-de-obra.

Os sectores de atividade mais atrativos são as energias renováveis, a construção de infraestruturas e equipamentos, e os bens de consumo como moda, confeção, joalharia, bijuteria e calçado.

África do Sul: Mercantile Bank

- Banco de PME
- Apoio à internacionalização da economia portuguesa

Há oportunidades de negócio e de investimento, individuais ou em parcerias, nos setores da construção civil, telecomunicações, energia, banca e tratamento de águas. O investimento direto português na África do Sul cresceu 67% de agosto de 2012 a agosto de 2013 e as exportações de mercadorias seguiram a tendência crescendo 72% no mesmo período. No entanto, o comércio bilateral entre Portugal e a África do Sul ainda não é significativo e envolve apenas 575 exportadores e cerca de 300 importadores.

O Mercantile Bank é um operador de nicho de mercado orientado para as PME, diferenciando-se pelo modelo de serviço personalizado e soluções financeiras à medida dos seus clientes.

A colaboração com a AICEP e o GGDA (Gauteng Growth and Development Agency - com quem o Banco assinou um protocolo de promoção de negócios) tem sido muito bem-sucedida na proposta de valor do Grupo CGD para o apoio da internacionalização das empresas portuguesas, na África do Sul.

Oriente

O crescimento da China rondou 7,7% em 2012 e 2013, face a 9,3% em 2011 e 10,4% em 2010. Este abrandamento deveu-se ao recuo das exportações e da procura interna, esta última devido ao impacto das medidas restritivas do governo para controlar a inflação em torno de 2,7%.

A economia de Macau continuou o seu bom desempenho em 2013, com um crescimento

estimado de 10% em termos reais, estimulado principalmente pela exportação de serviços, investimento e despesa em consumo privado, num contexto em que as taxas de juro continuam em níveis historicamente baixos.

A economia do território é fortemente dependente dos sectores do jogo e do turismo. Para além de ser atualmente a capital mundial do jogo, Macau é a única parte da China onde o jogo é legal, pelo que atrai todos os anos grande número de visitantes do continente, o que torna a economia macaense muito dependente da economia chinesa. Por esta via, e dada a forte dependência do exterior, o eventual abrandamento na economia chinesa poderá ter impacto no crescimento da economia macaense.

Os sectores do jogo e do turismo, bem como as atividades conexas, deverão confirmar a tendência de crescimento. Durante 2013, os sectores apresentaram um comportamento favorável, com a receita bruta do jogo a subir 18,6%, o que se deveu, principalmente, ao aumento de 5% no total de visitantes chegados ao território, em especial turistas da China Continental (aumento de 10% nos primeiros 11 meses e subida de 7,7% das despesas per capita, de acordo com dados registados nos primeiros 9 meses de 2013).

Estima-se que a taxa de desemprego continue nos mesmos níveis do ano anterior, 1,9%, mantendo o mercado de trabalho praticamente numa situação de pleno emprego, provocando uma pressão sobre o aumento de salários e maiores dificuldades por parte das empresas em obter recursos humanos. Em simultâneo, estima-se uma taxa de inflação de 5,4%, não obstante os sinais de abrandamento nos últimos meses do ano.

Oriente: Macau – Banco presente desde 1902 e um dos dois bancos emissores da moeda local

Neste contexto positivo da economia local, o sector bancário beneficiou da expansão económica, embora a rentabilidade das operações continue a ser fortemente pressionada pela força competitiva dos grandes bancos da China, que procuram continuadamente conquistar quota de mercado.

O Banco Nacional Ultramarino (BNU) está presente em Macau desde 1902, desenvolvendo a atividade de banca universal sendo, simultaneamente, em conjunto com o Bank of China, um dos dois bancos locais emissores de moeda da Região Administrativa Especial de Macau, num contexto em que a circulação monetária tem vindo a aumentar.

Apesar do aumento de concorrência no setor bancário, o BNU continuou a apresentar um bom desempenho ao nível do crescimento do seu volume de negócio. No ano de 2013, o volume de negócio do BNU cresceu 26,5%, com preponderância do crescimento dos recursos de clientes, 33,4% face a 2012, sobre o crescimento do crédito, 11,5%.

Sucursal do Zhuhai – Apoio às relações comerciais de empresas Portuguesas com a China

A CGD dispõe também de uma Sucursal na cidade de Zhuhai, vocacionada para o acompanhamento de clientes do Grupo na região, com particular destaque para os clientes do BNU, atendendo à proximidade geográfica entre as duas unidades, e para os clientes do Grupo com relações comerciais e de investimento que envolvam a República Popular da China.

Timor-Leste mantém a trajetória de crescimento, estando num novo ciclo no seu processo de desenvolvimento, centrado em dois vetores para a consolidação da sua estrutura socioeconómica: confirmação da estabilidade político-social e foco num plano de desenvolvimento estratégico para os próximos 20 anos, centrado fundamentalmente na criação de infraestruturas de qualidade e na educação.

Sucursal de Timor-Leste – Dominância no mercado

A região geopolítica onde Timor-Leste se situa atravessa uma expressiva dinâmica de crescimento, sendo de realçar a componente petrolífera e de gás que será, seguramente, a grande alavanca económica de Timor-Leste nos próximos 20 anos. Na linha de crescimento económico é também de realçar a sustentabilidade e gestão criteriosa do seu fundo petrolífero, donde se transfere parte do seu rendimento para cada exercício económico do Orçamento do Estado.

Inovação e expansão

Também no setor financeiro se assiste a um novo ciclo que pretende estar em linha com os desígnios do Plano Estratégico do país. Para o efeito lançou-se o concurso internacional para o desenvolvimento da sua estrutura tecnológica, visando a informatização do sistema de transações/transferências/pagamentos que incluirá o sistema de grandes transações.

Com a transformação do Instituto de Micro Finanças (IMFTL) em Banco Nacional Comercial de Timor-Leste (BNCTL), Banco detido integralmente por capitais do Estado Timorense, prevê-se uma maior concorrência no setor, podendo esta instituição vir a representar um forte concorrente no segmento de particulares e em especial no setor público.

Contributo para a modernização do País com rigoroso controlo do risco

A Sucursal de Timor tem vindo a desenvolver a sua atividade de forma a manter níveis de controlo de risco adequados à conjuntura e ao ainda incipiente desenvolvimento do país, num contexto conservador, centrando-se no segmento de particulares com estabilidade de rendimentos, designadamente os trabalhadores do setor público e pensionistas.

A Sucursal mantém quotas de mercado expressivas, próximas de 60% em crédito a Clientes e 45% em depósitos, destacando-se o forte contributo do segmento do setor público.

Sem prejuízo desta vertente de retalho, resultante também da capilaridade da sua rede de agências, destacando-se a expansão que está em curso, com a abertura para breve de mais 3 agências, a Sucursal está a desenvolver a sua plataforma de canais eletrónicos que a dotarão de melhores meios para aprestação de serviços, designadamente com a rede de ATMs, TPA, cartões de débito e de crédito internacionais (rede Visa) e ainda Mobile Banking e Internet Banking.

Brasil

Brasil:

BCG Brasil - Apoio à internacionalizaçã o das empresas portuguesas

O Brasil é a primeira economia da América Latina, e na última década beneficiou de programas públicos de investimento e de apoio social que promoveram o crescimento rápido da atividade económica. No entanto, em 2011-2012, o crescimento desacelerou, nomeadamente por fatores internos ligados à burocracia e ainda à reduzida transparência da administração. Em 2013-2014 estima-se um crescimento de 2,5%, incentivado em boa parte pela realização da Copa do Mundo da FIFA.

Os indicadores mais recentes verelam que em 2013 o PIB terá crescido um pouco acima de 2% e a expectativa para 2014 é de um crescimento próximo de 2%. Paralelamente, o Brasil teve em 2013 uma inflação de 5,9% que terá excedido a meta oficial, embora dentro do intervalo estabelecido, graças ao controlo de preços. Por outro lado, o aumento do défice nas contas correntes, teve consequências na desvalorização do Real. Também, a política fiscal produziu excedentes primários insuficientes elevando o risco de descida de *rating.*

No plano internacional, o Brasil sofreu em 2013, à semelhança de outros mercados emergentes, a pressão decorrente do anúncio de uma política monetária mais restritiva nos Estados Unidos, o que teve consequências significativas na entrada de capitais, que diminuíram para $ 63 000 mil milhões.

Reforço das relações comerciais com unidades do grupo em África e Ásia

O Banco Caixa Geral Brasil (BCG-B) prosseguiu em 2013 a sua estratégia de apoio às operações de crédito e de investimento de empresas portuguesas no Brasil e de empresas brasileiras em Portugal e em países de língua portuguesa, traduzido num aumento do relacionamento comercial com as unidades do Grupo CGD no exterior, em particular com as de Moçambique, Angola, Macau e EUA.

Para o BCG-Brasil, o ano de 2013 foi marcado por um significativo crescimento das operações de crédito (+84%) que passaram de BRL 307,3 milhões em dezembro de 2012,

para BRL 566,6 milhões em dezembro de 2013. A carteira total de crédito, que inclui garantias, também teve um crescimento muito relevante (+55%), passando de BRL 808,6 milhões em dezembro de 2012, para BRL 1257 milhões em dezembro de 2013. Este crescimento ganha particular relevância num contexto em que os bancos privados perderam, em 2013, quota de mercado para os bancos públicos.

Merecem também especial destaque as seguintes operações:

- Assessoria à EDP Renováveis Brasil para captação de recursos e modelos de análise financeira dos parques eólicos Baixa do Feijão I,II, III e IV – Capex estimado em BRL 470 milhões;
- Participação na estruturação do financiamento internacional de USD 366 milhões e em operações de cobertura de taxas de juro à Globenet, a qual adquiriu a empresa de cabos submarinos da Oi/PT;
- Assessoria à Odebrecht no processo de licitação das Rodovias Federais (investimento estimado de BRL 5 biliões).

Durante os últimos 5 anos, o BCG-B assessorou e financiou projetos que representam mais de $ 10 200 milhões de euros em investimentos no setor de infraestruturas no Brasil.

Em Dezembro de 2013, a FitchRatings manteve o rating nacional do BCG-B de longo prazo em A+ (bra).

Como nos anos anteriores, o BCG-Brasil continuou a melhorar sua posição no ranking por volume de ativos, passando de 97º para 73º (em 30.06.2013), num total aproximado de 157 instituições financeiras presentes no país.

Para além destas unidades, a rede internacional da Caixa inclui ainda as Sucursais de Nova Iorque, Ilhas Caimão, Londres, Espanha, Luxemburgo e Macau, para além dos Escritórios de Representação.

1.5.2.4. BANCA DE INVESTIMENTO

O ano de 2013 revelou-se positivo para o CaixaBI em termos de atividade. A prossecução da estratégia de internacionalização do Banco para os mercados brasileiro e da África lusófona, o reforço do enfoque nas atividades de assessoria e intermediação e o esforço de contenção de custos, permitiram que mesmo num ano marcado por um contexto macroeconómico recessivo e por elevados níveis de aversão ao risco por parte dos investidores, o CaixaBI tenha alcançado bons resultados.

Banca de Investimento:

- Reforço do enfoque nas atividades de assessoria
- Prossecução da estratégia de internacional-zação
- Eficiência operativa e racionalização de custos

CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO - INDICADORES

(milhões de euros)

	Dez-12 (*)	Dez-13	Variação
Margem financeira	28,2	25,7	-8,9%
Comissões líquidas	58,6	54,3	-7,2%
Resultados em ativos financeiros	7,3	22,8	-
Outros resultados de exploração	2,0	-0,2	-
Produto Bancário	**96,1**	**102,6**	**6,8%**
Provisões e imparidades	30,6	39,4	28,7%
Custos de estrutura	23,4	25,0	7,0%
Resultados de participações (eq. patrim.)	-1,3	-4,1	-
Resultados antes de impostos	**40,8**	**34,1**	**-16,4%**
Impostos	12,4	6,0	-51,9%
Interesses minoritários	-0,9	0,0	-
Resultado Líquido	**27,5**	**28,2**	**2,2%**
Cost-to-income	*23,9%*	*24,1%*	*0,2 p.p.*

(*)As demonstrações financeiras de 2012 são proforma, passando a consolidar pelo método da equivalência patrimonial a participação detida na CGD Investimentos.

No que respeita à atividade de assessoria, a participação em operações de grande dimensão contribuiu para o bom desempenho alcançado ao nível das comissões líquidas, as quais ascenderam no ano a 54,3 milhões de euros.

Os resultados em operações financeiras e instrumentos de capital tiveram também um desempenho muito positivo, atingindo os 22,8 milhões de euros.

O Produto Bancário do CaixaBI atingiu os 102,6 milhões de euros, o que representou um crescimento de cerca de 7% face ao período homólogo.

O enquadramento macroeconómico adverso ao nível das economias, portuguesa e espanhola, não deixou contudo de ter um impacto negativo nos resultados, os quais foram fortemente afetados pelo reforço de provisões e imparidades (39,4 milhões de euros) e abates em ativos financeiros (8,0 milhões de euros), que correspondeu, contudo, a uma redução de cerca de 8% face aos valores registados em 2012 (51,6 milhões de euros).

O *cost-to-income* do CaixaBI fixou-se em 24,1%, permanecendo claramente abaixo dos seus concorrentes.

O bom desempenho geral do CaixaBI refletiu-se ao nível do Resultado Líquido apurado em 2013, que ascendeu a 28,2 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 2% face ao resultado de 27,5 milhões de euros atingido em 2012.

O CaixaBI desenvolveu a sua atividade em 2013 prosseguindo a estratégia de afirmação internacional que tem vindo a implementar nos últimos exercícios. O bom desempenho do CaixaBI no seu *core business* continuou a recolher o reconhecimento dos seus clientes e parceiros, premiado através de distinções atribuídas por analistas internacionais e a concretizando-se nas posições de destaque que ocupa nos principais *rankings* do sector.

M&A League Table

O CaixaBI ocupou a 1ª posição do *ranking* de fusões e aquisições (M&A) em Portugal, de acordo com os dados publicados pela Bloomberg relativos a operações concluídas em 2012 e 2013.

- *Project Finance League Table*

  Segundo dados divulgados pela Dealogic para 2013, o CaixaBI liderou o ranking nacional para o papel de "Mandated Lead Arranger (MLA)" em operações de *project finance*. De acordo com a mesma entidade, o CaixaBI foi o banco de investimento português melhor posicionado a nível global.

1º lugar no *ranking* da Dealogic para o papel de *mandated lead arranger* (MLA) em operações de *project finance* em Portugal

- *ECM Portugal League Table*

  O CaixaBI consolidou a sua posição de destaque ao nível de mercado de capitais em Portugal, alcançando o 2º lugar na *league table ECM* Portugal de 2013 e tendo sido a instituição financeira nacional melhor posicionada.

- *Bookrunner League Table*

  O CaixaBI alcançou o 1º lugar no *ranking* da Bloomberg para *bookrunners* de emissões obrigacionistas em euro, de emitentes de base nacional[1].

- *Ranking de Intermediários Financeiros*

  De acordo com os dados publicados pela CMVM, o CaixaBI alcançou o 2º lugar do *ranking* de intermediários financeiros, registando uma quota de mercado acumulada de 13,9% e um crescimento de 20,4% no volume transacionado face a 2012.

[1] Considerando apenas emitentes fora do Grupo do *bookrunner*.

Ainda de referir que o CaixaBI recebeu da Global Brands Magazine a distinção de "*Best Investment Banking Brand in Portugal".*

O CaixaBI participou em diversos negócios emblemáticos, reforçando a sua posição de liderança na banca de investimento. Apresentam-se de seguida os destaques pelas principais áreas de negócio.

Project Finance

O Grupo CGD, através do CaixaBI, esteve envolvido em operações a nível global num montante aproximado de 194 mil milhões de euros, alcançando o 1º lugar no *ranking* da Dealogic para o papel de *mandated lead arranger* (MLA) em operações de *project finance* em Portugal e sendo o banco português melhor posicionado a nível do *ranking* global.

Relevante ação de assessoria financeira em Portugal

A nível internacional destaca-se a progressiva expansão geográfica da atividade do Banco, com o acompanhamento de operações em Angola e Moçambique e, conjuntamente com o Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. (BCG – Brasil), com a estruturação e/ou assessoria financeira de um conjunto diverso de projetos no Brasil.

Structured Finance

No que respeita a operações estruturadas numa base *corporate*, destaca-se em 2013 a estruturação e montagem do financiamento à Tagus Holding SARL (sociedade detida em 55% pelo Grupo José de Mello e em 45% pela Arcus European Infrastructure Fund) no âmbito do Mecanismo de Saída dos Acionistas Minoritários da Brisa. Destaque também para a atuação como *mandated lead arranger* na *revolving credit facility* da Empark e a conclusão de diversos processos de reorganização de passivos financeiros sindicados participados pelo Grupo CGD, dos quais se destacam a Saprogal, Celsa Group, Ges Siemsa, a Yelmo, o Grupo Erosky, a Blinker e o Grupo Bodybell.

Participação nas mais significativas operações no mercado obrigacionista

Corporate Finance – Assessoria

Apesar do contexto macroeconómico desafiante e do decréscimo de atividade de fusões e aquisições verificado em 2013, de acordo com a Bloomberg, o CaixaBI manteve a liderança do ranking português de assessoria em operações de M&A, através do envolvimento em operações com um valor agregado de cerca de 16,5 mil milhões de euros.

Entre as operações concluídas este ano pelo CaixaBI, destacam-se a assessoria financeira à Parpública no âmbito do processo de privatização dos CTT - Correios de Portugal e a assessoria financeira à Zon no âmbito da operação de fusão da Zon Multimédia com a Optimus.

Também de assinalar, a assessoria financeira à Parpública na alienação da participação de 4,14% na EDP e a assessoria financeira à CGD na alienação da participação de 6,11% na Portugal Telecom, o *closing* da operação de alienação da HPP Saúde e a assessoria financeira na alienação de uma participação no Banco Terra, em Moçambique.

Mercado de Capitais – Dívida

O CaixaBI continuou a posicionar-se como a instituição de referência no mercado de capitais de dívida em Portugal, designadamente nos setores obrigacionista e papel comercial, situando-se em segundo lugar no *ranking* global de *bookrunners* e em primeiro lugar nos segmentos dos emitentes fora do grupo do *bookrunner* e dos emitentes *corporate*.

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI esteve envolvido em 14 emissões, 13 das quais como líder, incluindo uma de um emitente de base espanhola. Destacam-se as participações do CaixaBI enquanto:

a) *Joint lead manager* e *bookrunner* na emissão da nova OT a 10 anos, operação que constituiu a primeira colocação sindicada de um novo *benchmark* da República Portuguesa desde o início do Programa de Assistência Económica e Financeira;

b) A emissão de obrigações hipotecárias pela CGD, no que foi o primeiro acesso ao mercado internacional de *covered bonds* por um banco português desde janeiro de 2010;

c) O *eurobond* inaugural da Galp Energia, a primeira emissão *unrated* efetuada por uma empresa portuguesa no euromercado;

d) A emissão inaugural do *eurobond* da Empark no segmento *high hield*.

Adicionalmente, o CaixaBI organizou e liderou catorze novos programas de Papel Comercial e concluiu trinta e nove prorrogações e/ou revisões de condições de programas lançados em anos anteriores.

Mercado de Capitais – Ações

O CaixaBI consolidou a sua posição de destaque ao nível de mercado de capitais no mercado português, sendo a instituição financeira nacional melhor posicionada *na league table* ECM Portugal da Dealogic, onde alcançou o segundo lugar do *ranking*. Entre as operações assessoradas, realçam-se a participação enquanto *global coordinator* e *bookrunner* na primeira Oferta Pública Inicial (IPO) de uma empresa na bolsa nacional desde 2008, a IPO dos CTT – Correios de Portugal, e as assessorias à CGD e à Parpública na alienação de participações qualificadas, respetivamente na Portugal Telecom e na EDP, através de processos de *accelerated bookbuildings* em que o Caixa BI atuou também como *joint bookrunner*. Adicionalmente, o CaixaBI foi também assessor da Parpública na admissão à negociação na NYSE *Euronext* Lisbon do referido bloco de ações da EDP.

Intermediação Financeira

De acordo com os dados publicados pela CMVM, o Grupo CGD alcançou o segundo lugar do *ranking* de intermediários financeiros, registando uma quota de mercado acumulada de 13,9% e um crescimento de 20,4% no volume transacionado face a 2012. Para este resultado contribuíram a participação do CaixaBI no IPO dos CTT – Correios de Portugal e, enquanto *bookrunner*, nos *accelerated bookbuilding* de 4,14% do capital da EDP e de 6,11% do capital da PT, bem como o crescimento da atividade no segmento de clientes internacionais. De salientar ainda a participação no IPO da Belgium Post e nos *accelerated bookbuilding* de 12% do capital da International Airlines Group e de 12% do capital da Mapfre.

Área financeira e de Estruturação

O desempenho do CaixaBI enquanto Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEVT) permitiu-lhe alcançar o segundo lugar no *ranking* global do IGCP. A atividade de *liquidity provider*, esta manteve-se com bom desempenho, continuando o Caixa BI a atuar sobre um conjunto de títulos cotados na NYSE Euronext Lisbon, tendo a Euronext atribuído ao CaixaBI o *rating* máximo “A” em todos os títulos e categorias. Também de assinalar a atividade pioneira do Banco no novo segmento criado pela NYSE Euronext para fomento de liquidez junto de investidores de retalho, o *Retail Matching Facility*.

Sindicação e Vendas

O CaixaBI foi *joint lead manager* em oito emissões de mercado primário, sendo de destacar as emissões de OT a quatro e dez anos pela República Portuguesa, a emissão de obrigações hipotecárias pela CGD e as emissões inaugurais da Galp Energia e da Empark. Foi ainda *co-lead manager* numa emissão do Banque Populaire Caisse D'Épargne. Adicionalmente, colocou 222 emissões de papel comercial, num montante total de 3,3 mil milhões de euros.

Capital de Risco

Gestão de 4 fundos de capital de risco:

- FCR Caixa empreender;
- FCR Grupo CGD;
- Caixa Crescimento FCR;
- FCR Caixa fundos

A área de capital de risco do CaixaBI é responsável pela gestão de quatro fundos de capital de risco, o FCR Caixa Empreender+, o FCR Grupo CGD, o Caixa Crescimento FCR, criado em 2013 e especificamente dirigido à tomada de participações sociais em PME e em sociedades com grau de capitalização médio e o FCR Caixa Fundos, também criado em 2013 e dedicado à área de operação indireta (fundo de fundos).

Ao longo do exercício de 2013 foram apreciados 121 projetos, dos quais 21 mereceram aprovação, correspondendo a um investimento potencial de cerca de 115 milhões de euros. Foram concretizados 28 investimentos (11 novos e 17 reforços) envolvendo um montante de 25 milhões de euros e 20 desinvestimentos que, a valor de realização, totalizaram 28 milhões de euros.

1.5.2.5. GESTÃO DE ATIVOS

Crescimento do volume de ativos sob gestão, apesar dos vencimentos verificados em 2013

Em 2013 registou-se um crescimento do volume de ativos geridos pela CGD, apesar do reembolso de vários fundos de capital garantido de elevado montante, por terem chegado à respetiva maturidade. Verificou-se, um renovado interesse dos clientes particulares pelos fundos de investimento mobiliários, em especial pelos fundos de mercado monetário e pelos fundos mistos.

Montantes sob Gestão e Aconselhamento

MONTANTES SOB GESTÃO E ACONSELHAMENTO - CAIXAGEST

(milhões de euros)

	2011	2012	2013
Fundos Mobiliários	2 490	3 071	3 249
Patrimónios sob Gestão (sem Fundos de Pensões)	14 884	17 524	17 431
Patrimónios sob Aconselhamento	307	392	467
Fundos Imobiliários	1 565	1 516	1 455
Fundos de Pensões	2 115	2 267	2 464
Total	**21 361**	**24 770**	**25 062**

Comissões geradas

COMISSÕES - CAIXAGEST

(milhões de euros)

	2011	2012	2013
Fundos Mobiliários	17,2	16,3	18,3
Gestão de Patrimónios	8,3	10,2	10,2
Fundos Imobiliários	17,4	17,9	15,4
Fundos de Pensões	3,2	3,1	3,4
Total	**46,1**	**47,6**	**47,3**

O nível de proveitos do negócio da gestão de ativos do Grupo CGD em 2013 totalizou 47,3 milhões de euros, valor semelhante ao registado no ano anterior, destacando-se as comissões geradas pelos fundos mobiliários que praticamente compensaram a diminuição das comissões geradas pelo negócio dos fundos imobiliários. Merece também destaque o aumento de comissões geradas pelos fundos de pensões.

Fundos mobiliários - Caixagest

Fundos mobiliários: crescimento líquido de 125 milhões de euros

O valor dos Fundos Mobiliários sob gestão registou um crescimento líquido de 125 milhões de euros, apesar do reembolso de investimento de dez fundos de capital garantido que atingiram a maturidade, no valor global de 670 milhões de euros. Para este saldo positivo contribuiu a boa receptividade dos clientes aos fundos de mercado monetários e, uma aposta inovadora e que se pretende aprofundar nos fundos multi-ativos e de ações, que foram promovidos pela Caixagest, em campanhas articuladas com a rede comercial e de marketing da CGD.

Fundos sob gestão

No final de dezembro, a Caixagest geria 37 fundos de investimento mobiliário, no valor de 3.249 milhões de euros, aplicados em diferentes mercados financeiros internacionais.

FUNDOS SOB GESTÃO - CAIXAGEST

(milhões de euros)

	2011	2012	2013
Fundos de Mercado Monetário	504	1.011	1.738
Fundos de Obrigações	307	318	311
Fundos de Fundos e Mistos	73	71	155
Fundos de Ações	170	181	221
Fundos Especiais de Investimento	502	507	498
Fundos de Capital Protegido	934	983	326
Total	**2 490**	**3 071**	**3 249**

As comissões geradas em 2013 totalizaram 18,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 12,3%, face ao ano anterior.

Gestão de Patrimónios - Caixagest

A Caixagest continuou a desenvolver o serviço de Gestão de Patrimónios, numa lógica de proximidade da rede comercial da CGD e dos respetivos clientes em carteira. Tendo em vista a captação de novos clientes, as propostas de serviço foram adequadas à conjuntura do país.

Em 2013, as carteiras geridas e sob aconselhamento aumentaram ligeiramente, situando-se em 20 051 milhões de euros, no final do ano.

Gestão de patrimónios: carteiras geridas no montante de 20 051 milhões de euros

Carteiras sob gestão

CARTEIRAS SOB GESTÃO - CAIXAGEST

(milhões de euros)

	2011	2012	2013
Carteiras de Seguros	10 883	11 935	11 778
Institucionais	3 787	5 425	5 497
Fundos de Pensões	1 797	1 945	2 154
Particulares e Empresas	214	165	155
Aconselhamento	307	392	467
Total	**16 988**	**19 862**	**20 051**

As comissões geradas pelo serviço de gestão de patrimónios situou-se em 10,2 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 0,2% relativamente a 2012.

Fundos imobiliários – Fundger

No final de dezembro, o valor dos 27 fundos imobiliários geridos pela Fundger situou-se em 1 455 milhões de euros.

Ao longo do ano, o fundo aberto Fundimo registou um saldo das subscrições negativo, em resultado da menor atratividade dos produtos imobiliários na conjuntura atual.

No que respeita aos fundos fechados geridos pela Fundger e atendendo à situação de se encontrarem maioritariamente afetos ao desenvolvimento e promoção imobiliária, manteve-se algum abrandamento de atividade, dedicada primordialmente à reestruturação do património e das estruturas de financiamento. Regista-se, contudo, o lançamento de um fundo de Reabilitação Urbana e de um fundo de Arrendamento Habitacional.

Fundos Imobiliários sob gestão

FUNDOS IMOBILIÁRIOS SOB GESTÃO - FUNDGER

(milhões de euros)

	2011	2012	2013
Fundos Abertos (Fundo Fundimo)	922	914	781
Fundos Fechados	643	603	674
Total	**1 565**	**1 517**	**1 455**

O montante de comissões geradas pelos fundos imobiliários situou-se em aproximadamente 15,4 milhões de euros, uma redução de 14,3% face ao ano anterior, em resultado do abrandamento da cobrança de comissões no fundo aberto Fundimo.

Fundos de pensões - CGD Pensões

No final de 2013, a CGD Pensões geria mais dois fundos de pensões que no ano anterior e o valor patrimonial dos fundos geridos ascendia a 2 464 milhões de euros. Merece destaque a colocação de fundos de pensões abertos, junto da rede comercial de particulares, com um expressivo crescimento de 50 milhões de euros.

Fundo de Pensões: valor patrimonial de 2 464 milhões de euros

FUNDOS SOB GESTÃO - CGD PENSÕES

(milhões de euros)

	2011	2012	2013
Fundos Abertos	105	112	162
Fundos Fechados	2.010	2.155	2.303
Total	**2 115**	**2 267**	**2 464**

Crescimento expressivo da colocação de fundos de pensões abertos

O volume de comissões geradas totalizou 3,2 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 9,7%, relativamente ao ano anterior.

1.5.2.6. ATIVIDADE SEGURADORA E DA SAÚDE

Contributo para Resultado da CGD

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. obteve, em 2013, de acordo com as normas IAS/IFRS (Grupo CGD), um resultado líquido de 130 milhões de euros (90 milhões de euros no ano anterior). Esta evolução fica a dever-se, quer à melhoria do resultado na atividade seguradora, quer à mais-valia decorrente da alienação da participação na HPP/SGPS.

Os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascenderam, no final de 2013, a 1 342 milhões de euros, uma diminuição de 146 milhões de euros face ao ano anterior, que se fica a dever à redução de capital efetuada em 2013 e cujo efeito foi parcialmente compensado pelo aumento em Outras Reservas/Resultados Transitados e pela melhoria do Resultado Liquido.

Em termos de Ativos, a Caixa Seguros alcançou um valor de 12 900 milhões de euros, marginalmente inferior ao contabilizado no ano anterior (13 300 milhões de euros).

Atividade seguradora com Resultado Liquido de 129,7 milhões de euros, em consequência da melhoria da atividade e da mais-valia da alienação da participação na HPP/SGPS

CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA [(a)]

(milhões de euros)

Resumo do Balanço Consolidado	Dez-12	Dez-13
Ativo Líquido		
Carteira de Títulos, Depósitos e Caixa	12,4	13,6
Ativos não correntes detidos para venda	13 306,9	12 927,2
Outros Ativos	1,3	0,1
Total do Ativo	**13 320,7**	**12 940,8**
Passivo		
Passivos não correntes detidos para venda	11 745,9	11 590,7
Outros Passivos	86,3	8,0
Total do Passivo	**11 832,2**	**11 598,7**
Situação Líquida		
Capital	799,9	460,0
Prémios de Emissão	184,4	184,4
Reservas	396,3	549,6
Resultado Líquido	89,7	129,7
Interesses Minoritários	18,2	18,5
Total da Situação Líquida	**1 488,5**	**1 342,2**
Total do Passivo e da Situação Líquida	**13 320,7**	**12 940,8**
Resumo do Ganhos e Perdas Consolidado		
Resultado líquido atribuível ao acionista CGD	**89,7**	**129,7**

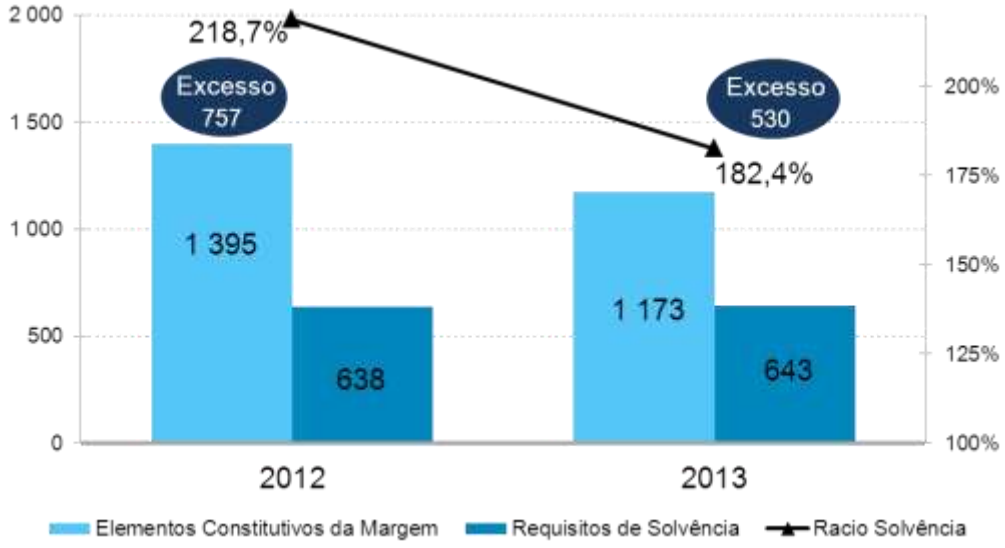
(a) Valores em consonância com as normas relativas à apresentação das demonstrações financeiras no formato IAS/IFRS (Grupo CGD) e correspondendo às contas consolidadas.

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. obteve um resultado estatutário de 131 milhões de euros (91 milhões de euros em 2012), desdobrando-se num contributo positivo de 110 milhões de euros na área seguradora (106 milhões de euros em 2012), num contributo negativo de 15 milhões de euros relativos à actividade da Caixa Seguros individual, Linha de Cuidados de Saúde, HPP Internacional e ajustamentos de consolidação, e num contributo positivo de 36 milhões de euros relativos ao impacto da venda da HPP SGPS.

Os níveis de solvência do conjunto das seguradoras da Caixa Seguros e Saúde evidenciaram uma redução para 182% (219% em 2012), refletindo o efeito da já referida redução de capital.

MARGEM DE SOLVÊNCIA

(milhões de euros)



Comportamento favorável do Ramo Vida (+17,3% face a 2012)

Em termos de atividade seguradora, a Caixa Seguros e Saúde atingiu em 2013 um volume de prémios de seguro directo (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3 618 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 10,7%, resultante, sobretudo do comportamento favorável registado pelos ramos Vida (+17,3% face a 2012).

A atividade em Portugal, responsável pela maioria da produção (97,4%), atingiu um volume de prémios de seguro direto de 3 523 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 10,3% face a 2012.

Apesar de o mercado ter evidenciado um crescimento mais acentuado (20,2%), decorrente do maior acréscimo nos ramos Vida, a Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança no mercado segurador nacional, com uma quota de mercado total de 26,9%, ocupando, de forma destacada, o lugar de topo, quer no conjunto da actividade Vida, quer no conjunto da atividade Não Vida, bem como em todos os seus principais ramos.

Dimensão e Posicionamento da Caixa Seguros e Saúde

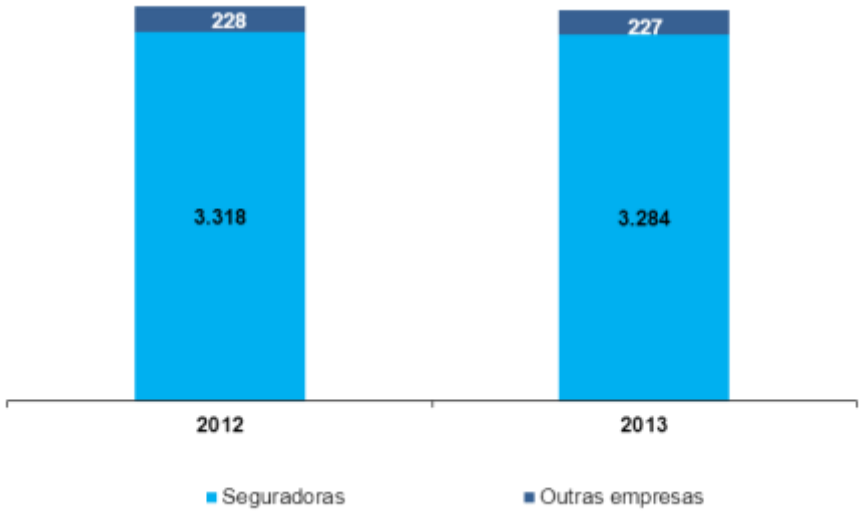
A Caixa Seguros e Saúde actua globalmente no mercado segurador, comercializando produtos de todos os ramos de seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade, mediadores ligados, agentes, corretores, agências bancárias CGD, balcões CTT, internet e canal telefónico.

No que respeita à actividade internacional, a área seguradora da Caixa Seguros e Saúde definiu o enfoque da sua actuação no acompanhamento das operações desenvolvidas nos mercados estrangeiros onde a CGD marca presença própria ou através de subsidiárias, sem prejuízo de operações com maior autonomia e diversificação de canais de distribuição, como são, designadamente, os casos de Angola e Espanha.

Recursos Humanos

Considerando o mesmo perímetro de empresas, verificou-se uma redução de 35 trabalhadores em serviço no conjunto das empresas integradas na Caixa Seguros e Saúde face a 2012.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES EM SERVIÇO



Reforço da integração com as redes comerciais

Análise da Atividade Seguradora

A atividade da Caixa Seguros e Saúde em 2013 fica marcada por vários eventos significativos. Desde logo, concluiu-se, ainda no primeiro trimestre, o processo de alienação da HPP, SGPS, traduzindo-se numa mais valia com com impacto favorável nos resultados consolidados do exercício.

Ainda relacionado com a implementação das medidas preconizadas no Programa de Assistência Económica e Financeira ao Estado Português, prosseguiu-se o processo de privatização da área seguradora, que veio a ficar concluído já no início de 2014 através da decisão do Conselho de Ministros em alienar, à Fosun International, 80% do capital das seguradoras alvo do referido processo.

Ao nível das empresas participadas há a referir, como principal aspeto, o lançamento, no final do primeiro semestre, da nova marca Fidelidade, que resulta da fusão das anteriores marcas Fidelidade Mundial e Império Bonança e surge como consequência natural da fusão jurídica concretizada no primeiro semestre de 2012.

Há igualmente a mencionar a criação de uma nova empresa para a gestão do parque imobiliário, a Fidelidade Investimentos Imobiliários, SA (FISA), que sucede à Fidelidade Mundial SGII, S.A. (FMSGII) e materializa uma nova abordagem a ser aplicada na gestão dos ativos imobiliários.

No que respeita a políticas de recursos humanos, prosseguiu a uniformização de condições entre todas as empresas integrantes da Caixa Seguros e Saúde, e entrou em vigor um novo protocolo relativo a condições aplicáveis no Crédito à Habitação. Por outro lado, deu-se início ao Programa Alta Fidelidade, que visa reenquadrar as politicas atualmente existentes na área dos recursos humanos.

No que respeita a atividade corrente, as empresas integradas na Caixa Seguros e Saúde continuaram a centrar a sua atuação na maior interligação com as redes comerciais, na conceção de produtos adaptados às necessidades dos clientes, na constante atenção ao equilíbrio da exploração técnica e no aumento da eficiência organizacional.

O desenvolvimento do *franchising* e da mediação exclusiva e a profissionalização da rede de mediação em geral, mantêm-se como os eixos de atuação que pautam a atividade da seguradora multicanal da Caixa Seguros e Saúde (Fidelidade).

No que respeita aos ramos Vida, a área da poupança para a reforma continuou a ser o objetivo estratégico, comercializando-se um Plano de Poupança Reforma inovador, sob a marca 'Leve'.

Para a generalidade dos produtos Não Vida prosseguiram as melhorias em diversos produtos, com vista a adequá-los às condições de mercado e às necessidades dos clientes.

Enquadramento Competitivo da Atividade Seguradora

De acordo com os elementos divulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o mercado segurador em 2013 terá contabilizado, na sua atividade em Portugal, um valor de 13,1 mil milhões de euros de prémios de seguro direto, incluindo recursos captados via contratos de investimento, o que corresponde um acréscimo de 20,2% face ao ano anterior.

Esta evolução decorre essencialmente dos ramos Vida, com um acréscimo de 33,6% face ao ano anterior, por via dos produtos de Capitalização e PPR. Os ramos Não Vida evidenciam uma redução de 3,1%, uma vez que se encontram influenciados pela difícil situação económica. Tal facto fez-se sentir de forma mais intensa nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel, sendo de destacar, pela positiva, o aumento da carteira de prémios dos ramos Doença e Multirriscos Habitação.

Posicionamento no Mercado Segurador

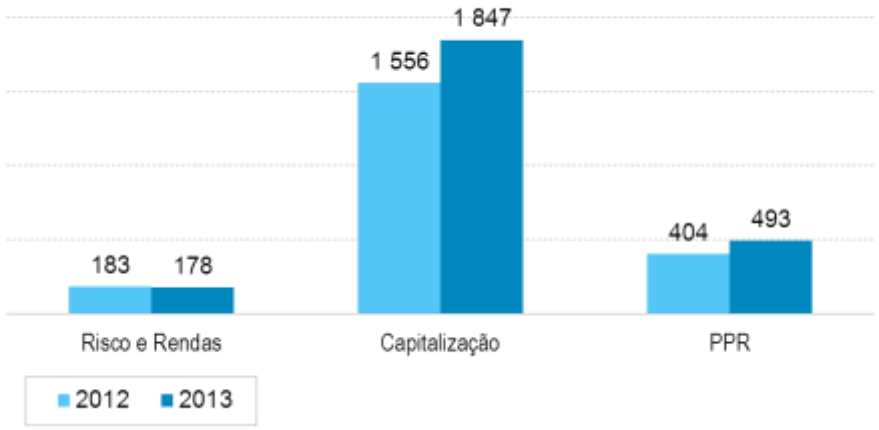
A Caixa Seguros e Saúde mantém a liderança destacada do sector segurador nacional, detendo uma quota global de 26,9%, correspondente a um volume de prémios de seguro directo (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3 523 milhões de euros (+ 10,3% face ao ano anterior).

Quota de mercado de 26,9%, 27,2% no Ramo Vida e 26,1% no Ramo Não Vida

A atividade Vida, em Portugal, contabilizou 2 517 milhões de euros de prémios de seguro directo (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), tendo registado um acréscimo de 17,5% face a 2012, por via dos produtos de Capitalização e PPR. A Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança do mercado, alcançando uma quota de 27,2% (-3,7pp face a 2012).

PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO - RAMO VIDA (ATIVIDADE PORTUGAL)

(milhões de euros)



A atividade internacional registou um montante de prémios de 29 milhões de euros, um acréscimo de 3,7% face a 2012.

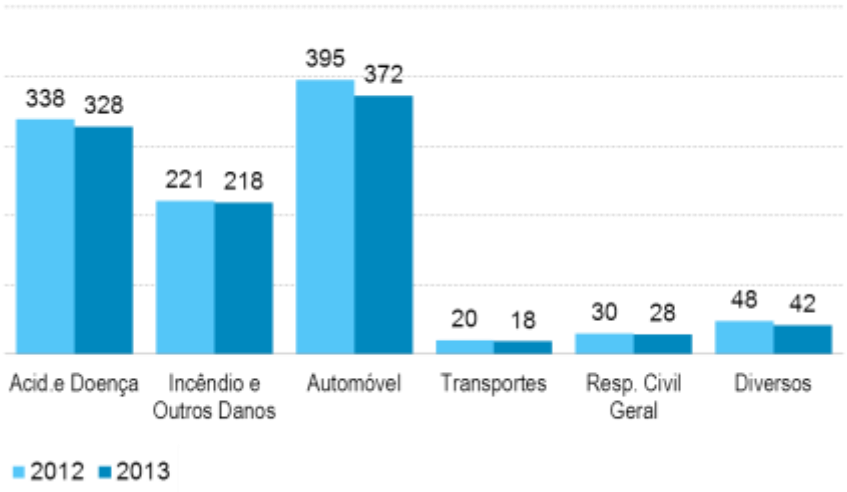
Na atividade Não Vida, a produção da Caixa Seguros e Saúde, em Portugal, atingiu 1 006 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 4,4% face ao ano anterior, comum à generalidade dos ramos com exceção de Doença e Multirriscos.

A Caixa Seguros e Saúde detém uma quota de mercado de 26,1% nos ramos Não Vida, sendo líder destacada neste agregado (mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais próximos), bem como em todos os seus principais ramos.

Crescimento da actividade internacional

PRÉMIO DE SEGURO DIRETO - RAMO NÃO VIDA (ATIVIDADE PORTUGAL)

(milhões de euros)



Por sua vez, a actividade no estrangeiro registou um montante de prémios Não Vida de 66 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 40% face ao ano anterior.

1.6. Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência

1.6.1. ATIVIDADE CONSOLIDADA

CGD: Renovação e adaptação a um novo paradigma económico e financeiro do País e da Instituição

A CGD continuou a apresentar no ano de 2013 uma capacidade de renovação e adaptação a um novo paradigma económico e financeiro, a qual não se refletiu, por ora, na inversão da trajetória de resultados negativos apresentados pelo Grupo pelo terceiro ano consecutivo.

A robustez da instituição e a firme determinação da Gestão na prossecução dos respetivos vetores estratégicos permitiu que, em vertentes chave da sua atuação, a CGD apresentasse evoluções visivelmente favoráveis, nomeadamente no domínio do financiamento de setores de valia acrescida na economia portuguesa, expressos sobretudo no crédito concedido às micro, pequenas e médias empresas, bem como na captação da poupança e, de grande importância, no desenvolvimento do negócio internacional.

De referir que em resultado do processo de alienação em curso de um conjunto de participações do setor segurador do Grupo (85% do capital social da Fidelidade, 80% do capital social da Multicare e 80% do capital social da Cares), as contas consolidadas em análise, bem como os respetivos comparativos foram reexpressos de modo a apresentar as contas das referidas unidades sob a forma de ativos não correntes detidos para venda, de acordo com a Norma “IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas”.

1.6.1.1. RESULTADOS

Mantiveram-se os vetores estratégicos fundamentais de financiamento à economia, reforço da poupança e apoio à internacionaliza-ção

Os resultados do Grupo continuaram a ser penalizados, nomeadamente, pela redução da margem financeira, pela ainda fragil atividade económica em Portugal, não obstante os sinais cada vez mais evidentes de recuperação, e pelo elevado custo das provisões e imparidades que, no entanto, registaram uma vez maisum nítido decréscimo (-23,7%). O Resultado Líquido Consolidado do Grupo CGD no ano de 2013 é negativo no valor de 575,8 milhões de euros, o que representa um agravamento de 181,1 milhões de euros face ao ano anterior.

Resultado líquido consolidado negativo

O Banco tem vindo a estabelecer uma política de *pricing*, quer das operações passivas, quer das ativas (novas ou em renovação), mais adequada à presente conjuntura e aos objetivos estabelecidos em matéria de custos e proveitos, politica esta naturalmente ajustada ao perfil de risco do cliente.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (CONSOLIDADO)

(milhares de euros)

			Variação	
	Dez-12 (*)	Dez-13	Absoluta	(%)
Margem financeira alargada (1)	**1 357 210**	**930 744**	**-426 466**	**-31,4%**
Juros e rendimentos similares	4 725 100	3 615 140	-1 109 960	-23,5%
Juros e encargos similares	3 485 628	2 756 879	-728 749	-20,9%
Margem financeira	1 239 472	858 261	-381 211	-30,8%
Rendimentos de instrumentos de capital	117 738	72 483	-45 255	-38,4%
Margem complementar (2)	**942 000**	**769 733**	**-172 267**	**-18,3%**
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	542 558	522 043	-20 515	-3,8%
Resultados em operações financeiras	362 934	267 145	-95 789	-26,4%
Outros resultados de exploração	36 508	-19 455	-55 963	-153,3%
Margem técnica da atividade seguradora (3)	**4 068**	**3 949**	**-119**	**-2,9%**
Prémios líquidos de resseguros	4 523	4 445	-78	-1,7%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	1 678	1 669	-9	-0,5%
Comissões e outras provisões e custos associados	1 223	1 173	-49	-4,0%
Produto de atividade (4) = (1) + (2) + (3)	**2 303 278**	**1 704 426**	**-598 852**	**-26,0%**
Custos operativos (5)	**1 349 507**	**1 394 042**	**44 535**	**3,3%**
Custos com pessoal	734 784	792 879	58 095	7,9%
Fornecimentos e serviços de terceiros	476 276	469 401	-6 875	-1,4%
Depreciações e amortizações	138 446	131 762	-6 685	-4,8%
Resultado bruto de exploração (6) = (4) - (5)	**953 771**	**310 384**	**-643 387**	**-67,5%**
Provisões e imparidade (7)	**1 475 199**	**1 125 486**	**-349 713**	**-23,7%**
Imparidade de crédito líquida de anulações e reversões	1 010 304	817 759	-192 545	-19,1%
Provisões e imparidade de outros ativos, líquida	464 895	307 727	-157 168	-33,8%
Resultados de filiais detidas para venda (8)	**95 521**	**135 810**	**40 289**	**42,2%**
Resultados em empresas associadas (9)	**4 029**	**5 030**	**1 001**	**24,9%**
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários (10) = (6) - (7) + (8) + (9)	**-421 878**	**-674 262**	**-252 384**	
Impostos (11)	**-76 719**	**-163 215**	**-86 497**	
Correntes	67 119	-31 453	-98 571	
Diferidos, líquido	-173 590	-156 887	16 702	
Contribuição extraordinária sobre o setor bancário	29 752	25 125	-4 628	-15,6%
Resultado líquido consolidado do exercício (12) = (10) - (11)	**-345 160**	**-511 047**	**-165 888**	
Atribuível a interesses minoritários (13)	49 556	64 738	15 182	30,6%
Atribuível ao acionista da CGD (14) = (12) - (13)	**-394 715**	**-575 785**	**-181 070**	

(*) Os valores relativos a 2012 são proforma uma vez que incluem as participadas da Caixa Seguros e Saúde,SGPS (Fidelidade, Multicare e Cares) em forma de ativos não correntes detidos para venda e as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto foram integradas pelo método de equivalência patrimonial.

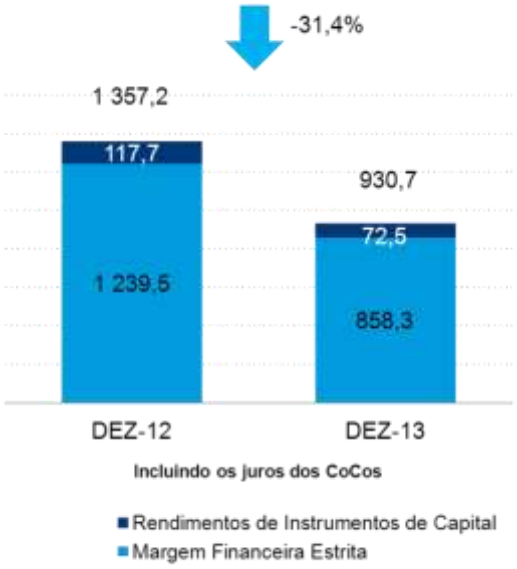
Registando-se nesta vertente uma ligeira melhoria, o efeito de *repricing* das operações ativas e passivas não foi, por enquanto, suficiente para reverter a variação negativa da Margem Financeira Alargada que, no final de 2013 atingiu 930,7 milhões de euros, registando uma quebra de 31,4%, com origem quer na Margem Financeira Estrita (-30,8%), quer nos Rendimentos de Instrumentos de Capital (-38,4%).

Abrandamento da deterioração da margem financeira

A análise das taxas de variação trimestrais [1] revela um abrandamento da tendência da queda de ambas as variáveis

MARGEM FINANCEIRA ALARGADA

(milhões de euros)



Os Rendimentos de Instrumentos de Capital somaram 72,5 milhões de euros, refletindo a diminuição de 45,2 milhões de euros face a 2012, em resultado da redução dos dividendos recebidos da Portugal Telecom e dos Fundos de Investimento.

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13
Portugal Telecom, SGPS	34,8	20,9
EDP - Energias de Portugal	6,2	7,6
Galp Energia, SGPS	4,5	1,0
ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS	5,3	-
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	57,1	34,1
Outros	9,9	8,9
Total	**117,7**	**72,5**

[1] Em consequência da venda da atividade seguradora e tal como explicado em 1.6.1, não é no entanto possível apresentar com precisão as taxas em cadeia mencionadas por não existirem valores homologos comparáveis.

As comissões líquidas totalizaram 522,0 milhões de euros, valor inferior ao observado no ano de 2012 (-3,8%).

COMISSÕES LÍQUIDAS – CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13	Variação
CGD Portugal	343,2	332,8	-10,4
Atividade Internacional	132,5	129,8	-2,7
Banca de Investimento	48,6	47,2	-1,4
Gestão de Ativos	22,2	20,7	-1,5
Outros	-3,9	-8,4	-4,5
Total	**542,6**	**522,0**	**-20,5**

Por tipo de comissões, refiram-se os provenientes de meios de pagamentos (129,7 milhões de euros, -7,4%), de operações de crédito (135,7 milhões, -4,3%) e de serviços de terceiros (120,0 milhões de euros, -1,7%).

Resultados positivos de operações financeiras

Os Resultados em Operações Financeiras totalizaram 267,1 milhões de euros. Expurgados dos ganhos resultantes de fatores não recorrentes associados a recompras de dívida própria, que geraram proveitos no montante de 192,8 milhões de euros em 2012 e 14,7 milhões em 2013, os resultados em operações financeiras representariam um acréscimo de cerca de 82,3 milhões face ao ano anterior.

A Margem Técnica da Atividade de Seguros somou 3,9 milhões de euros, evidenciando uma redução de 2,9% em relação a 2012.

Como resultado da evolução descrita, o Produto da Atividade Bancária e Seguradora situou-se em 1 704,4 milhões de euros, (-26% face a 2012).

Prossecução da política de racionalização e aumento da eficiência

A CGD manteve a sua política de racionalização e aumento da eficiência operativa. Excluindo fatores de natureza extraordinária, decorrentes da reestruturação em Espanha e da reposição dos subsídios de férias e de Natal, a CGD teria registado em 2013 uma diminuição de custos com pessoal de 3,2% (versus +7,9%), não alterando a trajetória descendente dos Custos de Estrutura ao longo dos últimos anos. Em consequência dos efeitos antes referidos, registou-se, parcialmente um aumento contabilístico de 3,3% (+44,5 milhões de euros) nos custos de estrutura do Grupo CGD.

Acréscimo extraordinário não permitiu redução dos custos de estrutura totais

CUSTOS OPERATIVOS E AMORTIZAÇÕES

(milhões de euros)

			Variação	
	Dez-12	Dez-13	Absoluta	(%)
Custos com pessoal	734,8	792,9	58,1	7,9%
Outros gastos administrativos	476,3	469,4	-6,9	-1,4%
Depreciações e amortizações	138,4	131,8	-6,7	-4,8%
Total	**1 349,5**	**1 394,0**	**44,5**	**3,3%**

Nos fornecimentos e serviços de terceiros os principais custos e respetivas variações foram os seguintes:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13	Var. (%)
Total	**476,28**	**469,40**	**-1,4%**
do qual:			
Água, energia e combustíveis	24,19	22,26	-8,0%
Rendas e alugueres	79,96	79,54	-0,5%
Comunicações	41,85	42,11	0,6%
Publicidade e edição de publicações	31,44	32,87	4,6%
Conservação e reparação de material	36,72	35,87	-2,3%
Informática	85,93	87,03	1,3%
Estudos e consultoria	4,51	4,63	2,8%

O aumento do rácio *cost-to-income* de 58,5% em dezembro de 2012 para 81,5% em dezembro de 2013, ficou a dever-se, quer à redução do produto bancário em 598,9 milhões de euros (-26,0%), quer ao aumento extraordinário dos custos de estrutura já referido.

INDICADORES DE EFICIÊNCIA

	Dez-12	Dez-13
Cost-to-Income (atividade consolidada) (1)	58,5%	81,5%
Custos Pessoal / Produto Atividade (1)	31,8%	46,4%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros / Produto de Atividade	20,6%	27,5%
Custos Operativos / Ativo Líquido médio	1,14%	1,22%

(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal

Decréscimo dos custos de imparidades

O Resultado Bruto de Exploração situou-se em 310,4 milhões de euros, inferior em 67,5% ao alcançado em 2012.

As Provisões e Imparidades continuaram a apresentar uma redução (após o pico observado em 2011), desta feita de 23,7% em termos homologos, quer ao nível do crédito, quer nos outros ativos, atingindo 1 125 milhões de euros e 1% do ativo consolidado do Grupo no final de 2013, (1,2% e 1,4% em 2012 e 2011, respetivamente).

Imparidades em trajetória descendente sustentada desde o pico de 2011

A Imparidade do Crédito, líquida de reversões, atingiu 817,8 milhões de euros, face a1 010 milhões de euros no ano anterior, e as provisões e imparidades de outros ativos diminuíram para 307,7 milhões de euros, face a 464,9 milhões de euros no ano de 2012.

PROVISÕES E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO

(milhões de euros)

			Variação	
	Dez-12	Dez-13	Absoluta	(%)
Provisões líquidas	**75,4**	**-1,8**	**-77,1**	**-102,3%**
Imparidade de crédito	**1 010,3**	**817,8**	**-192,5**	**-19,1%**
Perdas de imparidade, líquida de anulações e reversões	1 043,7	852,4	-191,3	-18,3%
Recuperação de crédito	33,4	34,6	1,2	3,7%
Imparidade de outros ativos	**389,5**	**309,5**	**-80,0**	**-20,5%**
Aplicações em instituiç. de crédito	-0,3	-0,2	0,0	-15,3%
Devedores e outras aplicações	9,0	15,1	6,1	67,7%
Títulos	185,6	56,7	-128,9	-69,5%
Ativos não correntes detidos para Venda	156,5	119,8	-36,7	-23,5%
Ativos não financeiros e outros	38,7	118,1	79,4	205,5%
Provisões e imparidade do Exercício	**1 475,2**	**1 125,5**	**-349,7**	**-23,7%**

O custo do risco de crédito (rácio imparidade do crédito do período / saldo médio do crédito bruto) situou-se em 1,06% em 2013, valor inferior a 1,24% verificado em 2012.

Os Impostos sobre os lucros reduziram-se para um valor negativo de 163,2 milhões de euros e os Impostos Diferidos situaram-se em -156,9 milhões de euros.A contribuição extraordinária que incidiu sobre o setor bancário atingiu 25,1 milhões de euros, menos 4,6 milhões de euros que em 2012.

Face ao resultado negativo verificado em 2013, a Rendibilidade Bruta dos Capitais Próprios (ROE) situou-se em -9,39% e a Rendibilidade Bruta do Ativo (ROA) em -0,59%.

1.6.1.2. BALANÇO

Crescimento continuado dos recursos, com particular destaque para depósitos de particulares

A análise comparativa neste capítulo foi efetuada relativamente ao Balanço proforma de 31/12/2012, que considera as contas das participadas da Caixa Seguros e Saúde, SGPS (Fidelidade, Multicare e Cares) como um ativo não corrente detido para venda e as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto foram integradas pelo método de equivalência patrimonial. Este proforma difere do Balanço Consolidado apresentado no capítulo 1.13. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas por este considerar apenas as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto integradas pelo método de equivalência patrimonial.

Redução do crédito menos acentuada do que em períodos anteriores

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do ativo líquido era de 112 963 milhões de euros, inferior em 5,3% ao registado no final do ano anterior.

BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

				Variação	
Ativo	Dez-12 (*)	Dez-12 (**)	Dez-13	Absoluta	(%)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 603	1 603	1 545	-58	-3,6%
Aplicações em instituições de crédito	3 819	3 774	2 811	-963	-25,5%
Crédito a clientes	74 735	74 761	70 074	-4 686	-6,3%
Aplicações em títulos	28 193	19 107	18 796	-311	-1,6%
Ativos financeiros com acordo de recompra	504	504	706	201	40,0%
Ativos não correntes detidos para venda	678	13 765	13 456	-309	-2,2%
Investimentos em filiais e associadas	218	216	42	-174	-80,4%
Ativos intangíveis e tangíveis	1 316	897	815	-81	-9,0%
Ativos por impostos correntes e diferidos	1 529	1 341	1 506	165	12,3%
Provisões técnicas de resseguro cedido	197	5	6	1	10,3%
Outros ativos	4 067	3 307	3 205	-102	-3,1%
Total	**116 859**	**119 280**	**112 963**	**-6 317**	**-5,3%**
Passivo					
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	12 227	12 227	9 735	-2 492	-20,4%
Recursos de clientes	71 355	66 985	67 824	840	1,3%
Passivos financeiros	2 217	2 283	1 645	-638	-28,0%
Responsabilidades representadas por títulos	10 591	11 799	8 791	-3 008	-25,5%
Passivos não correntes detidos para venda	101	11 746	11 591	-155	-1,3%
Provisões	973	884	881	-3	-0,3%
Provisões técnicas de contratos de seguros	4 224	10	10	0	3,7%
Passivos subordinados	2 889	2 905	2 524	-381	-13,1%
Outros passivos	5 002	3 162	3 140	-21	-0,7%
Total	**109 579**	**112 000**	**106 142**	**-5 858**	**-5,2%**
Capitais Próprios	**7 280**	**7 280**	**6 821**	**-459**	**-6,3%**
Total do Passivo e Capitais Próprios	**116 859**	**119 280**	**112 963**	**-6 317**	**-5,3%**

(*) Contas proforma uma vez que as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto foram integradas pelo método de equivalência patrimonial.

(**) Contas proforma, considerando os valores da área da saúde da Caixa Seguros e Saúde, SA como um ativo não corrente detido para venda e as entidades que se apresentam em forma de um empreendimento conjunto foram integradas pelo método de equivalência patrimonial.

ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

GRUPO CGD	Dez-12		Dez-13	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos (1)	78 908	66,15%	74 401	65,86%
Caixa Seguros e Saúde	13 162	11,03%	12 782	11,32%
Banco Caixa Geral (Espanha)	5 503	4,61%	4 874	4,31%
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	3 029	2,54%	3 263	2,89%
Caixa Banco de Investimento	2 094	1,76%	1 743	1,54%
Caixa Leasing e Factoring	2 640	2,21%	2 333	2,07%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)	1 654	1,39%	1 929	1,71%
Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	616	0,52%	628	0,56%
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	644	0,54%	519	0,46%
BCG Totta Angola	1 160	0,97%	1 318	1,17%
Outras empresas (2)	9 869	8,27%	9 173	8,12%
Ativo Líquido Consolidado	**119 280**	**100,00%**	**112 963**	**100,00%**

(1) Atividade individual

(2) Inclui as unidades registadas pelo método de equivalência patrimonial

As Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito totalizaram 2,8 mil milhões de euros no final de dezembro de 2013, enquanto os recursos obtidos junto das mesmas entidades foram de 9,7 mil milhões, dos quais 6,3 mil milhões relativos a financiamento obtido pelo Grupo junto do BCE.

Financiamento junto do BCE em redução, com acréscimo da *pool* de colateral

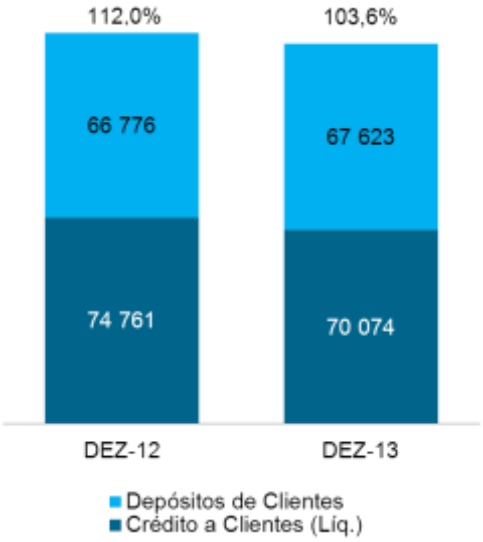
A redução observada no Passivo desde o início de 2013, -5 858 milhões de euros, reflete sobretudo o menor recurso ao financiamento junto do BCE (-2 080 milhões de euros), bem como o decréscimo de 25,5% das responsabilidades representadas por títulos, -3 008 milhões de euros.

O crédito a clientes (bruto) reduziu-se 5,6% face a dezembro de 2012, totalizando 74 587 milhões de euros no final de 2013, com um volume de amortizações ainda superior ao da contratação de novas operações.

No final do ano de 2013, o rácio de transformação situou-se em 103,6%, valor inferior a 112,0%, registado no final de 2012, decorrente do efeito conjugado da diminuição do crédito líquido e do crescimento do valor dos depósitos.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS

(milhões de euros)



O rácio de crédito vencido com mais de 90 dias atingiu 6,1%, mais 0,8 p.p. do que em dezembro de 2012. O rácio de crédito em risco, calculado de acordo com os critérios do Banco de Portugal, registou também nova subida para 11,3%, em linha com a evolução registada no setor bancário. No final do ano, o rácio de crédito vencido total situou-se em 6,6% (5,7% em dezembro de 2012).

QUALIDADE DE CRÉDITO

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13
Crédito total	**78 950**	**74 587**
Crédito sobre clientes (vincendo)	74 437	69 629
Crédito e juros vencidos	4 513	4 958
Do qual: vencido há mais de 90 dias	4 165	4 511
Imparidade do crédito	**4 189**	**4 512**
Crédito líquido de imparidade	**74 761**	**70 074**
Rácios		
Rácio de crédito com incumprimento [(a)]	6,4%	7,5%
Rácio de Crédito com incump. líquido / Crédito total líquido [(a)]	1,1%	1,6%
Rácio de crédito em risco [(a)]	9,4%	11,3%
Rácio de crédito em risco líquido / Crédito total líquido [(a)]	4,4%	5,6%
Crédito vencido / Crédito total	5,7%	6,6%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	5,3%	6,1%
Imparidade acumulada / Crédito com incumprimento	83,0%	80,3%
Imparidade acumulada / Crédito vencido	92,8%	91,0%
Imparidade acumulada / Crédito vencido há mais de 90 dias	100,5%	99,9%
Imparidade do crédito (DR) / Crédito total (médio)	1,24%	1,06%

(a) Indicadores calculados de acordo com a Instrução n.º 23/2012 do Banco de Portugal

Algum agravamento dos indicadores de risco devido ao ajustamento a novas regras regulatórias

Saliente-se, porém, que não se tem verificado uma deterioração da qualidade da carteira de crédito, ficando o referido agravamento dos indicadores de risco a dever-se sobretudo a reclassificações de ativos e ao ajustamento a novas regras regulatórias.

Aconselhamento, acompanhamento, controlo e recuperação: etapas fundamentais do processo de concessão de crédito

O incumprimento do crédito à habitação, continua a apresentar-se mais favorável do que o das restantes componentes da carteira de crédito. Neste contexto, a CGD continua a dar particular enfoque às ações de prevenção, de acompanhamento e de controlo de todo o processo creditício, procurando acautelar potenciais efeitos desfavoráveis na qualidade da carteira. Prevendo-se que a recuperação económica já iniciada não se venha a refletir a curto prazo e da mesma forma em todo o aparelho produtivo, a CGD reforçou circuitos e processos, já estabelecidos em 2012, de acompanhamento das operações de crédito, possibilitando a deteção precoce dos indícios de risco de incumprimento, com vista à adoção célere de medidas de prevenção e, caso necessário, de recuperação.

APLICAÇÃO EM TÍTULOS (CONSOLIDADO) [(a)]

SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

			Variação	
	Dez-12	Dez-13	Absoluta	(%)
Ativ. fin. justo valor atr. de resultados	3 948	3 229	-718	-18,2%
Ativ. fin. disponíveis para venda	15 664	16 273	608	3,9%
Total	**19 611**	**19 502**	**-110**	**-0,6%**

(a) Após Imparidade e inclundo Ativos com Acordo de Recompra.

As aplicações em títulos no final de 2013 ascendiam a 19 502 milhões de euros, incluindo os ativos com acordo de recompra, registando um decréscimo de 0,6% face a 2012.

1.6.1.3. LIQUIDEZ

Melhoria cada vez mais visível da situação de liquidez da CGD

As condições favoráveis nos mercados internacionais, em conjunto com o bom desempenho dos depósitos, para o qual contribuiu muito favoravelmente a área internacional, traduziram-se em 2013 numa gradual normalização da política de financiamento, incluindo uma redução natural da dependência do financiamento junto do BCE.

Com a crescente estabilização do mercado, após quase 3 anos de falta de recetividade a emitentes portugueses, a CGD lançou, no início de 2013, uma emissão de Obrigações Hipotecárias a 5 anos, no montante de 750 milhões de euros com um cupão de 3,75%, reabrindo este segmento a emitentes portugueses. A excelente recetividade desta emissão foi evidenciada pela forte procura, que ultrapassou 4 000 milhões de euros, e pela colocação de cerca de 90% do montante junto de mais de 200 investidores externos, nomeadamente no Reino Unido, Alemanha, Áustria, França e Suíça.

Regresso bem sucedido ao mercado de Obrigações Hipotecárias

Já em janeiro de 2014, a CGD regressou ao mercado com uma emissão de Obrigações Hipotecárias a 5 anos, de novo no valor de 750 milhões de euros. O muito bom acolhimento pelos investidores expresso numa procura final superior a 3 900 milhões de euros e num *spread* final de 188 p.b. (correspondente a uma *reoffer yield* de 3,12%) significativamente inferior ao conseguido um ano antes, confirma um interesse crescente no crédito CGD e naturalmente uma perceção cada vez mais favorável sobre o respetivo risco.

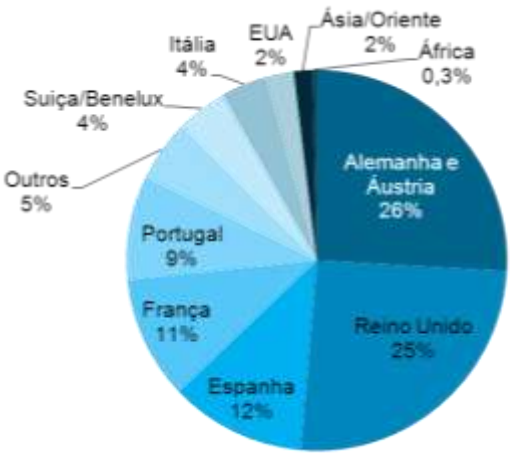
A emissão de 2014 foi colocada a um preço inferior em quase 100 p.b. face a emissão de janeiro de 2013.

Nas duas operações, cerca de 90% do total foi tomado por investidores internacionais e em menos de 2 horas, tendo a procura excedido 5 vezes a oferta. Além disso, na mais recente emissão, registou-se um aumento do número de investidores participantes (+20) face à operação realizada em janeiro de 2013, verificando-se uma maior diversificação geográfica e um maior peso de investidores alemães com maior tradição no mercado de obrigações hipotecárias.

Comparação das duas emissões de OH revela franca melhoria de pricing e de qualidade de colocação

EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS - JANEIRO 2014

Distribuição Geográfica



Distribuição por Investidor

Ambas as emissões colocadas em menos de 2 horas

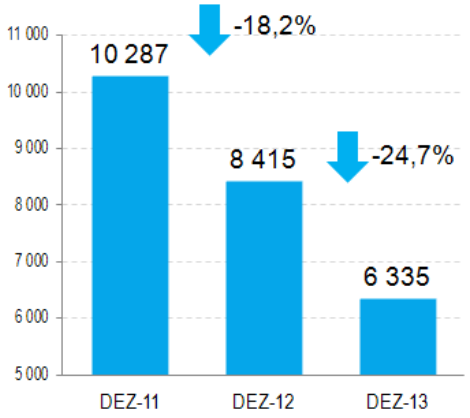
Após a significativa redução do financiamento obtido junto do BCE verificada no início do ano, com um decréscimo de 2 080 milhões de euros face aos 8 415 milhões de euros de dezembro de 2012, o acesso do Grupo CGD a recursos do BCE permaneceu relativamente estável ao longo do ano de 2013, fixando-se no final de dezembro em 6 335 milhões de euros.

A *pool* de ativos elegíveis do Grupo CGD, constituída por títulos negociáveis, totalizava 17 099 milhões de euros no final de 2013, correspondendo a uma diminuição de 1 470 milhões face ao valor de dezembro do ano anterior, muito por força do reembolso antecipado, ocorrido em julho, de 1 000 milhões de obrigações emitidas com garantia do Estado. O total de ativos disponíveis subiu, ainda assim, no final de 2013 para 10 701 milhões de euros, comparativamente a 10 106 milhões no ano anterior.

Aumento de recursos de clientes em contexto de *repricing* da oferta de produtos

FINANCIAMENTO JUNTO DO BCE

(milhões de euros)



Os recursos de clientes em base consolidada aumentaram 839,7 milhões de euros no ano de 2013, com os depósitos a registarem um crescimento de 1,3%, (846,3 milhões de euros), fixando-se em 67 623 milhões de euros. É de salientar o aumento dos recursos de clientes, nomeadamente no segmento de particulares, tendo esta evolução ocorrido num contexto de *repricing* em baixa dos novos depósitos e dos depósitos vencidos.

1.6.1.4. SOLVÊNCIA

Capitais Próprios e Equiparados

Os capitais próprios do Grupo totalizaram 6 821 milhões de euros no final de 2013, apresentando uma redução de 458,9 milhões de euros (-6,3%) face ao observado no final de 2012, influenciada pela evolução de "outras reservas e resultados transitados".

CAPITAIS PRÓPRIOS

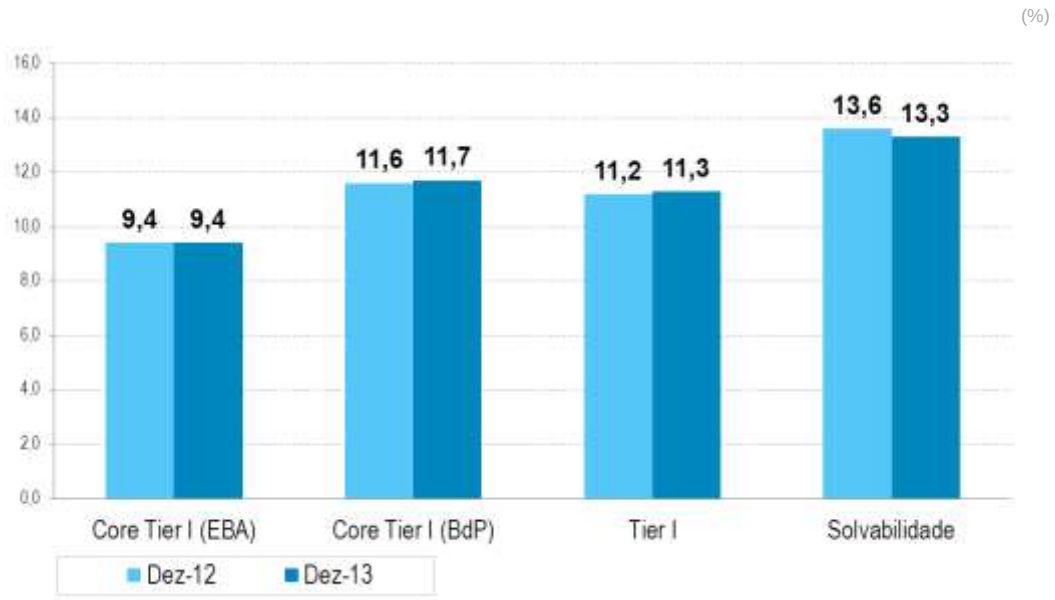
(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13
Capital social	5 900,0	5 900,0
Reservas de justo valor	-189,7	63,1
Outras reservas e resultados transitados	979,1	409,7
Interesses minoritários	985,3	1 024,1
Resultado do exercício	-394,7	-575,8
Total	**7 280,0**	**6 821,2**

Rácio Core Tier 1

O Rácio Core Tier 1 em base consolidada situou-se em 11,7% no final de 2013, valor acima do requisito de 10% de capital *core* estabelecido pelo Banco de Portugal. Nos termos definidos pela EBA, o Rácio Core Tier 1 situou-se em 9,4%, face ao minimo exigido de 9%.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE



O Rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), calculado de acordo com as regras da CRD IV / CRR "fully implemented", situou-se em 7,6% em 31 de Dezembro de 2013 (o mínimo fixado é de 7%, constituído por CET 1 de 4,5% e um *buffer* de 2,5%).

O Rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), calculado de acordo com as regras da CRD IV / CRR "phasing-in", situou-se em 10,7% em 31 de Dezembro de 2013, valor acima da referência para avaliação de ativos a realizar pelo BCE, de 8% considerando o cenário base.

Em 22 de Julho de 2013, entrou em vigor a Recomendação do EBA/REC/2013/03, que tem em consideração a nova legislação do capital denominada CRD IV/CRR, e que estabelece a preservação, em valor absoluto, do capital necessário ao cumprimento do rácio mínimo de 9% anteriormente previsto, com referência aos requisitos de capital de 30 de junho de 2012, incluindo o mesmo *buffer* de capital para exposições com risco soberano.

Esta Recomendação do EBA prevê exceções à regra de preservação do capital nominal, quer por parte das instituições que apresentem Rácios de Common Equity Tier 1, calculados de acordo com as regras da CRD IV / CRR "fully implemented", iguais ou superiores a 7%, quer para as instituições envolvidas em processos de reestruturação e de desalavancagem gradual ordenada. Neste cenário, em Novembro de 2013 a CGD submeteu o seu Plano de Capital ao Banco de Portugal, nos termos previstos na Recomendação, o qual se encontra atualmente em apreciação junto da Entidade de Supervisão.

Core Tier 1 (BdP): 11,7%

Core Tier 1 (EBA): 9,4%

CET 1 fully implemented: 7,6%

CET 1 phasing-in: 10,7%

Plano de capital em apreciação pela entidade de supervisão

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE [(a)]

(milhões de euros)

Fundos próprios	Dez-12	Dez-13
1. Core capital	7 926	7 325
1.1. Dedução das participações em IC's e seguradoras	*-392*	*-364*
1.2. Ações preferenciais (Tier I)	96	97
2. Base – TIER I	7 629	7 058
3. Complementares – TIER II	1 749	1 278
4. Deduções aos fundos próprios	-47	-46
5. Fundos próprios totais elegíveis (2+3+4)	9 331	8 291
6. Posições ponderadas totais	68 383	62 359
Rácios		
Core Tier 1 (Banco de Portugal) (1./6.)	**11,6%**	**11,7%**
Core Tier 1 (EBA) (1-(1.1-b))/6	**9,4%**	**9,4%**
Tier 1 (2./6.)	**11,2%**	**11,3%**
Rácio de solvabilidade (5./6.)	**13,6%**	**13,3%**

(a) Com inclusão do resultado do exercício.
(b) Buffer de dívida soberana (1 073 milhões de euros)

1.6.1.5. FUNDO DE PENSÕES E PLANO MÉDICO DO PESSOAL DA CGD

O Fundo de Pensões do Pessoal da CGD foi constituído em 31 de dezembro de 1991.

No cálculo das responsabilidades com as pensões e com o plano médico, para 2013, foram utilizados pressupostos demográficos e financeiros de que se salientam os seguintes:

- Taxa de desconto — 4,00%
- Taxa de crescimento salarial — 0,5% em 2014/2017 e 2,0% após essa data
- Taxa de crescimento das pensões — 0% em 2014/2017 e 1,0% após essa data
- Tábua de mortalidade masculina — TV 73/77 (-1 ano)
- Tábua de mortalidade feminina — TV 88/90 (-1 ano)
- Tábua de invalidez — EKV80
- Idade média reforma — 60 anos

No final de dezembro de 2013, a CGD reviu a taxa de atualização salarial, fixando-a em 0,5% em 2014/2017 e em 2,0% para os anos seguintes, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou a 0% em 2014/2017 e 1,0% para os anos seguintes. Adicionalmente, a CGD reduziu a Taxa de Desconto em 0.5 p.p. (de 4,50% para 4,00%).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com as pensões de reforma do pessoal da CGD ascendiam a 1 712,2 milhões de euros e 1 541,8 milhões de euros, respetivamente, registando um aumento 170,4 milhões de euros.

FUNDOS DE PENSÕES EM 2013 - MOVIMENTOS NO FUNDO

(milhões de euros)

Valor do Fundo em 31.12.2012	**1 560,9**
Contribuições dos empregados	*24,3*
Contribuições da empresa	*86,4*
Pensões pagas	*-40,1*
Rendimento líquido do Fundo	*80,7*
Valor do Fundo em 31.12.2013	**1 712,2**

Fundo de Pensões: Financiamento a 100% das responsabilidades

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do Fundo cobria, quer a parcela das responsabilidades com pensões em pagamento, quer as responsabilidades por serviços passados relativas aos trabalhadores no ativo. No final do ano as responsabilidades encontravam-se financiadas a 100,0% pelo Fundo de Pensões.

No ano, foram relevados na conta de resultados cerca de 58 milhões de euros relativos ao custo normal do exercício e cerca de 2 milhões de euros relativos ao acréscimo de responsabilidades por reformas antes da idade normal da reforma. No final do ano, os desvios atuariais e financeiros ascendiam a cerca de 155 milhões de euros.

A rentabilidade do Fundo de Pensões da CGD foi de 5,7%.

As responsabilidades associadas aos benefícios médicos pós-emprego do pessoal da CGD - plano médico encontram-se provisionadas na sua totalidade e ascendiam, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a 466,9 milhões de euros e 452,2 milhões de euros, respetivamente, como se evidencia no quadro:

PLANO MÉDICO EM 2013 - EVOLUÇÃO DA PROVISÃO

(milhares de euros)

Valor da provisão em 31.12.2012	**452,3**
(+) Custo corrente do ano	*27,8*
(-) Contribuições para serviços de assistência médica (SS e SAMS)	*22,2*
(+) Perdas atuariais	*9,1*
Valor da provisão em 31.12.2013	**466,9**

As perdas atuariais mencionadas no quadro e referentes ao exercício deveram-se essencialmente a alterações nos pressupostos utilizados, sendo penalizadas pela alteração da taxa de desconto. O saldo acumulado dos desvios atuariais somava 67,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

1.6.2. ATIVIDADE INDIVIDUAL

1.6.2.1. RESULTADOS

Resultado líquido negativo da atividade individual

A atividade individual da CGD apresentou um resultado líquido negativo de 1 090,5 milhões de euros, traduzindo em grande medida o comportamento desfavorável da margem financeira conjugado com os ainda elevados custos de provisionamento no ano e o agravamento dos custos de estrutura (em grande parte associado a efeitos extraordinários).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL [(a)]

(milhares de euros)

			Variação	
	Dez-12	Dez-13	Absoluta	(%)
Juros e Rendimentos Similares	4 810 923	2 994 444	-1 816 480	-37,8%
Juros e Encargos Similares	4 025 558	2 551 729	-1 473 828	-36,6%
Margem Financeira	**785 366**	**442 714**	**-342 651**	**-43,6%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	147 790	82 356	-65 434	-44,3%
Margem Financeira Alargada	**933 156**	**525 070**	**-408 085**	**-43,7%**
Rendimentos de Serviços e Comissões	488 768	476 609	-12 159	-2,5%
Encargos com Serviços e Comissões	114 407	111 679	-2 728	-2,4%
Comissões Líquidas	374 361	364 930	-9 431	-2,5%
Resultados em Operações Financeiras	281 126	128 605	-152 520	-54,3%
Outros Resultados de Exploração	96 808	15 457	-81 351	-84,0%
Margem Complementar	**752 295**	**508 992**	**-243 303**	**-32,3%**
Produto Bancário	**1 685 450**	**1 034 062**	**-651 388**	**-38,6%**
Custos com Pessoal	491 752	535 929	44 177	9,0%
Outros Gastos Administrativos	367 046	360 209	-6 837	-1,9%
Depreciações e Amortizações	103 794	93 077	-10 717	-10,3%
Custos Operativos e Amortizações	962 593	989 216	26 623	2,8%
Resultado Bruto de Exploração	**722 857**	**44 847**	**-678 011**	**-93,8%**
Provisões e Imparidade Outros Ativos, Líquida	492 686	118 856	-373 830	-75,9%
Corr. de valor assoc. ao créd. a clientes e val. a receber de out. devedores	1 101 402	1 370 639	269 237	24,4%
Provisões e Imparidades	**1 594 087**	**1 489 495**	**-104 593**	**-6,6%**
Resultados antes de Impostos	**-871 230**	**-1 444 648**	**-573 418**	
Impostos	**-192 163**	**-354 133**	**-161 970**	
Correntes	13 009	-63 507	-76 516	
Diferidos	-232 690	-313 824	-81 134	
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário	27 518	23 198	-4 321	-15,7%
Resultado do Exercício	**-679 067**	**-1 090 515**	**-411 448**	

(a) Incluindo a atividade das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Grand Cayman, Financeira Exterior da Madeira, Timor, Macau e Zhuhai.

Redução da Margem Financeira

A Margem Financeira Alargada atingiu 525,1 milhões de euros, diminuindo 43,7% relativamente ao valor verificado no ano anterior, em resultado quer da quebra da Margem Financeira, quer dos Rendimentos de Instrumentos de Capital cujas reduções foram de 342,7 milhões de euros (-43,6%) e de 65,4 milhões de euros (-44,3%), respetivamente.

Bom desempenho das operações financeiras

A Margem Complementar também apresentou um comportamento desfavorável ficando 243,3 milhões de euros aquém do valor registado em 2012, devido sobretudo à redução dos Resultados em Operações Financeiras (-152,5 milhões), os quais beneficiaram em 2012 de ganhos significativos na recompra da dívida própria. Expurgados destes proveitos, os resultados em operações financeiras teriam aumentado 36,9 milhões de

euros.

Relativamente aos Custos Operativos, é de destacar o aumento de 44,2 milhões de euros (+9,0%) face a 2012 dos Custos com Pessoal, que devido à reintrodução dos subsídios de férias e de Natal viram interrompida a tendência decrescente observada em períodos anteriores. Excluindo este impacto, os Custos com Pessoal e os Custos Operativos teriam diminuído, respetivamente, 0,7 milhões de euros (-0,1%) e 18,2 milhões (-1,9%).

O provisionamento no ano totalizou 1 489,5 milhões de euros, elevando-se o montante destinado ao crédito a 1 370,6 milhões (mais 269,3 milhões de euros que em 2012).

1.6.2.2. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

O Ativo Líquido da atividade individual da Caixa Geral de Depósitos atingiu 93 836 milhões de euros, para esta redução de 8 377 milhões (-8,2%) face ao ano anterior contribuiu a prossecução da redução do balanço. O decréscimo foi particularmente visível na carteira de Crédito a Clientes, com menos 4 445 milhões de euros (-6,9%), e no saldo das Aplicações em Instituições de Crédito, com menos 2 581 milhões de euros (-37,6%).

BALANÇO INDIVIDUAL

(milhões de euros)

Ativo	Dez-12	Dez-13	Variação Absoluta	Variação (%)
Caixa e disponib. em bancos centrais	924	758	-166	-18,0%
Aplicações em instituições de crédito	6 864	4 284	-2 581	-37,6%
Crédito a clientes	64 002	59 557	-4 445	-6,9%
Aplicações em títulos	20 083	20 215	132	0,7%
Ativos com acordo de recompra	1 500	706	-794	-53,0%
Investimentos em filiais e associadas	3 945	3 352	-593	-15,0%
Ativos intangíveis e tangíveis	554	509	-45	-8,1%
Ativos por impostos diferidos	1 151	1 394	243	21,1%
Outros ativos	3 189	3 061	-128	-4,0%
Total	**102 213**	**93 836**	**-8 377**	**-8,2%**
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	13 103	10 088	-3 016	-23,0%
Recursos de clientes	58 248	58 133	-115	-0,2%
Passivos financeiros	7 217	6 454	-763	-10,6%
Respons. representadas por títulos	11 549	8 626	-2 923	-25,3%
Provisões	1 145	986	-159	-13,9%
Passivos subordinados	2 978	2 596	-382	-12,8%
Outros passivos	2 044	2 031	-12	-0,6%
Total	**96 284**	**88 914**	**-7 370**	**-7,7%**
Capitais Próprios	**5 929**	**4 922**	**-1 007**	**-17,0%**
Total do Passivo e Capitais Próprios	**102 213**	**93 836**	**-8 377**	**-8,2%**

Reposição dos subsídios de férias e de natal penaliza tendência decrescente dos custos

Redução do Ativo Liquido

São de relevar, do lado do Passivo, as reduções de 2 923 milhões (-25,3%) nas Responsabilidades Representadas por Títulos e de 3 016 milhões (-23,0%) nos Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito, dos quais -2 200 milhões resultado do menor recurso ao financiamento junto do BCE.

1.6.2.3. GESTÃO DE CAPITAL

Os Capitais Próprios totalizaram 4 922 milhões de euros no final de 2013, valor inferior ao observado no final de 2012 em 1 077 milhões, refletindo esta evolução a redução das outras reservas e resultados transitados e o resultado líquido do exercício.

Redução do Passivo em consequência, sobretudo, do menor acesso ao financiamento BCE

CAPITAIS PRÓPRIOS (INDIVIDUAL)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

	Dez-12	Dez-13
Capital	5 900	5 900
Reservas de reavaliação	-68	75
Outras reservas e resultados transitados	776	38
Resultado do exercício	-679	-1 091
Total	**5 929**	**4 922**

O Rácio de Solvabilidade da atividade individual da CGD, determinado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, e incluindo o resultado do exercício, situou-se, no final de 2013, em 13,6%. O rácio Tier I atingiu por seu turno 11,2%, valor acima dos 12,0% verificados no ano anterior.

1.7. Principais riscos e incertezas em 2014

Melhoria da confiança em confirmação

Durante o ano de 2013 assistiu-se a uma gradual melhoria da conjuntura económica e a uma redução dos efeitos negativos de alguns dos anteriores fatores de incerteza, como o debate orçamental nos EUA ou a crise da dívida soberana na Europa.

A atuação dos principais bancos centrais contribuiu decisivamente para esta melhoria e no futuro próximo continuará a ser alvo de particular atenção por parte dos agentes económicos em geral. Deverão em simultâneo acentuar-se os efeitos de eventuais novas evidências que confirmem as perspetivas económicas mais favoráveis para 2014.

Consolidação do percurso para a criação da União Bancária

A gradual normalização da situação na Área Euro, desde o verão de 2012, permitiu que ao longo do último ano a região deixasse de ser considerada o epicentro dos riscos para a economia mundial. Os desenvolvimentos ao nível da integração europeia, a evolução no processo de consolidação das contas públicas e externas dos Estados-Membros, a estabilização das condições financeiras e o início do regresso do crescimento foram catalisadores de uma perceção global mais positiva. No entanto, este é um trajeto que não se encontra terminado e são necessários novos elementos de confirmação de que a inversão da trajetória descendente que persistiu nos últimos anos é efetiva e sustentável.

A recuperação económica na Área Euro é, de facto, ainda frágil e assimétrica. Embora se estime um crescimento positivo em 2014, este deverá ser ainda pouco expressivo, e portanto insuficiente para reduzir de forma significativa os elevados níveis de desemprego que se continuam a verificar e cuja redução se deverá manter como importante objetivo das autoridades. A Área Euro encontra-se assim, ainda muito vulnerável a eventuais choques, internos ou externos.

Do ponto de vista interno, verificaram-se assimaláveis avanços em torno da constituição da denominada União Bancária, e sendo fundamental que a mesma seja concluída dentro dos calendários previstos. Deverão acentuar-se também os sinais de uma redução progressiva da fragmentação monetária ainda prevalecente entre os países *core* e as economias do sul. De igual modo, é importante assegurar que o ritmo de reformas institucionais e económicas é mantido, quer ao nível supranacional, quer em cada um dos diferentes Estados-Membros.

Necessidade de redução continuada da fragmentação financeira ainda existente na Europa

Para uma continuada normalização das condições de financiamento, quer dos Soberanos, quer do setor privado, que dê sequência aos visíveis progressos já obtidos, entre os quais se contam o regresso ao mercado de dívida de médio e longo prazo por parte de Portugal e da Irlanda - tendo estes últimos assistido já, à conclusão dos respetivos programas de assistência - será importante evitar fenómenos de indesejada volatilidade nos mercados de capitais. A não prossecução das reformas em curso poderia constituir um risco negativo para a região, devido a uma reação adversa dos mercados financeiros.

Quanto à União Bancária, em particular, considerada crucial para quebrar o elo de ligação entre o sistema financeiro europeu e o risco soberano, é de assinalar os passos importantes já dados, com destaque para a efetivação do Mecanismo Único de Supervisão em 2014, com a assunção da supervisão dos principais bancos pelo BCE. Neste domínio, a realização em curso de um exercício de avaliação da qualidade dos ativos dos bancos (o denominado AQR, *Asset Quality Review*, na sigla inglesa), assim como a condução de novos testes de esforço, procedimentos que antecedem a transição da supervisão para o BCE, constituem elementos fundamentais à consolidação monetária e à recuperação da credibilidade na região, podendo no entanto, caso os resultados não sejam os mais favoráveis, fazer regressar o clima de menor confiança prevalecente nos anos anteriores. Um elemento adicional para a confiança dos investidores estará relacionado com a necessidade de aprovação final do segundo pilar da União Bancária, o Mecanismo Único de Resolução.

Economias emergentes: foco de incertezas a nível global

A já referida persistência de algum grau de fragmentação financeira na Área Euro, a contração do crédito, e os níveis extremamente baixos da inflação atualmente observados constituirão elementos centrais para a condução da política monetária, que, a par do comportamento das taxas de mercado, poderão ditar novas medidas por parte do Banco Central Europeu. O grau de complexidade da envolvente económica e financeira, e o recurso a ferramentas potencialmente inovadoras, reforçam o papel da autoridade monetária enquanto estabilizadora das economias e dos mercados mitigando possíveis focos adicionais de incerteza.

Ao nível externo, sobressaem duas fontes de incerteza presentemente identificáveis: o desempenho das economias emergentes e a atuação dos principais bancos centrais extra-europeus.

Relativamente a algumas das economias emergentes existem incertezas quanto ao seu desempenho futuro. A persistência de desequilíbrios estruturais e a alteração no ciclo de liquidez global despoletado pela atuação da Reserva Federal norte-americana estiveram na génese de um sentimento menos positivo em relação a estas economias, o qual se tem feito sentir no início de 2014.

Atenções orientadas para atuação das autoridades monetárias

A condução da política macroeconómica e o contexto político em algumas destas economias emergentes representam dois dos principais riscos para 2014. Em particular, poderá manter-se o impacto negativo sobre o crescimento associado ao aumento dos custos de financiamento, dada a necessidade dos bancos centrais adotarem, em diversas regiões, políticas centradas no combate à inflação e à depreciação das respetivas moedas. Um menor crescimento no bloco emergente, ou um episódio de aumento de aversão ao risco relacionado com esta região, como o ocorrido no verão de 2013, poderão ter efeitos negativos que se propaguem para a economia e os mercados globais.

Pela sua dimensão e relevância, merecem também referência as incertezas que possam decorrer da fase de transição de modelo de crescimento na China, assim como da implementação da política reflacionista e de consolidação orçamental no Japão.

Em relação à atuação dos principais bancos centrais, o destaque vai para os EUA, onde a Reserva Federal encetou recentemente um trajeto de redução gradual dos estímulos à economia. O ritmo imprimido a esse processo, e a expetativa dos mercados financeiros quanto à evolução do mesmo, poderão ter importantes repercussões sobre o nível das taxas de juro, não só naquele país, mas também no resto do mundo, com consequências sobre os custos de financiamento, a atividade económica, os fluxos de capitais ou as taxas de câmbio, constituindo, portanto, um fator de incerteza a considerar.

Setor financeiro ainda afetado por baixas taxas de juro e confiança não totalmente recuperada dos agentes económicos

Neste contexto, e face aos progressos verificados no seu processo de ajustamento ao longo do último ano, assim como à melhoria do desempenho económico, a economia portuguesa deverá em 2014 beneficiar, por um lado, de um enquadramento externo de aceleração, e em particular de uma envolvente de crescimento ao nível da Área Euro, fatores propiciadores da manutenção do contributo positivo da procura externa, e, por outro lado, de uma melhor conjuntura financeira e orçamental, com uma recuperação gradual da procura interna.

Os fatores de risco identificados para a economia mundial, e para a região europeia, são transponíveis para a economia nacional, dependente que estará o seu desempenho do crescimento da procura externa e dos custos de financiamento nos mercados internacionais, num ano, de transição associada ao final do programa de assistência em curso.

Um melhor enquadramento económico-financeiro poderá favorecer a atividade do setor financeiro, nomeadamente, pela perspetiva de uma evolução do volume de negócios e da qualidade do crédito mais benignas, embora ainda num contexto de crescimento ligeiro e desemprego elevado. Uma deterioração do ambiente económico ou um novo período de

aumento da aversão ao risco constituiram elementos negativos face a esse cenário de melhoria.

Os significativos ajustamentos sofridos pelo setor financeiro ao longo dos últimos anos, em particular o redimensionamento dos balanços e o aumento da capitalização, a par dos múltiplos exercícios de supervisão efetuados, serão fatores mitigadores da potencial incerteza decorrente de aspetos regulatórios.

Em termos de rentabilidade, o setor continuará a ser afetado pelos níveis baixos das taxas de juro de mercado, fator que influencia a evolução da margem financeira, nomeadamente em termos do ativo, identificando-se a este nível a incerteza associada à atuação do Banco Central Europeu, e os seus potenciais impactos sobre a estrutura de taxas de juro. A margem complementar deverá evoluir de acordo com o contexto de crescimento moderado da atividade, da ainda não totalmente recuperada confiança dos agentes económicos e da menor volatilidade dos mercados financeiros, com níveis de *spreads* de crédito menos expressivos.

1.8. *Rating* do Grupo

Standard & Poor's retira credit watch com implicações negativas ao rating da CGD

Em junho de 2013 a agência de notação DBRS manteve os *ratings* atribuídos à CGD, por sua vez confirmados pela FitchRatings em julho de 2013.

Em dezembro de 2013 a Moody´s confirmou os *ratings* da CGD, mantendo o *outlook* negativo, no seguimento da revisão do rating da República Portuguesa.

Também na sequência da confirmação do *rating* de longo prazo da República Portuguesa concretizado em setembro de 2013, a Standard & Poor's (S&P) confirmou os ratings da CGD embora os tenha colocado em *credit watch* com implicações negativas.

No entanto, já em janeiro de 2014, a S&P reafirmou as notações da CGD, removendo o *credit watch* com implicações negativas, novamente na sequência de idêntica ação sobre o *rating* de longo prazo da República Portuguesa.

RATING DO GRUPO

	CGD			Portugal		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Data	Curto Prazo	Longo Prazo	Data
Standard & Poor's	B	BB-	Jan-14	B	BB	Jan-14
FitchRatings	B	BB+	Jul-13	B	BB+	Out-13
Moody's	N/P	Ba3	Dez-13	N/P	Ba3	Nov-13
DBRS	R-2 (mid)	BBB (low)	Jun-13	R-2 (mid)	BBB (low)	Dez-13

1.9. Gestão dos Riscos

A gestão dos riscos financeiros, efetuada de forma centralizada, abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez do Grupo CGD, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de gestão de risco.

Gestão centralizada de todas as vertentes de risco da actividade financeira

PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO DE RISCO

A área de gestão de risco integra a estrutura de suporte e tem presença:

Criação da comissão de risco

 Em reuniões da Comissão Executiva (CE) mediante solicitação específica, e mensalmente em ponto de agenda próprio para apresentação da evolução e prespetivas dos principais indicadores de risco;

 No Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), presidido por membros da CE, com a participação das áreas de negócio e áreas de suporte. Por deliberação da CE foram delegadas neste Comité, entre outras, as seguintes atribuições:

- A promoção do processo de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e das ações e procedimentos necessários à sua implementação em termos consolidados e em base individual para as diversas entidades do Grupo;
- A apreciação e deliberação de propostas de orientações estratégicas para a política de financiamento e de liquidez do Grupo CGD;
- A apreciação e deliberação de propostas de orientações estratégicas para a política de gestão do risco, nomeadamente risco de taxa de juro de balanço e riscos de mercado do Grupo, definindo indicadores, limites e regras de gestão;
- A análise e deliberação de propostas de orientações estratégicas relativas aos rácios de capital do Grupo CGD.

❸No Conselho Alargado de Crédito, presidido pela CE, e no qual participam as áreas de negócio, a área jurídica e a área de recuperação de crédito. Por deliberação da CE foram delegados neste Conselho as seguintes competências:

- Autorizações de operações que por enquadramento no normativo interno obrigam a apreciação deste Conselho;
- Análise de crédito malparado;
- Definição da estratégia de políticas de crédito e respetivo risco.

Perfil de risco e sua evolução

O Grupo CGD caracteriza-se em matéria de política de risco por uma postura conservadora, prudente e consistente havendo, contudo, algum espaço para a componente inovação, a qual se encontra, aliás, presente nos produtos aos quais tem exposição.

Princípios e Políticas

Enfoque no retorno ponderado pelo risco

A prossecução da política de risco do Grupo CGD é assegurada consagrando os seguintes princípios:

- Gestão centralizada para todo o Grupo CGD;
- Enfoque no retorno ponderado pelo risco;
- Crescimento sustentado e diversificado de negócio;
- Definição e acompanhamento da utilização de limites por tipo de risco;
- Gestão proativa do risco;
- Resposta atempada da área de gestão de risco às propostas de negócio.

1.9.1. Risco de crédito

O Risco de Crédito encontra-se associado às perdas e grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações.

Qualidade do Crédito

Numa conjuntura de persistentes dificuldades para o normal funcionamento das empresas, reforçaram-se em 2013 os circuitos e processos de monitorização do risco e de prevenção e controlo do incumprimento.

No âmbito da prevenção e da gestão do risco de incumprimento, foram, assim, criadas novas soluções para o pagamento da dívida de clientes em risco, potencial ou efetivo. No âmbito do controlo do crédito, de referir os contributos positivos da política de *pricing* ajustado ao risco e o desempenho das Direções especializadas na recuperação de créditos, tanto de empresas como de particulares.

Complementarmente, foi criada a Comissão de Risco que trabalha com o objetivo de definir e acompanhar o perfil de risco do Banco.

No que diz respeito à recuperação de créditos, a CGD tem optado, em alguns casos, por restruturações, procurando em paralelo que a gestão das empresas se mantenha a cargo dos empresários. De entre as soluções mais utilizadas, destacam-se a consolidação e o alargamento de prazos (carência e amortização), sempre com o objetivo da adequação do perfil de encargos à capacidade financeira dos clientes.

A Gestão Centralizada de Risco que a CGD tem vindo a praticar, assume assim particular importância na política pró-ativa do Banco na prevenção das situações de incumprimento, devendo esta política manter-se em situações de estabilidade económica.

Dada a natureza da atividade bancária, o Risco de Crédito reveste-se de uma particular importância face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes Riscos.

Principais desenvolvimentos em 2013

No ano de 2013 verificaram-se, novamente, múltiplas ações de inspeção extraordinária à qualidade dos ativos dos bancos por parte do Banco de Portugal, assessoradas por entidades independentes, nomeadamente:

Ações de inspeção à qualidade de ativos em 2013, confirmam resiliência do sistema bancário Português

- *Special Assessment Programme – Distressed Loans Management Assessment*, sobre práticas e políticas de gestão e recuperação do incumprimento na carteira de crédito;
- Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito (ETRICC), com duas vertentes: atualização da avaliação à qualidade das carteiras de crédito, efetuada em 2011 e 2012, e cedências de ativos a fundos de investimento.
- ETRICC - Grupos Económicos, sobre a qualidade do crédito concedido a um conjunto de 12 grupos económicos com potencial de risco agravado (na ótica do regulador) e exposição transversal e/ou material ao sistema bancário português.

Generalizadamente, as conclusões confirmaram as restantes resultantes de inspeções anteriores, prevalecendo a confiança na resiliência do sistema bancário nacional, e em particular na CGD. Não obstante, foram propostas algumas melhorias processuais, cuja implementação se prolongará durante 2014.

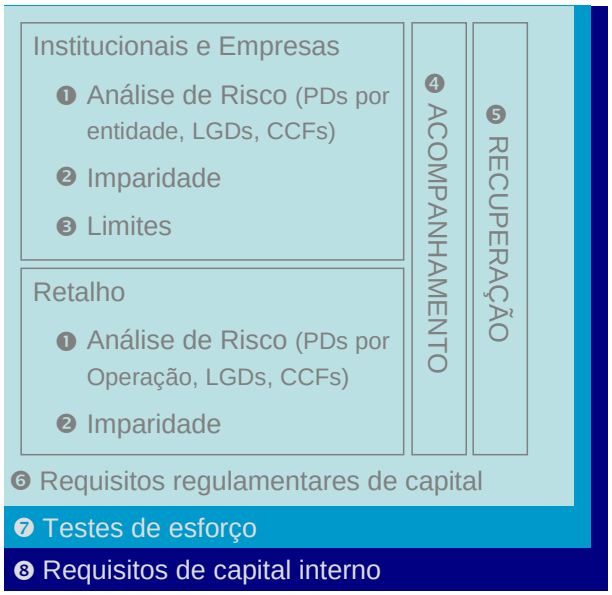
Refira-se, ainda, que ao longo de todo o ano de 2013 foram efetuadas, em estreita articulação com o Banco de Portugal, diversas melhorias no processo de notação de risco de crédito, procurando assegurar-se o cumprimento das condições necessárias à utilização de modelos internos para cálculo de requisitos prudenciais de fundos próprios para risco de crédito (abordagem *Internal Ratings Based*).

Acresce mencionar a integração de todo o processo de análise individual de imparidade num *workflow* automatizado para seguimento de crédito, cuja entrada em produção ocorreu no final de 2013.

Metodologia

 Análise de Risco - o Grupo CGD tem implantado um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito, que abrange todos os segmentos de clientes que acompanha o ciclo de vida das operações.

METODOLOGIA



- No caso de empresas com um nível de exposição mais significativo, bem como de Instituições Financeiras, a apreciação do risco de crédito, além do suporte dos modelos de *rating* interno (que incorporam quer informação financeira quer elementos de caráter qualitativo), é sujeita a análise individual por uma equipa de especialistas. Esta análise é efetuada numa base periódica e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente ou se identifiquem fatores endógenos ou exógenos que recomendem uma reavaliação do risco.
- No segmento de retalho, a apreciação do risco de crédito é suportada pela utilização de ferramentas estatísticas (modelos de *scoring* e *rating*) e por um conjunto de normativos internos que estabelecem critérios objetivos a observar na concessão de crédito, assim como por uma delegação de competências de acordo com as notações de risco atribuídas aos clientes/operações.

Processo contínuo de avaliação e controlo de risco da carteira de crédito desde a concessão até ao fim da vida das operações

O modelo de imparidade do crédito, desenvolvido pelo Grupo CGD no âmbito da IAS 39, permite identificar e monitorizar os créditos com evidência objetiva ou indício de imparidade.

Os fatores de risco utilizados no modelo de imparidade do crédito são atualizados anualmente, ajustando-se assim às condições vigentes de mercado que não foram observados em períodos de histórico anteriores.

Através do modelo de imparidade do crédito procede-se à análise e tratamento da carteira de crédito, que é subdivida em conformidade com as seguintes abordagens:

- Análise Coletiva de Imparidade – para as exposições consideradas individualmente não significativas, determina-se as provisões por imparidade por subsegmentos de risco, que englobam ativos com características de risco similares (nomeadamente segmento de crédito, tipo de colateral, histórico de comportamento de pagamento, entre outras);
- Análise Individual de Imparidade - no caso de clientes com exposições consideradas individualmente significativas, é efetuada uma avaliação individual, com periodicidade trimestral, que envolve as áreas comerciais da CGD, a área de recuperação de crédito e a área de gestão de risco.

A avaliação individual dos clientes com grande exposição foca-se, essencialmente, nos seguintes pontos:

- Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Grupo CGD;
- Avaliação da situação económico-financeira;
- Perspetivas sobre a evolução da atividade do cliente;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos, no Grupo CGD e/ou no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento dos clientes.

Para as exposições significativas em que não foram identificadas situações objetivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma provisão coletiva, em conformidade com os fatores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

Acompanhamento contínuo de empresas e setores de maior risco

Limites - para agilizar o processo de concessão de crédito de curto prazo a Empresas e uniformizar a análise de risco destas operações, o Grupo CGD desenvolveu e implementou um modelo de definição de limites de exposição de curto prazo para

empresas, parametrizado com base em indicadores económico-financeiros e sectoriais e em notações de risco, que fornece orientações quanto ao nível de exposição de curto prazo recomendado para cada cliente. O modelo permite a utilização de um mesmo conjunto de regras claras e objetivas para cálculo de limites de referência, os quais têm apenas um caráter indicativo e servem de base à análise casuística para atribuição efetiva de limites ao cliente. Este modelo é aplicado às empresas tanto do segmento de PME como dos segmentos de Pequenos Negócios e de Grandes Empresas.

Relativamente ao segmento de Instituições Financeiras, são aprovados limites internos para cada instituição. A definição dos limites tem em consideração o enquadramento da entidade no setor financeiro e face aos seus pares, o *rating*, o *VaR*, assim como outros elementos relevantes.

Os analistas de risco de crédito acampanham o cumprimento dos limites, as exposições de crédito bem como o perfil de risco das contrapartes e grupos de forma regular. No âmbito deste acompanhamento, em 2013 prosseguiu o encarteiramento de Grupos Económicos por analistas de risco de crédito.

 No âmbito do Controlo de Risco de Crédito é efetuado o acompanhamento da carteira de crédito, sendo analisada a sua composição e qualidade. Para o efeito são produzidos relatórios com a desagregação da carteira por produto, segmento de cliente, setor de atividade, área geográfica, *Loan to Value* (LTV), taxa de esforço e notação da carteira.

A avaliação interna da adquação dos modelos de classificação de risco desenvolvidos também se revela de especial importância. O desempenho dos modelos é acompanhado através do tratamento da informação proveniente da respetiva utilização, permitindo dispor de indicações quanto à sua continuada eficácia. Obtêm-se assim orientações sobre eventuais necessidades de reestimação e informação sobre o modo da sua utilização.

 Acompanhamento e recuperação – Foi criada a Direção de Acompanhamento de Empresas (DAE) em 2012, decorrendo da necessidade de adaptar a abordagem ao sector empresarial por parte da CGD, que fizesse face a um contexto económico adverso, com aumento assinalável do incumprimento do crédito.

Acompanhamento especial da atividade de crédito em resposta à profunda transformação do contexto de funcionamento das empresas

É missão desta Direção acompanhar e recuperar os créditos concedidos a empresas, e respetivos grupos, com envolvimento na CGD superior a 5 milhões de euros, com imparidades constituídas não inferiores a 10% ou, independentemente do valor de imparidade, que pertençam a sectores de atividade de risco (por exemplo construção/ promoção imobiliária, hotelaria/turismo).

No âmbito da sua missão, a DAE tem como principais objetivos:

- Promover a desalavancagem em grandes volumes de exposição e sectores de atividades considerados de risco;
- Reforçar Garantias;
- Evitar situações de contencioso, procurando soluções de gestão junto das empresas, com o objectivo de as tornar solventes;
- Coordenar a sua atuação de forma integrada com as restantes Direções da CGD, com o objetivo de encontrar a melhor solução para cada caso.

A DAE apresenta uma estrutura comercial composta por três Gabinetes, dois localizados em Lisboa e um no Porto, de forma a promover a proximidade geográfica com os clientes e a melhor incorporar as especificidades regionais do tecido empresarial Português. Em 2013 efetuou-se um reforço da estrutura comercial dos Gabinetes, com o aumento do número de gestores, por forma a dotar a Direção dos Recursos Humanos necessários, para acompanhar os novos *dossiers* que foram objeto de encarteiramento no decurso do 1º semestre do ano.

Por outro lado, o núcleo de apoio técnico à Direção foi implementado no 1º trimestre de

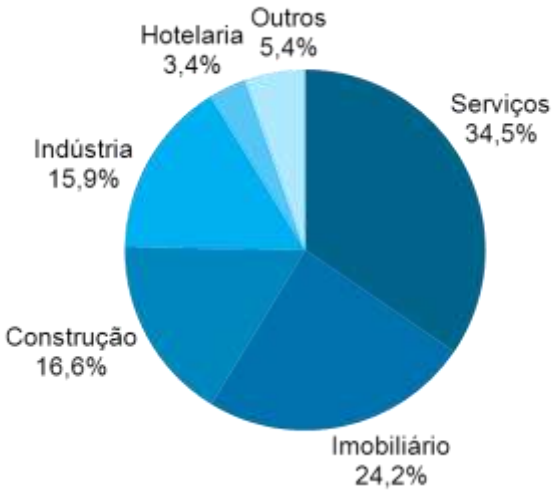
2013, desenvolvendo atividade fundamentalmente nas seguintes áreas:

- Planeamento de controlo de gestão;
- Acompanhamento dos Fundos de Restruturação Empresarial;
- Acompanhamento da carteira de ativos imobiliários dos clientes afetos à DAE.

Carteira de créditos em acompanhamento : redução do peso da hotelaria, construção e imobiliário

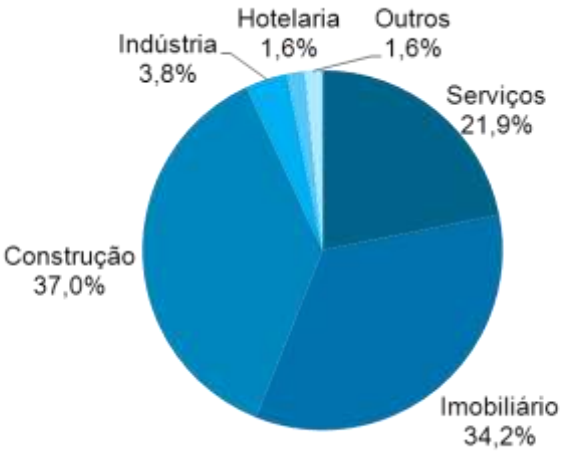
A 31 de Dezembro de 2013 a DAE tinha em carteira 3 900 milhões de € de responsabilidades e um volume de depósitos de 60 milhões euros, repartidos por 107 grupos económicos, num total de 624 empresas, com imparidades constituídas de cerca de 960 milhões euros, o que representa 29% do crédito total.

REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR SETOR DE ATIVIDADE

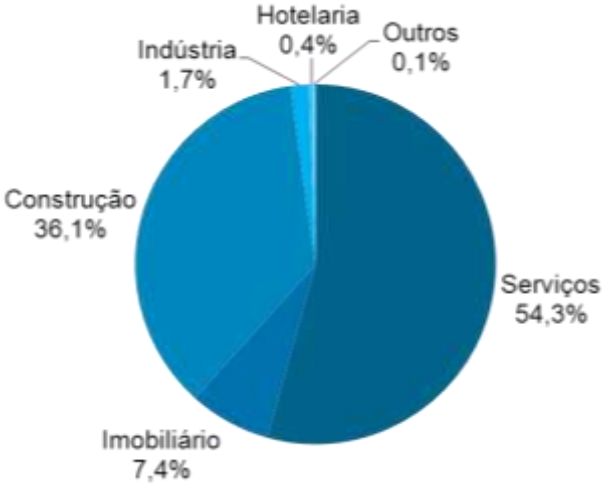


Os setores de atividade identificados no modelo inicial aprovado para a DAE - Hotelaria, Construção e Imobiliário (e que em dezembro 2012 apresentavam um peso de 67% na carteira) - representam 46,1% da carteira.

CRÉDITO VENCIDO



EXTRAPATRIMONIAIS



Apesar da dispersão verificada na carteira, os sectores de atividade considerados como sendo de risco têm um peso de 72,8% no crédito vencido acompanhado pela DAE (511 milhões de euros).

Ao nível das Extrapatrimoniais, verifica-se que as empresas acompanhadas pela DAE que pertencem ao Sector dos "Serviços" representam já mais de 50% das Garantias Bancárias da Carteira. Esta distribuição prende-se com o efeito combinado de dois fatores:

- Esforço permanente de redução da exposição no setor da construção civil e obras públicas (risco elevado);
- Entrada de novas empresas na carteira no decurso do ano, em setores de atividade mais diversificados.

Participação crescente na negociação com as empresas que recorreram ao PER

Dos Grupos Empresariais afetos até Outubro de 2013 (70 *dossiers*), foi possível apresentar proposta e formalizar operações para (67 *dossiers*), que representam um impacto no Balanço no valor 1.276 milhões de euros. Desta verba destacam-se, pelo montante, as operações reestruturadas, no valor de 593,6 milhões de euros (46,5%) e por outro lado, as diminuições em responsabilidades diretas de clientes em 485,7 milhões de euros (38%), por via da sua extinção.

Foram negociadas durante o ano de 2013, operações de cedências de ativos a fundos de recuperação e imobiliários, que abrangeram 10 grupos empresariais com um montante de crédito envolvido de 104,2 milhões de euros.

A DAE participa ativamente e de forma crescente na negociação do processo de empresas que recorreram ao Processo Especial de Revitalização (PER), sendo que durante o ano de 2013, se registaram 10 PER e um processo de insolvência com recuperação, negociados com sucesso (no valor global de 89,2 milhões de euros), bem como a entrada de 8 PER adicionais.

A conclusão dos processos negociais referentes a 10 grupos de empresas em situação de insolvência, com fortes perspectivas de liquidação. Estes casos representam 107,3 milhões de euros (0,4% da carteira global da DAE no início do ano) e foram afetos à Direção de Recuperação de Crédito (DRC).

No final de 2013 a DRC, geria 77,7% do total do crédito vencido na CGD, o que se traduz, quanto à distribuição por produto, em 99,1% de todo o crédito vencido à habitação e 70,2% do total de crédito vencido de empresas. O volume de responsabilidades em carteira na DRC totalizou 4,4 mil milhões de euros (+ 3,8% face a dezembro 2012), das quais 49,6% (2,2 mil milhões de euros) correspondem a crédito à habitação, o que representa 7,2% do total de crédito à habitação da CGD.

Incumprimento: Bom desempenho na área do contencioso

A DRC registou um acréscimo da sua atividade ao longo de 2013, decorrente essencialmente de maior recurso por parte dos clientes a medidas judiciais e extrajudiciais de negociação dos seus créditos, quer no âmbito dos particulares – PERSI (Processo Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento), PER (Processo Especial de Revitalização) e Insolvências, quer no das empresas – PER, SIREVE (Sistema Extrajudicial de Recuperação de Empresas) e Insolvências.

O crédito em carteira na DRC, em fase de tratamento pela área negocial, representa 33,5% do total das responsabilidades sob gestão, correspondendo a 831 milhões de euros de responsabilidades de particulares e 667 milhões de euros de responsabilidades de empresas, dos quais respetivamente 10% e 50% correspondem a crédito vencido.

A área de contencioso da DRC, responsável pela gestão de 66,5% das responsabilidades em carteira na DRC, gere atualmente 42 601 ações pendentes em tribunal (+ 8,2% face a Dezembro de 2012), respeitantes a 40 352 operações de crédito a particulares e 34 217 operações de crédito a empresas.

Em 2013 observou-se algum abrandamento do número de insolvências declaradas, especialmente no caso de clientes empresas.

Registe-se o bom desempenho da área de contencioso, com uma recuperação global de

363 milhões de euros, 33% da produção total, o que representa um aumento de 17% relativamente a 2012.

ÁREA DO CONTENCIOSO - PRODUÇÃO

(milhões de euros)

	2012	2013	Variação Abs.	Variação (%)
Empresas	198,3	234	35,7	18,00%
Particulares	110,7	128,9	18,2	16,40%
Total Contencioso	**309**	**362,9**	**53,9**	**17,40%**

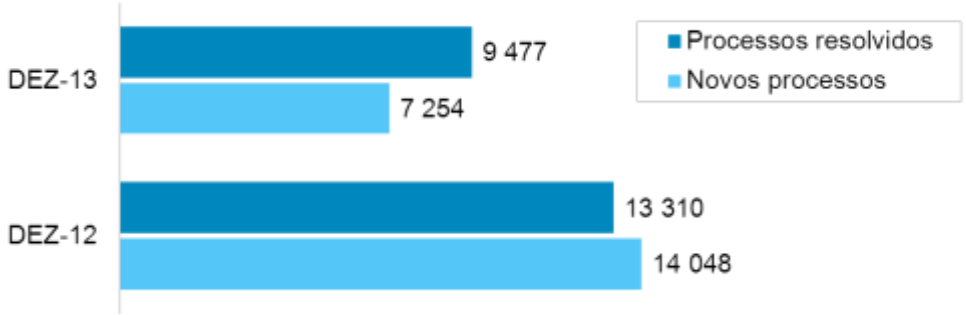
Aumento de recursos de clientes em contexto de *repricing* da oferta de produtos

As cobranças atingiram 265 milhões de euros (67% do total cobrado em 2013), traduzindo um acréscimo de 4,5% face a 2012, tendo-se regularizado por acordo 97,9 milhões de euros, ou seja, mais 83% do que em 2012. Igualmente o número de ações encerradas em 2013 (6 882 ações), representa um acréscimo de 23% na conclusão de ações face ao exercício anterior (5 595 ações).

Esta evolução positiva decorre de uma melhoria comtinua ao nível dos procedimentos e circuitosno processo de recuperação com um controlo apertado de prazos e de diligências conducentes ao encerramento dos processos dentro de prazos mais curtos.

A CGD adquiriu por adjudicação em sede judicial de execução de dívidas 1 772 imóveis durante o exercício de 2013.

ÁREA NEGOCIAL PARTICULARES



Recuperação: Modelo de atuação ajustado na sequência do PARI e do PARSI

O exercício de 2013 distinguiu-se especialmente pelo impacto da entrada em vigor do pacote legislativo direcionado para a prevenção e a gestão das situações de incumprimento dos contratos de crédito de clientes bancários particulares.

A legislação defeniu medidas de acompanhamento dos contratos de crédito, visando a deteção precoce de indícios de risco de incumprimento e a adoção célere de medidas de prevenção do incumprimento através:

- Plano de Ação para o Risco de incumprimento (PARI);
- Processo Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) que vem estabelecer um modelo de negociação a adotar pelas Instituições de Crédito na regularização extrajudicial.

Neste enquadramento, foi adoptado um modelo de atuação articulada e transversal para as áreas comerciais e a DRC, com vista a dar resposta eficaz ao problema de risco de incumprimento das famílias e, em simultâneo, cumprir os prazos e as formalidades estabelecidas no pacote legislativo. No âmbito de processos PERSI geridos pela DRC foram apresentadas e negociadas soluções com 4 489 clientes.

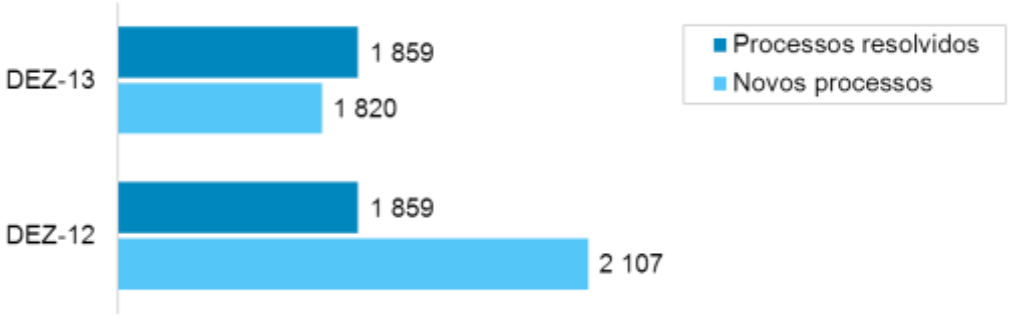
Em termos operacionais, a entrada em vigor do PERSI contribuiu para uma menor transferência de processos da área comercial para a DRC, com maior incidência no primeiro semestre do ano, uma vez que os processos depois de classificados como PERSI só após o encerramento nos termos legais transitam para tratamento na DRC.

Em 2013 transitaram 7 254 clientes para a área negocial de particulares da DRC, com responsabilidades de 583 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 48% no volume de entradas face ao exercício anterior. Por outro lado, como é visível pelo gráfico anterior, o número de situações resolvidas superou, pela primeira vez no triénio 2011-2013, o número de novas situações de contencioso.

Associado a este facto a diminuição da carteira no final de 2013, de 11 477 clientes e 831 milhões de euros de responsabilidades, menos 167 milhões de euros do que a carteira no final de 2012, permite perspetivar uma evolução positiva na área da recuperação negocial de particulares. Registaram-se ainda 4 dações em pagamento no valor global de 248 mil euros e não se verificaram vendas de carteiras de crédito.

Por último, não obstante a difícil situação económica de muitas famílias, foi possível na gestão negocial dos créditos de particulares recuperar um total de 477 milhões de euros, mediante a cobrança de 44 milhões de euros e a regularização de créditos no valor global de 433 milhões de euros, regressando à gestão da rede comercial 6 743 clientes particulares a que corresponderam 11 292 operações de crédito regularizadas.

ÁREA NEGOCIAL EMPRESAS



Redução do número de insolvências

Em valor absoluto, o ano de 2013 caracterizou-se por uma redução do número de novas insolvências – 5.608 (até 20/12/2013, de acordo com informação do Instituto Informador Comercial), representando um decréscimo de 10,1% face a 2012. Na CGD, 315 clientes (empresas e ENI) foram declarados insolventes em 2013, ascendendo as suas responsabilidades a 154 milhões de euros.

Aumentou, por outro lado, o número de empresas que recorreram às medidas de negociação extrajudicial, designadamente o PER com 538 adesões e o SIREVE.

Contrariando a tendência dos últimos dois anos, em 2013 verificou-se uma redução efetiva de 169 clientes na carteira. Foram desencarteirados 1 989 clientes empresa e encarteirados 1 820.

O número total de clientes empresa sob gestão da área negocial da DRC, totalizou 1 535 clientes (-10,1% face a 2012), assistindo-se contudo a um aumento de 21,8% do saldo de responsabilidades sob gestão registando 667,8 milhões de euros em 2013.

As cobranças ascenderam a 83 milhões de euros, não se tendo verificado qualquer operação de dação em cumprimento no ano de 2013. As regularizações situaram-se em 173 milhões de euros, ascendendo a produção total na área negocial de empresas a 256 milhões de euros.

 Requisitos regulamentares de Capital - para os instrumentos derivados, operações de recompra, contração ou concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de concessão de empréstimos com imposição de margem, aplica-se o método de avaliação ao preço de mercado (*mark-to-market*), definido na Parte 3 do Anexo V do Aviso do Banco de Portugal (BdP) n.º 5/2007, que consiste em adicionar ao valor de mercado da operação, quando positivo, o seu potencial de valorização futuro, o qual resulta da multiplicação do valor nocional por um fator prudencial em função do tipo de contrato.

Para o crédito e valores a receber aplica-se o método padrão, conforme disposto no Aviso BdP n.º 5/2007 e posteriores revisões.

O documento "Disciplina de Mercado 2013", a publicar durante o primeiro semestre de 2014, facultará informação detalhada sobre os requisitos regulamentares de capital do Grupo CGD.

Realização de testes de esforço trimestrais para avaliação da situação de solvabilidade em cenários extremos, conforme previsto no Memorando de Entendimento

 A realização de testes de esforço pretende facultar uma visão analítica da posição do Grupo CGD em termos de solvabilidade quando sujeita a cenários extremos. No ano de 2013, para além das análises de sensibilidade realizadas para gestão interna, efetuaram-se os testes de esforço trimestrais exigidos em complemento ao Plano de Financiamento e Capital da CGD, conforme previsto no Programa de Assistência Económica e Financeira.

 Os **requisitos de capital interno** por operação resultam da utilização dos fatores de risco de crédito: probabilidades de incumprimento – Probability of Default (PDs), valores de perda em caso de incumprimento – *Loss Given Default (LGDs*) e fatores de conversão em equivalentes de crédito – *Credit Conversion Factor (CCFs),* estimados internamente.

1.9.2. Risco de mercado

Traduz-se em impactos negativos potenciais, nos resultados ou no capital da instituição, decorrentes de movimentos desfavoráveis do preço dos ativos em carteira face ao nível a que são transacionados.

Controlo e avaliação do risco cambial a nível individual em base diária e quinzenalmente a nível consolidado

Surge, da incerteza sobre a flutuação dos preços e taxas de mercado, como sejam preços de ações e índices ou taxas de juro ou câmbio, e sobre o comportamento das correlações entre os mesmos.

Verifica-se a existência de risco de mercado em instrumentos como sejam ações, fundos, papel comercial, obrigações, tomadas/cedências, operações cambiais à vista e a prazo, derivados sobre taxa de juro, sobre taxa de câmbio, sobre ações/índices/cabazes, sobre mercadorias e de crédito. A exposição a este tipo de risco é assim transversal às diversas categorias: preço, taxa de juro, taxa de câmbio, volatilidade e mercadorias.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco que delas decorre.

Limites

O estabelecimento e monitorização de limites de diversa natureza é de extrema importância para a mitigação de risco de mercado. Estes limites globais são submetidos à Comissão Executiva para discussão e aprovação. As regras de gestão estabelecidas, para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto a tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis, entre

outros. Aplicam-se ainda regras de gestão específicas para risco de posição cambial de unidades do grupo CGD.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

Relativamente à posição cambial do Grupo CGD, são apurados valores em termos de VaR, que se encontram sujeitos a limites, assim como a posição aberta total e a posição aberta por moeda.

Metodologia

Cálculo de VAR para todos os tipos de risco de mercado em base diária, complementado com limites de sensibilidade à variação de fatores de risco

O *Value at Risk* (VaR) é uma medida de perda de valor potencial futura que, em condições normais de mercado, será majorante de perda assumindo um certo nível de confiança e um determinado horizonte temporal de investimento.

Desde 2002, a àrea de gestão de risco de mercado utiliza a medida VaR para monitorizar o Risco de Mercado do Grupo, sendo os limites de risco de mercado baseados nessa medida e, nalguns casos, complementados com limites de sensibilidade à variação de fatores de risco: basis point value (bpv), para taxa de juro, e outros indicadores de sensibilidade (vulgo, gregos) comummente aplicados a carteiras de opções. O VaR é apurado para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, estando os níveis de confiança utilizados e os horizontes temporais de investimento considerados dependentes do objetivo de detenção das carteiras.

Desenvolvem-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados para cenários extremos de variação por fatores de risco (*stress-testing*).

A área de gestão de risco de mercado procede diariamente ao cálculo e monitorização destas medidas, tendo concebido uma estrutura exaustiva de reporte de VaR, análise de sensibilidade, indicadores de rentabilidade, cumprimento de limites e *stress testing*, para todas as entidades com exposição a risco de mercado nas carteiras de negociação e no risco cambial de Balanço.

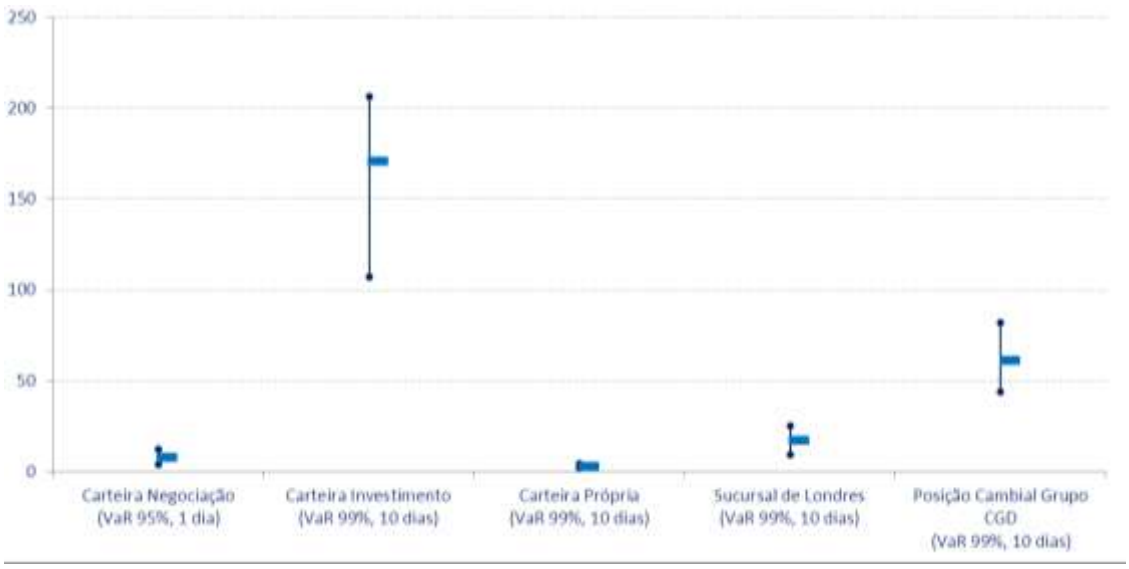
O controlo e a avaliação do risco cambial são efetuados ao nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais (Bancos e empresas do Grupo) e, quinzenalmente, ao nível consolidado para todo o Grupo.

O modelo de VaR é continuamente avaliado quer pela sua utilização diária, quer através das análises diárias de *backtesting* teórico, quer ainda através do apuramento mensal de *backtesting* real para algumas carteiras.

Para o ano de 2013, retiram-se as seguintes medidas para os principais indicadores de risco de mercado e para os perímetros mais relevantes:

INDICADORES DE RISCO DE MERCADO

(Milhões de euros)



Risco de taxa de juro do balanço:

- Cálculo mensal dos gaps de taxa de juro e de duração
- Cálculo trimestral para *Economic Value at Risk* e *Earnings at Risk*

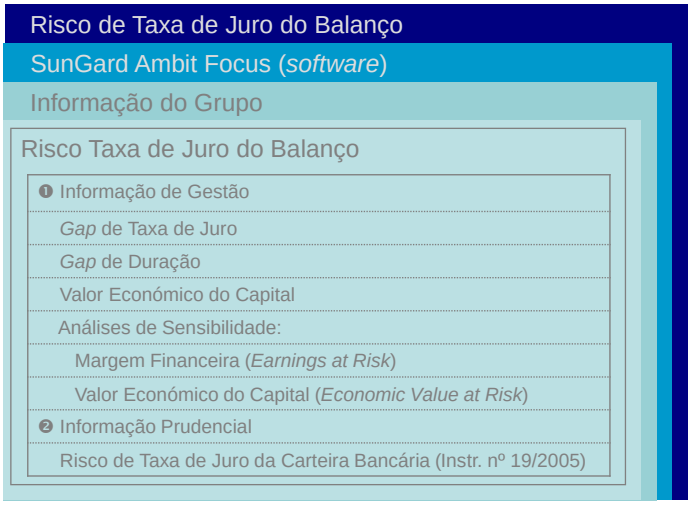
1.9.3. Risco de taxa de juro do balanço

Trata-se do risco incorrido por uma instituição financeira sempre que, no desenvolvimento da sua atividade, contrata operações com fluxos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro. É assim o risco de variação da taxa de juro, associado, nomeadamente, ao *mismatch* de prazos de refixação das taxas entre ativos e passivos detidos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o seu custo financeiro.

Metodologia

Para a medição deste tipo de risco, a metodologia adotada na CGD procede à agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro, de todos os ativos e passivos sensíveis à sua variação, obtendo-se, deste modo, os correspondentes diferenciais de taxa de juro.

RISCO DE TAXA DE JURO DO BALANÇO



A análise da dimensão do risco de taxa de juro envolve, ainda, o cálculo mensal da duração dos ativos e passivos sensíveis, bem como o respetivo *gap* de duração. Através deste, mede-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos (fluxos financeiros).

Gestão integrada e controlo do risco de taxa de juro de Balanço da carteira bancária

Para acompanhar o efeito dos *gaps* de taxa de juro sobre a margem financeira procede-se, trimestralmente, à simulação de cenários previsionais da evolução mensal dos ativos e passivos sensíveis, bem como das diferentes taxas de mercado e das expectativas refletidas nas *yield curves* (curvas de rendimento), em articulação com o Plano de Financiamento e de Capital do Grupo.

A gestão e controlo do risco de taxa de juro do Balanço e da carteira bancária, integra um conjunto de orientações que incluem a fixação de limites para um conjunto de variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. Procura-se assim assegurar que a CGD possui, a todo o tempo, um modo de gerir a relação rentabilidade-risco no que se refere à gestão do Balanço, e que simultaneamente está em condições de fixar o nível de exposição mais adequado, e de controlar os resultados das diferentes políticas e posições de risco assumidas.

Os limites referidos calculam-se mensalmente para o *gap* de taxa de juro acumulado a 12 meses e para o *gap* de duração, e trimestralmente para os indicadores *earnings at risk* (que mede variações na margem financeira previsional do banco resultantes de variações adversas do nível das taxas de juro), e *economic value at risk* (que mede variações no valor económico do capital do banco resultantes de variações adversas do nível das taxas de juro).

Esta, e demais informação de suporte à medição e monitorização do risco de taxa de juro do Balanço e da carteira bancária, é apreciada mensalmente em sede de Comissão Executiva, bem como nas reuniões do Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO).

GAP DE TAXA DE JURO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (*)

(milhões de euros)

	7D	1M	3M	6M	12M	3A	>3A
Total Ativo	4 415	15 954	27 867	18 856	7 865	2 341	5 210
Total Passivo + Capital	2 238	6 161	14 934	12 679	12 233	30 729	4 464
Total de Derivados de Taxa de Juro	4 984	160	-1 249	-2 078	367	-706	-1 781
Gap do Período	7 161	9 953	11 683	4 100	-4 002	-29 094	-1 036
Gap Acumulado	7 161	17 114	28 798	32 897	28 896	-198	-1 234

(*) Perímetro: CGD, Sucursais de Ilhas Caimão, Macau, Nova Iorque, França, Londres e Espanha, e Banco Caixa Geral, Caixa Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance e CGD North America.

No contexto dos compromissos regulamentares de reporte do risco de taxa de juro, a CGD remete semestralmente ao Banco de Portugal (BdP) informação detalhada sobre o seu nível de exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária, conforme estabelecido na Instrução BdP nº 19/2005.

1.9.4. Risco de liquidez

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um desfasamento ou descompensação entre os fluxos monetários de pagamentos e de recebimentos, gerando, desse modo, uma incapacidade de cumprimento dos compromissos assumidos.

O risco de liquidez no negócio bancário pode ter a sua origem quando ocorram:

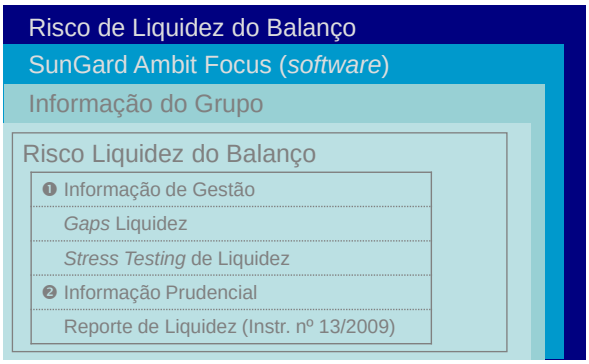
- Dificuldades na captação de recursos para financiar os ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação, mas podendo implicar, também, uma restrição do crescimento dos ativos;
- Dificuldades na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual de ativos e passivos.

Risco de liquidez:
- Cálculo mensal de gaps de liquidez e avaliação trimestral dos limites de exposição
- Stress testing
- Medição do "período de sobrevivência"

Metodologia

A gestão do risco de liquidez na CGD tem na sua génese a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço. Os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* são evidenciados por intervalos temporais em função do seu prazo residual de ocorrência e, a partir daí, são apurados os respetivos *gaps* de liquidez tanto do período como acumulados.

RISCO DE LIQUIDEZ DO BALANÇO



Para efeitos de análise e definição de limites de exposição, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural que pretende incorporar, nomeadamente, o comportamento histórico das suas contas à ordem, a prazo e de poupança, distribuindo os saldos pelos diferentes intervalos temporais, considerados de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente e estão sujeitos ao cumprimento de três limites de exposição: dois de curto prazo e um de longo prazo, fixados em sede de Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO).

GAP DE LIQUIDEZ, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (*)

(Milhões de euros)

	1M	3M	6M	12M	3A	5A	10A	>10A
Total Ativo	13 724	4 748	5 291	3 970	15 911	8 214	12 193	20 318
Total Passivo + Capital	4 452	7 179	4 925	12 547	26 282	10 055	5 679	12 320
Total Derivados	0	-2	0	-4	-2	0	-5	-10
Gap do Período	9 273	-2 433	366	-8 581	-10 373	-1 841	6 509	7 988
Gap Acumulado	9 273	6 840	7 206	-1 375	-11 748	-13 589	-7 081	908

(*) Perímetro: CGD, Sucursais de Ilhas Caimão, Macau, Nova Iorque, França, Londres e Espanha, e Banco Caixa Geral, Caixa Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance e CGD North America.

A gestão do risco de liquidez incorpora, ainda, a realização de exercícios de *stress testing* em articulação com o plano de contingência de liquidez existente, conforme os princípios e recomendações divulgadas pelo BCBS (Basel Committee on Banking Supervision) e pelo CEBS (Committee of European Banking Supervisors), atualmente EBA (European Banking Authority).

A metodologia desenvolvida internamente para a avaliação da resiliência da CGD a eventuais dificuldades de liquidez, engloba a medição e monitorização do designado "período de sobrevivência" (tempo até à ocorrência de dificuldades de liquidez se, previamente, não forem implementadas medidas corretivas), face a três cenários de esforço (*stress)* ao nível dos mercados de financiamento. Considera-se, ainda, um quarto cenário — cenário base — que pressupõe que a CGD desenvolve a sua atividade nas condições previstas no seu orçamento e consequente plano de financiamento.

O modelo existente engloba, também, um conjunto de valores mínimos a observar para os períodos de sobrevivência apurados em cada um dos cenários referidos. Um eventual não cumprimento de qualquer um dos mínimos estabelecidos pressupõe a implementação do plano de contingência de liquidez da Caixa, de acordo com os níveis de prioridade aí definidos quanto à utilização dos diferentes instrumentos de financiamento.

Cálculo e monitorização do Liquidity Coverage Ratio (LCR) e Net Stable Funding Ratio (NSFR)

Com vista ao regular acompanhamento dos novos *standards* mínimos de liquidez propostos no documento "Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring" — o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) — e com o objetivo de antecipar eventuais medidas corretivas necessárias ao seu cumprimento, a CGD manteve o cálculo e monitorização em permanência dos dois rácios, durante o ano de 2013.

No contexto dos compromissos regulamentares de reporte do risco de liquidez, a CGD continua a observar as determinações estabelecidas na Instrução BdP nº 13/2009, que que integra um conjunto de informação detalhada e permanente dos níveis de liquidez das instituições de crédito, incluindo os seus planos previsionais de tesouraria para o horizonte temporal de um ano.

Objetivos para 2014

Gestão de Risco- Desafios em 2014:

- Alterações regulamentares a nível Europeu
- Conclusão do processo de autorização de modelos internos para cálculos de requisitos de capital

O ano de 2014 será particularmente desafiante para o Grupo CGD (e para a generalidade da banca europeia), devido a um conjunto de alterações estruturais ao enquadramento da sua atividade. Assumem particular realce, por ordem cronológica, as que se seguem:

- No primeiro trimestre iniciar-se-á a aplicação efetiva da Capital Requirements Directive IV (CRD IV) e do regulamento (Capital Requirements Regulation), os quais correspondem à transposição do 3.º Acordo de Capital do Comité de Basileia (Basel III) para o enquadramento jurídico da União Europeia;
- Ainda no primeiro trimestre, no âmbito da European Market Infrastructure Regulation (EMIR), ocorrerá a fase de reporte de todas as transações sobre derivados OTC (over-the-counter) e ETD (exchange-traded derivatives), sendo esta obrigatoriamente complementada com informação sobre garantias e valorizações no segundo semestre. Também no segundo semestre iniciar-se-á a compensação central das transações sobre derivados que sejam centralmente compensáveis;
- No início do segundo trimestre ocorrerão os primeiros reportes regulamentares e financeiros de acordo com os requisitos uniformes de divulgação prudencial estabelecidos no COREP (Common Reporting) e FINREP (Financial Reporting);
- No segundo semestre, o Banco Central Europeu (BCE) assumirá a supervisão de cerca de 130 instituições de crédito de 18 Estados Membros, nas quais se inclui a CGD, dando-se mais um passo no sentido da União Bancária e sequência à implementação do Mecanismo Único de Supervisão (Single Supervisory Mechanism — SSM);

Neste âmbito e ao longo de todo o ano, o BCE, em articulação com a European Banking

Authority (EBA) e com as autoridades competentes de supervisão local (National Competent Authorities — NCA), promoverá um exercício exaustivo (*comprehensive assessment*) de aferição prévia da condição dos bancos que passarão a estar sob a sua supervisão.

O exercício incluirá três elementos: o primeiro consistirá numa avaliação do risco para efeitos de supervisão, a fim de avaliar quantitativa e qualitativamente os principais riscos das instituições de crédito, incluindo liquidez, alavancagem e financiamento.

O segundo consistirá na análise da qualidade dos ativos dos bancos, dentro da mêsma abordagem que tem vindo a aplicar-se ao sector bancário português no último triénio. Este segundo elemento de avaliação pretende aumentar a transparência quanto à exposição dos bancos avaliando a qualidade dos seus ativos, incluindo a adequação da valorização dos ativos e dos ativos de garantia, bem como a adequação das provisões relacionadas.

Por último, será realizado um exercício de teste de esforço num cenário de enquadramento macroeconómico significativamente adverso, com incidência sobre a situação dos bancos revista em função dos resultados das etapas anteriores.

Em complemento, prevalece o desafio interno de concluir o processo de autorização à utilização da abordagem de modelos internos para cálculo de requisitos de capital para risco de crédito. Continuarão a ser implementadas pelo Grupo CGD as recomendações identificadas pelo Banco de Portugal no âmbito da inspeção permanente, das inspeções extraordinárias, e dos Exercícios Transversais de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito (ETRICC). Assume particular realce o projeto transversal estruturante para melhoria de todo o processo de seguimento e recuperação de crédito, o qual permitirá, entre outras melhorias previstas, assegurar a resolução das matérias decorrentes do Special Assessment Programme (SAP) sobre Distressed Loans Management Assessment.

Pretende-se ainda fazer evoluir toda a estrutura de suporte à gestão de risco com base no modelo de *governance* revisto ainda em 2013, em linha com o estipulado na CRD IV e com as melhores práticas no sector. Também as melhores práticas de governação corporativa continuarão a ser objecto de particular atenção, com grande ênfase institucional no continuado desenvolvimento da visão e atuação integrada do Grupo e na implementação de mecanismos para a sua consolidação.

Continuarão a ser introduzidas melhorias nos processos de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), de agregação de riscos e na elaboração de exercícios de testes de esforço.

Risco Operacional:

- Princípios e abordagens de gestão do risco operacional com origem no Comité de Basileia
- Metodologias de controlo interno propostas pelo COSO e definidas no âmbito do CobiT
- Abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal

1.9.5. Risco operacional

A gestão do risco operacional no Grupo CGD tem como base uma visão por processos (*end-to-end*) e encontra-se suportada num conjunto de orientações, metodologias e regulamentos reconhecidos como boas práticas a nível nacional e internacional, nomeadamente com origem no Comité de Basileia, no COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no Modelo de Avaliação de Riscos implementado pelo Banco de Portugal.

Em termos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo CGD adota, em base consolidada, o método *standard*, abrangendo também, em base individual, a Caixa Geral de Depósitos, o Caixa Banco de Investimento e a Caixa Leasing e Factoring, o Banco Caixa Geral (Espanha) e o Mercantile (África do Sul).

Da aplicação do método *Standard* decorrem, em 31.12.2013 e em base consolidada, requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional de 3 535,8 milhões de euros.

A metodologia adotada pelo Grupo para a gestão do risco operacional encontra-se integrada com a avaliação do sistema de controlo interno e incorpora um conjunto de componentes, nomeadamente:

- Definição e acompanhamento de limites de tolerância e apetência ao risco;
- Definição de um Catálogo de Processos e documentação das atividades desenvolvidas, potenciais riscos operacionais, atividades de controlo e mitigantes;
- Recolha descentralizada de eventos de risco operacional, perdas e recuperações, incluindo *near-misses*, reforçada e suportada por procedimentos de controlo;
- Questionários de autoavaliação dos riscos operacionais potenciais;
- Avaliação dos controlos através de testes para avaliação do respetivo desenho, implementação e operacionalidade, de questionários de autoavaliação e da análise de outras fontes de informação;
- Definição e acompanhamento de Indicadores de risco;
- Dinamização e acompanhamento da implementação de planos de ação como corolário das restantes componentes da metodologia.

A nível organizacional, a gestão do risco operacional na CGD é assegurada pelas seguintes estruturas e funções com responsabilidades específicas neste processo:

- Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, onde se inclui o acompanhamento dos limites de tolerância definidos;
- Área dedicada exclusivamente à gestão do risco operacional e controlo interno, responsável por desenvolver e implementar a estratégia e as políticas, assegurar a gestão adequada do risco operacional e a supervisão da eficácia dos controlos em curso, articulando-se com os demais Departamentos, Sucursais e Filiais de forma a assegurar a harmonização de práticas ao nível das entidades do Grupo;
- Donos de Processos (*Process Owners*), aos quais compete o papel de facilitador e dinamizador no processo de gestão do risco operacional e controlo interno nos respetivos âmbitos de intervenção;
- São ainda intervenientes, com especial destaque, a Comissão Executiva (aprova a estratégia/políticas e garante a sua implementação), a Direção de Consultoria e Organização (gestão e documentação de processos, catálogo de processos do Grupo e Plano de Continuidade do Negócio), o Gabinete de Suporte à Função Compliance (gestão do risco de *compliance*), a Direção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (cálculo e reporte dos requisitos de fundos próprios), a Direção de Gestão de Segurança, Risco e Continuidade, do Sogrupo Sistemas de Informação (gestão do risco de sistemas de informação e avaliação do controlo interno dos sistemas de informação suportada na metodologia Cobit), a Direção de Auditoria Interna (testes aos controlos e revisão do processo de gestão) e o Comité de Segurança de Canais Eletrónicos (fraudes ocorridas nos canais eletrónicos);

Esta metodologia é adotada na CGD e respetivas Sucursais, Filiais Domésticas (Caixa Gestão de Activos, Caixa Banco de Investimento, Caixa Capital e Caixa Leasing e Factoring) e Filiais no Exterior (Banco Caixa Geral, Mercantile Bank, Banco Nacional Ultramarino, Banco Comercial e de Investimentos, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Banco Caixa Geral Brasil, Banco Caixa Geral Totta de Angola e CGD Investimentos - Corretora de Valores e Câmbios).

Sistema de Gestão de continuidade de negócio em implementação

Para além da referida metodologia de gestão do risco operacional, e tendo como objetivo garantir o funcionamento contínuo da atividade, encontra-se em curso um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio (SGCN), processo de gestão holístico que identifica as potenciais ameaças para uma organização e os impactos que essas ameaças podem causar no negócio, caso se concretizem, promovendo o aumento da resiliência da organização e da sua capacidade para uma resposta eficaz.

A operacionalização deste sistema e o assegurar que as atividades de continuidade de negócio são executadas de forma articulada, é concretizada através da constituição de manuais e de planos de atuação onde se identificam os procedimentos e as equipas específicas das diferentes estruturas da CGD. Deste modo, a Caixa cumpre o conjunto de requisitos definidos pela carta circular 75/2010/DSB do Banco de Portugal relativa às recomendações sobre Gestão da Continuidade de Negócio no setor financeiro, bem como à norma internacional de referência para um modelo de gestão de continuidade de negócio eficaz, ISO 22301:2012 – requisitos para um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio.

Por outro lado, de forma a garantir o cumprimento das obrigações regulamentares nas instituições do Grupo, a Caixa encontra-se a desenvolver projetos de apoio/execução deste quadro de boas práticas para reforço da gestão da continuidade nas suas estruturas no exterior, estando em curso/previstas várias ações para 2014, nomeadamente em Cabo Verde (Banco Comercial do Atlântico e Banco Interatlântico), no Luxemburgo (Sucursal), em Timor (Sucursal) e Angola (Banco Caixa Totta de Angola).

1.10. Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2014 a Caixa regressa aos mercados de capitais com uma nova emissão de 750 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias a 5 anos e cupão fixo de 3% (preço final de 100 p.b. inferior ao de igual operação realizada em 2012).

No primeiro mês de 2014, o Conselho de Ministros, selecionou a Fosun International Limited para efetuar a aquisição à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (CSS), sociedade integralmente detida pela CGD, no âmbito de venda direta de referência no processo de reprivatização da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade), da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (Multicare) e da Cares – Companhia de Seguros, S.A. (Cares), conjuntamente designadas por Empresas Seguradoras, integralmente detidas pela CSS, de ações representativas de:

- 80% do capital social e direitos de voto da Fidelidade (podendo ir até 85%, considerando a totalidade das ações objeto de oferta pública de venda de ações representativas de 5% do capital social e direitos de voto da Fidelidade a trabalhadores do grupo das Empresas Seguradoras que não sejam vendidas no âmbito desta);
- 80% do capital social e direitos de voto da Multicare;
- 80% do capital social e direitos de voto da Cares.

A referida alienação realizou-se por um preço global de 1.000 milhões de euros. Este valor está sujeito a ajustamento decorrente de variação patrimonial das Empresas Seguradoras, entre a data de referência estabelecida no acordo de venda direta de referência e o termo do mês anterior à data da sua efetiva concretização.

Também em janeiro de 2014, a Standard & Poor's reafirmou, os *ratings* de longo e curto prazo da CGD, de respetivamente ‘BB-‘ e ‘B’, removendo o *Creditwatch* com implicações negativas, no seguimento de idêntica ação sobre o rating de longo prazo da República Portuguesa.

2014:

- Emissão de OH
- Seleção da FOSUN Internacional para a aquisição da Caixa Seguros e Saúde
- S&P retira *“credit watch”* com implicações negativas

1.11. Notas Finais

Os vogais do Conselho de Administração António do Pranto Nogueira Leite e Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa renunciaram aos cargos por cartas datadas de 19 de dezembro de 2012 e de 3 de abril de 2013, respetivamente.

O presidente do Conselho de Administração renunciou por carta de 29 de maio de 2013 e todos os demais membros do Conselho de Administração renunciaram aos respetivos cargos por cartas de 19 de junho de 2013.

Por deliberação unânime por escrito de 8 de julho de 2013, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato de 2013-2015, cuja composição passou a ser a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Manuel Carlos Lopes Porto

Vice-Presidente: Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

Secretário: José Lourenço Soares

Conselho de Administração:

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, José Pedro Cabral dos Santos, Ana Cristina de Sousa Leal, Maria João Borges Carioca Rodrigues, Jorge Telmo Maria Freire Cardoso, Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel, José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho, José Ernst Henzler Vieira Branco, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Daniel Abel Monteiro Palhares Traça e Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

Comissão Executiva:

Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vice-Presidente: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Vogais: João Nuno de Oliveira Jorge Palma, José Pedro Cabral dos Santos, Ana Cristina de Sousa Leal, Maria João Borges Carioca Rodrigues e Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Comissão de Auditoria:

Presidente: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vice-Presidente: Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Vogais: Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

Na sequência da tomada de posse como Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros em 24 de julho de 2013, o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete cessou nessa data as suas funções.

1.12. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do artigo 66º, n.º 5 alínea f) e do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos Estatutos da Caixa Geral de Depósitos, propõe-se que o prejuízo apurado no exercício respeitante à atividade individual da CGD, no montante de 1 090 514 990 euros, seja integrado na rubrica de "Outras Reservas e Resultados Transitados" do balanço.

Lisboa, 23 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Presidente:

Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente:

José Agostinho Martins de Matos

Vogais:

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Ana Cristina de Sousa Leal

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Ernst Henzler Vieira Branco

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

1.13. Declarações sobre a conformidade da informação financeira apresentada

1.13.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da alínea c) do n º 1 do artigo 245 º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013 e demais documentos de prestação de contas, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 23 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Presidente:

Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente:

José Agostinho Martins de Matos

Vogais:

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Ana Cristina de Sousa Leal

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Ernst Henzler Vieira Branco

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

1.13.2. POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ART.º 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Obrigacionistas Membros do Conselho de Administração:	Título	Nº títulos em 31/12/13
Dr. João Nuno Palma	Obrig. Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	50
	Obrigações CGD 5,125% 2014	1
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	Obrigações de Caixa Julho 2015	15 000

1.13.3. INDICAÇÃO SOBRE ACIONISTAS DA CGD

(ART.º 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Acionistas	Capital Social em 31/12/12	% da Participação em 31/12/13
Estado Português	5 900 000 000 Euros	100%

[FOLHA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO]

1.14. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS

(euros)

ATIVO	Notas	31-12-2013 Ativo bruto	31-12-2013 Provisões, imparidade e amortizações	31-12-2013 Ativo líquido	31-12-2012 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	758 127 349	-	758 127 349	924 054 500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	465 338 021	-	465 338 021	424 550 958
Ativos financeiros detidos para negociação	5	1 887 436 570	-	1 887 436 570	2 609 075 904
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	630 677 816	-	630 677 816	113 180 017
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	18 001 665 201	(304 915 873)	17 696 749 328	17 360 929 659
Ativos financeiros com acordo de recompra	7	705 635 975	-	705 635 975	1 500 019 362
Aplicações em instituições de crédito	8	3 832 094 496	(13 729 371)	3 818 365 125	6 439 699 822
Crédito a clientes	9	63 981 154 706	(4 423 726 272)	59 557 428 434	64 002 245 182
Derivados de cobertura	10	43 399 039	-	43 399 039	97 193 263
Ativos não correntes detidos para venda	11	397 861 081	(101 543 033)	296 318 048	286 443 108
Propriedades de investimento		3 500 156	-	3 500 156	3 600 156
Outros ativos tangíveis	12	1 236 533 045	(823 790 567)	412 742 478	450 934 216
Ativos intangíveis	13	640 020 054	(543 903 740)	96 116 314	103 002 032
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	3 761 722 052	(409 588 103)	3 352 133 949	3 944 829 543
Ativos por impostos correntes	15	97 923 129	-	97 923 129	32 282 907
Ativos por impostos diferidos	15	1 394 227 963	-	1 394 227 963	1 151 222 867
Outros ativos	16	2 929 098 109	(309 224 484)	2 619 873 625	2 769 825 681
Total do ativo		100 766 414 762	(6 930 421 443)	93 835 993 319	102 213 089 177

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2013	31-12-2012
Recursos de bancos centrais	17	4 893 185 593	7 057 438 351
Passivos financeiros detidos para negociação	10	1 701 221 406	2 296 505 227
Recursos de outras instituições de crédito	17	5 194 605 213	6 045 877 342
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	58 132 642 947	58 247 843 317
Responsabilidades representadas por títulos	19	8 625 578 949	11 548 674 576
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	20	4 752 967 546	4 920 333 545
Derivados de cobertura	10	64 900 299	84 478 780
Provisões	21	985 799 604	1 145 191 741
Passivos por impostos correntes	15	2 585 669	2 607 744
Passivos por impostos diferidos	15	57 164 712	74 400 571
Outros passivos subordinados	22	2 596 350 307	2 978 120 539
Outros passivos	23	1 906 756 880	1 882 357 223
Total do passivo		88 913 759 125	96 283 828 956
Capital	24	5 900 000 000	5 900 000 000
Reservas de reavaliação	25	75 018 024	(67 731 298)
Outras reservas e resultados transitados	25	37 731 160	776 058 342
Resultado do exercício	25	(1 090 514 990)	(679 066 823)
Total do capital próprio		4 922 234 194	5 929 260 221
Total do passivo e do capital próprio		93 835 993 319	102 213 089 177

O Técnico Oficial de Contas

Andreia Júlia Meneses Alves

O Conselho de Administração

Presidente:

Alvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente:

José Agostinho Martins de Matos

Vogais:

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Ana Cristina de Sousa Leal

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Hernst Henzler Vieira Branco

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

(euros)

	Notas	31-12-2013	31-12-2012
Juros e rendimentos similares	26	2 994 443 618	4 810 923 397
Juros e encargos similares	26	(2 551 729 293)	(4 025 557 586)
MARGEM FINANCEIRA		442 714 325	785 365 811
Rendimentos de instrumentos de capital	27	82 356 149	147 789 929
Rendimentos de serviços e comissões	28	476 609 472	488 768 091
Encargos com serviços e comissões	28	(111 679 435)	(114 407 225)
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	29	(439 889)	150 381 856
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	30	118 109 956	103 549 586
Resultados de reavaliação cambial	29	10 935 127	27 194 204
Resultados de alienação de outros ativos	31	(49 972 368)	(2 945 081)
Outros resultados de exploração	32	65 429 010	99 753 150
PRODUTO BANCÁRIO		1 034 062 347	1 685 450 321
Custos com pessoal	33	(535 929 100)	(491 752 475)
Gastos gerais administrativos	35	(360 209 388)	(367 046 232)
Amortizações do exercício		(93 077 331)	(103 794 189)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	170 313 667	(56 632 149)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(1 370 638 637)	(1 101 401 549)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	(102 891 636)	(175 316 334)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	21	(186 278 030)	(260 737 171)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(1 444 648 108)	(871 229 778)
Impostos sobre lucros			
Correntes	15	40 309 004	(40 527 417)
Diferidos	15	313 824 114	232 690 372
		354 133 118	192 162 955
RESULTADO DO EXERCÌCIO		(1 090 514 990)	(679 066 823)
Número médio de ações ordinárias emitidas	24	1 180 000 000	1 105 000 000
Resultado por ação (Euros)		(0,92)	(0,61)

O Técnico Oficial de Contas

Andreia Júlia Meneses Alves

O Conselho de Administração

Presidente:

Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente:

José Agostinho Martins de Matos

Vogais:

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Pedro Cabral dos Santos

José Hernst Henzler Vieira Branco

Ana Cristina de Sousa Leal

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de euros)

	31-12-2013	31-12-2012
Saldos passíveis de reclassificação para resultados		
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	216 821	1 733 051
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no exercício	106 138	167 861
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(118 110)	(102 935)
Efeito fiscal	(62 099)	(512 837)
Variações cambiais em Sucursais	2 614	601
Outros	105	(142)
Sub-total	145 468	1 285 599
Saldos não passíveis de reclassificação para resultados		
Benefícios a empregados - amortização do impacto de transição		
Variação ocorrida no exercício	(22 491)	(33 457)
Efeito fiscal	7 068	9 411
Benefícios a empregados - ganhos e perdas atuariais		
Variação ocorrida no exercício	(54 971)	(75 482)
Efeito fiscal	8 416	8 559
Sub-total	(61 979)	(90 969)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas	83 489	1 194 630
Resultado líquido do exercício	(1 090 515)	(679 067)
Total do rendimento integral do exercício	(1 007 026)	515 563

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

(milhares de euros)

	31-12-2013	31-12-2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	3 508 197	5 409 239
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2 098 848)	(3 220 879)
Recuperação de capital e juros	29 444	27 870
Pagamentos a empregados e fornecedores	(800 613)	(831 464)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(108 572)	(67 158)
Outros resultados	48 999	95 080
	578 607	1 412 688
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	5 859 449	6 386 335
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	109 967	446 867
Outros ativos	(58 067)	(44 106)
	5 911 350	6 789 097
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(2 983 190)	(3 764 780)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(74 952)	268 692
Outros passivos	102 899	(479 038)
	(2 955 244)	(3 975 127)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	3 534 713	4 226 658
Impostos sobre lucros	(38 909)	(42 295)
Caixa líquida das atividades operacionais	3 495 804	4 184 363
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de filiais e associados	39 811	67 833
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	44 087	93 586
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	383 478	(183 714)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(137 125)	(1 420 323)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(51 701)	(58 512)
Caixa líquida das atividades de investimento	278 549	(1 501 131)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(142 349)	(101 981)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(505 066)	(647 437)
Emissão de passivos subordinados, líquida de recompras e reembolsos	(400 128)	790 786
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de recompras e reembolsos	(2 851 552)	(4 461 293)
Aumento de capital	-	750 000
Caixa líquida das atividades de financiamento	(3 899 095)	(3 669 926)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(124 742)	(986 693)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1 348 605	2 338 920
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(399)	(3 621)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(124 742)	(986 693)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**1 223 465**	**1 348 605**

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS

(milhares de euros)

	Capital	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
		Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Imobilizado	Total	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5 150 000	(2 052 719)	589 423	110 425	(1 352 871)	862 906	345 921	(26 004)	1 182 823	(316 255)	4 663 697
Distribuição do resultado do exercício de 2011:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(316 255)	(316 255)	316 255	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:											
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	1 797 976	(512 837)	-	1 285 140	-	-	-	-	-	1 285 140
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(24 046)	(24 046)	-	(24 046)
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(66 923)	-	(66 923)	-	(66 923)
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	601		601	-	601
Reclassificações entre outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(419)	419	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	(142)	-	(142)	-	(142)
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	1 797 976	(512 837)	-	1 285 140	-	(66 882)	(23 628)	(90 510)	-	1 194 630
Aumento do Capital Social	750 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	750 000
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(679 067)	(679 067)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5 900 000	(254 742)	76 586	110 425	(67 731)	862 906	279 038	(365 886)	776 058	(679 067)	5 929 260
Distribuição do resultado do exercício de 2012:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(679 067)	(679 067)	679 067	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:											
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	204 849	(62 099)	-	142 749	-	-	-	-	-	142 749
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(15 423)	(15 423)	-	(15 423)
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(46 555)	-	(46 555)	-	(46 555)
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	2 614	-	2 614	-	2 614
Reclassificações entre outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(4 275)	4 275	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	105	-	105	-	105
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	204 849	(62 099)	-	142 749	-	(48 112)	(11 148)	(59 260)	-	83 489
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 090 515)	(1 090 515)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5 900 000	(49 893)	14 486	110 425	75 018	862 906	230 926	(1 056 101)	37 731	(1 090 515)	4 922 234

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS

(euros)

ATIVO	Notas	31-12-2013 Ativo bruto	31-12-2013 Imparidade e amortizações	31-12-2013 Ativo líquido	Pró-forma 31-12-2012 Ativo líquido	Pró-forma 01-01-2012 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	1 545 339 400	-	1 545 339 400	1 603 281 326	2 704 479 423
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	1 036 503 870	-	1 036 503 870	1 302 011 713	985 260 969
Aplicações em instituições de crédito	6	1 786 798 204	(11 995 941)	1 774 802 263	2 517 399 809	4 956 118 288
		4 368 641 474	(11 995 941)	4 356 645 533	5 422 692 848	8 645 858 686
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7	3 213 751 338	-	3 213 751 338	3 998 697 991	4 132 482 512
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	15 826 038 323	(243 883 879)	15 582 154 444	20 576 476 647	16 843 642 881
Ativos financeiros com acordo de recompra	9	705 635 975	-	705 635 975	504 159 727	777 953 832
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	10	-	-	-	1 148 224 882	584 878 996
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	11	45 458 045	-	45 458 045	98 725 204	108 128 626
Investimentos a deter até à maturidade	12	-	-	-	2 469 277 441	2 837 379 183
		19 790 883 681	(243 883 879)	19 546 999 802	28 795 561 892	25 284 466 030
Crédito a clientes	13	74 586 872 495	(4 512 410 882)	70 074 461 613	74 734 583 513	78 282 277 762
Ativos não correntes detidos para venda	14	13 790 368 064	(334 555 238)	13 455 812 826	677 623 425	473 484 857
Propriedades de investimento	15	340 054 581	-	340 054 581	534 237 709	459 088 203
Outros ativos tangíveis	16	1 593 853 528	(972 037 480)	621 816 048	903 606 978	990 325 243
Ativos intangíveis	17	798 394 565	(604 711 965)	193 682 600	412 882 775	400 435 589
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	18	42 311 197	-	42 311 197	217 603 386	229 016 881
Ativos por impostos correntes	19	128 238 242	-	128 238 242	60 862 136	87 538 023
Ativos por impostos diferidos	19	1 377 931 933	-	1 377 931 933	1 467 788 866	1 928 120 388
Provisões técnicas de resseguro cedido	20	5 547 290	-	5 547 290	197 427 457	226 202 088
Outros ativos	21	3 054 585 698	(235 246 886)	2 819 338 812	3 433 756 958	3 557 907 104
Total do ativo		119 877 682 748	(6 914 842 271)	112 962 840 477	116 858 627 943	120 564 720 854

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2013	Pró-forma 31-12-2012	Pró-forma 01-01-2012
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	22	9 734 649 064	12 226 705 289	15 836 929 994
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	67 824 469 433	71 355 037 433	70 537 533 250
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"	10	-	1 148 224 882	584 878 996
Responsabilidades representadas por títulos	24	8 791 386 907	10 590 627 336	14 923 308 602
		76 615 856 340	83 093 889 651	86 045 720 848
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	11	1 644 831 602	2 217 043 052	1 317 762 652
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	11	65 109 513	84 478 780	93 071 712
Passivos não correntes detidos para venda	14	11 590 700 040	100 745 748	-
Provisões para benefícios dos empregados	25 e 38	539 437 537	549 949 797	497 493 181
Provisões para outros riscos	25	341 807 018	422 853 716	389 635 342
Provisões técnicas de contratos de seguros	26	10 108 361	4 224 143 023	4 607 614 617
Passivos por impostos correntes	19	64 951 630	184 062 756	52 324 348
Passivos por impostos diferidos	19	178 715 054	190 650 194	166 219 860
Outros passivos subordinados	27	2 523 699 879	2 889 067 239	2 075 416 185
Outros passivos	28	2 831 807 442	3 394 992 373	3 545 278 812
Total do passivo		106 141 673 480	109 578 581 618	115 227 467 551
Capital	29	5 900 000 000	5 900 000 000	5 150 000 000
Reserva de justo valor	30	63 074 158	(189 663 644)	(2 078 222 234)
Outras reservas e resultados transitados	30	409 738 896	979 109 402	1 708 697 168
Resultado atribuível ao acionista da CGD	30	(575 784 930)	(394 715 421)	(488 424 904)
Capital próprio atribuível ao acionista da CGD		5 797 028 124	6 294 730 337	4 292 050 030
Interesses minoritários	31	1 024 138 873	985 315 988	1 045 203 273
Total do capital próprio		6 821 166 997	7 280 046 325	5 337 253 303
Total do passivo e do capital próprio		112 962 840 477	116 858 627 943	120 564 720 854

O Técnico Oficial de Contas

Andreia Júlia Meneses Alves

O Conselho de Administração

Presidente:

Alvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente:

José Agostinho Martins de Matos

Vogais:

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Pedro Cabral dos Santos

José Hernst Hendler Vieira Branco

Ana Cristina de Sousa Leal

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(euros)

	Notas	31-12-2013	*Pró-forma* 31-12-2012
Juros e rendimentos similares	32	3 615 139 657	4 725 099 807
Juros e encargos similares	32	(2 756 878 736)	(3 485 628 182)
Rendimentos de instrumentos de capital	33	72 483 456	117 738 333
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		930 744 377	1 357 209 958
Rendimentos de serviços e comissões	34	680 087 120	711 007 714
Encargos com serviços e comissões	34	(158 044 428)	(168 449 903)
Resultados em operações financeiras	35	267 145 308	362 934 149
Outros resultados de exploração	36	(19 455 191)	36 507 884
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		1 700 477 186	2 299 209 802
Margem técnica da atividade de seguros		3 948 630	4 067 576
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA		1 704 425 816	2 303 277 378
Custos com pessoal	37	(792 879 069)	(734 783 945)
Outros gastos administrativos	39	(469 400 905)	(476 276 360)
Depreciações e amortizações	16 e 17	(131 761 734)	(138 446 332)
Provisões líquidas de anulações	25	1 756 756	(75 378 992)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	40	(817 759 426)	(1 010 304 285)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	40	(309 483 760)	(389 515 655)
Resultados em filiais detidas para venda	14	135 809 618	95 521 000
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos		5 030 313	4 028 949
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		(674 262 391)	(421 878 242)
Impostos sobre os resultados			
Correntes	19	6 327 919	(96 870 935)
Diferidos	19	156 887 220	173 589 532
		163 215 139	76 718 597
RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO, do qual:		(511 047 252)	(345 159 645)
Interesses minoritários	31	(64 737 678)	(49 555 776)
RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CAIXA		(575 784 930)	(394 715 421)
Número médio de ações ordinárias emitidas	29	1 180 000 000	1 105 000 000
Resultado por ação (Euros)		(0,49)	(0,36)

O Técnico Oficial de Contas

Andreia Júlia Meneses Alves

O Conselho de Administração

Presidente:

Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente:

José Agostinho Martins de Matos

Vogais:

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Pedro Cabral dos Santos

José Hernst Henzler Vieira Branco

Ana Cristina de Sousa Leal

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de euros)

	31-12-2013			*Pró-forma* 31-12-2012		
	Atividades correntes	Atividades não correntes	Total	Atividades correntes	Atividades não correntes	Total
Saldos passíveis de reclassificação para resultados						
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda						
Variação no exercício	325 853	92 493	418 346	2 006 797	404 080	2 410 877
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados						
Reconhecimento de imparidade no exercíco	56 696	-	56 696	185 898	38 765	224 663
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(133 742)	(1 017)	(134 759)	(108 110)	1 588	(106 522)
Efeito fiscal	(90 055)	(23 134)	(113 189)	(587 876)	(126 506)	(714 383)
Variações cambiais						
Variação no período	(123 578)	-	(123 578)	(72 708)	-	(72 708)
Ajustamentos de reclassificação da reserva cambial para resultados						
Reconhecimento de imparidade no exercício em ativos financeiros disponíveis para venda						
- Unidades de participação em moeda estrangeira	2 147	-	2 147	(8 384)	-	(8 384)
Reconhecimento de resultados cambiais no âmbito de operações de alienação de						
filiais em moeda estrangeira	2 695	-	2 695	3 435	-	3 435
Efeito fiscal	615	-	615	2 183	-	2 183
Outros	13 153	-	13 153	(17 844)	-	(17 844)
	53 785	68 342	122 127	1 403 391	317 927	1 721 318
Saldos não passíveis de reclassificação para resultados						
Benefícios pós-emprego - ganhos e perdas atuariais						
Variação no exercício	(54 971)	(4 970)	(59 941)	(75 363)	(18 563)	(93 926)
Efeito fiscal	8 416	1 571	9 987	8 575	5 847	14 422
	(46 555)	(3 399)	(49 954)	(66 788)	(12 716)	(79 504)
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	7 230	64 943	72 173	1 336 603	305 211	1 641 814
Resultado líquido do exercício	(646 857)	135 810	(511 047)	(441 492)	95 521	(345 971)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO do qual:	(639 627)	200 753	(438 874)	895 111	400 732	1 295 842
Interesses minoritários	(51 808)	(815)	(52 623)	(28 975)	131	(28 844)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD	(691 435)	199 938	(491 497)	866 135	400 863	1 266 998

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

	31-12-2013			31-12-2012
	Atividades correntes	Atividades não correntes	Total	Total
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos				
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	4 343 674	296 937	4 640 611	5 720 936
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2 309 249)	(325 099)	(2 634 349)	(3 006 457)
Prémios recebidos (seguros)	5 013	1 181 700	1 186 713	1 196 937
Indemnizações pagas (seguros)	(1 725)	(963 560)	(965 286)	(1 199 227)
Recuperação de capital e juros	34 596	-	34 596	33 356
Pagamentos a empregados e fornecedores	(1 103 414)	(305 392)	(1 408 806)	(1 478 211)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(115 504)	(3 576)	(119 080)	(94 328)
Outros resultados	96 247	144 288	240 535	550 314
	949 636	25 297	974 934	1 723 319
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:				
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	4 531 096	(710 415)	3 820 680	4 717 699
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	120 627	552 516	673 143	686 840
Outros ativos	33 583	297 536	331 119	(630 428)
	4 685 306	139 636	4 824 943	4 774 112
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:				
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(2 495 777)	2 500	(2 493 277)	(3 670 550)
Recursos de clientes e outros empréstimos	875 393	-	875 393	1 349 473
Outros passivos	83 427	(547 929)	(464 502)	(371 458)
	(1 536 957)	(545 429)	(2 082 386)	(2 692 535)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	4 097 986	(380 495)	3 717 491	3 804 896
Impostos sobre lucros	(96 659)	(156 579)	(253 238)	(33 678)
Caixa líquida das atividades operacionais	4 001 327	(537 074)	3 464 252	3 771 218
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Rendimentos de instrumentos de capital	74 424	-	74 424	130 718
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(23 732)	38 290	14 558	(238 553)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(206 745)	76 871	(129 874)	(979 562)
Aquisições de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	(67 628)	(10 867)	(78 495)	(53 608)
Caixa líquida das atividades de investimento	(223 681)	104 294	(119 387)	(1 141 004)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Juros de passivos subordinados	(143 829)	-	(143 829)	(101 614)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(505 173)	-	(505 173)	(615 117)
Dividendos pagos de ações preferenciais	-	-	-	(1 738)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e recompras	(399 286)	-	(399 286)	789 956
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e recompras	(2 935 683)	-	(2 935 683)	(4 185 519)
Aumento de Capital	-	-	-	750 000
Caixa líquida das atividades de financiamento	(3 983 971)	-	(3 983 971)	(3 364 031)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(206 325)	(432 780)	(639 105)	(733 817)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2 905 293	-	2 905 293	3 689 740
Saldos abatidos no processo de consolidação afetos a "Ativos não correntes detidos para venda"	565 048	-	565 048	-
Saldos reclassificados para "Ativos não correntes detidos para venda"	(616 014)	616 014	-	
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(66 160)	-	(66 160)	(50 630)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(206 325)	(432 780)	(639 105)	(733 817)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2 581 843	183 233	2 765 076	2 905 293

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

			Outras reservas e resultados transitados						
	Capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5 150 000	(2 078 222)	1 833 961	(125 264)	1 708 697	(488 425)	4 292 050	1 045 203	5 337 253
Distribuição do resultado do exercício de 2011:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	(172 170)	(316 255)	(488 425)	488 425	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:									-
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	1 888 559	(76 577)	-	(76 577)	-	1 811 982	2 654	1 814 635
Perdas e ganhos atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego (IAS 19)	-	-	(79 504)	-	(79 504)	-	(79 504)	-	(79 504)
Variações cambiais	-	-	(61 617)	-	(61 617)	-	(61 617)	(13 856)	(75 473)
Outros	-	-	(9 147)	-	(9 147)	-	(9 147)	(9 509)	(18 656)
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	1 888 559	(226 845)	-	(226 845)	-	1 661 714	(20 711)	1 641 002
Aumento de Capital	750 000	-	-	-	-	-	750 000	-	750 000
Alterações no perímetro do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	(57 463)	(57 463)
Registo de opções de venda para aquisição de interesses minoritários - Partang	-	-	(14 808)	-	(14 808)	-	(14 808)	-	(14 808)
Aquisição de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance	-	-	490	-	490	-	490	(1 400)	(910)
Dividendos de ações preferenciais e outros dividendos pagos a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	(29 868)	(29 868)
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	2 895	(2 895)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(394 715)	(394 715)	49 556	(345 160)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5 900 000	(189 664)	1 423 524	(444 414)	979 109	(394 715)	6 294 730	985 316	7 280 046
Distribuição do resultado do exercício de 2012:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	284 351	(679 067)	(394 715)	394 715	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:									
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	252 738	(30 442)	-	(30 442)	-	222 296	4 799	227 095
Perdas e ganhos atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego (IAS 19)	-		(49 954)	-	(49 954)	-	(49 954)	-	(49 954)
Variações cambiais	-		(102 967)	-	(102 967)	-	(102 967)	(15 153)	(118 120)
Outros	-		14 914	-	14 914	-	14 914	(1 761)	13 153
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	252 738	(168 450)	-	(168 450)	-	84 288	(12 115)	72 173
Alterações no perímetro do Grupo	-		-	-	-	-	-	4 870	4 870
Registo de opções de venda para aquisição de interesses minoritários - Partang	-		(6 205)	-	(6 205)	-	(6 205)	-	(6 205)
Dividendos pagos a interesses minoritários	-		-	-	-	-	-	(18 670)	(18 670)
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-		(41 402)	41 402	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-		-	-	-	(575 785)	(575 785)	64 738	(511 047)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5 900 000	63 074	1 491 818	(1 082 079)	409 739	(575 785)	5 797 028	1 024 139	6 821 167

2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

2.1. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua atividade numa ótica de banca universal, atuando também, diretamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 31 de dezembro de 2013 a Caixa contava com uma rede nacional de 804 agências, uma Sucursal em França com 48 agências, uma Sucursal em Timor com 9 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman, Zhuhai e Macau.

As demonstrações financeiras individuais da Caixa foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Caixa apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2014.

As demonstrações financeiras da CGD em 31 de dezembro de 2013 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua atividade global (ou atividade individual). Todos os saldos e transações entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respetivas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da Caixa:

i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;

ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;

iii. Os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Adicionalmente, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, aditado pelo Aviso nº 7/2008, de 14 de outubro, o impacto de transição para as NCA apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, no que respeita a benefícios dos empregados pós-emprego, foi registado pela Caixa em custos diferidos e reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período de 8 anos, com exceção da parte referente a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego, em que o período a considerar são 10 anos.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

2.2. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercício de 2013 a Caixa adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor" – A IFRS 13 estabelece um quadro transversal a aplicar à mensuração inicial e subsequente de um ativo ou passivo ao justo valor, sempre que esta mensuração seja requerida por outro normativo. Vem igualmente definir o enquadramento das divulgações a prestar relativas a ativos e passivos mensurados ao justo valor. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Caixa aplicou os requisitos de mensuração de ativos e passivos ao justo valor de forma prospetiva, encontrando-se os impactos patrimoniais de maior significado são detalhados na Nota 40.

- IAS 19 – "Benefícios a empregados" (emendada) - A revisão do texto do normativo, elimina o método do corredor obrigando as entidades a reconhecer as variações ocorridas nos ativos do fundo e nas responsabilidades com planos de benefício definido, no período a que se referem. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção deste normativo não apresentou impactos significativos na situação patrimonial da Caixa.

- "Annual Improvements to IFRS 2009-2011 Cycle"

  O documento publicado pelo IASB em maio de 2012 pretende fazer um conjunto de emendas aos normativos IFRS 1 – "Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", IAS 1 – "Apresentação das demonstrações financeiras", IAS 16 – "Ativos fixos tangíveis", IAS 32 – "Instrumentos financeiros: Apresentação", e IAS 34 – "Relato financeiro intercalar". As emendas emitidas são de aplicação retrospetiva e obrigatória para períodos económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. São de destacar as seguintes emendas:

  - IAS 1 – "Apresentação das demonstrações financeiras" (emendada): As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que a apresentação de informação comparativa é obrigatória apenas na extensão dos requisitos mínimos estipulados por este normativo. O texto alterado clarifica ainda que em caso de alteração retrospetiva de políticas contabilísticas ou reclassificações efetuadas pela entidade, a apresentação de um saldo de abertura do período comparativo à demonstração da posição financeira é mandatória apenas quando as alterações efetuadas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. A IAS 1 emendada não prevê a obrigatoriedade de apresentação de notas explicativas ao saldo de abertura do período comparativo.

- IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação” (emendada): A emenda emitida define que o montante de imposto calculado sobre a distribuição de rendimentos de instrumentos de capital e custos de transação deverá ser registado em conformidade com os requisitos da IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”.

- IAS 34 – “Relato financeiro intercalar” (emendada): As principais alterações introduzidas pelo normativo emendado, dizem respeito ao relato por segmentos no contexto do reporte financeiro intercalar, nomeadamente ao requisito de divulgação separada dos ativos e passivos totais por segmento reportável, sempre que esta informação seja providenciada regularmente ao orgão de gestão e haja alterações significativas aos montantes apresentados no último reporte anual.

A adoção deste normativo não apresentou impactos significativos na situação patrimonial da Caixa.

- IAS 1 – “Demonstrações Financeiras” (emendada) - O normativo emendado, vem alterar a apresentação dos itens registados como “outro rendimento integral”, visando a separação entre aqueles que possam, e os que não possam, ser reclassificados por resultados do exercício. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2012. A adoção deste normativo não apresentou impactos na situação patrimonial da Caixa.

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: divulgações” (emendada) – O texto emendado, introduz divulgações quantitativas adicionais e separadas para ativos e passivos financeiros compensados e para instrumentos financeiros sujeitos a um acordo de compensação global. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. Trata-se de uma emenda de caráter informativo, sem impacto na posição patrimonial da Caixa.

Em 31 de dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia:

- “The Package of five”

Em maio de 2011 o IASB emitiu um conjunto de cinco normas relativas aos elementos a observar no âmbito da preparação de demonstrações financeiras consolidadas e ao tratamento de operações entre empreendedores. Desta forma foram emitidas emendas à IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e 28 – “Investimentos em associadas” assim como os novos normativos IFRS 10 - “Demonstrações financeiras consolidadas”, IFRS 11 – “Empreendimentos conjuntos” e IFRS 12 – “Divulgações de interesses em outras entidades”. Cada um destes normativos é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção antecipada de um dos normativos que integram o “Package of five” torna-se extensiva aos restantes.

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (emendada) – A IFRS 10 revoga a SIC - 12 “Consolidação – Entidades com finalidade

especial" e baseia-se no texto da IAS 27 em matérias respeitantes ao âmbito de aplicação e critérios de preparação de demonstrações financeiras consolidadas. O novo normativo estabelece os princípios para apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A definição de controlo é estabelecida como base única de consolidação, existindo controlo sempre que uma entidade esteja exposta ou tenha direito aos rendimentos variáveis de uma entidade, tendo, adicionalmente, a capacidade de influenciar esses mesmos rendimentos. A IAS 27 (emendada) retém apenas a contabilização e os requisitos de divulgação aplicáveis à preparação de demonstrações financeiras individuais.

- IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" – O IFRS 11 revoga e substitui a IAS 31 – "Interesses em empreendimentos conjuntos" e a SIC - 13 - "Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores". O novo normativo vem estabelecer os critérios para a identificação, classificação e tratamento contabilístico de empreendimentos conjuntos, com base nos direitos e obrigações que as partes envolvidas detêm na transação.

- IAS 28 – "Investimentos em associadas" (emendada) – O texto emendado da IAS 28 regula a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em associadas e joint ventures, sendo aplicável a entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre outras.

- IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades" – Este normativo estabelece os requisitos de divulgação relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, com o objetivo de permitir avaliar a natureza e riscos que as participações detidas nestas entidades representam para a posição financeira, "performance" e fluxos de caixa da entidade investidora.

- IAS 32 – "Instrumentos financeiros: apresentação" (emendada) – As emendas introduzidas, pretendem clarificar os requisitos que a entidade deverá cumprir para que possa compensar ativos e passivos financeiros no seu balanço. Especificamente, o normativo emendado, explica os principios de "direito atual legal oponível de compensação" e "realização (do ativo) e pagamento simultâneo (do passivo)". O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- "*Investment Entities"* - Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27

Em outubro de 2012, o IASB publicou uma emenda à IFRS 10 que introduz uma exceção à consolidação de subsidiárias de sociedades de investimento e clarifica os critérios de classificação de uma entidade como sociedade de investimento (*investment entitiy*). As sociedades de investimento estão desta forma escusadas da consolidação das suas

subsidiárias, desde que as últimas não prestem serviços relacionados com a atividade de investimento das primeiras. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- "*Transition Guidance"* - Emendas à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12

  Em junho de 2012, o IASB publicou um documento que pretende clarificar aspetos relativos ao *guidance* de adoção dos IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas", IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" e IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades", e que introduz emendas ao texto dos referidos normativos, limitando a necessidade de apresentação de informação comparativa apenas para o período imediatamente anterior. Os normativos emendados são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

- IAS 39 – "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração" (emendada) – As emendas introduzidas em junho de 2013 ao texto do normativo têm como objetivo estabelecer um caráter de excecionalidade à descontinuação da aplicação de contabilidade de cobertura sempre que ocorra a novação do instrumento derivado de cobertura através de uma contraparte central (que substitui as contrapartes originais) e esta decorra de imposições legais ou regulamentares. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- IAS 36 – "Imparidade de ativos" (emendada) – Em junho de 2013 o IASB publicou alterações ao texto do IAS 36 com o objetivo de restringir a necessidade de proceder à divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa aos exercícios em que tenham ocorrido reforços ou reversões de imparidade afetas ao mesmo. É igualmente clarificada a extensão dos requisitos de divulgação a realizar sempre que o valor recuperável tenha sido determinado com base no respetivo justo valor deduzido de custos a incorrer na venda. O normativo emendado é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (e emendas subsequentes) – Este normativo, publicado pelo IASB em novembro de 2009, tem como objetivo a substituição por etapas do atual texto da IAS 39 – "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração". São introduzidas alterações aos atuais critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, sendo de destacar:

  Classificação e mensuração de ativos financeiros

  a) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objetivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo como tal geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu

custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;

b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;

c) O enquadramento da classificação e mensuração de ativos financeiros com derivados embutidos deverá ser efetuado considerando a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;

d) Encontra-se igualmente disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que em resultado desta alteração se reduza de forma significativa uma inconsistência contabilística que de outro modo subsistiria;

e) Sendo de aplicação retrospetiva, deverão no entanto ser considerados no âmbito da classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9, os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independentemente das circunstâncias e objetivos considerados na data do reconhecimento inicial dos ativos que permaneçam em balanço na data de referência para adoção da norma).

Requisitos de contabilização de passivos financeiros

f) Relativamente a passivos financeiros designados na opção de mensuração pelo seu justo valor, a componente associada a alterações no risco de crédito próprio deverá ser registada por contrapartida de reservas, sendo o remanescente desta valorização reconhecida por contrapartida de resultados;

g) Instrumentos financeiros derivados passivos cuja liquidação seja feita sob a forma de entrega de instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado de forma fiável, deverão, ainda assim, ser mensurados ao justo valor.

Em novembro de 2013, o IASB divulgou emendas ao texto do IFRS 9, as quais abrangem, entre outras, as seguintes questões: (i) introdução de novas metodologias de abordagem à aplicação de contabilidade de cobertura, a qual procura privilegiar uma aproximação às práticas de gestão de risco, incluindo alargamento de requisitos de divulgação; (ii) introdução da possibilidade de alteração da forma de contabilização do risco de crédito próprio (por contrapartida de reservas e não resultados) de forma autónoma, sem adoção obrigatória do restante texto da IFRS 9; e (iii) remoção da menção à uma data de adoção mandatória do normativo, a

qual se encontrava circunscrita, até à data de publicação desta emenda, a exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações" (emendada). O texto do novo normativo é modificado de forma a incluir divulgações específicas a apresentar no exercício de adoção da IFRS 9, com o objetivo de permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras a reconciliação entre as categorias e linhas de balanço apresentadas em conformidade com os requisitos da IAS 39, e as novas categorias e linhas de balanço apresentadas de acordo com as disposições do novo normativo.

- IAS 19 – "Benefícios a empregados" (emendada) - A revisão do texto deste normativo, publicado pelo IASB em novembro de 2013, clarifica o tratamento contabilístico de contribuições de empregados em relação a serviços prestados efetuadas no âmbito de planos de benefício definido. Desta forma é estabelecido que no que respeita a contribuições determinadas de forma independente do número de anos de serviço prestado, estas poderão ser reconhecidas como uma dedução ao custo do serviço corrente do ano em que são devidas, sendo nos remanescentes casos tratadas de acordo com a fórmula de determinação de contribuições do plano que tenha sido adotado pela entidade na determinação do valor das responsabilidades, ou alternativamente de forma linear em função do número de anos de serviço a que respeitem. A política contabilística adotada neste âmbito deverá ser aplicada consistentemente. O normativo é de aplicação obrigatória a exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- "Annual Improvements to IFRS 2010-2012 Cycle"

  O documento publicado pelo IASB em dezembro de 2013 pretende fazer um conjunto de emendas aos normativos IFRS 2 – "Pagamento com base em ações", IFRS 3 – "Concentração de atividades empresariais", IFRS 8 – "Segmentos operacionais", IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor", IAS 16 – "Ativos fixos tangíveis", IAS 24 – "Divulgações de partes relacionadas" e IAS 38 – "Ativos intangíveis". As emendas emitidas são de aplicação obrigatória para períodos económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2014, sendo permitida a sua adoção antecipada. São de destacar as seguintes emendas:

  - IFRS 3 – "Concentração de atividades empresariais": As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que a contabilização de uma retribuição contingente inerente a uma operação de concentração de atividades empresariais que seja reconhecida como um ativo ou um passivo deve ser efetuada pelo seu justo valor independentemente de se tratar de um instrumento financeiro ao abrigo do IAS 39 ou IFRS 9, ou de um ativo não financeiro. As variação no justo valor deste ativo ou passivo (que não ajustamento de mensuração ocorridas no período) deverão ser registadas por contrapartida de resultados.

  - IFRS 8 – "Segmentos operacionais": As emendas introduzidas ao texto do normativo determinam (i) necessidade de divulgar critérios inerentes à agregação de segmentos operacionais que tenham sido aplicados pela gestão na preparação das divulgações (incluindo descrição dos segmentos agregados e indicadores

económicos relevantes na avaliação da sua similaridade); e (ii) clarificação que a reconciliação dos ativos totais da entidade face aos ativos dos segmentos reportáveis só é exigida se preparada de forma regular para análise interna da gestão.

- IAS 24 – "Divulgações de partes relacionadas": As emendas introduzidas ao texto do normativo clarificam que uma entidade que presta serviços de gestão através da cedência de competências de pessoal chave de gestão é uma entidade relacionada face à entidade à qual esse serviço é prestado, devendo consequentemente ser divulgados os valores das retribuições pagas pelo referido serviço (não sendo no entanto necessário apresentar desagregação por natureza) .

- "Annual Improvements to IFRS 2011-2013 Cycle"

O documento publicado pelo IASB em dezembro de 2013 pretende fazer um conjunto de emendas aos normativos IFRS 1 – "Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", IFRS 3 – "Concentração de atividades empresariais", IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor" e IAS 40 – "Propriedades de investimento". As emendas emitidas são de aplicação obrigatória para períodos económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2014, sendo permitida a sua adoção antecipada. São de destacar as seguintes emendas:

- IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor": As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que as exceções aplicadas à mensuração de grupos de ativos e passivos financeiros pelo respetivo valor líquido inclui todos os contratos abrangidos ou mensurados de acordo com os requisitos da IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de estes não cumprirem os critérios de classificação como ativo ou passivo financeiros estabelecidos pela IAS 32.

- IAS 40 – "Propriedades de investimento": As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que a aplicação da IAS 40 e da IFRS 3 não são mutuamente exclusivas, pelo que na aquisição de um imóvel deverá ser necessário avaliar se este cumpre os critérios de classificação como propriedade de investimento e simultaneamente se a transação subjacente à aquisição cumpre os critérios de uma concentração de atividades empresariais.

É entendimento do Conselho de Administração que a adoção das normas e interpretações acima referidas, com especial enfoque nos requisitos introduzidos pela IFRS 9 – "Instrumentos financeiros", poderão motivar alterações com algum significado ao nível da preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Caixa, assim como na extensão e conteúdo das divulgações a realizar. No entanto, não se encontra ainda concluída uma análise detalhada das implicações inerentes à aplicação destes normativos, pelo que não é possível proceder à sua quantificação.

2.3. Plano de Reestruturação

A Comissão Europeia aprovou em julho de 2013 o Plano de Reestruturação da CGD apresentado pelo Estado Português no âmbito do respetivo processo de recapitalização.

A recapitalização surge no contexto dos novos requisitos regulatórios impostos pela European Banking Authority (EBA), tendo resultado na necessidade de capital adicional no valor de 1.650 milhões de euros (750 milhões de euros em aumento de capital social (nota 24) e 900 milhões de euros em Instrumentos de Capital Core Tier 1 (nota 22), que foi subscrito em junho de 2012 pelo acionista Estado e considerado pela Comissão Europeia como Auxílio de Estado.

O Plano de Reestruturação da CGD aprovado assegura o enfoque no papel da instituição no apoio às empresas e aos particulares em Portugal e assenta em três vetores principais de atuação que reforçam a estratégia já em execução:

- Desalavancagem do balanço do Grupo CGD com a venda do ramo segurador e das restantes participações não estratégicas, bem como pelo run-down de ativos non-core. Neste contexto, no exercício de 2013 a Caixa alienou a sua participação na Portugal Telecom, SGPS, S.A. (nota 6). Adicionalmente, tal como descrito na nota 14, foram assinados em 7 de fevereiro de 2014 os contratos relativos à alienação das participações nas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde, cuja produção de efeitos se encontra, contudo, ainda condicionada à obtenção de autorizações pelas Autoridades de Concorrência e de supervisão;

- Melhoria da eficiência operacional, dando continuidade ao esforço de redução dos custos operacionais já verificado, nomeadamente através da otimização do número de agências e de empregados e da renegociação dos serviços contratados. Neste sentido foram encerradas 43unidades da CGD em Portugal no decorrer do exercício de 2013;

- Reestruturação da atividade e otimização da dimensão da rede da CGD em Espanha, com o objectivo de assegurar a sua viabilidade de longo prazo e a sua autonomia da CGD em termos de funding, bem como garantir um contributo positivo para os resultados do Grupo CGD. Esta reestruturação contemplou o redimensionamento da rede comercial e a optimização dos serviços e processos, tendo originado uma redução de pessoal, e a concentração dos ativos non core da instituição na sucursal da CGD em Espanha, que passará a gerir o respetivo run-off. No exercício de 2013 o Grupo reconheceu nas suas demonstrações financeiras consolidadas custos com esta reestruturação no montante de 49.633 milhares de Euros, incluindo cerca de 37 milhões de euros relativos a custos com pessoal. Para que não sejam necessárias medidas adicionais, estão definidos indicadores de performance no Plano de Reestruturação que deverão ser atingidos por esta operação até 2015.

Os compromissos comportamentais da CGD, extensíveis ao Grupo CGD, incluem:

a) Não aquisição de participações sociais ou de conjunto de ativos correspondentes ao exercício de uma atividade, acima de determinados limites. Contudo, este compromisso não se aplica em várias situações, como por exemplo em aquisições no âmbito da atividade corrente da CGD relacionada com a gestão de créditos sobre clientes em dificuldades;

b) Não prosseguimento de estratégias comerciais agressivas;

c) Redução da atividade de *proprietary trading* (não relacionada com clientes) a mínimos necessários ao funcionamento da tesouraria;

d) Não invocar a concessão do Auxílio de Estado ou vantagens daí emergentes para efeitos publicitários;

e) Não proceder ao pagamento de dividendos, cupões ou juros a titulares de ações preferenciais ou de dívida subordinada, quando esses pagamentos não decorram de obrigação contratual ou legal. Contudo, esses pagamentos serão permitidos no caso de demonstração de que a sua não realização poderá prejudicar o reembolso dos Instrumentos de Capital Core Tier 1 emitidos pela CGD e subscritos pelo Estado em junho de 2012;

f) Aplicar, no quadro do plano de recapitalização estabelecido com o Estado Português, 30 milhões de euros por ano num fundo que investirá em participações sociais em PMEs e em sociedades com grau de capitalização médio (Mid-Cap) portuguesas. O investimento acima daquele montante fica sujeito a prévia aprovação da Comissão Europeia;

g) Continuação e expansão da política de monitorização de risco das operações e de políticas comerciais prudentes, sãs e orientadas para a sustentabilidade;

h) Nomeação de um *Monitoring Trustee*, que acompanhará a implementação e execução das medidas contidas no Plano de Reestruturação;

i) Não criar novas unidades de negócio fora das geografias nas quais ao Grupo CGD não se encontrava anteriormente presente;

j) Cumprimento de todos os regulamentos e requisitos legais relativos à política de remunerações.

2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

De forma a mitigar a sua exposição a risco cambial, a Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados como “forwards” e “swaps cambiais”. As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas na Nota 2.5. d) abaixo.

Nas contas globais, os ativos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos

à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas" do capital próprio.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

Conforme descrito na Nota 2.1., estes ativos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respetivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente às operações de titularização de créditos efetuadas pela Caixa (Nota 20), os procedimentos adotados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2003, a Caixa utilizou a possibilidade permitida pela Norma IFRS 1 de não aplicar retrospectivamente os requisitos de desreconhecimento a operações efetuadas antes de 1 de janeiro de 2004. Deste modo, os créditos titularizados não estão registados em balanço.
- Relativamente à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2010, a Caixa não procedeu ao seu desreconhecimento, uma vez que não se encontravam reunidos os requisitos que permitissem proceder à sua remoção do balanço. Desta forma os montantes em dívida de créditos titularizados mantêm-se contabilizados na rubrica "Créditos a clientes", tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos ativos transferidos (Notas 2.5. c) e 20).

Provisionamento

O regime de provisionamento destes ativos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afetos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

  (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

  (ii) estarem em incumprimento há mais de:

  . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

  . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;

  . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

  Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

<u>Provisão para risco-país</u>

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os ativos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com exceção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iii. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica "Provisões líquidas de reposições e anulações", da demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da Comissão Executiva. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo CGD, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso nº 3/2005 do Banco de Portugal.

b) Outros ativos financeiros

Os restantes ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
    - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) <u>Empréstimos e contas a receber</u>

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao

instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, a Caixa passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data têm impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 6.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

  i) Preços ("bid prices") difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

  ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como "market-makers";

  iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados em mercados ativos a descoberto (short selling).

Estes passivos encontram-se registados pelo respetivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

ii) Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica inclui os passivos associados a operações de titularização de créditos ao consumo e à habitação cujos saldos não foram desreconhecidos na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.5. a) e 20).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes ativos e as condições definidas na operação de titularização.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.
- Até 31 de dezembro de 2012, a determinação do justo valor dos derivados era efetuada com base no valor descontado dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa de juro sem risco. No decorrer do exercício de 2013, em resultado da adoção da IFRS 13 (Nota 2.2), a Caixa incorprou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, a Caixa adotou metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas

e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e

- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Caixa apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de "Resultados em ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser refletidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

e) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

A CGD efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1., o crédito a clientes e as contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade foi efetuada numa base individual.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;

- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.5. b), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.6. Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de "Outros passivos”. Esta última rubrica é regularizada quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados em “Ativos não correntes detidos para venda”.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados em rubricas de "Resultados de alienação de outros ativos" e “Outros resultados de exploração”.

2.7. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas de “Outros resultados de exploração”.

2.8. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros ativos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A CGD avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.9. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros ativos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.".

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Juros e rendimentos similares”.

2.10. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado na prossecução das atividades da Caixa. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.11. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a CGD exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, as quais são denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui ainda as participações em empresas em que a CGD tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”), assim como sociedades em que o controlo é partilhado de forma equitativa com os restantes investidores ("empreendimentos conjuntos"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais, empreendimentos conjuntos e associadas.

2.12. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeita ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 90% no capital social por um período superior a 1 ano (com um período inicial de referência a 1 de janeiro de 2012) e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto. Por força das alterações introduzidas pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, o limite para determinação da percentagem de participação direta ou indireta a considerar na avaliação da elegibilidade para integração no perímetro de tributação do grupo diminui, para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, de 90% para 75%.

O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este feito, as contas das sucursais são integradas nas contas da sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo nos termos do artigo 91.º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Ajustamentos ao resultado contabilístico

- *Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado*

Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efetivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. De referir que a partir do exercício de 2014, a referência quanto à taxa de imposto efetivamente paga passa a ser demarcada nos termos do Código pela taxa de imposto que lhe é aplicável no âmbito da sua atividade.

A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta, de acordo com a proporção do capital detido pela Caixa. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação os quais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 ascendiam a aproximadamente 48.898 mEuros e 46.757 mEuros, respetivamente.

- *Provisões*

No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2013 e 2012, a Caixa considerou o efeito dos seguintes normativos:

- Disposições do artigo 37.º do Código do IRC, no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais a Caixa detenha uma participação superior a 10%;
- Disposições do artigo 35.º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (Nota 2.5.a. iii). Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

A partir do exercício de 2014, por força das alterações introduzidas pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, estas matérias passarão a ser reguladas pelo nº 2 do artigo 28º-A e pelo artigo 28º-C.

- *Encargos com pessoal*

  A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilísticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite das contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores, e atendendo às regras previstas no artigo 43.º do Código do IRC.

  Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de 60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

- *Resultado da liquidação*

  O artigo 92.º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, e (iii) não aproveitasse os prejuízos fiscais de sociedades fundidas para dedução aos lucros tributáveis da nova sociedade ou da sociedade incorporante.

  Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

  A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta dos exercícios de 2013 e 2012, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até

ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, custos diferidos com o fundo de pensões e os respeitantes à alteração da política contabilística realizada no âmbito do registo de responsabilidades com o Fundo de pensões e outros beneficios pós emprego, conforme o previsto no artigo 183.º da Lei 64.ª-B/2011, de 30 de dezembro). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.13. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

2.14. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1.. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

<u>Responsabilidades com pensões e encargos com saúde</u>

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 34. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 34). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere à evolução das responsabilidades e do rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e os encargos líquidos com juros, é refletido de forma agregada na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em custos. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.15. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

2.16. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.17. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.18. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, a Caixa cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.5.). No entanto, sempre que considera necessário estas provisões são complementadas de forma a refletir a estimativa da Caixa sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efetuada de forma casuística pela Caixa com base no conhecimento específico da situação dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados por contrapartida de reservas de reavaliação

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da rubrica de "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. A Caixa determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.5. e)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas das reservas de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.5.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do

balanço. Conforme referido na Nota 2.5., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.14. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pela Caixa tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização. O registo de impostos diferidos gerados por prejuízos fiscais reportáveis apenas é efetuado caso se conclua estarem reunidas condições para a sua utilização no decorrer dos períodos legalmente previstos para o efeito, estando naturalmente esta avaliação dependente da concretização dos pressupostos considerados.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	343.186	336.409
Depósitos à ordem em bancos centrais	414.877	587.491
	758.063	923.900
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	64	155
	758.127	924.055

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Cheques a cobrar		
- No país	61.375	74.450
- No estrangeiro	10.325	4.085
	71.700	78.535
Depósitos à ordem		
- No país	278	287
- No estrangeiro	389.192	337.614
	389.470	337.901
Outras disponibilidades	-	3.326
	461.171	419.762
Juros a receber	4.167	4.789
	465.338	424.551

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Títulos de dívida pública	90.984	-	90.984	188.927	-	188.927
. Obrigações de outros emissores públicos						
Estrangeiros	270.598	-	270.598	299.846	-	299.846
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	-	8.573	8.573	-	8.855	8.855
De não residentes	-	50	50	-	-	-
	361.582	8.623	370.205	488.773	8.855	497.628
Instrumentos de capital						
De residentes	5.491	5	5.496	6.946	11	6.957
De não residentes	17.301	-	17.301	4.238	-	4.238
	22.792	5	22.797	11.184	11	11.195
Outros instrumentos financeiros						
. Unidades de Participação						
De residentes	1.869	546.915	548.784	1.464	24.505	25.970
De não residentes	158	75.135	75.293	-	79.809	79.809
	2.027	622.050	624.077	1.464	104.315	105.779
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)						
- Swaps	1.082.786	-	1.082.786	1.638.569	-	1.638.569
- Opções de divisas e cotações	295.087	-	295.087	283.202	-	283.202
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	117.898	-	117.898	182.564	-	182.564
- Futuros e outras operações a prazo	5.265	-	5.265	3.320	-	3.320
	1.501.035	-	1.501.035	2.107.655	-	2.107.655
	1.887.437	**630.678**	**2.518.114**	**2.609.076**	**113.180**	**2.722.256**

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 76.325 mEuros e 343.008 mEuros, respetivamente (6.410 mEuros e 16.276 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação - Instrumentos de dívida” inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 124.380 mEuros (128.247 mEuros em 31 de dezembro de 2012) (Nota 19).

Em junho de 2012, na sequência da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa no decorrer do mês de março desse mesmo ano, a CGD alienou à InterCement Austria Holding Gmbh a totalidade de uma participação que detinha na Cimpor pelo valor global de 354.233 mEuros, correspondente a um valor unitário de 5,5 Euros por ação. A referida participação, representativa de 9,584% do capital social desta sociedade, tinha sido adquirida pela Caixa em fevereiro de 2009 por 317.844 mEuros, e encontrava-se registada na classe de ativos financeiros "Ao justo valor através de resultados". Nos termos do acordo assinado à data com o vendedor, este detinha uma opção de compra da participação à Caixa pelo respetivo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor, opção esta que até ao seu término (em fevereiro de 2012) não foi exercida.

6. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
De outros emissores públicos		
Títulos de dívida pública nacional	7.137.560	6.334.496
Outros emissores públicos estrangeiros	26.743	98.600
De organismos financeiros internacionais	-	34.574
De outros emissores	9.286.951	9.762.839
	16.451.254	16.230.508
Instrumentos de capital		
Valorizados ao justo valor	67.621	666.395
Valorizados ao custo histórico	25.921	26.678
	93.542	693.073
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação	1.456.870	1.054.618
	18.001.665	17.978.198
Imparidade (Nota 21)		
Instrumentos de dívida	-	(9.364)
Instrumentos de capital	(60.384)	(434.772)
Unidades de participação	(244.532)	(173.133)
	(304.916)	(617.269)
	17.696.749	**17.360.930**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Instrumentos de dívida - De outros emissores” inclui 4.846.465 mEuros e 5.029.908 mEuros, respetivamente, de obrigações emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (dos quais 80.176 mEuros referem-se a obrigações residuais), no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2. Estes títulos, integralmente subscritos pela CGD, encontram-se registados pelo respetivo valor nominal. A 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui igualmente 7.070 mEuros de obrigações residuais referentes à operação de titularização Nostrum Mortgages nº1 (10.347 mEuros em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores”, inclui ainda, 2.870.981 mEuros e 2.887.320 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 8). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Outros instrumentos financeiros - unidades de participação" e "Imparidade - outros instrumentos financeiros" incluem, respetivamente, 592.565 mEuros e 78.387 mEuros (457.409 mEuros e 67.379 mEuros respetivamente, em

31 de dezembro de 2012), relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes). Na sequência da transferência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual a CGD detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais a CGD detém uma participação minoritária, retêem autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades afetas às participações nos veículos, equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram revertidas no processo de desreconhecimento de balanço destes ativos. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a exposição mantida pela CGD apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	180.000	(27.664)	152.336	-
Flit-Ptrel SICAV	115.121	(12.590)	102.531	7.774
Discovery Portugal Real Estate Fund	92.997	(15.288)	77.709	12.811
Vallis Construction Sector	73.644	(9.248)	64.396	9.367
OXI Capital, SCR	66.970	-	66.970	(994)
Fundo Recuperação Turismo, FCR	57.484	(13.597)	43.887	11.718
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.350	-	6.350	(33)
	592.565	(78.387)	514.178	40.643

	31-12-2012			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	150.000	(14.608)	135.392	-
Flit-Ptrel SIVAC	128.489	(14.663)	113.826	13.936
Vallis Construction Sector	71.715	(9.248)	62.467	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	65.416	(15.263)	50.153	-
Fundo Recuperação Turismo, FCR	41.189	(13.597)	27.593	-
OXI Capital, SCR	600	-	600	-
	457.409	(67.379)	390.031	13.936

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações a Caixa concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 ascendia a 48.582 mEuros e 46.939 mEuros, respetivamente. Nas referidas datas, o montante de imparidades acumuladas constituídas para perdas potenciais nestas exposições ascendiam a 48.582 mEuros e 46.191, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Imparidade - Unidades de Participação” inclui 44.190 mEuros e 42.234 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de

investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 214.089 mEuros e 213.359 mEuros, respetivamente (266.251 mEuros e 33.952 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos de capital classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013					31-12-2012				
TITULO	Percentagem de participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor Balanço (Líquido)	Reserva de justo valor	Percentagem de participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor Balanço (Líquido)	Reserva de justo valor
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor										
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	1,10%	13.134	-	13.134	4.342	1,10%	12.060	-	12.060	3.268
NCG Banco	0,05%	1.115	-	1.115	(604)	0,00%	-	-	-	-
GALP Energia, SGPS, S.A.	0,00%	480	(31)	449	-	0,00%	443	-	443	(37)
EDP - Energias Renováveis	0,00%	10	(4)	6	2	0,00%	10	(4)	6	2
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	-	-	-	-	-	0,91%	121.785	(108.332)	13.453	1.973
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	-	-	-	-	0,02%	3.136	(1.304)	1.832	341
La Seda Barcelona	14,24%	52.878	(52.878)	-	-	14,24%	52.795	(47.986)	4.809	-
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	6,11%	476.093	(270.754)	205.339	16.103
Outros instrumentos com características de capital	-	3	-	3	1	-	41	(20)	21	-
Outros	-	2	-	2	25	-	32	-	32	53
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico										
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	4,47%	4.359	(1.845)	2.513	-	4,47%	4.359	(1.845)	2.513	-
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	10,00%	2.170	-	2.170	-	10,00%	2.170	-	2.170	-
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	3,62%	4.058	(1.178)	2.880	-	3,62%	4.058	(1.178)	2.880	-
Outros	-	15.334	(4.448)	10.886	-	-	16.091	(3.349)	12.742	-
		93.542	(60.384)	33.158	3.764		693.073	(434.772)	258.301	21.703

O movimento ocorrido nos principais instrumentos de capital nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	31-12-2012						31-12-2013
TITULO	Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Transferências e outros movimentos	Imparidade registada no periodo	Variação da reserva de justo valor	Valor Balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor							
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	12.060	-	-	-	-	1.074	13.134
NCG Banco	-	1.719	-	-	-	(604)	1.115
GALP Energia, SGPS, S.A.	443	-	-	-	(31)	37	449
EDP - Energias Renováveis	6	-	-	-	-	-	6
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	13.453	(119.812)	108.332	-	-	(1.973)	-
EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.832	(2.795)	1.304	-	-	(341)	-
La Seda Barcelona	4.809	-	-	83	(4.892)	-	-
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	205.339	(459.990)	296.223	-	(25.469)	(16.103)	-
Outros instrumentos com características de capital	21	(39)	24	-	(4)	1	3
Outros	32	(2)	-	-	-	(28)	2
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico							
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	2.513	-	-	-	-	-	2.513
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	2.170	-	-	-	-	-	2.170
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	2.880	-	-	-	-	-	2.880
Outros	12.742	(757)	-	-	(1.099)	-	10.886
	258.301	(581.676)	405.882	83	(31.495)	(17.939)	33.158

TITULO	31-12-2011 Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Transferências e outros movimentos	Imparidade registada no período	Variação da reserva de justo valor	31-12-2012 Valor Balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor							
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	243.734	-	-	-	(54.498)	16.103	205.339
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	77.047	(299.231)	223.711	-	-	(1.526)	-
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	25.212	(4.008)	3.191	-	(12.915)	1.973	13.453
GALP Energia, SGPS, S.A.	94.832	(105.707)	-	-	-	11.318	443
Brisa Privatização	22.905	(63.000)	40.275	-	(180)	-	-
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	12.383	-	-	-	-	(323)	12.060
La Seda Barcelona	24.656	-	-	1.603	(28.953)	7.503	4.809
EDP - Energias de Portugal, S.A.	8.438	(9.533)	4.447	-	(1.592)	73	1.832
EDP - Energias Renováveis	7	-	-	-	(4)	3	6
Outros instrumentos com características de capital	130	(121)	-	-	(20)	32	21
Outros	2	84	-	-	-	(54)	32
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico							
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	2.513	-	-	-	-	-	2.513
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	2.170	-	-	-	-	-	2.170
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	2.880	-	-	-	-	-	2.880
Outros	17.178	(4.641)	176	-	29	-	12.742
	534.086	(486.157)	271.800	1.603	(98.133)	35.101	258.301

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

Portugal Telecom, S.A.

Em outubro de 2013, a Caixa alienou 54.771.741 ações da Portugal Telecom por um montante global de 190.606 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 26.838 mEuros (Nota 30).

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

No decorrer do ano de 2013, a Caixa alienou 179.380.009 ações do BCP por um valor global de 19.022 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 7.541 mEuros (Nota 30).

Em março de 2012, a Caixa alienou 6.000.000 ações do BCP por um valor global de 981 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 165 mEuros (Nota 30).

Ainda no decorrer de 2012 a Caixa adquiriu 140.000 valores mobiliários perpétuos e alienou 154.000 valores mobiliários perpétuos pelos montantes globais de 76 mEuros e 100 mEuros, respetivamente, tendo em resultado destas transações sido registada uma menos valia de 11 mEuros.

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

Em janeiro de 2013, a Caixa alienou 800.000 ações da EDP por um montante global de 1.882 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 390 mEuros (Nota 30).

No exercício de 2012, a Caixa alienou 2.728.914 ações da EDP pelo valor de 6.230 mEuros. Em resultado destas transações, a Caixa reconheceu uma mais valia de 1.143 mEuros (Nota 30).

ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON)

Em junho de 2012, a Caixa Geral de Depósitos celebrou com a empresa Jadeium B.V. um acordo para a venda de 33.181.144 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON), correspondentes a 10,735% do respetivo capital social, por um preço unitário de 2,6 euros.

A concretização da operação e respetiva transmissão da titularidade das ações ocorreu em 2 de julho de 2012, data da liquidação do preço de venda acordado entre as partes, pelo valor global de 86.271 mEuros. Em resultado desta transação, a CGD registou no exercício de 2012 uma mais valia de 10.751 mEuros (Nota 30).

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

Em novembro de 2012, a Caixa alienou através de operações de bolsa 8.295.510 ações da Galp, representativas de 1% do seu capital social, por um montante de 95.232 mEuros tendo em consequencia desta transação reconhecido menos valias de 10.807 mEuros (Nota 30).

Esta venda foi realizada no âmbito do exercício do direito de "*tag along*" previsto no Consent & Waiver Agreement celebrado entre a CGD, a Amorim Energia B.V. e a ENI S.p.A. (datado de março de 2012), dado esta última ter decidido proceder à alienação em mercado da participação que detinha na Galp.

Brisa – Auto Estradas de Portugal (Brisa)

No ano de 2012 em resultado da oferta pública de aquisição de ações lançada sobre o capital da Brisa pela Tagus Holdings, a CGD alienou a esta última pela sua totalidade, a posição que detinha nesta participada. O preço da transação ascendeu a 24.840 mEuros, tendo sido registada uma mais valia de 2.115 mEuros (Nota 30).

Reclassificação de títulos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.5., e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente influenciados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente atingidos pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

Títulos reclassificados no exercício de 2008

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.001.797	n.a
Valor de balanço em 31-12-2008	873.101	n.a
Valor de balanço em 31-12-2009	560.350	n.a
Valor de balanço em 31-12-2010	336.275	n.a
Valor de balanço em 31-12-2011	261.035	n.a
Valor de balanço em 31-12-2012	156.972	n.a
Valor de balanço em 31-12-2013	138.888	n.a
Justo Valor dos títulos reclassificados em 31-12-2013	138.888	n.a
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2013	(8.704)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2008 e 31-12-2009		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6.315	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(6.673)	n.a
Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(60.758)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2009 e 31-12-2010		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57.186	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(52.234)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(2.247)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(17.620)	n.a
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(487)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	14.112	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.210)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	7.457	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 31-12-2013		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	5.907	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.580)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(671)	n.a

Títulos reclassificados no exercício de 2010

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.414.007	503.466
Valor de balanço em 31-12-2010	1.039.972	504.393
Valor de balanço em 31-12-2011	483.799	495.037
Valor de balanço em 31-12-2012	342.668	477.515
Valor de balanço em 31-12-2013	170.473	444.652
Justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2013	170.473	439.844
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2013	(6.004)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31-12-2010		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36.589)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(47.894)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(1.234)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	70.581	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	604	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 31-12-2013		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	7.898	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	2.564	n.a

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial, e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

7. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de reservas	Ao custo amortizado	Total	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de reservas	Ao custo amortizado	Total
Instrumentos de dívida								
- De emissores públicos:								
. Títulos da dívida pública	15.266	180.867	-	196.133	-	68.576	-	68.576
- De organismos financeiros internacionais	-	198.790	-	198.790	-	223.851	-	223.851
- De outros emissores								
. Obrigações e outros títulos:								
De não residentes	-	310.713	-	310.713	-	211.733	-	211.733
	15.266	690.370	-	705.636	-	504.160	-	504.160
Outros instrumentos financeiros								
. Unidades de Participação								
De residentes	-	-	-	-	513.205	199.165	-	712.370
	-	-	-	-	513.205	199.165	-	712.370
Créditos e valores titulados								
De residentes								
Outros créditos e valores a receber	-	-	-	-	-	-	283.726	283.726
Juros de ativos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	2.303	2.303
	-	-	-	-	-	-	286.029	286.029
	15.266	690.370	-	705.636	513.205	703.325	286.029	1.502.559
Imparidade acumulada (Nota 21)								
. Unidades de Participação	-	-	-	-	-	(2.540)	-	(2.540)
	15.266	**690.370**	**-**	**705.636**	**513.205**	**700.785**	**286.029**	**1.500.019**

No decorrer dos exercícios de 2013 e 2012 a Caixa celebrou junto de instituições financeiras e clientes, operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 17) e “Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos - Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Imparidade - Unidades de Participação” referia-se na sua integralidade a perdas de valor em fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros com acordo de recompra ascende a 180.450 mEuros e 405.221 mEuros, respetivamente.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Mercado Monetário Interbancário	320.000	610.000
Depósitos a prazo		
- No país	25.540	19.197
- No estrangeiro	141.962	1.325.015
Empréstimos		
- No país	1.932.365	2.930.087
- No estrangeiro	246.255	164.646
Outras aplicações		
- No país	205.028	182.912
- No estrangeiro	833.791	1.062.040
Operações de compra com acordo de revenda	100.179	131.891
Crédito e juros vencidos	16.310	8.085
	3.821.430	6.433.873
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos		
Juros a receber	10.527	19.896
Proveitos diferidos	(65)	(290)
Correção de valor	203	121
	3.832.094	6.453.601
Provisões para risco país (Nota 21)	(1.735)	(1.848)
Imparidade (Nota 21)	(11.994)	(12.053)
	(13.729)	(13.901)
	3.818.365	6.439.700

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Empréstimos - no país" incluía 150.000 mEuros, relativos a um programa de papel comercial com um limite de 400.000 mEuros, contratado junto do Banco BIC Português, S.A. (BIC), entidade anteriormente designada por Banco Português de Negócios, S.A. (BPN). O referido programa, não utilizado em 31 de dezembro de 2013, decorre do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do ex-BPN no âmbito da sua reprivatização ultimada no decurso do primeiro trimestre de 2012 e beneficia de garantia do Estado Português até à sua data de vencimento em março de 2015. Ainda neste âmbito, foi concedida pela Caixa uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300.000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do ex-BPN.

No decurso do processo de alienação do Banco, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (detentores de um conjunto de ativos transferidos do BPN em resultado do processo de reestruturação implementado após a sua privatização), e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da

Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 128.946 mEuros (Nota 9) e 2.920.000 mEuros (Nota 6), respetivamente (381.667 mEuros e 3.100.000 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012), foram transferidos para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes de um programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem (Nota 9). Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a referida sociedade.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia no quadro do programa de intervenção em curso. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

No que respeita às aplicações realizadas em bancos com sede na República da Islândia, o saldo acumulado de imparidade reconhecida pela Caixa nestes ativos, ascendia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a 11.944 mEuros e 12.053 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" refere-se a contratos de aquisição de instrumentos financeiros com acordo de revenda numa data futura por um preço previamente fixado. Os instrumentos financeiros adquiridos nestas operações não são reconhecidos em balanço, permanecendo o valor da compra registado como um empréstimo a instituições de crédito, o qual é valorizado pelo respetivo custo amortizado. As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

O movimento na imparidade e nas provisões para aplicações em instituições de crédito, durante exercícios de 2013 e 2012, é apresentado na Nota 21.

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Crédito interno		
Empréstimos	28.613.712	29.324.890
Créditos em conta corrente	2.813.520	2.968.334
Outros créditos	1.334.009	1.552.658
Operações de compra com acordo de revenda	-	884.432
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	399.010	419.913
Descobertos em depósitos à ordem	248.158	256.135
Créditos tomados - factoring	37.120	40.748
Crédito ao exterior		
Outros créditos	3.311.954	3.314.915
Empréstimos	1.729.555	1.914.900
Descobertos em depósitos à ordem	53.787	78.084
Créditos em conta corrente	6.374	9.257
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	7.354	13.058
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	3.300.290	4.056.494
Outros	1.603.773	1.281.608
	43.458.616	46.115.425
Créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 19)	9.945.587	10.932.732
Créditos afectos à emissão de obrigações sobre o Setor Público (Nota 19)	1.215.109	1.418.068
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 20)	4.705.788	4.892.634
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	221.633	248.666
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	173	410
Crédito e juros vencidos	4.434.248	3.833.855
	20.522.538	21.326.365
	63.981.155	67.441.790
Provisões para crédito a clientes (Nota 21)		
Crédito e juros vencidos	(3.256.883)	(2.610.693)
Créditos de cobrança duvidosa	(1.162.311)	(825.529)
Risco-país	(4.532)	(3.323)
	(4.423.726)	(3.439.545)
	59.557.428	64.002.245

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 78.467 mEuros e 88.531 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” incluía 750.437 mEuros relativos a contratos celebrados com a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. Estes contratos previam a realização de operações de venda de instrumentos de dívida com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos financeiros com acordo de

revenda. Nessa data, o valor de balanço das correspondentes operações de venda com acordo de recompra ascendia a 751.396 mEuros, respetivamente (Nota 18).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” incluía ainda 133.995 mEuros relativos a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD (Nota 34).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Empréstimos” inclui 128.946 mEuros e 381.667 mEuros, respetivamente, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A (Notas 6 e 8). Estes créditos encontram-se colaterizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos. Em resultado do processo de reprivatização do então denominado BPN, concluído em março de 2012, a titularidade destas sociedades foi transferida para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado nessa data responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa junto do BPN no valor de 1.000.000 mEuros, formalizada mediante transmissão da posição contratual entre o Banco e a Parvalorem. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta operação encontra-se reconhecida na rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados – Papel comercial”.

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 2013 e 2012, é apresentado na Nota 21.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, existem ainda provisões genéricas para riscos gerais de crédito refletidas no passivo (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos” apresentava a seguinte estrutura:

	31-12-2013	31-12-2012
Até três meses	312.779	147.442
De três a seis meses	152.015	108.445
De seis meses a um ano	433.905	680.297
De um a três anos	1.788.971	1.431.449
Mais de três anos	1.746.577	1.466.222
	4.434.248	3.833.855

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes, excluindo correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	31-12-2013								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	-	-	-	362.085	26.790	388.876	362.085	26.790	388.876
Indústrias extrativas	-	-	-	64.022	4.694	68.716	64.022	4.694	68.716
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	647.885	35.238	683.123	647.885	35.238	683.123
Indústria têxtil	-	-	-	210.102	31.814	241.917	210.102	31.814	241.917
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	49.727	5.127	54.854	49.727	5.127	54.854
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	125.181	20.046	145.227	125.181	20.046	145.227
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	-	-	-	170.024	7.053	177.077	170.024	7.053	177.077
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	22.349	653	23.002	22.349	653	23.002
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	584.301	83.121	667.421	584.301	83.121	667.421
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	90.930	8.482	99.412	90.930	8.482	99.412
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	215.847	24.594	240.441	215.847	24.594	240.441
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	285.303	41.000	326.303	285.303	41.000	326.303
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	54.031	4.526	58.557	54.031	4.526	58.557
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	175.133	4.268	179.401	175.133	4.268	179.401
Fabrico de material de transporte	441	-	441	42.829	2.236	45.065	43.270	2.236	45.506
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	121.592	14.056	135.649	121.592	14.056	135.649
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	7	-	7	1.249.432	69.500	1.318.931	1.249.439	69.500	1.318.938
Construção	-	10	10	3.506.602	1.293.584	4.800.186	3.506.602	1.293.594	4.800.196
Comercio por grosso / retalho, reparação de automóveis, motociclos e bens pessoais e domésticos	38	-	38	1.724.185	305.025	2.029.210	1.724.223	305.025	2.029.248
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	174	-	174	624.264	77.312	701.576	624.438	77.312	701.750
Transportes, armazenagem e comunicações	49.956	-	49.956	1.749.004	69.827	1.818.831	1.798.960	69.827	1.868.787
Atividades financeiras	57.018	-	57.018	6.813.973	208.626	7.022.599	6.870.990	208.626	7.079.617
Atividades imobiliárias	974	-	974	1.982.958	537.117	2.520.075	1.983.932	537.117	2.521.049
Outras atividades	1.071.202	100	1.071.303	1.768.380	84.996	1.853.375	2.839.582	85.096	2.924.678
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.507.919	24.125	2.532.044	177.442	198	177.640	2.685.361	24.323	2.709.685
Educação	3.744	-	3.744	150.596	3.501	154.097	154.339	3.501	157.840
Saúde e segurança social	2.038	-	2.038	431.397	7.794	439.191	433.435	7.794	441.229
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	11.507	12	11.520	1.051.174	193.187	1.244.361	1.062.681	193.199	1.255.881
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	28	74	102	28	74	102
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	17	-	17	9	-	9	26	-	26
	3.705.036	24.247	3.729.283	24.450.784	3.164.439	27.615.223	28.155.820	3.188.686	31.344.506
Particulares									
Habitação	-	-	-	30.155.533	1.121.570	31.277.102	30.155.533	1.121.570	31.277.102
Outros fins	-	-	-	1.235.382	123.992	1.359.374	1.235.382	123.992	1.359.374
	-	-	-	31.390.914	1.245.562	32.636.476	31.390.914	1.245.562	32.636.476
	3.705.036	24.247	3.729.283	55.841.698	4.410.001	60.251.699	59.546.734	4.434.248	63.980.982

	31-12-2012								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	-	-	-	342.884	19.989	362.873	342.884	19.989	362.873
Indústrias extrativas	-	-	-	82.900	7.637	90.537	82.900	7.637	90.537
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	692.448	47.151	739.599	692.448	47.151	739.599
Indústria têxtil	-	-	-	200.167	36.721	236.888	200.167	36.721	236.888
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	52.285	4.442	56.727	52.285	4.442	56.727
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	147.525	21.400	168.925	147.525	21.400	168.925
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	-	-	-	170.327	6.322	176.648	170.327	6.322	176.648
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	456.944	8	456.952	456.944	8	456.952
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	234.598	2.831	237.429	234.598	2.831	237.429
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	91.406	3.962	95.369	91.406	3.962	95.369
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	245.094	27.789	272.883	245.094	27.789	272.883
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	278.801	25.072	303.874	278.801	25.072	303.874
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	59.217	4.863	64.080	59.217	4.863	64.080
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	122.140	1.988	124.128	122.140	1.988	124.128
Fabrico de material de transporte	443	-	443	47.277	1.654	48.931	47.720	1.654	49.374
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	128.605	14.064	142.669	128.605	14.064	142.669
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	92	-	92	1.216.062	3.628	1.219.690	1.216.154	3.628	1.219.782
Construção	8	5	12	3.983.037	911.762	4.894.800	3.983.045	911.767	4.894.812
Comercio por grosso / retalho, reparação de automóveis, motociclos e bens pessoais e domésticos	47	-	47	1.863.293	219.868	2.083.161	1.863.339	219.868	2.083.207
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	159	-	159	620.407	73.106	693.513	620.566	73.106	693.672
Transportes, armazenagem e comunicações	50.138	-	50.138	1.579.931	32.921	1.612.852	1.630.069	32.921	1.662.991
Atividades financeiras	96.594	-	96.594	8.007.563	245.167	8.252.730	8.104.157	245.167	8.349.324
Atividades imobiliárias	1.253	-	1.253	2.335.866	638.037	2.973.904	2.337.120	638.037	2.975.157
Outras atividades	1.295.906	-	1.295.906	1.832.271	59.267	1.891.539	3.128.177	59.267	3.187.444
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.664.365	47.938	2.712.303	101.338	1.114	102.452	2.765.703	49.052	2.814.755
Educação	3.836	-	3.836	150.586	2.910	153.497	154.422	2.910	157.332
Saúde e segurança social	1.145	6.544	7.690	405.629	61.614	467.243	406.774	68.159	474.933
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	15.591	322	15.913	1.111.997	150.611	1.262.608	1.127.588	150.933	1.278.521
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	260	61	321	260	61	321
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	35	-	35	12	-	12	47	-	47
	4.129.612	54.809	4.184.421	26.560.871	2.625.960	29.186.832	30.690.484	2.680.769	33.371.253
Particulares									
Habitação	-	-	-	31.504.659	1.029.613	32.534.272	31.504.659	1.029.613	32.534.272
Outros fins	-	-	-	1.412.383	123.473	1.535.856	1.412.383	123.473	1.535.856
	-	-	-	32.917.042	1.153.086	34.070.128	32.917.042	1.153.086	34.070.128
	4.129.612	54.809	4.184.421	59.477.914	3.779.046	63.256.960	63.607.526	3.833.855	67.441.381

10. DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5.d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	31-12-2013							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				2.337	(5.629)	-	-	(3.292)
Compras	2.487.694	-	2.487.694					
Vendas	2.487.286	-	2.487.286					
FRA (forward rate agreements)	35.000	-	35.000	110	-	-	-	110
Swaps								
Swaps Cambiais				3.648	(33.470)	-	-	(29.822)
Compras	3.192.754	-	3.192.754					
Vendas	3.222.616	-	3.222.616					
Interest rate swaps e cross currency								
Interest rate swaps				1.078.222	(1.181.763)	43.399	(64.900)	(125.042)
Compras	51.134.456	580.224	51.714.680					
Vendas	51.147.748	597.109	51.744.857					
Swaps de Eventos de Crédito				915	(2.407)	-	-	(1.492)
Compras	108.009	-	108.009					
Vendas	79.383	-	79.383					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições longas	(99.740)	-	(99.740)					
Posições curtas	1.073.903	-	1.073.903					
Futuros de Cotações				398	(77)	-	-	321
Posições longas	11.875	-	11.875					
Posições curtas	(719)	-	(719)					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Posições longas	(35.559)	-	(35.559)					
Posições curtas	107.258	-	107.258					
Opções								
Divisas				1.075	(859)	-	-	216
Compras	105.275	-	105.275					
Vendas	103.106	-	103.106					
Cotações				294.012	(344.423)	-	-	(50.411)
Compras	1.262.938	-	1.262.938					
Vendas	1.229.309	-	1.229.309					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				117.898	(127.954)	-	-	(10.056)
Compras	2.186.249	-	2.186.249					
Vendas	2.413.672	-	2.413.672					
Outros	-	-	-	2.420	(4.639)	-	-	(2.219)
	122.252.513	1.177.333	123.429.846	1.501.035	(1.701.221)	43.399	(64.900)	(221.687)

	31-12-2012							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				1.972	(6.300)	-	-	(4.328)
Compras	604.505	-	604.505					
Vendas	604.234	-	604.234					
NDF's (Non Deliverable Forward)				-	(22)	-	-	(22)
Compras	25.814	-	25.814					
Vendas	7.362	-	7.362					
FRA (forward rate agreements)	5.000	-	5.000	75	-	-	-	75
Swaps								
Swaps Cambiais				559	(29.436)	-	-	(28.877)
Compras	1.798.301	-	1.798.301					
Vendas	1.826.374	-	1.826.374					
Interest rate swaps e cross currency								
Interest rate swaps				1.633.139	(1.709.414)	97.193	(84.479)	(63.560)
Compras	58.864.842	800.413	59.665.255					
Vendas	58.834.866	786.049	59.620.914					
Swaps de Eventos de Crédito				4.871	(11.726)	-	-	(6.855)
Compras	164.740	-	164.740					
Vendas	81.844	-	81.844					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições curtas	3.580.457	-	3.580.457					
Futuros de Cotações				-	(9)	-	-	(9)
Posições longas	4.877	-	4.877					
Posições curtas	763	-	763					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Posições longas	(170.307)	-	(170.307)					
Posições curtas	274.558	-	274.558					
Opções								
Divisas				517	(334)	-	-	184
Compras	960	-	960					
Vendas	953	-	953					
Cotações				282.685	(326.305)	-	-	(43.620)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				182.564	(194.472)	-	-	(11.907)
Compras	303.067	-	303.067					
Vendas	302.933	-	302.933					
Outros	-	-	-	1.273	(18.489)	-	-	(17.216)
	127.116.142	1.586.462	128.702.604	2.107.655	(2.296.505)	97.193	(84.479)	(176.136)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os instrumentos derivados reconhecidos em rubricas de "Ativos detidos para negociação", "Passivos detidos para negociação", "Derivados de cobertura - Ativo" e Derivados de cobertura - Passivo" incluem operações colaterizadas pela constituições de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura do justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre a Caixa e diversas instituições financeiras. Nessas datas, os saldos depositados pelas referidas instituições financeiras junto da Caixa e pela Caixa junto dessas mesmas instituições financeiras encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos - Recursos - conta caução" (Nota 23) e "Outros ativos - Devedores e outras aplicações - devedores diversos" (Nota 16), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de balanço de operações com instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo e justo valor negativo integralmente colaterizadas por depósitos caução ascende, respetivamente, a 948.537 mEuros e 1.487.531 mEuros.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nocional):

	31-12-2013					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	1.006.445	271.390	1.199.327	10.532	-	2.487.694
Vendas	1.006.158	271.304	1.199.292	10.532	-	2.487.286
FRA (forward rate agreements)	-	-	-	35.000	-	35.000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	2.918.549	31.610	218.643	23.952	-	3.192.754
Vendas	2.947.330	31.615	219.672	23.999	-	3.222.616
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps						
Compras	4.569.613	6.115.626	4.876.517	17.512.431	18.640.493	51.714.680
Vendas	4.571.604	6.115.907	4.879.632	17.521.008	18.656.706	51.744.857
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	10.000	-	-	98.009	-	108.009
Vendas	-	18.128	-	61.255	-	79.383
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	(74.820)	-	(24.920)	-	-	(99.740)
Posições Curtas	477.780	546.473	49.650	-	-	1.073.903
Futuros de Cotações						
Posições Longas	3.698	-	-	8.177	-	11.875
Posições Curtas	(719)	-	-	-	-	(719)
Outros Futuros						
Posições Longas	(21.100)	-	(14.459)	-	-	(35.559)
Posições Curtas	42.707	-	50.312	14.239	-	107.258
Opções						
Divisas e Cotações						
Compras	211.147	336.838	258.949	553.828	7.451	1.368.213
Vendas	223.405	366.225	298.902	437.218	6.665	1.332.415
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	97.500	145.000	420.127	1.438.875	84.747	2.186.249
Vendas	97.500	485.000	349.000	704.580	777.592	2.413.672
	18.086.797	14.735.116	13.980.644	38.453.635	38.173.654	123.429.846

	31-12-2012					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	298.557	83.365	204.495	18.088	-	604.505
Vendas	298.453	83.191	204.502	18.088	-	604.234
NDF's (No Deliverable Forward)						
Compras	25.814	-	-	-	-	25.814
Vendas	7.362	-	-	-	-	7.362
FRA (forward rate agreements)	-	-	-	5.000	-	5.000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	1.575.661	21.303	169.804	31.532	-	1.798.301
Vendas	1.602.144	21.324	172.324	30.582	-	1.826.374
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps						
Compras	5.416.398	5.129.761	8.008.363	24.458.892	16.651.840	59.665.255
Vendas	5.414.722	5.127.998	8.008.187	24.431.338	16.638.670	59.620.914
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	54.106	110.634	-	164.740
Vendas	-	-	-	81.844	-	81.844
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Curtas	1.448.791	99.628	2.032.038	-	-	3.580.457
Futuros de Cotações						
Posições Longas	4.877	-	-	-	-	4.877
Posições Curtas	763	-	-	-	-	763
Outros Futuros						
Posições Longas	(68.345)	(23.350)	(74.884)	(3.728)	-	(170.307)
Posições Curtas	108.007	33.401	129.422	3.728	-	274.558
Opções						
Divisas e Cotações						
Compras	568	392	-	-	-	960
Vendas	568	385	-	-	-	953
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	-	-	133	2.933	300.000	303.067
Vendas	-	-	-	2.933	300.000	302.933
	16.134.342	10.577.397	18.908.491	49.191.864	33.890.510	128.702.604

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais				
Instituições Financeiras	4.907.363	(3.740)	1.152.610	(4.597)
Clientes	67.617	448	56.129	269
	4.974.980	(3.292)	1.208.739	(4.328)
NDF's (No Deliverable Forward)				
Clientes	-	-	33.176	(22)
	-	-	33.176	(22)
FRA (forward rate agreements)				
Instituições Financeiras	35.000	110	5.000	75
Swaps				
Swaps Cambiais				
Instituições Financeiras	6.291.956	(29.876)	3.609.200	(28.940)
Clientes	123.414	54	15.475	63
	6.415.370	(29.822)	3.624.675	(28.877)
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				
Instituições Financeiras	101.293.086	(197.810)	117.738.834	(15.580)
Clientes	2.166.451	72.768	1.547.336	(47.980)
	103.459.537	(125.042)	119.286.170	(63.560)
Swaps de Eventos de Crédito				
Instituições Financeiras	187.392	(1.492)	246.584	(5.038)
Clientes	-	-	-	(1.817)
	187.392	(1.492)	246.584	(6.855)
Futuros				
Futuros de Taxa de Juro				
Em Bolsa	974.163	-	3.580.457	-
Clientes			-	-
	974.163	-	3.580.457	-
Futuros de Cotações				
Em Bolsa	11.156	321	5.641	(9)
	11.156	321	5.641	(9)
Outros Futuros				
Em Bolsa	71.699	-	104.251	-
	71.699	-	104.251	-
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	2.693.121	(41.288)	-	3.160
Clientes	7.507	(8.907)	1.913	(46.598)
Em Bolsa			-	-
	2.700.628	(50.195)	1.913	(43.438)
Taxa de Juro (Caps & Floors)				
Instituições Financeiras	4.584.200	26.374	600.000	42.292
Clientes	15.721	(36.430)	6.000	(54.199)
	4.599.921	(10.056)	606.000	(11.907)
Outros				
Instituições Financeiras	-	1.441	-	(17.216)
Clientes	-	(3.660)	-	-
	-	(2.219)	-	(17.216)
	123.429.846	**(221.687)**	**128.702.604**	**(176.136)**

11. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.6., a Caixa regista nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012						Saldo em 31-12-2013	
	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade Acumulada	Adições	Alienações e abates	Outras transferências e regularizações	Imparidade (Nota 21)	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade Acumulada
Ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis	370.843	(85.349)	158.565	(137.138)	4.644	(16.194)	396.914	(101.543)
Outros	950	-	-	-	(3)	-	947	-
	371.792	(85.349)	158.565	(137.138)	4.641	(16.194)	397.861	(101.543)

	Saldo em 31-12-2011						Saldo em 31-12-2012	
	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade Acumulada	Adições	Alienações e abates	Outras transferências e regularizações	Imparidade (Nota 21)	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade Acumulada
Ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis	320.915	(58.804)	134.088	(86.315)	2.156	(26.545)	370.843	(85.349)
Outros	950	-	-	-	-	-	950	-
	321.864	(58.804)	134.088	(86.315)	2.156	(26.545)	371.792	(85.349)

Nos exercícios de 2013 e 2012, as menos valias líquidas obtidas na alienação de imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito ascenderam a 24.269 mEuros e 15.298 mEuros, respetivamente (Notas 31 e 32), dos quais, no exercício de 2013, 7.183 mEuros relativos a encargos suportados com a manutenção dos referidos bens no período que decorre até à concretização da sua venda.

No registo dos resultados da alienação destes ativos, o valor acumulado de imparidades que lhe estejam diretamente afetas são revertidos por contrapartida de resultados do exercício, sendo o valor das mais ou menos valias na operação apuradas por comparação com o respetivo custo de aquisição.

12. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012									Saldo em 31-12-2013	
	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e imparidade acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre ativos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições líquidas de imparidade do exercício (Nota 21)	Vendas e abates líquidos	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e Imparidade Acumulada
Imóveis de serviço próprio											
Terrenos	77.912	-	-	-	-	(473)	-	-	-	77.439	-
Edifícios	399.741	(205.681)	-	-	-	(787)	(7.329)	773	-	398.020	(211.303)
Obras em imóveis arrendados	117.373	(73.187)	663	(36)	207	84	(7.251)	(3.840)		118.205	(84.192)
Outros imóveis	80	-	-	-	-	-	-	-	(80)	-	-
Equipamento											
Mobiliário e material de escritóri	63.770	(55.776)	515	(5)	-	46	(2.359)	-	(27)	62.238	(56.074)
Máquinas e ferramentas	12.809	(10.909)	293	(2)	-	-	(837)	-	(11)	13.064	(11.721)
Equipamento informático	120.711	(109.790)	7.239	(18)	90	76	(7.679)	-	(34)	144.455	(133.860)
Instalações interiores	316.709	(230.275)	4.990	(3)	1.997	973	(15.616)	(86)	(406)	323.406	(245.123)
Material de transporte	893	(692)	171	(3)	-	29	(93)	-	-	1.017	(712)
Equipamento de segurança	35.925	(29.665)	641	-	288	-	(2.573)	-	-	37.113	(32.497)
Outro equipamento	172	(166)	-	-	-	-	(3)	-	-	172	(169)
Ativos em locação financeira											
Imóveis	769	(151)	-	-	-	-	(12)	-	-	769	(163)
Equipamento	60.825	(51.775)	5	-	(373)	-	(5.597)	-	-	41.880	(38.795)
Ativos tangíveis em curso	8.115	-	3.020	(12)	(2.209)	(1.583)	-	-	-	7.331	-
Outros ativos tangíveis	11.408	(8.211)	16	-	-	(3)	(968)	-	-	11.424	(9.181)
	1.227.212	(776.278)	17.553	(79)	-	(1.638)	(50.316)	(3.153)	(558)	1.236.533	(823.791)

	Saldo em 31-12-2011									Saldo em 31-12-2012	
	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e imparidade acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre ativos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições líquidas de imparidade do exercício (Nota 21)	Vendas e abates líquidos	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e Imparidade Acumulada
Imóveis de serviço próprio											
Terrenos	77.557	-	-	-	-	427	-	-	(73)	77.912	-
Edifícios	398.728	(198.343)	-	-	-	869	(7.440)	561	(315)	399.741	(205.681)
Obras em imóveis arrendados	109.334	(67.580)	1.505	7	9.049	228	(7.841)	-	(517)	117.373	(73.187)
Outros imóveis	80	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-
Equipamento											
Mobiliário e material de escritóri	64.318	(54.061)	547	3	-	-	(2.796)	-	(16)	63.770	(55.776)
Máquinas e ferramentas	12.671	(10.234)	326	(1)	-	-	(863)	-	-	12.809	(10.909)
Equipamento informático	100.256	(88.133)	5.808	(3)	163	39	(7.172)	-	(38)	120.711	(109.790)
Instalações interiores	264.725	(214.416)	2.319	(1)	49.936	(207)	(16.039)	197	(79)	316.709	(230.275)
Material de transporte	925	(684)	25	(1)	-	39	(98)	-	(4)	893	(692)
Equipamento de segurança	34.630	(26.721)	1.303	-	-	-	(2.951)	-	(1)	35.925	(29.665)
Outro equipamento	172	(162)	-	-	-	-	(5)	-	-	172	(166)
Ativos em locação financeira								-			
Imóveis	769	(140)	-	-	-	-	(12)	-	-	769	(151)
Equipamento	77.328	(58.565)	490	-	(104)	(19)	(10.080)	-	-	60.825	(51.775)
Ativos tangíveis em curso	55.925	-	11.713	(1)	(59.044)	(478)	-	-	-	8.115	-
Outros ativos tangíveis	11.381	(7.377)	27	-	-	(7)	(827)	-	-	11.408	(8.211)
	1.208.800	(726.416)	24.063	3	-	891	(56.123)	758	(1.043)	1.227.212	(776.278)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a imparidade registada para perdas em outros ativos tangíveis ascende a 5.914 mEuros e 2.761 mEuros, respetivamente (Nota 21).

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Ativos intangíveis" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012							Saldo em 31-12-2013	
	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações	Adições	Transferências entre ativos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	575.469	(501.240)	10.514	32.287	-	(11)	(42.760)	618.161	(543.902)
Outros ativos intangíveis	696	(1)	17	-	127	-	(1)	840	(2)
Ativos intangíveis em curso	28.078	-	28.441	(32.287)	(3.214)	-	-	21.019	-
	604.243	(501.241)	38.972	-	(3.086)	(11)	(42.761)	640.020	(543.904)

	Saldo em 31-12-2011							Saldo em 31-12-2012	
	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações	Adições	Transferências entre ativos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	532.270	(453.581)	6.527	36.712	(10)	(20)	(47.670)	575.469	(501.240)
Outros ativos intangíveis	695	-	-	-	-	-	(1)	696	(1)
Ativos intangíveis em curso	36.196	-	29.189	(36.712)	(594)	-	-	28.078	-
	569.162	(453.582)	35.717	-	(604)	(20)	(47.671)	604.243	(501.241)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

Despesas com atividades de investigação e desenvolvimento

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 2.715 mEuros e 4.057 mEuros, respetivamente.

14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 21)	Valor de balanço	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 21)	Valor de balanço
Filiais								
Em instituições de crédito no estrangeiro								
Banco Caixa Geral, S.A.	99,79%	597.134	(248.753)	348.381	99,79%	597.134	(248.753)	348.381
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	99,43%	213.557	-	213.557	99,43%	213.557	-	213.557
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	91,60%	128.606	(19.146)	109.460	91,60%	128.606	(19.146)	109.460
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	99,91%	150.839	(58.126)	92.713	99,91%	150.839	-	150.839
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	70,00%	6.352	-	6.352	70,00%	6.352	-	6.352
CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	-	-	-	-	100,00%	15.905	-	15.905
Em outras empresas no País								
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	100,00%	1.240.761	-	1.240.761	100,00%	1.580.729	-	1.580.729
Parcaixa, SGPS, S.A.	51,00%	510.000	-	510.000	51,00%	510.000	-	510.000
Gerbanca, SGPS, S.A.	91,95%	63.340	-	63.340	91,95%	63.340	-	63.340
Partang, SGPS, S.A.	51,00%	53.248	-	53.248	51,00%	53.248	-	53.248
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	100,00%	27.683	-	27.683	100,00%	27.683	-	27.683
Caixa - Gestão de Ativos, S.A.	100,00%	10.350	-	10.350	100,00%	10.350	-	10.350
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.	80,00%	400	-	400	80,00%	400	-	400
Caixatec - Tecnologias de Comunicação, S.A.	100,00%	8	-	8	100,00%	8	-	8
Parbanca, SGPS, S.A.	10,00%	5	-	5	10,00%	5	-	5
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	90,00%	2.275	(2.275)	0	90,00%	2.275	(2.275)	-
Credip - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	-	-	80,00%	8.000	-	8.000
Wolfpart, SGPS, S.A.	100,00%	1.300	(1.300)	-	100,00%	1.300	(1.300)	-
Outras	-	19	(19)	-	-	19	(19)	-
Em outras empresas no Estrangeiro								
SCI – Rue du Helder	100,00%	9.583	(5.497)	4.086	100,00%	9.583	(5.497)	4.086
Inmobiliária Caixa Geral, S.A.U.	100,00%	60	(60)	-	100,00%	60	(60)	-
Associadas e empreendimentos conjuntos								
Em outras empresas no País								
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60%	12.969	-	12.969	21,60%	12.969	-	12.969
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	50,00%	12.952	-	12.952	50,00%	12.952	-	12.952
Prado Cartolinas da Lousã, S.A.	37,40%	6.178	-	6.178	37,40%	6.178	-	6.178
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	50,00%	4.467	-	4.467	50,00%	4.467	-	4.467
Companhia de Papel do Prado, S.A.	37,40%	2.533	(1.278)	1.255	37,40%	2.533	(1.278)	1.255
SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A.	10,00%	1.250	-	1.250	10,00%	1.250	-	1.250
Fundo Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	33,47%	125	-	125	33,47%	125	-	125
Bem Comum - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	32,00%	80	-	80	32,00%	80	-	80
Floresta Atlântica SGFII, S.A.	11,89%	51	-	51	11,89%	51	-	51
Gestínsua - Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário S.A.	21,06%	12	(5)	7	21,06%	12	(5)	7
YUNIT Serviços, S.A.	33,33%	3	-	3	33,33%	3	-	3
Em outras empresas no estrangeiro								
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	47,66%	21.726	(1.710)	20.016	47,66%	21.726	(8.424)	13.302
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	41,55%	6.847	(2.486)	4.361	41,55%	6.848	(2.486)	4.362
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	36,21%	1.326	(212)	1.114	36,21%	1.326	(212)	1.114
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.	27,00%	624	-	624	27,00%	624	-	624
IMOBCI	40,00%	144	(62)	83	40,00%	144	(62)	82
Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A.	-	-	-	-	49,99%	183.212	-	183.212
GCI - Capital de Risco	30,00%	66	(66)	-	30,00%	66	(66)	-
Outros								
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD - Caixa Capital	85,63%	318.606	(57.435)	261.171	85,63%	318.606	(37.609)	280.997
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	100,00%	200.000	(4.670)	195.330	-	-	-	-
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento	87,86%	101.243	-	101.243	87,86%	101.243	-	101.243
Caixa Crescimento FCR	100,00%	30.000	(21)	29.979	-	-	-	-
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	100,00%	25.000	(6.465)	18.535	100,00%	25.000	(4.101)	20.899
Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine - Caixa Capital	-	-	-	-	100,00%	100.000	(655)	99.345
Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR	-	-	-	-	100,00%	100.000	(2.031)	97.969
CGD Finance Limited	100,00%	1	-	1	100,00%	1	-	1
Caixa Geral Finance, Limited	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-	-
CGD - North America Finance	100,00%	-	-	-	100,00%	-	-	-
		3.761.722	(409.588)	3.352.134		4.278.809	(333.979)	3.944.830

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas filiais suprimentos e empréstimos subordinados para financiar as suas atividades, os quais se encontram registados em "Outros ativos" (Nota 16).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos durante os exercícios de 2013 e 2012, foram os seguintes:

Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A. (BPD)

O Banco para Promoção e Desenvolvimento foi constituído em 14 de fevereiro de 2011 mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca SGPS, S.A., a Caixa - Participações SGPS, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., tendo por objeto o exercício da atividade bancária com a latitude permitida pela lei.

O capital social do Banco ascendia a 45.900.000.000 Kwanzas, (correspondentes, na data da sua constituição, a USD 500.000.000), dos quais 2.594.481.000 Kwanzas realizados no ato do registo desta sociedade. A participação do Grupo Caixa no capital do BPD era de 50%, repartido entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

O montante da parcela não realizada do capital do BPD atribuível à Caixa em 31 de dezembro de 2012 ascendia a 171.838 mEuros considerando o câmbio de fecho nessa data (Nota 23).

Ainda em 31 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de compra e venda para alienação da participação detida pelas empresas do grupo CGD às entidades do grupo Sonangol Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol EP) e Sonip - Sonangol Imobiliária e Propriedades, LDA. (Sonip), por um montante global de USD 29.664.249, acordo este cuja concretização à data se encontrava pendente da obtenção das necessárias autorizações para transmissão de participações sociais e licença de exportação de capitais por parte do Banco Nacional de Angola.

Em resultado desta transação, concluída no decurso do primeiro semestre de 2013, a Caixa Geral de Depósitos reconheceu mais valias de 1.950 mEuros registadas em rubricas de "Resultados de reavaliação cambial - reavaliação da posição cambial " (Nota 29).

CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. e CGD - Sucursal Offshore de Macau, S.A.

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da reavaliação efetuada à configuração da presença mantida pela CGD na Região Administrativa Especial de Macau (REAM) através da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi decidido proceder à alteração da estrutura jurídica até então adotada, passando esta a assumir a forma de sucursal.

O pedido formulado ao Chefe do Executivo da REAM para o estabelecimento de uma instituição financeira offshore sob a forma de sucursal foi outorgado através da publicação da Ordem Executiva nº 7/2013, de 25 de janeiro, a qual veio simultâneamente revogar a autorização anteriormente concedida para o exercício de atividades financeiras offshore sob a forma de subsidiária.

Em resultado da obtenção das necessárias aprovações administrativas e legais, foram implementados os procedimentos necessários ao estabelecimento da nova unidade, em paralelo com o encerramento da subsidiária.

Desta forma, com data de 1 de fevereiro de 2013 (data de entrada em vigor da Ordem Executiva), a CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A. alienou ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos, S.A., pelo respetivo valor nominal, a totalidade dos seus ativos e passivos afetos à exploração da sua atividade comercial, incluindo direitos e obrigações sobre ela incidentes, independentemente da sua natureza. Estes foram na mesma data

transferidos para a sucursal, a qual assegurará a sua gestão no âmbito da prossecução dos seus objetivos.

O registo de dissolução da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi realizado em 4 de fevereiro de 2013, tendo a respetiva liquidação sido subsequentemente formalizada já no decorrer do mês de maio.

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Caixa Seguros e Saúde) e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)

Em 31 de maio de 2012 foi concretizada a fusão das seguradoras Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. e da Império Bonança - Companhia de Seguros S.A., tendo esta última sido incorporada na primeira. A fusão produziu efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2012. Na sequência desta operação verificou-se a alteração da denominação social da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. para Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. (Fidelidade) bem como o aumento do capital social desta entidade, de 400.000 mEuros para 520.000 mEuros.

Em junho de 2012, em resultado da deliberação do acionista Caixa Seguros e Saúde SGPS, S.A. o capital social da Fidelidade foi aumentado de 520.000 mEuros para 605.000 mEuros. Este aumento de capital social foi integralmente subscrito pela CGD, mediante conversão de empréstimos subordinados de igual montante concedidos a esta entidade, tendo a Caixa Seguros e Saúde abdicado do seu direito de preferência enquanto acionista único. Em resultado desta operação a CGD passou a deter uma participação direta de cerca de 14% no capital social da Fidelidade, reduzindo-se a participação da Caixa Seguros e Saúde para 86%. Esta participação foi posteriormente alienada pela CGD à Caixa Seguros e Saúde por um valor unitário de 5 euros por ação, ascendendo o montante global da transação a 85.000 mEuros (equivalente ao valor nominal do aumento de capital).

Ainda no decorrer do mês de junho de 2012, a Caixa Seguros e Saúde realizou um aumento de capital social no montante de 351.525 mEuros por contrapartida de um empréstimo subordinado e de suprimentos anteriormente concedidos pela CGD à sua subsidiária neste montante. Deste aumento de capital resultou a emissão de 175.762.460 ações com o valor nominal de 2 Euros cada, ascendendo o capital social da Caixa Seguros e Saúde nesta data a 799.925 mEuros, integralmente detido pela CGD.

Em julho de 2013, foi aprovado pela Caixa Seguros e Saúde, enquanto acionista único da Fidelidade, uma redução do seu capital social no valor de 223.850 mEuros. Em resultado desta operação o valor unitário das ações constituintes do capital social alterou-se de 5 Euros para 3,15 Euros, mantendo-se este representado por 121.000.000 ações..

Em setembro de 2013, a Comissão Executiva da Caixa Seguros e Saúde deliberou a redução do seu capital social no montante de 339.968 mEuros, integralmente realizado em dinheiro. O valor nominal unitário das ações representativas do capital social alterou-se de 2 Euros para 1,15 Euros. Em resultado desta redução o capital social da Caixa Seguros e Saúde ascende nesta data a 459.957 mEuros representativos de 399.962.460 ações integralmente detidas pela CGD.

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo, bem como os ganhos e perdas atuariais no ano corrente e nos 4 anos anteriores é analisado como segue:No quadro do processo de privatização em curso das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de Fevereiro de 2014, os contratos tendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited. Esta operação estava dependente da obtenção das decisões de não oposição a emitir pelas autoridades competentes, designadamente o Instituto de Seguros de Portugal, o qual deliberou não se

opor em 17 de abril de 2014. O acordo alcançado prevê a transferência de ações representativas do capital social e direitos de voto de 80% da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (podendo ir até 85%, considerando os resultados da oferta pública de venda de 5% do capital social e direitos de voto desta sociedade a realizar junto dos trabalhadores das empresas seguradoras), 80% da Cares – Companhia de Seguros, S.A. e 80% da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., pelo valor global de 1.000.000 mEuros. O preço de venda estabelecido como referência para a transação está ainda sujeito a ajustamentos decorrentes da variação patrimonial das referidas empresas seguradoras entre a data estabelecida no acordo e o termo do mês anterior à data da sua efetiva concretização.

Inmobiliária Caixa Geral, S.A.U. (Inmobiliaria Caixa Geral)

No decorrer do mês de Janeiro de 2012, a Sucursal da CGD em Espanha adquiriu pelo respetivo valor nominal ao Banco Caixa Geral, S.A., 600 ações, com um preço unitário de 10 Euros cada, da sociedade Inmobiliária Caixa Geral, representativas da totalidade do seu capital social.

Já no decorrer do mês de dezembro de 2012, a Sucursal da CGD em Espanha, na sequência da deliberação do acionista, subscreveu na sua totalidade o aumento de capital da Inmobiliária de 6 mEuros para 60 mEuros, tendo igualmente esta sociedade alterado a sua forma legal de responsabilidade limitada para sociedade anónima unipessoal.

De referir que na data da transmissão desta participação pelo Banco Caixa Geral à Sucursal, foram igualmente cedidos a esta entidade os direitos creditórios inerentes a empréstimos concedidos à Inmobiliária no montante global de 65.714 mEuros. Os referidos créditos foram subsequentemente reforçados em 2.500 mEuros, encontrando-se os valores em dívida registados em rubricas de “Outros ativos – devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 16).

Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)

No decorrer do exercício de 2012, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, o BNU realizou um aumento de capital no valor de 1.600.000 milhares de Patacas, integralmente subscrito e realizado pela CGD. Em resultado desta transação a participação detida pela Caixa no capital social do BNU Macau aumentou para 99,43%.

Banco Nacional de Investimento, S.A. (BNI)

O Banco Nacional de Investimento, S.A. foi constituído em 14 de junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique através da Direção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Banco Comercial e de Investimentos, SARL, tendo por objeto o exercício da atividade bancária na área da banca de investimento. O Grupo Caixa detinha uma participação direta de 50,5% do capital social do BNI titulada em 49,5% pela CGD e 1% pelo Banco Comercial de Investimentos, SARL.

No decorrer do segundo semestre de 2012 a CGD alienou a sua participação de 49,5% no capital social do BNI ao IGEPE - Instituto de Gestão de Participações do Estado pelo montante global de 1.067.255 mMZN, tendo em resultado desta operação reconhecido menos valias de aproximadamente 3.587 mEuros, das quais 2.515 mEuros registadas em rubricas de "Resultados de reavaliação cambial - reavaliação da posição cambial" e 1.072 mEuros em "Resultados da alienação de outros ativos".

Do montante global da transação, a CGD recebeu à data da sua efectivação 450.000 mMZN, sendo o remanescente devido em três prestações iguais, anuais e sucessivas, a primeira, no prazo de um ano a contar da data do contrato.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento (FIIAH – Caixa Arrendamento)

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da deliberação dos participantes do Fundo, a CGD procedeu à subscrição de 34.617 novas unidades de participação pelo montante global de 34.999 mEuros (integralmente realizado em numerário), tendo em resultado desta transação reforçado a percentagem que detinha nessa data no capital do FIIAH - Caixa Arrendamento para 87,86%.

Credip - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Credip)

Em Assembleia Geral realizada a 16 de setembro de 2013, foi aprovado o relatório do encerramento na liquidação da Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A. com referência a 31 de julho de 2013. O ativo líquido da sociedade apurado nesta data no valor de 11.778 mEuros foi distribuído aos seus acionistas na respetiva proporção do seu capital social (9.422 mEuros e 2.356 mEuros, respetivamente). Na sequência da liquidação, a CGD apurou uma mais valia de 1.421 mEuros (Nota 31).

Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos

Em 15 de outubro de 2013, o Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR, constituído em 16 de agosto de 2011, com um capital inicial de 100.000 mEuros, representado por 100.000 Unidades de Participação incorporou por fusão o Fundo Mezzanine, FCR, tendo nessa data alterado a sua designação para Fundo Caixa Fundos, FCR.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital do Fundo ascende a 199.357 mEuros integralmente subscrito pela CGD, estando realizados 44.357 mEuros representativos de 335.600 Unidades de participação (Nota 23).

O fundo destina-se a exercer a atividade de capital e risco com a realização de investimentos em fundos de investimento, ativos de capital de risco e sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização.

Caixa Crescimento FCR

O Fundo Caixa Crescimento, FCR foi constituído em 28 de junho de 2013, com um capital inicial de 30.000 mEuros, representado por 30.000 Unidade de Participação com um valor nominal de 1.000 Euros, cada.

O Fundo destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em PME ou sociedades com sede em Portugal e grau de capitalização médio que necessitem de financiar os respetivos planos de investimento com vista a reforçar a capacidade produtiva, expandir para novos mercados, sustentar estratégias de crescimento ou reforçar necessidades estruturais de financiamento do ciclo de exploração.

Em 31 de dezembro de 2013, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados 5.000 mEuros (Nota 23).

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	95.114	28.143
Outros	2.809	4.140
	97.923	32.283
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	2.586	2.608
	95.337	29.675
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	1.250.904	1.121.989
Por prejuízos fiscais reportáveis	143.324	29.234
	1.394.228	1.151.223
Passivos por impostos diferidos	57.165	74.401
	1.337.063	1.076.822

O imposto sobre o rendimento a recuperar inclui o valor a receber pela CGD no âmbito do Regime Especial de Tributação de Sociedades (RETGS).

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 31-12-2013
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	27.559	-	(771)	-	26.789
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	915.826	-	200.369	7.068	1.123.263
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 25)	76.586	(62.099)		-	14.486
Prejuízos fiscais reportáveis	29.234		114.090	-	143.324
Benefícios dos trabalhadores	32.626	3.234	-	(1.786)	34.074
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(4.566)	-	216	-	(4.351)
Outros	(442)	-	(80)	-	(522)
	1.076.822	(58.865)	313.824	5.282	1.337.063

	Saldo em 31-12-2011	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 31-12-2012
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	11.303	-	16.256	-	27.559
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	665.416	-	243.801	6.609	915.826
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 25)	589.423	(512.837)	-	-	76.586
Prejuízos fiscais reportáveis	56.986	-	(27.752)	-	29.234
Benefícios dos trabalhadores	26.482	7.897	-	(1.754)	32.626
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(4.945)	-	379	-	(4.566)
Outros	(449)	-	7	-	(442)
	1.344.216	(504.940)	232.690	4.855	1.076.822

Os impostos sobre lucros registados diretamente por contrapartida de capital próprio nos exercícios de 2013 e 2012 apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Impostos diferidos		
Valorização de ativos financeiros por contrapartida de reservas de reavaliação	(62.099)	(512.837)
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego	3.234	7.897
	(58.865)	(504.940)
Impostos correntes		
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego		
- Responsabilidades com pensões	-	2.801
- Plano médico e outros benefícios pós-emprego	7.068	6.609
	7.068	9.411
Amortização do impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego (exercício de 2011)	(1.786)	(1.754)
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego	5.364	662
	10.646	8.319

No decorrer do exercício de 2011 a Caixa procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

De referir que ao abrigo do artigo 183º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro), as variações patrimoniais negativas decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores não concorrem para os limites previstos nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, sendo considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os encargos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Impostos correntes		
Do exercício, do qual		
Atividade individual da Caixa	11.844	26.046
Perímetro RETGS	(56.971)	(5.294)
	(45.128)	20.752
Contribuição sobre o sector bancário	23.198	27.518
Correções a exercícios anteriores	(18.379)	(7.743)
	(40.309)	40.527
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(199.734)	(260.443)
Prejuízos fiscais reportáveis		
Atividade individual da Caixa	(165.851)	27.752
Perímetro RETGS	51.761	-
	(114.090)	27.752
	(313.824)	(232.690)
Total de impostos em resultados	(354.133)	(192.163)
Resultado antes de impostos	(1.444.648)	(871.230)
Carga fiscal	24,51%	22,06%

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica “Impostos correntes - Imposto sobre o resultado" inclui correções de exercícios anteriores com a seguintes composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2012 e 2011)	(16.132)	(881)
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	(2.190)	(6.836)
Outros	(57)	(26)
	(18.379)	(7.743)

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos/ (proveitos) com impostos sobre lucros nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(1.444.648)		(871.230)
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,35%	(424.004)	28,84%	(251.263)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de participadas	0,17%	(2.447)	1,63%	(14.168)
Mais valias isentas de tributação	0,84%	(12.201)	1,75%	(15.208)
Provisões não aceites	0,89%	(12.821)	0,00%	-
Outras	0,07%	(1.055)	0,21%	(1.795)
Diferenças definitivas a acrescer:				
Provisões não aceites	0,00%	-	(1,13%)	9.870
Outras	(0,22%)	3.129	(0,10%)	838
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	(0,60%)	8.642	(1,96%)	17.039
Reconhecimento de imparidade em participações financeiras	(1,67%)	24.183	(3,57%)	31.063
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	0,15%	(2.189)	0,27%	(2.364)
Tributação autónoma	(0,17%)	2.520	(0,15%)	1.316
Contribuição sobre o sector bancário	(1,61%)	23.198	(3,16%)	27.518
Encargos / (rendimentos) resultantes da aplicação do REGTS, imputáveis à sociedade dominante	0,89%	(12.892)	1,11%	(9.648)
Diferencial de taxa de imposto aplicável ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis (*)	(3,66%)	52.886	0,00%	-
Anulação de prejuízos fiscais não recuperáveis originados no exercício de 2010	(1,39%)	20.129	0,00%	-
Outros	0,31%	(4.437)	(0,91%)	7.909
	23,35%	(337.360)	22,83%	(198.893)
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	1,16%	(16.717)	(0,78%)	6.756
Outras	0,00%	(57)	0,00%	(26)
	24,51%	(16.774)	22,06%	6.730
	24,51%	**(354.133)**	**22,06%**	**(192.163)**

(*) O reconhecimento de impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis na atividade doméstica é efetuado considerando uma taxa nominal de impostos de 23%, não incluindo Derrama Estadual e Municipal

Nos exercícios de 2013 e 2012, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de derrama aplicáveis à sua atividade foi de 29,35% e 28,84% respetivamente.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD pondera o agravamento da derrama municipal e da derrama estadual que incidem sobre o lucro tributável. Relativamente à derrama estadual será de referir a alteração da redação do artigo 87º-A do CIRC, introduzida pela Lei nº2 /2014, de 16 de janeiro (Lei da Reforma do IRC), a qual no seu número 1 prevê (para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014) a aplicação das seguintes taxas sobre a parte do lucro tributável a enquadrar nos seguintes intervalos:

- na parte que exceda 1.500 mEuros e até 7.500 mEuros, a taxa a aplicar será de 3%;

- na parte que exceda 7.500 mEuros e até 35.000 mEuros, a taxa a aplicar será de 5%;

- na parte que exceda 35.000 mEuros a taxa a aplicar será de 7%;

Adicionalmente, as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2014, vieram igualmente atualizar a taxa nominal de IRC aplicável ao rendimento tributável (com as exceções previstas na legislação em vigor), a qual decresce de 25% para 23%.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos nas demonstrações financeiras da Caixa ascendia a 143.324 mEuros. No decorrer de 2013 a Caixa anulou ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis apurados no exercício de 2010 no montante de

20.129 mEuros, dado ter entendido como remota a sua recuperabilidade até ao final do período regulamentar disponível para o efeito (final de 2014).

De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais originados em 2013 poderão ser recuperados num máximo de cinco anos após o seu apuramento. Contudo, com referência aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

Decorrente das disposições previstas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, a Caixa reconheceu nos exercícios de 2013 e 2012 um custo de 23.198 mEuros e 27.518 mEuros, respetivamente, relativo aos encargos com este tributo. A base de incidência desta contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre os passivos da instituição, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o imposto a pagar pode ser demonstrada como se segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Imposto corrente do exercício	(45.128)	20.752
Pagamentos por conta	(18.865)	(21.454)
Retenções na fonte	(19.151)	(18.252)
Transferência de imposto corrente para reservas	(6.967)	(2.416)
Transferência de imposto corrente para resultados transitados	-	(2.801)
Outros	(5.226)	(5.504)
Imposto sobre o rendimento a pagar / (recuperar)	(95.337)	(29.675)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos (exceto em em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável. Considerando que os exercícios de 2010 e 2011 já foram objeto de inspeção pelas autoridades fiscais, permanecem ainda em aberto para revisão os exercícios de 2012 e 2013. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

16. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Outros ativos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.154	3.206
Outros	5.242	5.242
Devedores e outras aplicações		
Suprimentos	606.570	449.169
Empréstimos subordinados	282.829	260.726
Valores a receber pela venda da EDP	481.456	460.724
Devedores diversos	1.208.435	1.454.383
Bonificações a receber:		
- Do Estado	32.727	42.433
- De outras entidades	11.627	11.263
Valores a receber pela venda de bens arrematados	27.145	10.818
Devedores por operações sobre futuros	27.457	22.680
Sector público administrativo	2.120	1.020
Outros devedores vencidos	56.967	15.760
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Fundo de pensões (Nota 34)	-	19.225
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões (Nota 34)	22.491	44.982
Rendas	4.253	4.616
Outros	8.153	6.374
Rendimentos a receber	24.140	37.302
Operações ativas a regularizar	124.332	139.634
	2.929.098	2.989.558
Imparidade e provisões (Nota 21)	(309.224)	(219.732)
	2.619.874	2.769.826

O movimento na imparidade e provisões para outros ativos durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 21.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 928.104 mEuros e 1.086.542 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução da Caixa em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da

realização de operações de cedência de liquidez colaterizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de "Swaps de taxa de juro" ("IRS") com essas entidades.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 50.282 mEuros, relativos a depósitos caução constituídos pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 36.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de "Outros ativos – devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 67.214 mEuros e 65.714 mEuros, respetivamente, relativos a empréstimos concedidos à Inmobiliária Caixa Geral, S.L., pela Sucursal da CGD em Espanha. De forma a reflectir perdas potenciais na realização destes créditos resultantes da pronunciada deterioração observada nos imóveis geridos por esta sociedade, encontram-se reconhecidas nas referidas datas imparidades acumuladas de 39.283 mEuros e 33.652 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Devedores e outras aplicações - Outros devedores vemcidos", inclui 22.487 mEuros relativos a saldos em dívida pela execução de garantias prestadas a clientes, para as quais foi constituída imparidade de igual montante.

Os suprimentos e empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Suprimentos		
Wolfpart, SGPS, S.A.	290.826	135.326
Gerbanca, SGPS, S.A.	87.732	87.732
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	86.000	86.000
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	45.573	45.573
Moretextile, SGPS, S.A.	34.062	33.105
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A.	25.977	25.977
Parbanca, SGPS, S.A.	14.854	15.192
Outros	21.546	20.264
	606.570	449.169
Empréstimos subordinados		
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A.	165.500	125.500
BNU Macau, S.A.	81.714	85.448
Banco Caixa Geral, S.A.	31.050	31.050
BCI Moçambique, S.A.R.L.	4.565	4.772
CGD Macau, S.A.	-	13.956
	282.829	260.726

Os suprimentos concedidos à Gerbanca, SGPS, S.A. não vencem juros e destinaram-se a financiar a aquisição do Caixa – Banco de Investimento, S.A.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros com vencimento em 30 de junho de 2014. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses

acrescida de um *spread* de 0,75%, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano;

- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2012 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial do empréstimo, tendo a taxa sofrido um incremento de *spread* de 2% e 3% até 31 de dezembro de 2012 e 30 de setembro de 2013, respetivamente. No segundo semestre de 2013 as partes contraentes celebraram novo aditamento ao contrato de suprimentos, no âmbito do qual foi estabelecida a porrogação do prazo de vencimento por mais um ano não havendo outras alterações nos termos e condições em vigor.

Os suprimentos concedidos à Wolfpart, SGPS, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimentos no montante de 31.926 mEuros, concedidos a esta sociedade com o objetivo financiar os investimentos realizados pela sua participada Vale de Lobo, S.A. no decorrer de 2006, assim como a aquisição de 25% do capital das sociedades "Torre de Colombo Oriente – Imobiliária, S.A." e "Torre de Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A." em 2007. Estes suprimentos não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido;

- Suprimentos no montante de 28.000 mEuros, concedidos a esta sociedade no exercício de 2010 e reforçados em 5.900 mEuros no decorrer do primeiro semestre de 2011 para fazer face às necessidades de financiamento dos investimentos realizados pela sua participada Caixa Imobiliário, S.A.. Estes suprimentos não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido;

- Suprimento no montante de 10.000 mEuros, concedido no decorrer do primeiro semestre de 2013 para a realização de aumento de capital do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Beirafundo. Este suprimento vence juros anuais à taxa Euribor a 12 meses sendo devidos, conjuntamente com o reembolso do capital no prazo de 1 ano e 1 dia após a data da sua contratação;

- Suprimento no montante de 69.500 mEuros, concedido no decorrer do segundo semestre de 2012 e reforçado em 145.500 mEuros no decorrer de 2013 para apoiar financeiramente o desenvolvimento da atividade da sua participada Caixa Imobiliário, S.A.. Em resultado do reforço deste financiamento, as partes acordaram em prorrogar o prazo de vencimento inicial de um ano, por igual período, mantendo-se todas as restantes condições em vigor. Estes suprimentos vencem juros anuais à taxa Euribor a 12 meses sendo devidos, conjuntamente com o reembolso do capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os suprimentos concedidos a esta sociedade apresentam imparidades acumuladas no valor de 137.354 mEuros e 78.420 mEuros, respetivamente. Estas imparidades pretendem refletir as perdas esperadas nestes ativos em face das exposições detidas no setor imobiliário quer pela Wolfpart diretamente, quer através das suas participadas Caixa Imobiliário,S.A. e Vale do Lobo, S.A.

No exercício de 2008, foram concedidos suprimentos não remunerados à Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A. no valor de 29.538 mEuros para aquisição de um imóvel em Espanha, os quais foram posteriormente reforçados em 5.513 mEuros. Ainda no exercício de 2008 foi autorizada a concessão de suprimentos adicionais até ao montante de 21.000 mEuros, dos quais, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 se encontravam utilizados 12.772 mEuros. No decorrer do exercício de 2012 a CGD realizou prestações suplementares não remuneradas no montante de 2.250 mEuros junto desta sociedade por transformação de suprimentos concedidos, permitindo assim o reforço dos seus capitais próprios. Não obstante, e

considerando os impactos no seu balanço das desvalorizações reconhecidas nos investimentos imobiliários geridos por esta sociedade, nos exercícios de 2013 e 2012, a Caixa entendeu reconhecer imparidades para fazer face a perdas potenciais nestas operações no valor inicial de 18.208 mEuros, posteriormente reforçado em 6.679 mEuros em 2013.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A. (entidade constituída em resultado desta operação), suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. No exercício de 2011 a Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 22.299 mEuros, tendo este valor sido reforçado em 10.228 mEuros e 1.662 mEuros, respetivamente, no decorrer de 2012 e 2013.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. não são remunerados e destinaram-se essencialmente a financiar a aquisição de ações da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A., da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S.A. e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, S.A.

Os suprimentos concedidos à Parbanca, SGPS, S.A. destinaram-se a financiar esta sociedade em aumentos de capital efetuados pelo Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. (BCI), bem como a aquisição no decurso do exercício de 2007 de 9% do capital social do BCI, na sequência da qual a Parbanca, SGPS, S.A. passou a deter 51% do capital social do Banco.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Empréstimo subordinado no valor de 40.000 mEuros concedido em dezembro de 2004 e com um prazo inicial de reembolso de 10 anos, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%;
- Empréstimo subordinado no valor de 50.000 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2008 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses;
- Empréstimo subordinado no montante de 35.500 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2011 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%;
- Empréstimo subordinado no montante de 40.000 mEuros concedido em junho de 2013 com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor 3 meses adicionada de um *spread* de 0.30%.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral, S.A. têm vencimento a partir de 2024 e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

Os empréstimos subordinados concedidos à CGD Macau, S.A. apresentavam o seguinte detalhe:

- Empréstimo subordinado no montante de 120.000.000 de Patacas remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses. Em 31 de dezembro de 2012 procedeu-se a uma amortização antecipada no valor de 24.000.000 de Patacas, reduzindo-se o saldo desta operação para 96.000.000 de Patacas (9.114 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2012);
- Empréstimo subordinado no montante de 51.000.000 de Patacas (4.842 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2012), remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses.

Estes empréstimos foram integralmente reembolsados em janeiro de 2013 na sequência da transformação desta sociedade em sucursal (Nota 14).

O empréstimo subordinado ao BCI Moçambique no montante de 6.296.296 USD (4.565 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2013) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 30 de julho de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à Libor a 3 meses adicionada de um *spread* de 3%. O pagamento dos juros é efetuado trimestral e postecipadamente, em 30 de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

No decorrer de 2012 foi concedido um empréstimo subordinado ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. no montante de 900.000.000 de Patacas (81.714 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2013), o qual é remunerado a uma taxa de juro variável Hibor a 6 meses para dólares de Hong Kong acrescida de 2,75%. Este empréstimo tem um prazo de vencimento de 10 anos, encontrando-se previsto nos termos do contrato, a realização de amortizações parciais de 20% ao ano nos últimos 5 anos de vida útil da operação.

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Recursos de bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
No país	219	150
No estrangeiro	79.020	51.308
Empréstimos		
No estrangeiro	4.750.000	6.950.000
Juros a pagar	63.947	55.981
	4.893.186	7.057.438
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	972.294	1.289.697
De instituições de crédito no estrangeiro	3.152.883	3.815.201
Operações de venda com acordo de recompra	624.648	447.600
Recursos do mercado monetário interbancário	36.830	75.416
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	192.118	154.995
De instituições de crédito no estrangeiro	161.556	152.576
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	23.211	39.108
Despesas com encargos diferidos	(351)	(381)
Juros a pagar	31.213	71.544
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	203	121
	5.194.605	6.045.877

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Empréstimos no estrangeiro” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por títulos de dívida e emissões de papel comercial da carteira da Caixa. Estes ativos não estão disponíveis para livre circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 36).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pela Caixa com diversas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 7). As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) ou acordos bilaterais de cedência de liquidez, no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas

entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Depósitos de poupança	1.752.332	1.976.279
Outros débitos		
À vista	15.548.808	15.110.567
A prazo		
Depósitos	39.849.765	39.345.380
Depósitos obrigatórios	305.198	317.180
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	-	751.396
Cheques e ordens a pagar	51.743	41.201
Empréstimos	68.369	101.614
Outros	281	7.832
	57.576.497	57.651.449
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	18.439	37.979
Juros a pagar	555.225	575.072
Receitas e encargos diferidos, líquidos	(17.518)	(16.657)
	58.132.643	58.247.843

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, referia-se exclusivamente a contratos celebrados com a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. Estes contratos previam a realização de operações de venda de instrumentos financeiros com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos com acordo de revenda. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de balanço das correspondentes operações de compra com acordo de revenda ascendia a 750.437 mEuros (Nota 9).

Os instrumentos financeiros cedidos com acordo de recompra por um preço previamente fixado não são desreconhecidos de balanço, permanecendo classificados e valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato. Em 31 de dezembro de 2012, os ativos cedidos à Fidelidade no âmbito contrato de venda com acordo de recompra celebrado com esta entidade correspondiam essencialmente a instrumentos de dívida e a unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, ascendendo o seu valor de balanço nessa data a 995.860 mEuros.

19. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	124.402	1.025.749
- Remuneração indexada a ações / índices	114.000	266.220
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	420.236	712.708
- Taxa de juro fixa	3.397.878	5.000.279
	4.056.516	7.004.957
Obrigações hipotecárias	3.736.100	3.001.450
Obrigações sobre o setor público	622.700	622.700
Outros		
Emissões no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper		
- Papel Comercial	20.976	636.000
Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper and Certificate Deposits		
Outros certificados de depósito	-	22.738
	20.976	658.738
	8.436.292	11.287.845
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	9.880	21.855
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(12.162)	(18.753)
Juros a pagar	191.569	257.728
	8.625.579	11.548.675

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados da dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
EMTN	15.388	127.395
Obrigações hipotecárias	3.700.000	4.843.550
Obrigações sobre o setor público	135.450	235.450
Outras obrigações de caixa	3.600.000	4.600.000
	7.450.838	9.806.395

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1.800.000 mEuros e 2.800.000 mEuros, respetivamente, com as seguintes condições:

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e têm vencimento em 19 de julho de 2014;

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e têm vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões obedecem às disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro e nº 946/2010, de 22 de setembro. As emissões foram integralmente recompradas pela Caixa e encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10.000.000.000 Euro Commercial Paper and Certificate of Deposits”, a CGD (diretamente ou através da Sucursal de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, atualmente até ao montante máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 7.436.100 mEuros e 7.845.000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 31-12-2013	Taxa em 31-12-2012
	31-12-2013	31-12-2012						
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche	1.256.450	2.000.000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*)	900.000	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	0,377%	0,477%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	0,344%	0,236%
Hipotecárias Série 6 2008/2016 (*)	200.000	200.000	27-02-2008	29-02-2016	Semestralmente nos dias 27 de fevereiro e 27 de agosto	Taxa Euribor 6meses + 0,16%	0,504%	0,724%
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150.000	150.000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses - 0,012%	0,265%	0,171%
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150.000	150.000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	20.000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Serie 9 15/09/2016	175.000	175.000	08-10-2009	15-09-2016	Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,575%	0,916%	1,068%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	994.450	1.000.000	27-01-2010	27-01-2020	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 12 2011/2021 FRN (*)	350.000	750.000	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,975%	0,949%
Hipotecárias Série 13 2011/2021 FRB (*)	750.000	750.000	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,975%	0,949%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*)	1.500.000	1.500.000	31-07-2012	31-07-2022	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,978%	0,946%
Hipotecárias Série 15 2013/2018	740.200	-	18-01-2013	18-01-2018	Anualmente no dia 18 de janeiro	Taxa Fixa	3,750%	-
	7.436.100	7.845.000						

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a 9.945.587 mEuros e 10.932.732 mEuros, respetivamente (Nota 9).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 124.380 mEuros e 128.247 mEuros, respetivamente (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2013, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações Hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch são Baa3 e BBB, respetivamente.

(iv) Obrigações sobre o Setor Público

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e outras categorias limitadas de ativos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o setor público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às obrigações sobre o setor público em circulação, deverá representar no mínimo 106,5% do valor nominal global das referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal de obrigações sobre o Setor Público emitidas pela Caixa ascendia a 800.000 mEuros e 900.000 mEuros, respetivamente, resultante de uma emissão efetuada em 21 de julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao setor público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a 1.215.109 mEuros e 1.418.068 mEuros, respetivamente (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2013, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações sobre o setor público pelas agências Moody's e Fitch são Baa3 e BBB-, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	31-12-2013						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	78.000	78.280	1.534.109	1.690.389	-	622.700	2.313.089
De 1 a 5 anos	36.000	193.750	1.736.853	1.966.603	2.471.650	-	4.438.253
De 5 a 10 anos	-	23.202	241.318	264.520	1.244.450	-	1.508.970
Mais de 10 anos	-	125.004	10.000	135.004	20.000	-	155.004
	114.000	420.236	3.522.280	4.056.516	3.736.100	622.700	8.415.316

	31-12-2012						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	140.220	214.148	2.179.936	2.534.304	-	-	2.534.304
De 1 a 5 anos	126.000	268.740	3.584.988	3.979.727	1.731.450	622.700	6.333.877
De 5 a 10 anos	-	42.328	251.104	293.432	1.250.000	-	1.543.432
Mais de 10 anos	-	187.493	10.000	197.493	20.000	-	217.493
	266.220	712.708	6.026.028	7.004.957	3.001.450	622.700	10.629.107

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

20. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Em novembro de 2003 e novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte das suas carteiras de créditos hipotecários no montante de 1.000.000 e 5.345.504 mEuros, respetivamente, através de duas operações de titularização. As principais condições destas operações são apresentadas de seguida:

Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº1

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Mortgages 2003-1, FTC ("Nostrum Mortgages FTC" ou "Fundo"). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a CGD não detém qualquer participação direta ou indireta. A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao Nostrum Mortgages FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida acrescida dos juros corridos, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Mortgages 2003-1 PLC (Nostrum Mortgages PLC), com sede na Irlanda.

Na data da distribuição de rendimentos das unidades de titularização, o Nostrum Mortgages FTC entrega todos os montantes recebidos da Caixa ao Nostrum Mortgages PLC, deduzidos das despesas e comissões suportadas, efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, o Nostrum Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating (**)			Data de reembolso	Data do reembolso antecipado (*)	Remuneração	
		Moody's	Fitch	S&P			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	980.000	Ba2	A	BBB	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 0,21%	Euribor 3 m + 0,42%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	5.000	B3	A	B	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	15.000	Caa1	BBB+	B-	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 1,1%	Euribor 3 m + 2,20%
	1.000.000							
Class D Mortgage Backed Securities Entitlement Notes due 2046	4.000	na	na	na			Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.004.000							

(*) Opção não exercida
(**) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 15 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Mortgages PLC celebrou um swap de taxa de juro, nos termos do qual o veículo entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante correspondente à aplicação da taxa de juro média da carteira de crédito ao valor dos créditos em situação regular no início de cada período, deduzida de 0,65%, e recebe um montante equivalente aos juros a pagar das obrigações.

Adicionalmente, a Caixa tem a opção de recomprar a carteira de crédito quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Mortgages PLC tem a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, de forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida pela Caixa, e encontra-se registada na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

A remuneração das obrigações Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de servicer, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B e C;
- Pagamentos líquidos do swap.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Mortgages PLC, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira de crédito.

Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº2

Em 5 de novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). A transmissão dos créditos foi efetuada nessa data pelo respetivo valor nominal, acrescido de juros a receber e deduzido de outros encargos associados à operação, tendo o valor global da operação ascendido a 5.349.775 mEuros.

A Tagus é uma sociedade de titularização de créditos, propriedade do Deutsche Bank (Portugal) S.A., que por sua vez é propriedade integral do Deutsche Bank Aktiengesekkschaft, não detendo a CGD qualquer participação direta ou indireta nesta entidade.

A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, ficando a seu cargo a administração da relação com os clientes, o recebimento dos montantes de capital e juros ao abrigo dos créditos contratados, a determinação das taxas de juro aplicáveis e procedimentos de resgate de possíveis montantes em incumprimento relativos aos créditos da carteira transferida. Os montantes recebidos pela CGD são entregues à Tagus num período que não deverá exceder 5 dias úteis de acordo com os termos definidos para a transação.

Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações com um valor nominal de 5.429.950 mEuros, as quais foram integralmente subscritas pela CGD, encontrando-se registadas como ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6). As obrigações foram emitidas com diferentes níveis de subordinação, de rating e, consequentemente, com diferentes remunerações associadas, e apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating (*)		Maturidade	Remuneração
		Moody's	Fitch		
Class A Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	4.008.800	Baa3	A	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,20%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	1.336.250	na	na	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,30%
	5.345.050				
Class C Securitization Notes due 2065	84.900	na	na	20 de maio de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	5.429.950				

(*) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 20 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em cada data de pagamento de juros, a Tagus tem a faculdade de proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efetuada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das Notas.

Para cobertura do risco de taxa de juro associado à transação, a Tagus contratou um swap de taxa de juro, nos termos do qual o veículo entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado em função dos juros efetivamente recebidos no âmbito da carteira de crédito titularizados no decurso do período em análise, e recebe um montante calculado com referência à Euribor 3 meses, adicionada do *spread* médio da carteira de crédito calculada para o período de juros relevante e de uma margem adicional de 0,6%.

Movimento nos créditos

O movimento ocorrido no valor dos ativos cedidos nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Nostrum Mortgages nº1	Nostrum Mortgages nº2	Total
Saldos em 31-12-2011	429.069	5.055.709	5.484.778
Vendas de novos créditos	656	22.467	23.123
Reembolsos	(39.377)	(144.783)	(184.160)
Recompras	-	(41.508)	(41.508)
Outros	(656)	750	94
Saldos em 31-12-2012 (Notas 9 e 36)	389.692	4.892.634	5.282.326
Vendas de novos créditos	1.540	24.526	26.066
Reembolsos	(38.766)	(158.416)	(197.182)
Recompras	(1.540)	(87.509)	(89.049)
Outros	-	34.553	34.553
Saldos em 31-12-2013 (Notas 9 e 36)	350.926	4.705.788	5.056.714

Registo contabilístico

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica respeita integralmente às responsabilidades associadas à carteira securitizada de crédito hipotecário da operação Nostrum Mortgages nº2, refletindo nessa data o valor nominal dos créditos titularizados, acrescido dos juros a receber ainda não vencidos.

21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 31-12-2013
Provisões para riscos gerais de crédito	575.829	213.832	(381.465)	-	(493)	-	14	407.717
Provisões para risco país de passivos contingentes	616	813	(1.007)	-	21	-	-	443
Provisões para encargos com benefícios de empregados	468.014	-	(1.300)	(22.178)	-	-	36.304	480.840
Provisões para contingências judiciais	8.397	7.977	(8.397)	-	-	-	-	7.977
Provisões para outros riscos e encargos	92.336	167.248	(168.014)	(2.659)	(88)	-	-	88.823
	1.145.192	389.869	(560.183)	(24.837)	(560)	-	36.318	985.800
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	1.848	6.714	(6.774)	-	(53)	-	-	1.735
Provisões para crédito a clientes (Nota 9)	3.439.545	2.840.158	(1.469.460)	(382.981)	(2.529)	(1.017)	8	4.423.726
	3.441.394	2.846.873	(1.476.234)	(382.981)	(2.582)	(1.017)	8	4.425.462
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)								
Instrumentos de dívida	9.364	5	(23)	(9.284)	(62)	-	-	-
Instrumentos de capital	434.772	31.495	-	(405.882)	-	-	-	60.384
Unidades de participação	173.133	72.491	(1.017)	(2.662)	(969)	3.557	-	244.532
Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra								
Unidades de participação (Nota 7)	2.540	-	-	-	-	(2.540)	-	-
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 8)	12.053	-	(59)	-	-	-	-	11.994
	631.862	103.991	(1.099)	(417.829)	(1.031)	1.017	-	316.910
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 12)	2.761	5.914	(2.761)	-	-	-	-	5.914
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	333.979	82.323	(6.714)	-	-	-	-	409.588
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	85.349	65.793	(49.599)	-	-	-		101.543
Imparidade de outros ativos (Nota 16)	219.732	93.699	(2.377)	(1.829)	(1)	-	-	309.224
	641.821	247.729	(61.451)	(1.829)	(1)	-		826.269
	5.860.269	3.588.461	(2.098.967)	(827.475)	(4.174)		36.326	6.554.441

	Saldo em 31-12-2011	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 31-12-2012
Provisões para riscos gerais de crédito	550.163	111.528	(85.544)	-	(318)	-	-	575.829
Provisões para risco país de passivos contingentes	2.965	573	(2.901)	-	(21)	-	-	616
Provisões para encargos com benefícios de empregados	423.532	9.100	-	(20.272)	-	-	55.654	468.014
Provisões para contingências judiciais	10.553	559	(2.715)	-	-	-	-	8.397
Provisões para outros riscos e encargos	72.455	60.759	(34.727)	(6.134)	(17)	-	-	92.336
	1.059.668	182.519	(125.887)	(26.406)	(356)	-	55.654	1.145.192
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	4.152	6.655	(8.972)	-	13	-	-	1.848
Provisões para crédito a clientes (Nota 9)	2.478.531	2.654.892	(1.551.174)	(141.225)	(1.479)	-		3.439.545
	2.482.683	2.661.547	(1.560.146)	(141.225)	(1.466)	-		3.441.394
Provisões para risco-país de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	44	-	(44)	-	-	-	-	-
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)								
Instrumentos de dívida	47.008	1.511	(779)	(38.970)	(185)		779	9.364
Instrumentos de capital	608.440	98.191	-	(271.859)	-	-	-	434.772
Unidades de participação	109.841	76.542	-	(13.652)	(336)	572	165	173.133
Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra								
Unidades de participação (Nota 7)	3.112	-	-	-	-	(572)	-	2.540
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 8)	12.157		(104)	-	-	-	-	12.053
	780.603	176.244	(928)	(324.482)	(521)		945	631.862
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 12)	3.518	2.761	(3.518)	-	-	-		2.761
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	239.742	94.238	-	-	-	-	-	333.979
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	58.804	52.944	(26.399)	-	-	-	-	85.349
Imparidade de outros ativos (Nota 16)	80.230	149.932	(9.220)	(1.210)	-	-	-	219.732
	382.294	299.875	(39.137)	(1.210)	-	-		641.821
	4.705.248	3.320.185	(1.726.098)	(493.323)	(2.343)		56.599	5.860.269

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da CGD. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui 19.417 mEuros relativos a uma contribuição extraordinária para o Sistema de Indemnização aos Investidores, a qual foi liquidada em janeiro de 2012.

No exercício de 2013, a Sucursal da CGD em Espanha adquiriu ao Banco Caixa Geral, S.A., créditos concedidos a clientes, os quais se encontavam ao abrigo de garantias prestadas por esta Sucursal ao Banco. Na sequência desta transação, as provisões para cobertura de risco de crédito afetas a estas operações, as quais se encontravam registadas em "Provisões para riscos gerais de crédito" foram revertidas e comsituídas por igual montante na rubrica "Provisões para crédito a clientes".

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Provisão para assistência médica pós-emprego	466.908	452.245
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	4.269	4.425
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	363	744
Responsabilidades da Sucursal de França	9.300	10.600
	480.840	468.014

Nos exercícios de 2013 e 2012, os montantes apresentado na coluna “Outros” no mapa de movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica (Notas 33 e 34)	27.788	29.306
Acordos de suspensão da prestação de trabalho	(156)	-
Subsídio por morte	(381)	(1.006)
	27.251	28.300
Provisões registadas por contrapartida de outras reservas		
Desvios atuariais e financeiros (Nota 34)	9.053	27.354
	36.304	55.654

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Obrigações	2.473.049	2.873.177
Empréstimos	110.728	110.728
	2.583.777	2.983.905
Juros a pagar	45.368	36.968
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(32.795)	(42.752)
	2.596.350	2.978.121

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações são convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;
- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;
- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);
- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;
- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos concedidos pela Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de ações preferenciais efetuadas por esta entidade.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado	EUR	900.000	900.000	900.000	29-06-2012	29-06-2017	1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro.	A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.
Caixa Geral de Depósitos	Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019	EUR	538.552	536.830	537.730	11-05-2009	13-05-2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (1ª emissão)	EUR	400.000	-	386.454	12-11-2007	13-11-2017	Euribor 12 meses. Caso não ocorra reembolso antecipado 5,80%. Pagamento de juros anual, no dia 12 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369.045	369.045	369.045	03-11-2008	05-11-2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	125.000	125.000	125.000	27-12-2007	27-12-2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	120.000	104.720	114.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	209	3.703	18-12-2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	03-03-2008	03-03-2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81.595	81.245	81.245	12-11-2007	13-11-2017	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	50.000	50.000	50.000	28-12-2007	28-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Notes	EUR	21.000	21.000	21.000	14-07-2005	28-06-2016	Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	350.000	44.885	44.885	30-09-2005	Perpétuo	Euribor 3 meses + 0,77%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,77%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 30 de setembro de 2015.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	250.000	65.843	65.843	28-06-2004	Perpétuo	Euribor 3 meses + 0,80%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 28 de junho de 2014.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	55.000	55.000	55.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Credores		
Recursos consignados	775.705	853.960
Credores por subscrições não realizadas		
FCR Caixa Fundos (Nota 14)	155.000	155.000
FCR Fundo de Recuperação	51.791	34.556
FCR Crescimento (Nota 14)	25.000	-
FCR Fundo de Reestruturação Empresarial - Oxy Capital	24.009	-
FCR Empreender Mais - Caixa Capital	10.000	10.000
BPD - Banco para Promoção e Desenvolvimento (Nota 14)	-	171.838
Outros	29.710	3.336
Recursos - conta caução	198.533	150.145
Fornecedores de bens de locação financeira	9.206	17.310
Credores por venda de bens arrematados	3.943	6.266
Caixa Geral de Aposentações	3.892	46.123
Fundo de pensões CGD	141	226
Outros fornecedores	57.640	47.269
Outros	88.857	51.513
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	40.201	43.223
Outros impostos a pagar	1.380	3.383
Cobranças por conta de terceiros	338	1.630
Outras	4.016	4.026
Encargos a pagar	121.076	112.963
Receitas com rendimento diferido	44.390	42.000
Outras contas de regularização		
Operações passivas a regularizar	208.343	121.470
Outras operações cambiais a liquidar	53.586	6.121
	1.906.757	1.882.357

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 195.393 mEuros e 145.568 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados junto da Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”).

Em 31 de dezembro de 2013, as condições dos "Recursos consignados" podem ser resumidas da seguinte forma:

DENOMINAÇÃO	CONTRAPARTE	Saldo em 31-12-2013	Data de início	Data de vencimento
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	133.333	25-06-2003	15-06-2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	120.000	21-11-2002	15-09-2022
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	82.773	29-11-2007	15-09-2022
CGD - Empréstimo Global XII - B	Banco Europeu de Investimento	68.750	19-11-2004	15-09-2024
CGD - Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	60.938	12-10-2006	15-09-2026
Hospital Braga	Banco Europeu de Investimento	60.357	03-06-2009	09-06-2020
Projeto Scut Açores	Banco Europeu de Investimento	60.000	14-12-2007	15-09-2034
Framework Loan Agreement	CEB - Council of Europe Development Bank	50.000	23-06-2004	23-06-2014
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	49.445	11-12-2003	15-12-2023
Projeto Tejo Energia CCGT	Banco Europeu de Investimento	44.085	09-12-2009	15-09-2026
CEB - PARES	CEB - Council of Europe Development Bank	16.911	23-12-2009	23-12-2024
CGD - Empréstimo Global XII - A	Banco Europeu de Investimento	16.667	19-11-2004	15-09-2014
CEB - Educação	CEB - Council of Europe Development Bank	12.288	21-11-2008	21-11-2023
Outros		159		
		775.705		

Em 31 de dezembro de 2013, os recursos consignados eram remunerados à taxa de juro média anual de 0,506%.

24. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição (em Euros):

	31-12-2013	31-12-2012
Número de ações	1.180.000.000	1.180.000.000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	5.900.000.000	5.900.000.000

Aumentos de Capital

Em 29 de junho de 2012, no decurso da deliberação do acionista de 27 de junho desse mesmo mês, foi realizado um aumento de capital de 750.000 mEuros, através da emissão de 150.000.000 novas ações com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em numerário.

Adicionalmente, nesta data a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (Nota 22).

O aumento de capital e a emissão de instrumentos híbridos serviram para assegurar o cumprimento de um rácio core tier 1 de 9% em 30 de junho de 2012, de acordo com a Recomendação da European Banking Authority (EBA), de 8 de dezembro de 2011 (EBA/REC/2011/1).

Essa recomendação proposta pela Autoridade Bancária Europeia (acolhida pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 5/2012), com o acordo do Conselho Europeu de 26 de outubro de 2011, requeria que os bancos constituíssem um buffer temporário de capital que lhes permitisse atingir um rácio de Core Tier I de 9% em 30 de junho de 2012, considerando as exposições de dívida soberana valorizadas a preços de mercado de 30 de setembro de 2011.

25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Reservas de reavaliação		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	110.425	110.425
Reserva de justo valor		
Instrumentos de dívida	(101.040)	(313.791)
Instrumentos de capital (Nota 6)	3.764	21.703
Outros instrumentos	47.382	37.345
Reserva por impostos diferidos (Nota 15)	14.486	76.586
	75.018	(67.731)
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	862.906	862.906
Outras reservas	230.926	279.038
Resultados transitados	(1.056.101)	(365.886)
	37.731	776.058
Resultado do exercício	(1.090.515)	(679.067)
	(977.766)	29.260

As reservas de reavaliação legal de imobilizado só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

	31-12-2013	31-12-2012
Actividade em Portugal	(1.006.461)	(565.082)
Sucursal de Espanha	(92.709)	(147.749)
Sucursal de França	26.686	15.904
Sucursal de Cayman	(21.602)	4.486
Sucursal de Timor	5.936	4.301
Sucursal do Luxemburgo	(5.052)	(7.569)
Sucursal de Londres	2.059	9.317
Sucursal Offshore de Macau	756	-
Sucursal de Nova Iorque	(160)	6.950
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	19	366
Sucursal do Zhuhai	13	9
	(1.090.515)	(679.067)

Conforme referido em maior detalhe na Nota 14, após obtenção das necessárias aprovações legais e regulamentares, a CGD - Sucursal Offshore de Macau iniciou a sua atividade em 1 de Fevereiro de 2013, assegurando a gestão dos recursos até então sob responsabilidade da CGD - Subsidiária Offshore de Macau.

No decorrer do mês de dezembro de 2013 foi deliberado o encerramento da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (SFE), considerando que as suas atividades se encontravam já descontinuadas na sequência do fim do regime aplicável às entidades financeiras licenciadas na Zona Franca da Madeira.

Distribuição do resultado do exercício

Exercício de 2012

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2013, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2012, no montante de 679.067 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

26. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	53.061	103.117
No estrangeiro	22.074	49.392
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	1.199.310	1.557.884
Crédito ao exterior	177.466	207.305
Crédito vencido	40.110	41.612
Outros créditos e valores a receber - titulados		
. Papel comercial	108.143	127.524
. Outros	70.635	52.610
Juros de ativos securitizados não desreconhecidos	58.512	97.330
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos	14.235	17.917
Swaps	670.422	1.796.655
Contratos de garantia de taxa de juro	1.548	361
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	100	493
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	426.506	577.409
Juros de derivados de cobertura	23.998	32.772
Juros de devedores e outras aplicações	17.307	31.825
Juros de disponibilidades	7.731	9.932
Outros juros e rendimentos similares	1.908	5.765
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	101.377	101.022
	2.994.444	4.810.923

	31-12-2013	31-12-2012
Juros e encargos similares		
Juros de depósitos		
Do setor público administrativo	10.128	47.944
De outros residentes	919.128	1.003.620
De emigrantes	54.684	55.682
De outros não residentes	79.270	70.722
	1.063.209	1.177.969
Juros de recursos de instituições de crédito		
No país	22.465	33.571
No estrangeiro	113.284	228.338
Juros de passivos financeiros de negociação		
Swaps	675.948	1.757.187
Outros	9.836	2.323
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos		
subordinados	588.757	679.589
Juros de derivados de cobertura	4.405	13.590
Juros de credores e outros recursos	4.402	12.889
Juros de recursos consignados	4.936	10.477
Juros de passivos por ativos não desreconhecidos	58.512	97.330
Outros juros e encargos similares	5.976	12.294
	2.551.729	4.025.558

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Juros e encargos similares - juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados", inclui 76.319 e 38.231 mEuros, respetivamente, relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 19).

27. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	20.865	34.756
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	15.873	14.791
EDP - Energias de Portugal, S.A.	7.571	6.204
Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	5.830	6.009
Partang, SGPS, S.A.	5.253	4.182
CGD Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	3.133	1.899
Mercantile Bank Holdings Ltd.	2.510	-
Banco Caixa Geral - Brasil, S.A.	1.877	3.353
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.266	1.544
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	1.064	994
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	950	3.300
Galp Energia, SGPS, S.A.	37	2.667
Gerbanca, SGPS, S.A.	-	18.355
Parcaixa, SGPS, S.A.	-	9.200
ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e		
Multimédia, SGPS, S.A.	-	5.310
Rendimentos distribuídos por fundos de investimento	14.051	32.473
Outros	2.076	2.753
	82.356	147.790

28. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Meios de pagamento	183.825	192.344
Prestação de serviços a terceiros	91.733	93.449
Em operações de crédito	98.065	109.913
Gestão de ativos	23.555	22.038
Por garantias prestadas	69.547	62.948
Por operações sobre instrumentos financeiros	7.208	6.818
Outros	2.676	1.258
	476.609	488.768
Encargos com serviços e comissões		
Meios de pagamento	75.235	75.904
Por serviços prestados a terceiros	14.093	12.749
Em operações de crédito	12	-
Gestão de ativos	557	800
Por garantias obtidas	111	476
Por operações sobre instrumentos financeiros	17.747	18.864
Outros	3.925	5.615
	111.679	114.407

29. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	(6.218)	42.066
Instrumentos de capital	(7.324)	(21.897)
Instrumentos derivados		
. Taxa de juro	8.085	(75.798)
. Cotações	(938)	9.184
. Outros	5.675	1.738
	12.822	(64.875)
Outros	1.036	470
	316	(44.236)
Resultados em ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	(73)	(1.486)
Instrumentos de capital	(6)	11.786
Outros títulos	2.329	(3.432)
	2.250	6.867
Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos		
Derivados de cobertura	(16.300)	26.748
Correções de valor de instrumentos financeiros objeto de operações de cobertura	14.497	(26.176)
	(1.803)	573
Outros		
Resultados na recompra de passivos emitidos	(905)	188.540
Outros	(298)	(1.361)
	(1.203)	187.178
	(440)	150.382

Os resultados de reavaliação cambial têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Reavaliação da posição cambial	43.380	117.648
Resultados em derivados cambiais	(32.445)	(90.454)
	10.935	27.194

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Resultados de reavaliação cambial - reavaliação da posição cambial" inclui 1.950 mEuros relativos à alienação da participação detida pela Caixa no BPD (Nota 14).

30. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	76.951	91.030
Instrumentos de capital		
Portugal Telecom (Nota 6)	26.838	1
Banco Comercial Português (Nota 6)	7.541	165
EDP - Energias de Portugal (Nota 6)	390	1.143
ZON Multimédia (Nota 6)	-	10.751
Brisa - Auto Estradas de Portugal (Nota 6)	-	2.115
Outros	7	5.402
Outros títulos	8.241	8.672
	119.968	119.278
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	(1.529)	(2.827)
Instrumentos de capital		
GALP Energia (Nota 6)	-	(10.807)
BCP Perpétuas (Nota 6)	-	(11)
Outros	(28)	(107)
Outros títulos	(301)	(1.977)
	(1.858)	(15.728)
	118.110	103.550

31. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Ganhos e perdas em investimentos em filiais	9.765	(1.072)
Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes	(30.517)	(1.169)
Ganhos e perdas na alienação de ativos tangíveis	(367)	(704)
Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	(28.853)	-
	(49.972)	(2.945)

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Ganhos em investimentos em filiais" inclui 8.344 mEuros e 1.421 mEuros relativos a resultados apurados na liquidação da CGD - Sucursal Offshore de Macau e na liquidação da Credip - Instituição financeira de crédito, respetivamente (Nota 14).

No exercício de 2012, o saldo desta rubrica respeita integralmente à alienação do Banco Nacional de Investimento, S.A. em Moçambique (Nota 14).

No decorrer dos exercícios de 2013 e 2012, a CGD alienou créditos a clientes da carteira de "Corporates" num valor global de aproximadamente 234.410 mEuros e 1.323 mEuros, respetivamente. No exercício de 2013, em resultado destas transações, foram registadas perdas de 30.517 mEuros (1.169 mEuros em 2012) e simultaneamente revertidas provisões afetas a algumas destas operações no montante de 16.683 mEuros.

32. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Outros proveitos de exploração		
Cedência de pessoal a outras entidades do Grupo	43.675	43.971
Recuperação de créditos incobráveis		
Crédito concedido	27.796	25.426
Juros e despesas	1.649	2.443
Venda de cheques	16.421	20.230
Prestação de serviços diversos	9.776	9.211
Mais valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 11)	4.587	3.282
Reembolso de despesas	1.785	2.008
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	598	1.949
Outros	17.844	51.918
	124.129	160.437
Outros custos de exploração		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 36)	(13.624)	(13.244)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(9.457)	-
Outros impostos	(11.774)	(9.361)
Donativos e quotizações	(5.005)	(5.341)
Menos-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 11)	(3)	(17.933)
Outros	(18.836)	(14.805)
	(58.700)	(60.684)
	65.429	99.753

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

No exercício de 2013 a Caixa registou a contribuição inicial e a contribuição periódica para o Fundo de Resolução nos montantes de 2.254 mEuros e 7.203 mEuros, respetivamente.

33. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	1.529	1.210
Remuneração dos empregados	384.092	346.719
Prémio de antiguidade	1.936	4.640
Assistência Médica - CGD		
Custo Normal (Notas 21 e 34)	27.788	29.306
Contribuições relativas a pessoal no ativo	26.392	24.686
Outros encargos relativos a remunerações	18.443	15.577
Fundo de Pensões - CGD		
Custo Normal (Nota 34)	57.564	45.627
Reformas antes da idade normal de reforma (Nota 34)	2.022	2.392
Outros	1.223	1.130
Outros encargos sociais obrigatórios	10.956	12.734
Outros custos com o pessoal	3.985	7.731
	535.929	491.752

O número médio de empregados durante os exercícios de 2013 e 2012, por tipo de funções, foi o seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012
Direção	222	209
Chefias	1.774	1.803
Técnicos	3.079	2.967
Administrativos	4.878	5.142
Auxiliares	131	149
	10.084	10.270

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (250 e 257, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (66 e 64, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (94 e 93, respetivamente) designadamente por requisição ou ausência prolongada.

34. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 48.953, de 5 de abril de 1969 e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 são suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o setor bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no ativo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respetivas reformas.

Com referência a 30 de novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de dezembro e nº 241-A/2004, de 30 de dezembro. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no ativo por serviços prestados após 31 de dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2013, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respetivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo atualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no ativo.

O plano de pensões da CGD não é aplicável aos atuais colaboradores ativos admitidos na CGD após 1 de janeiro de 2006.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 7,5%
- Empregados admitidos após 1 de janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efetuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respetivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram efetuados estudos atuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
. Homens	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-1 ano)
. Mulheres	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-1 ano)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de desconto	4,00%	4,50%
Taxa de crescimento dos salários	0,5% em 2014/2017 e 2,0% após essa data	0,5% em 2013/2014 e 2,0% após essa data
Taxa de crescimento das pensões	0% em 2014/2017 e 1,0% após essa data	0% em 2013/2014 e 1,0% após essa data
Tabela de saídas:		
. Idades inferiores a 30 anos	5%	5%
. Idades entre 30 e 40 anos	1%	1%
. Idades superiores a 40 anos	0%	0%

Nos estudos efetuados em 2013 e 2012, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

Conforme definido pela Norma IAS 19, a taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, cuja *duration* é semelhante à das responsabilidades da Caixa (19 anos). A conjuntura económica e a crise de dívida soberana que se tem verificado, essencialmente no Sul da Europa, implicou instabilidade significativa no mercado de dívida da Zona Euro, com uma consequente descida muito pronunciada das *yields* de mercado relativas à dívida das empresas com melhores ratings e também uma redução do cabaz disponível de obrigações. De forma a refletir estas circunstâncias e a manter a representatividade da taxa de desconto, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Caixa incorporou na sua determinação informação sobre taxas de juro que é possível obter em obrigações de emitentes da Zona Euro, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2013 e 2012 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	4,00%	5,70%	4,50%	10,59%
Taxa de crescimento dos salários	0,50%	0,60%	2,25%	2,08%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	(5,06%)	1,25%	0,00%

No final de dezembro de 2013, a CGD alterou a taxa de atualização salarial para 0,5% em 2014 a 2017 e 2% após essa data, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou para 0% em 2014 a 2017 e 1% após essa data.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Número de pessoas	Responsabilidades	Número de pessoas	Responsabilidades
Responsabilidades por serviços passados:				
Ativos	8.406	1.134.546	8.926	1.013.065
Reformados e pré-reformados	5.779	577.660	5.318	528.689
	14.185	1.712.206	14.244	1.541.754
Fundos de pensões autónomos		1.712.206		1.560.979
Nível de financiamento		100,00%		101,25%

O valor do fundo de pensões reflete o valor de mercado dos seus ativos.

Nos termos do Aviso nº 4/2005, de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades encontravam-se financiadas em 100% e 101,25%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos atuariais aplicados ao horizonte temporal objecto de avaliação induziria os seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados:

	%	Valor
Alteração na taxa de desconto		
Acréscimo de 0.5%	(8,14%)	(139.397)
Redução de 0.5%	9,26%	158.602
Alteração da taxa de crescimento dos salários		
Acréscimo de 0.5%	2,16%	37.061
Redução de 0.5%	(2,04%)	(34.856)
Alteração da taxa de crescimento das pensões		
Acréscimo de 0.5%	4,95%	84.750
Redução de 0.5%	(4,57%)	(78.308)
Alteração da tábua de mortalidade		
Acréscimo de 1 ano na experança de vida	7,96%	136.321

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no ativo da CGD ascendem a 928.300 mEuros e 903.357 mEuros, respetivamente.

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.423.271
Contribuições regulares	
. Dos empregados	22.865
. Da Caixa	-
Pensões pagas	(35.079)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	138.861
Mais/(menos) valias potenciais, líquidas	17.472
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos	(6.411)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.560.979
Contribuições regulares	
. Dos empregados	24.272
. Da Caixa	86.394
Pensões pagas	(40.097)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	77.053
Mais/(menos) valias potenciais, líquidas	13.083
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos	(9.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.712.206

A contribuição estimada dos trabalhadores da Caixa para o ano de 2014 ascenderá a 24.394 mEuros e a da própria instituição será de 58.095 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os elementos que compõem o valor do ativo do Fundo de Pensões do pessoal da CGD apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Instrumentos de capital por setor:		
Comércio e Serviços	24.761	20.199
Industria Transformadora	22.947	20.069
Energia	11.298	11.105
Instituições Financeiras	20.686	12.066
Saúde	8.379	6.393
Telecomunicações	5.585	8.434
Fundos de Investimento	295.854	290.424
Sub-total	389.510	368.692
Carteira de Obrigações por Rating de Crédito:		
A	-	258
BBB	1	16
BB ou inferior e não classificado	282.877	377.618
Não classificado	46	-
Sub-total	282.924	377.892
Imóveis	460.698	473.219
Outros (Remanescente)	579.074	341.177
Saldo no final do exercício	1.712.206	1.560.979

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Outros” inclui 133.995 mEuros relativos a operações de venda com acordo de recompra sobre diversos instrumentos financeiros celebrados com a Caixa Geral de Depósitos (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2012, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculados pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do pessoal da CGD foram somados 5.509 mEuros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as ações e as obrigações podem ser analisadas da seguinte forma:

	31-12-2013	31-12-2012
Ações Portuguesas	25.205	24.882
Cotadas	100,0%	100,0%
Ações Estrangeiras	68.450	53.385
Cotadas	100,0%	100,0%
Obrigações Taxa Fixa	220.141	324.946
Cotadas	46,3%	31,4%
Obrigações Taxa Variável	62.783	52.946
Cotadas	100,0%	100,0%

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados à Caixa Geral de Depósitos nos montantes de 407.716 mEuros e 407.809 mEuros, respetivamente, bem como títulos emitidos pela Caixa Geral de Depósitos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 243.045 mEuros e 210.371 mEuros, respetivamente.

Os ativos do Fundo estão sujeitos aos riscos de taxa de juro, de crédito, de mercado acionista, de mercado imobiliário, de liquidez e o risco cambial.

A política de investimentos do Fundo contempla exposição ao mercado de ações, obrigações e imobiliário, define ainda uma exposição a investimentos altenativos, tais como fundos de private equity e infraestruturas.

A politica de investimentos implementada no Fundo tem um objetivo de mitigação de parte dos riscos de taxa de juro e de inflação. Essa proteção concretiza-se na alocação definida de investimentos em obrigações de longo prazo e de taxa variável, o que induz uma proteção parcial contra as oscilações da curva de rendimentos do mercado financeiro a longo prazo.

Para a mitigação dos riscos de mercado e cambial, o Fundo pode utilizar futuros e opções sobre indices de ações e forwards de taxa de câmbio.

A conjuntura económica dos últimos anos aliados à escassez de alternativas de investimentos com maturidades mais longas, não tem permitido a adequação das diferentes classes de ativos com a duração média das responsabilidades, numa perspetiva Asset Liability Matching (ALM).

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados e o fundo de pensões, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	31-12-2013	31-12-2012
Situação inicial (I)	**19.225**	**115.372**
Custo do serviço corrente	(58.943)	(49.137)
Rendimento esperado dos ativos do fundo de pensões	69.749	74.306
Custo dos juros	(68.370)	(70.796)
Custo normal do exercício (Nota 33)	(57.564)	(45.627)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antes da idade normal de reforma (Nota 33)	(2.022)	(2.392)
Variação com impacto em resultados (II)	**(59.586)**	**(48.019)**
Alteração da taxa de crescimento dos salários	32.960	49.602
Alteração da taxa de crescimento das pensões	17.886	55.394
Alteração da taxa de desconto	(139.397)	(251.584)
Outros desvios de responsabilidades	31.610	22.843
Desvios de rendimento	10.908	75.617
Desvios atuariais e financeiros (III)	**(46.034)**	**(48.128)**
Contribuições para Fundos de Pensões da CGD (IV)	86.394	-
Situação final dos exercícios (I) + (II) + (III) + (IV)	**-**	**19.225**

A Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativos relativamente a trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o passivo registado pela Caixa a este respeito ascende a 4.269 mEuros e 4.425 mEuros, respetivamente, e encontra-se registado na rubrica "Provisões" (Nota 21).

Assistência médica

A assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados de assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" (Nota 21). O movimento nesse passivo nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2011	415.857
Custo do ano corrente (Notas 21 e 33)	29.306
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(20.272)
Ganhos atuariais (Nota 21)	27.354
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2012	452.245
Custo do ano corrente (Notas 21 e 33)	27.788
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(22.178)
Perdas atuariais (Nota 21)	9.053
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2013	466.908

Em 31 de dezembro de 2013, uma redução de 0,5% na taxa de atualização atuarial aplicado ao horizonte temporal objeto de avaliação induziria um aumento do valor atual das responsabilidades por serviços passados com o plano médico de 32.614 mEuros. Caso se verifique um aumento da taxa atualização na mesma dimensão, a redução das responsabilidades seria de 29.276 mEuros.

Outros benefícios de longo prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efetivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 35.028 mEuros e 37.918 mEuros, respetivamente.

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" (Nota 21) e ascende a 363 mEuros e 744 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, ascendendo as responsabilidades apuradas com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a 9.300 mEuros e 10.600 mEuros, respectivamente (Nota 21).

Ganhos e perdas atuariais

A evolução dos ganhos e perdas atuariais observados nos exercícios de 2013 e 2012, assim como o movimento ocorrido nas rubricas de custos atuariais diferidos relacionados com a introdução das NCA nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrado como segue:

	Ganhos e perdas atuariais		Sub-total	Custos diferidos - NCA (Nota 16)			Sub-total (Nota 16)	Total
	Pensões	Saúde		Pensões	Saúde	Outros		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	60.837	31.019	91.856	10.636	67.473	330	78.440	170.296
Desvios atuariais do ano								
. Por contrapartida de outras reservas	48.128	27.354	75.482	-	-	-	-	75.482
Custos diferidos - amortização:								
. Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	(10.636)	(22.491)	(330)	(33.457)	(33.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	108.965	58.373	167.338	-	44.982	-	44.982	212.322
Desvios atuariais do ano								
. Por contrapartida de outras reservas	46.034	9.053	55.087	-	-	-	-	55.087
Custos diferidos - amortização:								
. Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	-	(22.491)	-	(22.491)	(22.491)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	154.999	67.427	222.426	-	22.491	-	22.491	244.918

Conforme disposições do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, os saldos de benefícios a empregados com pensões e saúde apurados com referência a 31 de dezembro de 2004 no

âmbito da transição da Caixa para as Normas de Contabilidade Ajustadas (ocorrida no exercício de 2005 e registados por contrapartida de custos diferidos nessa data), deverão ser amortizados por contrapartida de resultados transitados até aos exercícios de 2012 e 2014, respetivamente.

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo, bem como os ganhos e perdas atuariais no ano corrente e nos 4 anos anteriores é analisado como segue:

	31-12-2013		31-12-2012		31-12-2011		31-12-2010		31-12-2009	
	Pensões de reforma	Plano médico	Pensões de reforma	Plano médico	Pensões de reforma	Plano médico	Pensões de reforma	Plano médico	Pensões de reforma	Plano médico
Responsabilidades	1.712.206	466.908	1.541.754	452.245	1.307.899	415.857	1.308.213	436.698	1.332.368	460.025
Valor do Fundo	1.712.206	-	1.560.979	-	1.423.271	-	1.424.864	-	1.332.368	-
Provisões	-	466.908	-	452.245	-	415.857	-	436.698	-	460.025
Responsabilidades (sub) / sobre financiada	-	-	(19.225)	-	(115.372)	-	(116.651)	-	-	-
Ganhos / (Perdas) decorrentes de responsabilidades	(56.942)	(9.053)	(123.745)	(27.354)	120.947	30.850	163.567	36.095	(64.890)	(19.720)
Ganhos / (Perdas) decorrentes dos ativos do Fundo	10.908	-	75.617	-	(116.514)	-	(45.628)	-	21.735	-
	(46.034)	(9.053)	(48.128)	(27.354)	4.433	30.850	117.939	36.095	(43.155)	(19.720)

35. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Serviços especializados		
Serviços de informática	72 589	72 879
Serviços prestados por agrupamentos complementares de empresas	35 864	36 145
Serviços de consultoria	8 893	13 432
Serviços de limpeza	5 156	5 343
Serviços de informação	5 915	6 753
Segurança e vigilância	3 792	3 907
Outros	54 641	51 349
Publicidade e edição de publicações	24 003	22 855
Rendas e alugueres	55 482	55 285
Comunicações e despesas de expedição	25 400	25 102
Conservação e reparação	22 818	24 639
Transporte de valores e outros	9 683	9 108
Água, energia e combustíveis	16 507	18 260
Deslocações, estadas e outras despesas de representação	5 451	5 758
Impressos e material de consumo corrente	3 507	3 644
Outros	10 509	12 588
	360 209	367 046

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o total dos futuros pagamentos de locação operacional nos termos dos principais contratos em vigor nas referidas datas, apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Até 1 ano	20.900	20.879
De 1 a 5 anos	70.958	70.498
Superior a 5 anos	200.703	215.649

Nos exercícios de 2013 e 2012, os honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
Revisão legal das contas anuais	158	158
Outros serviços que não sejam de revisão	80	80
	238	238

(*) Os saldos apresentados incluem IVA

36. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	20.216.904	23.510.673
Garantias e avales	3.844.684	4.304.171
Créditos documentários abertos	233.688	196.421
Cartas de crédito em "stand-by"	58.054	67.211
Aceites e endossos	-	1.089
Transações com recurso	-	2
Outras garantias prestadas e passivos eventuais	105.198	45.046
	24.458.528	28.124.612
Compromissos		
Compromissos revogáveis	7.090.983	7.459.997
Outros compromissos irrevogáveis	1.858.404	2.061.858
Contratos a prazo de depósitos:		
- A constituir	666	2.000
- A receber	43.905	15.720
Subscrição de títulos	2.042.331	2.418.277
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais		
para o Fundo de Garantia de Depósitos	155.391	155.391
Operações a prazo	11.441	11.441
Sistema de indemnização aos investidores	32.615	35.334
	11.235.736	12.160.019
Depósito e guarda de valores	33.335.083	33.573.998
Valores administrados pela instituição		
Ativos cedidos em operações de titularização (Nota 20)	350.926	389.692
Outros valores	54.606	37.666
	405.532	427.358

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Garantias e avales” inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e ações preferenciais nos montantes de 78.174 mEuros e 110.728 mEuros, respetivamente (72.523 mEuros e 110.728 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Ativos dados em garantia” inclui as seguintes situações:

	31-12-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	976.500	1.103.452
Banco de Portugal (*)	19.011.639	21.457.305
Fundo de Garantia de Depósitos	184.500	209.500
Royal Bank of Scotland	15.000	16.000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	24.265	27.915
Euronext	5.000	4.000
Outros ativos		
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	-	692.500
	20.216.904	23.510.673

(*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos dados em garantia referem-se a instrumentos de dívida, os quais, em função da sua natureza, se encontram classificados no balanço da Caixa como ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda ou crédito a clientes. Em 31 de dezembro de 2012 esta rubrica incluía igualmente créditos concedidos pela Caixa no montante de 692.500 mEuros afetos a operações realizadas junto do Banco Europeu de Desenvolvimento, assim como títulos adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessa data a 888.000 mEuros. Os títulos adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica “Crédito a clientes”.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela Caixa nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 20.014.619 mEuros (22.609.651 mEuros em 31 de dezembro de 2012, dos quais 898.109 mEuros relativos a operações de compra com acordo de revenda).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pela CGD, apresentam um valor de mercado de 212.711 mEuros e 242.875 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2013 e 2012, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD atribuível à Caixa ascendeu a 13.624 mEuros e 13.244 mEuros, respetivamente. Em exercícios passados, parte destas responsabilidades foram assumidas através de um compromisso irrevogável de

realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende 155.391 mEuros.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determina correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou estas correções por considerar que o procedimento por si adotado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correção nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito caução, no montante de 50.282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros ativos - devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 16).

37. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME’s. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos no decorrer do exercício de 2013 e 2012 é a seguinte:

Linhas de negócio

	31-12-2013					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros	Total
Margem Financeira	(136.982)	677.768	(223.568)	-	125.496	442.714
Rendimentos de instrumentos de capital	11.166	-	71.191	-	-	82.356
Rendimentos de serviços e comissões	11.027	164.347	69.057	366	231.813	476.609
Encargos com serviços e comissões	(17.445)	(2.754)	(1.972)	-	(89.508)	(111.679)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	113.123	585	(35.075)	-	-	78.633
Outros resultados de exploração	(49)	(14.185)	(3.613)	(617)	83.893	65.429
Produto bancário	(19.160)	825.761	(123.981)	(252)	351.694	1.034.062
Outros custos e proveitos						(2.124.577)
Resultado Líquido do Exercício						(1.090.515)
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	4.751.289	281.847	-	-	8.694	5.041.830
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20.962.799	-	1.100	-	-	20.963.899
Crédito sobre clientes (líquido)	1.633	30.785.019	28.770.777	-	-	59.557.428
Ativo líquido total	25.715.721	31.066.866	28.771.877	-	8.281.530	93.835.993
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	10.085.214	-	-	-	2.577	10.087.791
Recursos de clientes e outros empréstimos	236	49.780.225	8.348.424	-	3.758	58.132.643
Responsabilidades representadas por títulos	8.625.579	-	-	-	-	8.625.579

	31-12-2012					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros	Total
Margem Financeira	(106.339)	886.488	(177.788)	-	183.005	785.366
Rendimentos de instrumentos de capital	16.509	-	131.281	-	-	147.790
Rendimentos de serviços e comissões	29.460	145.394	82.838	525	230.552	488.768
Encargos com serviços e comissões	(18.257)	(4.221)	(2.038)	-	(89.891)	(114.407)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	278.360	746	(926)	-	-	278.181
Outros resultados de exploração	(1.273)	(723)	2.981	37	98.730	99.753
Produto bancário	198.460	1.027.685	36.348	562	422.396	1.685.450
Outros custos e proveitos						(2.364.517)
Resultado Líquido do Exercício						(679.067)
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	7.532.410	243.373	10.973	-	1.549	7.788.305
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.680.398	-	-	-	-	21.680.398
Crédito sobre clientes (líquido)	3.037	32.335.959	31.663.249	-	-	64.002.245
Ativo líquido total	29.215.845	32.579.332	31.674.223	-	8.743.689	102.213.089
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	13.098.164	-	-	-	5.152	13.103.316
Recursos de clientes e outros empréstimos	508	48.549.364	8.992.861	-	705.110	58.247.843
Responsabilidades representadas por títulos	11.548.675	-	-	-	-	11.548.675

Mercados Geográficos

	31-12-2013						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Margem financeira	351.295	94.095	540	7.488	8.190	(18.894)	442.714
Rendimentos de instrumentos de capital	71.191	11.166	-	-	-	-	82.356
Rendimentos de serviços e comissões	437.763	40.878	-	943	1.383	(4.356)	476.609
Encargos com serviços e comissões	(103.899)	(11.541)	-	(52)	(320)	4.132	(111.679)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	105.117	(40.542)	(0)	(30.871)	477	44.451	78.633
Resultados de exploração	72.175	(7.007)	(513)	(102)	473	403	65.429
Produto bancário	933.642	87.049	27	(22.594)	10.202	25.736	1.034.062
Outros custos e proveitos							(2.124.577)
Resultado Líquido do Exercício							(1.090.515)
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	8.900.924	2.272.758	-	1.657.975	934.671	(8.724.497)	5.041.830
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20.514.175	1.207.782	-	29.042	-	(787.101)	20.963.899
Crédito sobre clientes (líquido)	54.261.805	4.678.077	-	583.612	33.935	-	59.557.428
Ativo líquido total	91.879.768	8.274.383	-	2.271.490	974.562	(9.564.210)	93.835.993
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	12.408.239	4.663.675	-	1.691.961	41.917	(8.718.001)	10.087.791
Recursos de clientes e outros empréstimos	53.975.421	2.603.272	-	637.363	916.587	-	58.132.643
Responsabilidades representadas por títulos	8.811.287	368.236	-	-	-	(553.944)	8.625.579

	31-12-2012						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Margem financeira	655.794	86.783	397	5.818	5.328	31.246	785.366
Rendimentos de instrumentos de capital	131.281	16.509	-	-	-	-	147.790
Rendimentos de serviços e comissões	453.055	35.701	59	1.281	1.268	(2.596)	488.768
Encargos com serviços e comissões	(108.858)	(8.900)	-	(64)	(8)	3.423	(114.407)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	329.708	(4.042)	(35)	(328)	656	(47.778)	278.181
Resultados de exploração	102.986	(3.590)	(38)	1.449	371	(1.424)	99.753
Produto bancário	1.563.966	122.461	382	8.156	7.616	(17.130)	1.685.450
Outros custos e proveitos							(2.364.517)
Resultado Líquido do Exercício							(679.067)
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	11.595.880	3.277.112	111.027	1.632.727	121.307	(8.949.748)	7.788.305
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.198.380	1.193.768	-	35.753	-	(747.502)	21.680.398
Crédito sobre clientes (líquido)	58.635.299	4.631.689	-	708.344	26.913	-	64.002.245
Ativo líquido total	100.195.530	9.241.459	111.503	2.377.879	154.350	(9.867.633)	102.213.089
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	15.905.716	4.428.175	7	1.681.385	43.409	(8.955.377)	13.103.316
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.868.170	2.580.658	-	696.769	102.246	-	58.247.843
Responsabilidades representadas por títulos	10.667.858	1.214.570	-	22.784	-	(356.538)	11.548.675

A coluna “Outros” inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

38. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os empreendimentos conjuntos, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	31-12-2013				
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Empreendimentos Conjuntos	Outras empresas do Grupo CGD
Ativos:					
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	-	50.881
Aplicações em instituições de crédito	-	100.114	-	-	3.301.712
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	7.417.802	3.160.446	-	-	5.507.796
Crédito a clientes	-	2.253.793	437.509	1.669	196.183
Imparidade de crédito a clientes	-	13.489	117.732	-	-
Outros ativos	-	485.662	1.076	86.333	836.900
Passivos:					
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	2.420.673
Recursos de clientes e outros empréstimos	292.825	565.605	27.376	382	883.724
Débitos representados por títulos	-	-	-	-	119.757
Passivos subordinados	-	-	-	-	166.382
Passivos financeiros detidos para negociação	5.152	5.239	-	-	69.138
Outros passivos	-	-	-	2.056	194.418
Garantias prestadas	-	163.310	3.823	1.696	283.006
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	224.918	135.526	3.196	1.981	325.570
Ganhos em operações financeiras	282.279	58.240	-	-	1.332.943
Rendimentos de serviços e comissões	-	914	166	252	22.181
Outros proveitos de exploração	-	5	22	337	36.370
Custos:					
Juros e encargos similares	8.952	1.771	11	-	169.305
Perdas em operações financeiras	148.395	67.690	-	-	1.624.110
Encargos com serviços e comissões	-	1	-	-	3.200
Provisões de crédito vencido (líquido de reposições)	-	612	2.743	-	-
Outros custos de exploração	-	-	222	102	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	14.980	41.927

	31-12-2012				
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Empreendimentos Conjuntos	Outras empresas do Grupo CGD
Ativos:					
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	-	17.231
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	1	5.094.952
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	6.591.998	3.000.956	-	-	5.928.929
Crédito a clientes	21.834	2.831.699	388.304	2.234	166.496
Imparidade de crédito a clientes	-	28.890	75.419	-	-
Outros ativos	-	481.456	1.305	86.470	661.426
Passivos:					
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	967	2.889.475
Recursos de clientes e outros empréstimos	446	435.556	8.618	1.767	1.836.071
Débitos representados por títulos	-	-	-	-	1.368.721
Passivos subordinados	-	-	-	-	185.419
Passivos financeiros detidos para negociação	-	5.301	-	-	118.485
Outros passivos	-	-	34.556	173.751	189.108
Garantias prestadas	22.323	610.491	6.509	1.531	435.032
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	260.161	200.579	3.325	2.212	1.178.838
Ganhos em operações financeiras	104.094	152.323	-	-	3.657.803
Rendimentos de serviços e comissões	84	1.237	2	153	50.646
Outros proveitos de exploração	-	8	19	548	38.637
Custos:					
Juros e encargos similares	-	1.762	8	-	1.117.933
Perdas em operações financeiras	22	155.080	-	-	3.470.067
Encargos com serviços e comissões	-	1	-	-	2.251
Provisões de crédito vencido (líquido de reposições)	-	5.788	89	-	-
Outros custos de exploração	-	-	241	74	890
Gastos gerais administrativos	-	-	-	16.043	55.616

Os valores apresentados nos quadros acima, com exceção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à atividade individual da Caixa, e resultam de uma extração de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transações com as entidades referidas.

Adicionalmente, os saldos apresentados na coluna “Outras entidades do Estado Português” excluem transações com entidades da Administração Regional ou Local.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2013 e 2012, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal chave da gerência conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria), ascenderam a 1.831 mEuros e 1.621 mEuros, respetivamente. Ainda neste âmbito, no exercício de 2012 foram igualmente suportados pela Caixa encargos com benefícios pós-emprego no valor de 121 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a 715 mEuros e 1.192 mEuros, respetivamente.

39. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

No exercício de 2013 e 2012, o total de remunerações referentes à prestação de serviços de mediação de seguros ascendeu a 26.711 mEuros e 28.607 mEuros, respetivamente, dizendo respeito na sua totalidade a comissões recebidas sob a forma de numerário.

As remunerações dos exercícios de 2013 e 2012 decorrem integralmente da prestação de serviços de mediação junto da Fidelidade- Companhia de Seguros S.A. (empresa do Grupo), apresentando a seguinte decomposição:

RAMO	31-12-2013	31-12-2012
Vida	21.468	24.200
Não Vida	5.243	4.407
	26.711	28.607

As comissões recebidas pela mediação de produtos do ramo Vida e Não Vida da Fidelidade-Companhia de Seguros S.A. através da sua rede comercial são integralmente reconhecidas pela Caixa em resultados do exercício no momento da sua originação, encontrando-se contabilizadas na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2013, e 2012 os saldos a receber pela Caixa junto da Fidelidade-Companhia de Seguros S.A. relativos a comissões de mediação ascendiam a 3.750 mEuros e 3.906 mEuros, respetivamente. No âmbito da sua atividade de mediador, a Caixa não exerce qualquer atividade de cobrança junto de clientes relacionados com pagamentos associados a contratos de seguros.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Caixa

A CGD adotou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito -

O controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD, é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipos de garantia, grau de exposição no sistema financeiro, setor de atividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor da imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de default (PD) e de migração para default e recuperações após default ("loss given default" - LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efetuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, na presença de uma proposta de crédito elaborada pela área comercial é efetuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda aos clientes, numa perspetiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objeto da proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de rating e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de fatores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tido em consideração, o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades bem como a identificação de aspetos/ condições que poderão mitigar o risco de crédito.

Risco de mercado –

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os

instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o Value at Risk (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objetivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos ativos subjacentes (basis point value (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por fator de risco (stress-testing).

São efetuadas, diariamente, análises de backtesting teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de backtesting teórico e, mensalmente, com cálculo de backtesting real. O número de exceções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos ativos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, setor, rating e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por fator de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de ações em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos

Risco cambial –

O controlo e a avaliação do risco cambial é efetuada a nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro do balanço –

As políticas de gestão do risco de liquidez e de taxa de juro do balanço são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez e de Taxa de Juro do Balanço da Direção de Gestão de Risco mede, monitoriza e reporta os dois tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos é o órgão deliberativo da Comissão Executiva responsável pelo processo de gestão integrada de ativos e passivos (ALM – Asset-Liability Management), que visa a gestão proativa do balanço e da rentabilidade do Grupo CGD. No domínio da gestão do risco, o processo ALM incide, nomeadamente, sobre os riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço, constituindo-se como um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez compreende a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados (buckets), os volumes de cash inflows e cash outflows, bem como os respetivos gaps (diferenciais) de liquidez.

Os gaps de liquidez são calculados mensalmente e servem de suporte aos três rácios de liquidez objeto de limites (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente definidos e fixados em sede de ALCO. Para o efeito utiliza-se o conceito de liquidez

estrutural, que pretende refletir, por um lado, a liquidez dos títulos de dívida e de capital detidos e, por outro, o comportamento dos depositantes de retalho designadamente no perfil de gestão das suas contas de depósitos à ordem, a prazo e de poupança.

Deste modo, 85% do saldo das aplicações em títulos de dívida é considerado no "bucket" até 1 mês, sendo os restantes 15% repartidos pelos restantes intervalos temporais de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. De referir que os títulos onerados em operações de financiamento junto do Eurosistema, ou em outro tipo de operações, são alocados aos buckets em função da data de vencimento das operações que estão a colaterizar.

Por seu turno, as ações e outros títulos de rendimento variável que apresentem adequada liquidez, são globalmente considerados no bucket até 1 mês.

No que diz respeito às contas de depósitos à ordem do retalho, e de acordo com um modelo desenvolvido internamente e assente no comportamento histórico dos depositantes, 83% do seu saldo (core deposits – montante estável de depósitos à ordem apurado com base num histórico de observações alargado) é considerado no bucket superior a 10 anos, sendo o restante (non-core deposits) alocado aos buckets até 12 meses segundo estudos de sazonalidade e de saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes buckets de acordo com um modelo de estimação da sua vida média esperada – por oposição ao seu prazo de vencimento contratual – permitindo obter a distribuição temporal esperada dos respetivos cash outflows.

A gestão do risco de liquidez inclui, também, a realização de testes de esforço segundo metodologia desenvolvida internamente, e articulados com o plano de contingência de liquidez existente, visando a determinação das perspetivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos, e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

Ao longo do ano, a Caixa prosseguiu uma política de captação de recursos que procurou promover uma estrutura de financiamento sustentável da sua atividade, baseada nas características de liquidez e de prazo residual dos seus ativos e exposições fora de balanço.

Relativamente à gestão do risco de taxa de juro, a metodologia adotada na sua mensuração compreende, por um lado, uma perspetiva de curto prazo ou contabilística e, por outro, uma perspetiva de longo prazo ou económica.

Perspetiva de curto prazo ou contabilística

A perspetiva de curto prazo, ou contabilística, de avaliação do risco de taxa de juro pretende estimar o efeito na margem de juros de variações adversas das taxas de juro. A metodologia utilizada para o efeito agrega em intervalos temporais todos os ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, de acordo (i) com os seus prazos de vencimento residual se forem instrumentos financeiros de taxa fixa, e (ii) com os prazos que decorrem até à refixação da suas taxas de juro se forem instrumentos financeiros de taxa variável. Para esses intervalos temporais são depois calculados os respetivos gaps de taxa de juro, que permitem aproximar o efeito na margem financeira de variações das taxas de juro.

Adicionalmente, e com o objetivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas a partir dos gaps de taxa de juro da sensibilidade da margem de juros, são utilizadas técnicas de simulação de margem financeira que incluem, nomeadamente, a elaboração de cenários previsionais da evolução do balanço da Caixa integrando comportamentos e tendências relevantes da atividade bancária, bem como cenários da evolução das diferentes taxas de mercado e das expectativas refletidas nas yield curves.

Perspetiva de longo prazo ou económica

A perspetiva de longo prazo, ou económica, de avaliação do risco de taxa de juro pretende estimar o efeito no valor económico do capital de variações adversas das taxas de juro. A metodologia utilizada para o efeito envolve o cálculo da duração dos ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro bem como do respetivo gap de duração, que permite aproximar o efeito no valor económico do capital de variações das taxas de juro.

Adicionalmente, e com o objetivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas a partir do gap de duração da sensibilidade do valor económico do capital, são utilizadas técnicas de simulação que compreendem a avaliação, e respetiva estimação, de todos os cash flows futuros gerados pelos ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro (full valuation).

A gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço, e da carteira bancária, é sustentada por um conjunto de "guidelines" aprovadas em sede de ALCO, que incluem a fixação de limites para um conjunto de variáveis significativas do nível de exposição a estes tipos de riscos. O objetivo dessas "guidelines" é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o trade-off rentabilidade-risco no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

De seguida apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade da CGD.

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2013	31-12-2012
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados		
Divida pública	361.582	488.773
Divida privada	8.623	8.855
	370.205	497.628
Ativos financeiros disponíveis para venda *		
Divida pública	7.164.303	6.433.095
Divida privada	9.286.951	9.788.048
	16.451.254	16.221.144
Ativos com acordo de recompra		
Divida pública	196.133	68.576
Divida privada	509.503	435.584
Crédito e valores titulados	-	286.029
	705.636	790.189
	17.527.094	17.508.961
Instrumentos financeiros derivados	1.544.434	2.204.848
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito *	3.818.365	6.439.700
Crédito a clientes *	59.145.397	63.421.443
Outros devedores *	2.452.265	2.565.788
Outras operações a regularizar	124.332	139.634
	67.084.794	74.771.412
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas		
Garantias e avales **	3.806.200	4.303.548
Créditos documentários abertos	233.688	196.421
Cartas de crédito *stand-by*	58.054	67.211
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	105.198	46.136
Contratos de depósitos a prazo a constituir	666	2.000
Linhas de crédito irrevogáveis	1.129.393	1.262.778
Outros compromissos irrevogáveis	729.011	799.080
Credit Default Swaps	108.009	164.740
	6.170.219	6.841.914
Exposição máxima	**90.782.107**	**99.122.287**

Qualidade de crédito de aplicações em instituições de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, considerando as classes agregadoras de risco (reduzido, médio e elevado) associadas aos *ratings* externos, e por país de origem da contraparte:

	31-12-2013					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Risco Reduzido	-	47.080	-	22.629	921	70.630
Risco Médio	9.412	35	-	-	4	9.451
Risco Elevado	100.114	-	-	-	-	100.114
Sem Rating	99.960	9	-	-	(267)	99.702
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	190.197	234	-	190.430
Empresas do Grupo CGD	2.332.057	741.837	-	16.729	257.415	3.348.038
	2.541.543	788.961	190.197	39.591	258.073	3.818.365

	31-12-2012					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Risco Reduzido	782.937	45.597	-	-	1	828.535
Risco Médio	-	62.220	1.066	11.830	2.267	77.383
Sem Rating	277.608	9	-	-	(677)	276.939
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	161.457	354	-	161.811
Empresas do Grupo CGD	2.829.333	2.111.964	-	13.776	139.958	5.095.031
	3.889.878	2.219.789	162.523	25.961	141.549	6.439.700

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de "rating" atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31-12-2013				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados					
AA+ até AA-	-	227.037	-	-	227.037
A+ até A-	-	43.226	-	-	43.226
BBB+ até BBB-	8.573	335	-	-	8.908
BB+ até BB-	106.250	-	-	-	106.250
Menor que B-	-	-	-	50	50
	114.823	270.598	-	50	385.471
Emitidos por:					
Governos e outras autoridades locais	106.250	270.598	-	-	376.848
Instituições financeiras	-	-	-	50	50
Outros emitentes	8.573	-	-	-	8.573
	114.823	270.598	-	50	385.471
Ativos financeiros registados ao justo valor através de reservas					
AAA	-	232.416	-	-	232.416
AA+ até AA-	-	53.565	21.757	-	75.322
A+ até A-	-	184.893	24.362	17.529	226.784
BBB+ até BBB-	3.749.899	231.036	49.495	-	4.030.430
BB+ até BB-	10.551.031	231.303	-	-	10.782.334
B+ até B-	40.206	24.033	-	-	64.239
Menor que B-	-	78.013	-	2.014	80.027
Sem Rating	1.641.278	8.793	-	-	1.650.071
	15.982.414	1.044.052	95.614	19.543	17.141.623
Emitidos por:					
Corporates	287.168	63.716	2.049	-	352.933
Governos e outras autoridades locais	7.318.427	4.986	21.757	-	7.345.170
Instituições financeiras	8.376.818	776.560	71.808	19.543	9.244.729
Outros emitentes	1	198.790	-	-	198.791
	15.982.414	1.044.052	95.614	19.543	17.141.623

	31-12-2012				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados					
AAA	-	21.834	-	-	21.834
AA+ até AA-	-	227.846	-	-	227.846
A+ até A-	-	49.885	-	-	49.885
BBB+ até BBB-	8.855	281	-	-	9.136
BB+ até BB-	188.927	-	-	-	188.927
	197.782	299.846	-	-	497.628
Emitidos por:					
Governos e outras autoridades locais	188.927	299.846	-	-	488.773
Outros emitentes	8.855	-	-	-	8.855
	197.782	299.846	-	-	497.628
Ativos financeiros registados ao justo valor através de reservas					
AAA	-	296.443	-	-	296.443
AA+ até AA-	-	134.389	35.651	-	170.040
A+ até A-	-	365.641	27.233	17.538	410.412
BBB+ até BBB-	4.059.886	297.092	48.340	-	4.405.318
BB+ até BB-	9.487.316	226.523	-	-	9.713.839
B+ até B-	38.818	34.059	-	-	72.877
Menor que B-	-	65.388	101	1.831	67.320
Sem Rating	1.576.952	12.102	-	-	1.589.054
	15.162.972	1.431.637	111.325	19.369	16.725.303
Emitidos por:					
Corporates	132.061	51.484	5.143	-	188.688
Governos e outras autoridades locais	6.403.071	62.949	35.651	-	6.501.671
Instituições financeiras	8.627.840	1.058.779	70.531	19.369	9.776.519
Outros emitentes	-	258.425	-	-	258.425
	15.162.972	1.431.637	111.325	19.369	16.725.303

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

Os mercados de crédito da dívida soberana da Zona Euro, com especial incidência em países da sua periferia caracterizados por relevantes desequilíbrios orçamentais, têm vindo a ser afetados por um contínuo ambiente de incerteza e instabilidade. Esta situação, visível no alargamento dos *spread* de risco associados a estas emissões, culminou com a necessidade de intervenção do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia junto dos governos da Grécia e da Irlanda (ainda em 2010) e, já no decorrer de 2011, junto de Portugal.

As principais características destas emissões no âmbito da atividade da Caixa e das suas sucursais em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2013				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2014	Após 2014	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados								
Portugal	83.428	22.822	-	106.250	106.250	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	163	-	163	163	-	-	
Itália	-	172	-	172	172	-	-	
	83.428	23.157	-	106.585	106.585	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação								
Portugal	4.709.669	2.606.188	2.570	7.318.427	7.318.427	-	44.561	
Grécia	-	3.677	-	3.677	3.677	-	(2.730)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	1.309	-	1.309	1.309	-	-	
Itália	-	-	-	-	-	-	-	
	4.709.669	2.611.174	2.570	7.323.413	7.323.413	-	41.830	
Total								
Portugal	4.793.097	2.629.010	2.570	7.424.677	7.424.677	-	44.561	BB-
Grécia	-	3.677	-	3.677	3.677	-	(2.730)	B-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	1.472	-	1.472	1.472	-	-	BBB-
Itália	-	172	-	172	172	-	-	BBB
	4.793.097	2.634.331	2.570	7.429.998	7.429.998	-	41.830	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2012					Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual								
	2013	2014	Após 2014	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados									
Portugal	123.416	48.188	17.323	-	188.927	188.927	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	134	-	134	134	-	-	
Itália	-	-	147	-	147	147	-	-	
	123.416	48.188	17.605	-	189.208	189.208	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação									
Portugal	3.793.972	1.737.427	869.331	2.342	6.403.071	6.403.071	-	98.087	
Grécia	-	-	2.608	-	2.608	2.608	-	(3.799)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	48.903	10.128	1.309	-	60.340	60.340	-	(1.162)	
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	
	3.842.875	1.747.555	873.248	2.342	6.466.020	6.466.020	-	93.126	
Total									
Portugal	3.917.387	1.785.615	886.654	2.342	6.591.998	6.591.998	-	98.087	BB-
Grécia	-	-	2.608	-	2.608	2.608	-	(3.799)	CCC
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	48.903	10.128	1.443	-	60.474	60.474	-	(1.162)	BBB-
Itália	-	-	147	-	147	147	-	-	A-
	3.966.290	1.795.743	890.853	2.342	6.655.228	6.655.228	-	93.126	

O ano de 2011 foi caraterizado pela diminuição da liquidez observada nestes mercados, com especial incidência nos intrumentos de dívida dos países intervencionados. Esta situação foi especialmente relevante no caso da República da Grécia, refletindo os efeitos das diversas fases de implementação do processo de reestruturação e reequilíbrio orçamental.

O segundo plano de resgate, negociado entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a República da Grécia em julho de 2011, e posteriormente retificado em outubro de 2011 (o qual previa um apoio global de 130 mil milhões de euros), contou igualmente com o envolvimento do Institute of International Finance, Inc ("IIF"), em representação das instituições financeiras suas associadas (o qual a CGD não integra). Este plano previa um perdão voluntário de dívida de 50%.

As eminentes dificuldades em assegurar o financiamento do seu défice público por parte da República da Grécia, assim como as incertezas decorrentes do processo de resgate e respetivos impactos nos credores, cenário este reforçado pelos sucessivos *downgrades* a que foram sujeitas as suas emissões de dívida pelas principais agências de notação, determinaram por parte da Caixa a decisão de se proceder ao reconhecimento de imparidade na exposição detida junto deste soberano, tendo o saldo acumulado das reservas de reavaliação negativas destas emissões, no montante de 10.667 mEuros em 31 de dezembro de 2011, sido reclassificadas para resultados desse exercício.

No início de março de 2012, em resultado das negociações realizadas no âmbito do programa de assistência à República da Grécia, a Caixa foi notificada das condições

inerentes ao envolvimento do setor privado neste processo ("Private Setor Involvement - PSI"), tendo por objetivo a redução da dívida pública deste soberano para 120,5% do PIB em 2020. Os termos do envolvimento do PSI previam diversas opções de troca das posições detidas por um conjunto de obrigações com diferentes maturidades, rendibilidades e valor nominal (face ao valor inicial da emissão original em causa), tendo a Caixa decidido pela adesão ao programa de troca. No decorrer do exercício de 2012 e em resultado da sua participação nesta operação, a Caixa não reconheceu perdas adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto "Justo valor".

Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda da Caixa inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

				31-12-2013			31-12-2012		
TIPO	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
Residential mortgage-backed securities									
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	-	-	-	567	-	(344)
	A- até A+	Senior	União Europeia	2.580	-	(574)	2.801	-	(655)
	Menor que A-	Senior	União Europeia	33.038	-	(5.844)	31.861	-	(10.584)
		Mezzanine	União Europeia	3.462	-	(1.721)	2.568	-	(2.589)
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2.542	-	(3.900)	1.308	-	(5.111)
	D	Mezzanine	América do Norte	-	-	-	101	(9.364)	-
				41.621	-	(12.039)	39.207	(9.364)	(19.283)
Collateralized Loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	7.000	-	(250)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	7.229	-	(1.689)	12.316	-	(2.323)
				7.229	-	(1.689)	19.316	-	(2.573)
				48.851	-	(13.728)	58.523	(9.364)	(21.855)

O movimento ocorrido nestes títulos no decorrer dos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2012	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do exercício		Variação da reserva de justo valor	Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2013
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade		
Residential mortgage-backed securities									
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	567	(701)	(211)	-	344	-
	A- até A+	Senior	União Europeia	2.801	(292)	(11)	-	81	2.580
	Menor que A-	Senior	União Europeia	31.861	(3.620)	57	-	4.740	33.038
		Mezzanine	União Europeia	2.568	-	26	-	868	3.462
	CCC	Mezzanine	União Europeia	1.308	-	23	-	1.210	2.542
	D	Mezzanine	América do Norte	101	(102)	1	-	-	-
Collateralized Loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	7.000	(7.236)	(13)	-	250	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	12.316	(5.918)	197	-	633	7.229
				58.523	(17.868)	69	-	8.127	48.851

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31-12-2013, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2012.

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2011	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do exercício		Variação da reserva de justo valor	Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2012
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade		
Commercial mortgage-backed securities									
	A- até A+	Senior	União Europeia	17.372	(18.452)	(1.011)	-	2.091	-
	C	Senior	União Europeia	2.697	(3.128)	(17)	-	448	-
Residential mortgage-backed securities									
	AAA	Senior	União Europeia	19.156	(19.426)	2.328	-	(2.059)	-
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	12.377	(10.191)	1.246	-	(834)	2.598
	A- até A+	Senior	União Europeia	14.397	(1.113)	(34)	-	149	13.399
	Menor que A-	Senior	União Europeia	18.526	(1.969)	(93)	-	2.768	19.232
		Mezzanine	União Europeia	2.427	(518)	80	-	578	2.568
	CCC	Mezzanine	América do Norte	199	-	(57)	-	(41)	101
	D	Mezzanine	União Europeia	746	-	(16)	-	578	1.308
Collateralized Loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	6.642	-	(70)	-	428	7.000
			Outros	36.702	(37.127)	(592)	-	1.017	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	6.944	-	95	-	5.277	12.316
	CCC	Mezzanine	União Europeia	434	(303)	(517)	-	385	-
Outros instrumentos financeiros									
	Sem rating	Senior	União Europeia	6.700	(6.700)	-	-	-	-
				145.320	(98.925)	1.344	-	10.785	58.523

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31-12-2012.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, incluindo saldos de ativos associados a operações de venda com acordo de recompra, apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2013					
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"default"*	Outros saldos	Total crédito	Justo valor das garantias de operações em default
Crédito a empresas						
Vincendo	23.222.762	2.162.442	1.776.674	901.475	28.063.353	
Vencido	105.549	186.290	2.894.857	1.654	3.188.350	
	23.328.312	2.348.733	4.671.530	903.129	31.251.704	*5.886.884*
do qual:						
Administração Central	769.616	-	3.030	-	772.646	
Governo Regional e Local	1.830.321	45.282	44.507	-	1.920.110	
Crédito à habitação						
Vincendo	28.061.921	799.313	1.149.070	117.222	30.127.526	
Vencido	2.417	4.732	1.115.790	511	1.123.451	
	28.064.339	804.045	2.264.860	117.733	31.250.977	*2.355.363*
Crédito ao consumo						
Vincendo	921.559	16.235	33.290	81.122	1.052.206	
Vencido	629	702	70.765	4.194	76.291	
	922.188	16.937	104.056	85.316	1.128.497	*97.118*
Outros Créditos						
Vincendo	74.875	3.623	3.228	290	82.017	
Vencido	1.813	490	43.555	296	46.155	
	76.688	4.114	46.784	587	128.172	*6.220*
Total crédito vincendo	52.281.117	2.981.613	2.962.262	1.100.110	59.325.102	
Total crédito vencido	110.409	192.216	4.124.968	6.655	4.434.247	
Total de crédito a clientes (Nota 9) (*)	52.391.526	3.173.829	7.087.230	1.106.765	63.759.349	
Crédito titulado associado a operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)	-	-	-	-	-	
Total	52.391.526	3.173.829	7.087.230	1.106.765	63.759.349	
do qual:						
Operações reestruturadas	*1.761.492*	*1.756.839*	*1.848.342*	-	*5.366.673*	

(*) Excluindo juros a receber líquidos de proveitos diferidos e comissões e correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura

	31-12-2012					
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"default"*	Outros saldos	Total crédito	Justo valor das garantias de operações em default
Crédito a empresas						
Vincendo	24.487.437	2.454.109	1.929.089	831.830	29.702.465	
Vencido	16.792	173.678	2.469.601	1.745	2.661.816	
	24.504.229	2.627.787	4.398.690	833.575	32.364.281	*6.539.284*
do qual:						
Administração Central	*1.325.184*	-	-	-	*1.325.184*	
Governo Regional e Local	*2.038.246*	*2.254*	*87.580*	-	*2.128.080*	
Crédito à habitação						
Vincendo	29.340.753	769.759	1.228.549	129.522	31.468.583	
Vencido	3.115	6.220	1.018.008	201	1.027.544	
	29.343.869	775.979	2.246.557	129.723	32.496.127	*2.563.515*
Crédito ao consumo						
Vincendo	1.031.656	68.723	36.879	92.321	1.229.579	
Vencido	221	4.079	86.000	4.782	95.082	
	1.031.877	72.802	122.879	97.103	1.324.661	*91.568*
Outros Créditos						
Vincendo	67.355	1.936	4.369	884.573	958.232	
Vencido	632	1.188	47.176	416	49.413	
	67.987	3.124	51.545	884.989	1.007.645	*3.688*
Total crédito vincendo	54.927.201	3.294.527	3.198.885	1.938.246	63.358.859	
Total crédito vencido	20.761	185.165	3.620.785	7.144	3.833.855	
Total de crédito a clientes (Nota 9) (*)	54.947.962	3.479.692	6.819.670	1.945.391	67.192.714	
Crédito titulado associado a operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)	-	-	-	283.726	283.726	
Total	54.947.962	3.479.692	6.819.670	2.229.117	67.476.441	
do qual:						
Operações reestruturadas	*1.113.224*	*1.220.610*	*810.999*	-	*3.144.833*	

(*) Excluindo juros a receber líquidos de proveitos diferidos e comissões e correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias. Adicionalmente, foram incluídos neste segmento os saldos de operações de "Crédito à habitação" com vencido até 30 dias caso estas já tivessem apresentado prestações vencidas por um período superior a 90 dias em data anterior ("default");
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Operações reestruturadas:

A CGD tem, ao longo da última década, efetuado investimentos significativos na área do diagnóstico, prevenção, acompanhamento e tratamento do crédito em risco assim como do crédito em incumprimento.

Em 2003 foi criado o Gabinete de Recuperação de Crédito (focado no desenvolvimento de ações com vista à implementação de soluções extrajudiciais para a regularização do incumprimento em operações de crédito hipotecário de clientes particulares) que deu origem, mais tarde, à Direção de Recuperação de Crédito, alargando o universo de clientes abrangidos a particulares com incumprimento em outros produtos e às empresas.

Em janeiro de 2012, face a um contexto económico extremamente adverso, com aumento exponencial de *non-performing loans*, e à consequente necessidade de uma nova abordagem ao sector empresarial por parte da CGD, foi criada a Direção de Acompanhamento de Empresas (DAE), cuja missão é acompanhar e recuperar os créditos concedidos a empresas, e respetivos grupos, com envolvimento na CGD (i) superior a 5 milhões de euros; (ii) com imparidades constituídas iguais ou superiores a 10% ou, (iii) independentemente do valor de imparidade, que pertençam a sectores de atividade de risco, privilegiando em todos os casos as soluções negociadas em detrimento do recurso à via judicial.

A par da mudança paradigmática associada ao cenário atual de crise socioeconómica em Portugal com aumento exponencial de *non-performing loans*, a CGD deu continuidade ao modelo implementado há já uma década na instituição desenvolvendo novas formas de abordagem tendo sempre em vista quer a recuperação do crédito concedido, quer a viabilização das empresas envolvidas (nas situações de crédito a empresas), quer ainda a manutenção de uma postura de suporte social aos seus clientes, demonstrada pela contínua procura e desenvolvimento de soluções extrajudiciais que permitam a manutenção da relação com o cliente em moldes vantajosos para ambas as partes.

Na DAE, face ao segmento de Empresas que acompanha, é desenvolvido um trabalho de avaliação caso a caso, não só dos clientes com operações em incumprimento *Non-performing loans*) mas igualmente de todas as entidades com ela relacionadas (numa visão de Grupo) tendo sempre em vista quer a recuperação do crédito concedido, quer a viabilização das empresas envolvidas, quer ainda a manutenção de uma postura de suporte social aos seus clientes, demonstrada pela contínua procura e desenvolvimento de soluções que permitam a manutenção da relação cliente / CGD em moldes vantajosos para ambas as partes. São igualmente analisadas potenciais sinergias setoriais face ao risco agravado de que são alvo alguns segmentos de atividade, avaliando-se a viabilidade das empresas numa perspetiva mais alargada, considerando igualmente os detentores de capital envolvidos com a mesma. Assim, na procura de soluções, são analisadas a estrutura acionista, capacidade de gestão, sustentabilidade do negócio, necessidades de investimento e tesouraria futuras, não negligenciando o valor proporcionado pelas garantias para conforto dos riscos assumidos.

É assim definida a solução a aplicar, que poderá passar por uma reestruturação da dívida (adequando o serviço da dívida, e em alguns casos renegociando as verbas em dívida, à capacidade da empresa em gerar fluxo financeiro suficiente), pelo acompanhamento de PERs ou insolvências com recuperação, pela cedência das próprias Empresas ou de ativos a Fundos de Reestruturação de Empresas ou Fundos Imobiliários, respetivamente, por contrapartida da liquidação dos créditos, pela dação de garantias, entre outras. A opção de renegociação e reestruturação de dívida ocorre sempre e apenas se for expetável, de acordo com a análise efetuada, que esta reestruturação permita a viabilização da empresa (no caso das empresas) e a recuperação dos créditos concedidos pela CGD (quer ao nível do crédito a empresas quer ao nível do crédito a particulares e empresários em nome individual).

No decorrer de 2013, foi criado um Projeto Transversal Estruturante (PTE) para análise e otimização da temática de acompanhamento, gestão e recuperação de crédito. No âmbito do referido PTE e, tendo em vista a prevenção do incumprimento, o trabalho em curso encontra-se focalizado no estabelecimento de procedimentos de acompanhamento,

controlo e recuperação do crédito em risco, homogéneos para toda a instituição (para a mesma tipologia de clientes). A estrutura deverá assentar na segmentação dos clientes por tipologia do risco de crédito (definindo-se *trigger*" para a sua caracterização automática em sistema), e a forma de atuação que se lhe encontra associada. Adicionalmente, estão também em fase de definição um conjunto de indicadores de acompanhamento do risco de crédito, a analisar de forma regular. Deverá também ser criado um Conselho Delegado de Acompanhamento de Crédito que avaliará o crédito considerado de risco e procederá à revisão de imparidades e definição da Unidade Operacional que deverá acompanhar o cliente, entre outras soluções de recuperação de crédito e mitigação de risco.

Igualmente relevante no processo de gestão de clientes em dificuldades financeiras na atividade bancária em Portugal, serão de destacar os requisitos normativos emanados pelo Decreto-Lei 227/2012, de 25 de Outubro, relativo ao Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e ao Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2013, bem como a Lei 58/2012, de 9 de Novembro, ao abrigo da qual foi criado um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, os quais refletem em grande medida os modelos, procedimentos e soluções de recuperação em vigor na Caixa.

Por último, de destacar o esforço desenvolvido pela CGD na adaptação dos seus sistemas aplicacionais aos requisitos da Instrução 18/2012 do Banco de Portugal (entretanto revogada pela Instrução 32/2013, de 31 de dezembro) de forma a permitirem a marcação automática de clientes em dificuldades financeiras e de operações objeto de reestruturação por dificuldades financeiras do devedor mediante a verificação de determinados eventos pré-estabelecidos, processo este complementado por intervenção manual sempre que forem detetados indícios externos que o justifiquem.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as operações identificadas como reestruturadas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013					
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Provisões	Valor de balanço líquido de provisões	Justo valor das garantias
Operações reestruturadas						
Sociedades não financeiras e setor público	3.614.904	709.782	4.324.686	(873.472)	3.427.488	1.789.942
Sociedades financeiras	106.046	385	106.431	(17.779)	90.066	17.636
Particulares	-	-	-	-	-	
habitação	855.350	39.409	894.760	(83.861)	819.038	211.737
consumo e outras finalidades	37.188	3.608	40.796	(12.317)	28.479	9.708
Total	4.613.489	753.184	5.366.673	(987.429)	4.365.072	2.029.023

	31-12-2012					
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Provisões	Valor de balanço líquido de provisões	Justo valor das garantias
Operações reestruturadas						
Sociedades não financeiras e setor público	2.421.681	297.313	2.718.994	(531.315)	2.187.679	993.209
Sociedades financeiras	60.517	26.596	87.113	(17.720)	69.393	84.436
Particulares						
habitação	316.308	10.019	326.327	(30.956)	295.371	81.607
consumo e outras finalidades	11.343	1.055	12.399	(3.559)	8.840	5.529
Total	2.809.849	334.984	3.144.833	(583.549)	2.561.283	1.164.781

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de dificuldades (i) na obtenção de recursos para financiamento dos ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação mas podendo, também, implicar uma restrição do crescimento dos ativos, e (ii) na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual dos ativos e passivos financeiros da instituição. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31-12-2013									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	758.063	-	-	-	-	-	-	-	-	758.063
Disponibilidades em outras instituições de crédito	461.171	-	-	-	-	-	-	-	-	461.171
Aplicações em instituições de crédito	2.336.924	188.171	494.229	217.507	217.122	401.658	39.786	24.053	182	3.919.630
Carteira de títulos										
Negociação	1.750	6.974	22.568	68.839	57.930	31.519	192.771	5.282	1.553.366	1.941.000
Outros (saldos brutos) [*]	38.383	671.040	855.985	3.751.502	1.972.133	2.436.420	4.447.002	9.030.022	1.700.810	24.903.298
Ativos com acordo de recompra	12.016	21.101	12.974	27.340	230.189	386.984	84.817	-	5.376	780.797
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	43.399	43.399
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.524.505	3.172.308	4.658.595	3.036.965	10.787.316	8.643.531	15.834.710	32.709.224	(61.981)	82.305.172
	7.132.812	4.059.594	6.044.351	7.102.152	13.264.690	11.900.112	20.599.086	41.768.582	3.241.152	115.112.531
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.679.499)	(1.129.614)	(424.312)	(1.057.799)	(5.099.154)	(293.777)	(701.951)	-	(2.260)	(10.388.366)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.701.221)	(1.701.221)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19.212.591)	(6.138.425)	(7.312.296)	(9.749.533)	(13.049.392)	(3.601.363)	(388.290)	(125.098)	(59.496)	(59.636.483)
Responsabilidades representadas por títulos	(110.166)	(1.202.228)	(136.725)	(1.236.672)	(3.973.700)	(1.063.988)	(1.647.757)	(135.315)	4.188	(9.502.362)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(12.522)	(24.989)	(38.093)	(76.962)	(339.732)	(411.799)	(1.204.844)	(6.626.757)	(45.459)	(8.781.159)
Outros passivos subordinados	(222)	(7.822)	(50.490)	(51.497)	(251.660)	(2.054.819)	(587.990)	(130.349)	6.072	(3.128.776)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.900)	(64.900)
Recursos consignados	-	(760)	(50.905)	(20.541)	(17.555)	(31.552)	(554.899)	(287.294)	(159)	(963.665)
	(21.015.000)	(8.503.838)	(8.012.821)	(12.193.004)	(22.731.193)	(7.457.298)	(5.085.731)	(7.304.812)	(1.863.235)	(94.166.932)
Derivados	(1.633)	(7.251)	5.833	27.453	32.195	48.724	82.966	220.590	-	408.875
Diferencial	(13.883.821)	(4.451.496)	(1.962.637)	(5.063.399)	(9.434.308)	4.491.538	15.596.321	34.684.359	1.377.917	21.354.474

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

	31-12-2012									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	923.915	-	-	-	-	-	-	-	-	923.915
Disponibilidades em outras instituições de crédito	340.370	-	2.814	-	-	-	-	-	76.577	419.762
Aplicações em instituições de crédito	2.865.042	1.098.228	270.734	683.002	1.405.566	118.076	67.687	21.910	511	6.530.756
Carteira de títulos										
Negociação	2.150	20.200	55.965	70.682	114.360	36.767	219.123	763	2.155.935	2.675.944
Outros (saldos brutos) [*]	248.708	1.268.702	1.276.413	1.792.368	3.055.511	1.882.118	4.421.808	8.740.412	785.634	23.471.674
Ativos com acordo de recompra	946	19.853	17.674	65.930	384.202	319.948	26.681	-	707.335	1.542.569
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	97.193	97.193
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.056.222	4.133.100	4.922.652	3.664.707	9.974.185	8.992.839	15.554.704	33.558.774	(195.264)	84.661.918
	8.437.353	6.540.084	6.546.252	6.276.688	14.933.823	11.349.747	20.290.003	42.321.859	3.627.921	120.323.731
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(2.898.641)	(1.818.510)	(558.998)	(770.487)	(6.552.344)	(849.952)	(7.263)	(10.872)	(49)	(13.467.116)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.296.505)	(2.296.505)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19.683.873)	(6.082.334)	(6.640.914)	(6.109.783)	(14.009.408)	(6.492.379)	(351.406)	(181.602)	(195.808)	(59.747.508)
Responsabilidades representadas por títulos	(235.824)	(999.245)	(1.116.251)	(1.231.878)	(4.551.540)	(2.501.372)	(1.746.787)	(202.034)	3.395	(12.581.535)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(13.150)	(25.683)	(38.639)	(77.325)	(323.425)	(365.107)	(1.105.510)	(6.643.544)	(25.656)	(8.618.039)
Outros passivos subordinados	(214)	(7.363)	(53.253)	(57.404)	(338.004)	(2.081.322)	(983.558)	(136.412)	9.339	(3.648.190)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.479)	(84.479)
Recursos consignados	-	(657)	(918)	(4.087)	(98.045)	(23.267)	(383.408)	(526.013)	(196)	(1.036.589)
	(22.831.702)	(8.933.791)	(8.408.974)	(8.250.963)	(25.872.765)	(12.313.400)	(4.577.933)	(7.700.475)	(2.589.959)	(101.479.962)
Derivados	(1.636)	(6.316)	6.724	69.790	45.357	41.601	82.287	220.832	-	458.639
Diferencial	(14.395.985)	(2.400.024)	(1.855.997)	(1.904.485)	(10.893.585)	(922.051)	15.794.357	34.842.217	1.037.961	19.302.408

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os juros projetados para as operações a taxa variável, incorporam as taxas "forward" implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência. Até 31 de dezembro de 2012, os elementos divulgados neste âmbito eram quantificados utilizando as taxas de juro em vigor à data de referência do exercício, mantendo-se constantes ao longo do período relevante de geração dos fluxos de caixa

futuros. De forma a assegurar a comparabilidade da informação, os dados de 31 de dezembro de 2012 apresentados foram reexpressos em conformidade com a nova metodologia em vigor.

No caso particular do Crédito à Habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expetativas relativas a taxas de reembolso antecipado determinadas em função da análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, e diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Títulos de dívida e de capital: reafetação do montante com adequada liquidez para o *bucket* “Até 1 mês”, com exceção dos títulos de dívida onerados que foram alocados aos *buckets* correspondentes ao vencimento das operações que estavam a colaterizar. Até 31 de dezembro de 2012, os títulos de dívida onerados eram alocados ao *bucket* "Indeterminado", pelo que para assegurar a comparabilidade da informação os dados comparativos de 31 de dezembro de 2012 apresentados foram reexpressos em conformidade com a nova metodologia em vigor;
- Depósitos à ordem de clientes: reafetação do saldo de *core deposits* do *bucket* “Até 1 mês” para o *bucket* “Mais de 10 anos”;
- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede): foram estimados prazos esperados de permanência (que diferem dos prazos contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por *bucket*;

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

	31-12-2013									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	758.063	-	-	-	-	-	-	-	-	758.063
Disponibilidades em outras instituições de crédito	461.171	-	-	-	-	-	-	-	-	461.171
Aplicações em instituições de crédito	2.330.918	180.998	488.202	203.281	177.628	370.285	34.008	19.619	182	3.805.120
Carteira de títulos										
Negociação	137.062	1.018	3.225	9.000	99.860	2.627	27.233	82.820	1.524.591	1.887.437
Outros (líquido de imparidade)	6.821.516	97.787	120.637	539.078	4.864.062	266.665	479.806	4.869.153	268.723	18.327.426
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	420.678	292.581	-	-	-	-	-	-	(7.624)	705.636
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.391.816	2.940.402	4.287.700	2.466.494	8.509.152	6.183.858	10.055.681	21.551.979	(61.981)	59.325.101
	14.321.224	3.512.786	4.899.763	3.217.852	13.650.701	6.823.435	10.596.729	26.523.571	1.723.892	85.269.953
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.675.229)	(1.106.038)	(413.294)	(1.022.349)	(4.997.868)	(220.911)	(554.830)	-	(2.260)	(9.992.779)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.701.221)	(1.701.221)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.893.120)	(3.691.534)	(4.142.958)	(10.000.541)	(17.169.952)	(6.192.664)	(2.588.423)	(11.834.469)	(62.836)	(57.576.497)
Responsabilidades representadas por títulos	(27.858)	(1.138.722)	(122.700)	(1.047.924)	(3.572.146)	(886.155)	(1.509.972)	(135.004)	4.188	(8.436.292)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.627)	(15.551)	(22.738)	(45.285)	(171.053)	(152.552)	(369.148)	(3.921.383)	(45.459)	(4.750.797)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	(21.209)	(1.931.088)	(537.552)	(100.000)	6.072	(2.583.777)
Recursos consignados	-	-	(50.000)	(16.667)	-	-	(458.196)	(250.684)	(159)	(775.705)
	(3.603.834)	(5.951.845)	(4.751.689)	(12.132.766)	(25.932.227)	(9.383.370)	(6.018.121)	(16.241.540)	(1.801.675)	(85.817.068)
Diferencial	10.717.390	(2.439.060)	148.074	(8.914.913)	(12.281.526)	(2.559.935)	4.578.607	10.282.032	(77.784)	(547.114)

	31-12-2012									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	923.900	-	-	-	-	-	-	-	-	923.900
Disponibilidades em outras instituições de crédito	343.258	-	-	-	-	-	-	-	76.504	419.762
Aplicações em instituições de crédito	2.769.178	1.089.789	263.910	656.127	1.381.688	104.859	52.547	18.939	88.750	6.425.788
Carteira de títulos										
Negociação	154.000	3.060	8.145	9.349	172.555	3.300	30.119	113.971	2.114.577	2.609.076
Outros (líquido de imparidade)	5.671.582	192.237	188.171	246.014	6.233.759	210.108	507.268	4.962.471	(737.500)	17.474.109
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	-	750.086	-	-	-	-	-	-	747.630	1.497.716
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.914.921	3.865.848	4.566.532	2.702.560	8.016.052	7.156.491	11.319.852	22.011.864	(195.261)	63.358.859
	13.776.838	5.901.022	5.026.758	3.614.050	15.804.053	7.474.758	11.909.786	27.107.245	2.094.700	92.709.210
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(2.890.155)	(1.758.964)	(546.113)	(725.394)	(6.275.851)	(767.699)	(5.416)	(6.409)	(49)	(12.976.050)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.296.505)	(2.296.505)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.810.021)	(4.161.813)	(3.298.217)	(6.898.605)	(18.200.882)	(8.984.822)	(2.543.619)	(11.653.493)	(99.978)	(57.651.449)
Responsabilidades representadas por títulos	(178.738)	(915.050)	(1.058.720)	(1.043.930)	(4.020.476)	(2.313.401)	(1.563.432)	(197.493)	3.395	(11.287.844)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.717)	(15.448)	(23.204)	(46.496)	(186.963)	(189.423)	(484.880)	(3.938.102)	(25.656)	(4.917.889)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	(110.728)	(1.875.918)	(906.597)	(100.000)	9.339	(2.983.904)
Recursos consignados	-	-	-	-	(83.333)	-	(289.242)	(481.189)	(196)	(853.960)
	(4.886.630)	(6.851.275)	(4.926.255)	(8.714.424)	(28.878.234)	(14.131.262)	(5.793.186)	(16.376.685)	(2.409.650)	(92.967.602)
Diferencial	8.890.208	(950.253)	100.503	(5.100.374)	(13.074.181)	(6.656.504)	6.116.600	10.730.559	(314.950)	(258.392)

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro advém da possibilidade dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, ou o seu justo valor, se alterarem, em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua data de maturidade ou data de refixação de taxa de juro, é apresentado nos quadros seguintes:

	31-12-2013								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	739.512	18.551	-	-	-	-	-	-	758.063
Disponibilidades em outras instituições de crédito	461.171	-	-	-	-	-	-	-	461.171
Aplicações em instituições de crédito	2.421.582	421.735	691.839	74.191	151.546	4.388	39.837	-	3.805.120
Carteira de títulos									
Negociação	-	-	6.500	21.500	60.000	42.000	204.071	1.553.366	1.887.437
Outros (líquido de imparidade)	30.904	541.889	5.837.572	901.931	6.470.595	918.700	1.925.027	1.700.810	18.327.426
Ativos com acordo de recompra	22.478	54.877	256.704	10.000	20.200	175.500	160.500	5.376	705.636
Crédito a clientes (bruto)	2.494.256	14.604.944	22.097.733	17.155.901	705.674	511.833	1.816.740	(61.981)	59.325.101
	6.169.904	15.641.996	28.890.348	18.163.523	7.408.015	1.652.422	4.146.175	3.197.571	85.269.953
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(896.850)	(778.379)	(1.879.250)	(413.294)	(1.022.349)	(4.981.065)	(19.332)	(2.260)	(9.992.779)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	(1.701.221)	(1.701.221)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(15.824.301)	(4.831.987)	(8.914.517)	(11.388.740)	(9.240.403)	(7.071.350)	(245.593)	(59.606)	(57.576.497)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.500)	(25.358)	(1.713.722)	(122.700)	(1.122.326)	(3.212.744)	(2.241.131)	4.188	(8.436.292)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(65.908)	(1.126.521)	(2.424.423)	(1.088.128)	(207)	(91)	(61)	(45.459)	(4.750.797)
Outros passivos subordinados	-	(100.000)	(451.524)	(558.552)	(369.045)	-	(1.110.728)	6.072	(2.583.777)
Recursos consignados	-	-	(692.773)	-	-	-	(82.773)	(159)	(775.705)
	(16.789.559)	(6.862.245)	(16.076.208)	(13.571.414)	(11.754.330)	(15.265.250)	(3.699.617)	(1.798.445)	(85.817.068)
Derivados (valor nocional)									
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps	5.004.545	159.868	(1.400.031)	(1.455.869)	(183.128)	(414.342)	(1.741.219)	-	(30.176)
Futuros sobre taxa de juro	-	-	974.163	-	-	-	-	-	974.163
Forward rate agreements (FRAs)	-	-	-	-	-	-	35.000	-	35.000
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	(227.422)	-	(227.422)
	5.004.545	159.868	(425.868)	(1.455.869)	(183.128)	(414.342)	(1.933.641)	-	751.564
Exposição Líquida	(5.615.109)	8.939.619	12.388.272	3.136.240	(4.529.444)	(14.027.171)	(1.487.083)	1.399.126	204.450

	31-12-2012								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	547.025	376.875	-	-	-	-	-	-	923.900
Disponibilidades em outras instituições de crédito	343.258	-	-	-	-	-	-	76.504	419.762
Aplicações em instituições de crédito	2.539.933	1.823.386	1.662.071	2.823	247.213	28.304	33.307	88.750	6.425.788
Carteira de títulos									
Negociação	-	-	20.000	54.300	62.327	92.958	223.556	2.155.935	2.609.076
Outros (líquido de imparidade)	44.151	851.804	6.591.475	1.360.392	4.676.233	2.196.427	967.992	785.634	17.474.109
Ativos com acordo de recompra	23.496	31.369	355.017	217.500	8.000	110.000	45.000	707.335	1.497.716
Crédito a clientes (bruto)	2.316.904	16.393.938	23.473.547	18.221.842	935.839	505.332	1.742.369	(230.912)	63.358.859
	5.814.766	19.477.371	32.102.109	19.856.857	5.929.612	2.933.022	3.012.225	3.583.247	92.709.210
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(2.357.610)	(532.544)	(2.533.071)	(546.113)	(725.394)	(6.275.851)	(5.416)	(49)	(12.976.050)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	(2.296.505)	(2.296.505)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(14.869.965)	(6.198.795)	(8.825.977)	(10.296.686)	(4.783.017)	(12.121.564)	(398.007)	(157.439)	(57.651.449)
Responsabilidades representadas por títulos	(27.738)	(226.879)	(1.688.150)	(1.268.673)	(691.979)	(4.038.495)	(3.349.326)	3.395	(11.287.844)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(67.977)	(1.177.450)	(2.520.003)	(1.126.329)	(160)	(252)	(61)	(25.656)	(4.917.889)
Outros passivos subordinados	-	(100.000)	(359.151)	(558.552)	(768.945)	-	(1.206.595)	9.339	(2.983.904)
Recursos consignados	-	-	(762.855)	-	-	-	(90.909)	(196)	(853.960)
	(17.323.290)	(8.235.669)	(16.689.208)	(13.796.353)	(6.969.495)	(22.436.162)	(5.050.314)	(2.467.111)	(92.967.602)
Derivados (valor nocional)									
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps	6.264.701	(661.708)	(2.749.645)	(310.117)	(945.490)	(1.061.372)	(492.028)	-	44.341
Futuros sobre taxa de juro	-	-	1.433.987	99.830	2.046.640	-	-	-	3.580.457
Forward rate agreements (FRAs)	-	-	-	-	-	-	5.000	-	5.000
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	133	133
	6.264.701	(661.708)	(1.315.658)	(210.287)	1.101.150	(1.061.372)	(487.028)	133	3.629.931
Exposição Líquida	(5.243.823)	10.579.994	14.097.243	5.850.217	61.267	(20.564.512)	(2.525.116)	1.116.268	3.371.538

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correções de valor.

Na sua construção foram utilizados os seguintes pressupostos:

- As disponibilidades em bancos centrais foram classificadas nas colunas até 1 mês, e os depósitos à ordem de clientes foram classificados na coluna “<= 7 dias”;
- A diferença entre o valor nominal e o valor de mercado dos títulos de dívida registados ao justo valor está considerada na coluna "Indeterminado", incluindo a componente de juros corridos;
- Os instrumentos de capital foram classificados na coluna "Indeterminado".

Justo valor

Os quadros seguintes apresentam o valor de balanço e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31-12-2013				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	758.127	758.127	-	-	758.127
Disponibilidades em outras instituições de crédito	465.338	465.338	-	-	465.338
Aplicações em instituições de crédito	3.799.561	3.803.085	3.524	18.804	3.818.365
Ativos com acordo de recompra	705.636	705.636	-	-	705.636
Crédito a clientes	59.444.444	52.019.319	(7.425.125)	112.985	59.557.428
	65.173.106	57.751.505	(7.421.601)	131.789	65.304.895
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	10.046.729	10.000.881	45.848	41.062	10.087.791
Recursos de clientes e outros empréstimos	57.986.466	58.645.671	(659.205)	146.177	58.132.643
Responsabilidades representadas por títulos	8.612.310	8.551.285	61.025	13.269	8.625.579
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	4.710.086	4.489.608	220.478	42.882	4.752.968
Outros passivos subordinados	2.602.422	2.431.057	171.365	(6.072)	2.596.350
Recursos consignados	775.546	789.274	(13.728)	159	775.705
	84.733.559	84.907.776	(174.216)	237.476	84.971.036

	31-12-2012				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	924.055	923.902	(153)	-	924.055
Disponibilidades em outras instituições de crédito	424.551	424.551	-	-	424.551
Aplicações em instituições de crédito	6.356.400	6.387.126	30.726	83.300	6.439.700
Ativos com acordo de recompra	1.500.019	1.511.236	11.217	-	1.500.019
Crédito a clientes	63.531.710	58.333.537	(5.198.173)	470.535	64.002.245
	72.736.735	67.580.352	(5.156.383)	553.835	73.290.570
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	13.059.736	13.142.888	(83.152)	43.580	13.103.316
Recursos de clientes e outros empréstimos	58.024.969	58.596.769	(571.800)	222.875	58.247.843
Responsabilidades representadas por títulos	11.530.214	11.166.946	363.269	18.460	11.548.675
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	4.920.334	4.927.941	(7.607)	-	4.920.334
Outros passivos subordinados	2.987.459	2.635.492	351.967	(9.339)	2.978.121
Recursos consignados	853.960	877.647	(23.687)	-	853.960
	91.376.672	91.347.681	28.991	275.576	91.652.248

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida cotadas cujos preços foram considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos financeiros foi determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos de taxa variável. Para o efeito foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de desconto apropriadas ao tipo de instrumento, incluindo:

. Taxas de juro de mercado incorporando os spreads médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito.;

. Taxas de juro de mercado incorporando os spreads médios praticados nas novas operações de crédito e de depósitos de clientes, para tipos de crédito e de depósitos comparáveis;

- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:

. O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;

. Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo efetuado pela Caixa.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	31-12-2013			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	386.030	371	-	386.401
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	379.151	-	251.527	630.678
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.759.483	3.387.077	6.531.740	17.678.300
Ativos financeiros com acordo de recompra	488.435	209.679	7.522	705.636
Derivados de negociação	321	(141.294)	(59.213)	(200.186)
Derivados de cobertura	-	42.169	(63.670)	(21.501)
	9.013.420	3.498.002	6.667.906	19.179.328

	31-12-2012			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	500.884	537	-	501.421
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	33.371	79.809	-	113.180
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.065.456	4.071.326	5.203.840	17.340.622
Ativos financeiros com acordo de recompra	989.185	224.805	-	1.213.990
Derivados de negociação	(9)	(188.446)	(395)	(188.850)
Derivados de cobertura	-	12.714	-	12.714
	9.588.887	4.200.746	5.203.445	18.993.078

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

. **Nível 1** - Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;

. **Nível 2** - Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;

. **Nível 3** - Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos ou cotações fornecidadas por entidades externas que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros disponíveis para venda					Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida			Subtotal		
				Asset-backed securities	Collateralized Loan Obligation	Outras Obrigações			
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2012	-	-	163.584	5.040.256	-	-	5.203.840	(395)	5.203.445
Aquisições	1.152	1.152	335.079	-	-	1	335.079	(301)	335.931
Amortizações	-	-	-	(220.647)	-	-	(220.647)	395	(220.252)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	-	-	-	36.843	-	-	36.843	-	36.843
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	10.724	(2.918)	-	-	7.806	-	7.806
Imparidade reconhecida no exercicio	-	-	(60.978)	-	-	-	(60.978)	-	(60.978)
Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	250.375	250.375	682.456	376.145	7.229	171.487	1.237.318	(122.582)	1.365.111
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2013	251.527	251.527	1.130.865	5.229.680	7.229	171.487	6.539.262	(122.883)	6.667.906

	Ativos financeiros disponíveis para venda					Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida			Subtotal		
		Asset-backed securities	Collateralized Loan Obligation	Outras Obrigações			
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2011	149.702	5.183.964	-	-	5.333.666	(640)	5.333.027
Aquisições	41.789	-	-	-	41.789	-	41.789
Amortizações	-	(183.537)	-	-	(183.537)	-	(183.537)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	-	37.201	-	-	37.201	244	37.446
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	297	2.627	-	-	2.924	-	2.924
Imparidade reconhecida no exercicio	(28.205)	-	-	-	(28.205)	-	(28.205)
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2012	163.584	5.040.256	-	-	5.203.840	(395)	5.203.445

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os títulos valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) – instrumentos de dívida – "Asset backed securities"- incluem 4.846.465 mEuros e 5.029.908 mEuros de obrigações emitidas pela Tagus no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2, os quais nestas datas se encontram valorizados pelo respetivo valor nominal (Notas 6 e 20).

Em 31 de dezembro de 2013, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação, de aproximadamente 4.155 mEuros (9.158 mEuros em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos de capital valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) incluem essencialmente estruturas de investimento valorizadas com base em dados relativos ao valor líquido dos ativos subjacentes (*Net asset value*) disponibilizadas pelas entidades gestoras ou outros prestadores de serviços de informação.

No exercício de 2013 as transferências entre níveis 1 e 2 de classificação da hierarquia de justo valor apresentaram o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Tranferências de nivel 1 para nivel 2	Transferências de nivel 2 para nível 1	Tranferências de nivel 1 para nivel 2	Transferências de nivel 2 para nível 1
Instrumentos de dívida	-	194	73.263	41.370
	-	194	73.263	41.370

As transferências observadas entre níveis de classificação nos níveis de hierarquia de determinação do justo valor ocorridas em 2013 decorrem essencialmente da reavaliação das fontes disponíveis para valorização destes activos (mercado ou contrapartes externas).

Instrumentos financeiros derivados

As transações de derivados financeiros são efetuadas em mercados organizados e em mercados OTC.

As operações de derivados cotados são avaliadas com recurso a cotações extraídas de sistemas de divulagação de informação financeira (*Reuters/Bloomberg*).

A avaliação de derivados OTC é efetuada com recurso a modelos teóricos comummente aceites, mais ou menos complexos dependendo das características do produto em causa:

- Desconto dos cash-flows futuros através da curva de taxa de juro adequada;
- Avaliações apuradas com modelos estatísticos, aceites no mercado, como por exemplo *Black & Scholes*.

O tipo de *inputs* necessários à valorização também depende das características das operações, mas genericamente são curvas de taxa de juro, curvas de volatilidade, preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yields*.

As curvas de taxa de juro são construídas com taxas de depósitos e cotações de swaps extraídas da Reuters/Bloomberg, havendo moedas, as de maior exposição, para as quais é aplicado um ajustamento via futuros de taxa de juro ou FRAs. Dependendo do prazo do indexante da operação, estão disponíveis curvas distintas para geração de fluxos futuros.

As curvas de volatilidade são construídas com base nas volatilidades implícitas nas cotações das opções cotadas existentes para o subjacente. Caso não existam opções cotadas para um determinado subjacente, é apurada volatilidade histórica com base nas séries de preço históricas dos constituintes.

Os preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yield* são extraídos da Reuters/Bloomberg.

Até 31 de dezembro de 2012, a determinação do justo valor dos derivados era efetuada com base no valor descontado dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa de juro sem risco. No decorrer do exercício de 2013, em resultado da adoção da IFRS 13 (Nota 2.2), a Caixa incorprou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos (add-ons) para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, em função da sua exposição atual, a Caixa adotou metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo. O justo valor assim obtido é assim composto pela valorização sem risco afetada deste adicional.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor dos ajustamentos relativos a CVA (*credit value adjustments*) registados na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", e DVA (*debit value adjustements*) registados na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação", ascendiam a 52.127 mEuros e 3.442 mEuros, respetivamente.

Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos cash flows futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos cash flows resultantes de taxas forward (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou

FRAs) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/rating da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a viabilidade de observação direta nas fontes de informação de inputs para valorização. São alocadas ao nível 2 as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os inputs utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	31-12-2013			31-12-2012		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,1200	0,1500	0,4100	0,0100	0,3000	0,4250
1 mês	0,1800	0,1800	0,4200	0,0600	0,3500	0,5300
2 meses	0,2089	0,2100	0,4600	0,0947	0,4000	0,5400
3 meses	0,2351	0,2325	0,4936	0,1290	0,4149	0,5600
6 meses	0,3093	0,2549	0,5383	0,2351	0,3660	0,5505
9 meses	0,3304	0,2761	0,5787	0,2504	0,3621	0,5512
1 ano	0,3609	0,2990	0,6284	0,2781	0,3652	0,5544
2 anos	0,5190	0,4790	0,9947	0,3790	0,4035	0,7076
3 anos	0,7373	0,8490	1,4039	0,4727	0,4930	0,7696
5 anos	1,2562	1,7440	2,1170	0,7714	0,8380	1,0197
7 anos	1,6811	2,4150	2,5693	1,1317	1,2570	1,3665
10 anos	2,1558	3,0110	2,9919	1,5753	1,7630	1,8749
15 anos	2,5848	3,5070	3,3210	2,0184	1,9040	2,4388
20 anos	2,7178	3,7060	3,4208	2,1715	2,2990	2,7458
25 anos	2,7438	3,7940	3,4433	2,2203	2,5210	2,9084
30 anos	2,7348	3,8395	3,4397	2,2413	2,6370	2,9885

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os valores da curva de crédito do governo português e alemão eram os seguintes:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	0,8231	0,1027	1,1791	-0,0022
6 meses	1,1033	0,1257	1,5485	-0,0022
9 meses	1,2105	0,1319	2,0127	-0,0022
1 ano	1,2808	0,1383	2,1441	-0,0022
2 anos	3,2942	0,1809	3,3959	-0,0022
3 anos	3,9012	0,3888	4,4682	-0,0022
5 anos	5,1150	0,9328	5,2956	0,0462
7 anos	5,7238	1,3962	6,4514	0,3132
10 anos	6,0551	1,9705	6,7529	0,7502
15 anos	6,2115	2,3071	6,8670	1,2968
20 anos	6,2713	2,5502	6,8889	1,7265
25 anos	6,3069	2,7613	6,8973	2,0333
30 anos	6,3207	2,7580	6,9084	2,1204

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31-12-2013	31-12-2012
EUR/USD	1,3791	1,3194
EUR/GBP	0,8337	0,8161
EUR/CHF	1,2276	1,2072
EUR/AUD	1,5423	1,2712
EUR/JPY	144,72	113,61
EUR/BRL	3,2576	2,7036

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- "Value-at-Risk" (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de "trading" – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

. Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras da Caixa;

. Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade;

. Testes de esforço (*Stress Tests*).

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos::

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria);
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria);
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- *decay fator*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são implicitas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	3.658	11.252	3.658	10.123
Cambial	97	2.882	24	134
Preço	-	1.788	-	165
Volatilidade	-	3	-	-
Efeito diversificação	(116)	-	-	(282)
	3.639	11.821	3.639	10.139

Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	1.784	8.374	1.784	8.437
Cambial	1.846	3.887	321	1.504
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(1.177)	-	-	(1.749)
	2.453	8.216	2.347	8.192

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	230	513	230	477
Cambial	27	4.355	5	117
Preço	2.057	4.208	1.604	3.832
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(289)	-	-	(605)
	2.026	4.198	1.925	3.821

Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	161.059	206.246	106.771	152.665
Cambial	93	520	1	99
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(47)	-	-	(61)
	161.105	206.242	106.799	152.703

Atividade da Sucursal de Londres (VaR 99%, 10 dias)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	9.662	25.081	8.902	16.147
Cambial	175	599	30	39
Preço	810	1.379	160	223
Volatilidade	863	1.001	171	182
Efeito diversificação	(1.666)	-	-	(374)
	9.844	25.011	9.083	16.217

O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

A análise de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro está enquadrada pela Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, que incorpora as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia em sede de Pilar II de Basileia II, e no documento de suporte "*Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*".

No âmbito dos requisitos prudenciais de reporte estabelecidos pela Instrução nº 19/2005, a CGD calcula o impacto de uma variação das taxas de juro de +200 bps no justo valor de todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais da carteira bancária, não abrangidos pela carteira de negociação, em base consolidada, pelo que a respetiva divulgação é apresentada na Nota de Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

No que diz respeito à análise de sensibilidade da margem financeira a variações das taxas de juro, o quadro seguinte apresenta o efeito na margem projetada para a CGD de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de referência de ±50, ±100 e ±200 bps, para os exercícios de 2014 e 2013:

	SENSIBILIDADE DA MARGEM FINANCEIRA PROJETADA					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2013	4.495	(1.127)	(25.792)	141.612	283.499	568.056
Exercício de 2014	(37.994)	(24.683)	(47.229)	129.533	260.262	525.112

A análise apresentada no quadro acima exclui o efeito na margem financeira de deslocações paralelas das curvas de taxas de juro de referência para as operações das Sucursais do Luxemburgo, de Timor e do Zhuhai.

No apuramento dos impactos apresentados foi considerado que o *stock* em balanço de ativos e passivos sensíveis a taxa de juro, nas datas de referência do cálculo, teria uma evolução de acordo com o enquadramento macroeconómico antecipado para os exercícios de 2014 e 2013, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, às condições de mercado e de estratégia de negócio previstas para os referidos exercícios.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores não tem em consideração alterações estruturais de balanço, ou das políticas de gestão do risco de taxa de juro, que pudessem vir a ser adotadas em consequência das variações analisadas das taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	31-12-2013						
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de derivados de negociação	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	717.439	29.769	1.976	187	8.757	-	758.127
Disponibilidades em outras instituições de crédito	381.655	14.412	4.773	49.048	15.451	-	465.338
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	939.448	76.142	-	-	1.489	1.501.035	2.518.114
Ativos financeiros disponíveis para venda	17.850.203	151.462	-	-	-	-	18.001.665
Aplicações em instituições de crédito	3.487.961	294.257	4.519	9.502	35.856	-	3.832.094
Ativos com acordo de recompra	645.209	60.427	-	-	-	-	705.636
Crédito a clientes	63.152.294	746.899	76.607	598	4.757	-	63.981.155
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(4.986.239)	(64.079)	(1.002)	-	(276)	-	(5.051.596)
	82.187.971	1.309.288	86.873	59.335	66.032	1.501.035	85.210.534
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7.059.434)	(2.587.183)	(14.354)	(4.191)	(422.630)	-	(10.087.791)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(1.701.221)	(1.701.221)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(56.486.030)	(1.527.623)	(27.636)	(50.223)	(41.130)	-	(58.132.643)
Responsabilidades representadas por títulos	(8.425.759)	(12.687)	-	(187.133)	-	-	(8.625.579)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(4.752.968)	-	-	-	-	-	(4.752.968)
Outros passivos subordinados	(2.596.350)	-	-	-	-	-	(2.596.350)
Recursos consignados	(775.705)	-	-	-	-	-	(775.705)
	(80.096.246)	(4.127.493)	(41.990)	(241.546)	(463.760)	(1.701.221)	(86.672.257)
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(2.592.175)	2.175.757	(18.647)	39.386	365.817	-	(29.862)
Swaps de taxa de juro	(401.918)	186.556	-	185.185	-	-	(30.177)
Outros Swaps	25.000	3.626	-	-	-	-	28.626
Futuros	(1.304.584)	719	-	-	-	-	(1.303.865)
FRAs	35.000	-	-	-	-	-	35.000
Opções e Caps & Floors	(194.013)	24.349	-	-	(21.961)	-	(191.625)
Operações cambiais a prazo	(108.547)	103.757	(441)	(957)	6.596	-	408
	(4.541.237)	2.494.764	(19.088)	223.614	350.452	-	(1.491.495)
	(2.449.512)	(323.441)	25.795	41.403	(47.276)	(200.186)	(2.953.218)

	31-12-2012						
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de derivados de negociação	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	878.946	34.214	1.679	246	8.970		924.055
Disponibilidades em outras instituições de crédito	349.974	11.682	8.072	4.421	50.402		424.551
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	534.792	79.809	-	-		2.107.655	2.722.256
Ativos financeiros disponíveis para venda	17.809.506	168.692	-	-	-		17.978.198
Aplicações em instituições de crédito	6.110.477	306.627	15.668	5.502	15.327		6.453.601
Ativos com acordo de recompra	1.443.178	59.382	-	-	-		1.502.559
Crédito a clientes	66.740.395	603.284	90.348	1.438	6.326		67.441.790
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(4.225.757)	(65.508)	(288)	-	(1.433)		(4.292.987)
	89.641.510	1.198.182	115.478	11.607	79.592	2.107.655	93.154.023
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(10.753.795)	(1.914.080)	(48.518)	(6.805)	(380.117)		(13.103.316)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(2.296.505)	(2.296.505)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(57.171.077)	(914.175)	(24.603)	(62.951)	(75.038)		(58.247.843)
Responsabilidades representadas por títulos	(11.194.727)	(35.320)	-	(318.336)	(291)		(11.548.675)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(4.920.334)	-	-	-	-		(4.920.334)
Outros passivos subordinados	(2.978.121)	-	-	-	-		(2.978.121)
Recursos consignados	(853.960)	-	-	-	-		(853.960)
	(87.872.014)	(2.863.576)	(73.121)	(388.092)	(455.446)	(2.296.505)	(93.948.753)
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(1.277.282)	973.933	(64.961)	-	340.238	-	(28.072)
Swaps de taxa de juro	(362.203)	17.720	-	378.928	9.896	-	44.341
Outros swaps	45.000	37.896	-	-	-	-	82.896
Futuros	(4.020.569)	(639)	-	-	-	-	(4.021.208)
FRAs	(5.000)	-	-	-	-	-	(5.000)
Opções e Caps & Floors	141	-	-	-	-	-	141
Operações cambiais a prazo	(38.644)	(277.124)	(26.567)	(2.240)	363.297	-	18.722
	(5.658.558)	751.786	(91.528)	376.688	713.431	-	(3.908.181)
	(3.889.062)	(913.608)	(49.171)	203	337.577	(188.851)	(4.702.910)

Análise de VaR – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição global e o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

VaR Cambial 99% 10d

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
Rand da África do Sul	2.974	5.351	4.387	4.547
Pataca de Macau	6.521	14.937	2.985	12.287
Dólar dos Estados Unidos	930	4.095	5	3.604
Real do Brasil	7.627	9.873	8.012	8.226
Libra esterlina	256	2.491	5	501
Outras Moedas	3.537	-	-	5.982
Efeito diversificação	(7.576)	-	-	(19.527)
TOTAL	14.269	-	-	15.620

41. GESTÃO DE CAPITAL

Quadro regulamentar atual

Os objetivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade;

Para atingir os objetivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade da instituições de crédito em Portugal é regulada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, refletindo, em larga medida, as Diretivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro (Diretivas 2006/48/CE, 2006/49/CE e 2010/76/EU).

Até 31 de Dezembro de 2013, os elementos constituintes do capital do Grupo CGD (fundos próprios de base, fundos próprios complementares e deduções) são os constantes do Aviso 6/2010, com as alterações introduzidas pelos Avisos 7/2011, 2/2012 e 3/2013, todos emitidos pelo Banco de Portugal.

Para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e de mercado, o Grupo utiliza o respetivo método padrão. Para risco operacional utiliza, desde de junho de 2009, o método standard (em substituição do método básico).

Os anos de 2011 e 2012 foram particularmente marcados por intervenções regulamentares do Banco de Portugal, com a emissão de um conjunto alargado de Avisos e outros instrumentos normativos relacionados com matérias de natureza prudencial, dos quais se destacam:

Em abril de 2011, através do Aviso 1/2011, o Banco de Portugal exigiu ao grupos financeiros sujeitos à sua supervisão em base consolidada o reforço dos níveis do rácio Core Tier 1 para um valor não inferior a 8% em 31 de dezembro de 2011. Essa exigência foi justificada pela necessidade de manter e reforçar a capacidade do sistema bancário de

enfrentar as situações adversas que têm prevalecido internacionalmente e que, mais recentemente, têm tido especial impacto em Portugal, bem como pela vantagem de antecipar a convergência para os novos padrões internacionais de Basileia III.

Em maio de 2011, no âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 (revogou o Aviso 1/2011) relativo ao reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional. Assim, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada do Banco de Portugal que incluam alguma das instituições de crédito referidas nas alíneas a) a c) do artigo 3.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, ficaram sujeitas ao reforço dos seus rácios core tier 1, em base consolidada, para um valor não inferior a 9%, até 31 de dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de dezembro de 2012.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em maio de 2011, com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, definiu um conjunto de medidas e ações a desenvolver pelas autoridades portuguesas relativamente ao sistema financeiro, entre as quais a elaboração de um Plano de Financiamento e de Capital para o período de 2011-2015, sujeito a monitorização e revisão trimestrais, bem como a programas especiais de inspeções sob a responsabilidade do Banco de Portugal.

O Plano de Financiamento e de Capital visa o cumprimento de um conjunto de objetivos, nomeadamente os estabelecidos no referido Plano de Assistência Financeira e comunicados pelo Banco de Portugal do qual se destaca a apresentação por parte das instituições financeiras de um rácio core tier I mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012 (de acordo com as regras de Basileia 2).

Em julho de 2011, foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei nº 88/2011 que visa reforçar os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociações e para as retitularizações, bem como os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Diretiva nº 2010/76/UE (que altera as Diretivas n°s 2006/48/CE e 2006/49/CE, no que diz respeito aos requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação e para retitularizações, bem como à análise das políticas de remuneração pelas autoridades de supervisão). O Banco de Portugal, através do Aviso 9/2011, datado de dezembro, atualiza o enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco e à divulgação de informação das instituições sujeitas à sua supervisão.

O Banco de Portugal, por Aviso 5/2012 datado de 20 de janeiro de 2012, determinou a sujeição do Grupo CGD ao cumprimento da Recomendação do EBA (EBA/REC/2011/1, datado de 8 de dezembro) e solicitou a elaboração de um Plano de Recapitalização para o efeito.

Inicialmente a CGD identificou e comunicou ao mercado em 8 de dezembro de 2011 uma necessidade de capital de EUR 1.834 milhões, dos quais 1.073 milhões de Euros constituindo o buffer de dívida pública, calculados com base nos valores de setembro de 2011 e no âmbito do stress test do EBA. Em junho de 2012, as necessidades adicionais de capital da CGD foram recalculadas e o valor total foi estabelecido em EUR 1.650 milhões. O valor inicial de EUR 1.073 milhões do buffer da dívida soberana foi mantido de acordo com a indicação do EBA, e o capital adicional necessário para enfrentar os

requisitos mais exigentes de Core Tier 1 foi estabelecido em EUR 577 milhões. Os requisitos de capital de EUR 1.650 milhões foram cobertos por capital do acionista único, sendo 750 milhões de euros sob a forma de capital social e 900 milhões de euros através da emissão de instrumentos híbridos (CoCos) elegíveis para o core tier 1, de acordo com o Aviso 4/2012 do Banco de Portugal.

Em 22 de Julho de 2013, entrou em vigor a Recomendação do EBA/REC/2013/03, que tem em consideração a nova legislação do capital denominada CRD IV/CRR, e que estabelece a preservação, em valor absoluto, do capital necessário ao cumprimento do rácio mínimo de 9% anteriormente previsto, com referência aos Requisitos de capital de 30 de junho de 2012, incluindo o mesmo buffer de capital para exposições com risco soberano.

Esta Recomendação do EBA prevê exceções à regra de preservação do capital nominal por parte das instituições que apresentem Rácios de Common Equity Tier 1, calculado de acordo com as regras da CRD IV / CRR “fully implemented”, igual ou superior a 7% ou para as instituições envolvidas em processos de reestruturação e de desalavancagem gradual ordenada. Neste cenário, em Novembro de 2013 a CGD submeteu um Plano de Capital ao Banco de Portugal, nos termos previstos na Recomendação, o qual se encontra atualmente em apreciação junto da Entidade de Supervisão.

Rácios de capital

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2013 e de 2012, para a sua atividade individual.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE INDIVIDUAL

(milhões de euros)

		31-12-2012 (1)	31-12-2013 (2)	Variação (2)-(1)
A -	FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	6.924	5.796	(1.128)
	Capital Social	5.900	5.900	-
	Capital Contingente ("CoCos")	900	900	-
	Reservas e Resultados Transitados	789	36	(753)
	Resultado Líquido	(679)	(1.091)	(411)
	Impactos de transição IAS *(regime transitório)*	45	22	(22)
	Deduções aos F. P. Base	*(31)*	*28*	*59*
B -	FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (TIER II)	2.211	1.870	(341)
	Passivos subordinados c/ venc. indeterminado	114	111	(3)
	Passivos subordinados c/ venc. determinado	1.965	1.455	(510)
	Reservas de Reavaliação	131	145	15
	Outros elementos	-	158	158
C -	DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	(947)	(621)	326
	Outras Deduções	(947)	(621)	326
D -	TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C)	8.187	7.044	(1.143)
E -	POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	57.907	51.254	(6.653)
	Risco de Crédito	53 795	47 820	(5.975)
	Risco de Mercado	1 497	1 300	(197)
	Risco Operacional	2 615	2 134	(481)

RÁCIOS	31-12-2012 (1)	31-12-2013 (2)	Variação
TIER I (A/E)	12,0%	11,3%	(0,6%)
TIER II (B/E)	3,8%	3,6%	(0,2%)
DEDUÇÕES (C/E)	(1,6%)	(1,2%)	0,4%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	14,1%	13,7%	(0,4%)

Basileia III

O Regulamento (UE) n.º 575/2013 e a Diretiva 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, ambos de e 26 de junho, de aplicação a todos os Estados-Membros da União Europeia, vem definir os requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento, designadamente o reforço das exigências de capital (redefine os elementos elegíveis e incluem novas deduções), eleva os níveis de capital mínimos através da introdução de um buffer de conservação obrigatória de capital e um buffer discricionário anticíclico, e prevê um quadro de novas exigências regulamentares sobre a liquidez e alavancagem, bem como exigências adicionais de capital para instituições sistemicamente importantes.

O novo quadro regulatório entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014 e prevê um conjunto de disposições transitórias que permitem a aplicação faseada dos novos requisitos, sendo conferida às autoridades competentes dos Estados-Membros a possibilidade para manter ou acelerar a implementação de alguns desses requisitos. Neste contexto, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 6/2013 que regulamenta o regime transitório previsto no Regulamento (UE) n.º 575/2013, tendo estabelecido que a implementação transitória dos impactos dos elementos que compõem os fundos próprios decorerrão até 2017, com exceção do impacto dos activos por impostos diferidos que dependam da rentabilidade futura cujo calendário se prolonga até 2023 .

As principais alterações podem ser sumarizadas nos seguintes pontos principais:

- ⇨ Aumento significativo dos requisitos de capital, quer em termos quantitativos (aumento progressivo dos rácios comom core tier 1 e tier 1, maiores deduções nos fundos próprios principais de nível 1 (common core tier 1), criação de diferentes buffers de capital), quer em termos qualitativos (maior qualidade de capital requerido, estabelecendo 13 critérios para a qualificação do common core tier 1);
- ⇨ Fixação do commom core tier 1 mínimo de 4,5%, tier 1 de 6 % e rácio total de 8%;
- ⇨ Introdução de requisitos adicionais de capital, através de acumulação de buffers de capital, nomeadamente um buffer de conservação de capital de common core tier 1 de 2,5%.
- ⇨ Introdução de exigências de rácios de liquidez da UE a partir de 2015, após um período inicial de observação, através de padrões mínimos globais de liquidez, consistindo tanto de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR – Liquidity Coverage Ratio), como de um rácio estrutural de financiamento líquido estável de longo prazo (NSFR – Net Stable Funding Ratio). Estima-se que o limite mínimo para os dois rácios será de 100%;
- ⇨ O objectivo do LCR será o de promover a resilência de curto prazo dos bancos, assegurando que dispõem de ativos líquidos de eleveda qualidade suficientes para fazer face a situações de esforço agravadas durante um período de 30 dias. O objectivo do NSFR é o de promover a resilência de longo prazo, através da criação de incentivos para os bancos financiem as suas actividades com recursos estáveis e numa base de continuidade;
- ⇨ Introdução do rácio de alavancagem (Leverage Ratio) como um novo instrumento de regulamentação e supervisão. As orientações previstas apontam para a divulgação desse rácio a partir de 1 de Janeiro de 2015. Com base nos resultados do período de

observação (que decorrerá entre 1 de janeiro de 2013 e 1 de janeiro de 2017), o Comité de Basileia de Supervisão Bancária tenciona efetuar eventuais ajustamentos definitivos à definição e calibração do rácio de alavancagem no primeiro semestre de 2017, tendo em vista a migração para um requisito vinculativo a 1 de janeiro de 2018 com base num reexame e calibração adequados.

O Grupo acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III (e CRD IV) e participou nas consultas públicas sobre a matéria. Adicionalmente, efetuou os estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares.

O Rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as regras da CRD IV / CRR "*fully implemented*", situou-se em 9,4% em 31 de Dezembro de 2013 (o mínimo fixado é de 7%, constituído por CET 1 de 4,5% e a um *buffer* de 2,5%).

O Rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as regras da CRD IV / CRR "*phasing-in*", situou-se em 11,0% em 31 de Dezembro de 2013, valor acima da referência para avaliação de ativos a realizar pelo BCE, de 8% considerando o cenário base.

2.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

Para a realização das suas operações, em 31 de dezembro de 2013 a Caixa contava com uma rede nacional de 804 agências, uma Sucursal em França com 48 agências, uma Sucursal em Timor com 9 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman, Zhuhai e Macau.

A Caixa participa ainda, direta e indiretamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos setores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais. A Caixa detém também participações em empresas de setores não financeiros da economia Portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2014.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 da CGD e de parte das suas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

No exercício de 2013, em resultado do processo de alienação de participações detidas no capital social das entidades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A, detidas pelo Grupo através da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., os ativos e passivos das referidas sociedades foram reclassificados para as classes de "Ativos e passivos não correntes detidos para venda". A referida operação consubstancia a execução das orientações estratégicas do acionista no sentido da racionalização da estrutura do Grupo e a concentração das suas atividades no setor bancária. Ainda neste âmbito, foi concluído em 2013 o processo de venda do Grupo HPP – Hospitais Privados de Portugal iniciado em 2012. À semelhança dos procedimentos adotados para as unidades do Grupo Segurador acima referidas, em 31 de dezembro de 2012 os ativos e passivos do Grupo HPP – Hospitais Privados de Portugal encontravam-se classificados em rubricas de "Ativos e passivos não correntes detidos para venda".

Ainda de acordo com os requisitos da Norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas", os resultados gerados por estas unidades são apresentados numa única linha das Demonstrações dos Resultados ("Resultados em filiais detidas para venda"), tendo os períodos comparativos apresentados sido reexpressos em conformidade.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com exceção dos aspetos relacionados com a alteração da forma de reconhecimento de interesses em empreendimentos conjuntos, conforme descrito em detalhe na Nota 2.4..

2.2. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercício de 2013 a Caixa adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

- IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor" – A IFRS 13 estabelece um quadro transversal a aplicar à mensuração inicial e subsequente de um ativo ou passivo ao justo valor, sempre que esta mensuração seja requerida por outro normativo. Vem igualmente definir o enquadramento das divulgações a prestar relativas a ativos e passivos mensurados ao justo valor. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, o Grupo aplicou os requisitos de mensuração de ativos e passivos ao justo valor de forma prospetiva, encontrando-se os impactos patrimoniais de maior significado são detalhados na Nota 43.

- IAS 19 – “Benefícios a empregados” (emendada) - A revisão do texto do normativo, elimina o método do corredor obrigando as entidades a reconhecer as variações ocorridas nos ativos do fundo e nas responsabilidades com planos de benefício definido, no período a que se referem. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção deste normativo não apresentou impactos significativos na situação patrimonial do Grupo.

- “Annual Improvements to IFRS 2009-2011 Cycle”

  O documento publicado pelo IASB em maio de 2012 pretende fazer um conjunto de emendas aos normativos IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras”, IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, IAS 32 – “Instrumentos financeiros: Apresentação”, e IAS 34 – “Relato financeiro intercalar”. As emendas emitidas são de aplicação retrospetiva e obrigatória para períodos económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. São de destacar as seguintes emendas:

  - IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” (emendada): As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que a apresentação de informação comparativa é obrigatória apenas na extensão dos requisitos mínimos estipulados por este normativo. O texto alterado clarifica ainda que em caso de alteração retrospetiva de políticas contabilísticas ou reclassificações efetuadas pela entidade, a apresentação de um saldo de abertura do período comparativo à demonstração da posição financeira é mandatória apenas quando as alterações efetuadas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. A IAS 1 emendada não prevê a obrigatoriedade de apresentação de notas explicativas ao saldo de abertura do período comparativo.

  - IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação” (emendada): A emenda emitida define que o montante de imposto calculado sobre a distribuição de rendimentos de instrumentos de capital e custos de transação deverá ser registado em conformidade com os requisitos da IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”.

  - IAS 34 – “Relato financeiro intercalar” (emendada): As principais alterações introduzidas pelo normativo emendado, dizem respeito ao relato por segmentos no contexto do reporte financeiro intercalar, nomeadamente ao requisito de divulgação separada dos ativos e passivos totais por segmento reportável, sempre que esta informação seja providenciada regularmente ao orgão de gestão e haja alterações significativas aos montantes apresentados no último reporte anual.

  A adoção deste normativo não apresentou impactos significativos na situação patrimonial do Grupo.

- IAS 1 – “Demonstrações Financeiras” (emendada) - O normativo emendado, vem alterar a apresentação dos itens registados como “outro rendimento integral”, visando a separação entre aqueles que possam, e os

que não possam, ser reclassificados por resultados do exercício. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2012. A adoção deste normativo não apresentou impactos na situação patrimonial do Grupo.

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: divulgações" (emendada) – O texto emendado, introduz divulgações quantitativas adicionais e separadas para ativos e passivos financeiros compensados e para instrumentos financeiros sujeitos a um acordo de compensação global. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. Trata-se de uma emenda de caráter informativo, sem impacto na posição patrimonial do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia:

- "The Package of five"

  Em maio de 2011 o IASB emitiu um conjunto de cinco normas relativas aos elementos a observar no âmbito da preparação de demonstrações financeiras consolidadas e ao tratamento de operações entre empreendedores. Desta forma foram emitidas emendas à IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e 28 – "Investimentos em associadas" assim como os novos normativos IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas", IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" e IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades". Cada um destes normativos é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção antecipada de um dos normativos que integram o "Package of five" torna-se extensiva aos restantes.

  - IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras separadas" (emendada) – A IFRS 10 revoga a SIC - 12 "Consolidação – Entidades com finalidade especial" e baseia-se no texto da IAS 27 em matérias respeitantes ao âmbito de aplicação e critérios de preparação de demonstrações financeiras consolidadas. O novo normativo estabelece os princípios para apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A definição de controlo é estabelecida como base única de consolidação, existindo controlo sempre que uma entidade esteja exposta ou tenha direito aos rendimentos variáveis de uma entidade, tendo, adicionalmente, a capacidade de influenciar esses mesmos rendimentos. A IAS 27 (Emendada) retém apenas a contabilização e os requisitos de divulgação aplicáveis à preparação de demonstrações financeiras individuais.

  - IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" – O IFRS 11 revoga e substitui a IAS 31 – "Interesses em empreendimentos conjuntos" e a SIC - 13 - "Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores". O novo normativo vem estabelecer os critérios para a identificação, classificação e tratamento contabilístico de empreendimentos conjuntos, com

base nos direitos e obrigações que as partes envolvidas detêm na transação.

- IAS 28 – "Investimentos em associadas" (emendada) – O texto emendado da IAS 28 regula a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em associadas e joint ventures, sendo aplicável a entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre outras.

- IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades" – Este normativo estabelece os requisitos de divulgação relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, com o objetivo de permitir avaliar a natureza e riscos que as participações detidas nestas entidades representam para a posição financeira, "performance" e fluxos de caixa da entidade investidora.

- IAS 32 – "Instrumentos financeiros: apresentação" (emendada) – As emendas introduzidas, pretendem clarificar os requisitos que a entidade deverá cumprir para que possa compensar ativos e passivos financeiros no seu balanço. Especificamente, o normativo emendado, explica os principios de "direito atual legal oponível de compensação" e "realização (do ativo) e pagamento simultâneo (do passivo)". O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- "*Investment Entities"* - Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27

  Em outubro de 2012, o IASB publicou uma emenda à IFRS 10 que introduz uma exceção à consolidação de subsidiárias de sociedades de investimento e clarifica os critérios de classificação de uma entidade como sociedade de investimento (*investment entitiy*). As sociedades de investimento estão desta forma escusadas da consolidação das suas subsidiárias, desde que as últimas não prestem serviços relacionados com a atividade de investimento das primeiras. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- "*Transition Guidance"* - Emendas à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12

  Em junho de 2012, o IASB publicou um documento que pretende clarificar aspetos relativos ao *guidance* de adoção dos IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas", IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" e IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades", e que introduz emendas ao texto dos referidos normativos, limitando a necessidade de presentação de informação comparativa apenas para o período imediatamente anterior. Os normativos emendados são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

- IAS 39 – "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração" (emendada) – As emendas introduzidas em junho de 2013 ao texto do normativo têm como objetivo estabelecer um caráter de excecionalidade à descontinuação da aplicação de contabilidade de cobertura sempre que

ocorra a novação do instrumento derivado de cobertura através de uma contraparte central (que substitui as comtrapartes originais) e esta decorra de imposições legais ou regulamentares. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- IAS 36 – "Imparidade de ativos" (emendada) – Em junho de 2013 o IASB publicou alterações ao texto do IAS 36 com o objetivo de restringir a necessidade de proceder à divulgação do valor recuperável de um ativou ou unidade geradora de caixa aos exercícios em que tenham ocorrido reforços ou reversões de imparidade afetas ao mesmo. É igualmente clarificada a extensão dos requisitos de divulgação a realizar sempre que o valor recuperável tenha sido determinado com base no respetivo justo valor deduzido de custos a incorrer na venda. O normativo emendado é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (e emendas subsequentes) – Este normativo, publicado pelo IASB em novembro de 2009, tem como objetivo a substituição por etapas do atual texto da IAS 39 – "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração". São introduzidas alterações aos atuais critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, sendo de destacar:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

a) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objetivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo como tal geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;

b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;

c) O enquadramento da classificação e mensuração de ativos financeiros com derivados embutidos deverá ser efetuado considerando a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;

d) Encontra-se igualmente disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida

enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que em resultado desta alteração se reduza de forma significativa uma inconsistência contabilística que de outro modo subsistiria;

e) Sendo de aplicação retrospetiva, deverão no entanto ser considerados no âmbito da classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9, os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independentemente das circunstâncias e objetivos considerados na data do reconhecimento inicial dos ativos que permaneçam em balanço na data de referência para adoção da norma).

Requisitos de contabilização de passivos financeiros

f) Relativamente a passivos financeiros designados na opção de mensuração pelo seu justo valor, a componente associada a alterações no risco de crédito próprio deverá ser registada por contrapartida de reservas, sendo o remanescente desta valorização reconhecida por contrapartida de resultados;

g) Instrumentos financeiros derivados passivos cuja liquidação seja feita sob a forma de entrega de instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado de forma fiável, deverão, ainda assim, ser mensurados ao justo valor.

Em novembro de 2013, o IASB divulgou emendas ao texto do IFRS 9, as quais abrangem, entre outras, as seguintes questões: (i) introdução de novas metodologias de abordagem à aplicação de contabilidade de cobertura, a qual procura privilegiar uma aproximação às práticas de gestão de risco, incluindo alargamento de requisitos de divulgação; (ii) introdução da possibilidade de alteração da forma de contabilização do risco de crédito próprio (por contrapartida de reservas e não resultados) de forma autónoma, sem adoção obrigatória do restante texto da IFRS 9; e (iii) remoção da menção à uma data de adoção mandatória do normativo, a qual se encontrava circunscrita, até à data de publicação desta emenda, a exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” (emendada). O texto do novo normativo é modificado de forma a incluir divulgações específicas a apresentar no exercício de adoção da IFRS 9, com o objetivo de permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras a reconciliação entre as categorias e linhas de balanço apresentadas em conformidade com os requisitos da IAS 39, e as novas categorias e linhas de balanço apresentadas de acordo com as disposições do novo normativo.

- IAS 19 – “Benefícios a empregados” (emendada) - A revisão do texto deste normativo, publicado pelo IASB em novembro de 2013, clarifica o tratamento contabilístico de contribuições de empregados em relação a serviços prestados efetuadas no âmbito de planos de benefício definido. Desta forma é estabelecido que no que respeita a contribuições determinadas de forma independente do número de anos de serviço prestado, estas poderão ser reconhecidas como uma dedução ao custo do serviço corrente do ano em que são devidas, sendo nos remanescentes casos tratadas de acordo com a fórmula de determinação de contribuições do plano que tenha sido adotado pela entidade na determinação do valor das responsabilidades, ou alternativamente de forma linear em função do

número de anos de serviço a que respeitem. A política contabilística adotada neste âmbito deverá ser aplicada consistentemente. O normativo é de aplicação obrigatória a exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- "Annual Improvements to IFRS 2010-2012 Cycle"

O documento publicado pelo IASB em dezembro de 2013 pretende fazer um conjunto de emendas aos normativos IFRS 2 – "Pagamento com base em ações", IFRS 3 – "Concentração de atividades empresariais", IFRS 8 – "Segmentos operacionais", IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor", IAS 16 – "Ativos fixos tangíveis", IAS 24 – "Divulgações de partes relacionadas" e IAS 38 – "Ativos intangíveis". As emendas emitidas são de aplicação obrigatória para períodos económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2014, sendo permitida a sua adoção antecipada. São de destacar as seguintes emendas:

- IFRS 3 – "Concentração de atividades empresariais": As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que a contabilização de uma retribuição contingente inerente a uma operação de concentração de atividades empresariais que seja reconhecida como um ativo ou um passivo deve ser efetuada pelo seu justo valor independentemente de se tratar de um instrumento financeiro ao abrigo do IAS 39 ou IFRS 9, ou de um ativo não financeiro. As variação no justo valor deste ativo ou passivo (que não ajustamento de mensuração ocorridas no período) deverão ser registadas por contrapartida de resultados.

- IFRS 8 – "Segmentos operacionais": As emendas introduzidas ao texto do normativo determinam (i) necessidade de divulgar critérios inerentes à agregação de segmentos operacionais que temham sido aplicados pela gestão na preparação das divulgações (incluindo descrição dos segmentos agregados e indicadores económicos relevantes na avaliação da sua similaridade); e (ii) clarificação que a reconciliação dos ativos totais da entidade face aos ativos dos segmentos reportáveis só é exigida se preparada de forma regular para naálise inetrna da gestão.

- IAS 24 – "Divulgações de partes relacionadas": As emendas introduzidas ao texto do normativo clarificam que uma entidade que presta serviços de gestão através da cedência de competências de pessoal chave de gestão é uma entidade relacionada face à entidade à qual esse serviço é prestado, devendo comsequentemente ser divulgados os valores das retribuições pagas pelo referido serviço (não sendo no entanto necessário apresentar desagregação por natureza) .

- "Annual Improvements to IFRS 2011-2013 Cycle"

O documento publicado pelo IASB em dezembro de 2013 pretende fazer um conjunto de emendas aos normativos IFRS 1 – "Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", IFRS 3 – "Concentração de atividades empresariais", IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor" e IAS 40 – "Propriedades de investimento". As emendas emitidas são de aplicação obrigatória para períodos económicos iniciados

em ou após 1 de julho de 2014, sendo permitida a sua adoção antecipada. São de destacar as seguintes emendas:

- IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor": As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que as exceções aplicadas à mensuração de grupos de ativos e passivos financeiros pelo respetivo valor líquido inclui todos os contratos abrangidos ou mensurados de acordo com os requisitos da IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de estes não cumprirem os critérios de classificação como ativo ou passivo financeiros estabelecidos pela IAS 32.

- IAS 40 – "Propriedades de investimento": As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que a aplicação da IAS 40 e da IFRS 3 não são mutuamente exclusivas, pelo que na aquisição de um imóvel deverá ser necessário avaliar se este cumpre os critérios de classificação como propriedade de investimento e simultaneamente se a transação subjacente à aquisição cumpre os critérios de uma concentração de atividades empresariais.

É entendimento do Conselho de Administração que a adoção das normas e interpretações acima referidas, com especial enfoque nos requisitos introduzidos pela pela IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" e pelo agregado de cinco normas relativas a consolidação, empreendimentos conjuntos e empresas associadas ("The package of five"), poderão motivar alterações com algum significado ao nível da preparação e apresentação das demonstrações fianceiras do Grupo, assim como na extensão e conteúdo das divulgações a realizar. No entanto, não se encontra ainda concluída uma análise detalhada das implicações inerentes à aplicação destes normativos, pelo que não é possível proceder à sua quantificação.

2.3. Plano de Reestruturação

A Comissão Europeia aprovou em julho de 2013 o Plano de Reestruturação da CGD apresentado pelo Estado Português no âmbito do respetivo processo de recapitalização.

A recapitalização surge no contexto dos novos requisitos regulatórios impostos pela European Banking Authority (EBA), tendo resultado na necessidade de capital adicional no valor de 1.650 milhões de euros (750 milhões de euros em aumento de capital social (nota 24) e 900 milhões de euros em Instrumentos de Capital Core Tier 1 (nota 22), que foi subscrito em junho de 2012 pelo acionista Estado e considerado pela Comissão Europeia como Auxílio de Estado.

O Plano de Reestruturação da CGD aprovado assegura o enfoque no papel da instituição no apoio às empresas e aos particulares em Portugal e assenta em três vetores principais de atuação que reforçam a estratégia já em execução:

- Desalavancagem do balanço do Grupo CGD com a venda do ramo segurador e das restantes participações não estratégicas, bem como pelo run-down de ativos non-core. Neste contexto, no exercício de 2013 a Caixa alienou a sua participação na Portugal Telecom, SGPS, S.A. (nota 8). Adicionalmente, tal como descrito na nota 14, foram assinados em 7 de fevereiro de 2014 os contratos relativos à alienação das participações nas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde, cuja produção de efeitos se encontra, contudo, ainda condicionada à obtenção de autorizações pelas Autoridades de Concorrência e de supervisão;

- Melhoria da eficiência operacional, dando continuidade ao esforço de redução dos custos operacionais já verificado, nomeadamente através da otimização do número de agências e de empregados e da renegociação dos serviços contratados. Neste sentido foram encerradas 43 unidades da CGD em Portugal no decorrer do exercício de 2013;

- Reestruturação da atividade e otimização da dimensão da rede da CGD em Espanha, com o objectivo de assegurar a sua viabilidade de longo prazo e a sua autonomia da CGD em termos de funding, bem como garantir um contributo positivo para os resultados do Grupo CGD. Esta reestruturação contemplou o redimensionamento da rede comercial e a optimização dos serviços e processos, tendo originado uma redução de pessoal, e a concentração dos ativos non core da instituição na sucursal da CGD em Espanha, que passará a gerir o respetivo run-off. No exercício de 2013 o Grupo reconheceu nas suas demonstrações financeiras custos com esta reestruturação no montante de 49.633 milhares de Euros, incluindo cerca de 37 milhões de euros registados em "Custos com pessoal" (nota 37). Para que não sejam necessárias medidas adicionais, estão definidos indicadores de performance no Plano de Reestruturação que deverão ser atingidos por esta operação até 2015.

Os compromissos comportamentais da CGD, extensíveis ao Grupo CGD, incluem:

a) Não aquisição de participações sociais ou de conjunto de ativos correspondentes ao exercício de uma atividade, acima de determinados limites. Contudo, este compromisso não se aplica em várias situações, como por exemplo em aquisições no âmbito da atividade corrente da CGD relacionada com a gestão de créditos sobre clientes em dificuldades;

b) Não prosseguimento de estratégias comerciais agressivas;

c) Redução da atividade de *proprietary trading* (não relacionada com clientes) a mínimos necessários ao funcionamento da tesouraria;

d) Não invocar a concessão do Auxílio de Estado ou vantagens daí emergentes para efeitos publicitários;

e) Não proceder ao pagamento de dividendos, cupões ou juros a titulares de ações preferenciais ou de dívida subordinada, quando esses pagamentos não decorram de obrigação contratual ou legal. Contudo, esses pagamentos serão permitidos no caso de demonstração de que a sua não realização poderá prejudicar o reembolso dos Instrumentos de Capital Core Tier 1 emitidos pela CGD e subscritos pelo Estado em junho de 2012;

f) Aplicar, no quadro do plano de recapitalização estabelecido com o Estado Português, 30 milhões de euros por ano num fundo que investirá em participações sociais em PMEs e em sociedades com grau de capitalização médio (Mid-Cap) portuguesas. O investimento acima daquele montante fica sujeito a prévia aprovação da Comissão Europeia;

g) Continuação e expansão da política de monitorização de risco das operações e de políticas comerciais prudentes, sãs e orientadas para a sustentabilidade;

h) Nomeação de um *Monitoring Trustee*, que acompanhará a implementação e execução das medidas contidas no Plano de Reestruturação;

i) Não criar novas unidades de negócio fora das geografias nas quais ao Grupo CGD não se encontrava anteriormente presente;

j) Cumprimento de todos os regulamentos e requisitos legais relativos à política de remunerações.

2.4. Alteração de política contabilística - Reconhecimento de interesses em empreendimentos conjuntos

No exercício de 2013 o Grupo procedeu à alteração da forma de reconhecimento de interesses em empreendimentos conjuntos, os quais passaram a ser registados de acordo com o método da equivalência patrimonial (Nota 2.7.), conforme opção permitida pelo parágrafo 38 do IAS 31 - "Interesses em empreendimentos conjuntos".

De notar que até 31 de dezembro de 2012 as participações detidas em sociedades conjuntamente controladas encontravam-se refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o método de integração proporcional. De acordo com o referido método os ativos, passivos, rendimentos e gastos destas entidades eram integrados nas contas consolidadas na direta extensão da percentagem detida no seu capital.

Esta decisão permitiu antecipar os impactos nas demonstrações financeiras do Grupo da implementação do IFRS 11 - "Acordos conjuntos" cuja adoção no Espaço Europeu é obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

Ao abrigo do parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de políticas contabilísticas determina a necessidade de se proceder à reexpressão das demonstrações financeiras para os períodos comparativos apresentados de acordo com as modificações introduzidas na metodologia adotada. A redefinição do método de consolidação dos empreendimentos conjuntos não produziu qualquer efeito na composição dos capitais próprios ou no resultado líquido do Grupo mas determinou a reorganização de diversos agregados de balanço e da demonstração de resultados, as quais se encontram seguidamente evidenciadas:

BALANÇO	31-12-2012		
ATIVO	Balanços estatutários antes de alteração de política contabilística	Balanços reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.603.284	1.603.281	(2)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.305.381	1.302.012	(3.369)
Aplicações em instituições de crédito	2.517.399	2.517.400	1
	5.426.064	5.422.693	(3.371)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.997.417	3.998.698	1.281
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.576.477	20.576.477	-
Ativos financeiros com acordo de recompra	504.160	504.160	-
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	1.148.225	1.148.225	-
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	98.725	98.725	-
Investimentos a deter até à maturidade	2.469.277	2.469.277	-
	28.794.281	28.795.562	1.281
Crédito a clientes	74.713.101	74.734.584	21.482
Ativos não correntes detidos para venda	677.623	677.623	-
Propriedades de investimento	534.238	534.238	-
Outros ativos tangíveis	1.044.599	903.607	(140.992)
Ativos intangíveis	413.911	412.883	(1.028)
Investimentos em associadas	31.503	217.603	186.101
Ativos por impostos correntes	61.474	60.862	(612)
Ativos por impostos diferidos	1.468.766	1.467.789	(977)
Provisões técnicas de resseguro cedido	197.427	197.427	-
Outros ativos	3.493.515	3.433.757	(59.758)
Total do ativo	116.856.502	116.858.628	2.126
	31-12-2012		
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Balanços estatutários antes de alteração de política contabilística	Balanços reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	12.243.281	12.226.705	(16.576)
Recursos de clientes e outros empréstimos	71.404.154	71.355.037	(49.117)
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"	1.148.225	1.148.225	-
Responsabilidades representadas por títulos	10.590.627	10.590.627	-
	83.143.006	83.093.890	(49.117)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.218.006	2.217.043	(963)
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	84.479	84.479	-
Passivos não correntes detidos para venda	100.746	100.746	-
Provisões para benefícios dos empregados	549.950	549.950	-
Provisões para outros riscos	423.204	422.854	(350)
Provisões técnicas de contratos de seguros	4.224.143	4.224.143	-
Passivos por impostos correntes	184.386	184.063	(323)
Passivos por impostos diferidos	190.650	190.650	-
Outros passivos subordinados	2.889.067	2.889.067	-
Outros passivos	3.325.537	3.394.992	69.456
Total do passivo	109.576.456	109.578.582	2.126
Capital	5.900.000	5.900.000	-
Reserva de justo valor	(189.664)	(189.664)	-
Outras reservas e resultados transitados	979.109	979.109	-
Resultado do exercício atribuível ao acionista da CGD	(394.715)	(394.715)	-
Capital próprio atribuível ao acionista da CGD	6.294.730	6.294.730	-
Interesses minoritários	985.316	985.316	-
Total do capital próprio	7.280.046	7.280.046	-
Total do passivo e do capital próprio	116.856.502	116.858.628	2.126

BALANÇO	01-01-2012		
ATIVO	Balanços estatutários antes de alteração de política contabilística	Balanços reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.704.482	2.704.479	(2)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	986.197	985.261	(936)
Aplicações em instituições de crédito	4.956.118	4.956.118	-
	8.646.797	8.645.859	(938)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4.131.709	4.132.483	773
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.843.643	16.843.643	-
Ativos financeiros com acordo de recompra	777.954	777.954	-
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	584.879	584.879	-
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	108.129	108.129	-
Investimentos a deter até à maturidade	2.837.379	2.837.379	-
	25.283.693	25.284.466	773
Crédito a clientes	78.247.625	78.282.278	34.652
Ativos não correntes detidos para venda	473.485	473.485	-
Propriedades de investimento	459.088	459.088	-
Outros ativos tangíveis	1.153.856	990.325	(163.530)
Ativos intangíveis	402.088	400.436	(1.652)
Investimentos em associadas	35.939	229.017	193.078
Ativos por impostos correntes	87.828	87.538	(290)
Ativos por impostos diferidos	1.928.680	1.928.120	(560)
Provisões técnicas de resseguro cedido	226.202	226.202	-
Outros ativos	3.620.001	3.557.907	(62.093)
Total do ativo	120.565.281	120.564.721	(560)

	01-01-2012		
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Balanços estatutários antes de alteração de política contabilística	Balanços reexpressos (pró-forma)	Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	15.860.954	15.836.930	(24.024)
Recursos de clientes e outros empréstimos	70.587.491	70.537.533	(49.958)
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"	584.879	584.879	-
Responsabilidades representadas por títulos	14.923.309	14.923.309	-
	86.095.679	86.045.721	(49.958)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.918.488	1.917.763	(725)
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	93.072	93.072	-
Provisões para benefícios dos empregados	497.493	497.493	-
Provisões para outros riscos	389.991	389.635	(356)
Provisões técnicas de contratos de seguros	4.607.615	4.607.615	-
Passivos por impostos correntes	52.511	52.324	(186)
Passivos por impostos diferidos	166.220	166.220	-
Outros passivos subordinados	2.075.416	2.075.416	-
Outros passivos	3.470.590	3.545.279	74.689
Total do passivo	115.228.028	115.227.468	(560)
Capital	5.150.000	5.150.000	-
Reserva de justo valor	(2.078.222)	(2.078.222)	-
Outras reservas e resultados transitados	1.708.697	1.708.697	-
Resultado do exercício atribuível ao acionista da CGD	(488.425)	(488.425)	-
Capital próprio atribuível ao acionista da CGD	4.292.050	4.292.050	-
Interesses minoritários	1.045.203	1.045.203	-
Total do capital próprio	5.337.253	5.337.253	-
Total do passivo e do capital próprio	120.565.281	120.564.721	(560)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31-12-2012 Ajustamentos decorrentes da alteração da política contabilística
Juros e rendimentos similares	3.201
Juros e encargos similares	2.033
Rendimentos de instrumentos de capital	-
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA	5.234
Rendimentos de serviços e comissões	77
Encargos com serviços e comissões	75
Resultados em operações financeiras	262
Outros resultados de exploração	(60.042)
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA	(54.394)
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS	
Prémios, líquidos de resseguro	-
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	-
	-
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA	(54.394)
Custos com pessoal	19.336
Outros gastos administrativos	8.363
Depreciações e amortizações	24.292
Provisões líquidas de anulações	96
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	1.326
Resultados em filiais detidas para venda	-
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	293
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS	(689)
Impostos sobre os resultados	
Correntes	1.042
Diferidos	(354)
	689
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO, do qual:	-
Interesses minoritários	-
RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CAIXA	-

2.5. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das entidades participadas, são designadas “filiais” aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efetuada pelo método da integração global. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.6. Concentrações de atividades empresariais e "goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Os custos incorridos no âmbito da aquisição que sejam diretamente atribuíveis à operação são reconhecidos como encargos do exercício na data da compra (em aquisições ocorridas entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009, estes custos foram acrescidos ao custo de aquisição). Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O "goodwill" corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da filial e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O "goodwill" é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos no âmbito da transação excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

A aquisição de interesses minoritários ocorridas após a obtenção de controlo sobre a filial é registada como uma transação com acionistas, não originando o registo de qualquer "goodwill" adicional. A diferença entre o valor atribuído aos interesses minoritários na data da transação e o respetivo custo de aquisição é reconhecido diretamente por contrapartida de reservas. Analogamente, os impactos decorrentes da alienação de interesses minoritários que não impliquem a perda de controlo sobre a filial são igualmente registados em reservas. Os ganhos ou perdas resultantes da alienação de interesses minoritários que determinem alterações no controlo sobre a filial são reconhecidos pelo Grupo por contrapartida de resultados na data da transação.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Para este efeito, o "goodwill" é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos "cash-flows" futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao "goodwill" são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o "goodwill" gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

Contabilização de opções atribuídas a interesses minoritários ("written put options")

As responsabilidades decorrentes de contratos de opções sobre interesses minoritários ("written put options"), são reconhecidas pelo Grupo, no momento inicial, por contrapartida de "Outras reservas". As variações subsequentes do justo valor da opção de venda, mensurado

com base nas condições contratadas, são igualmente registadas por contrapartida de "Outras reservas", com exceção dos custos de financiamento inerentes ao registo da responsabilidade, os quais são reconhecidos em resultados nas rubricas de "juros e encargos similares".

2.7. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), usualmente estruturados mediante partilha de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. A aplicação do método da equivalência patrimonial é efetuada até ao momento em que as perdas acumuladas incorridas pela associada ou empreendimento conjunto e reconhecidas pelo Grupo exceda o respetivo valor de balanço da participação, momento a partir do qual este é descontinuado, exceto se existir uma obrigação legal ou construtiva que determine o reconhecimento dessas perdas mediante a constituição de uma provisão para o efeito.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das sociedades utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O "goodwill", correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do respetivo valor de balanço objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

2.8. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada "moeda funcional"). Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das filiais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos

não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os ativos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalcular e, por consequência, não registar nas "Outras reservas" o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação de filiais ou associadas ocorridas posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

2.9. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
    - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
  - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
  - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros ativos".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do

período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade. Neste sentido, inclui também instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados em operações financeiras" ou "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares", da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como "Ativos financeiros detidos para negociação" ou "Ativos financeiros disponíveis para venda" para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados". Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada nas Notas 8 e 12.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - Preços ("bid prices") difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como "market-makers";
  - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os instrumentos de capital não cotados afetos à atividade de capital de risco são valorizados com base em:
  - Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
  - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;
  - Cash-flows descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos ativos detidos.

  As valorizações incorporam fatores de desconto para refletir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado ativo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor atual do preço para alienação do ativo, ajustado quando aplicável de modo a refletir o risco de crédito da contraparte.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.
-

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções;
- Até 31 de dezembro de 2012, a determinação do justo valor dos derivados era efetuada com base no valor descontado dos fluxos de

caixa futuros esperados a uma taxa de juro sem risco. Adicionalmente, a margem inicial obtida nestas operações era diferida pelo respetivo prazo e eram registados ajustamentos específicos à valorização de derivados com risco de crédito acrescido. No decorrer do exercício de 2013, em resultado da adoção da IFRS 13 (Nota 2.2), o Grupo incorporou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, o Grupo adotou metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo, tendo em resultado desta situação descontinuado o procedimento de diferimento da margem inicial.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;

- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, “Aplicações em instituições de crédito”, “Investimentos a deter até à maturidade” e “Crédito a clientes”.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de insolvência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

No caso de créditos garantidos por ações, a imparidade é determinada em função do valor estimado de realização dessas ações num prazo compatível com a maturidade dos créditos concedidos, sendo também consideradas garantias adicionais recebidas e a capacidade financeira dos devedores.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito), sendo efetuada a contaminação das operações com base na classificação mais gravosa da contraparte, a qual é determinada mediante a identificação dos indícios de imparidade acima referenciados. Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações” e "imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor dos ativos a que respeitam.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o Grupo abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da Comissão Executiva das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade refletidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

As recuperações de juros abatidos no ativo são igualmente refletidas a crédito da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.9. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;

- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.10. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações".

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos os quais são registados pelo valor de arrematação.

Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui ainda os ativos e passivos das empresas de seguros do Grupo Caixa, no quadro do processo de privatização em curso das referidas sociedades.

Em 31 de dezembro de 2012, as classe de ativos e passivos não correntes detidos para venda refletiam igualmente os saldos agregados do Grupo HPP – Hospitais Privados de Portugal, cujo processo de alienação foi concluído no decorrer do mês de março de 2013.

2.11. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

2.12. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

Até 1 de janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas filiais reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os imóveis de serviço próprio detidos pelas Seguradoras do Grupo eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.13. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Outros ativos tangíveis" e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em "Juros e rendimentos similares".

2.14. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado na prossecução das atividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.15. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributado, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no

artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeito ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 90% no capital social por um período superior a 1 ano (com um período inicial de referência a 1 de janeiro de 2012) e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto. Por força das alterações introduzidas pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, o limite para determinação da percentagem de participação direta ou indireta a considerar na avaliação da elegibilidade para integração no perímetro de tributação do grupo diminui, para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, de 90% para 75%.

O lucro tributável é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este feito, as contas das sucursais são integradas nas contas da respetiva sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/ territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo nos termos do artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respetivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Apresentam-se de seguida, de forma resumida, alguns aspetos fiscais de maior relevo para a atividade do Grupo em Portugal.

Ajustamentos ao resultado contabilístico

- *Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado*

  Nos termos do artigo 66º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

  Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efetivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. De referir que a partir do exercício de 2014, a referência quanto à taxa de imposto efetivamente paga passa a ser demarcada nos termos do Código pela taxa de imposto que lhe é aplicável no âmbito da sua atividade.

  A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta, de

acordo com a proporção do capital detido pela Caixa. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa.

- *Provisões*

No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2013 e 2012, a Caixa e restantes entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, consideraram o efeito dos seguintes normativos, quando aplicáveis:

- Disposições do artigo 37º do Código do IRC, no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais as entidades do Grupo detanham uma participação superior a 10%;
- Disposições do artigo 35º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal; adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos, em primeiro lugar aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

A partir do exercício de 2014, por força das alterações introduzidas pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, estas matérias passarão a ser reguladas pelo nº 2 do artigo 28º-A e pelo artigo 28º-C.

- *Encargos com pessoal*

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilísticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite das contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores, e atendendo às regras previstas no artigo 43.º do Código do IRC.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. A componente respeitante a variações patrimoniais negativas de responsabilidades com pensões que cumpria os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, relativas à Caixa e outras participadas com sede em território nacional, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão

reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

- *Resultado da liquidação*

  O artigo 92º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento de Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, e (iii) não aproveitasse os prejuízos fiscais de sociedades fundidas para dedução aos lucros tributáveis da nova sociedade incorporante.

  Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

  A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta dos exercícios de 2013 e 2012, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes do “goodwill”;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias tributáveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e benefícios dos empregados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas

noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e os respeitantes à alteração da politica contabilistica realizada no âmbito do registo de responsabilidades com o Fundo de pensões e outros beneficios pós emprego, conforme o previsto no artigo 183.º da Lei 64.ª-B/2011, de 30 de dezembro). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.16. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes;
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.17. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

<u>Responsabilidades com pensões e encargos com saúde</u>

No Grupo CGD existem diversos planos de pensões incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa e a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 38. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 38). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de

elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere à evolução das responsabilidades e do rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efetuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e os encargos líquidos com juros, é refletido de forma agregada na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.18. Seguros

a) Contratos de Seguro

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas do ISP.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais valias potenciais, líquidas de menos valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados na demonstração de resultados quando devidos.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “pró-rata temporis” aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do

ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente remíveis	Não remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	TD 88/90 (Homens) (-1)
		TV 88/90 (Mulheres) (-1)
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

Em 2013 o Grupo manteve a tábua de mortalidade utilizada para o cálculo das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho aplicada em 2012, a qual refletia o rejuvenescimento, em um ano, da tábua de mortalidade utilizada até 2011 para as pensões não remíveis, no sentido de adequar a mesma à evolução da esperança média de vida dos pensionistas.

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de Acidentes de Trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efetuam o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de

trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2011 e 2012, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada – diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data do seu início;

- Provisão para assistência vitalícia presumível – despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentaram despesas.

Dadas as características destas responsabilidades a provisão é calculada considerando os princípios gerais aplicáveis ao Ramo Vida, com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	35%*TV 88/90 + 65%*TD 88/90
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo atuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efetuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

A provisão para participação nos resultados a atribuir inclui os saldos com origem nas mais valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida de resultados do exercício, ou, em alternativa, na parte aplicável, diretamente por contrapartida de reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar;

ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para

Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos valias potenciais das respetivas carteiras;

iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas em resultados pelo fato de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido na demonstração de resultados até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo mais e menos valias realizadas e as perdas de imparidade registadas no período e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromisso de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo Vida em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o Grupo realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor atual dos fluxos de caixa futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os fluxos de caixa associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor atual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da atualização, à taxa de juro da dívida pública portuguesa, dos fluxos de caixa futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos fluxos de caixa futuros de prémios.

Estes fluxos de caixa futuros são projetados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas de segunda ordem das companhias, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade, no início e no fim do ano, e ainda as sinistradas durante o ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real, obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade.

Resgates:

A partir dos ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas, no início e fim do ano, e os montantes resgatados, por produto.

Utilizam-se os dados referidos para calibrar um modelo linear generalizado, assente no prazo decorrido desde o início do contrato, no tipo de produto e no diferencial entre taxa de juro de mercado e taxa técnica, como variáveis explicativas. Desta implementação resulta o modelo usado para estimar os resgates futuros.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A taxa de rendimento futura de cada produto é determinada com base na taxa de juro da dívida pública portuguesa de maturidade igual à da duração do respetivo passivo, acrescida da provisão para participação nos resultados a atribuir e reserva de justo valor.

Com base nestas taxas de rendimento são projetadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo consequentemente incorporadas na projeção de vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Ramos não vida

Os atuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

j) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas do ISP.

k) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para cobrir as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

l) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

m) Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-linked”

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos “Unit-linked”) emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afetas a produtos “Unit-linked” são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do exercício.

n) Responsabilidades para com subscritores de contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com o IFRS 4, mas que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registados, até 31 de dezembro de 2012, na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos". No exercício de 2013, estes saldos foram reclassificados para a categoria de "Passivos não correntes detidos para venda"

o) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida de resultados do exercício.

p) Ativos intangíveis resultantes da aquisição de contratos de seguro

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de atividades empresariais e o respetivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo, que corresponde ao "Value in force" da carteira de contratos adquirida, é autonomizado do "Goodwill" à data da aquisição e reconhecido separadamente como um ativo intangível.

O "Value in force" é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos e sujeito anualmente a um teste de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2013, estes ativos encontram-se classificados na categoria de "Ativos não correntes detidos para venda".

q) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

2.19. Comissões

Conforme referido na Nota 2.9., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva, em "Juros e rendimentos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de atos únicos.

2.20. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos diretos com a emissão.

A classificação das ações preferenciais emitidas pelo Grupo é efetuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As ações preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são refletidas no balanço consolidado na rubrica de "Interesses minoritários".

2.21. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.22. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.23. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.9.d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em ativos valorizados por contrapartida de reservas de justo valor

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (Nota 2.9.d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da "Reserva de justo valor" para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.9.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.9., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.17. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.6. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.18. acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas contas consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pelo Grupo tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização. O registo de impostos diferidos gerados por prejuízos fiscais reportáveis apenas é efetuada caso se conclua estarem reunidas condições para a sua reversão no decorrer dos períodos legalmente previstos para o efeito, estando naturalmente esta avaliação dependente da concretização dos pressupostos considerados.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

		31-12-2013			31-12-2012	
Sector de atividade/Entidade	Sede	% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	25.326	7.622	23.534	6.478
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	93.021	15.995	74.206	16.822
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	99,71%	465	1	464	(41)
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	1.068.005	85.429	1.348.944	1.870
Gerbanca, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	79.267	(49)	79.316	(54)
Parbanca, SGPS, S.A.	Madeira	100,00%	77.727	17.976	45.574	17.287
Parcaixa SGPS, S.A.	Lisboa	51,00%	954.665	19.406	922.787	(77.644)
Partang, SGPS, S.A.	Lisboa	51,00%	140.714	25.616	130.108	21.433
Bancário						
Banco Caixa Geral, S.A. (b)	Vigo	99,79%	448.847	(57.413)	438.533	(39.830)
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	Praia	59,33%	33.870	(54)	28.793	3.088
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Maputo	51,26%	151.795	35.928	134.128	36.019
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	São Paulo	100,00%	132.774	857	157.917	5.312
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	Praia	70,00%	15.691	771	15.054	1.170
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	Macau	100,00%	479.254	37.941	434.875	31.788
Caixa - Banco de Investimento, S.A. (b)	Lisboa	99,71%	314.835	28.156	291.829	27.541
Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	Macau	-	-	-	27.374	3.304
CGD - North America Finance	Delaware	100,00%	1	-	1	-
CGD Investimentos CVC, S.A.	São Paulo	99,86%	11.877	(19.878)	35.389	(2.974)
Mercantile Bank Holdings, Ltd. (b)	Joanesburgo	100,00%	122.582	10.717	149.821	14.057
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	Luanda	26,01%	248.285	52.221	231.423	44.303
Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A.	Luanda	-	-	-	353.962	(1.742)
Segurador						
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	25.780	6.187	23.391	7.087
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	1.155.457	103.810	1.322.596	98.538
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100,00%	10.585	529	10.056	302
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	Praia	65,36%	9.167	401	9.239	578
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00%	49.864	3.687	33.595	5.335
Universal Seguros, S.A. (Angola)	Luanda	70,00%	2.830	(106)	3.138	(2.562)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	30.573	421	29.334	1.012
Crédito Especializado						
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	51,00%	66.708	(20.866)	87.564	(39.416)
Credip - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	-	-	-	11.796	(99)
Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Praia	60,25%	176	12	114	(39)
Gestão de Ativos						
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	Lisboa	100,00%	28.725	2.544	29.245	2.995
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00%	4.675	889	4.437	736
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	7.245	5.045	6.612	3.912
Capital de Risco						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	Praia	52,72%	3.169	11	3.210	6
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	99,71%	45.841	3.816	42.025	3.922
Imobiliário						
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%	(38.238)	(13.928)	(22.675)	(22.900)
Caixa Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	(72.743)	(41.141)	(31.602)	(31.826)
Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A.	Lisboa	100,00%	44.390	(1.199)	45.529	838
Inmobiliaria Caixa Geral S.A.U.	Madrid	100,00%	(44.197)	(11.376)	(37.052)	(16.158)
Cibergradual, Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	(37.203)	(15.296)	(21.907)	(23.305)
Outras Entidades Financeiras						
CGD Finance	Cayman	100,00%	2.592	(26)	2.664	8
Caixa Geral Finance (c)	Cayman	0,00%	111.219	-	111.225	1.744

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.
(c) O capital social está representado por 1.000 ações ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 110.128 ações preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada (110.128 ações preferenciais em 31-12-2012) .

Sector de atividade/Entidade	Sede	31-12-2013			31-12-2012	
		% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Outros sectores						
Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	80,00%	1.801	19	1.782	4
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, S.A.	Lisboa	100,00%	(630)	(404)	(193)	(215)
Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	2.251	651	1.750	944
Cares Multiassistance, S.A.	Lisboa	51,00%	2.729	1.780	2.486	1.538
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Lisboa	100,00%	164	18	181	75
EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A.	Lisboa	-	-	-	524	(73)
LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00%	3.222	1.637	3.049	2.810
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100,00%	4.335	136	4.560	132
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100,00%	327	71	242	78
HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A. (b)	Lisboa	-	-	-	1.711	(3.947)
HPP International Ireland, Ltd.	Dublin	100,00%	30.875	(19)	30.894	(19)
HPP International - Luxembourg, S.A.R.L.	Luxemburgo	100,00%	(33.672)	266	(30.743)	(39)
Wolfpart, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	(137.354)	(58.935)	(78.420)	(64.201)
Mesquita ETVIA, Construção de Vias de Comunicação, S.A.	Lisboa	-	-	-	(10.420)	4.650
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Groupment d'Interet Economique	Paris	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo - Compras e Serviços Partilhados, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo - Sistemas de Informação, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo IV - Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo Nostrum Mortgage 2003-1	Lisboa	100,00%	352.130	174	390.678	87
Nostrum Mortgages PLC	Dublin	100,00%	16.955	12.832	4.122	(240)
Nostrum Mortgages Nº. 2	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Intermoney Banking Caixa Geral RMBS	Madrid	99,79%	-	-	-	-
Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD - Caixa Capital	Lisboa	99,98%	303.704	(24.434)	328.138	(36.553)
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	Lisboa	100,00%	8.535	(2.365)	10.899	(2.080)
Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine - Caixa Capital	Lisboa	-	-	-	29.344	7
Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial FCR	Lisboa	-	-	-	12.969	(1.352)
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	Lisboa	100,00%	40.330	(1.997)	-	-
Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento	Lisboa	100,00%	4.979	(21)	-	-
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento	Lisboa	99,77%	115.196	713	114.483	(710)
Fundo Investimento Imobiliário Fechado Imocentro	Lisboa	100,00%	3.454	(938)	4.392	(255)
Caixagest Seleção Global	Lisboa	56,99%	66.923	3.626	56.416	2.248
Fundo Especial de Investimento Aberto Estratégias Alternativas	Lisboa	74,63%	17.366	67	25.321	(225)
Caixa Imobiliário - Fundo de Investimento Fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	45.600	(742)	46.342	(3.872)
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	73,60%	114.737	2.387	113.914	4.611
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	70,69%	250.013	6.060	248.354	(1.314)
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	66,70%	83.778	4.099	79.679	3.049
Caixagest Oportunidades - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	63,29%	17.617	436	31.275	6.203
Beirafundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	95,88%	10.862	(6.504)	-	-
Cidades de Portugal - Fundo de Investimento fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	30.200	200	-	-
Caixa Reabilita - Fundo Especial de Investimento Imobiliário	Lisboa	100,00%	10.053	(8)	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Fundolis	Lisboa	100,00%	63.139	(29.990)	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	Lisboa	99,09%	93.071	(2.980)	116.163	(4.071)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1	Lisboa	100,00%	14.617	(27)	14.644	(535)

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

Os principais movimentos nas filiais do Grupo durante os exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

Mesquita ETVIA - Construção de Vias de Comunicação, S.A.(Mesquita ETVIA)

Por deliberação do seu acionista único, Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD, de 28 de março de 2013, e tendo em consideração a inexistência de perspetivas para a prossecução dos seus objetivos, a sociedade iniciou os procedimentos necessários à formalização da sua dissolução e liquidação.

A carteira de participações da Mesquita ETVIA havia já sido transferida para o seu acionista único no final do exercício de 2012 antecipando assim a decisão de encerrar a

sua atividade. Em maio de 2013 a assembleia geral aprovou as contas de liquidação assim como a distribuição dos seus ativos líquidos remanescentes.

Credip - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Credip)

Em Assembleia Geral realizada a 16 de setembro de 2013, foi aprovado o relatório do encerramento na liquidação da Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A. com referência a 31 de julho de 2013. O ativo líquido da sociedade apurado nesta data no valor de 11.778 mEuros foi distribuído aos seus acionistas na respetiva proporção do seu capital social (9.422 mEuros e 2.356 mEuros, respetivamente). Na sequência da liquidação, a CGD apurou uma mais valia de 1.421 mEuros.

Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos

Em 15 de outubro de 2013, o Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR, constituído em 16 de agosto de 2011, com um capital inicial de 100.000 mEuros, representado por 100.000 unidades de participação incorporou por fusão o Fundo Mezzanine, FCR, tendo nessa data alterado a sua designação para Fundo Caixa Fundos, FCR.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital do Fundo ascende a 199.357 mEuros integralmente subscrito pela CGD, estando realizados 44.357 mEuros representativos de 335.600 unidades de participação.

O fundo destina-se a exercer a atividade de capital e risco com a realização de investimentos em fundos de investimento, ativos de capital de risco e sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização.

Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento

O Fundo Caixa Crescimento, FCR foi constituído em 28 de junho de 2013, com um capital inicial de 30.000 mEuros, representado por 30.000 unidade de participação com um valor nominal de 1.000 Euros, cada.

O Fundo destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em PME ou sociedades com sede em Portugal e grau de capitalização médio que necessitem de financiar os respetivos planos de investimento com vista a reforçar a capacidade produtiva, expandir para novos mercados, sustentar estratégias de crescimento ou reforçar necessidades estruturais de financiamento do ciclo de exploração.

Em 31 de dezembro de 2013, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados 5.000 mEuros.

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Caixa Reabilita (Caixa Reabilita)

O FEIIF - Caixa Reabilita foi constituído em 6 de maio de 2013, com um capital inicial de 10.000 mEuros, representado por 10.000 unidades de participação com um valor nominal de 1.000 Euros cada, integralmente subscrito pela Caixa.

O Fundo tem como objetivo o investimento em unidades de participação em fundos imobiliários expostos a projetos de reabilitação e revitalização urbana, elegíveis no âmbito da Iniciativa Jessica.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Cidades de Portugal (Cidades de Portugal)

O FIIFAH - Cidades de Portugal foi constituído em 6 de maio de 2013, com um capital inicial de 30.000 mEuros, representado por 30.000 unidades de participação com um valor nominal de 1.000 Euros, cada, subscrito em 70% pela Caixa e 30% pelo FEIIF - Caixa Reabilita.

O Fundo tem como objetivo o investimento em imóveis que necessitem de reabilitação urbana, com vista a posterior arrendamento para habitação permanente.

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Caixa Seguros e Saúde) e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)

Em 31 de maio de 2012 foi concretizada a fusão das seguradoras Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. e da Império Bonança - Companhia de Seguros S.A., tendo esta última sido incorporada na primeira. A fusão produziu efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2012. Na sequência desta operação verificou-se a alteração da denominação social da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. para Fidelidade - Companha de Seguros S.A. (Fidelidade) bem como o aumento do capital social desta entidade, de 400.000 mEuros para 520.000 mEuros.

Em junho de 2012, em resultado da deliberação do acionista Caixa Seguros e Saúde SGPS, S.A. o capital social da Fidelidade foi aumentado de 520.000 mEuros para 605.000 mEuros. Este aumento de capital social foi integralmente subscrito pela CGD, mediante conversão de empréstimos subordinados de igual montante concedidos a esta entidade, tendo a Caixa Seguros e Saúde abdicado do seu direito de preferência enquanto acionista único. Em resultado desta operação a CGD passou a deter uma participação direta de cerca de 14% no capital social da Fidelidade, reduzindo-se a participação da Caixa Seguros e Saúde para 86%. Esta participação foi posteriormente alienada pela CGD à Caixa Seguros e Saúde por um valor unitário de 5 euros por ação, ascendendo o montante global da transação a 85.000 mEuros (equivalente ao valor nominal do aumento de capital).

Ainda no decorrer do mês de junho de 2012, a Caixa Seguros e Saúde realizou um aumento de capital social no montante de 351.525 mEuros por contrapartida de um empréstimo subordinado e de suprimentos anteriormente concedidos pela CGD à sua subsidiária neste montante. Deste aumento de capital resultou a emissão de 175.762.460 ações com o valor nominal de 2 Euros cada, ascendendo o capital social da Caixa Seguros e Saúde nesta data a 799.925 mEuros, integralmente detido pela CGD.

Em julho de 2013, foi aprovado pela Caixa Seguros e Saúde, enquanto acionista único da Fidelidade, uma redução do seu capital social no valor de 223.850 mEuros. Em resultado desta operação o valor unitário das ações constituintes do capital social alterou-se de 5 Euros para 3,15 Euros, mantendo-se este representado por 121.000.000 ações..

Em setembro de 2013, a Comissão Executiva da Caixa Seguros e Saúde deliberou a redução do seu capital social no montante de 339.968 mEuros, integralmente realizado em dinheiro. O valor nominal unitário das ações representativas do capital social alterou-se de 2 Euros para 1,15 Euros. Em resultado desta redução o capital social da Caixa Seguros e Saúde ascende nesta data a 459.957 mEuros representativos de 399.962.460 ações integralmente detidas pela CGD.

Conforme explicado em maior detalhe na Nota 14, no quadro do processo de privatização em curso das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de Fevereiro de 2014, os contratos tendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited.

CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. e CGD - Sucursal Offshore de Macau, S.A.

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da reavaliação efetuada à configuração da presença mantida pela CGD na Região Administrativa Especial de Macau (REAM) através da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi decidido proceder à alteração da

estrutura de representação até então adotada, passando esta a assumir a forma de sucursal.

O pedido formulado ao Chefe do Executivo da REAM para o estabelecimento de uma instituição financeira offshore sob a forma de sucursal foi outorgado através da publicação da Ordem Executiva nº 7/2013, de 25 de janeiro, a qual veio simultâneamente revogar a autorização anteriormente concedida para o exercício de atividades financeiras offshore sob a forma de subsidiária.

Em resultado da obtenção das necessárias aprovações administrativas e legais, foram implementados os procedimentos necessários ao estabelecimento da nova unidade, em paralelo com o encerramento da subsidiária.

Desta forma, com data de 1 de fevereiro de 2013 (data de entrada em vigor da Ordem Executiva), a CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A. alienou ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos, S.A., pelo respetivo valor nominal, a totalidade dos seus ativos e passivos afetos à exploração da sua atividade comercial, incluindo direitos e obrigações sobre ela incidentes, independentemente da sua natureza. Estes foram na mesma data transferidos para a sucursal, a qual assegurará a sua gestão no âmbito da prossecução dos seus objetivos.

O registo de dissolução da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi realizado em 4 de fevereiro de 2013, tendo a respetiva liquidação sido subsequentemente formalizada já no decorrer do mês de maio.

Mercantile Bank Holdings, Ltd e Mercantile Bank, Ltd (Mercantile)

No decorrer do primeiro semestre de 2012, em resultado de oferta realizada junto dos acionistas minoritários, o Grupo recomprou a totalidade das participações detidas por terceiros no Mercantile Bank Limited (subsidiária do Mercantile Bank Holdings, Ltd), tendo passado a deter, direta e indiretamente, a totalidade do seu capital social. Na sequência desta transação, as ações do Mercantile Bank Limited deixaram de estar cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo.

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (ex Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.)

Em 2 de junho de 2010, o Grupo Caixa celebrou com o Grupo Banif um acordo de parceria no âmbito do qual se encontrava prevista a aquisição a este último de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (Banif CVC). Para a sua concretização, a operação necessitava de prévia aprovação das competentes autoridades regulatórias de Portugal e do Brasil.

Em 6 de fevereiro de 2012 foi assinado entre as partes o contrato relativo à aquisição da referida participação no capital da Banif CVC pelo Grupo CGD. De acordo com os termos deste contrato, a aquisição do capital da Banif CVC, concretizada através da CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda (entidade de direito brasileiro, participada em partes iguais pelo Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. e pelo Caixa – Banco de Investimento, S.A.), foi efetuada pelo preço global de aproximadamente 123.925 mReais.

O acordo de acionistas da Banif CVC previa ainda o seguinte:

- Opção de venda pelo Grupo Banif do remanescente da participação detida na Banif CVC, a realizar no prazo entre o 12º e o 60º mês da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações datado de 2 junho de 2010;

- Opção de compra pelo Grupo Caixa do remanescente da participação detida pelo Grupo Banif na Banif CVC, a partir do 60º mês da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações datado de 2 de junho de 2010.

Em 2 de junho de 2012, foi exercida a opção de venda da participação remanescente de 30% do capital social da Banif CVC por um montante global de 55.726 mReais. Adicionalmente, e ainda no decorrer desta operação, a denominação social da Banif CVC foi alterada para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (CGD Investimentos CVC).

Em 31 de outubro de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas extraordinária a fusão por incorporação reversa da CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda (PINF) na CGD Investimentos CVC. A referida incorporação foi efetivada mediante integração da totalidade dos ativos e passivos da PINF na sua participada, a qual se extinguiu, assumindo a CGD Investimentos CVC todos os direitos e obrigações decorrentes da sua atividade até à data de registo da fusão.

Banco Nacional de Investimento, S.A. (BNI)

O Banco Nacional de Investimento, S.A. foi constituído em 14 de junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique através da Direção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L., tendo por objeto o exercício da atividade bancária na área da banca de investimento. O Grupo Caixa detinha uma participação direta de 50,5% do capital social do BNI titulada em 49,5% pela CGD e 1% pelo Banco Comercial de Investimentos, S.A.R.L..

No decorrer do segundo semestre de 2012 a CGD alienou a sua participação de 49,5% no capital social do BNI ao IGEPE - Instituto de Gestão de Participações do Estado pelo montante global de 1.067.255 mMZN, tendo em resultado desta operação reconhecido menos valias (incluindo reversão do efeito cambial acumulado em reservas) de aproximadamente 3.619 mEuros.

Do montante global da transação, a CGD recebeu à data da sua efectivação 450.000 mMZN, sendo o remanescente devido em três prestações iguais, anuais e sucessivas, a primeira, no prazo de um ano a contar da data do contrato.

Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)

No decorrer do exercício de 2012, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, o BNU realizou um aumento de capital no valor de 1.600.000 mMOPS integralmente subscrito e realizado pela CGD.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento (FIIAH – Caixa Arrendamento)

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da deliberação dos participantes do Fundo, a CGD procedeu à subscrição de 34.617 novas unidades de participação pelo montante global de 34.999 mEuros, integalmente realizado em numerário.

Em resultado desta transação, a participação direta detida pela Caixa no capital do FIIAH-Caixa Arrendamento foi reforçada para 87,86%.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	642.667	619.896
Depósitos à ordem em bancos centrais	902.609	983.231
	1.545.275	1.603.127
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	64	155
	1.545.339	1.603.281

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Cheques a cobrar		
- No país	62.154	75.039
- No estrangeiro	48.859	39.964
	111.013	115.003
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
- No país	136.523	170.369
- No estrangeiro	784.801	1.011.809
	921.324	1.182.178
Juros a receber	4.168	4.831
	1.036.504	1.302.012

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Mercado monetário interbancário	20.000	163.000
Depósitos a prazo		
- No país	34.426	37.076
- No estrangeiro	160.046	74.348
Empréstimos		
- No país	55.073	715.535
- No estrangeiro	106.066	75.761
Outras aplicações		
- No país	84.628	97.831
- No estrangeiro	1.112.231	987.403
Operações de compra com acordo de revenda	205.806	367.415
Crédito e juros vencidos	7.156	8.085
	1.785.432	2.526.453
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	203	121
Juros a receber	1.516	3.781
Proveitos diferidos	(352)	(542)
	1.786.798	2.529.813
Imparidade (Nota 40)	(11.996)	(12.413)
	1.774.802	2.517.400

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Empréstimos - no país" incluía 150.000 mEuros, relativos a um programa de papel comercial com um limite de 400.000 mEuros, contratado junto do Banco BIC Português, S.A. (BIC), entidade anteriormente designada por Banco Português de Negócios, S.A. (BPN). O referido programa, não utilizado em 31 de dezembro de 2013, decorre do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do ex-BPN no âmbito da sua reprivatização ultimada no decurso do primeiro trimestre de 2012 e beneficia de garantia do Estado Português até à sua data de vencimento em março de 2015. Ainda neste âmbito, foi concedida pela Caixa uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300.000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do ex-BPN.

No decurso do processo de alienação do Banco, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (detentores de um conjunto de ativos transferidos do BPN em resultado do processo de reestruturação implementado após a sua privatização), e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 128.946 mEuros (Nota 13) e 2.920.000 mEuros (Nota 8), respetivamente (381.667 mEuros e 3.100.000 mEuros,

respetivamente, em 31 de dezembro de 2012), foram transferidos para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes de um programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem (Nota 13). Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a referida sociedade.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia no quadro do programa de intervenção em curso. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

No que respeita às aplicações realizadas em bancos com sede na República da Islândia, o saldo acumulado de imparidade reconhecida pela Caixa nestes ativos, ascendia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a 11.994 mEuros e 12.053 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" refere-se a contratos de aquisição de instrumentos financeiros com acordo de revenda numa data futura por um preço previamente fixado. Os instrumentos financeiros adquiridos nestas operações não são reconhecidos em balanço, permanecendo o valor da compra registado como um empréstimo a instituições de crédito, o qual é valorizado pelo respetivo custo amortizado. As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2013 e 2012, é apresentado na Nota 40.

7. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	91.510	-	91.510	68.920	-	68.920
. Bilhetes do Tesouro	-	-	-	122.384	6.133	128.517
. Obrigações de outros emissores						
públicos:						
Estrangeiros	347.698	26.419	374.117	318.053	21.380	339.433
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	1.069	22.989	24.058	14.320	41.990	56.310
De não residentes	4.475	8.190	12.665	26.146	66.516	92.661
	444.752	57.597	502.349	549.822	136.019	685.841
Instrumentos de capital						
De residentes	11.200	110.292	121.492	23.400	127.134	150.534
De não residentes	20.260	37.057	57.317	14.630	25.995	40.625
	31.460	147.349	178.809	38.030	153.128	191.159
Outros instrumentos financeiros						
- Unidades de participação						
De residentes	1.869	546.503	548.372	1.464	516.887	518.351
De não residentes	-	505.442	505.442	-	519.095	519.095
- Outros						
De não residentes	158	-	158	-	-	-
	2.027	1.051.945	1.053.972	1.464	1.035.982	1.037.446
Crédito e outros valores a receber	-	173	173	-	410	410
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 11)						
- Swaps	1.062.619	-	1.062.619	1.616.069	-	1.616.069
- Futuros e outras operações a prazo	1.103	-	1.103	1.821	-	1.821
- Opções de divisas e cotações	295.225	-	295.225	283.399	-	283.399
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	117.328	-	117.328	181.720	-	181.720
- Outros	2.173	-	2.173	833	-	833
	1.478.449	-	1.478.449	2.083.842	-	2.083.842
	1.956.688	1.257.063	3.213.751	2.673.159	1.325.539	3.998.698

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por entidades do Grupo nos montantes de 73.848 mEuros e 327.086 mEuros, respetivamente (66.263 mEuros e 316.271 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação - Instrumentos de dívida” inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 124.380 mEuros e 128.247 mEuros, respetivamente (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados” inclui 29.372 mEuros e 32.986 mEuros relativos a uma participação de 10,5% do capital social da Sumol + Compal, S.A..

No decorrer do exercício de 2012 foram concluídas as negociações, entre o Grupo CGD e a Refrigor, relativas à alienação a prazo da participação detida pelo FCR Grupo CGD no capital desta sociedade, a qual à data do acordo ascendia a 19,4%. Nos termos do

referido entendimento, foi concretizada em setembro de 2012 a venda à Refrigor de 8,9% do capital da Sumol+Compal pelo montante de 28.329 mEuros. Ainda na sequência desta operação o Grupo atribuiu à Refrigor uma opção de compra sobre o remanescente da participação, a exercer até 30 de junho de 2017, tendo igualmente adquirido o direito a uma opção de venda sobre as ações da Sumol+Compal a exercer entre 30 de junho e 31 de dezembro de 2017.

Em junho de 2012, na sequência da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa no decorrer do mês de março desse mesmo ano, a CGD alienou à InterCement Austria Holding Gmbh a totalidade de uma participação que detinha na Cimpor pelo valor global de 354.233 mEuros, correspondente a um valor unitário de 5,5 Euros por ação. A referida participação, representativa de 9,584% do capital social desta sociedade, tinha sido adquirida pela Caixa em fevereiro de 2009 por 317.844 mEuros, e encontrava-se registada na classe de ativos financeiros "Ao justo valor através de resultados". Nos termos do acordo assinado à data com o vendedor, este detinha uma opção de compra da participação à Caixa pelo respetivo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor, opção esta que até ao seu término (em fevereiro de 2012) não foi exercida.

8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
- De dívida pública	8.876.310	8.433.884
- De outros emissores públicos	935.174	1.206.923
- De organismos financeiros internacionais	-	59.077
- De outros emissores	4.516.497	8.695.568
	14.327.981	18.395.452
Instrumentos de capital		
- Valorizados ao justo valor	267.357	1.241.389
- Valorizados ao custo histórico	185.130	187.117
	452.487	1.428.505
Outros instrumentos	1.045.570	1.457.435
	15.826.038	21.281.393
Imparidade (Nota 40)		
- Instrumentos de capital	(89.968)	(526.964)
- Instrumentos de dívida	(835)	(12.794)
- Outros instrumentos	(153.081)	(165.158)
	(243.884)	(704.916)
	15.582.154	20.576.477

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores” inclui 2.870.981 mEuros e 2.887.320 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 6). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2013 as rubricas "Outros instrumentos" e "Imparidade - outros instrumentos" incluem, respetivamente, 592.565 mEuros e 78.387 mEuros (457.409 mEuros e 67.379 mEuros respetivamente, em 31 de dezembro de 2012), relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes). Na sequência da transferência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual o Grupo detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais o Grupo detém uma participação minoritária, retêem autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades afetas às participações nos veículos equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram

revertidas no processo de desreconhecimento de balanço destes ativos. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a exposição mantida pelo Grupo apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	180.000	(27.664)	152.336	-
Flit-Ptrel SICAV	115.121	(12.590)	102.531	7.774
Discovery Portugal Real Estate Fund	92.997	(15.288)	77.709	12.811
Vallis Construction Sector	73.644	(9.248)	64.396	9.367
OXI Capital, SCR	66.970	-	66.970	(994)
Fundo Recuperação Turismo, FCR	57.484	(13.597)	43.887	11.718
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.350	-	6.350	(33)
	592.565	(78.387)	514.178	40.643

	31-12-2012			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	150.000	(14.608)	135.392	-
Flit-Ptrel SIVAC	128.489	(14.663)	113.826	13.936
Vallis Construction Sector	71.715	(9.248)	62.467	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	65.416	(15.263)	50.153	-
Fundo Recuperação Turismo, FCR	41.189	(13.597)	27.593	-
OXI Capital, SCR	600	-	600	-
	457.409	(67.379)	390.031	13.936

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações a Caixa concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 ascendia a 48.582 mEuros e 46.939 mEuros, respetivamente. Nas referidas datas, o montante de imparidades acumuladas constituídas para perdas potenciais nestas exposições ascendiam a 48.582 mEuros e 46.191, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor da Imparidade de “Outros instrumentos” inclui 2.977 mEuros e 4.772 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 35.967 mEuros e 65.485 mEuros, respetivamente (381.499 mEuros e 118.292 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Conforme referido em maior detalhe na Nota 14, no decorrer do exercício de 2013, no quadro do processo de privatização em curso das empresas seguradoras do Grupo, os ativos e passivos das referidas entidades foram reclassificadas para as classes de "Ativos e passivos não correntes detidos para venda". Em 31 de dezembro de 2012, os saldos

incluídos na rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda associados à atividade destas sociedades ascendiam a 5.416.867 mEuros, e apresentavam o seguinte detalhe:

Instrumentos de dívida	
Saldos antes de imparidade	
- De dívida pública	757.179
- De outros emissores públicos	480.217
- De organismos financeiros internacionais	24.503
- De outros emissores	3.422.191
	4.684.090
Imparidade acumulada	(3.000)
	4.681.090
Instrumentos de capital	
Saldos antes de imparidade	
- Valorizados ao justo valor	349.050
- Valorizados ao custo histórico	61
	349.112
Imparidade acumulada	(61.665)
	287.447
Outros instrumentos	
Saldos antes de imparidade	481.946
Imparidade acumulada	(33.616)
	448.330
	5.416.867

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

	31-12-2013							
	Atividade bancária	Atividade Seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efetiva (%)
Valorizados ao justo valor								
Galp Energia, SGPS, S.A.	-	-	56.615	56.615	-	56.615	14.193	15,49
SICAR NovEnergia II	28.683	-	-	28.683	(31)	28.652	267	0,15
Finpro, SGPS, S.A.	-	-	18.868	18.868	-	18.868	(4.950)	17,16
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	15.537	-	-	15.537	-	15.537	4.342	1,10
La Seda Barcelona, S.A.	10	-	-	10	(4)	6	2	0,00
EDP Renováveis, S.A.	52.878	-	-	52.878	(52.878)	-	-	14,24
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	-	21.300	21.300	(21.300)	-	-	19,63
Ações de entidades estrangeiras	6.341	261	16.740	23.341	(1.815)	21.526	4.694	
Outros instrumentos com características de capital	3	-	-	3	-	3	1	
Outros	35.736	-	13.766	49.502	(5.725)	43.777	11.671	
	139.185	261	127.289	266.735	(81.753)	184.982	30.219	
Valorizados ao custo histórico								
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	-	153.003	-	153.003		9,69
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.058	-	622	4.680	(1.178)	3.502	-	4,48
Outros	27.870	-	199	28.069	(7.037)	21.032	-	
	184.931	-	821	185.752	(8.215)	177.537	-	
	324.116	261	128.110	452.487	(89.968)	362.519	30.219	

	31-12-2012							
	Atividade bancária	Atividade Seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efetiva (%)
Valorizados ao justo valor								
Portugal Telecom, S.A.	476.093	2.642	-	478.735	(271.495)	207.240	16.172	6,16
Galp Energia, SGPS, S.A.	66.302	2.713	-	69.015	-	69.015	(2.315)	0,38
SICAR NovEnergia II	-	-	54.041	54.041	-	54.041	14.470	15,49
Finpro, SGPS, S.A.	-	-	24.692	24.692	-	24.692	2.435	17,16
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	14.463	240	-	14.703	-	14.703	3.215	1,12
Banco Comercial Português, S.A.	118.643	19.039	-	137.682	(125.561)	12.121	2.263	1,03
La Seda Barcelona, S.A.	52.825	-	-	52.825	(47.986)	4.838	(53)	14,24
EDP – Energias de Portugal, S.A.	3.136	3.145	-	6.281	(1.676)	4.605	451	0,05
EDP Renováveis, S.A.	10	1.398	-	1.408	(434)	974	245	0,00
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	-	8	-	8	(3)	5	1	0,00
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	-	21.300	21.300	(21.300)	-	-	19,64
Ações de entidades estrangeiras	2.461	302.281	16.027	320.768	(38.089)	282.679	7.805	
Outros instrumentos com características de capital	3.183	-	-	3.183	(20)	3.163	-	
Outros	25.312	17.896	13.538	56.746	(13.284)	43.462	1.407	
	762.428	349.363	129.598	1.241.389	(519.849)	721.539	46.097	
Valorizados ao custo histórico								
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	-	153.003	-	153.003	-	9,69
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.058	-	711	4.769	(1.178)	3.591	-	4,48
Outros	29.084	61	200	29.345	(5.937)	23.408	-	
	186.145	61	911	187.117	(7.115)	180.002	-	
	948.573	349.424	130.508	1.428.505	(526.964)	901.541	46.097	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna “Atividade seguradora” refere-se aos títulos detidos pela Garantia, sendo que em 31 de dezembro de 2012 incluía ainda os títulos da Caixa Seguros e Saúde, os quais foram reclassificados em 2013 para "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 14);
- A coluna “Banca de investimento e capital de risco” compreende os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à “Atividade bancária”.

O valor da imparidade em instrumentos de capital reconhecida pelo Grupo por contrapartida de resultados nos exercícios de 2013 e 2012 apresenta a seguinte composição (Nota 40):

	31-12-2013	31-12-2012
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	25.469	57.470
La Seda Barcelona, S.A.	4.891	24.543
Banco Comercial Português, S.A.	-	14.459
A. Silva & Silva - Imobiliário & Serviços, SA	-	12.171
Instrumentos de capital - atividade Seguradora	-	30.111
Outros	1.189	3.971
	31.549	142.725

Com referência ao exercício de 2012, os saldos apresentados no quadro acima incluem 34.763 mEuros relativos a imparidades associadas à atividade da Caixa Seguros e Saúde, os quais foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados "Resultados em filiais detidas para venda" (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
Reserva de justo valor (Nota 30)		
(valores brutos, antes de interesses minoritários)		
Instrumentos de dívida	(63.807)	(190.280)
Instrumentos de capital		
- Justo valor positivo	36.075	61.096
- Justo valor negativo		
. Menos valia inferior a 20% do custo de aquisição	(57)	(6.030)
. Menos valia entre 20% e 30% do custo de aquisição	(4.950)	(6.529)
. Menos valia entre 30% e 40% do custo de aquisição	(849)	(1.224)
. Menos valia entre 40% e 50% do custo de aquisição	-	(1.217)
	30.219	46.097
Outros instrumentos	39.559	54.007
	5.971	(90.175)
Reserva por impostos diferidos	2.865	59.777
	8.836	(30.398)
Saldo atribuível aos interesses minoritários	(6.169)	(1.373)
	2.667	(31.771)

Em 31 de dezembro de 2012, a reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda inclui 116.007 mEuros de mais valias potenciais (líquidas de impostos diferidos) associadas à revalorização das carteiras das seguradoras do Grupo reclassificadas no exercício de 2013 para "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 14).

Os principais instrumentos de capital registados como “Ativos financeiros disponíveis para venda” tiveram os seguintes movimentos em 2013 e 2012:

Portugal Telecom, S.A.

Em outubro de 2013, a Caixa alienou 54.771.741 ações da Portugal Telecom por um montante global de 190.606 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 26.838 mEuros (Nota 35).

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

No exercício de 2013, a Caixa alienou 179.380.009 ações do BCP por um valor global de 19.022 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 7.541 mEuros (Nota 35).

Em março de 2012, a Caixa alienou 6.000.000 ações do BCP por um valor global de 981 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 165 mEuros (Nota 35).

Ainda no decorrer de 2012 a Caixa adquiriu 140.000 valores mobiliários perpétuos e alienou 154.000 valores mobiliários perpétuos pelos montantes globais de 76 mEuros e 100 mEuros, respetivamente, tendo em resultado destas transações sido registada uma menos valia de 11 mEuros.

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

Em janeiro de 2013, a Caixa alienou 800.000 ações da EDP por um montante global de 1.882 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 390 mEuros (Nota 35).

No exercício de 2012, a Caixa alienou 2.728.914 ações da EDP pelo valor de 6.230 mEuros. Em resultado destas transações, a Caixa reconheceu uma mais valia de 1.143 mEuros (Nota 35).

ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON)

Em junho de 2012, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. celebraram com a empresa Jadeium B.V. um acordo para a venda de 33.181.144 e 215.000 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON), respetivamente, correspondentes a 10,805% do respetivo capital social, por um preço unitário de 2,6 euros.

A concretização da operação e respetiva transmissão da titularidade das ações ocorreu em 2 de julho de 2012, data da liquidação do preço de venda acordado entre as partes, pelo valor global de 86.830 mEuros. Em resultado desta transação, o Grupo registou no exercício de 2012 uma mais valia de 10.869 mEuros. Deste montante 118 mEuros correspondem ao ganho realizado pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., o qual se encontra registado em "Resultados em filiais detidas para venda" (Nota 35).

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

No exercício de 2013, a Parcaixa, SGPS alienou 3.233.255 ações da Galp Energia por um montante global de 40.889 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 2.729 mEuros (Nota 35).

Em novembro de 2012, a Caixa alienou através de operações de bolsa 8.295.510 ações da Galp, representativas de 1% do seu capital social, por um montante de 95.232 mEuros tendo em consequencia desta transação reconhecido menos valias de 10.807 mEuros (Nota 35).

Esta venda foi realizada no âmbito do exercício do direito de "*tag along*" previsto no Consent & Waiver Agreement celebrado entre a CGD, a Amorim Energia B.V. e a ENI S.p.A. (datado de março de 2012), dado esta última ter decidido proceder à alienação em mercado da participação que detinha na Galp.

Brisa – Auto Estradas de Portugal (Brisa)

No ano de 2012 em resultado da oferta pública de aquisição de ações lançada sobre o capital da Brisa pela Tagus Holdings, a CGD alienou a esta última pela sua totalidade, a posição que detinha nesta participada. O preço da transação ascendeu a 24.840 mEuros, tendo sido registada uma mais valia de 2.115 mEuros (Nota 35).

Reclassificação *de títulos*

Caixa Geral de Depósitos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.9., e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente influenciados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das

perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente atingidos pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

Títulos reclassificados no exercício de 2008

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.001.797	n.a
Valor de balanço em 31-12-2008	873.101	n.a
Valor de balanço em 31-12-2009	560.350	n.a
Valor de balanço em 31-12-2010	336.275	n.a
Valor de balanço em 31-12-2011	261.035	n.a
Valor de balanço em 31-12-2012	156.972	n.a
Valor de balanço em 31-12-2013	138.888	n.a
Justo Valor dos títulos reclassificados em 31-12-2013	138.888	n.a
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2013	(8.704)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2008 e 31-12-2009		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6.315	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(6.673)	n.a
Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(60.758)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2009 e 31-12-2010		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57.186	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(52.234)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(2.247)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(17.620)	n.a
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(487)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	14.112	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.210)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	7.457	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 31-12-2013		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	5.907	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.580)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(671)	n.a

Títulos reclassificados no exercício de 2010

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.414.007	503.466
Valor de balanço em 31-12-2010	1.039.972	504.393
Valor de balanço em 31-12-2011	483.799	495.037
Valor de balanço em 31-12-2012	342.668	477.515
Valor de balanço em 31-12-2013	170.473	444.652
Justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2013	170.473	439.844
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2013	(6.004)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31-12-2010		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36.589)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(47.894)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(1.234)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	70.581	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	604	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 31-12-2013		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	7.898	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	2.564	n.a

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

9. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	31-12-2013	31-12-2012
Ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida		
- De emissores públicos:		
. Títulos da dívida pública	15.266	-
	15.266	-
Ao justo valor através de reservas de reavaliação		
Instrumentos de dívida		
- De emissores públicos:		
. Títulos da dívida pública	180.867	68.576
- De outros emissores:		
. Obrigações e outros títulos:		
De não residentes	509.503	435.584
	690.370	504.160
	705.636	504.160

No decorrer dos exercícios de 2013 e 2012 o Grupo celebrou junto de instituições financeiras e clientes operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 22) e “Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações com acordo de recompra” (Nota 23).

10. PRODUTOS “UNIT-LINKED”

Os “Investimentos associados a produtos “unit-linked” correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados, até 31 de dezembro de 2012, refletida na rubrica “Responsabilidades para com subscritores de produtos “unit-linked”, do passivo.

Decorrente do processo de privatização em curso destas sociedades, os saldos de produtos "unit-linked" foram reclassificados no decorrer do exercício de 2013 para as classes de "Ativos não correntes detidos para venda" e "Passivos não correntes detidos para venda". A composição destes ativos e passivos para o exercício de 2013 e 2012 é apresentada no quadro abaixo:

	31-12-2013	31-12-2012
	Saldos classificados em "Ativos e passivos não correntes detidos para venda" (Nota 14)	
Investimentos associados a produtos "unit-linked"		
- Instrumentos de dívida	846.884	1.033.457
- Instrumentos representativos de capital	18.940	18.154
- Outros	7	14
Instrumentos derivados		
- Justo valor positivo	-	459
- Justo valor negativo	-	-
Aplicações em instituições de crédito	122.322	96.142
	988.153	1.148.225
Responsabilidades para com subscritores de produtos "unit-linked"	988.154	1.148.225

11. DERIVADOS

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.9.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	31-12-2013							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				596	(6.402)	-	-	(5.806)
Compras	1.354.573	-	1.354.573					
Vendas	1.354.190	-	1.354.190					
NDF's (Non Deliverable Forwards)				-	(280)	-	-	(280)
Compras	-	-	-					
Vendas	74.323	-	74.323					
FRA (forward rate agreements)	35.000	-	35.000	110	-	-	-	110
Swaps								
Swaps Cambiais				3.645	(33.482)	-	-	(29.837)
Compras	3.319.291	-	3.319.291					
Vendas	3.349.480	-	3.349.480					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				1.058.058	(1.172.340)	45.458	(65.110)	(133.934)
Compras	56.287.433	658.922	56.946.355					
Vendas	56.295.127	675.844	56.970.971					
Swaps de Eventos de Crédito				915	(2.406)	-	-	(1.491)
Compras	108.009	-	108.009					
Vendas	79.383	-	79.383					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	24.405	-	24.405					
Posições Curtas	137.585	-	137.585					
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições Longas	(104.100)	-	(104.100)					
Posições Curtas	1.085.123	-	1.085.123					
Futuros de Cotações				398	(77)	-	-	321
Posições Longas	11.875	-	11.875					
Posições Curtas	9.817	-	9.817					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
- Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	(35.559)	-	(35.559)					
Posições Curtas	340.171	-	340.171					
Opções								
Divisas				1.213	(622)	-	-	591
Compras	97.423	-	97.423					
Vendas	95.193	-	95.193					
Cotações				294.012	(302.026)	-	-	(8.014)
Compras	1.262.504	-	1.262.504					
Vendas	1.201.370	-	1.201.370					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				117.328	(123.537)	-	-	(6.209)
Compras	2.124.589	-	2.124.589					
Vendas	2.378.408	-	2.378.408					
Outros	-	-	-	2.173	(3.660)			(1.487)
	130.885.613	1.334.766	132.220.379	1.478.449	(1.644.832)	45.458	(65.110)	(186.036)

	31-12-2012							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				1.716	(6.693)	-	-	(4.977)
Compras	436.162	-	436.162					
Vendas	570.372	-	570.372					
NDF's (Non Deliverable Forwards)				30	(22)	-	-	8
Compras	25.814	-	25.814					
Vendas	7.362	-	7.362					
FRA (forward rate agreements)	5.000	-	5.000	75	-	-	-	75
Swaps								
Swaps Cambiais				601	(29.723)	-	-	(29.122)
Compras	2.221.628	-	2.221.628					
Vendas	2.249.998	-	2.249.998					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				1.610.598	(1.672.977)	98.725	(84.479)	(48.133)
Compras	62.798.285	787.715	63.586.000					
Vendas	62.775.615	773.526	63.549.140					
Swaps de Eventos de Crédito				4.871	(11.726)	-	-	(6.855)
Compras	164.740	-	164.740					
Vendas	81.844	-	81.844					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições Longas	(3.276)	-	(3.276)					
Posições Curtas	3.597.857	-	3.597.857					
Futuros de Cotações				-	(9)	-	-	(9)
Posições Longas	4.759	-	4.759					
Posições Curtas	6.812	-	6.812					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
- Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	(170.307)	-	(170.307)					
Posições Curtas	274.558	-	274.558					
Opções								
Divisas				517	(334)	-	-	184
Compras	23.430	-	23.430					
Vendas	953	-	953					
Cotações				282.882	(286.505)	-	-	(3.623)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				181.720	(189.322)	-	-	(7.602)
Compras	747.261	-	747.261					
Vendas	771.727	-	771.727					
Outros	-	-	-	833	(17.149)	-	-	(16.317)
	136.590.595	1.561.241	138.151.835	2.083.842	(2.214.461)	98.725	(84.479)	(116.372)

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Passivos detidos para negociação” inclui ainda 2.582 mEuros relativos a responsabilidades decorrentes de operações de empréstimos de instrumentos de capital da carteira do Grupo, as quais foram liquidadas no decorrer dos primeiros dias de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os instrumentos derivados reconhecidos em rubricas de "Ativos detidos para negociação", "Passivos detidos para negociação", "Derivados de cobertura - Ativo" e Derivados de cobertura - Passivo" incluem operações colaterizadas pela constituições de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura do justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre a Caixa e diversas instituições financeiras. Nessas datas, os saldos depositados pelas referidas instituições financeiras junto da Caixa e pela Caixa junto dessas mesmas instituições financeiras encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos - Recursos - conta caução" (Nota 28) e "Outros ativos - Devedores e outras aplicações - devedores diversos" (Nota 21), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de balanço de operações com instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo e justo valor negativo integralmente colaterizadas por depósitos caução ascende, respetivamente, a 967.298 mEuros e 1.511.999 mEuros.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	565.351	151.144	627.546	10.532	-	1.354.573
Vendas	565.070	151.077	627.511	10.532	-	1.354.190
NDF's (Non Deliverable Forwards)						
Vendas	72.160	2.163	-	-	-	74.323
FRA (forward rate agreements)	-	-	-	35.000	-	35.000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	3.037.604	31.611	226.124	23.952	-	3.319.291
Vendas	3.066.708	31.615	227.158	23.999	-	3.349.480
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps						
Compras	4.577.220	6.120.808	4.882.196	17.547.192	23.818.939	56.946.355
Vendas	4.584.600	6.122.862	4.885.035	17.542.107	23.836.367	56.970.971
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	10.000	-	-	98.009	-	108.009
Vendas	-	18.128	-	61.255	-	79.383
Futuros						
Futuros sobre Divisas						
Posições Longas	11.665	-	12.740	-	-	24.405
Posições Curtas	-	-	-	137.585	-	137.585
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	(79.180)	-	(24.920)	-	-	(104.100)
Posições Curtas	489.000	546.473	49.650	-	-	1.085.123
Futuros de Cotações						
Posições Longas	3.698	-	-	8.177	-	11.875
Posições Curtas	9.817	-	-	-	-	9.817
Outros Futuros						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	(21.100)	-	(14.459)	-	-	(35.559)
Posições Curtas	42.707	-	50.312	247.152	-	340.171
Opções						
Divisas						
Compras	2.248	11.594	8.344	75.237	-	97.423
Vendas	3.471	11.659	7.972	72.091	-	95.193
Cotações						
Compras	206.652	319.639	250.171	478.591	7.451	1.262.504
Vendas	214.563	346.336	268.678	365.127	6.666	1.201.370
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	97.500	145.000	411.276	1.391.913	78.900	2.124.589
Vendas	97.500	485.000	349.000	713.700	733.208	2.378.408
	17.557.254	14.495.109	12.844.334	38.842.151	48.481.531	132.220.379

	31-12-2012					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	205.162	63.533	149.378	18.088	-	436.162
Vendas	322.872	77.834	151.578	18.088	-	570.372
NDF's (Non Deliverable Forwards)						
Compras	25.814	-	-	-	-	25.814
Vendas	7.362	-	-	-	-	7.362
FRA (forward rate agreements)	-	-	-	5.000	-	5.000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	1.850.225	150.820	189.362	31.220	-	2.221.628
Vendas	1.852.202	175.017	191.885	30.894	-	2.249.998
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps						
Compras	5.438.832	4.623.083	7.709.359	24.392.728	21.421.997	63.586.000
Vendas	5.410.909	4.621.320	7.739.113	24.352.171	21.425.627	63.549.140
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	54.106	110.634	-	164.740
Vendas	-	-	-	81.844	-	81.844
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	(3.276)	-	-	-	-	(3.276)
Posições Curtas	1.466.191	99.628	2.032.038	-	-	3.597.857
Futuros de Cotações						
Posições Longas	4.759	-	-	-	-	4.759
Posições Curtas	6.812	-	-	-	-	6.812
Outros Futuros						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	(68.345)	(23.350)	(74.884)	(3.728)	-	(170.307)
Posições Curtas	108.007	33.401	129.422	3.728	-	274.558
Opções						
Divisas						
Compras	23.038	392	-	-	-	23.430
Vendas	568	385	-	-	-	953
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	-	-	131.383	233.570	382.308	747.261
Vendas	-	-	141.250	243.719	386.758	771.727
	16.651.135	9.822.063	18.543.991	49.517.956	43.616.691	138.151.835

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais				
Instituições Financeiras	2.639.518	(6.193)	777.909	(4.841)
Clientes	69.245	387	228.625	(136)
	2.708.763	(5.806)	1.006.534	(4.977)
NDF's (Non Deliverable Forwards)				
Instituições Financeiras	72.160	(235)	-	-
Clientes	2.163	(45)	33.176	8
	74.323	(280)	33.176	8
FRA (forward rate agreements)				
Instituições Financeiras	35.000	110	5.000	75
	35.000	110	5.000	75
Swaps				
Swaps Cambiais				
Instituições Financeiras	6.545.357	(29.890)	4.456.152	(29.185)
Clientes	123.414	53	15.475	63
	6.668.771	(29.837)	4.471.626	(29.122)
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				
Instituições Financeiras	103.849.993	(616.684)	117.092.906	(781.712)
Clientes	10.067.333	482.750	10.042.233	733.579
	113.917.326	(133.934)	127.135.140	(48.133)
Swaps de Eventos de Crédito				
Instituições Financeiras	187.392	(1.491)	246.584	(5.038)
Clientes	-	-	-	(1.817)
	187.392	(1.491)	246.584	(6.855)
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Em Bolsa	161.990	-	-	-
	161.990	-	-	-
Futuros de Taxa de Juro				
Em Bolsa	981.023	-	3.580.457	-
Instituições Financeiras	-	-	14.124	-
	981.023	-	3.594.581	-
Futuros de Cotações				
Em Bolsa	21.692	321	5.641	(9)
Instituições Financeiras	-	-	5.931	-
	21.692	321	11.572	(9)
Outros Futuros				
Em Bolsa	304.612	-	104.251	-
	304.612	-	104.251	-
Opções				
Divisas				
Instituições Financeiras	192.397	781	22.470	4.349
Clientes	219	(190)	1.913	(4.166)
	192.616	591	24.383	184
Cotações				
Instituições Financeiras	2.463.250	1.511	-	-
Clientes	624	(9.525)	-	(3.623)
	2.463.874	(8.014)	-	(3.623)
Taxa de Juro (Caps &Floors)				
Instituições Financeiras	3.554.189	(19.397)	300.000	(30.545)
Clientes	948.808	13.188	1.218.989	22.943
	4.502.997	(6.209)	1.518.989	(7.602)
Outros				
Instituições Financeiras	-	2.173	-	(12.512)
Clientes	-	(3.660)	-	(3.804)
	-	(1.487)	-	(16.317)
	132.220.379	(186.036)	138.151.835	(116.372)

12. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Em abril e outubro de 2011 o Grupo procedeu à reclassificação de um conjunto de instrumentos de dívida soberana e de dívida emitida por instituições financeiras e empresas (“corporates”) da classe de ativos financeiros disponíveis para venda, para a classe de investimentos a deter até à maturidade.

Os critérios que presidiram à reclassificação atenderam às carteiras a que se encontravam afetos os ativos financeiros assim como às respetivas maturidades, tendo em consideração necessidades futuras de “cash flow”.

Decorrente do processo de privatização das empresas seguradoras do Grupo os saldos destas entidades associados a investimentos a deter até à maturidade foram reclassificados no decorrer do exercício de 2013 para a classe de "Ativos não correntes detidos para venda". A composição destes ativos para o exercício de 2013 e 2012 é apresentada no quadro abaixo:

	31-12-2013	31-12-2012
	Saldos classificados em "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 14)	
Instrumentos de dívida		
- De dívida pública	1.926.845	1.856.962
- De outros emissores públicos	46.784	45.697
- De outros emissores		
De outros residentes	85.856	250.688
De outros não residentes	226.426	315.931
	2.285.911	2.469.277

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos de investimentos a deter até à maturidade registados na classe de "Ativos não correntes detidos para venda" incluem ainda 492.713 mEuros relativos a dívida emitida pelo Grupo.

As características dos instrumentos de dívida reclassificados na data da transferência entre categorias de ativos financeiros, assim como os ganhos e perdas não reconhecidos em capitais próprios após a data da reclassificação, apresentam o seguinte detalhe:

	Títulos de dívida pública nacional	Títulos de emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores	Total
Na data da reclassificação				
Valor de balanço	1.760.395	297.508	843.223	2.901.126
Reserva de justo valor	(314.586)	(80.233)	(28.604)	(423.423)
Taxa de juro efetiva		8,46%		
Em 31 de dezembro de 2011				
Valor de balanço	1.818.396	221.915	797.067	2.837.379
Justo valor	1.476.727	209.636	739.892	2.426.254
Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos				
por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse				
ocorrido a reclassificação	(341.669)	(12.280)	(57.176)	(411.125)
Em 31 de dezembro de 2012				
Valor de balanço	1.856.962	45.697	566.619	2.469.277
Justo valor	2.067.765	46.862	568.278	2.682.904
Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos				
por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse				
ocorrido a reclassificação	210.803	1.165	1.659	213.627
Em 31 de dezembro de 2013				
Valor de balanço	1.926.845	46.784	312.282	2.285.911
Justo valor	2.120.858	47.580	312.747	2.481.184
Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos				
por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse				
ocorrido a reclassificação	194.013	796	465	195.274

De referir que no apuramento da taxa efetiva dos ativos reclassificados na data da transferência entre carteiras foi considerada a recuperação da totalidade dos fluxos de caixa futuros associados a estes instrumentos.

Os montantes contabilizados em resultados nos exercícios de 2013 e 2012 relativos a títulos reclassificados (excluindo o efeito fiscal), apresentam a seguinte natureza:

Impacto em resultados no exercício de 2013, dos quais:	
Proveitos com juros	122.665
Imparidade reconhecida no exercício	(512)
Outros	(1)
	122.152
Impacto em resultados no exercício de 2012, dos quais:	
Proveitos com juros	128.762
Imparidade reconhecida no exercício	(49.556)
Outros	(2.175)
	77.031
Impacto em resultados no exercício de 2011, dos quais:	
Proveitos com juros	141.923
Imparidade reconhecida no exercício	(120.035)
Resultados cambiais	4
Outros	1.136
	23.026

No decorrer do exercício de 2011, o Grupo reconheceu perdas de imparidade em exposições detidas em dívida soberana emitida pela República da Grécia que se encontravam classificadas nessa data em investimentos a deter até à maturidade, no montante de 120.035 mEuros. O valor das perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados foi apurado considerando um pressuposto de recuperação de 50% do valor nominal e juros corridos das emissões em carteira. Adicionalmente, encontravam-se registados na rubrica de provisões para outros riscos e encargos 50.856 mEuros destinados à cobertura de perdas adicionais por imparidade nestes títulos (Nota 25). Estas provisões foram determinadas com base no valor de mercado no primeiro dia em que houve formação de preço (9 de março de 2012) dos ativos recebidos no âmbito da oferta de troca divulgada pela República da Grécia em 21 de fevereiro de 2012, considerada um “adjusting event” nos termos da Norma IAS 10.

Em face da decisão tomada pelo Grupo de aceitar as condições propostas no programa de troca de dívida soberana grega, conforme referido em maior detalhe na Nota 43, e após determinação do valor efetivo dos custos a incorrer em resultado desta operação, no decorrer do exercício de 2012 o Grupo reconheceu perdas adicionais de imparidade em títulos classificados como investimentos a deter até à maturidade no montante de 49.556 mEuros, registados por contrapartida da anulação do valor das provisões constituídas para o efeito em 2011 na rubrica de provisões para outros riscos e encargos (Nota 25). Ainda na sequência do programa de troca destes ativos, o Grupo procedeu ao desreconhecimento destas obrigações do seu balanço e ao reconhecimento das novas emissões, as quais foram, nessa data, inscritas na classe de ativos financeiros disponíveis para venda.

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	52.122.135	54.465.304
Créditos em conta corrente	3.385.370	3.601.227
Outros créditos	5.751.772	6.596.169
Outros créditos e valores a receber - titulados		
. Papel comercial	3.304.590	4.068.736
. Outros	1.697.608	1.652.951
Operações de locação financeira imobiliária	1.386.829	1.574.927
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	458.554	587.862
Operações de compra com acordo de revenda	-	133.995
Operações de locação financeira mobiliária	740.820	904.165
Créditos tomados – factoring	260.382	205.787
Descobertos em depósitos à ordem	340.798	403.759
	69.448.858	74.194.883
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	832	1.316
Juros a receber	247.536	284.035
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(68.232)	(69.526)
	69.628.994	74.410.708
Crédito e juros vencidos	4.957.878	4.513.268
	74.586.872	78.923.976
Imparidade (Nota 40)	(4.512.411)	(4.189.393)
	70.074.462	74.734.584

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 78.467 mEuros e 88.531 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” refere-se integralmente a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Empréstimos” inclui 128.946 mEuros e 381.667 mEuros, respetivamente, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (Notas 6 e 8). Estes créditos encontram-se colaterizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos. Em resultado do processo de reprivatização do então denominado BPN concluído em março de 2012, a titularidade destas sociedades foi transferida para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado nessa data responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa junto do

BPN no valor de 1.000.000 mEuros, formalizada mediante transmissão da posição contratual entre o Banco e a Parvalorem (Nota 6). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta operação encontra-se reconhecida na rubrica "Outros créditos e valores a receber – titulados – Papel comercial".

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização. O movimento nestes créditos nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Nostrum Mortgages nº1	Nostrum Mortgages nº2	Total
Saldos em 31-12-2011	429.069	5.055.709	5.484.778
Vendas de novos créditos	656	22.467	23.123
Reembolsos	(39.377)	(144.783)	(184.160)
Recompras	-	(41.508)	(41.508)
Outros	(656)	750	94
Saldos em 31-12-2012	389.692	4.892.634	5.282.326
Vendas de novos créditos	1.540	24.526	26.066
Reembolsos	(38.766)	(158.416)	(197.182)
Recompras	(1.540)	(87.509)	(89.049)
Outros	-	34.553	34.553
Saldos em 31-12-2013	350.926	4.705.788	5.056.714

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, que em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no que se refere à operação Nostrum Mortgages nº1, ascendiam a 223.118 mEuros e 342.891 mEuros, respetivamente (Nota 24). Estes saldos não incluem os passivos associados à operação Nostrum Mortgages nº 2, os quais são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são eliminados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 9.945.587 mEuros e 10.932.732 mEuros, respetivamente, assim como créditos afetos à emissão de obrigações sobre o Setor Público, com um valor de balanço de 1.215.109 mEuros e 1.418.068 mEuros, respetivamente (Nota 24).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o património autónomo que colateriza as referidas emissões incluia igualmente títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 124.380 mEuros e 128.247 mEuros, respetivamente (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	31-12-2013	31-12-2012
Até três meses	439.926	345.605
De três a seis meses	226.656	206.233
De seis meses a um ano	476.465	769.278
De um a três anos	1.965.719	1.628.158
Mais de três anos	1.849.113	1.563.995
	4.957.878	4.513.268

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes excluindo correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	31-12-2013								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	424.739	31.390	456.129	424.739	31.390	456.129
Indústrias extrativas	-	-	-	163.743	12.522	176.265	163.743	12.522	176.265
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	559	-	559	811.047	49.711	860.758	811.606	49.711	861.317
Indústria têxtil	-	-	-	259.816	48.695	308.511	259.816	48.695	308.511
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	56.126	5.705	61.830	56.126	5.705	61.830
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	159.919	23.523	183.442	159.919	23.523	183.442
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão	-	-	-	200.563	11.670	212.233	200.563	11.670	212.233
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	25.892	1.551	27.443	25.892	1.551	27.443
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	625.924	84.235	710.159	625.924	84.235	710.159
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	113.284	12.717	126.001	113.284	12.717	126.001
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	249.830	29.478	279.308	249.830	29.478	279.308
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	372.534	48.455	420.989	372.534	48.455	420.989
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	86.988	5.433	92.421	86.988	5.433	92.421
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	217.726	4.522	222.248	217.726	4.522	222.248
Fabrico de material de transporte	441	-	441	68.825	4.789	73.613	69.265	4.789	74.054
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	308.786	20.551	329.337	308.786	20.551	329.337
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	12.669	1.070	13.740	1.552.491	95.073	1.647.564	1.565.160	96.143	1.661.304
Construção	21.890	456	22.347	4.133.793	1.321.302	5.455.094	4.155.683	1.321.758	5.477.441
Comercio por grosso / retalho, reparação de automóveis, motociclos e bens pessoais e domésticos	38	0	38	2.573.306	363.315	2.936.621	2.573.344	363.315	2.936.659
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	174	-	174	1.092.107	100.550	1.192.657	1.092.281	100.550	1.192.831
Transportes, armazenagem e comunicações	86.013	-	86.013	2.299.199	132.947	2.432.146	2.385.212	132.947	2.518.159
Atividades financeiras	57.082	-	57.082	7.206.261	219.797	7.426.059	7.263.344	219.797	7.483.141
Atividades imobiliárias	10.151	-	10.151	2.560.729	584.531	3.145.260	2.570.880	584.531	3.155.411
Outras atividades	1.123.120	100	1.123.220	2.025.930	120.018	2.145.949	3.149.050	120.119	3.269.168
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.617.950	35.507	2.653.457	220.325	298	220.623	2.838.275	35.804	2.874.079
Educação	3.768	-	3.768	200.196	4.779	204.975	203.964	4.779	208.743
Saúde e segurança social	2.118	1	2.119	588.377	11.493	599.870	590.495	11.494	601.990
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	21.263	128	21.391	1.530.076	225.883	1.755.959	1.551.339	226.011	1.777.350
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	146	122	268	146	122	268
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	17	-	17	9.232	45	9.277	9.249	45	9.294
	3.957.253	37.263	3.994.516	30.137.908	3.575.100	33.713.009	34.095.162	3.612.363	37.707.525
Particulares									
Habitação	-	-	-	33.667.392	1.185.304	34.852.696	33.667.392	1.185.304	34.852.696
Outros fins	-	-	-	1.865.609	160.211	2.025.820	1.865.609	160.211	2.025.820
	-	-	-	35.533.000	1.345.515	36.878.515	35.533.000	1.345.515	36.878.515
	3.957.253	37.263	3.994.516	65.670.909	4.920.615	70.591.524	69.628.162	4.957.878	74.586.040

	31-12-2012								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	421.181	24.261	445.442	421.181	24.261	445.442
Indústrias extrativas	-	-	-	164.235	9.917	174.152	164.235	9.917	174.152
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	855.354	64.741	920.094	855.354	64.741	920.094
Indústria têxtil	-	-	-	249.889	53.455	303.344	249.889	53.455	303.344
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	58.687	4.960	63.647	58.687	4.960	63.647
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	181.850	25.955	207.806	181.850	25.955	207.806
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão	-	-	-	210.096	10.544	220.641	210.096	10.544	220.641
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	461.730	138	461.868	461.730	138	461.868
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	311.507	4.548	316.056	311.507	4.548	316.056
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	116.922	8.005	124.927	116.922	8.005	124.927
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	300.785	36.592	337.378	300.785	36.592	337.378
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	445.849	39.670	485.519	445.849	39.670	485.519
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	91.148	6.073	97.220	91.148	6.073	97.220
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	168.541	2.345	170.886	168.541	2.345	170.886
Fabrico de material de transporte	443	-	443	62.996	5.301	68.297	63.439	5.301	68.741
Indústrias transformadoras não especificadas	-		-	268.765	28.731	297.496	268.765	28.731	297.496
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	14.462	730	15.193	1.628.384	10.028	1.638.412	1.642.847	10.758	1.653.605
Construção	41.669	875	42.544	4.585.350	987.541	5.572.891	4.627.019	988.416	5.615.435
Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest.	47	-	47	2.954.069	315.241	3.269.310	2.954.115	315.241	3.269.356
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	159	-	159	1.104.148	93.888	1.198.035	1.104.307	93.888	1.198.195
Transportes, armazenagem e comunicações	87.512	-	87.512	2.185.807	141.223	2.327.030	2.273.319	141.223	2.414.542
Atividades financeiras	96.594	-	96.594	7.819.840	257.082	8.076.922	7.916.434	257.082	8.173.515
Atividades imobiliárias	11.664	-	11.664	3.065.731	695.224	3.760.955	3.077.395	695.224	3.772.619
Outras atividades	1.350.180	-	1.350.180	2.170.008	98.937	2.268.945	3.520.188	98.937	3.619.125
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.733.703	89.533	2.823.236	150.979	2.106	153.084	2.884.681	91.638	2.976.320
Educação	4.479	0	4.480	195.872	3.711	199.583	200.352	3.711	204.063
Saúde e segurança social	25.153	6.545	31.698	602.630	65.245	667.874	627.782	71.790	699.572
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	69.822	360	70.182	1.741.108	179.644	1.920.752	1.810.930	180.003	1.990.934
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	255	99	353	255	99	353
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	35	-	35	307	32	339	342	32	374
	4.435.921	98.044	4.533.965	32.574.023	3.175.236	35.749.259	37.009.944	3.273.280	40.283.224
Particulares									
Habitação	-	-	-	35.303.344	1.083.330	36.386.674	35.303.344	1.083.330	36.386.674
Outros fins	-	-	-	2.096.104	156.658	2.252.762	2.096.104	156.658	2.252.762
	-	-	-	37.399.449	1.239.988	38.639.437	37.399.449	1.239.988	38.639.437
	4.435.921	98.044	4.533.965	69.973.471	4.415.224	74.388.695	74.409.393	4.513.268	78.922.661

14. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos de ativos e passivos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
ATIVOS		
Imóveis e equipamento	993.712	824.911
Filiais		
Empresas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde	12.796.656	-
HPP - Hospitais Privados de Portugal	-	87.579
	13.790.368	912.491
Imparidade de imóveis e equipamento (Nota 40)	(334.555)	(234.867)
	13.455.813	677.623
PASSIVOS		
Filiais		
Empresas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde	11.590.700	-
HPP - Hospitais Privados de Portugal	-	100.746
	11.590.700	100.746

No quadro do processo de privatização em curso das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de Fevereiro de 2014, os contratos tendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited. Esta operação estava dependente da obtenção das decisões de não oposição a emitir pelas autoridades competentes, designadamente o Instituto de Seguros de Portugal, o qual deliberou não se opor em 17 de abril de 2014. O acordo alcançado prevê a transferência de ações representativas do capital social e direitos de voto de 80% da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (podendo ir até 85%, considerando os resultados da oferta pública de venda de 5% do capital social e direitos de voto desta sociedade a realizar junto dos trabalhadores das empresas seguradoras), 80% da Cares – Companhia de Seguros, S.A. e 80% da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., pelo valor global de 1.000.000 mEuros. O preço de venda estabelecido como referência para a transação está ainda sujeito a ajustamentos decorrentes da variação patrimonial das referidas empresas seguradoras entre a data estabelecida no acordo e o termo do mês anterior à data da sua efetiva concretização. No entanto, o Grupo não antecipa que venha a ser registada qualquer imparidade em resultado desta transação.

Em conformidade com as disposições da Norma IFRS 5, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos destas unidades foram refletidos de forma agregada nas rubricas de "Ativos e passivos não correntes detidos para venda – Filiais".

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos registados nestas rubricas correspondiam integralmente aos ativos e passivos da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A (HPP), cuja alienação ao grupo brasileiro de saúde Amil, após finalização dos requisitos administrativos e obtenção das autorizações regulamentares a que a operação se encontrava sujeita, foi concluída no decurso do mês de março de 2013. Na sequência desta transação foram registadas mais valias globais de aproximadamente 36.448 mEuros.

Os resultados gerados pelas unidades de negócio classificadas como detidas para venda nos exercícios de 2013 e 2012 encontram-se evidenciados de forma individualizada na demonstração de resultados consolidada sob a designação "Resultados em filiais detidas para venda", com o detalhe reproduzido abaixo:

	31-12-2013	31-12-2012
Resultados de filiais detidas para venda		
Empresas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde	99.362	118.163
HPP - Hospitais Privados de Portugal	36.448	(22.643)
	135.810	95.521

Os principais dados financeiros da HPP - Hospitais Privados de Portugal e das empresas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são seguidamente apresentadas.

HPP - Hospitais Privados de Portugal

O valor contabilístico (sem imputações de justo valor) das principais categorias de ativos e passivos da HPP em 31 de dezembro de 2012, era o seguinte:

ATIVO	31-12-2012
Clientes	40.798
Imobilizado	30.383
Disponibilidades	7.189
Existências	5.311
Outros ativos	3.898
TOTAL DO ATIVO	87.579
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	
Empréstimos	56.112
Fornecedores e outras dívidas a terceiros	39.204
Outros passivos	5.430
TOTAL DO PASSIVO	100.746
CAPITAL PRÓPRIO	(13.167)
	87.579

Nessa data as principais categorias que contribuem para a determinação dos resultados da HPP apresentam a seguinte composição:

	31-12-2012
Proveitos	
Prestação de serviços	159.932
Outros	1.673
	161.605
Custos	
Custo das matérias vendidas e consumidas	32.335
Fornecimentos e serviços externos	13.661
Gastos com pessoal	72.347
Amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	50.581
Encargos com juros	(595)
Imparidades, líquidas de reversões	2.337
Outros	15.139
	185.805
Impostos sobre os resultados	(1.557)
RESULTADO LÍQUIDO	(22.643)

Empresas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde

Em 31 de dezembro de 2013 o valor contabilístico das principais categorias de ativos e passivos das empresas de seguros detidas pela Caixa Seguros e Saúde em processo de privatização era o seguinte:

ATIVO	31-12-2013
Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	1.442.675
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	44.346
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.138.898
Investimentos associados a produtos "Unit-linked" (Nota 10)	988.153
Investimentos a deter até à maturidade (Nota 12)	2.778.624
Propriedades de investimento	433.267
Outros ativos tangíveis	120.869
Ativos intangíveis	170.834
Ativos por impostos correntes	71.758
Ativos por impostos diferidos	187.723
Provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 20)	180.660
Outros ativos	238.847
TOTAL DO ATIVO	12.796.656
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	
Recursos de instituições de crédito	30.500
Recursos de clientes	6.038.457
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked" (Nota 10)	988.154
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.406
Provisões para benefícios dos empregados	25.268
Provisões para outros riscos	79.295
Provisões técnicas de contratos de seguros (Nota 26)	4.055.046
Passivos por impostos correntes	68.644
Passivos por impostos diferidos	44.348
Outros passivos	256.581
TOTAL DO PASSIVO	11.590.700
CAPITAL PRÓPRIO, do qual	1.205.956
Reservas de reavaliação	58.161
	12.796.656

Os saldos ativos e passivos evidenciados no quadro anterior incluem 1.793.078 mEuros e 41.377 mEuros, respetivamente, relativos a operações realizadas com outras entidades do Grupo, não eliminadas no processo de consolidação. Estes saldos excluem as unidades de participação integradas nas carteiras das empresas de seguros em processo de alienação

relativas a fundos de investimento maioritariamente detidos pelo Grupo Caixa, no montante de 131.120 mEuros, os quais são integrados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Provisões para outros riscos" inclui uma provisão no montante de 31.893 mEuros para um programa de reestruturação que se consubstanciará na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma, nos casos em que foi reconhecida a sua dispensabilidade para a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. Neste sentido, o plano decidido será concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrem nas condições indicadas abaixo, e desde que a respetiva saída não implique a sua substituição no respetivo posto de trabalho ou, alternativamente, se faça sem recurso a recrutamento externo.

A abrangência deste plano é a seguinte:

. Em 2014: 153 saídas, sendo 100 com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos;

. Em 2015: 110 saídas, sendo 75 com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos.

Em 31 de dezembro de 2013 as rubricas de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados", "Ativos financeiros disponíveis para venda" e as reservas de reavaliação associadas a estes últimos, apresentam o seguinte detalhe:

	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda					
		Valor de balanço			Reservas de justo valor (Nota 30)		
		Ao justo valor através de reservas de reavaliação	Ao custo histórico	Total	Valor bruto	Imposto diferido	Total
Instrumentos de dívida							
- De dívida pública portuguesa	-	1.453.034	-	1.453.034	25.658	1.887	27.545
- De outros emissores públicos							
Residentes	-	-	-	-	-	-	-
Não residentes	-	761.701	-	761.701	14.323	795	15.117
- De outros emissores							
Residentes	1.382	887.550	-	887.550	4.672	538	5.210
Não residentes	42.964	2.293.126	-	2.293.126	65.105	2.939	68.044
	44.346	5.395.411	-	5.395.411	109.758	6.159	115.916
Imparidade para instrumentos de dívida	-	(2.999)	-	(2.999)	-	-	-
	44.346	5.392.412	-	5.392.412	109.758	6.159	115.916
Instrumentos de capital							
Residentes	-	50.168	61	50.230	4.621	(201)	4.420
Não residentes	-	458.892	-	458.892	55.449	(5.505)	49.944
	-	509.061	61	509.122	60.070	(5.706)	54.364
Imparidade para instrumentos de capital	-	(87.619)	-	(87.619)	-	-	-
	-	421.442	61	421.503	60.070	(5.706)	54.364
Outros instrumentos							
Residentes	-	367.477	-	367.477	38.962	(4.424)	34.538
Não residentes	-	-	-	-	-	-	-
	-	367.477	-	367.477	38.962	(4.424)	34.538
Imparidade para outros instrumentos	-	(42.494)	-	(42.494)	-	-	-
	-	324.983	-	324.983	38.962	(4.424)	34.538
	44.346	6.138.837	61	6.138.898	208.790	(3.972)	204.819

Conforme referido nas notas 2.8.a) e 2.10, as rubricas de ativos financeiros classificadas nas classes de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" (excluindo neste último caso instrumentos de capital não cotados e cujo valor não possa ser determinado com fiabilidade). e os imóveis classificados na classe de propriedades de investimento, encontram-se valorizados pelo seu justo valor apurado na

data de referência das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013, a forma de apuramento do justo valor destes ativos apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013				
	Técnicas de valorização				
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Custo histórico	Total
Ativos e passivos financeiros					
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	44.346	-	-	44.346
Ativos financeiros disponíveis para venda	588.985	4.710.967	348.723	490.224	6.138.898
	588.985	4.755.312	348.723	490.224	6.183.244
Ativos não financeiros					
Propriedades de investimento	-	-	433.267	-	433.267
	588.985	4.755.312	781.990		6.616.511

Na preparação do quadro acima, e no que respeita especificamente aos instrumentos financeiros, foram utilizados os seguintes critérios:

. Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que as Companhias têm acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

. Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

. Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

A coluna "Técnicas de valorização - custo histórico" do mapa inclui 488.958 mEuros relativos a títulos emitidos pelo Grupo e reconhecidos nas carteiras das Companhias, os quais não foram eliminados no processo de consolidação e permanecem reconhecidos ao respetivo custo amortizado.

No exercício de 2013, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna "Técnicas de valorização - outras técnicas de valorização", apresenta o seguinte detalhe:

	Mapa de movimento de instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia do justo valor		
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida	
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2012	3.596	-	3.596
Aquisições	5.603	113.442	119.045
Alienações	(172)	(3.490)	(3.662)
Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	169.465	77.749	247.215
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	(181)	-	(181)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	-	4.039	4.039
Imparidade reconhecida no exercício	(21.571)	1	(21.570)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	(532)	773	241
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2013	156.208	192.515	348.723

No que se refere às propriedades de investimento, As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumivel valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no

mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível palor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;

b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados.

c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Nos exercícios de 2013 e 2012, as principais categorias que contribuem para a determinação dos resultados das empresas de seguros detidas pela Caixa Seguros e Saúde em processo de privatização apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Resultados técnicos da atividade de seguros		
Prémios, líquidos de resseguro	1.163.137	1.198.308
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	157.968	195.260
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(792.372)	(781.365)
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	(110.058)	(118.002)
	418.675	494.202
Outros proveitos e custos		
Juros e rendimentos similares	338.432	436.048
Juros e encargos similares	(240.735)	(334.526)
Custos com pessoal	(156.220)	(154.998)
Outros gastos administrativos	(146.849)	(150.588)
Amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	(20.202)	(22.772)
Provisões líquidas de anulações	(20.624)	(437)
Imparidade líquida de reversões e recuperações	(37.626)	(93.189)
Outros	3.379	(1.883)
	(280.445)	(322.345)
Impostos sobre os resultados	(38.886)	(54.505)
RESULTADO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS	99.344	117.352
Interesses minoritários	18	812
RESULTADO LÌQUIDO	99.362	118.163

A decomposição dos resultados apresentados acima para os exercícios de 2013 e 2012, incluem rendimentos, líquidos de encargos, relativos a operações realizadas com outras entidades do Grupo não eliminados no processo de consolidação no montante de 23.913 mEuros e 37.843 mEuros, respetivamente.

Resultados técnicos da atividade de seguros

Prémios, líquidos de resseguro

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Prémios brutos	PPNA	Prémios líquidos	Prémios brutos	PPNA	Prémios líquidos
Seguro direto						
. Ramo vida						
. De contratos de seguro	194.310	114	194.424	202.388	16	202.404
. De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	46.053	4	46.057	58.850	19	58.869
. Ramos não vida						
. Automóvel	387.022	5.647	392.669	401.084	6.399	407.483
. Acidentes de trabalho	126.383	56	126.439	136.456	938	137.394
. Outros ramos	559.006	6.263	565.269	561.157	7.616	568.773
Resseguro cedido						
. Prémios brutos emitidos						
. Ramo vida						
. De contratos de seguro	(20.303)	-	(20.303)	(23.949)	-	(23.949)
. Ramos não vida						
. Automóvel	(6.414)	708	(5.706)	(2.837)	615	(2.222)
. Acidentes de trabalho	(1.126)	(7)	(1.133)	(887)	(194)	(1.081)
. Outros ramos	(133.535)	(3.346)	(136.881)	(143.248)	(11.731)	(154.979)
Prémios de Resseguro aceite e retrocessão	3.017	(715)	2.302	6.375	(759)	5.616
	1.154.413	8.724	1.163.137	1.195.389	2.919	1.198.308

Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Ramo Vida	Ramos não vida	Total	Ramo Vida	Ramos não vida	Total
Juros	62.921	44.630	107.551	71.860	47.924	119.784
Dividendos	10.250	5.265	15.515	10.299	5.629	15.928
Ganhos e perdas realizados, líquidos	12.406	8.412	20.818	20.514	10.068	30.582
Ganhos e perdas não realizados, líquidos	2.306	(6.400)	(4.094)	6.665	4.058	10.723
Outros	-	18.178	18.178	-	18.243	18.243
	87.883	70.085	157.968	109.338	85.922	195.260

Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013							
	Ramo Vida			Ramos não Vida				Total
	Contratos de seguro	Investimento com participação nos resultados	Subtotal	Automóvel	Acidentes de trabalho	Outros ramos	Subtotal	
Seguro direto e resseguro aceite								
Sinistros pagos	91.789	240.506	332.295	249.421	122.200	353.245	724.866	1.057.161
Variação da provisão para sinistros	(5.329)	(2.672)	(8.001)	(47.937)	7.124	(1.131)	(41.944)	(49.945)
	86.460	237.834	324.294	201.484	129.324	352.114	682.922	1.007.216
Provisão para participação nos resultados	2.719	(10.229)	(7.510)	1	23	73	97	(7.413)
Variação das outras provisões técnicas	(737)	(147.250)	(147.987)	3.976	11.881	8.386	24.243	(123.744)
	88.442	80.355	168.797	205.461	141.228	360.573	707.262	876.059
Saldo de resseguro cedido	(13.148)	-	(13.148)	(1.885)	359	(69.013)	(70.539)	(83.687)
	75.294	80.355	155.649	203.576	141.587	291.560	636.723	792.372

	31-12-2012							
	Ramo Vida			Ramos não Vida				Total
	Contratos de seguro	Investimento com participação nos resultados	Subtotal	Automóvel	Acidentes de trabalho	Outros ramos	Subtotal	
Seguro direto e resseguro aceite								
Sinistros pagos	98.277	473.304	571.581	283.147	102.017	303.936	689.100	1.260.681
Variação da provisão para sinistros	(16.099)	(9.460)	(25.559)	(45.385)	52.506	(19.263)	(12.142)	(37.701)
	82.178	463.844	546.022	237.762	154.523	284.673	676.958	1.222.980
Provisão para participação nos resultados	(573)	(18.806)	(19.379)	-	-	36	36	(19.343)
Variação das outras provisões técnicas	(9.523)	(353.188)	(362.711)	(3.247)	(1.189)	(10.345)	(14.781)	(377.492)
	72.082	91.850	163.932	234.515	153.334	274.364	662.213	826.145
Saldo de resseguro cedido	(10.168)	-	(10.168)	(844)	(986)	(32.782)	(34.612)	(44.780)
	61.914	91.850	153.764	233.671	152.348	241.582	627.601	781.365

Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Ramo Vida	Ramos não vida	Total	Ramo Vida	Ramos não vida	Total
Proveitos técnicos:						
Comissões:						
De operações de resseguro cedido	15.964	21.043	37.007	9.079	23.809	32.888
Comissões de gestão de Co-Seguro	35	998	1.033	(6)	840	834
Comissões de gestão de Fundos de Pensões	347	-	347	332	-	332
Outros proveitos técnicos						
Outros Proveitos Técnicos	4	2.654	2.658	6	1.868	1.874
	16.350	24.695	41.045	9.411	26.517	35.928
Custos técnicos:						
Comissões:						
De operações de seguro direto:						
- Comissões de mediação e corretagem	(31.614)	(92.348)	(123.962)	(34.688)	(90.645)	(125.333)
- Comissões de cobrança	(102)	(7.121)	(7.223)	(84)	(7.117)	(7.201)
- Outras	(492)	(14.428)	(14.920)	-	(14.298)	(14.298)
De operações de resseguro aceite	-	(394)	(394)	-	(77)	(77)
Comissões de gestão de Co-Seguro	(32)	(238)	(270)	(41)	(346)	(387)
Outros custos técnicos						
Provisão para recibos por cobrar	3.367	1.080	4.447	1.122	(921)	201
Impostos da atividade	(1.208)	(7.518)	(8.726)	(1.029)	(5.803)	(6.832)
Outros	(1)	(54)	(55)	(1)	(2)	(3)
	(30.082)	(121.021)	(151.103)	(34.721)	(119.209)	(153.930)
	(13.732)	(96.326)	(110.058)	(25.310)	(92.692)	(118.002)

Imóveis e equipamento

Conforme descrito na Nota 2.10., a rubrica de ativos não correntes detidos para venda inclui ainda imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012						Saldo em 31-12-2013	
	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade Acumulada	Adições	Alienações e abates	Outras transferências e regularizações	Imparidade (Nota 40)	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade Acumulada
Imóveis	815.921	(233.164)	348.556	(160.313)	3.681	(119.792)	987.742	(332.852)
Outros	8.990	(1.703)	13.134	(9.742)	(6.412)	-	5.971	(1.703)
	824.911	(234.867)	361.690	(170.055)	(2.730)	(119.792)	993.712	(334.555)

	Saldo em 31-12-2011							Saldo em 31-12-2012	
	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade Acumulada	Entradas/(saidas) do perímetro	Adições	Alienações e abates	Outras transferências e regularizações	Imparidade (Nota 40)	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade Acumulada
Imóveis	572.584	(101.671)	20.198	336.396	(112.375)	24.110	(156.484)	815.921	(233.164)
Outros	4.274	(1.703)	-	14.473	(8.705)	(1.053)	-	8.990	(1.703)
	576.859	(103.374)	20.198	350.869	(121.080)	23.057	(156.484)	824.911	(234.867)

Nos exercícios de 2013 e 2012, as menos-valias na alienação de ativos não correntes detidos para venda, ascenderam a 22.158 mEuros e 12.413 mEuros, respetivamente (Nota 36), dos quais, no exercício de 2013, 7.183 mEuros relativos a encargos suportados com a manutenção dos referidos bens no período que decorre até à concretização da sua venda. No registo dos resultados da alienação destes ativos, o valor acumulado de imparidades que lhe estejam diretamente afetas são revertidos por contrapartida de resultados do exercício, sendo o valor das mais ou menos valias na operação apuradas por comparação com o respetivo custo de aquisição.

15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nas "Propriedades de investimento" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Saldos em 31-12-2011	459.088
Entradas e saídas do perímetro	82.488
Aquisições	20.075
Reavaliações	(10.750)
Alienações	(6.868)
Transferências de ativos tangíveis e ativos não correntes detidos para venda	(2.456)
Outros movimentos	(7.340)
Saldos em 31-12-2012	534.238
Entradas e saídas do perímetro	113.323
Aquisições	23.999
Reavaliações	(1.169)
Alienações	(2.878)
Transferências de ativos tangíveis e para ativos não correntes detidos para venda	(316.239)
Outros movimentos	(11.219)
Saldos em 31-12-2013	340.055

Conforme referido na Nota 2.11., as propriedades de investimento detidas pelo Grupo encontram-se registadas pelo seu justo valor. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação destes imóveis são reconhecidos em resultados por contrapartida das rubricas "Outros rendimentos e encargos de exploração".

No exercício de 2013, a linha "Entradas e saídas do perímetro" inclui 58.250 mEuros e 53.180 mEuros, respetivamente, relativos à integração pela Caixa do património do Fundo de Investimento Fechado Fundolis e do Fundo de Investimento Fechado Beirafundo em resultado do processo de revisão da estrutura de financiamento dos empreendimentos geridos por estes veículos.

No exercício de 2012, a linha "Entradas e saídas do perímetro" respeitava integralmente à incorporação pelo Grupo da entidade Cibergradual - Investimentos Imobiliários, S.A., no âmbito do acordo quadro de reestruturação parcial da dívida financeira do Grupo Chamartin junto da CGD.

A linha "Reavaliações" do mapa de movimento das propriedades de investimento para o exercício de 2012 inclui 5.145 mEuros reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados "Resultados em filiais detidas para venda" no referido período, decorrente da transferencia dos ativos e passivos das empresas de seguros do Grupo em processo de privatização para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Ainda neste âmbito, a linha "Transferências de ativos tangíveis e ativos não correntes detidos para venda" do mapa de movimento das propriedades de investimento para o exercício de 2013 inclui 322.342 mEuros relativos a imóveis detidos relacionados com a atividade das referidas unidades de negócio e a ganhos e perdas resultantes da reavaliação destes, os

quais em 31 de dezembro desse ano se encontram reconhecidas na classe de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Metodologias de valorização e determinação do justo valor

A determinação do justo valor das propriedades de investimento tem em consideração, entre outro fatores de relevância para esta avaliação, a natureza, características e localização geográfica dos imóveis, com o objetivo de determinar o melhor preço que seria obtido em resultado da sua alienação em condições normais de mercado. O apuramento do justo valor é realizada por peritos avaliadores, os quais devem utilizar pelo menos dois dos seguintes métodos:

. Método comparativo de mercado: Estima o valor de transação de um determinado bem utilizando preços e outras informações relevantes geradas a partir de transações de mercado que envolvam bens idênticos ou comparáveis (semelhantes). Geralmente recorre a métodos estatísticos, após homogeneização dos diversos dados obtidos do mercado. Este é o principal método utilizado sempre que exista um número significativo de transações conhecidas;

. Método do rendimento: Estima o valor de um bem pela técnica da capitalização dos valores anuais das rendas ou do rendimento operacional anual gerado pela atividade instalada no imóvel. Quando se perspectivam, ao longo do tempo, alterações de rendimento mais significativas do que é geralmente expectável no mercado, utiliza-se a técnica da análise dos fluxos de caixa descontados (DCF). O método do rendimento aplica-se quando existe um arrendamento efetivo do imóvel, quando o imóvel se destina a arrendamento, quando o mercado de arrendamento está ativo para o tipo de bem em avaliação ou quando o imóvel se destina a exploração económica;

. Método do custo: Estima o valor do bem com base na quantia que seria atualmente necessária para obter um bem alternativo, réplica do original ou que proporcione utilidade equivalente, ajustado pela obsolescência. Obtém-se pela soma do valor de aquisição do terreno com os custos de construção incluindo encargos, depreciado em função das condições físicas, funcionais, ambientais e económicas atuais do imóvel, acrescido dos custos de comercialização e margem/risco do promotor. Este método é utilizado como principal abordagem quando não são conhecidas transações no mercado de bens semelhantes e não são identificáveis potenciais rendimentos associados ao imóvel.

A disponibilidade de dados relevantes e a sua subjetividade relativa podem afetar a escolha dos método/técnicas de avaliação. Nessa escolha devem prevalecer, em cada caso, aqueles que maximizam a utilização de variáveis relevantes observáveis.

As variáveis mais relevantes consideradas em cada um dos métodos de avaliação identificados acima, são as seguintes:

(i) Método comparativo de mercado

- valor presumível de venda por m2 ou valor presumível de venda por unidade (quando não é relevante a área, mas sim a utilidade proporcionada pelo bem, ex: parqueamentos). Em mercados com liquidez, são variáveis que resultam de dados direta ou indiretamente observáveis no mercado de transação, que podem no entanto requerer ajustamentos (homogeneização) dependendo de características especificas do bem em avaliação.

(ii) Método do rendimento

Técnica da capitalização

- valor de renda mensal por m2 ou valor de renda mensal por unidade (quando não é relevante a área, mas sim a utilidade proporcionada pelo bem, ex: parqueamentos). Quando está ativo o mercado de arrendamento, são variáveis que resultam de dados

direta ou indiretamente observáveis nesse mercado, que podem no entanto requerer ajustamentos (homogeneização) dependendo de características específicas do bem em avaliação.

- variáveis que contribuem para o apuramento do rendimento operacional gerado pelo imóvel. Estas variáveis podem ser diversas em função do tipo de imóvel, e são geralmente aferidas pelos rendimentos que o bem tem potencialidade para gerar, tendo em conta as informações disponíveis sobre os pressupostos dos participantes no mercado. Poderão ser utilizados os dados da própria entidade que explora o imóvel, caso não exista informação razoavelmente disponível que indique que os participantes no mercado utilizariam pressupostos.

- taxa de capitalização. Associada ao risco do capital investido, rendimento, liquidez, carga fiscal, taxa de juro sem risco, expetativas de evolução do mercado. Em mercados ativos estabelece a relação linear existente, em determinado momento temporal, entre o mercado de arrendamento e o mercado de compra e venda, para uma determinada zona geográfica e para um determinado segmento de produto imobiliário, com idêntico risco e com idêntica evolução das rendas.

Técnica do fluxo de caixa descontado:

As variáveis que contribuem para a estimativa dos fluxos de caixa podem ser diversas em função do tipo de imóvel. Esta técnica está dependente das atuais expetativas para as variações de valores e momentos de ocorrência dos fluxos de caixa no futuro, sendo normalmente necessário incluir um ajustamento para o risco face à incerteza deste tipo de mensuração.

- taxa de atualização – considerada como valor temporal do dinheiro, associada a uma taxa de juro sem risco e preço a suportar pela incerteza inerente aos fluxos de caixa (prémio de risco).

(iii) <u>Método do custo</u>

- custo de construção por m2- Variável essencialmente dependente das características construtivas do bem, mas para o qual também contribui o local da construção. Resulta de dados direta ou indiretamente observáveis no mercado da construção.

Em cumprimento dos requisitos da IFRS 13, apresentamos de seguida as propriedades de investimento na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2013, classificada em função da sua tipologia, estado de desenvolvimento na sua preparação para exploração e ocupação atual, considerando as metodologias de valorização utilizadas no apuramento do seu justo valor:

				31-12-2013			
Hierarquia de justo valor	Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes
	Centros comerciais	Em construção	Devoluto	71.270	Método do rendimento / DCF	Valor de renda por m2	5-6 (grandes superfícies) / 10-30 (lojas)
						taxa de capitalização	[7,75%-8,25%]
				71.270			
	Escritórios	Concluído	Arrendado	173	Metodo comparativo de mercado	Valor de venda por m2	960-970
				4.372	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	3,6-9,8
						Valor de venda por m2	1000-1800
			Capitalização / venda	567	Metodo comparativo de mercado	Valor de venda por m2	860
				7.211	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	1940-2300
		Em construção	Capitalização / venda	12.401	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	1940-2300
				24.723			
	Habitação	Concluído	Arrendado	482	Metodo comparativo de mercado	Valor de venda por m2	882-1842
				83.906	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[0,3-5,9]
						Valor de venda por m2	[210-1690]
				42.977	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[5,0-13,3]
						Valor de venda por m2	[610-2680]
				4	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	20
						Valor de venda por parqueamento	[4000-5000]
			Capitalização / venda	1.468	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[3,4-5,7]
						Valor de venda por m2	[810-1230]
		Em construção	Capitalização / venda	32.476	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	[500-520] [1420-1950]
				161.312			
	Lojas	Concluído	Arrendado	1.023	Metodo comparativo de mercado	Valor de venda por m2	[594-2619]
				77	Método do rendimento	Valor de renda por m2	7,69
				3.532	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[0,4-9,5]
						Valor de venda por m2	[410-1900]
				1.913	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[10-35,3]
						Valor de venda por m2	[1640-3060]
			Capitalização / venda	275	Metodo comparativo de mercado	Valor de venda por m2	1527
				626	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[3,1-16]
						Valor de venda por m2	[870-2711]
		Em construção	Capitalização / venda	3.577	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	[700-1550]
				11.022			
	Parqueamento	Concluído	Arrendado	1.331	Método de rendimento e mercado	Valor de renda mensal	[7-140]
						Valor de venda por parqueamento	[2000-19500]
		Em construção	Capitalização / venda	2.672	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por parqueamento	[500-750]
				507	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por parqueamento	[6000-6500]
				4.510			
	Terrenos	n.a	Capitalização / venda	58.015	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	valor de venda concluido por m2	[950-2000]
						valor venda lote infraestruturado por m2	214
						Taxa de atualização	8,5%-10%
				236	Método comparativo de mercado / Código de expropriações	Valor dovenda por m2 de terreno	5
			Arrendado	373	Método do valor residual / Método comparativo de mercado	Valor do terreno por m2 de construção	[90-130]
				58.623			
	Edifício industrial	Concluído	Arrendado	1.665	Metodo comparativo de mercado	Valor de venda por m2	[588-716]
				333.125			
	Outros			6.929			
				340.055			

Conforme anteriormente referido, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, estes encontram-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

16. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros ativos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2013 e 2012, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012										Saldo em 31-12-2013	
	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e imparidade acumuladas	Entradas/(saidas) do perimetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre ativos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reversões líquidas de imparidade no exercício	Vendas e abates líquidos	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e Imparidade Acumulada
Imóveis de serviço próprio												
Terrenos	169.594	-	-	26	(243)	-	(49.244)	-	-	(35.791)	84.342	-
Edifícios	705.065	(278.996)	(2.317)	2.449	(6.832)	32.254	(141.456)	(12.501)	624	(194)	545.033	(246.937)
Obras em imóveis arrendados	167.192	(92.083)	-	690	(1.009)	21.430	1.114	(13.734)	(3.840)	(20.087)	168.236	(108.563)
Outros Imóveis	80	-		1.980	-	-	(1.980)	-	-	(80)	-	-
Equipamento												
Mobiliário e material de escritório	105.974	(88.566)	(48)	2.556	(374)	625	5.006	(4.228)	-	(5.197)	85.972	(70.224)
Máquinas e ferramentas	39.001	(32.992)	-	653	(92)	179	(2.146)	(1.469)	-	(30)	22.006	(18.901)
Equipamento informático	186.322	(158.454)	1.754	11.195	(679)	4.598	(835)	(15.142)	-	(940)	198.809	(170.990)
Instalações interiores	358.494	(262.157)	-	6.113	(140)	4.733	(3.814)	(17.170)	(87)	(1.097)	338.814	(253.938)
Material de transporte	13.876	(8.219)	(457)	1.420	(183)	1.317	(871)	(1.932)	-	(242)	14.160	(9.451)
Equipamento de segurança	44.911	(34.016)	-	996	(173)	1.210	(456)	(3.493)	-	(21)	45.159	(36.201)
Outro equipamento	12.562	(10.385)	(20)	678	(122)	155	739	(1.518)	-	(15)	9.572	(7.498)
Ativos em locação financeira	71.792	(61.397)	-	265	-	(373)	(380)	(5.615)	-	(2)	43.298	(39.008)
Outros ativos tangíveis	11.570	(8.383)	-	352	9	42	3.236	(1.342)	-	(259)	15.551	(10.327)
Ativos tangíveis em curso	52.822	-	-	23.292	(892)	(66.170)	13.851	-	-	-	22.903	-
	1.939.255	(1.035.648)	(1.088)	52.665	(10.730)	-	(177.235)	(78.145)	(3.303)	(63.955)	1.593.854	(972.037)

	Saldo em 31-12-2011										Saldo em 31-12-2012	
	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e imparidade acumuladas	Entradas/(saidas) do perimetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre ativos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reversões líquidas de imparidade no exercício	Vendas e abates líquidos	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e Imparidade Acumulada
Imóveis de serviço próprio												
Terrenos	171.251	-	-	2	(84)	-	(1.379)	-	-	(196)	169.594	-
Edifícios	707.808	(260.769)	-	1.600	(4.753)	53.472	(1.842)	(17.768)	(3.298)	(48.381)	705.065	(278.996)
Obras em imóveis arrendados	164.382	(85.141)	-	2.306	(2.180)	34.381	(23.841)	(12.206)	-	(2.592)	167.192	(92.083)
Outros Imóveis	80	(6)	-	-	-	-	-	-	-	6	80	-
Equipamento												
Mobiliário e material de escritório	108.606	(86.987)	225	2.095	(437)	(614)	(188)	(5.098)	-	(194)	105.974	(88.566)
Máquinas e ferramentas	38.347	(30.097)	-	795	(129)	80	(618)	(2.527)	-	158	39.001	(32.992)
Equipamento informático	167.675	(139.900)	397	8.199	(875)	2.991	5.198	(15.687)	-	(130)	186.322	(158.454)
Instalações interiores	308.212	(245.320)	178	3.330	(309)	50.451	(2.320)	(18.102)	197	20	358.494	(262.157)
Material de transporte	13.637	(6.983)	72	2.242	(285)	355	(443)	(2.043)	-	(895)	13.876	(8.219)
Equipamento de segurança	42.432	(30.412)	-	2.397	(300)	451	137	(3.807)	-	(3)	44.911	(34.016)
Outro equipamento	44.985	(32.035)	-	918	(60)	124	(10.370)	(1.844)	(15)	474	12.562	(10.385)
Ativos em locação financeira	124.492	(86.233)	-	490	19	(106)	(17.213)	(11.054)	-	-	71.792	(61.397)
Outros ativos tangíveis	13.193	(8.893)	-	28	(19)	74	(367)	(829)	-	-	11.570	(8.383)
Ativos tangíveis em curso	98.001	-	-	31.543	(936)	(141.659)	67.948	-	-	(2.075)	52.822	-
	2.003.101	(1.012.776)	872	55.945	(10.348)	-	14.702	(90.965)	(3.116)	(53.808)	1.939.255	(1.035.648)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a imparidade acumulada de outros ativos tangíveis ascende a 6.818 mEuros e 14.026 mEuros, respetivamente (Nota 40).

As colunas “Amortizações do exercício” e “Reversões líquidas de imparidade no exercício” do mapa de movimento dos outros ativos tangíveis para o exercício de 2012 incluem 9.772 mEuros e 3.591 mEuros, respetivamente, que foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidas para venda” no referido período, decorrente da transferencia dos ativos e passivos das empresas de seguros do Grupo em processo de privatização para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Ainda neste âmbito, a coluna “Outras transferências e regularizações” do mapa de movimento dos outros ativos tangíveis para o exercício de 2013 inclui 191.001 mEuros, 9.380 mEuros, 195 mEuros, 14 mEuros e 27.738 mEuros relativos a ativos líquidos de amortizações e imparidades acumuladas reconhecidos para imóveis de serviço próprio, equipamento, ativos em locação financeira, outros ativos tangíveis e ativos tangíveis em curso, respetivamente, no âmbito da atividade das referidas unidades de negócio, as quais em 31 de dezembro desse ano se encontram reconhecidas na classe de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14).

No exercício de 2013, a coluna "amortizações do exercício" inclui 3.302 mEuros relativos a amortizações extraordinárias reconhecidas pelo Banco Caixa Geral em Espanha para bens imobilizados afetos a agências ou a áreas dos serviços centrais em processo de encerramento no âmbito da implementação de medidas de reorganização e otimização da atividade desenvolvida por esta unidade, conforme compromissos assumidos pela CGD no âmbito do seu Plano de Reestruturação nos termos aprovado pela Comissão Europeia em julho desse mesmo ano.

17. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2013 e 2012:

	Saldo em 31-12-2012								Saldo em 31-12-2013	
	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e Imparidade Acumulada	Adições	Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Imparidade do exercício (Nota 40)	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e Imparidade Acumulada
Goodwill										
Fidelidade - Companhia de Seguros (ex - Império Bonança)	146.707	-	-	-	(146.707)	-	-	-	-	-
CGD Investimentos CVC	42.645	-	-	-	-	(8.886)	-	-	33.759	-
Banco Caixa Geral Totta Angola	24.531	-	-	-	-	(3.769)	-	-	20.762	-
Value-in-force - Império Bonança (Nota 2.16 n))	46.386	(39.394)	-	-	(6.992)	-	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	805.023	(684.535)	19.460	(179)	18.878	(3.159)	(52.725)	-	703.918	(601.155)
Outros ativos intangíveis	30.598	(2.954)	54.331	(6.265)	(16.050)	(555)	(892)	(47.922)	13.848	(3.557)
Ativos intangíveis em curso	43.876	-	33.475	-	(50.770)	(474)	-	-	26.107	-
	1.139.766	(726.883)	107.266	(6.443)	(201.640)	(16.843)	(53.617)	(47.922)	798.395	(604.712)

	Saldo em 31-12-2011									Saldo em 31-12-2012	
	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e Imparidade Acumulada	Entradas/(saídas) do perímetro	Adições	Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Imparidade do exercício (Nota 40)	Valor Balanço (Bruto)	Amortizações e Imparidade Acumulada
Goodwill											
Fidelidade - Companhia de Seguros (ex - Império Bonança)	146.707	-	-	-	-	-	-	-	-	146.707	-
CGD Investimentos CVC	-	-	-	42.645	-	-	-	-	-	42.645	-
Banco Caixa Geral Totta Angola	24.531	-	-	-	-	-	-	-	-	24.531	-
Value-in-force - Império Bonança (Nota 2.16 n))	46.386	(31.594)	-	-	-	-	-	(7.800)	-	46.386	(39.394)
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	766.126	(621.607)	(805)	11.610	(7.603)	36.828	(2.184)	(61.879)	-	805.023	(684.535)
Outros ativos intangíveis	39.536	(18.364)	(3.678)	10.798	-	151	16	(574)	(238)	30.598	(2.954)
Ativos intangíveis em curso	48.715	-	(492)	38.258	(72)	(42.319)	(214)	-	-	43.876	-
	1.072.000	(671.565)	(4.975)	103.311	(7.676)	(5.340)	(2.382)	(70.253)	(238)	1.139.766	(726.883)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

A coluna “Amortizações do exercício” do mapa de movimento dos ativos intangíveis para o exercício de 2012 inclui 13.000 mEuros que foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidas para venda” no referido período, decorrente da transferencia dos ativos e passivos das empresas de seguros do Grupo em processo de privatização para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Ainda neste âmbito, a coluna "Transferências e regularizações” do mapa de movimento dos ativos intangíveis para o exercício de 2013 inclui 146.707 mEuros, 6.992 mEuros, 14.211 mEuros, 15.059 mEuros e 8.553 mEuros relativos a ativos líquidos de amortizações e imparidades acumuladas reconhecidos para goodwill, value-in-force, sistemas de tratamento automático de dados (Software), outros ativos intangíveis e ativos intangíveis em curso, respetivamente, relacionadas com a atividade das referidas unidades de negócio, as quais em 31 de dezembro desse ano se encontram reconhecidas na classe de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a imparidade acumulada de ativos intangíveis ascende a 239 mEuros e 1.196 mEuros, respetivamente (Nota 40).

Goodwill – Banco Caixa Geral Totta Angola (BCGTA)

Com referência a 31 de dezembro de 2013 foram efetuados testes de imparidade ao *goodwill* do BCGTA com base numa avaliação independente realizada para este efeito.

A avaliação efetuada incorpora informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados em que o banco atua, entre outras, tendo-se verificado que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo assim lugar ao registo de perdas de imparidade.

A metodolgia e os principais pressupostos utilizados na realização desta avaliação são descritos em seguida:

(i) *Metodologia de avaliação*

Foi empregue a ótica do rendimento, designadamente a metodologia de avaliação do *Dividend Discount Model*, a qual pressupõe que o valor da instituição deve ser estimado pelo valor atual dos fluxos de caixa disponíveis para o acionista que esta tenderá a gerar no

futuro, descontados a uma taxa de rendimento que reflita o custo de oportunidade dos capitais próprios. Devido à inexistência de separação entre atividades operacionais e de financiamento neste tipo de entidade, esta é considerada a metodologia adequada para valorização de um banco.

Fluxos disponíveis para o acionista

Os fluxos disponíveis para o acionista traduzem, essencialmente, os fundos disponíveis para distribuição em função dos fluxos gerados pela atividade e de eventuais operações de investimento, após satisfeitas potenciais necessidades de capital e após cumpridos os requisitos regulamentares a que a entidade se encontre sujeita.

No caso de um banco, os fluxos gerados pela atividade serão essencialmente constituídos pelo produto bancário consolidado, por outros proveitos operacionais ou não operacionais e pelos resultados gerados por empresas associadas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial (que não tenham sido avaliadas separadamente), deduzidas as despesas com o pessoal e os outros gastos administrativos, as utilizações de provisões ou imparidades e os impostos sobre a atividade operacional.

São igualmente consideradas as necessidades / excedentes de fundos resultantes do desenvolvimento da atividade do banco, tais como incremento de crédito ou variações em outras rubricas de balanço com impacto no consumo de fundos próprios.

Taxa de atualização

A taxa de atualização dos fluxos disponíveis para o acionista corresponde ao custo de oportunidade dos capitais próprios, apurado com base no *Capital Asset Pricing Model*, considerando a aplicação da fórmula Kcp = Rf + CRP + Beta * (Rm-Rf), em que:

Kcp = Remuneração requerida para o capital próprio

Rf = Taxa de juro de uma aplicação isenta de risco

CRP = Prémio de risco país

(Rm-Rf) = Prémio de risco médio do mercado

Beta = Coeficiente beta dos capitais próprios ou risco sistemático da atividade

Valor residual

O valor residual foi calculado considerando a aplicação da fórmula VR = DIVt / (Kcpt-g), em que:

VR = Valor residual

DIVt = Dividendo do ano t (primeiro ano da perpetuidade)

Kcpt = Remuneração requerida para os capitais próprios de longo prazo prevista para o ano t

g = Taxa de crescimento nominal na perpetuidade

Valor dos capitais próprios

O valor dos capitais próprios apurado resultou da atualização para a data de reporte da avaliação dos fluxos disponíveis para o acionista resultantes das projeções económico-financeiras elaboradas para a atividade do banco.

(ii) *Principais pressupostos subjacentes à avaliação*

Na determinação da taxa de desconto, foram avaliados os seguintes componentes:

. Taxa de juro sem risco - Considerou-se uma taxa de juro sem risco para o mercado Angolano de 7,3%, a qual reflete o risco associado à dívida pública angolana de médio e longo prazo em Dólares Norte Americanos;

. Prémio de risco do mercado - Assumiu-se uma taxa de 5,5% que corresponde ao prémio de risco utilizado em mercados maduros;

. Beta - A aproximação ao valor do beta foi efetuada através de uma análise comparativa com empresas cotadas e comparáveis em termos de atividade. Considerou-se assim um beta de 1, que resulta da média dos betas apresentados pelo universo de instituições comparáveis.

Tendo em consideração os parâmetros apropriados às características dos fluxos disponíveis para os acionistas utilizou-se uma taxa de desconto denominada em Dólares Norte Americanos de 12,8%, a qual foi mantida inalterada ao longo do período de projeção.

(iii) *Análises de sensibilidade*

Tendo por base a metodologia de avaliação aplicada realizaram-se análises de sensibilidade em torno do valor da taxa de desconto utilizada, observando variações de +50 bp e -50 bp, o qual permitiu apurar os seguintes desvios face ao valor estimado para os capitais próprios do banco na data de referência desta valorização:

SENSIBILIDADE DO VALOR PROJETADO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

- 50 bp	+ 50 bp
18.853	(16.678)

Goodwill – CGD Investimentos CVC

Conforme referido em maior detalhe na Nota 3, no decorrer do exercício de 2012, o Grupo CGD adquiriu ao Grupo Banif a totalidade do capital social da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., entretando redenominada CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (CGD Investimentos CVC).

A aquisição concretizou-se nas seguintes fases:

- compra de 70% do capital social da Banif CVC pela CGD Participações em Instituições Financeiras em abril de 2012, em função das condições previstas no "Acordo de investimento e de compra e venda de ações" celebrado entre as partes em 2 de junho de 2010, e aditamentos posteriores, e após obtenção das autorizações administrativas e legais necessárias à sua materialização;

- compra dos remanescentes 30% do capital social desta participada em junho de 2012, mediante exercício da opção de compra concedido ao Grupo CGD nos termos contratualmente previstos na transação.

No quadro seguinte é demonstrado o apuramento do Goodwill reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo no âmbito da referida operação:

	Valor contabilístico (*)	Outros ajustamentos (**)	Valor contabilístico após ajustamentos
Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	60.827	-	60.827
Aplicações em títulos e instrumentos derivados	27.340	-	27.340
Responsabilidades de operações de negociação e intermediação financeira, líquidas de valores a receber	(62.953)	-	(62.953)
Imobilizado de serviço próprio	685	-	685
Imobilizado intangível	1.294	-	1.294
Outros ativos e passivos, líquidos	(18.038)	-	(18.038)
Ativos líquidos - CGD Investimentos CVC [1]	9.154	17.865	27.019
Custo de aquisição da participação adquirida (70% do Capital Social da CGD Investimentos CVC)			48.055
Valor atribuído aos interesses minoritários			21.609
Custo de aquisição dos ativos líquidos da CGD Investimentos CVC [2]			69.664
Goodwill [2-1]			**42.645**

(*) Valores contabilísticos apresentados referem-se a 31/12/2011
(**) Ajustamentos aos valores contabilísticos apresentados, ocorridos entre 31 de dezembro de 2011 e a data da referência da operação para determinação do Goodwill; A variação do valor contabilístico inclui o aumento do capital social da Corretora deliberado em Assembleia Geral de Acionistas de 8 de Fevereiro de 2012, no montante de 47.500 mil reais (aproximadamente 18.400 mEuros)

O contributo da CGD Investimentos CVC para os resultados do Grupo no decorrer do exercício de 2012 foi negativo em 2.592 mEuros (Nota 30). Caso esta sociedade tivesse incorporado o perímetro do Grupo em 1 de janeiro de 2012, este teria ascendido a um prejuízo de 2.970 mEuros.

Com referência a 31 de dezembro de 2013 foram efetuados testes de imparidade ao *goodwill* da CGD Investimentos CVC com base numa avaliação independente realizada para este efeito.

A avaliação efetuada incorpora informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados em que a instituição atua, entre outras, tendo-se verificado que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo assim lugar ao registo de perdas de imparidade.

A metodolgia e os principais pressupostos utilizados na realização desta avaliação são descritos em seguida:

(i) *Metodologia de avaliação*

Foi empregue a ótica do rendimento, designadamente a metodologia de avaliação do *Dividend Discount Model*, a qual pressupõe que o valor da instituição deve ser estimado pelo valor atual dos fluxos de caixa disponíveis para o acionista que esta tenderá a gerar no futuro, descontados a uma taxa de rendimento que reflita o custo de oportunidade dos capitais próprios. Devido à inexistência de separação entre atividades operacionais e de financiamento neste tipo de entidades, esta é considerada a metodologia adequada para valorização de uma empresa de serviços financeiros.

Fluxos disponíveis para o acionista

Os fluxos disponíveis para o acionista traduzem, essencialmente, os fundos disponíveis para distribuição em função dos fluxos gerados pela atividade e de eventuais operações de investimento, após satisfeitas potenciais necessidades de capital e após cumpridos os requisitos regulamentares a que a entidade se encontre sujeita.

No caso de uma corretora, os fluxos gerados pela atividade serão essencialmente constituídos pelas receitas com comissões de corretagem e com o rendimento de aplicações financeiras (*float*) e por outros proveitos operacionais ou não operacionais, deduzidas as

despesas com o pessoal, outros gastos administrativos e outros custos incorridos, incluindo impostos pagos.

São igualmente consideradas as necessidades / excedentes de fundos resultantes do desenvolvimento da atividade, tais como *float*, carteira de crédito e carteira de títulos, ou variações em outras rubricas de balanço com impacto no consumo de fundos próprios.

Taxa de atualização

A taxa de atualização dos fluxos disponíveis para o acionista corresponde ao custo de oportunidade dos capitais próprios, apurado com base no *Capital Asset Pricing Model*, considerando a aplicação da fórmula Kcp = Rf + CRP + Beta * (Rm-Rf), em que:

Kcp = Remuneração requerida para os capitais próprios

Rf = Taxa de juro de uma aplicação isenta de risco

CRP = Prémio de risco país

(Rm-Rf) = Prémio de risco médio do mercado

Beta = Coeficiente beta dos capitais próprios ou risco sistemático da atividade

Valor residual

O valor residual foi calculado considerando a aplicação da fórmula VR = DIVt / (Kcpt-g), em que:

VR = Valor residual

DIVt = Dividendo do ano t (primeiro ano da perpetuidade)

Kcpt = Remuneração requerida para os capitais próprios de longo prazo prevista para o ano t

g = Taxa de crescimento nominal na perpetuidade

Valor dos capitais próprios

O valor dos capitais próprios apurado resultou da atualização para a data de reporte da avaliação dos fluxos disponíveis para o acionista resultantes das projeções económico-financeiras elaboradas para a atividade da CGD Investimentos.

(ii) *Principais pressupostos subjacentes à avaliação*

Na determinação da taxa de desconto, foram avaliados os seguintes componentes:

. Taxa de juro sem risco e prémio de risco país - Considerou-se uma taxa de juro sem risco de 2,55%, a qual reflete a taxa de remuneração média dos títulos de dívida pública dos Estados Unidos da América (EUA) com maturidade residual de aproximadamente 10 anos. O prémio de risco país reflete o prémio da taxa de remuneração média de títulos emitidos pela República do Brasil em Dólares Norte Americanos com a mesma maturidade residual face ao títulos emitidos pelos EUA, o qual foi fixado em 1,65%.

. Prémio de risco do mercado - Assumiu-se uma taxa de 5,5%, valor este em linha com a média dos valores apurados em análises históricas de longo prazo efetuadas e publicadas por várias entidades;

. Beta - A aproximação ao valor do beta foi efetuada através de uma análise comparativa com empresas cotadas e comparáveis em termos de atividade. Considerou-se assim um beta de 0,95, que resulta da média dos betas apresentados pelo universo de instituições comparáveis.

Tendo em consideração os parâmetros apropriados às características dos fluxos disponíveis para os acionistas utilizou-se uma taxa de desconto denominada em Dólares Norte Americanos de 9,73%, a qual foi mantida inalterada ao longo do período de projeção.

(iii) *Análises de sensibilidade*

Tendo por base a metodologia de avaliação aplicada realizaram-se análises de sensibilidade em torno de diversas variáveis críticas de valorização, as quais permitiram apurar os seguintes intervalos de valor mínimo e máximo face ao valor estimado para os capitais próprios da corretora na data de referência desta valorização:

SENSIBILIDADE DO VALOR PROJETADO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Desvio face ao valor mínimo	Desvio face ao valor máximo
(8.300)	9.400

Despesas com atividades de investigação e desenvolvimento

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 2.715 mEuros e 4.057 mEuros, respetivamente.

18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Empreendimentos conjuntos				
Locarent, S.A.	50,00	6.535	50,00	3.919
Esegur, S.A.	50,00	6.074	50,00	5.201
Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A.	-	-	50,00	176.981
		12.609		186.101
Empresas associadas				
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60	16.559	21,60	14.709
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	38,15	3.691	38,15	4.482
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	25,00	3.181	25,00	4.078
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.	27,00	3.108	27,00	2.973
Outras		3.164		5.261
		29.703		31.503
		42.311		217.603

Os dados financeiros estatutários (demonstrações financeiras não auditadas) das principais empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

		31-12-2013				
Sector de atividade/Entidade	Sede	Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	79.420	67.903	11.517	1.175	8.357
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	Lisboa	58.197	45.473	12.724	(3.658)	1.730
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	375.853	476.834	(100.981)	(17.214)	13.478
Outros sectores						
Esegur, S.A.	Lisboa	35.648	23.500	12.148	850	50.963
Locarent, S.A.	Lisboa	239.920	226.850	13.070	4.316	91.861
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.406	1.008	3.398	(7)	-
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	16.676	7.000	9.676	925	20.541
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	149.829	73.164	76.665	11.325	144.085

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

		31-12-2012				
Sector de atividade/Entidade	Sede	Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	72.003	60.987	11.016	1.123	8.469
Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A.	Luanda	358.412	4.450	353.962	(1.742)	157
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	Lisboa	64.090	47.779	16.311	(5.972)	1.176
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	375.996	456.897	(80.901)	(20.681)	18.874
Outros sectores						
Esegur, S.A.	Lisboa	38.421	27.124	11.298	515	55.309
Locarent, S.A.	Lisboa	285.740	277.403	8.337	2.595	94.213
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.382	975	3.407	(8)	-
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	18.784	7.035	11.749	1.186	19.701
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	164.850	96.388	68.462	8.709	131.685

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

No decorrer do primeiro semestre de 2013 foi concluída a operação de venda da participação detida pelo Grupo no capital do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD).

Esta instituição financeira, constituída em 14 de fevereiro de 2011 mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca, SGPS, S.A., a Caixa - Participações, SGPS, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., tinha por objeto o exercício da atividade bancária com a latitude permitida pela lei.

O capital social do banco ascendia a 45.900.000.000 Kwanzas, (correspondentes, na data da sua constituição, a USD 500.000.000), dos quais 2.594.481.000 Kwanzas realizados no ato do registo desta sociedade. A participação do Grupo no capital do BPD era de 50%, repartido entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

O montante da parcela não realizada do capital do BPD atribuível à Caixa em 31 de dezembro de 2012 ascendia a 171.838 mEuros considerando o câmbio de fecho nessa data.

Ainda em 31 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de compra e venda para alienação da participação detida pelas empresas do grupo CGD às entidades do grupo Sonangol Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola , Empresa Pública (Sonangol EP) e Sonip - Sonangol Imobiliária e Propriedades, LDA. (Sonip), por um montante global de USD 29.664.249, acordo este cuja concretização à data se encontrava pendente da obtenção das necessárias autorizações para transmissão de participações sociais e licença de exportação de capitais por parte do Banco Nacional de Angola.

Em resultado desta transação, o Grupo reconheceu mais valias de 8.604 mEuros, dos quais 2.695 mEuros registados em rubricas de "Resultados cambiais - reavaliação da posição cambial" (Nota 35) e 5.909 mEuros em rubricas de "Outros resultados de exploração - ganhos em filiais e emprendimentos conjuntos" (Nota 36).

Conforme referido em maior detalhe na Nota 2.4., a Caixa alterou, com efeitos no exercício económico de 2013, a sua política contabilística de reconhecimento de investimentos em entidades sob controlo conjunto (empreendimentos conjuntos), os quais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo de acordo com o método da equivalência patrimonial. Até 31 de dezembro de 2012, estes investimentos eram incorporados nas contas consolidadas de acordo com o método de integração proporcional. De forma a assegurar a comparabilidade dos dados apresentados, as demonstrações financeiras de períodos comparativos foram reexpressas.

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	104.526	37.841
Outros	23.712	23.022
	128.238	60.862
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	19.588	46.052
Outros	45.364	138.010
	64.952	184.063
	63.287	(123.201)
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	1.197.991	1.404.325
Por prejuízos fiscais reportáveis	179.941	63.464
	1.377.932	1.467.789
Passivos por impostos diferidos	178.715	190.650
	1.199.217	1.277.139

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Variação em		Outros	Saldo em 31-12-2013
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	74.085	270	(5.099)	(48.770)	20.486
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	875.346	-	66.752	(61.577)	880.521
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(11.264)	-	(932)	(1.010)	(13.207)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	69.608	(88.861)	19	28.588	9.354
Valorização de outros títulos	4.184	-	283	6.569	11.036
Prejuízos fiscais reportáveis	63.464	-	117.212	(734)	179.941
Benefícios dos trabalhadores	165.981	1.449	3.820	(16.542)	154.708
Comissões	18.183	-	253	(326)	18.110
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(4.742)	-	222	(2)	(4.522)
Outros	22.295	-	(25.644)	(53.862)	(57.211)
	1.277.138	(87.142)	156.887	(147.666)	1.199.217

	Saldo em 31-12-2011	Variação em		Transferência para imposto corrente	Outros	Saldo em 31-12-2012
		Capital Próprio	Resultados			
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	54.218	179	19.874	-	(186)	74.085
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	717.344	-	158.286	(3.005)	2.721	875.346
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(11.530)	-	264	-	1	(11.264)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	782.069	(713.437)	-	-	976	69.608
Valorização de outros títulos	1.004	-	17.638	-	(14.458)	4.184
Prejuízos fiscais reportáveis	78.547	-	(15.083)	-	-	63.464
Benefícios dos trabalhadores	146.940	11.990	8.238	-	(1.187)	165.981
Comissões	17.576	-	606	-	-	18.183
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(5.133)	-	391	-	-	(4.742)
Outros	(19.136)	-	19.471	-	21.960	22.295
	1.761.901	(701.268)	209.684	(3.005)	9.826	1.277.139

A coluna “Variação em - Resultados” do mapa de movimento nos ativos e passivos por impostos diferidos para o exercício de 2012 inclui encargos no montante de 36.095 mEuros, os quais foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidas para venda” no referido período decorrente da transferência dos ativos e passivos das empresas de seguros do Grupo em processo de privatização para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Ainda neste âmbito, a coluna "Outros” do mapa de movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos para o exercício de 2013 inclui 144.772 mEuros relacionadas com a atividade das referidas unidades de negócio, as quais em 31 de dezembro desse ano se encontram reconhecidas na classe de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

No decorrer do exercício de 2011 o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

De referir que ao abrigo do artigo 183º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-/2011, de 30 de dezembro), as variações patrimoniais negativas decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores não concorrem para os limites previstos nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, sendo considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Impostos correntes		
Do exercício	(10.489)	91.639
Contribuição sobre o sector bancário	25.125	29.752
Correções a exercícios anteriores (líquido)	(20.964)	(24.520)
	(6.328)	96.871
Impostos diferidos	(156.887)	(173.590)
Total de impostos em resultados	(163.215)	(76.719)
Lucro consolidado antes de impostos e interesses minoritários	(674.262)	(421.878)
Carga fiscal	24,21%	18,19%

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica “Correções a exercícios anteriores” apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2012 e 2011)	(18.709)	(17.658)
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	(2.198)	(6.836)
Outros	(57)	(26)
	(20.964)	(24.520)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(674.262)		(421.878)
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,35%	(197.896)	28,84%	(121.670)
Sociedades registadas pelo método da equivalência patrimonial e filiais reclassificadas para classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda	6,13%	(41.337)	6,81%	(28.710)
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	0,98%	(6.610)	(1,11%)	4.669
Diferenças definitivas a deduzir:				
Mais valias isentas de tributação	1,05%	(7.069)	4,49%	(18.932)
Provisões não aceites	1,90%	(12.821)	0,00%	-
Outras	0,19%	(1.269)	0,54%	(2.271)
Diferenças definitivas a acrescer				
Provisões não aceites	0,00%	-	(2,54%)	10.707
Outras	(0,47%)	3.184	(0,55%)	2.318
Registo de imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de utilizações	(0,07%)	496	(1,67%)	7.059
Anulação de prejuízos fiscais não recuperáveis	(4,99%)	33.629	(2,55%)	10.759
Diferencial de taxa de imposto aplicável ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis (*)	(7,84%)	52.886	0,00%	-
Tributação autónoma	(0,55%)	3.698	(0,38%)	1.582
Contribuição sobre o sector bancário	(3,73%)	25.125	(7,05%)	29.752
Outros	(0,62%)	4.183	(4,98%)	21.021
	21,33%	(143.800)	19,84%	(83.715)
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	2,87%	(19.358)	(1,66%)	7.022
Outras	0,01%	(57)	0,01%	(26)
	2,88%	(19.415)	(1,66%)	6.996
	24,21%	(163.215)	18,19%	(76.719)

(*) O reconhecimento de impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis na atividade doméstica é efetuado considerando uma taxa nominal de impostos de 23%, não incluindo Derrama Estadual e Municipal

No exercício de 2013, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de derrama aplicáveis à sua atividade, ascende a 29,35% (28,84% em 31 de dezembro de 2012).

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD pondera o agravamento da derrama municipal e da derrama estadual que incidem sobre o lucro tributável. Relativamente à derrama estadual será de referir a alteração da redação do artigo 87º-A do CIRC, introduzida pela Lei nº 12 /2014, de 16 de janeiro (Lei da Reforma do IRC), a qual no seu número 1 prevê (para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014) a aplicação das seguintes taxas sobre a parte do lucro tributável a enquadrar nos seguintes intervalos:

- na parte que exceda 1.500 mEuros e até 7.500 mEuros, a taxa a aplicar será de 3%;
- na parte que exceda 7.500 mEuros e até 35.000 mEuros, a taxa a aplicar será de 5%;
- na parte que exceda 35.000 mEuros a taxa a aplicar será de 7%;

Adicionalmente, as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2014, vieram igualmente atualizar a taxa nominal de IRC aplicável ao rendimento tributável (com as exceções previstas na legislação em vigor), a qual decresce de 25% para 23%.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis inclui 143.324 mEuros reconhecidos nas demonstrações financeiras da Caixa. No decorrer de 2013 a Caixa anulou ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis apurados no exercício de 2010 no montante de 20.129 mEuros,

dado ter entendido como remota a sua recuperabilidade até ao final do período regulamentar disponível para o efeito (final de 2014).

De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais originados em 2013 poderão ser recuperados num máximo de cinco anos após o seu apuramento. Contudo, com referência aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

Decorrente das disposições previstas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, o Grupo reconheceu nos exercícios de 2013 e 2012 um custo de 25.125 mEuros e 29.752 mEuros, respetivamente, relativo aos encargos com este tributo. A base de incidência da nova contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre o valor dos passivos das instituições de crédito com sede no território português, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura. Encontram-se igualmente abrangidos pelo tributo as filiais de instituições de crédito cuja sede se situe fora do território português, assim como sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede fora da União Europeia.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2010 a 2013, no caso da maioria das entidades com sede em Portugal, sendo que no caso da Caixa Geral de Depósitos, os exercícios de 2010 e 2011 foram já objeto de inspeção). Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

20. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

No quadro do processo de prvatização em curso das empresas de seguros do Grupo, os saldos destas unidades associados a provisões técnicas de resseguro cedido foram reclassificados no decorrer do exercício de 2013 para a categoria de "Ativos não correntes detidos para venda". A composição destes ativos para o exercício de 2013 e 2012 é apresentada no quadro abaixo:

	31-12-2013			31-12-2012
	Saldos classificados em "Provisões técnicas resseguro cedido"	Saldos classificados em "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 14)	Total	
Caixa Seguros				
Ramo vida:				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	(1)
Provisão matemática	-	12.903	12.903	9.412
Provisão para sinistros:				
Sinistros declarados	-	9.019	9.019	10.447
Sinistros não declarados (IBNR)	-	2.690	2.690	2.532
	-	11.709	11.709	12.979
Provisão para participação nos resultados	-	36	36	15
Total do ramo vida	-	24.648	24.648	22.405
Ramos não vida:				
Provisão para prémios não adquiridos	-	31.912	31.912	33.613
Provisão para sinistros:				
Sinistros declarados	-	117.957	117.957	126.855
Sinistros não declarados (IBNR)	-	6.143	6.143	9.524
	-	124.100	124.100	136.379
Total dos ramos não vida	-	156.012	156.012	169.992
Subtotal Caixa Seguros	-	180.660	180.660	192.397
Outros	5.547	-	5.547	5.030
	5.547	180.660	186.207	197.427

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
De seguros de vida:						
	-	-	-	-	(1)	(1)
De seguros não vida:						
Acidentes de Trabalho	-	-	-	7	(2)	5
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3.345	(1.563)	1.782	5.203	(2.535)	2.668
Doença	91	(6)	85	114	(32)	82
Incêndio e Outros Danos	26.231	(4.102)	22.129	26.502	(4.055)	22.447
Automóvel	1.394	(224)	1.170	778	(130)	648
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.893	(246)	1.647	2.148	(253)	1.895
Responsabilidade Civil Geral	2.595	(185)	2.410	3.007	(190)	2.817
Crédito e Cauções	217	(7)	210	228	(7)	221
Assistência	14	(1)	13	11	(1)	10
Diversos	3.246	(780)	2.466	3.979	(1.159)	2.820
	39.026	(7.114)	31.912	41.977	(8.364)	33.613
	39.026	(7.114)	31.912	41.977	(8.365)	33.613

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:						
	9.019	2.690	11.709	10.447	2.532	12.979
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	12	1	13	324	1	325
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	7.292	15	7.307	7.235	125	7.360
Doença	467	45	512	413	-	413
Incêndio e Outros Danos	60.798	4.702	65.500	53.563	6.721	60.284
Automóvel	13.108	35	13.143	14.416	67	14.483
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.593	275	7.868	10.017	217	10.234
Responsabilidade Civil Geral	22.308	68	22.376	29.851	246	30.097
Crédito e Cauções	3	20	23	-	18	18
Diversos	6.376	982	7.358	11.036	2.129	13.165
	117.957	6.143	124.100	126.855	9.524	136.379
	126.976	8.833	135.809	137.302	12.056	149.358

O movimento ocorrido nas provisões técnicas de resseguro cedido durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 26.

21. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Outros ativos		
Certificados de dívida do Território de Macau	451.675	383.529
Outros	9.426	11.263
Devedores e outras aplicações		
Recibos por cobrar - Seguros	1.587	94.280
Sector Público Administrativo	9.181	6.833
Suprimentos	221.777	218.591
Devedores por operações sobre futuros	40.433	29.545
Valores a receber pela venda da EDP	481.456	460.724
Devedores diversos	1.335.629	1.603.674
Bonificações a receber		
Do Estado	32.727	42.433
De outras entidades	11.636	11.272
Valor a receber pela venda de bens arrematados	27.335	10.999
Outros	199.394	404.744
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso / (insuficiência) de cobertura de responsabilidades		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 38)	-	19.225
Caixa Seguros e Saúde (Nota 38)	-	6.328
Outros	125	(495)
Desvios atuariais	-	(7)
Rendimentos a receber	39.754	63.204
Despesas com encargo diferido		
Rendas	6.042	6.572
Outras	19.878	25.594
Receitas com rendimento diferido	(4.451)	(2.430)
Outras operações ativas por regularizar	166.855	172.187
Operações de Bolsa	4.128	73.506
	3.054.586	3.641.572
Imparidade (Nota 40)	(235.247)	(207.814)
	2.819.339	3.433.757

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 40.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Devedores e outras aplicações – Devedores diversos", inclui 928.104 mEuros e 1.086.542 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colaterizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de "Swaps de taxa juro ("IRS") com essas entidades.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 50.282 mEuros, relativos a depósito caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 25.

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 28). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 451.675 mEuros e 383.529 mEuros, respetivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	86.000	86.000
Moretextile, SGPS, S.A.	34.062	33.105
A. Silva & Silva - Imobiliário & Serviços, S.A.	28.977	28.327
Sagesecur - Estudo, Desenvolvimento e Participações em Projetos, S.A.	14.130	14.830
PP3E - Projetos e Participações em Empreendimentos de Energia Elétrica, S.A.	10.200	10.200
Outros	48.408	46.129
	221.777	218.591

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros com vencimento em 30 de junho de 2014. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano;
- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2012 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial do empréstimo, tendo a taxa sofrido um incremento de *spread* de 2% e 3% até 31 de dezembro de 2012 e 30 de setembro de 2013, respetivamente. No segundo semestre de 2013 as partes contraentes celebraram novo aditamento ao contrato de suprimentos, no âmbito do qual foi estabelecida a porrogação do prazo de vencimento por mais um ano não havendo outras alterações nos termos e condições em vigor.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro

semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A. (entidade constituida em resultado desta operação), suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. No exercício de 2011 a Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 22.299 mEuros, tendo este valor sido reforçado em 10.228 mEuros e 1.662 mEuros, respetivamente, no decorrer de 2012 e 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui ainda a cedência à Parcaixa dos direitos de crédito sobre 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública à Sagesecur, no âmbito da realização do capital social desta entidade no momento da sua constituição.

22. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Recursos de bancos centrais		
Recursos - Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos		
Caixa Geral de Depósitos	4.750.000	6.950.000
Outras entidades do Grupo	1.584.500	1.465.000
Recursos - de outros bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	219	150
De Instituições de crédito no estrangeiro	79.020	51.308
Outros recursos	664	2.847
Juros a pagar	70.601	60.497
	6.485.004	8.529.802
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	1.035.558	1.295.717
De instituições de crédito no estrangeiro	1.062.383	1.358.183
Recursos do mercado monetário interbancário	32.000	45.000
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	364.923	403.995
De instituições de crédito no estrangeiro	21.864	10.305
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	32.251	28.380
Recursos de organismos financeiros internacionais	60.349	85.752
Operações de venda com acordo de recompra	624.648	447.600
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	203	121
Juros a pagar	15.817	22.230
Despesas com encargo diferido	(351)	(381)
	3.249.645	3.696.903
	9.734.649	12.226.705

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Recursos de bancos centrais - Recursos – Banco Central Europeu” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por instrumentos de dívida e outros créditos da carteira do Grupo. Estes ativos não estão disponíveis para livre circulação e encontram-se registados

pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pelo Grupo com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 9). A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um custo com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) ou acordos bilaterais de cedência de liquidez, no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Depósitos de poupança	1.758.681	1.980.371
Outros débitos		
À vista	19.366.138	17.789.818
A prazo		
Depósitos	44.833.633	44.802.691
Produtos de taxa fixa - seguros (Nota 14)	-	5.600.888
Depósitos obrigatórios	306.922	318.353
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	69.160	45.731
Empréstimos	68.399	101.614
Operações com acordo de recompra	45.970	17.252
Outros	752.999	55.135
	46.077.084	50.941.664
	65.443.222	68.731.483
Juros a pagar	621.651	621.669
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	(8.430)	(7.050)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(9.179)	(9.699)
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	18.524	38.263
	622.567	643.184
	67.824.469	71.355.037

A rubrica “Produtos de taxa fixa – seguros” corresponde ao valor de seguros de vida classificados como contratos de investimento (Nota 2.18) e que consequentemente são mensurados de acordo com a IAS 39, de modo similar aos depósitos de clientes da atividade bancária.

No quadro do processo de privatização das empresas de seguros do Grupo os saldos destas unidades associados a produtos de taxa fixa foram reclassificados no decorrer do exercício de 2013 para a categoria de "Passivos não correntes detidos para venda" (Nota 14).

24. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	124.402	692.189
- Taxa de juro fixa	3.281.790	4.178.847
- Remuneração indexada a ações / índices	114.000	266.220
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	420.236	611.085
	3.940.428	5.748.341
Obrigações hipotecárias	3.736.100	3.001.450
Obrigações sobre o setor público	622.700	617.150
Obrigações de caixa		
- Remuneração indexada a taxas de juro	62.442	23.654
	62.442	23.654
	8.361.670	9.390.595
Outros		
Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit		
- Papel Comercial	20.976	636.000
Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper and Certificates of Deposit		
- Certificados de depósito	-	22.738
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (Nota 13)		
- Crédito à habitação	223.118	342.891
	244.094	1.001.629
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	9.812	21.855
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(12.152)	(14.840)
Juros a pagar	187.963	191.388
	8.791.387	10.590.627

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados de dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
EMTN	15.388	127.395
Obrigações hipotecárias	3.700.000	4.843.550
Obrigações sobre o setor público	135.450	235.450
Outras obrigações de caixa	3.600.000	4.600.000
	7.450.838	9.806.395

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1.800.000 mEuros e 2.800.000 mEuros, respetivamente, com as seguintes condições:

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e têm vencimento em 19 de julho de 2014;

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e têm vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões obedecem às disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro e nº 946/2010, de 22 de setembro. As emissões foram integralmente recompradas pela Caixa e encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10.000.000.000 Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit” a CGD (diretamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) US Commercial Paper

Ao abrigo deste programa a CGD North America Finance LLC pode emitir “Notes” até um montante global de 2.000.000.000 de Dólares Norte Americanos. As “Notes” têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250.000 Dólares Norte Americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou ao par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(iii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iv) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, a emitir diretamente pela CGD até ao montante máximo atual de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de ativos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;

- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 7.436.100 mEuros e 7.845.000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 31-12-2013	Taxa em 31-12-2012
	31-12-2013	31-12-2012						
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche	1.256.450	2.000.000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*)	900.000	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	0,377%	0,477%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	0,344%	0,236%
Hipotecárias Série 6 2008/2016 (*)	200.000	200.000	27-02-2008	29-02-2016	Semestralmente nos dias 27 de fevereiro e 27 de agosto	Taxa Euribor 6meses + 0,16%	0,504%	0,724%
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150.000	150.000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses - 0,012%	0,265%	0,171%
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150.000	150.000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	20.000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Série 9 15/09/2016	175.000	175.000	08-10-2009	15-09-2016	Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,575%	0,916%	1,068%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	994.450	1.000.000	27-01-2010	27-01-2020	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 12 2011/2021 FRN (*)	350.000	750.000	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,975%	0,949%
Hipotecárias Série 13 2011/2021 FRB (*)	750.000	750.000	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,975%	0,949%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*)	1.500.000	1.500.000	31-07-2012	31-07-2022	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,978%	0,946%
Hipotecárias Série 15 2013/2018	740.200	-	18-01-2013	18-01-2018	Anualmente no dia 18 de janeiro	Taxa Fixa	3,750%	-
	7.436.100	7.845.000						

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões inclui créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a 9.945.587 mEuros e 10.932.732 mEuros, respetivamente (Nota 13).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 124.380 mEuros e 128.247 mEuros, respetivamente (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2013, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch eram de Baa3 e BBB, respetivamente.

(v) Obrigações sobre o Setor Público

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de

ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e outras categorias limitadas de ativos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o setor público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às obrigações sobre o setor público em circulação, deverá representar no mínimo 106,5% do valor nominal global das referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal de obrigações sobre o Setor Público emitidas pela Caixa ascendia a 800.000 mEuros e 900.000 mEuros, respetivamente, resultante de uma emissão efetuada em 21 de julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao setor público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a 1.215.109 mEuros e 1.418.068 mEuros, respetivamente (Nota 13).

Em 31 de dezembro de 2013, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações sobre o setor público pelas agências Moody’s e Fitch eram de Baa3 e BBB-, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	31-12-2013						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	78.000	78.280	1.448.959	1.605.239	-	622.700	2.227.939
Entre 1 e 5 anos	36.000	193.750	1.705.915	1.935.665	2.471.650	22.405	4.429.720
Entre 5 e 10 anos	-	23.202	241.318	264.520	1.244.450	40.037	1.549.007
Mais de 10 anos	-	125.004	10.000	135.004	20.000	-	155.004
	114.000	420.236	3.406.192	3.940.428	3.736.100	685.142	8.361.670

	31-12-2012						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	140.220	177.648	1.797.528	2.115.396	-	-	2.115.396
Entre 1 e 5 anos	126.000	203.616	2.812.404	3.142.020	1.731.450	640.804	5.514.274
Entre 5 e 10 anos	-	42.328	251.104	293.432	1.250.000	-	1.543.432
Mais de 10 anos	-	187.493	10.000	197.493	20.000	-	217.493
	266.220	611.085	4.871.036	5.748.341	3.001.450	640.804	9.390.595

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread.*

25. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31-12-2013
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 38)	549.950	4.126	(1.300)	(23.851)	(931)	11.444	539.438
Provisões para contingências judiciais	24.134	9.671	(10.323)	-	(1.074)	(7.325)	15.083
Provisões para garantias e compromissos assumidos	193.490	21.390	(7.059)	(311)	(191)	444	207.763
Provisões para outros riscos e encargos	205.229	54.073	(72.334)	(10.525)	(441)	(57.041)	118.961
	422.854	85.134	(89.716)	(10.836)	(1.706)	(63.922)	341.807
	972.804	89.260	(91.016)	(34.687)	(2.637)	(52.478)	881.245

	Saldo em 31-12-2011	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31-12-2012
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 38)	497.493	22.601	(7.203)	(22.142)	(409)	59.610	549.950
Provisões para contingências judiciais	17.879	4.322	(3.152)	(90)	(735)	58	24.134
Provisões para garantias e compromissos assumidos	125.110	68.246	(3.716)	-	(147)	3.997	193.490
Provisões para outros riscos e encargos	246.646	104.660	(109.941)	(39.929)	(512)	4.305	205.229
	389.635	177.228	(116.809)	(40.019)	(1.394)	8.361	422.854
	887.128	199.829	(124.012)	(62.161)	(1.803)	67.971	972.804

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade do Grupo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui 19.417 mEuros relativos a uma contribuição extraordinária para o Sistema de Indemnização aos Investidores a efetuar pela CGD, a qual foi liquidada em janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica incluía ainda 50.856 mEuros destinados à cobertura de perdas de imparidade adicionais em títulos de dívida soberana grega registados na carteira de “Investimentos a deter até à maturidade” (Nota 12). Em resultado da participação do Grupo na oferta de troca de dívida soberana proposta pela República da Grécia, concretizada no decurso do primeiro semestre de 2012, esta provisão foi anulada, tendo a imparidade para os referidos títulos sido reforçada também neste período no valor de 49.556 mEuros (Nota 12).

A composição e o movimento nas provisões para encargos com benefícios a empregados são apresentados na Nota 38.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a despender na sua resolução, com base em estimativas da Direção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

As colunas “Reforços” e “Reposições e anulações” do mapa de movimento nas provisões para benefícios dos empregados, contingências judiciais e outros riscos para o exercício de 2012 incluem encargos líquidos no montante de 437 mEuros que foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidas para venda” no referido período decorrente da transferência dos ativos e passivos das empresas de seguros do Grupo em processo de privatização para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Ainda neste âmbito, a coluna “Transferências e outros” do mapa de movimento nas provisões para o exercício de 2013 inclui 23.375 mEuros, 7.924 mEuros e 57.326 mEuros relativos a provisões acumuladas reconhecidas para benefícios de empregados, contingências judiciais e outros riscos, respetivamente, relacionadas com a atividade destas unidades de negócio, as quais em 31 de dezembro desse ano se encontram reconhecidas na classe de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	21.411.996	25.372.587
Garantias e avales	4.264.031	4.613.244
Créditos documentários abertos	469.238	410.835
Cartas de crédito "stand by"	58.148	67.309
Transações com recurso	-	2
Aceites e endossos	-	1.089
Outros passivos eventuais	105.198	-
	26.308.611	30.465.066
Compromissos		
Compromissos revogáveis	7.215.333	7.676.704
Subscrição de títulos	2.110.894	2.478.281
Linhas de crédito irrevogáveis	1.535.594	1.764.341
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	155.553	155.553
Operações a prazo	97.705	96.638
Sistema de indemnização aos investidores	36.147	38.867
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	36.256	-
A constituir	666	2.000
Outros	132.316	123.972
	11.320.464	12.336.356
Depósito e guarda de valores	52.379.010	60.140.483

Os ativos dados em garantia apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	976.500	1.103.452
Banco de Portugal (*)	20.186.353	23.266.065
Fundo de Garantia de Depósitos	184.940	209.940
Royal Bank of Scotland	15.000	16.000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	28.695	32.345
Euronext	5.000	4.000
Outros ativos		
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	-	692.500
Banco Central Europeu	15.000	47.754
Outros	508	531
	21.411.996	25.372.587

(*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos dados em garantia respeitam a instrumentos de dívida classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui igualmente títulos de dívida adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessa data a 125.000 mEuros. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica “Crédito a clientes”. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia, ascendia a 21.189.671 mEuros e 24.431.682 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros ativos dados em garantia” refere-se a créditos concedidos pelo Grupo dados em garantia ao Banco Central Europeu nos montantes de 15.000 mEuros e 47.754 mEuros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2012 esta rubrica incluía igualmente créditos concedidos pela Caixa no montante de 692.500 mEuros afetos a operações realizadas junto do Banco Europeu de Desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pelo Grupo, apresentam um valor de mercado de 217.445 mEuros e 247.329 mEuros, respetivamente.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2013 e 2012, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD

ascendeu a 22.959 mEuros e 21.728 mEuros, respetivamente. Em exercícios passados, parte destas responsabilidades foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.553 mEuros.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção ao exercício de 2005, o qual determina correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação integral da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou a referida correção por considerar que o procedimento por si adotado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correção nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas efetuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito caução, no montante de 50.282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros ativos - devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 21).

26. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

No quadro do processo de prvatização em curso das empresas de seguros do Grupo, os saldos destas unidades associados a provisões técnicas de contratos de seguro foram reclassificados no decorrer do exercício de 2013 para a categoria "passivos não correntes detidos para venda". A composição destes passivos para o exercício de 2013 e 2012 é apresentada no quadro abaixo:

	31-12-2013			31-12-2012
	Saldos classificados em "Provisões técnicas de contratos de seguro"	Saldos classificados em "Passivos não correntes detidos para venda" (Nota 14)	Total	
Caixa Seguros				
De seguro direto e resseguro aceite:				
Ramo Vida:				
Provisão matemática:				
De contratos de seguro	-	230.037	230.037	231.791
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	-	1.527.027	1.527.027	1.669.080
	-	1.757.064	1.757.064	1.900.871
Provisão para participação nos resultados	-	102.173	102.173	83.449
Provisão para prémios não adquiridos	-	1.502	1.502	1.620
Provisão para sinistros:				
Sinistros declarados	-	92.452	92.452	101.171
Sinistros não declarados (IBNR)	-	16.008	16.008	15.354
	-	108.460	108.460	116.525
Outras provisões técnicas:				
Provisão para compromissos de taxa	-	6.506	6.506	11.014
Provisão para estabilização de carteira	-	23.546	23.546	22.291
	-	30.052	30.052	33.305
Total do ramo vida	-	1.999.251	1.999.251	2.135.770
Ramos não Vida:				
Provisão para prémios não adquiridos	-	264.012	264.012	274.781
Provisão para sinistros:				
Sinistros declarados	-	1.654.352	1.654.352	1.666.474
Sinistros não declarados (IBNR)	-	79.518	79.518	103.981
	-	1.733.870	1.733.870	1.770.455
Provisão para riscos em curso	-	41.011	41.011	16.768
Outras provisões técnicas:				
Provisão para envelhecimento	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	-	94	94	35
Total dos ramos não vida	-	2.038.987	2.038.987	2.062.039
Total dos ramos vida e não vida	-	4.038.238	4.038.238	4.197.809
Outras provisões da atividade seguradora	-	16.808	16.808	16.584
Subtotal Caixa Seguros	-	4.055.046	4.055.046	4.214.393
Garantia	10.108	-	10.108	9.750
Total Geral	10.108	4.055.046	4.065.154	4.224.143

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:						
Capital Vida 4%	3.332	362	3.694	3.696	232	3.928
Rendas Ind. 4%	7.742	2.432	10.174	11.186	2.864	14.050
Rendas Ind. 4% - IB	2.821	667	3.488	-	-	-
Vida c/ Participação	256	2.984	3.240	369	3.565	3.934
Rendas Grupo 4%	4.871	345	5.217	100.332	1.201	101.533
Rendas Grupo 4% - IB	91.209	887	92.096	-	-	-
Vida c/ Participação Bonança	-	2.159	2.159	-	1.650	1.650
Vida c/ Participação Império	-	4.844	4.844	-	4.204	4.204
Guaranteed Education Plan	387	-	387	226	-	226
Guaranteed Savings 5 Years	7.759	-	7.759	7.997	-	7.997
Leve Piggy	138	-	138	-	-	-
F Ind. c/Part - cart nova 011	2.323	5.916	8.239	-	-	-
F Ind. c/Part	3.655	1.946	5.601	6.506	7.403	13.909
F Grupo c/Part	11.980	6.755	18.734	12.730	6.996	19.726
Vida risco grupo Moçambique	-	41	41	-	-	-
Vida Grupo 'Com Participación Beneficios	1	276	277	-	-	-
Seguro de dependência	142	-	142	113	-	113
Proteção Sénior	104,054	-	104	134	-	134
Educação Garantida	218	-	218	217	-	217
Hipoteca Prima Única (Espanha)	4.978	-	4.978	7.116	-	7.116
Rentas Individuales Vitalicias T Gar	-	-	-	110	-	110
Vida Hipoteca Anual Renovable	213	-	213	-	-	-
Renta Garantizada	2.295	-	2.295	-	-	-
LUX-Imperio Previdência	17	-	17	18	-	18
LUX-Credito Consumo	10	-	10	11	-	11
LUX-Credito Habitação	153	-	153	173	-	173
LUX-CAIXA ASSUR IMMO	260	-	260	268	-	268
Rendas (ESP)	-	-	-	20.315	-	20.315
Rentas Colectivas BCG	20.645	-	20.645	-	-	-
Postal - Proteção Vida	-	-	-	5.704	-	5.704
Prejubilaciones BCG	4.476	-	4.476	-	-	-
F Ind. s/Part	17.443	-	17.443	14.203	-	14.203
Vida Préstamos Consumo Prima Única	35	-	35	-	-	-
Vida Grupo sin Participación Beneficios	533	-	533	-	-	-
F Grupo s/Part	29.116	-	29.116	37.937	-	37.937
ADEP	7.227	-	7.227	-	-	-
Luxembourg vie	523	-	523	-	-	-
Prevoyance	2.517	-	2.517	-	-	-
Individual Life Insurance	13	-	13	7	-	7
Ahorro Tipo Garantizado (ESP)	2.586	-	2.586	2.423	-	2.423
Vida Individual s/ Participação	46	-	46	-	-	-
Vida Individual s/ Participação (1)	15	-	15	-	-	-
	230.037	29.616	259.652	231.791	28.115	259.906

	31-12-2013			31-12-2012		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
(Continuação)						
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:						
Top Reforma 4%-Ind.	46.902	3.966	50.868	52.203	2.831	55.034
Seg Poupança 2ªS 2,75%	-	580	580	-	580	580
Seg Poupança 3ª/4ªS 3,5%	15.307	4.174	19.481	15.270	3.877	19.147
Garantia Crescente 2,75% -Bco	185	82	267	197	42	239
Super Garantia 2,75% (Med)	1.046	55	1.101	2.081	-	2.081
PIR 4%	9.203	2.958	12.161	12.686	2.855	15.541
Postal Poup Futuro Série A - 3%	4.372	-	4.372	4.774	-	4.774
Seg Poupança 5ªS 2,75%	102.593	-	102.593	106.663	126	106.789
Seg Poupança 6ªS 2,25%	16.555	-	16.555	24.733	32	24.765
Postal Poup Futuro Série B - 2,25%	900	-	900	1.002	-	1.002
Poupança/Garantia - taxa variável	11.721	-	11.721	-	-	-
Postal Poupança Segura	512	-	512	18.442	-	18.442
Fundo Poupança 7ª S 2%	14.998	1	14.999	26.099	1	26.100
Caixa Seguro Liquidez 2%	1.723	-	1.723	16.054	-	16.054
Caixa Seguro Liquidez	11.848	-	11.848	-	-	-
Postal 4,10%	-	92	92	-	92	92
Seg.Poupança 9ª Série	30.660	1.138	31.798	31.388	55	31.443
Poupança/Poupalnveste	821	-	821	2.042	-	2.042
Poupança/Poupalnveste IB	719	-	719	-	-	-
Cx 10ºS Postal Ser E	18.003	-	18.003	18.961	-	18.961
Leve Learning	22	-	22	-	-	-
Smart Savings Plan	1.138	-	1.138	-	-	-
LUX-Imperio Poupanca +	608	-	608	602	-	602
LUX-CPR	44	-	44	40	-	40
LUX-Compte Epargne Investimente	526	-	526	519	-	519
LUX-Cx. Invest. Seguro - Pr. Unicos	2.788	81	2.870	2.115	48	2.163
LUX-Cx. Invest. Seguro - Pr. Periódicos	501	-	501	437	-	437
Conta Poupança Reforma Individual	52.127	5.839	57.965	58.296	5.539	63.835
PUR	14.183	1.209	15.391	17.244	865	18.109
PUR 3,25%	732	280	1.012	810	206	1.016
PUR 2,4%	7.503	1.391	8.894	10.644	1.049	11.693
Conta Poupança Reforma 3%	5.967	633	6.600	7.190	622	7.812
Poupainveste 2ª-serie	2.454	-	2.454	2.501	-	2.501
Top Reforma 4%-Grupo	1.680	406	2.085	1.625	283	1.908
Top Reforma 2,75%-Grupo	12.440	1.508	13.949	12.386	1.070	13.456
Complementos Reforma	3.336	118	3.454	3.351	74	3.425
Epargne Libre (FRF) 3,75%	8.932	63	8.995	227.892	601	228.493
Indem Fin Carriérres	2.641	20	2.661	-	-	-
Epargne Libre	210.321	1.600	211.921	-	-	-
Epargne Libre Plus (FRF)	24.902	193	25.094	23.372	61	23.433
Capitalização Grupo	600	-	600	445	-	445
PUR 4,0% Grupo	3.067	202	3.269	2.924	140	3.064
Poupalnveste Empresas	127	1	128	98	-	98
PUR 3,25% - Grupo	155	-	155	155	-	155
PUR 2,4% - Grupo	324	57	382	336	49	385
PPR/E Fidelidade 4%	107.490	7.869	115.360	120.841	6.617	127.458
PPR/E Rendimento 1ª/2ª S 3,5%	150.643	17.044	167.687	163.733	14.038	177.771
PPR (Clássico) 4%	25.606	1.186	26.792	29.780	704	30.484
Multiplano PPR/E 3%	5.852	-	5.852	6.823	-	6.823
PPR/E MC Série A 3%	19.886	0	19.886	22.541	-	22.541
Postal PPR/E Série A 3,25%	5.571	-	5.571	6.349	-	6.349
PPR/E Rend. 3ª S 2,75%	111.557	-	111.557	125.424	-	125.424
PPR/E MC Série B 2,75%	98.700	10	98.710	108.689	10	108.699
Postal PPR/E Série B 2,75%	6.748	-	6.748	7.989	-	7.989
PPR/E Capital Garantido	636	-	636	708	1	709
PPR/E Rend 4ªS 2,25%	22.450	-	22.450	25.299	-	25.299
PPR/E Capital Mais FRN	28.115	-	28.115	28.025	3	28.028
Caixa PPR 4%	7.791	-	7.791	9.010	-	9.010
PPR - Leve Duo	51.722	3.663	55.385	52.556	543	53.099
Postal PPR 4,10%	2.061	613	2.675	2.924	420	3.344
Postal PPR/E Série E	1.587	10	1.598	1.766	-	1.766
Postal PPR Série F	1.868	-	1.868	1.897	-	1.897
PPR - Imperio	44.532	4.885	49.416	50.214	3.855	54.069
PPR - Bonança	17.946	1.491	19.437	20.075	965	21.040
PPR 3%	29.982	3.002	32.984	33.255	2.679	35.934
Império Bonança Reforma (PPR) -412	89.560	3.340	92.900	89.610	2.361	91.971
Império Bonança Reforma (PPR/E) -413	10.720	1.183	11.902	13.488	675	14.163
Império Bonança PPR/E Ganha +	2.285	-	2.285	2.596	14	2.610
PPR Ganha +	11.799	24	11.823	12.630	24	12.654
PPR Ganha + 3ª Série	5.778	-	5.778	6.503	-	6.503
IB PPR Leve Duo	3.359	286	3.644	3.074	146	3.220
PPR Ganha + 4ª Série Transferências	4.253	-	4.253	4.602	-	4.602
PPR Ganha + 4ª Série Transferências - IB	258	2	260	-	-	-
PPR Rendimento Garantido 5ª S Transfer.	1.042	34	1.076	1.290	28	1.318
PPR Rendimento Garantido 5ª S Transfer. - IB	419	20	439	-	-	-
FM Invest (FRA)	295	3	297	100	-	100
Levexpert PPR - Serie Q	11.325	1.245	12.571	11.712	1.153	12.865
	1.527.027	72.558	1.599.585	1.669.080	55.334	1.724.414
Total	1.757.064	102.173	1.859.237	1.900.871	83.449	1.984.320

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo inicial 31-12-2012	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final 31-12-2013
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	231.791	(1.998)	-	7	(25)	262	230.037
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.669.080	(142.736)	-	21	(353)	1.015	1.527.027
	1.900.871	(144.734)	-	28	(378)	1.277	1.757.064
Provisão para participação nos resultados							
- De contratos de seguro	28.115	2.719	1.975	-	-	(3.193)	29.616
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	55.334	(10.229)	28.467	-	-	(1.015)	72.557
	83.449	(7.510)	30.442	-	-	(4.208)	102.173
	1.984.320	(152.244)	30.442	28	(378)	(2.931)	1.859.237
Resseguro cedido:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	(9.412)	(3.491)	-	-	-	-	(12.903)
	(9.412)	(3.491)	-	-	-	-	(12.903)
	1.974.908	(155.735)	30.442	28	(378)	(2.931)	1.846.334

	Saldo inicial 31-12-2011	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final 31-12-2012
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	242.714	(11.131)	-	7	-	201	231.791
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	2.025.187	(355.337)	-	32	(1.521)	719	1.669.080
	2.267.901	(366.468)	-	39	(1.521)	920	1.900.871
Provisão para participação nos resultados							
- De contratos de seguro	26.478	(572)	6.809	-	-	(4.600)	28.115
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	5.096	(18.807)	69.768	-	-	(723)	55.334
	31.574	(19.379)	76.577	-	-	(5.323)	83.449
	2.299.475	(385.847)	76.577	39	(1.521)	(4.403)	1.984.320
Resseguro cedido:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	(7.399)	(2.013)	-	-	-	-	(9.412)
	(7.399)	(2.013)	-	-	-	-	(9.412)
	2.292.076	(387.861)	76.577	39	(1.521)	(4.403)	1.974.908

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite dos ramos vida e não vida apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho	13.937	(2.327)	11.610	14.603	(2.344)	12.259
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8.824	(1.747)	7.077	11.352	(2.259)	9.093
Doença	26.079	(5.209)	20.870	24.983	(4.985)	19.998
Incêndio e Outros Danos	91.836	(15.783)	76.053	93.100	(15.887)	77.213
Automóvel	149.484	(29.548)	119.936	155.405	(30.390)	125.015
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.998	(345)	2.653	3.214	(315)	2.899
Responsabilidade Civil Geral	9.215	(1.534)	7.681	10.636	(1.481)	9.155
Crédito e Cauções	416	(57)	359	419	(55)	364
Proteção Jurídica	2.543	(368)	2.175	2.637	(371)	2.266
Assistência	11.545	(1.719)	9.826	11.664	(1.615)	10.049
Diversos	6.902	(1.130)	5.772	7.770	(1.300)	6.470
	323.779	(59.767)	264.012	335.783	(61.002)	274.781
Seguros de Vida	1.502	-	1.502	1.620	-	1.620
	325.281	(59.767)	265.514	337.403	(61.002)	276.401

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo inicial 31-12-2012	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final 31-12-2013
Seguro direto e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros de Vida	1.620	(118)	-	1.502
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	14.603	(436)	(230)	13.937
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	11.352	(2.520)	(8)	8.824
Doença	24.983	1.174	(78)	26.079
Incêndio e Outros Danos	93.100	(1.113)	(151)	91.836
Automóvel	155.405	(5.647)	(274)	149.484
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.214	(214)	(2)	2.998
Responsabilidade Civil Geral	10.636	(1.410)	(11)	9.215
Crédito e Cauções	419	(3)	-	416
Proteção Jurídica	2.637	(94)	-	2.543
Assistência	11.664	(119)	-	11.545
Diversos	7.770	(868)	-	6.902
	335.783	(11.250)	(754)	323.779
Custos de aquisição diferidos:				
Seguros de Vida	-	-	-	-
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	(2.344)	1	16	(2.327)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.259)	512	-	(1.747)
Doença	(4.985)	(236)	12	(5.209)
Incêndio e Outros Danos	(15.887)	104	-	(15.783)
Automóvel	(30.390)	896	(54)	(29.548)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(315)	(30)	-	(345)
Responsabilidade Civil Geral	(1.481)	(54)	1	(1.534)
Crédito e Cauções	(55)	(2)	-	(57)
Proteção Jurídica	(371)	3	-	(368)
Assistência	(1.615)	(104)	-	(1.719)
Diversos	(1.300)	170	-	(1.130)
	(61.002)	1.260	(25)	(59.767)
	276.401	(10.108)	(779)	265.514
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros de Vida	-	-	-	-
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	7	(7)	-	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	5.203	(1.854)	(4)	3.345
Doença	114	35	(58)	91
Incêndio e Outros Danos	26.502	(131)	(141)	26.230
Automóvel	778	709	(93)	1.394
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.148	(254)	(2)	1.892
Responsabilidade Civil Geral	3.007	(403)	(8)	2.596
Crédito e Cauções	228	(9)	-	219
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	11	3	-	14
Diversos	3.979	(734)	-	3.245
	41.977	(2.645)	(306)	39.026
Custos de aquisição diferidos:				
Seguros de Vida	(1)	1	-	-
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	(2)	2	-	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.534)	972	-	(1.562)
Doença	(32)	26	-	(6)
Incêndio e Outros Danos	(4.055)	(46)	-	(4.101)
Automóvel	(130)	(94)	-	(224)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(253)	7	-	(246)
Responsabilidade Civil Geral	(190)	6	-	(184)
Crédito e Cauções	(7)	-	-	(7)
Assistência	(1)	(1)	-	(2)
Diversos	(1.160)	378	-	(782)
	(8.364)	1.250	-	(7.114)
	33.613	(1.394)	(306)	31.912

	Saldo inicial 31-12-2011	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final 31-12-2012
Seguro direto e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros de Vida	1.655	(35)	-	1.620
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	14.788	(165)	(20)	14.603
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	15.009	(3.654)	(3)	11.352
Doença	26.811	(1.826)	(2)	24.983
Incêndio e Outros Danos	92.205	881	14	93.100
Automóvel	161.840	(6.377)	(58)	155.405
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.486	(273)	1	3.214
Responsabilidade Civil Geral	11.856	(1.217)	(3)	10.636
Crédito e Cauções	356	64	(1)	419
Proteção Jurídica	2.787	(150)	-	2.637
Assistência	11.467	197	-	11.664
Diversos	9.443	(1.673)	-	7.770
	350.048	(14.193)	(72)	335.783
Custos de aquisição diferidos:				
Seguros de Vida	-	-	-	-
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	(2.623)	277	2	(2.344)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.943)	684	-	(2.259)
Doença	(4.610)	(375)	-	(4.985)
Incêndio e Outros Danos	(16.229)	341	1	(15.887)
Automóvel	(29.077)	(1.317)	4	(30.390)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(403)	88	-	(315)
Responsabilidade Civil Geral	(1.598)	117	-	(1.481)
Crédito e Cauções	(37)	(18)	-	(55)
Proteção Jurídica	(388)	17	-	(371)
Assistência	(1.652)	37	-	(1.615)
Diversos	(1.598)	298	-	(1.300)
	(61.158)	149	7	(61.002)
	290.545	(14.079)	(65)	276.401
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros de Vida	-	-	-	-
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	202	(195)	-	7
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8.082	(2.876)	(3)	5.203
Doença	591	(477)	-	114
Incêndio e Outros Danos	32.815	(6.341)	28	26.502
Automóvel	187	616	(25)	778
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.967	182	(1)	2.148
Responsabilidade Civil Geral	3.502	(496)	1	3.007
Crédito e Cauções	154	74	-	228
Proteção Jurídica	52	(52)	-	-
Assistência	-	11	-	11
Diversos	5.736	(1.757)	-	3.979
	53.288	(11.311)	-	41.977
Custos de aquisição diferidos:				
Seguros de Vida	-	(1)	-	(1)
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	(6)	4	-	(2)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(3.954)	1.420	-	(2.534)
Doença	(310)	278	-	(32)
Incêndio e Outros Danos	(4.479)	424	-	(4.055)
Automóvel	-	(130)	-	(130)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(250)	(3)	-	(253)
Responsabilidade Civil Geral	(214)	24	-	(190)
Crédito e Cauções	(3)	(4)	-	(7)
Assistência	-	(1)	-	(1)
Diversos	(1.659)	499	-	(1.160)
	(10.875)	2.511	-	(8.364)
	42.413	(8.801)	-	33.613

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:						
	92.452	16.008	108.460	101.171	15.354	116.525
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho:						
Provisão matemática	529.321	1.021	530.342	527.330	3.476	530.806
Provisão para assistência vitalícia	159.524	221	159.745	137.151	18.462	155.613
Provisão para assistência temporária	130.604	3.267	133.871	121.962	4.345	126.307
	819.449	4.509	823.958	786.443	26.283	812.726
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	14.964	444	15.408	15.767	710	16.477
Doença	39.489	3.347	42.836	37.540	1.809	39.349
Incêndio e Outros Danos	123.755	14.955	138.710	107.382	14.764	122.146
Automóvel	515.831	47.111	562.942	562.009	50.467	612.476
Marítimo, Aéreo e Transportes	11.687	983	12.670	15.095	930	16.025
Responsabilidade Civil Geral	106.659	4.897	111.556	116.143	5.160	121.303
Crédito e Cauções	385	70	455	449	56	505
Proteção Jurídica	6.396	1.166	7.562	6.831	640	7.471
Assistência	7.693	25	7.718	5.515	57	5.572
Diversos	8.046	2.009	10.055	13.300	3.105	16.405
	834.905	75.007	909.912	880.031	77.698	957.729
	1.654.354	79.516	1.733.870	1.666.474	103.981	1.770.455
	1.746.806	95.524	1.842.330	1.767.645	119.335	1.886.980

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo inicial 31-12-2012	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final 31-12-2013
Seguro direto e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida					
	116.525	326.410	(334.475)	-	108.460
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho					
	812.726	143.752	(132.593)	73	823.958
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	16.477	8.860	(9.928)	-	15.409
Doença	39.349	155.971	(152.528)	46	42.838
Incêndio e Outros Danos	122.146	146.909	(130.346)	1	138.710
Automóvel	612.476	253.083	(302.660)	39	562.938
Marítimo, Aéreo e Transportes	16.025	8.916	(12.271)	-	12.670
Responsabilidade Civil Geral	121.303	12.378	(22.125)	-	111.556
Crédito e Cauções	505	771	(820)	-	456
Proteção Jurídica	7.471	458	(367)	-	7.562
Assistência	5.572	30.991	(28.846)	-	7.717
Diversos	16.405	7.751	(14.100)	-	10.056
	957.729	626.088	(673.991)	86	909.912
	1.770.455	769.840	(806.584)	159	1.733.870
	1.886.980	1.096.250	(1.141.059)	159	1.842.330
Resseguro cedido (Nota 20):					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida					
	12.979	9.761	(11.031)	-	11.709
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho					
	325	(308)	(5)	-	12
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	7.360	718	(772)	-	7.306
Doença	413	717	(583)	(36)	511
Incêndio e Outros Danos	60.284	63.237	(58.018)	(1)	65.502
Automóvel	14.483	1.909	(3.146)	(101)	13.145
Marítimo, Aéreo e Transportes	10.234	7.959	(10.325)	-	7.868
Responsabilidade Civil Geral	30.097	(1.612)	(6.110)	-	22.375
Crédito e Cauções	18	144	(140)	-	22
Diversos	13.165	4.153	(9.959)	-	7.359
	136.054	77.225	(89.053)	(138)	124.088
	136.379	76.917	(89.058)	(138)	124.100
	149.358	86.678	(100.089)	(138)	135.809

	Saldo inicial 31-12-2011	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final 31-12-2012
Seguro direto e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida					
	142.010	553.050	(578.535)	-	116.525
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho					
	761.106	162.803	(111.203)	20	812.726
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	14.902	8.229	(6.655)	1	16.477
Doença	40.164	152.616	(153.431)	-	39.349
Incêndio e Outros Danos	154.812	66.645	(99.313)	2	122.146
Automóvel	660.070	292.626	(340.238)	18	612.476
Marítimo, Aéreo e Transportes	13.948	6.896	(4.819)	-	16.025
Responsabilidade Civil Geral	117.128	23.460	(19.285)	-	121.303
Crédito e Cauções	958	4	(457)	-	505
Proteção Jurídica	7.446	510	(485)	-	7.471
Assistência	3.351	28.790	(26.569)	-	5.572
Diversos	16.503	12.688	(12.786)	-	16.405
	1.029.282	592.464	(664.038)	21	957.729
	1.790.388	755.267	(775.241)	41	1.770.455
	1.932.398	1.308.317	(1.353.776)	41	1.886.980
Resseguro cedido (Nota 20):					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida					
	15.401	(13.252)	10.830	-	12.979
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho					
	1.455	(3.246)	2.116	-	325
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	6.634	(640)	1.366	-	7.360
Doença	366	(348)	395	-	413
Incêndio e Outros Danos	86.817	(64.947)	38.416	(2)	60.284
Automóvel	15.630	(3.320)	2.182	(9)	14.483
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.262	258	2.714	-	10.234
Responsabilidade Civil Geral	24.345	625	5.127	-	30.097
Crédito e Cauções	6	(403)	415	-	18
Diversos	12.296	(13.074)	13.943	-	13.165
	153.356	(81.849)	64.558	(11)	136.054
	154.811	(85.095)	66.674	(11)	136.379
	170.212	(98.347)	77.504	(11)	149.358

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo inicial 31-12-2012	Dotações no período	Saldo final 31-12-2013
Seguro direto e resseguro aceite:			
Acidentes de trabalho	2.284	11.881	14.165
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	82	(49)	33
Doença	909	1.904	2.813
Incêndio e Outros Danos	1.847	6.935	8.782
Automóvel	10.359	4.044	14.403
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	48	48
Responsabilidade Civil Geral	725	(235)	490
Crédito e Cauções	26	149	175
Assistência	536	(434)	102
	16.768	24.243	41.011

	Saldo inicial 31-12-2011	Dotações no período	Saldo final 31-12-2012
Seguro direto e resseguro aceite:			
Acidentes de trabalho	3.472	(1.188)	2.284
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8	74	82
Doença	7.804	(6.895)	909
Incêndio e Outros Danos	5.061	(3.214)	1.847
Automóvel	13.606	(3.247)	10.359
Responsabilidade Civil Geral	823	(98)	725
Crédito e Cauções	25	1	26
Proteção Jurídica	1	(1)	-
Assistência	749	(213)	536
	31.549	(14.781)	16.768

27. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Obrigações	2.489.653	2.871.659
Empréstimos	21.209	22.975
	2.510.862	2.894.634
Juros a pagar	45.783	37.107
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(32.780)	(42.682)
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	(165)	8
	2.523.700	2.889.067

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações são convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;

- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;

- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);

- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;

- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado	EUR	900.000	900.000	900.000	29-06-2012	29-06-2017	1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro.	A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.
Caixa Geral de Depósitos	Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019	EUR	538.552	536.729	537.629	11-05-2009	13-05-2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (1ª emissão)	EUR	400.000	-	379.898	12-11-2007	13-11-2017	Euribor 12 meses. Caso não ocorra reembolso antecipado 5,80%. Pagamento de juros anual, no dia 12 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369.045	368.522	368.522	03-11-2008	05-11-2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	125.000	125.000	125.000	27-12-2007	27-12-2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	120.000	104.720	105.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	209	209	18-12-2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	03-03-2008	03-03-2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81.595	81.245	81.245	12-11-2007	13-11-2017	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	50.000	50.000	50.000	28-12-2007	28-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Notes	EUR	21.000	21.000	21.000	14-07-2005	28-06-2016	Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
CGD Finance	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	771	1.156	18-12-2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
CGD Finance	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	55.000	55.000	55.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
CGD Finance	Floating Rate Notes due 2016	USD	265.000	16.278	17.014	06-12-2006	20-12-2016	Libor 3 meses + 0,25%. Caso não ocorra reembolso antecipado Libor 3 meses + 0,75%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 20 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31-12-2013	Valor de balanço 31-12-2012	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Banco Comercial e de Investimentos	Obrigações Subordinadas do BCI 2008-2018	MZN	216.000	4.888	5.161	16-10-2008	16-10-2018	1º cupão 15,25%. Cupões seguintes indexados à taxa média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo igual ou superior a 90 dias, acrescida de 1%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 16 de janeiro, abril, julho e outubro.	O Emitente poderá efetuar o reembolso antecipado, total ou parcial, ao par, por redução ao valor nominal, na data de vencimento do 2º período de contagem de juros e, posteriormente, em cada data de pagamento de juros.
Banco Comercial do Atlântico	Obrigações BCA Crescente 2017	CVE	500.000	3.617	4.521	17-12-2010	17-12-2017	1º e 2º ano 5,75%, 3º e 4º ano 5,85%, 5º e 6º ano 6% e 7º ano 6,25%. Pagamento de juros semestral, nos dias 17 de junho e dezembro.	O Emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal da dívida *outstanding* a partir do 5º cupão, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0.5% sobre o valor nominal das obrigações que seriam amortizadas nos períodos subsequentes.
Banco Interatlântico	Obrigações BI 2014	CVE	500.000	3.910	3.910	08-07-2008	08-07-2018	Euribor 6 meses + 0,9% até ao 2º cupão. 6,0% até julho de 2013 . A partir dessa data, taxa da última emissão de OT's a 5 anos + 0,5%. Pagamento de juros semestral, no dia 8 de janeiro e julho.	O emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida *outstanding* ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0.5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado IFC	USD	8.500	6.250	6.526	20-03-2009	15-06-2015	Libor 3 meses + 3,00% + 0,5% caso se verifiquem condições contratuais. Pagamento de juros trimestral, nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro.	O Mutuário (BCI) poderá pagar antecipadamente o empréstimo, no todo ou em parte, em qualquer data de pagamento de juros no dia 15 de dezembro de 2009 ou após essa data, mediante notificação com uma antecedência mínima de 30 dias à IFC.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado BPI	USD	3.704	2.723	2.843	30-07-2008	30-07-2018	Libor 3 meses + 3,00%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de janeiro, abril, julho e outubro.	A antecipação do reembolso do capital, total ou parcial, só poderá ocorrer por iniciativa do BCI e mediante a prévia autorização do Banco de Moçambique.

28. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Credores		
Recursos consignados	775.705	853.983
Fornecedores de bens de locação financeira	15.700	6.827
Outros fornecedores	69.233	83.958
Recursos - conta caução	214.198	150.349
Recursos - conta subscrição	40.774	28.137
Recursos - conta cativa	2.962	3.973
Credores diversos:		
Credores por seguro direto e resseguro	-	240.350
Credores por cedência de factoring	22.421	28.341
Caixa Geral de Aposentações	3.892	46.123
Fundo de Pensões CGD	141	226
Credores por operações sobre futuros	26.464	19.686
Credores por operações sobre valores mobiliários	133	186
Outros	424.627	726.621
Outras exigibilidades:		
Notas em circulação - Macau (Nota 21)	469.364	411.100
Retenção de impostos na fonte	50.060	70.272
Contribuições para a Segurança Social	11.600	13.593
Outros impostos a pagar	12.483	19.390
Cobranças por conta de terceiros	361	1.652
Outros	17.836	17.601
Encargos a pagar	235.729	231.226
Receitas com rendimento diferido	59.512	57.666
Operações passivas a regularizar	378.613	383.162
Operações de Bolsa	-	570
	2.831.807	3.394.992

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Recursos - conta caução”, inclui 195.393 mEuros e 145.568 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados na Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações “Swap de taxa de juro” (IRS).

Em 31 de dezembro de 2013, as condições dos "Recursos consignados" podem ser resumidas da seguinte forma:

DENOMINAÇÃO	CONTRAPARTE	Saldo em 31-12-2013	Data de início	Data de vencimento
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	133.333	25-06-2003	15-06-2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	120.000	21-11-2002	15-09-2022
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	82.773	29-11-2007	15-09-2022
CGD - Empréstimo Global XII - B	Banco Europeu de Investimento	68.750	19-11-2004	15-09-2024
CGD - Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	60.938	12-10-2006	15-09-2026
Hospital Braga	Banco Europeu de Investimento	60.357	03-06-2009	09-06-2020
Projeto Scut Açores	Banco Europeu de Investimento	60.000	14-12-2007	15-09-2034
Framework Loan Agreement	CEB - Council of Europe Development Bank	50.000	23-06-2004	23-06-2014
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	49.445	11-12-2003	15-12-2023
Projeto Tejo Energia CCGT	Banco Europeu de Investimento	44.085	09-12-2009	15-09-2026
CEB - PARES	CEB - Council of Europe Development Bank	16.911	23-12-2009	23-12-2024
CGD - Empréstimo Global XII - A	Banco Europeu de Investimento	16.667	19-11-2004	15-09-2014
CEB - Educação	CEB - Council of Europe Development Bank	12.288	21-11-2008	21-11-2023
Outros		159		
		775.705		

Em 31 de dezembro de 2013, os recursos consignados da CGD eram remunerados à taxa de juro média anual de 0,506%.

29. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição (em Euros):

	31-12-2013	31-12-2012
Número de ações	1.180.000.000	1.180.000.000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	5.900.000.000	5.900.000.000

Aumentos de Capital

Em 29 de junho de 2012, no decurso da deliberação do acionista de 27 de junho desse mesmo mês, foi realizado um aumento de capital de 750.000 mEuros, através da emissão de 150.000.000 novas ações com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em numerário.

Adicionalmente, nesta data a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (Nota 27).

O aumento de capital e a emissão de instrumentos híbridos serviram para assegurar o cumprimento de um rácio core tier 1 de 9% em 30 de junho de 2012, de acordo com a Recomendação da European Banking Authority (EBA), de 8 de dezembro de 2011 (EBA/REC/2011/1).

Essa recomendação proposta pela Autoridade Bancária Europeia (acolhida pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 5/2012), com o acordo do Conselho Europeu de 26 de outubro de 2011, requeria que os bancos constituíssem um buffer temporário de capital que lhes permita atingir um rácio de Core Tier I de 9% em 30 de junho de 2012, considerando as exposições de dívida soberana valorizadas a preços de mercado de 30 de setembro de 2011.

30. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO ATRIBUIVEL AO ACIONISTA DA CGD

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos		
- Atividade corrente		
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	2.667	(31.771)
Ativos com acordo de recompra	2.246	(1.299)
Investimentos a deter até à maturidade	-	(156.594)
	4.913	(189.664)
- Atividade não corrente		
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 14)	204.819	-
Investimentos a deter até à maturidade	(146.657)	-
	58.161	-
	63.074	(189.664)
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal - CGD	862.906	862.906
- Outras reservas	628.912	560.617
- Resultados transitados	(1.082.079)	(444.414)
	409.739	979.109
Resultado consolidado atribuível ao acionista da Caixa	(575.785)	(394.715)
	(102.972)	394.730

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais da CGD, no montante de 862.906 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 110.425 mEuros e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

A "Reserva de justo valor" reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra avaliados por contrapartida de capital próprio e investimentos a deter até à maturidade (apenas no que respeita a ativos reclassificados para esta categoria da classe de ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são amortizadas até à extinção do respetivo instrumento financeiro), líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída em "Outras reservas".

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a contribuição líquida das sucursais e filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012
Caixa Geral de Depósitos, S.A.		
Caixa Geral de Depósitos	(551.528)	(354.774)
Sucursal de Espanha	(113.871)	(117.322)
Sucursal de França	23.417	17.758
Sucursal de Cayman	(11.682)	7.286
Sucursal de Timor	5.552	4.143
Sucursal de Luxemburgo	(5.052)	(7.569)
Sucursal de Londres	2.059	9.317
Sucursal de Macau	774	-
Sucursal de Nova Iorque	297	3.903
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	19	366
Sucursal do Zhuhai	13	9
	(650.001)	(436.884)

	31-12-2013	31-12-2012
Contribuição para o resultado das filiais:		
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (a)	124.985	88.862
Banco Caixa Geral, S.A.	(57.294)	(25.428)
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	47.544	31.000
Caixa Imobiliário, S.A.	(40.740)	(31.428)
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	(15.570)	(23.071)
Cibergradual, Investimento Imobiliário, S.A.	(15.296)	(22.799)
Wolfpart, SGPS, S.A.	(15.295)	(6.266)
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD - Caixa Capital	(14.987)	(20.551)
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	13.993	18.370
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	13.827	11.349
Inmobiliaria Caixa Geral, S.A.U.	(11.376)	(16.634)
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	10.717	14.020
Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	(10.643)	(20.096)
Nostrum Mortgages (Fundo e Plc)	9.125	(103)
Parcaixa, SGPS, S.A. (a)	8.872	9.832
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	8.581	(1.280)
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	5.563	1.605
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	5.045	3.912
Beirafundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(4.406)	-
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial de Investimento	4.065	1.441
CGD Investimentos CVC, S.A.	(3.529)	(2.592)
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	2.544	2.995
Caixa – Banco de Investimento, S.A. (a)	2.408	19.540
Caixagest Seleção Global	1.956	1.134
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	(1.681)	(1.462)
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	(1.408)	(962)
Caixagest Oportunidades - Fundo Especial de Investimento	1.228	3.092
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	857	6.572
Fundo Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento	(524)	(2.756)
Caixa Geral de Depósitos Subsidiária Offshore de Macau	412	3.304
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	(130)	1.802
Outras	240	(217)
	69.081	43.186
Contribuição para o resultado das empresas associadas e empreendimentos conjuntos:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	2.446	(1.232)
Locarent, S.A.	2.158	964
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	(914)	(1.493)
Fundo Turismo	670	675
Outras	776	69
	5.135	(1.017)
Resultado consolidado atribuível ao acionista da CGD	(575.785)	(394.715)

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme referido em maior detalhe na Nota 3, após obtenção das necessárias aprovações legais e regulamentares, a CGD - Sucursal Offshore de Macau iniciou a sua atividade em 1 de Fevereiro de 2013, assegurando assim a gestão dos recursos até então sob responsabilidade da CGD - Subsidiária Offshore de Macau.

No decorrer do mês de dezembro de 2013 foi deliberado o encerramento da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (SFE), considerando que as suas atividades se encontravam já descontinuadas na sequência do fim do regime aplicável às entidades financeiras licenciadas na Zona Franca da Madeira.

Distribuição do resultado do exercício

Exercício de 2012

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2013, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2012, no montante de 679.067 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	31-12-2013	31-12-2012
Parcaixa, SGPS, S.A. (b)	482.043	475.621
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	121.175	113.078
Caixa Geral Finance	96.248	96.305
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	73.974	65.917
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial Investimento	73.613	70.984
Partang, SGPS, S.A.	61.376	57.493
Caixagest Seleção Global	28.876	20.531
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial Investimento	28.356	26.035
Caixagest Private Equity - Fundo Especial Investimento	27.470	26.894
Banco Comercial do Altlântico, S.A.R.L.	6.914	4.941
Caixagest Oportunidades - Fundo Especial Investimento	6.913	8.869
Fundo Especial Investimento Aberto Caixagest Estratégias Alternativas	4.594	5.052
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	4.283	3.945
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (a)	2.887	2.974
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.433	1.086
A Promotora - Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	1.189	1.179
Credip - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	2.359
Outras	2.793	2.054
	1.024.139	985.316

(a) Demonstrações financeiras consolidadas
(b) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman com um capital social de 1.000 Euros. Em 28 de junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 250.000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus Diretores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 28 de junho de 2014 ao preço de 1.000 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

Em 30 de setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 350.000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

No decurso da sua atividade, o Grupo procedeu à recompra de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance, cujo valor acumulado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 ascende a 505.166 mEuros. Em resultado desta situação, o Grupo registou no exercício de 2012 ganhos, líquidos de efeito fiscal, no montante de aproximadamente 490 mEuros, os quais foram reconhecidos por contrapartida de "Outras reservas".

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	39.656	32.613
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	17.511	17.649
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial Investimento	2.724	(532)
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial Investimento	2.033	720
Caixagest Estratégia Dinâmica	1.409	551
Caixagest Oportunidades - Fundo Especial Investimento	633	1.335
Parcaixa, SGPS, S.A. (a)	309	(7.193)
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	(89)	1.235
Caixa Geral Finance	-	1.549
Outras	553	1.629
	64.738	49.556

(a) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

32. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	19.685	43.212
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	19.525	35.831
Juros de crédito interno	1.333.817	1.759.640
Juros de crédito ao exterior	569.281	635.607
Juros de crédito vencido	46.513	45.482
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
- Derivados	744.366	1.153.619
- Títulos	20.914	30.860
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.532	4.326
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	493.577	619.733
Juros de derivados de cobertura	24.088	32.876
Juros de devedores e outras aplicações	16.185	35.235
Juros de disponibilidades	13.772	15.428
Juros de outros créditos e outros valores a receber	185.099	185.890
Outros juros e rendimentos similares	2.335	6.492
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	122.450	120.869
	3.615.140	4.725.100
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
- Do sector público administrativo	10.128	47.966
- De outros residentes	910.472	991.545
- De emigrantes	55.963	56.761
- De outros não residentes	305.268	316.503
- Outros	1.959	9.650
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	48.707	73.946
Juros de recursos de instituições de crédito no país	47.495	110.420
Juros de swaps	746.024	1.126.994
Juros de outros passivos de negociação	12.892	3.116
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	437.896	560.710
Juros de derivados de cobertura	4.265	13.450
Juros de passivos subordinados	152.444	122.406
Outros juros e encargos similares	16.096	38.217
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	7.269	13.945
	2.756.879	3.485.628

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Juros e encargos similares - juros de passivos subordinados", inclui 76.319 e 38.231 mEuros, respetivamente, relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 27).

33. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	20.865	34.756
EDP - Energias de Portugal, S.A.	7.571	6.204
ADP - Águas de Portugal, S.A.	4.465	2.850
Ascendi Beiras Litoral e Alta, AEBLA, S.A.	1.203	2.524
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	1.064	994
Galp Energia, SGPS, S.A.	1.050	4.459
ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	-	5.310
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	34.072	57.150
Outros	2.195	3.492
	72.483	117.738

34. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos de serviços e comissões:		
Meios de pagamento	235.239	247.554
Serviços prestados a terceiros	134.591	145.841
Em operações de crédito	135.721	143.541
Gestão de ativos	45.743	45.105
Garantias prestadas	81.948	76.109
Operações sobre instrumentos financeiros	24.183	20.432
Outros	22.661	32.425
	680.087	711.008
Encargos com serviços e comissões:		
Meios de pagamento	105.881	107.869
Serviços prestados por terceiros	14.633	23.770
Em operações de crédito	26	1.680
Gestão de ativos	4.866	5.588
Garantias obtidas	668	677
Operações sobre instrumentos financeiros	25.443	20.382
Outros	6.526	8.483
	158.044	168.450

35. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Resultados cambiais:		
Reavaliação da posição cambial	125.680	196.541
Resultados em derivados cambiais	(29.981)	(85.454)
	95.699	111.087
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação:		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	(6.332)	65.289
Instrumentos de capital	(7.285)	(19.764)
Outros instrumentos	1.036	470
	(12.581)	45.994
Em derivados:		
Taxa de juro	35.918	(98.996)
Cotações	3.025	13.437
Eventos de crédito	3.521	2.248
Outros	1.702	(831)
	44.166	(84.142)
	31.585	(38.147)

(cont)	31-12-2013	31-12-2012
Resultados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida	969	3.956
Instrumentos de capital	(4.389)	(1.232)
Outros títulos	957	(9.814)
Créditos e outros valores a receber	(237)	(927)
	(2.700)	(8.017)
Resultados na alienação de crédito a clientes	(424)	(1.169)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda:		
	89.038	92.839
Instrumentos de capital		
Portugal Telecom (Nota 8)	26.838	1
Banco Comercial Português (Nota 8)	7.541	165
GALP Energia (Nota 8)	2.729	(10.807)
EDP - Energias de Portugal (Nota 8)	390	1.143
Zon Multimédia (Nota 8)	-	10.751
Brisa - Auto Estradas de Portugal (Nota 8)	-	2.115
Outros	275	5.019
	37.774	8.386
	126.813	101.225
Outros títulos	7.947	6.886
	134.759	108.110
Resultados em operações de cobertura:		
Derivados de cobertura	(20.000)	24.878
Correções de valor em ativos e passivos cobertos	13.521	(26.634)
	(6.479)	(1.756)
Outros		
Resultados na recompra de passivos emitidos	14.752	192.265
Outros	(47)	562
	14.705	192.827
	267.145	362.934

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Resultados cambiais - reavaliação da posição cambial" inclui 2.695 mEuros relativos à venda da participação detida pelo Grupo no capital do BPD (Nota 18).

No decorrer dos exercícios de 2013 e 2012, o Grupo alienou créditos a clientes da carteira de "Corporates" num valor global de aproximadamente 249.084 mEuros e 1.323 mEuros, respetivamente. Em resultado destas transações foram reconhecidas, nos referidos exercícios, menos valias de 424 mEuros e e 1.169 mEuros.

36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	33.625	34.534
Reembolso de despesas	5.196	6.553
Ganhos em filiais e empreendimentos conjuntos	5.909	-
Rendas de locação operacional	6.469	6.297
Ganhos em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda (Nota 14)	19.214	12.489
- Outros ativos tangíveis	471	246
- Propriedades de investimento	35.952	2.836
- Outros	232	954
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	598	1.949
Venda de cheques	16.981	20.989
Outros	45.802	81.386
	170.449	168.233
Outros encargos de exploração:		
Donativos e quotizações	6.270	6.406
Perdas em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda (Nota 14)	41.375	24.902
- Outros ativos tangíveis	783	926
- Propriedades de investimento	39.203	7.019
- Outros	199	220
Outros impostos	21.730	26.824
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	22.959	21.728
Contribuições para o Fundo de Resolução	10.255	-
Multas e penalidades	2.499	1.324
Outros	44.631	42.377
	189.904	131.725
	(19.455)	36.508

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Ganhos em filiais e empreendimentos conjuntos" respeita integralmente a resultados obtidos na venda da participação detida pelo Grupo no capital do BPD (Nota 18).

No exercício de 2013, as rubricas de "Outros encargos de exploração" incluem 8.456 mEuros relativos a encagos decorrentes da implementação do processo de reorganização e otimização da atividade desenvolvida pelas unidades do Grupo em Espanha, conforme

compromissos assumidos pela CGD no âmbito do seu Plano de Reestruturação nos termos aprovado pela Comissão Europeia em julho desse mesmo ano. Os referidos montantes referem-se essencialmente a indemnizações por rescisão antecipada de contratos de arrendamento de espaços, em resultado do encerramento de agências e redução da área ocupada pelos serviços centrais.

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

No exercício de 2013 a Caixa registou a contribuição inicial e a contribuição periódica para o Fundo de Resolução nos montantes de 2.451 mEuros e 7.804 mEuros, respetivamente.

37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	11.734	16.046
Remuneração dos empregados	565.599	519.720
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 38)	(156)	-
	577.177	535.766
Outros encargos relativos a remunerações	44.918	40.626
Assistência médica - CGD		
- Custo normal (Nota 38)	27.788	29.306
- Contribuições relativas a pessoal no ativo	26.392	24.686
Responsabilidades com pensões - CGD (Nota 38)		
- Custo normal	57.564	45.627
- Reformas antes da idade normal de reforma	2.022	2.392
Outros encargos com pensões		
Outros	3.448	10.118
Outros encargos sociais obrigatórios	13.126	15.611
	175.258	168.367
Outros custos com pessoal	40.445	30.651
	792.879	734.784

O número médio de empregados da Caixa e das suas filiais durante os exercícios de 2013 e 2012, por tipo de funções, foi o seguinte:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Atividade Bancária	Atividade Seguradora e Saúde	Grupo	Atividade Bancária	Atividade Seguradora e Saúde	Grupo
Direção	527	104	631	529	141	670
Chefias	2.868	585	3.453	2.886	637	3.523
Técnicos	5.137	1.370	6.507	5.088	2.221	7.309
Administrativos	7.204	1.481	8.685	7.437	2.004	9.441
Auxiliares	382	67	449	406	651	1.057
	16.118	3.607	19.724	16.345	5.656	22.001
Número de efetivos no final do período	15.930	3.605	19.535	16.178	5.732	21.910

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (250 e 257, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (66 e 64, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (94 e 93, respetivamente) designadamente por requisição ou ausência prolongada.

No exercício de 2013, as rubricas de custos com pessoal incluem 37.201 mEuros relativos a encagos com indemnizações e outros custos associados inerentes ao processo de despedimento coletivo de um conjunto de trabalhadores do Banco Caixa Geral em Espanha, no quadro do acordo alcançado pelos representantes legalmente hábilitados para o efeito, quanto aos termos para a sua execução. A redimensionação do quadro de pessoal do Banco tem como propósito a reorganização e otimização da atividade desenvolvida pelas unidades do Grupo em Espanha, conforme compromissos assumidos pela CGD no âmbito do Plano de Reestruturação aprovado pela Comissão Europeia em julho desse mesmo ano.

38. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

38.1 Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Responsabilidades com empregados da CGD

De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 48.953, de 5 de abril de 1969 e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 já eram suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o setor bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no ativo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respetivas reformas.

Com referência a 30 de novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de dezembro e nº 241-A/2004, de 30 de novembro, cujo montante total ascendeu a 2.510.043 mEuros. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no ativo por serviços prestados após 31 de dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2013, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respetivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo atualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no ativo.

O plano de pensões da CGD não é aplicável aos atuais colaboradores ativos admitidos na CGD após 1 de janeiro de 2006.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído

em dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 7,5%
- Empregados admitidos após 1 de janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efetuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respetivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA implicou a transferência de ativos do fundo de pensões de montante equivalente.

Responsabilidades com empregados da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

Na área seguradora existem diversos planos de pensões de benefício definido. Deste modo, a Fidelidade é a responsável pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados provenientes do conjunto Fidelidade - Mundial, S.A. e Império Bomança - Companhia de Seguros, S.A.. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido.

Adicionalmente, a Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação após maio de 1998, benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Custos com pessoal”.

Em 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o qual foi publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012. Na sequência da celebração deste acordo coletivo, a Caixa Seguros e Saúde registou na rubrica "Outros gastos com pessoal" a estimativa da compensação pecuniária extraordinária a pagar aos colaboradores, a título de remissão de direitos do anterior CCT, e a estimativa de encargos já incorridos com prémios de permanência a pagar aos colaboradores do Grupo.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o atual plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam reformados ou pré-reformados. O custo com o plano de contribuição definida dos antigos beneficiários é registado no custo com pessoal.

Determinação das responsabilidades

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram efetuados estudos atuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas, relativamente à CGD (em 2013 e 2012) e às seguradoras do Grupo (em 2012) foram as seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012	
	CGD	CGD	Caixa Seguros e Saúde
Método atuarial		Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade			
. Homens	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-2)
. Mulheres	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-2)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80	
Taxa de desconto	4,50%	4,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos salários	0,5% em 2014/2017 e 2,0% após essa data	0,5% em 2013/2014 e 2,0% após essa data	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0% em 2014/2017 e 1,0% após essa data	0% em 2013/2014 e 1,0% após essa data	0,75%
Tabela de saídas:			
. Idades inferiores a 30 anos	5%	5%	n/a
. Idades entre 30 e 40 anos	1%	1%	n/a
. Idades superiores a 40 anos	0%	0%	n/a

Nos estudos efetuados em relação à CGD em 2013 e 2012, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

Conforme definido pela Norma IAS 19, a taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, cuja *duration* é semelhante à das responsabilidades da Caixa (19 anos). A conjuntura económica e a crise de dívida soberana que se tem verificado, essencialmente no Sul da Europa, implicou instabilidade significativa no mercado de dívida da Zona Euro, com uma consequente descida muito pronunciada das *yields* de mercado relativas à dívida das empresas com melhores ratings e também uma redução do cabaz disponível de obrigações. De forma a refletir estas circunstâncias e a manter a representatividade da taxa de desconto, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Caixa incorporou na sua determinação informação sobre taxas de juro que é possível obter em obrigações de emitentes da Zona Euro, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2013 e 2012 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	4,00%	5,70%	5,25%	10,59%
Taxa de crescimento dos salários	0,50%	0,60%	2,25%	2,08%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	(5,06%)	1,25%	0,00%

No final de dezembro de 2013, a CGD alterou a taxa de atualização salarial para 0,5% em 2014 a 2017 e 2% após essa data, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou para 0% em 2014 a 2017 e 1% após essa data.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com serviços passados do Grupo de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	31-12-2013			31-12-2012			
	CGD	Outros	Total	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados:							
Ativos	1.134.546	35.580	1.170.126	1.013.065	6.568	34.676	1.054.309
Reformados e pré-reformados	577.660	20.958	598.618	528.689	194.875	20.093	743.656
	1.712.206	56.539	1.768.745	1.541.754	201.443	54.768	1.797.965
Fundos de pensões autónomos	1.712.206	937	1.713.143	1.560.979	147.547	885	1.709.411
Provisões matemáticas	-	-	-	-	60.223	-	60.223
Provisões para pensões e encargos similares	-	53.836	53.836	-	-	53.978	53.978
	1.712.206	54.773	1.766.979	1.560.979	207.771	54.863	1.823.613
Diferencial	-	(1.765)	(1.765)	19.225	6.328	95	25.648
Nível de financiamento	100,00%	96,88%	99,90%	101,25%	103,14%	100,17%	101,43%

Nos termos do Aviso nº 4/2005 de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal, é definida para entidades financeiras com sede em Portugal a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades da Caixa encontravam-se financiadas em 100% e 101,25%, respetivamente.

O valor do fundo de pensões reflete o valor de mercado dos seus ativos e contribuições ainda por entregar em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos atuariais aplicados ao horizonte temporal objecto de avaliação induziria os seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados:

	%	Valor
Alteração na taxa de desconto		
Acréscimo de 0.5%	(8,14%)	(139.397)
Redução de 0.5%	9,26%	158.602
Alteração da taxa de crescimento dos salários		
Acréscimo de 0.5%	2,16%	37.061
Redução de 0.5%	(2,04%)	(34.856)
Alteração da taxa de crescimento das pensões		
Acréscimo de 0.5%	4,95%	84.750
Redução de 0.5%	(4,57%)	(78.308)
Alteração da tábua de mortalidade (homens e mulheres)		
Acréscimo de 1 ano na experança de vida	7,96%	136.321

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no ativo da CGD ascendem a 928.300 mEuros e 903.357 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as provisões para pensões e encargos similares de "Outras entidades", incluem 9.300 mEuros e 10.600 mEuros, respetivamente, relativos a encargos com saúde.

No que se refere à CGD (em 2013 e 2012) e às seguradoras do Grupo em Portugal (em 2012) o número de beneficiários era o seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012	
	CGD	CGD	Caixa Seguros e Saúde
Ativos	8.406	8.926	1.185
Reformados, pré-reformados e rendeiros	5.779	5.318	2.790
	14.185	14.244	3.975

O movimento nos fundos de pensões, provisões matemáticas e provisões para pensões e encargos similares durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.423.271	203.720	53.455	1.680.447
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efetuadas pelos empregados	22.865	-	181	23.045
Efetuadas pela entidade	-	27.000	360	27.360
Variação em provisões para pensões e encargos similares	-	(150)	2.762	2.612
Variação nas provisões matemáticas	-	(3.561)	-	(3.561)
Pensões pagas	(35.079)	(14.080)	(1.363)	(50.522)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	149.922	13.287	88	163.298
Outras variações	-	(18.447)	(621)	(19.067)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.560.979	207.771	54.863	1.823.613
Transferido para ativos e passivos não correntes detidos para venda – Filiais	-	(207.771)	-	(207.771)
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efetuadas pelos empregados	24.272	-	176	24.448
Efetuadas pela entidade	86.394	-	310	86.704
Variação em provisões para pensões e encargos similares	-	-	4.877	4.877
Pensões pagas	(40.097)	-	(1.557)	(41.653)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	80.657	-	66	80.723
Outras variações	-	-	(3.961)	(3.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**1.712.206**	**-**	**54.773**	**1.766.979**

A contribuição estimada dos trabalhadores da Caixa para o ano de 2014 ascenderá a 24.394 mEuros e a da própria instituição será de 58.095 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os Fundos de Pensões da CGD e da Caixa Seguros e Saúde são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os elementos que compõem o valor do ativo do Fundo de Pensões do pessoal da Caixa apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Instrumentos de capital por setor:		
Comércio e Serviços	24.761	20.199
Industria Transformadora	22.947	20.069
Energia	11.298	11.105
Instituições Financeiras	20.686	12.066
Saúde	8.379	6.393
Telecomunicações	5.585	8.434
Sub-total	93.656	78.268
Carteira de Obrigações por Rating de Crédito:		
A	-	258
BBB	1	16
BB ou inferior e não classificado	282.877	377.618
Não classificado	46	-
Sub-total	282.924	377.892
Imóveis	460.698	473.219
Fundos de Investimento	295.854	290.424
Depósitos em instituições de crédito	571.137	478.027
Outros (líquido de passivo)	7.937	(136.850)
Saldo no final do exercício	1.712.206	1.560.979

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as ações e as obrigações podem ser analisadas da seguinte forma:

	31-12-2013	31-12-2012
Ações Portuguesas	25.205	24.882
Cotadas	100,00%	100,00%
Ações Estrangeiras	68.450	53.385
Cotadas	100,00%	100,00%
Obrigações Taxa Fixa	220.141	324.946
Cotadas	46,30%	31,40%
Obrigações Taxa Variável	62.783	52.946
Cotadas	100,00%	100,00%

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Outros” inclui 133.995 mEuros relativos a operações de venda com acordo de recompra sobre diversos instrumentos financeiros celebrados com a Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2012, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculados pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do pessoal da CGD foram somados 5.509 mEuros

relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes de 408.276 mEuros e 408.369 mEuros, respetivamente. Detém ainda títulos emitidos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 243.045 mEuros e 210.371 mEuros, respetivamente.

Os ativos do Fundo estão sujeitos aos riscos de taxa de juro, de crédito, de mercado acionista, de mercado imobiliário, de liquidez e o risco cambial.

A política de investimentos do Fundo contempla exposição ao mercado de ações, obrigações e imobiliário, define ainda uma exposição a investimentos alternativos, tais como fundos de private equity e infraestruturas.

A politica de investimentos implementada no Fundo tem um objetivo de mitigação de parte dos riscos de taxa de juro e de inflação. Essa proteção concretiza-se na alocação definida de investimentos em obrigações de longo prazo e de taxa variável, o que induz uma proteção parcial contra as oscilações da curva de rendimentos do mercado financeiro a longo prazo.

Para a mitigação dos riscos de mercado e cambial, o Fundo pode utilizar futuros e opções sobre indices de ações e forwards de taxa de câmbio.

A conjuntura económica dos últimos anos aliados à escassez de alternativas de investimentos com maturidades mais longas, não tem permitido a adequação das diferentes classes de ativos com a duração média das responsabilidades, numa perspetiva Asset Liability Matching (ALM).

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos dos Fundos de Pensões da Caixa Seguros e Saúde pode ser analisados como seguem:

Fundos de Pensões - Caixa Seguros e Saúde

	31-12-2012
Ações	13.946
Outros títulos de rendimento variável	2.983
Obrigações	84.339
Imóveis	16.057
Depósitos em instituições de crédito	30.117
Outros	105
Total dos Fundos de Pensões	147.547

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo de Pensões do Pessoal da CGD, bem como os ganhos e perdas atuariais no ano corrente e nos últimos 4 anos é analisado como segue:

	31-12-2013		31-12-2012		31-12-2011		31-12-2010		31-12-2009	
	Pensões de reforma	Plano médico	Pensões de reforma	Plano médico	Pensões de reforma	Plano médico	Pensões de reforma	Plano médico	Pensões de reforma	Plano médico
Responsabilidades	1.712.206	466.908	1.541.754	452.245	1.307.899	415.857	1.308.213	436.698	1.332.368	460.025
Valor do Fundo	1.712.206	-	1.560.979	-	1.423.271	-	1.424.864	-	1.332.368	-
Provisões	-	466.908	-	452.245	-	415.857	-	436.698	-	460.025
Responsabilidades (sub) / sobre financiada	-	-	(19.225)	-	(115.372)	-	(116.651)	-	-	-
Ganhos / (Perdas) decorrentes de responsabilidades	(56.942)	(9.053)	(123.745)	(27.354)	120.947	30.850	163.567	36.095	(64.890)	(19.720)
Ganhos / (Perdas) decorrentes dos ativos do Fundo	10.908	-	75.617	-	(116.514)	-	(45.628)	-	21.735	-
	(46.034)	(9.053)	(48.128)	(27.354)	4.433	30.850	117.939	36.095	(43.155)	(19.720)

No decorrer do exercício de 2011, o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego, os quais passsaram a ser reconhecidos na sua integralidade por contrapartida de “Outras reservas”. Em resultado desta situação, as demonstrações

financeiras foram reexpressas de forma a refletir os novos procedimentos de reconhecimento dos desvios atuarias no primeiro período comparativo apresentado no âmbito da preparação destas demonstrações financeiras (1 de janeiro de 2010).

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Situação em 31 de dezembro de 2011	115.372	1.682	428	117.482
Custo dos serviços correntes	(49.137)	(5.103)	(3.156)	(57.396)
Custo líquido dos juros	3.510	3.917	32	7.459
Custo normal do exercício (Nota 37)	(45.627)	(1.185)	(3.125)	(49.937)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 37)	(2.392)	(11.255)	-	(13.647)
Outras variações com impacto em resultados	-	(146)	-	(146)
Variações com impacto em resultados	(48.019)	(12.586)	(3.125)	(63.730)
Desvios de responsabilidades	(123.745)	(19.137)	65	(142.818)
Desvios de rendimento	75.617	9.370	2.366	87.353
Desvios	(48.128)	(9.768)	2.431	(55.465)
Contribuições da entidade	-	27.000	360	27.360
Situação em 31 de dezembro de 2012	19.225	6.328	95	25.648
Transferência para ativos não correntes detidos para venda – Filiais	-	(6.328)	-	(6.328)
Custo dos serviços correntes	(58.943)	-	(4.856)	(63.799)
Custo líquido dos juros	1.379	-	40	1.419
Custo normal do exercício (Nota 37)	(57.564)	-	(4.816)	(62.380)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 37)	(2.022)	-	-	(2.022)
Outras variações com impacto em resultados	-	-	(389)	(389)
Variações com impacto em resultados	(59.586)	-	(5.206)	(64.792)
Desvios de responsabilidades	(56.942)	-	2.089	(54.853)
Desvios de rendimento	10.908	-	2.188	13.096
Desvios	(46.034)	-	4.276	(41.758)
Contribuições da entidade	86.394	-	310	86.704
Outros	-	-	(1.240)	(1.240)
Situação em 31 de dezembro de 2013	-	-	(1.765)	(1.765)

Os desvios de responsabilidades ao nível da CGD em 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Alteração da taxa de crescimento dos salários	32.960	49.602
Alteração da taxa de crescimento das pensões	17.886	55.394
Alteração da taxa de desconto	(139.397)	(251.584)
Outros desvios de responsabilidades	31.610	22.843
	(56.942)	(123.745)

Assistência médica

A assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para o Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" e em 31 de dezembro de 2013 e 2012 ascendiam a 466.908 mEuros e 452.245 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, uma redução de 0,5% na taxa de atualização atuarial aplicado ao horizonte temporal objeto de avaliação induziria um aumento do valor atual das responsabilidades por serviços passados com o plano médico de 32.614 mEuros. Caso se verifique um aumento da taxa atualização na mesma dimensão, a redução das responsabilidades seria de 29.276 mEuros.

Outros benefícios de longo prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efetivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 35.028 mEuros e 37.918 mEuros, respetivamente (Nota 28).

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" e ascende a 363 mEuros e 744 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, tendo sido apuradas responsabilidades nos montantes de 9.300 mEuros e de 10.600 mEuros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente.

Provisões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
CGD		
Provisão para assistência médica pós-emprego	466.908	452.245
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	4.269	4.425
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	363	744
Responsabilidades da Sucursal de França	9.300	10.600
	480.840	468.014
Provisão para responsabilidades com pensões e outras		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	47.869	49.679
Outros	671	1.830
	48.540	51.509
Provisão para assistência médica pós-emprego		
Caixa Seguros e Saúde (Império-Bonança)	-	23.566
Outros	4.762	2.837
	4.762	26.403
Outros	5.296	4.025
	539.438	549.950

A Caixa regista uma provisão específica correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 25):

	31-12-2013	31-12-2012
Saldo no início do exercício	549.950	497.493
Impacto do reconhecimento de ganhos e perdas atuariais		
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica - CGD (Nota 37)	27.788	29.306
Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 37)	(156)	-
Desvios atuariais relativos a assistência médica pós-emprego	6.577	34.900
Outros	(1.673)	(1.870)
	32.536	62.335
Reforços, líquidos de reposições, por contrapartida de "Provisões"	2.826	15.398
Reversão dos (ganhos) / perdas atuariais reconhecidos		
Pagamentos ao SAMS e Serviços Sociais da CGD	(22.178)	(20.272)
Outros	(22.766)	(4.595)
Outros	(931)	(409)
Saldo no final do exercício	539.438	549.950

39. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Serviços especializados		
- Serviços de Informática	87.030	85.930
- Serviços de estudos e consultas	6.207	8.904
- Avenças e honorários	4.631	4.506
- Serviços de limpeza	7.737	8.277
- Serviços de segurança e vigilância	10.359	10.227
- Serviços de Informações	6.732	7.724
- Outros	84.056	83.197
Rendas e alugueres	79.541	79.957
Publicidade e edição de publicações	32.871	31.439
Comunicações e despesas de expedição	42.112	41.854
Conservação e reparação	35.870	36.719
Água, energia e combustíveis	22.257	24.188
Transporte de valores e outros	12.624	11.774
Deslocações, estadas e representação	11.087	13.457
Impressos e material de consumo corrente	8.900	8.212
Outros	17.389	19.911
	469.401	476.276

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o total dos futuros pagamentos de locação operacional nos termos dos principais contratos em vigor nas referidas datas, apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Até 1 ano	20.900	20.879
De 1 a 5 anos	70.958	70.498
Superior a 5 anos	200.703	215.649

Nos exercícios de 2013 e 2012, os honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
Revisão legal das contas anuais	256	265
Outros serviços que não sejam de revisão	80	80
	336	344

(*) Os saldos apresentados incluem IVA

40. IMPARIDADE EM ATIVOS

O movimento na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31-12-2013	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 13)	4.189.393	3.618.822	(2.766.467)	(526.878)	(7.402)	4.943	4.512.411	(34.596)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	12.413	6.584	(6.812)	-	(53)	(136)	11.996	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)								
Instrumentos de capital	526.964	31.549	-	(405.907)	(82)	(62.556)	89.968	
Instrumentos de dívida	12.794	410	(23)	(9.284)	(62)	(3.000)	835	
Outros instrumentos	165.158	24.738	-	(2.662)	(969)	(33.183)	153.081	
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 16)	14.026	6.064	(2.761)	-	-	(10.510)	6.818	
Imparidade de ativos intangíveis (Nota 17)	1.196	47.922	-	(47.922)	-	(957)	239	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis e equipamento (Nota 14)	234.867	178.669	(58.877)	(7.792)	(114)	(12.199)	334.555	
Imparidade de outros ativos (Nota 21)	207.814	92.323	(10.301)	(3.041)	(378)	(51.170)	235.247	
	1.175.231	388.258	(78.774)	(476.608)	(1.658)	(173.711)	832.739	-
	5.364.624	4.007.081	(2.845.242)	(1.003.485)	(9.060)	(168.768)	5.345.150	(34.596)

	Saldo em 31-12-2011	Entradas/(saídas) do perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31-12-2012	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 13)	3.383.246	43	3.342.625	(2.298.965)	(213.261)	(6.169)	(18.127)	4.189.393	(33.356)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	12.312	-	4.844	(5.113)	(4.643)	12	5.002	12.413	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)									
Instrumentos de capital	724.212	(660)	142.725	-	(339.159)	(37)	(115)	526.964	
Instrumentos de dívida	52.629	-	1.637	(914)	(41.153)	(185)	779	12.794	
Outros instrumentos	103.641	-	80.922	-	(19.569)	(336)	501	165.158	
Imparidade de investimentos a deter até à maturidade (Nota 12)	120.035	-	49.556	-	(169.591)	-	-	-	
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 16)	11.068	-	6.671	(3.555)	(112)		(46)	14.026	
Imparidade de ativos intangíveis (Nota 17)	12.027	-	238	-	-	-	(11.069)	1.196	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda									
Imóveis e equipamento (Nota 14)	103.374	-	187.817	(31.333)	(6.508)	-	(18.483)	234.867	
Imparidade de outros ativos (Nota 21)	183.145	-	60.726	(11.516)	(4.913)	(461)	(19.166)	207.814	
	1.322.441	(660)	535.135	(52.430)	(585.649)	(1.008)	(42.597)	1.175.231	-
	4.705.687	(617)	3.877.760	(2.351.395)	(798.909)	(7.177)	(60.723)	5.364.624	(33.356)

A coluna “Transferências e outros” do mapa de movimento na imparidade para o exercício de 2012 inclui 11.079 mEuros e 17.679 mEuros relativos a imparidades acumuladas reconhecidas para ativos intangiveis e para devedores, outras aplicações e outros ativos no âmbito da atividade da HPP, as quais em 31 de dezembro desse ano se encontram reconhecidas na classe de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14).

As colunas “Reforços” e “Reposições e anulações” do mapa de movimento na imparidade para o exercício de 2012 incluem encargos líquidos no montante de 93.189 mEuros que foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidas para venda” no referido período, decorrente da transferencia dos ativos e passivos das empresas de seguros do Grupo em processo de privatização para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Ainda neste âmbito, a coluna “Transferências e outros” do mapa de movimento na imparidade para o exercício de 2013 inclui 98.281 mEuros, 10.360 mEuros, 957 mEuros e 49.743 mEuros relativos a imparidades acumuladas reconhecidas para ativos disponíveis para venda, ativos tangiveis, ativos intangiveis e outros ativos, respetivamente, relacionadas com a atividade das referidas unidades de negócio, as quais em 31 de dezembro desse ano se encontram reconhecidas na classe de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14).´

No exercício de 2013, a coluna "Reforços" do mapa de movimento da imparidade de ativos intangíveis refere-se integralmente ao reconhecimento de perdas associadas ao registo do goodwill na primeira consolidação do fundo Fundolis, o qual foi posteriormente desreconhecido de balanço mediante utilização do saldo da imparidade acumulada nessa data.

41. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Atividade Seguradora: inclui a atividade desenvolvida pelas Companhias de Seguros que integram a Caixa Seguros e Saúde e pela Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.. A atividade foi dividida entre Vida e Não Vida;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME’s. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição de resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2013 e 2012 apresenta a seguinte composição:

Linhas de negócio

	31-12-2013								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Margem financeira	(212 920)	965 363	(27 191)	3 165	124 223	-	-	5 621	858.261
Rendimentos de instrumentos de capital	16 706	0	27 722	25 436	187	-	-	2 431	72.483
Rendimentos de serviços e comissões	34 733	180 930	121 010	37 032	60 967	-	-	245 415	680.087
Encargos com serviços e comissões	(21 580)	(9 536)	(9 264)	(4 382)	(589)	-	-	(112 693)	(158.044)
Resultados em operações financeiras	261 572	13 803	8 108	2 933	(14 735)	-	-	(4 535)	267.145
Outros resultados de exploração	(10 365)	(9 304)	(9 199)	(1 500)	(136)	-	(518)	11 566	(19.455)
Margem técnica da atividade de seguros	-	-	-	-	-	190	3 758	-	3.949
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	68.146	1.141.257	111.187	62.684	169.916	190	3.240	147.805	1.704.426
Outros custos e proveitos									(2 280 211)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD									(575.785)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	3 812 699	407 786	121 383	4 466	109	-	-	10 203	4.356.646
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	18 085 829	22 347	676 625	551 786	(44 241)	200	2 322	252 134	19.547.000
Crédito a clientes (líquido)	2 507 615	33 528 817	33 878 978	65 806	75 416	-	-	17 829	70.074.462
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	107	5 440	-	5.547
Ativo líquido total	25 029 474	34 060 493	35 113 689	897 756	77 050	9 259 165	3 591 928	4 933 286	112.962.840
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	8 994 047	9 439	695 227	26 248	-	-	-	9 689	9.734.649
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 699 279	50 793 096	14 255 498	57 108	-	-	-	19 488	67.824.469
Responsabilidades representadas por títulos	8 528 159	223 191	40 037	-	-	-	-	-	8.791.387
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	175	9 934	-	10.108

	31-12-2012 *Pró-forma* (*)								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Margem financeira	(48 496)	1 156 062	14 248	5 803	170 169	-	-	(58 316)	1.239.470
Rendimentos de instrumentos de capital	21 180	49	65 237	25 648	3	-	-	5 621	117.738
Rendimentos de serviços e comissões	42 684	182 461	115 149	37 166	82 151	-	-	251 397	711.008
Encargos com serviços e comissões	(18 482)	(19 992)	(4 583)	(5 002)	(11 349)	-	-	(109 043)	(168.450)
Resultados em operações financeiras	315 983	61 447	(614)	(2 188)	(700)	-	-	(10 994)	362.934
Outros resultados de exploração	(1 192)	(4 390)	(1 219)	(9 008)	(7 073)	-	(628)	60 018	36.508
Margem técnica da atividade de seguros	-	-	-	-	-	241	3 708	119	4.068
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	311.677	1.375.638	188.219	52.420	233.200	241	3.080	138.803	2.303.277
Outros custos e proveitos									(2 697 992)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD									(394.715)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	4 439 762	900 219	32 901	2 064	-	19 548	25 790	2 410	5.422.693
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	17 910 963	503 807	493 433	585 048	(44 211)	7 482 327	1 608 203	255 992	28.795.562
Crédito a clientes (líquido)	1 877 356	36 306 692	36 372 743	95 472	65 906	1 491	2 454	12 470	74.734.584
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	22 406	169 991	5 030	197.427
Ativo líquido total	24 868 586	38 373 642	36 978 566	837 007	80 958	7 168 458	2 265 520	6 285 893	116.858.628
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	11 502 211	191 311	489 991	33 646	-	-	-	9 546	12.226.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 263 028	53 188 637	11 223 675	64 294	-	5 600 888	-	14 516	71.355.037
Responsabilidades representadas por títulos	10 203 616	342 987	44 025	-	-	-	-	-	10.590.627
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	2 140 303	2 074 091	9 750	4.224.143
Responsabilidades por produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	1 148 225	-	-	1.148.225

(*) As demonstrações financeiras consolidadas em 31-12-2012 foram reexpressas em resultado da alteração de política contabilística na consolidação de empreendimentos conjuntos. Adicionalmente, a demonstração de resultados desse exercício reflete igualmente a alteração da apresentação da atividada das empresas de seguros do Grupo em processo de privatização, cuja contribuição para o Grupo foi reclassificada para a linha "Resultados em filiais detidas para venda"

Mercados Geográficos

	31-12-2013								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Margem financeira	434.165	188.411	540	7.488	22.691	58.882	166.280	(20.195)	858.261
Rendimentos de instrumentos de capital	119.228	11.205	-	-	-	132	14.664	(72.745)	72.483
Rendimentos de serviços e comissões	535.880	57.216	-	943	16.556	32.478	81.430	(44.416)	680.087
Encargos com serviços e comissões	(141.451)	(18.706)	-	(52)	(5.441)	(16.723)	(18.972)	43.301	(158.044)
Resultados em operações financeiras	174.901	(4.290)	-	(354)	(4.436)	3.252	84.461	13.611	267.145
Outros resultados de exploração	76.419	(26.394)	(513)	(102)	(2.186)	3.072	19.479	(89.231)	(19.455)
Margem técnica da atividade de seguros	-	6	-	-	-	-	3.943	-	3.949
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	1.199.141	207.449	27	7.923	27.184	81.093	351.283	(169.675)	1.704.426
Outros custos e proveitos									(2.280.211)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD									(575.785)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	9.881.190	3.072.998	-	1.657.975	97.644	3.935.818	1.190.873	(15.479.852)	4.356.646
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	23.329.946	2.545.678	-	29.042	119.752	43.077	970.733	(7.491.228)	19.547.000
Crédito a clientes (líquido)	56.978.146	12.562.786	-	572.270	172.311	1.562.812	2.331.661	(4.105.526)	70.074.462
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	5.547	-	5.547
Ativo líquido total	114.509.684	18.524.361	-	2.260.149	444.695	6.052.194	4.875.330	(33.703.573)	112.962.840
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	15.383.899	6.658.402	-	1.691.961	83.490	160.974	125.716	(14.369.792)	9.734.649
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.168.716	5.497.144	-	637.363	158.823	4.973.660	3.512.097	(1.123.334)	67.824.469
Responsabilidades representadas por títulos	10.166.601	5.213.565	-	-	-	-	62.442	(6.651.221)	8.791.387
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	-	10.108	-	10.108

	31-12-2012 *Pró-forma* (*)								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Margem financeira	752.948	220.248	397	5.818	27.207	52.671	156.060	24.123	1.239.472
Rendimentos de instrumentos de capital	179.085	16.568	-	-	-	147	12.576	(90.637)	117.738
Rendimentos de serviços e comissões	567.003	49.288	59	1.281	17.902	32.362	84.061	(40.948)	711.008
Encargos com serviços e comissões	(157.959)	(15.825)	-	(64)	(632)	(17.856)	(19.076)	42.962	(168.450)
Resultados em operações financeiras	321.407	(3.353)	(35)	(328)	(2.907)	6.552	85.337	(43.738)	362.934
Outros resultados de exploração	136.379	(12.094)	(50)	1.449	(7.960)	2.737	14.943	(98.897)	36.508
Margem técnica da atividade de seguros	-	1	-	-	-	-	4.067	-	4.068
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	1.798.862	254.834	371	8.156	33.610	76.613	337.967	(207.134)	2.303.277
Outros custos e proveitos									(2.697.993)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD									(394.715)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	13.567.747	4.255.996	111.027	1.632.727	295.759	3.272.204	1.208.889	(18.921.656)	5.422.693
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	34.556.573	3.027.102	-	35.753	75.757	51.486	620.975	(9.572.084)	28.795.562
Crédito a clientes (líquido)	62.062.939	13.623.981	-	680.360	114.091	1.449.049	2.359.671	(5.555.509)	74.734.584
Provisões técnicas de resseguro cedido	192.397	-	-	-	-	-	5.030	-	197.427
Ativo líquido total	123.519.014	21.265.789	111.503	2.349.895	592.500	5.186.598	4.574.126	(40.740.797)	116.858.628
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	19.261.273	7.913.507	7	1.681.385	74.819	194.121	157.832	(17.056.241)	12.226.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	60.631.593	5.311.873	-	696.769	189.411	4.113.925	3.286.936	(2.875.470)	71.355.037
Responsabilidades representadas por títulos	12.062.611	6.573.650	-	22.784	-	-	67.688	(8.136.105)	10.590.627
Provisões técnicas de contratos de seguros	4.214.393	-	-	-	-	-	9.750	-	4.224.143
Responsabilidades por produtos "Unit-Linked"	1.148.225	-	-	-	-	-	-	-	1.148.225

(*) As demonstrações financeiras consolidadas em 31-12-2012 foram reexpressas em resultado da alteração de política contabilística na consolidação de empreendimentos conjuntos. Adicionalmente, a demonstração de resultados desse exercício reflete igualmente a alteração da apresentação da atividada das empresas de seguros do Grupo em processo de privatização, cuja contribuição para o Grupo foi reclassificada para a linha "Resultados em filiais detidas para venda"

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

Nos exercícios findos em 2013 e 2012, a contribuição para os resultados do Grupo por área de negócio de acordo com os critérios internos de gestão, apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	3.131.070	964.215	238.335	105	(718.586)	3.615.140
Juros e encargos similares	(2.781.210)	(521.517)	(210.046)	-	755.894	(2.756.879)
Rendimentos de instrumentos de capital	27.068	11.679	2.823	-	30.913	72.483
Margem Financeira Alargada	376.928	454.377	31.113	105	68.221	930.744
Rendimentos de serviços e comissões	437.763	188.623	57.139	-	(3.437)	680.087
Encargos com serviços e comissões	(104.952)	(58.841)	(9.949)	-	15.698	(158.044)
Resultados em operações financeiras	180.702	78.205	(28.009)	468	35.780	267.145
Outros Resultados De Exploração	19.616	(10.554)	(258)	3	(28.262)	(19.455)
Margem Complementar	533.128	197.432	18.923	471	19.778	769.733
Margem técnica da atividade de seguros	-	3.949	-	-	-	3.949
PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA	910.056	655.758	50.036	576	88.000	1.704.426
Outros custos e proveitos	(1.461.565)	(739.056)	(65.956)	124.409	(138.044)	(2.280.211)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD	(551.508)	(83.298)	(15.920)	124.985	(50.044)	(575.785)

	31-12-2012					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	5.069.178	1.176.317	299.962	-	(1.820.357)	4.725.100
Juros e encargos similares	(4.423.401)	(715.370)	(267.757)	(3.703)	1.924.603	(3.485.628)
Rendimentos de instrumentos de capital	64.089	17.082	6.279	-	30.289	117.738
Margem Financeira Alargada	709.865	478.029	38.484	(3.703)	134.535	1.357.210
Rendimentos de serviços e comissões	453.114	184.894	71.155	-	1.845	711.008
Encargos com serviços e comissões	(109.915)	(52.396)	(22.545)	(1)	16.406	(168.450)
Resultados em operações financeiras	321.623	84.785	(13.453)	-	(30.021)	362.934
Outros Resultados De Exploração	70.389	(925)	2.010	9	(34.975)	36.508
Margem Complementar	735.211	216.358	37.167	8	(46.745)	942.000
Margem técnica da atividade de seguros	-	4.068	-	-	-	4.068
PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA	1.445.076	698.454	75.651	(3.694)	87.791	2.303.278
Outros custos e proveitos	(1.799.484)	(739.755)	(78.255)	92.556	(173.055)	(2.697.993)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD	(354.408)	(41.301)	(2.604)	88.862	(85.265)	(394.715)

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

42. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas associadas, os empreendimentos conjuntos, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Empreendimentos Conjuntos	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Empreendimentos Conjuntos
Ativos:								
Aplicações em instituições de crédito	-	100.114	-	-	-	-	-	1
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	12.366.625	3.181.454	70.148	301	10.598.232	3.003.485	60.746	2.562
Crédito a clientes	1.427	2.289.546	507.463	28.532	21.834	2.835.729	436.213	42.965
Imparidade para crédito a clientes	-	13.489	118.982	12	-	28.890	75.419	-
Outros ativos	196.251	493.306	13.908	86.333	143	481.463	4.491	86.545
Passivos:								
Recursos de clientes e outros empréstimos	292.825	566.954	29.132	382	445	435.556	15.365	1.767
Passivos financeiros detidos para negociação	5.152	5.239	-	-	-	5.301	-	-
Outros passivos	10.157	119	252.206	2.056	7.952	-	37.423	173.993
Garantias prestadas	-	168.180	3.823	1.696	22.323	610.491	6.509	1.531
Proveitos:								
Juros e rendimentos similares	468.155	147.566	3.787	5.271	454.472	201.354	5.223	7.183
Ganhos em operações financeiras	312.495	94.446	1	22	137.600	152.359	3.666	1.112
Rendimentos de serviços e comissões	-	920	167	253	84	1.237	3	153
Outros proveitos de exploração	-	899	754	337	-	8	599	777
Custos:								
Juros e encargos similares	9.063	2.292	197	275	-	1.762	212	1.414
Perdas com operações financeiras	177.436	90.916	-	1.783	1.743	155.135	-	640
Encargos com serviços e comissões	-	32	36	-	-	1	629	-
Outros custos de exploração	-	-	705	102	2	-	449	321
Gastos Gerais Administrativos	-	91	1.623	15.499	-	-	4.810	19.183

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a coluna “Outras entidades do Estado Português” não inclui saldos com a Administração local.

Órgãos de gestão

Em 2013 os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros dos orgãos de gestão da Caixa e das empresas do Grupo (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal chave da gerência conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria) ascenderam a 17.507 mEuros (17.531 mEuros em 2012). O valor dos referidos encargos no exercício de 2013 apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2013	31-12-2012
Benefícios de curto prazo	16.929	16.121
Benefícios pós-emprego	156	359
Outros benefícios de longo prazo	422	1.051
	17.507	17.531

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor do crédito concedido a membros dos orgãos de gestão ascendia a 8.741 mEuros e 7.373 mEuros respetivamente.

43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

A CGD adotou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito –

O controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD, é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, setor de atividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor das provisões por imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de *default* (PD) e de migração para *default* e recuperações após *default* ("*loss given default*" − LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efetuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, na presença de uma proposta de crédito elaborada pela área comercial é efetuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda aos clientes, numa perspetiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objeto da proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de *rating* e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de fatores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tido em consideração, o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades bem como a identificação de aspetos/ condições que poderão mitigar o risco de crédito.

Risco de mercado –

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value at Risk* (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objetivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos ativos subjacentes (*basis point value* (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por fator de risco (*stress-testing*).

São efetuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de *backtesting* teórico e, mensalmente, com cálculo de *backtesting* real. O número de exceções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos ativos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, setor, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por fator de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de ações em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Risco cambial –

O controlo e a avaliação do risco cambial é efetuada a nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro do balanço –

As políticas de gestão do risco de liquidez e de taxa de juro do balanço são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (*Asset-Liability Committee*, ALCO). A Área de Risco de Liquidez e de Taxa de Juro do Balanço da Direção de Gestão de Risco mede, monitoriza e reporta os dois tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos é o órgão deliberativo da Comissão Executiva responsável pelo processo de gestão integrada de ativos e passivos (ALM – *Asset-Liability Management*), que visa a gestão proativa do balanço e da rentabilidade do Grupo CGD. No domínio da gestão do risco, o processo ALM incide, nomeadamente, sobre os riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço, constituindo-se como um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez compreende a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados (*buckets*), os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respetivos *gaps* (diferenciais) de liquidez.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente e servem de suporte aos três rácios de liquidez objeto de limites (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente definidos e fixados em sede de ALCO. Para o efeito utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que pretende refletir, por um lado, a liquidez dos títulos de dívida e de capital detidos e, por outro, o comportamento dos depositantes de retalho designadamente no perfil de gestão das suas contas de depósitos à ordem, a prazo e de poupança.

Deste modo, 85% do saldo das aplicações em títulos de dívida é considerado no "bucket" até 1 mês, sendo os restantes 15% repartidos pelos restantes intervalos temporais de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. De referir que os títulos onerados em operações de financiamento junto do Eurosistema, ou em outro tipo de operações, são alocados aos *buckets* em função da data de vencimento das operações que estão a colaterizar.

Por seu turno, as ações e outros títulos de rendimento variável que apresentem adequada liquidez, são globalmente considerados no *bucket* até 1 mês.

No que diz respeito às contas de depósitos à ordem do retalho, e de acordo com um modelo desenvolvido internamente e assente no comportamento histórico dos depositantes, 83% do seu saldo (*core deposits* – montante estável de depósitos à ordem apurado com base num histórico de observações alargado) é considerado no *bucket* superior a 10 anos, sendo o restante (*non-core deposits*) alocado aos *buckets* até 12 meses segundo estudos de sazonalidade e de saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes *buckets* de acordo com um modelo de estimação da sua vida média esperada – por oposição ao seu prazo de vencimento contratual – permitindo obter a distribuição temporal esperada dos respetivos *cash outflows*.

A gestão do risco de liquidez inclui, também, a realização de testes de esforço segundo metodologia desenvolvida internamente, e articulados com o plano de contingência de liquidez existente, visando a determinação das perspetivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos, e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

Ao longo do ano, o Grupo CGD prosseguiu uma política de captação de recursos que procurou promover uma estrutura de financiamento sustentável da sua atividade, baseada nas características de liquidez e de prazo residual dos seus ativos e exposições fora de balanço.

Relativamente à gestão do risco de taxa de juro, a metodologia adotada na sua mensuração compreende, por um lado, uma perspetiva de curto prazo ou contabilística e, por outro, uma perspetiva de longo prazo ou económica.

Perspetiva de curto prazo ou contabilística

A perspetiva de curto prazo, ou contabilística, de avaliação do risco de taxa de juro pretende estimar o efeito na margem de juros de variações adversas das taxas de juro. A metodologia utilizada para o efeito agrega em intervalos temporais todos os ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, de acordo (i) com os seus prazos de vencimento residual se forem instrumentos financeiros de taxa fixa, e (ii) com os prazos que decorrem até à refixação da suas taxas de juro se forem instrumentos financeiros de taxa variável. Para esses intervalos temporais são depois calculados os respetivos *gaps* de taxa de juro, que permitem aproximar o efeito na margem financeira de variações das taxas de juro.

Adicionalmente, e com o objetivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas a partir dos *gaps* de taxa de juro da sensibilidade da margem de juros, são utilizadas técnicas de simulação de margem financeira que incluem, nomeadamente, a elaboração de cenários previsionais da evolução do balanço do Grupointegrando comportamentos e tendências relevantes da atividade bancária, bem como cenários da evolução das diferentes taxas de mercado e das expectativas refletidas nas *yield curves*.

Perspetiva de longo prazo ou económica

A perspetiva de longo prazo, ou económica, de avaliação do risco de taxa de juro pretende estimar o efeito no valor económico do capital de variações adversas das taxas de juro. A metodologia utilizada para o efeito envolve o cálculo da duração dos ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro bem como do respetivo *gap* de duração, que permite aproximar o efeito no valor económico do capital de variações das taxas de juro.

Adicionalmente, e com o objetivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas a partir do *gap* de duração da sensibilidade do valor económico do capital, são utilizadas técnicas de simulação que compreendem a avaliação, e respetiva estimação, de todos os *cash flows* futuros gerados pelos ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro (*full valuation*).

A gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço, e da carteira bancária, é sustentada por um conjunto de *"guidelines"* aprovadas em sede de ALCO, que incluem a fixação de limites para um conjunto de variáveis significativas do nível de exposição a estes tipos de riscos. O objetivo dessas *"guidelines"* é o de assegurar que o Grupo CGD possui um modo de gerir o *trade-off* rentabilidade-risco no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

De seguida apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade do Grupo CGD.

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2013	31-12-2012
Títulos de negociação		
Divida pública	439.208	509.357
Divida privada	5.544	40.466
	444.752	549.822
Outros ativos financeiros ao justo valor em contrapartida de resultados		
Divida pública	26.419	27.513
Divida privada	31.179	108.505
	57.597	136.019
Ativos disponíveis para venda		
Divida pública	9.811.484	9.640.807
Divida privada	4.515.662	8.741.851
	14.327.146	18.382.658
Investimentos a deter até à maturidade		
Divida pública	-	1.902.659
Divida privada	-	566.619
	-	2.469.277
Ativos com acordo de recompra		
Divida pública	196.133	68.576
Divida privada	509.503	435.584
	705.636	504.160
	15.535.132	22.041.937
Instrumentos financeiros derivados	1.523.906	2.182.568
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito	1.774.802	2.517.400
Crédito a clientes	70.148.862	74.810.636
Outros devedores	2.581.713	3.213.824
Outras operações a regularizar	166.855	172.187
	76.196.139	82.896.613
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas:		
Garantias e avales	4.056.268	4.419.754
Cartas de crédito stand-by	58.148	67.309
Créditos documentários abertos	469.238	410.835
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	105.198	1.091
Contratos de depósitos a prazo a constituir	666	2.000
Linhas de crédito irrevogáveis	1.535.594	1.764.341
Credit default swaps	108.009	164.740
	6.333.121	6.830.070
Exposição máxima	98.064.391	111.768.620

Qualidade de Crédito de aplicações em instituições de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, considerando as classes agregadoras de risco (reduzido, médio e elevado) associadas aos *ratings* externos, e por país de origem da contraparte:

	31-12-2013						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Brasil	Outros	Total
Risco Reduzido	-	168.460	235.029	122.636	660	66.717	593.501
Risco Médio	89.406	289	-	483	214	36.463	126.855
Risco Elevado	100.114	-	-	-	-	178	100.292
Sem Rating	99.968	9	-	1.816	-	16.121	117.913
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	-	566.237	81.183	188.820	836.240
	289.487	168.758	235.029	691.173	82.057	308.299	1.774.802

	31-12-2012						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Brasil	Outros	Total
Risco Reduzido	-	108.042	200.888	56.047	66.080	43.402	474.458
Risco Médio	859.521	55.926	-	19.489	-	317	935.253
Sem Rating	212.184	236	-	14.030	-	92.768	319.218
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	-	389.711	172.762	225.998	788.471
	1.071.704	164.204	200.888	479.277	238.842	362.485	2.517.400

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de "rating" atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31-12-2013				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
AA+ até AA-	-	227.036	-	-	227.036
A+ até A-	-	43.226	-	103.519	146.745
BBB+ até BBB-	8.573	335	-	-	8.908
BB+ até BB-	113.880	7.786	-	-	121.666
B+ até B-	2.329	-	-	-	2.329
Menor que B-	-	-	-	50	50
Sem Rating	6.052	-	-	4.829	10.881
	130.834	278.383	-	108.398	517.615
Emitidos por:					
Corporates	7.052	7.785	-	-	14.837
Governos e outras autoridades locais	106.776	270.598	-	103.519	480.893
Instituições financeiras	8.433	-	-	4.870	13.303
Outros emitentes	8.573	-	-	9	8.582
	130.834	278.383	-	108.398	517.615
Ativos financeiros ao justo valor através de reservas de reavaliação					
AAA	-	232.414	-	-	232.414
AA+ até AA-	-	53.567	21.756	-	75.323
A+ até A-	-	187.353	24.364	33.611	245.328
BBB+ até BBB-	417.153	291.910	49.495	1.285	759.843
BB+ até BB-	12.291.570	123.829	-	498.664	12.914.063
B+ até B-	40.206	23.452	198	399.068	462.924
Menor que B-	-	73.903	-	1.587	75.490
Sem Rating	191.834	1.974	-	58.323	252.131
	12.940.763	988.402	95.813	992.538	15.017.516
Emitidos por:					
Corporates	352.111	65.171	2.049	2.556	421.887
Governos e outras autoridades locais	9.057.177	62.415	21.757	841.973	9.983.322
Instituições financeiras	3.531.474	662.026	72.007	84.541	4.350.048
Outros emitentes	1	198.790	-	63.468	262.259
	12.940.763	988.402	95.813	992.538	15.017.516

	31-12-2012				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
AAA	-	21.834	-	-	21.834
AA+ até AA-	-	228.386	-	-	228.386
A+ até A-	-	105.899	-	39.587	145.486
BBB+ até BBB-	9.870	9.940	2.126	2.227	24.163
BB+ até BB-	234.025	10.703	1.130	-	245.858
B+ até B-	5.222	-	-	-	5.222
	253.747	380.678	3.256	48.160	685.841
Emitidos por:					
Corporates	14.428	11.381	-	586	26.395
Governos e outras autoridades locais	197.437	299.846	-	39.587	536.870
Instituições financeiras	31.712	19.782	3.256	2.907	57.657
Outros emitentes	10.170	49.669	-	5.080	64.919
	253.747	380.678	3.256	48.160	685.841
Ativos financeiros ao justo valor através de reservas de reavaliação					
AAA	-	536.494	62	35.541	572.097
AA+ até AA-	-	604.630	49.014	169.945	823.589
A+ até A-	-	1.591.837	150.971	92.570	1.835.378
BBB+ até BBB-	494.350	1.804.864	188.730	63.677	2.551.621
BB+ até BB-	11.686.645	368.657	-	266.968	12.322.270
B+ até B-	75.155	56.687	119	297.483	429.444
Menor que B-	-	65.388	101	1.565	67.054
Sem Rating	216.445	16.912	-	52.008	285.365
	12.472.595	5.045.469	388.997	979.757	18.886.818
Emitidos por:					
Corporates	202.149	677.847	54.426	23.677	958.099
Governos e outras autoridades locais	8.502.459	622.434	35.651	513.761	9.674.305
Instituições financeiras	3.767.987	3.461.458	297.596	405.566	7.932.607
Outros emitentes	-	283.730	1.324	36.753	321.807
	12.472.595	5.045.469	388.997	979.757	18.886.818

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

Os mercados de crédito da dívida soberana da Zona Euro, com especial incidência em países da sua periferia caracterizados por relevantes desiquilíbrios orçamentais, têm vindo a ser afetados por um contínuo ambiente de incerteza e instabilidade. Esta situação, visível no alargamento dos *spreads* de risco associados a estas emissões, culminou com a necessidade de intervenção do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia junto dos governos da Grécia e da Irlanda (ainda em 2010) e, já no decorrer de 2011, junto de Portugal.

As principais características destas emissões no âmbito do Grupo Caixa em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2013				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2014	Após 2014	Sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados								
Portugal	83.436	23.339	-	106.775	106.775	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	163	-	163	163	-	-	
Itália	-	172	-	172	172	-	-	
	83.436	23.675	-	107.111	107.111	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação								
Portugal	5.015.103	4.039.504	2.570	9.057.177	9.057.177	-	82.910	
Grécia	-	3.677	-	3.677	3.677	-	(2.730)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	58.738	-	58.738	58.738	-	1.511	
Itália	-	-	-	-	-	-	-	
	5.015.103	4.101.919	2.570	9.119.592	9.119.592	-	81.690	
Total								
Portugal	5.098.539	4.062.844	2.570	9.163.953	9.163.953	-	82.910	BB-
Grécia	-	3.677	-	3.677	3.677	-	(2.730)	B-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	58.901	-	58.901	58.901	-	1.511	BBB-
Itália	-	172	-	172	172	-	-	BBB
	5.098.539	4.125.594	2.570	9.226.703	9.226.703	-	81.690	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2012					Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual								
	2013	2014	Após 2014	Sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados									
Portugal	129.549	49.480	18.409	-	197.437	197.437	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	134	-	134	134	-	-	
Itália	-	-	147	-	147	147	-	-	
	129.549	49.480	18.690	-	197.719	197.719	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação									
Portugal	3.953.784	2.265.236	2.280.949	2.490	8.502.459	8.502.459	-	128.814	
Grécia	-	-	2.608	-	2.608	2.608	-	(3.799)	
Irlanda	105	-	-	-	105	105	-	1	
Espanha	141.945	20.367	25.446	-	187.758	187.758	-	(2.204)	
Itália	14.344	17.492	120.275	-	152.111	152.111	-	2.259	
	4.110.178	2.303.095	2.429.278	2.490	8.845.042	8.845.042	-	125.070	
Investimentos detidos até á maturidade									
Portugal	5	190.004	1.666.952	-	1.856.962	2.067.765	-	(203.437)	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	520	-	-	-	520	523	-	1	
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	
Itália	-	22.811	22.366	-	45.177	46.339	-	650	
	525	212.815	1.689.318	-	1.902.659	2.114.626	-	(202.786)	
Total									
Portugal	4.083.338	2.504.720	3.966.310	2.490	10.556.858	10.767.661	-	(74.624)	BB-
Grécia	-	-	2.608	-	2.608	2.608	-	(3.799)	CCC
Irlanda	624	-	-	-	624	627	-	2	BB+
Espanha	141.945	20.367	25.580	-	187.892	187.892	-	(2.204)	BBB-
Itália	14.344	40.303	142.788	-	197.436	198.598	-	2.909	BBB
	4.240.252	2.565.390	4.137.287	2.490	10.945.419	11.157.386	-	(77.716)	

O ano de 2011 foi caracterizado pela diminuição da liquidez observada nestes mercados, com especial incidência nos intrumentos de dívida dos países intervencionados. Esta situação foi especialmente relevante no caso da República da Grécia, refletindo os efeitos das diversas fases do processo de reestruturação e reequilíbrio orçamental.

O segundo plano de resgate, negociado entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a República da Grécia em julho de 2011, e posteriormente retificado em outubro de 2011 (o qual previa um apoio global de 130 mil milhões de euros), contou igualmente com o envolvimento do Institute of International Finance, Inc ("IIF"), em representação das instituições financeiras suas associadas (o qual a CGD não integra). Este plano previa um perdão voluntário de dívida de 50%.

As eminentes dificuldades em assegurar o financiamento do seu défice público por parte da República da Grécia, assim como as incertezas decorrentes do processo de resgate e respetivos impactos nos credores, cenário este reforçado pelos sucessivos *downgrades* a que foram sujeitas as suas emissões de dívida pelas principais agências de notação, determinaram por parte do Grupo a decisão de se proceder ao reconhecimento de imparidade na exposição detida junto deste soberano, com efeitos ainda no exercício de 2011.

Em consequência desta deliberação, o saldo acumulado das reservas de reavaliação negativas associado a emissões classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 14.629 mEuros, foi reclassificado para resultados do exercício. No que respeita à exposição detida pelas Seguradoras do Grupo, classificadas como Investimentos detidos até à maturidade nessa data, foi considerado como referencial para reconhecimento de imparidade uma perda estimada correspondente a 50% do respetivo valor nominal da emissão, tendo o diferencial apurado entre este valor (ou o seu valor de balanço quando este era inferior ao referido referencial), e o respetivo custo de aquisição ajustado, no montante agregado de 120.035 mEuros, sido reconhecido por contrapartida de resultados.

No início de março de 2012, em resultado das negociações realizadas no âmbito do programa de assistência à República da Grécia, o Grupo foi notificado das condições inerentes ao envolvimento do setor privado neste processo ("Private Setor Involvement - PSI"), tendo por objetivo a redução da dívida pública deste soberano para 120,5% do PIB em 2020. Os termos do envolvimento do PSI previam diversas opções de troca das posições detidas por um conjunto de obrigações com diferentes maturidades, rendibilidades e valor nominal (face ao valor inicial da emissão original em causa), tendo o Grupo decidido pela adesão ao programa de troca. No decorrer do exercício de 2012 e em resultado da sua participação nesta operação, o Grupo não reconheceu perdas adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012, os resultados não realizados de instrumentos de dívida soberana dos países periféricos da Zona Euro apresentados na coluna "Reserva de justo valor", não incluem as valias não registadas por contrapartida de capital próprio de títulos da carteira da Caixa Seguros e Saúde reclassificados no exercício de 2011 da classe de ativos financeiros disponíveis para venda para a classe de Investimentos a deter até à maturidade, observadas após a data da referida transferência (Nota 12), as quais totalizavam ganhos potenciais de 213.627 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes constantes do quadro demonstrativo da exposição do Grupo a dívida soberana dos países periféricos da Zona Euro não incluem os saldos das carteiras das seguradoras do Grupo em processo de privatização, as quais foram reclassificadas no exercício para as classes de "Ativos não correntes detidos para venda".

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto "Justo valor".

Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados do Grupo inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

TIPO	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	31-12-2013 Valor de Balanço (líquido de imparidade)	31-12-2013 Imparidade acumulada	31-12-2013 Reserva de Justo valor	31-12-2012 Valor de Balanço (líquido de imparidade)	31-12-2012 Imparidade acumulada	31-12-2012 Reserva de Justo valor
Ativos financeiros disponíveis para venda									
Residential mortgage-backed securities	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	215	-	(3)
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	-	-	-	567	-	(344)
	A- até A+	Senior	União Europeia	2.580	-	(574)	2.807	-	(655)
	Menor que A-	Senior	União Europeia	33.038	-	(5.844)	31.861	-	(10.584)
		Mezzanine	União Europeia	3.462	-	(1.721)	2.645	-	(2.714)
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2.542	-	(3.900)	1.308	-	(5.111)
	D	Mezzanine	América do Norte	-	-	-	101	(9.364)	-
				41.621	-	(12.039)	39.504	(9.364)	(19.410)
Collateralized Loan obligations	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	7.000	-	(250)
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	-	-	-	97	-	(4)
	A- até A+	Senior	União Europeia	-	-	-	92	-	(4)
		Mezzanine	União Europeia	-	-	-	252	-	(50)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	7.229	-	(1.689)	12.381	-	(2.359)
				7.229	-	(1.689)	19.822	-	(2.666)
	Sem rating	Senior	União Europeia	-	-	-	1	(49)	-
				48.851	-	(13.728)	59.327	(9.413)	(22.077)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados									
Outros instrumentos financeiros	A- até A+	Senior	União Europeia	-	-	-	33.467	-	-
				48.851	-	(13.728)	92.794	(9.413)	(22.077)

O movimento ocorrido nestes títulos nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido) em 31-12-2012	Alienações e amortizações de capital	Aquisições	Impacto em resultados do exercício: Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Impacto em resultados do exercício: Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Outros movimentos	Valor de Balanço (líquido) em 31-12-2013
Ativos financeiros disponíveis para venda											
Residential mortgage-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	215	-	-	-	-	3	(218)	-
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	567	(701)	-	(211)	-	344	-	(0)
	A- até A+	Senior	União Europeia	2.807	(292)	-	(11)	-	81	(5)	2.580
	Menor que A-	Senior	União Europeia	31.861	(3.620)	-	57	-	4.740	-	33.038
		Mezzanine	União Europeia	2.645	-	-	26	-	992	(202)	3.462
	CCC	Mezzanine	União Europeia	1.308	-	-	23	-	1.210	-	2.542
	D	Mezzanine	América do Norte	101	(102)	-	1	-	-	-	-
Collateralized Loan obligations											
	AAA	Senior	União Europeia	7.000	(7.236)	-	(13)	-	250	-	-
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	97	-	-	-	-	4	(100)	-
	A- até A+	Senior	União Europeia	92	-	-	-	-	4	(97)	-
		Mezzanine	União Europeia	252	-	-	-	-	50	(302)	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	12.381	(5.918)	-	197	-	670	(100)	7.229
Outros instrumentos financeiros											
	Sem rating	Senior	União Europeia	1	-	-	-	-	-	(1)	-
				59.327	(17.868)	-	69	-	8.348	(1.025)	48.851
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados											
Outros instrumentos financeiros											
	A- até A+	Senior	União Europeia	33.467	-	-	-	-	-	(33.467)	-
				33.467	-	-	-	-	-	(33.467)	-
				92.794	(17.868)	-	69	-	8.348	(34.493)	48.851

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31-12-2013, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2012.

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido) em 31-12-2011	Alienações e amortizações de capital	Aquisições	Impacto em resultados do exercício: Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Impacto em resultados do exercício: Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Outros Movimentos	Valor de Balanço (líquido) em 31-12-2012
Ativos financeiros disponíveis para venda											
Commercial mortgage-backed securities											
	A- até A+	Senior	União Europeia	17.372	(18.452)	-	(1.011)	-	2.091	-	-
	C	Senior	União Europeia	2.697	(3.128)	-	(17)	-	448	-	-
Residential mortgage-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	19.385	(19.443)	-	2.328	-	(2.055)	-	215
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	12.377	(10.191)	-	1.246	-	(834)	-	2.598
		Mezzanine	União Europeia	200	(201)	-	(1)	-	1	-	-
	A- até A+	Senior	União Europeia	15.687	(2.397)	-	(112)	-	227	-	13.404
	Menor que A-	Senior	União Europeia	24.767	(1.969)	-	(93)	-	7.928	(11.400)	19.232
		Mezzanine	União Europeia	2.487	(518)	-	79	-	596	-	2.645
	CCC	Mezzanine	América do Norte	199	-	-	(57)	-	(41)	-	101
	D	Mezzanine	União Europeia	746	-	-	(16)	-	578	-	1.308
Collateralized Loan obligations											
	AAA	Senior	União Europeia	6.642	-	-	(70)	-	428	-	7.000
			Outros	36.702	(37.127)	-	(592)	-	1.017	-	-
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	80	-	-	-	-	17	-	97
	A- até A+	Senior	União Europeia	87	-	-	-	-	5	-	92
		Mezzanine	União Europeia	202	-	-	(1)	-	52	-	252
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	6.984	-	-	95	-	5.302	-	12.381
	CCC	Mezzanine	União Europeia	434	(303)	-	(517)	-	385	-	-
Outros instrumentos financeiros											
	Sem rating	Senior	União Europeia	6.703	(6.700)	-	(2)	-	-	-	1
				153.752	(100.428)	-	1.260	-	16.144	(11.400)	59.327
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados											
Outros instrumentos financeiros											
	A- até A+	Senior	União Europeia	39.258	(6.411)	3	617	-	-	-	33.467
				39.258	(6.411)	3	617	-	-	-	33.467
				193.010	(106.839)	3	1.877	-	16.144	(11.400)	92.794

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31-12-2012, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2011.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2013						
	Créditos com análise coletiva			Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *“default”*				
Crédito a empresas							
Análise Coletiva							
Vincendo	9.751.153	451.070	382.682	-	1.564.417	12.149.321	
Vencido	11.813	19.004	985.872	-	60.100	1.076.789	
Análise Individual							
Vincendo	13.559.456	152.469	58.927	6.851.596	1.019.510	21.641.958	
Vencido	33.229	361	22.428	2.494.008	22.390	2.572.417	
	23.355.651	622.904	1.449.909	9.345.604	2.666.417	37.440.485	*6.211.839*
do qual:							
Administracão Central	*860.045*	*0*	*3.087*	*0*	*0*	*863.133*	
Governo Regional e Local	*1.870.153*	*45.606*	*44.535*	*6.865*	*13.102*	*1.980.261*	
Crédito à habitação							
Vincendo	30.781.001	890.333	1.185.956	356	979.105	33.836.750	
Vencido	2.545	6.966	1.132.965	427	7.921	1.150.824	
	30.783.546	897.299	2.318.921	783	987.025	34.987.574	*2.381.673*
Credito ao consumo							
Vincendo	1.086.420	25.515	40.432	80.154	91.079	1.323.600	
Vencido	732	1.086	83.594	3.311	5.372	94.094	
	1.087.152	26.601	124.025	83.465	96.451	1.417.694	*97.118*
Outros créditos							
Vincendo	401.935	11.672	12.035	41.798	29.787	497.228	
Vencido	2.710	2.624	52.944	482	4.993	63.754	
	404.645	14.297	64.980	42.281	34.781	560.983	*11.263*
Total crédito vincendo	55.579.965	1.531.059	1.680.032	6.973.905	3.683.898	69.448.858	
Total crédito vencido	51.030	30.042	2.277.803	2.498.228	100.775	4.957.877	
Total de crédito	55.630.995	1.561.101	3.957.835	9.472.132	3.784.674	74.406.737	
do qual:							
Operações reestruturadas	*1.352.393*	*681.317*	*521.938*	*3.088.186*	*-*	*5.643.835*	

	31-12-2012						
	Créditos com análise coletiva			Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"default"*				
Crédito a empresas							
Análise Coletiva							
Vincendo	5.444.357	572.022	381.082	-	2.432.164	8.829.625	
Vencido	13.160	28.741	962.576	-	82.182	1.086.658	
Análise Individual							
Vincendo	21.070.969	525.017	248.880	5.275.770	942.303	28.062.939	
Vencido	18.325	10.726	104.478	2.043.788	21.851	2.199.168	
	26.546.811	1.136.506	1.697.015	7.319.558	3.478.500	40.178.390	*7.066.025*
do qual:							
Administração Central	*1.376.170*	-	-	*4.603*	*28*	*1.380.800*	
Governo Regional e Local	*2.055.639*	*10.413*	*87.617*	*51.978*	-	*2.205.648*	
Crédito à habitação							
Vincendo	32.158.456	877.108	1.270.525	-	953.615	35.259.705	
Vencido	3.352	7.013	1.024.943	30	7.439	1.042.777	
	32.161.808	884.121	2.295.469	30	961.054	36.302.482	*2.585.954*
Credito ao consumo							
Vincendo	1.201.298	83.300	46.543	887	177.224	1.509.251	
Vencido	261	4.224	99.281	2.439	9.319	115.524	
	1.201.559	87.523	145.824	3.326	186.543	1.624.775	*91.568*
Outros créditos							
Vincendo	264.769	14.839	16.862	-	236.894	533.363	
Vencido	2.276	2.399	53.030	-	11.436	69.141	*5.072*
	267.045	17.237	69.892	-	248.329	602.504	
Total crédito vincendo	60.139.849	2.072.285	1.963.892	5.276.657	4.742.200	74.194.883	
Total crédito vencido	37.374	53.102	2.244.308	2.046.257	132.226	4.513.268	
Total de crédito	60.177.223	2.125.388	4.208.199	7.322.914	4.874.427	78.708.151	
do qual:							
Operações reestruturadas	*870.619*	*394.384*	*292.021*	*1.985.859*	*95.094*	*3.637.977*	

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias. Adicionalmente, foram incluídos neste segmento os saldos de operações de "Crédito à habitação" com vencido até 30 dias caso estas já tivessem apresentado prestações vencidas por um período superior a 90 dias em data anterior ("default");
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os créditos com saldos vencidos mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual, os quais se encontram incluídos no quadro acima nas colunas "Créditos com imparidade individual – Análise coletiva", apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Crédito Vivo	249.945	478.377
Crédito Vencido	40.322	31.166
Total	290.267	509.543
Imparidade atribuída no âmbito da análise coletiva	(10.533)	(18.795)
Justo valor das garantias	69.247	355.032

Operações reestruturadas:

A CGD tem, ao longo da última década, efetuado investimentos significativos na área do diagnóstico, prevenção, acompanhamento e tratamento do crédito em risco assim como do crédito em incumprimento.

Em 2003 foi criado o Gabinete de Recuperação de Crédito (focado no desenvolvimento de ações com vista à implementação de soluções extrajudiciais para a regularização do incumprimento em operações de crédito hipotecário de clientes particulares) que deu origem, mais tarde, à Direção de Recuperação de Crédito, alargando o universo de clientes abrangidos a particulares com incumprimento em outros produtos e às empresas.

Em janeiro de 2012, face a um contexto económico extremamente adverso, com aumento exponencial de *non-performing loans*, e à consequente necessidade de uma nova abordagem ao sector empresarial por parte da CGD, foi criada a Direção de Acompanhamento de Empresas (DAE), cuja missão é acompanhar e recuperar os créditos concedidos a empresas, e respetivos grupos, com envolvimento na CGD (i) superior a 5 milhões de euros; (ii) com imparidades constituídas iguais ou superiores a 10% ou, (iii) independentemente do valor de imparidade, que pertençam a sectores de atividade de risco, privilegiando em todos os casos as soluções negociadas em detrimento do recurso à via judicial.

A par da mudança paradigmática associada ao cenário atual de crise socioeconómica em Portugal com aumento exponencial de *non-performing loans*, a CGD deu continuidade ao modelo implementado há já uma década na instituição desenvolvendo novas formas de abordagem tendo sempre em vista quer a recuperação do crédito concedido, quer a viabilização das empresas envolvidas (nas situações de crédito a empresas), quer ainda a manutenção de uma postura de suporte social aos seus clientes, demonstrada pela contínua procura e desenvolvimento de soluções extrajudiciais que permitam a manutenção da relação com o cliente em moldes vantajosos para ambas as partes.

Na DAE, face ao segmento de Empresas que acompanha, é desenvolvido um trabalho de avaliação caso a caso, não só dos clientes com operações em incumprimento *Non-performing loans*) mas igualmente de todas as entidades com ela relacionadas (numa visão de Grupo) tendo sempre em vista quer a recuperação do crédito concedido, quer a viabilização das empresas envolvidas, quer ainda a manutenção de uma postura de suporte social aos seus clientes, demonstrada pela contínua procura e desenvolvimento de soluções que permitam a manutenção da relação cliente / CGD em moldes vantajosos para ambas as partes. São igualmente analisadas potenciais sinergias setoriais face ao risco agravado de que são alvo alguns segmentos de atividade, avaliando-se a viabilidade das empresas numa perspetiva mais alargada, considerando igualmente os detentores de capital envolvidos com a mesma. Assim, na procura de soluções, são analisadas a estrutura acionista, capacidade de gestão, sustentabilidade do negócio, necessidades de investimento e tesouraria futuras, não negligenciando o valor proporcionado pelas garantias para conforto dos riscos assumidos.

É assim definida a solução a aplicar, que poderá passar por uma reestruturação da dívida (adequando o serviço da dívida, e em alguns casos renegociando as verbas em dívida, à capacidade da empresa em gerar fluxo financeiro suficiente), pelo acompanhamento de PERs ou insolvências com recuperação, pela cedência das próprias Empresas ou de ativos a Fundos de Reestruturação de Empresas ou Fundos Imobiliários, respetivamente, por contrapartida da liquidação dos créditos, pela dação de garantias, entre outras. A opção de renegociação e reestruturação de dívida ocorre sempre e apenas se for expetável, de acordo com a análise efetuada, que esta reestruturação permita a viabilização da empresa (no caso das empresas) e a recuperação dos créditos concedidos pela CGD (quer ao nível do crédito a empresas quer ao nível do crédito a particulares e empresários em nome individual).

No decorrer de 2013, foi criado um Projeto Transversal Estruturante (PTE) para análise e otimização da temática de acompanhamento, gestão e recuperação de crédito. No âmbito do referido PTE e, tendo em vista a prevenção do incumprimento, o trabalho em curso encontra-se focalizado no estabelecimento de procedimentos de acompanhamento, controlo e recuperação do crédito em risco, homogéneos para toda a instituição (para a mesma tipologia de clientes). A estrutura deverá assentar na segmentação dos clientes por tipologia do risco de crédito (definindo-se *trigger*" para a sua caracterização automática em sistema), e a forma de atuação que se lhe encontra associada. Adicionalmente, estão também em fase de definição um conjunto de indicadores de acompanhamento do risco de crédito, a analisar de forma regular. Deverá também ser criado um Conselho Delegado de Acompanhamento de Crédito que avaliará o crédito considerado de risco e procederá à revisão de imparidades e definição da Unidade Operacional que deverá acompanhar o cliente, entre outras soluções de recuperação de crédito e mitigação de risco.

Igualmente relevante no processo de gestão de clientes em dificuldades financeiras na atividade bancária em Portugal, serão de destacar os requisitos normativos emanados pelo Decreto-Lei 227/2012, de 25 de Outubro, relativo ao Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e ao Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2013, bem como a Lei 58/2012, de 9 de Novembro, ao abrigo da qual foi criado um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, os quais refletem em grande medida os modelos, procedimentos e soluções de recuperação em vigor na Caixa.

Por último, de destacar o esforço desenvolvido pela CGD na adaptação dos seus sistemas aplicacionais aos requisitos da Instrução 18/2012 do Banco de Portugal (entretanto revogada pela Instrução 32/2013, de 31 de dezembro) de forma a permitirem a marcação automática de clientes em dificuldades financeiras e de operações objeto de reestruturação por dificuldades financeiras do devedor mediante a verificação de determinados eventos pré-estabelecidos, processo este complementado por intervenção manual sempre que forem detetados indícios externos que o justifiquem.

Determinação de perdas de imparidade

Em todas as situações, a imparidade constituída reflete em cada momento a expetativa do Grupo no recebimento dos créditos em dívida de acordo com a solução delineada e a valorização das garantias afetas aos créditos concedidos.

No que respeita especificamente a créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente, a Direção de Gestão de Risco, tem vindo a rever os critérios que permitam diferenciar o risco para este tipo de operações, com consequente impacto na mensuração dos respetivos níveis de perda, em complemento às definições em vigor no modelo de Imparidade.

O evento de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente passou a ser identificado como um *trigger* de imparidade, sendo incorporado nos critérios de obrigatoriedade para efeitos de avaliação individual de imparidade, tendo também sido adotadas medidas mais conservadoras na determinação da imparidade coletiva.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as operações identificadas como reestruturadas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013						
				Imparidade atribuída			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	no âmbito da análise coletiva	no âmbito da análise individual	Total	Justo valor das garantias
Operações reestruturadas							
Sociedades não financeiras e setor público	3.856.118	728.565	4.584.684	(152.713)	(773.422)	(926.135)	1.851.030
Sociedades financeiras	106.046	385	106.431	(840)	(16.938)	(17.779)	17.636
Particulares							
habitação	864.351	39.411	903.761	(84.497)	-	(84.497)	212.276
consumo e outras finalidades	43.001	5.958	48.958	(13.823)	(44)	(13.867)	11.332
Total	4.869.516	774.319	5.643.835	(251.873)	(790.404)	(1.042.277)	2.092.275

	31-12-2012						
				Imparidade atribuída			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	no âmbito da análise coletiva	no âmbito da análise individual	Total	Justo valor das garantias
Operações reestruturadas							
Sociedades não financeiras e setor público	2.859.224	329.803	3.189.027	(97.796)	(536.297)	(634.093)	1.090.875
Sociedades financeiras	60.517	26.596	87.113	(42)	(17.678)	(17.720)	84.436
Particulares							
habitação	325.720	10.039	335.759	(31.434)	-	(31.434)	89.174
consumo e outras finalidades	24.842	1.238	26.080	(4.562)	-	(4.562)	14.902
Total	3.270.303	367.676	3.637.977	(133.834)	(553.975)	(687.809)	1.279.387

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de dificuldades (i) na obtenção de recursos para financiamento dos ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação mas podendo, também, implicar uma restrição do crescimento dos ativos, e (ii) na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual dos ativos e passivos financeiros da instituição. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31-12-2013									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.545.946	-	-	-	-	-	-	-	-	1.545.946
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.036.312	-	-	-	-	-	-	-	109	1.036.421
Aplicações em instituições de crédito	1.422.192	140.363	40.102	62.398	10.075	2.268	33.131	24.053	55.857	1.790.440
Carteira de títulos										
Negociação	1.750	10.294	31.569	76.658	109.222	37.522	192.998	7.359	1.542.999	2.010.371
Outros	58.107	758.744	1.111.288	4.305.237	2.826.747	2.991.600	3.536.316	1.246.013	2.073.540	18.907.592
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.981.120	3.637.396	5.079.999	3.774.711	13.558.643	10.014.013	17.962.436	36.427.341	(137.352)	94.298.308
Ativos com acordo de recompra	12.016	21.101	12.974	27.340	230.189	386.984	84.817	-	5.376	780.797
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	45.458	45.458
	8.057.442	4.567.899	6.275.932	8.246.344	16.734.875	13.432.387	21.809.698	37.704.767	3.585.989	120.415.333
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.621.536)	(1.708.105)	(129.332)	(431.431)	(5.340.577)	(280.743)	(698.571)	(1.586)	204.561	(10.007.319)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(24.224.548)	(7.012.433)	(7.970.624)	(11.515.255)	(13.421.344)	(3.943.224)	(396.316)	(125.098)	(728.725)	(69.337.567)
Responsabilidades representadas por títulos	(132.467)	(1.163.155)	(101.309)	(1.230.089)	(4.001.820)	(1.083.913)	(1.704.504)	(393.037)	5.338	(9.804.955)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(788)	(84)	(271)	(946)	-	-	(1.138)	(2.725)	(1.638.880)	(1.644.832)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.110)	(65.110)
Outros passivos subordinados	(5.110)	(16.842)	(50.994)	(52.048)	(270.411)	(1.949.257)	(587.885)	(130.349)	6.072	(3.056.824)
Recursos consignados	-	(760)	(50.905)	(20.541)	(17.555)	(31.552)	(554.899)	(287.294)	(159)	(963.665)
	(25.984.449)	(9.901.379)	(8.303.435)	(13.250.309)	(23.051.707)	(7.288.688)	(3.943.314)	(940.088)	(2.216.902)	(94.880.271)
Instrumentos Financeiros Derivados	(1.166)	(18.566)	2.030	9.792	(43.772)	(19.033)	(64.299)	(53.235)	-	(188.249)
Diferencial	(17.928.173)	(5.352.046)	(2.025.473)	(4.994.173)	(6.360.604)	6.124.667	17.802.084	36.711.444	1.369.087	25.346.813

	31-12-2012									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.603.128	-	-	-	-	-	-	-	-	1.603.128
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.264.244	-	-	-	-	-	-	-	32.937	1.297.181
Aplicações em instituições de crédito	1.498.497	696.902	15.331	264.404	30.585	2.060	2.392	24.308	437	2.534.919
Carteira de títulos										
Negociação	2.165	20.904	58.179	74.650	143.082	54.802	230.090	13.364	2.144.656	2.741.892
Outros	531.256	1.742.236	1.773.573	2.935.888	6.043.140	2.981.639	4.246.495	959.617	3.026.081	24.239.924
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	369	4.401	26.544	46.168	598.514	436.712	81.473	308	89.298	1.283.786
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.572.665	4.643.937	5.539.240	4.646.631	13.289.920	10.445.334	17.795.172	37.352.539	(888.694)	97.396.743
Investimentos a deter até à maturidade	18.081	50.017	161.357	144.702	1.738.586	501.548	438.921	3.673	(210.561)	2.846.324
Ativos com acordo de recompra	946	17.977	15.190	11.571	142.026	322.880	26.681	-	(2.221)	535.050
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	98.725	98.725
	9.491.351	7.176.374	7.589.414	8.124.014	21.985.852	14.744.975	22.821.224	38.353.810	4.290.657	134.577.672
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.758.113)	(1.582.377)	(227.595)	(365.687)	(6.773.321)	(841.492)	(1.590)	-	(3.656)	(12.553.831)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(23.317.840)	(6.640.396)	(7.661.716)	(9.043.652)	(17.309.787)	(8.470.923)	(961.125)	(1.797.553)	631.415	(74.571.578)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	(369)	(4.401)	(26.544)	(46.168)	(598.514)	(436.712)	(81.473)	(308)	(89.298)	(1.283.786)
Responsabilidades representadas por títulos	(255.105)	(837.777)	(883.830)	(1.188.992)	(4.145.982)	(2.025.915)	(1.824.456)	(580.170)	(1.749)	(11.743.977)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.786)	(122)	(42)	(228)	(1.203)	-	(11.623)	-	(2.202.038)	(2.217.043)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.479)	(84.479)
Outros passivos subordinados	(5.375)	(16.530)	(53.522)	(57.306)	(226.848)	(2.086.064)	(983.261)	(138.983)	9.350	(3.558.540)
Recursos consignados	-	(663)	(911)	(4.090)	(98.057)	(23.291)	(383.447)	(525.993)	(218)	(1.036.669)
	(26.338.589)	(9.082.265)	(8.854.160)	(10.706.123)	(29.153.713)	(13.884.396)	(4.246.976)	(3.043.008)	(1.740.672)	(107.049.903)
Instrumentos Financeiros Derivados	3.396	(10.830)	14.272	43.586	(37.923)	(31.274)	(58.308)	(38.241)	-	(115.320)
Diferencial	(16.843.841)	(1.916.721)	(1.250.474)	(2.538.523)	(7.205.783)	829.305	18.515.940	35.272.561	2.549.985	27.412.449

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os juros projetados para as operações a taxa variável, incorporam as taxas "forward" implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência. Até 31 de dezembro de 2012, os elementos divulgados neste âmbito eram quantificados utilizando as taxas de juro em vigor à data de referência do exercício, mantendo-se constantes ao longo do período relevante de geração dos fluxos de caixa futuros. De forma a assegurar a comparabilidade da informação, os dados relativos a 31 de dezembro de 2012 apresentados foram reexpressos em conformidade com a nova metodologia em vigor.

No caso particular do crédito à habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expetativas relativas a taxas de reembolso antecipado determinadas em função da análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural do Grupo CGD, e diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Títulos de dívida e de capital: reafetação do montante com adequada liquidez para o *bucket* “Até 1 mês”, com exceção dos títulos de dívida onerados que foram alocados aos *buckets* correspondentes ao vencimento das operações que estavam a colaterizar. Até 31 de dezembro de 2012, os títulos de dívida onerados eram alocados ao *bucket* "Indeterminado", pelo que para assegurar a comparabilidade da informação os dados comparativos de 31 de dezembro de 2012 apresentados foram reexpressos em conformidade com a nova metodologia em vigor;
- Depósitos à ordem de clientes: reafetação do saldo de *core deposits* do *bucket* “Até 1 mês” para o *bucket* “Mais de 10 anos”;
- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede): foram estimados prazos esperados de permanência (que diferem dos prazos contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por *bucket*;

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

	31-12-2013									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.545.275	-	-	-	-	-	-	-	-	1.545.275
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.032.227	-	-	-	-	-	-	-	109	1.032.336
Aplicações em instituições de crédito	1.421.200	139.920	40.006	62.124	8.686	998	29.865	19.619	55.857	1.778.276
Carteira de títulos										
Negociação	108.999	27.421	4.574	10.172	156.930	3.525	27.264	114.618	1.503.186	1.956.688
Outros (líquido de imparidade)	3.890.455	1.035.527	158.446	617.771	5.438.577	374.124	449.942	4.221.883	652.493	16.839.217
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.830.930	3.386.379	4.678.616	3.149.652	11.066.454	7.343.331	11.672.964	24.457.884	(137.352)	69.448.858
Ativos com acordo de recompra	420.678	292.581	-	-	-	-	-	-	(7.624)	705.636
	12.249.765	4.881.828	4.881.642	3.839.720	16.670.647	7.721.978	12.180.034	28.814.003	2.066.670	93.306.287
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.620.437)	(1.687.857)	(127.502)	(408.642)	(5.245.422)	(209.435)	(552.060)	(1.586)	204.561	(9.648.379)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.500.549)	(4.720.691)	(4.976.819)	(11.637.754)	(17.293.509)	(7.029.111)	(2.446.807)	(11.864.597)	(732.066)	(67.201.902)
Responsabilidades representadas por títulos	(50.263)	(1.101.236)	(89.183)	(1.040.887)	(3.592.342)	(895.799)	(1.532.769)	(308.623)	5.338	(8.605.764)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(788)	(84)	(271)	(946)	-	-	(1.138)	(2.725)	(1.638.880)	(1.644.832)
Outros passivos subordinados	(4.889)	(8.973)	(452)	(452)	(39.295)	(1.825.422)	(537.451)	(100.000)	6.072	(2.510.862)
Recursos consignados	-	-	(50.000)	(16.667)	-	-	(458.196)	(250.684)	(159)	(775.705)
	(8.176.926)	(7.518.840)	(5.244.227)	(13.105.347)	(26.170.568)	(9.959.767)	(5.528.422)	(12.528.213)	(2.155.133)	(90.387.443)
Diferencial	4.072.839	(2.637.013)	(362.585)	(9.265.627)	(9.499.922)	(2.237.789)	6.651.613	16.285.790	(88.463)	2.918.843

	31-12-2012									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.603.127	-	-	-	-	-	-	-	-	1.603.127
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.300.441	-	-	-	-	-	-	-	(3.260)	1.297.181
Aplicações em instituições de crédito	1.488.495	693.700	15.217	259.332	29.610	1.411	440	21.289	8.874	2.518.368
Carteira de títulos										
Negociação	171.687	29.030	8.458	9.930	195.059	5.951	31.687	119.315	2.102.043	2.673.159
Outros (líquido de imparidade)	6.131.718	1.185.275	260.168	413.405	7.143.514	382.515	565.864	4.314.678	1.504.878	21.902.015
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	50	2.852	20.095	19.015	538.873	399.964	77.828	251	89.298	1.148.225
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.402.978	4.324.791	5.122.221	3.592.663	11.044.115	8.437.221	13.187.492	24.972.093	(888.690)	74.194.883
Ativos com acordo de recompra	-	750.086	-	-	-	-	-	-	(245.927)	504.160
Investimentos a deter até à maturidade	15.161	18.100	138.050	97.915	1.556.058	436.450	414.605	3.500	(210.561)	2.469.277
	15.113.657	7.003.833	5.564.208	4.392.261	20.507.228	9.663.511	14.277.916	29.431.126	2.356.654	108.310.395
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.754.869)	(1.559.844)	(223.533)	(338.760)	(6.501.839)	(760.146)	(1.590)	(0)	(3.656)	(12.144.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.905.074)	(5.177.649)	(4.634.191)	(9.686.064)	(21.014.457)	(10.773.543)	(2.888.817)	(11.361.010)	728.951	(70.711.854)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	(50)	(2.852)	(20.095)	(19.015)	(538.873)	(399.964)	(77.828)	(251)	(89.298)	(1.148.225)
Responsabilidades representadas por títulos	(202.391)	(767.338)	(836.411)	(1.011.043)	(3.694.127)	(1.879.724)	(1.611.449)	(445.898)	56.157	(10.392.224)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.786)	(122)	(42)	(228)	(1.203)	-	(11.623)	-	(2.202.038)	(2.217.043)
Outros passivos subordinados	(5.161)	(9.369)	(453)	(453)	(907)	(1.880.522)	(905.973)	(101.145)	9.350	(2.894.634)
Recursos consignados	-	-	-	-	(83.333)	-	(289.242)	(481.189)	(218)	(853.983)
	(8.869.332)	(7.517.175)	(5.714.726)	(11.055.563)	(31.834.739)	(15.693.899)	(5.786.522)	(12.389.493)	(1.500.750)	(100.362.199)
Diferencial	6.244.326	(513.342)	(150.517)	(6.663.303)	(11.327.511)	(6.030.388)	8.491.394	17.041.633	855.904	7.948.196

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro advém da possibilidade dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, ou o seu justo valor, se alterarem, em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua data de maturidade ou data de refixação de taxa de juro, é apresentado nos quadros seguintes:

	31-12-2013								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1.389.259	156.016	-	-	-	-	-	-	1.545.275
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.032.227	-	-	-	-	-	-	109	1.032.336
Aplicações em instituições de crédito	1.274.904	177.381	144.798	40.006	62.124	3.808	19.397	55.857	1.778.276
Carteira de títulos									
Negociação	-	-	9.807	30.491	67.814	93.239	214.808	1.478.449	1.894.608
Outros (líquido de imparidade)	33.507	558.606	1.239.550	1.420.026	6.927.286	1.723.835	2.856.516	1.002.164	15.761.491
Crédito a Clientes (bruto)	3.162.350	16.229.124	24.517.921	19.060.888	1.254.608	2.009.885	3.316.028	(101.945)	69.448.858
Ativos com acordo de recompra	22.478	54.877	256.704	10.000	20.200	175.500	160.500	5.376	705.636
	6.914.726	17.176.004	26.168.781	20.561.412	8.332.033	4.006.266	6.567.248	2.440.011	92.166.481
Passivos									
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.163.144)	(457.293)	(2.437.857)	(127.502)	(408.642)	(5.245.422)	(13.081)	204.561	(9.648.379)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(788)	(84)	(271)	(946)	-	(3.863)	(1.638.880)	(1.644.832)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19.707.562)	(6.518.654)	(9.782.379)	(12.062.065)	(10.996.790)	(7.390.748)	(587.234)	(156.471)	(67.201.902)
Responsabilidades representadas por títulos	(24.905)	(25.358)	(1.897.840)	(87.700)	(1.112.326)	(3.221.843)	(2.241.131)	5.338	(8.605.764)
Outros passivos subordinados	-	(104.889)	(477.546)	(558.903)	(368.974)	(1.808)	(1.004.814)	6.072	(2.510.862)
Recursos consignados	-	-	(692.773)	-	-	-	(82.773)	(159)	(775.705)
	(20.895.611)	(7.106.981)	(15.288.479)	(12.836.441)	(12.887.677)	(15.859.821)	(3.932.894)	(1.579.538)	(90.387.443)
Derivados									
Interest Rate Swaps (IRSs)	4.984.328	161.064	(1.324.326)	(1.454.610)	(207.652)	(622.349)	(1.561.071)	-	(24.616)
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	974.163	-	-	-	6.861	-	981.023
Forward Rate Agreements (FRAs)	-	-	-	-	-	-	35.000	-	35.000
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-	(253.818)	-	(253.818)
	4.984.328	161.064	(350.163)	(1.454.610)	(207.652)	(622.349)	(1.773.029)	-	737.589
Exposição Líquida	(8.996.557)	10.230.086	10.530.139	6.270.361	(4.763.296)	(12.475.903)	861.325	860.473	2.516.627

	31-12-2012								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1.171.874	431.252	-	-	-	-	-	1	1.603.127
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.300.441	-	-	-	-	-	-	(3.260)	1.297.181
Aplicações em instituições de crédito	1.091.247	402.946	698.181	35.434	247.747	11.249	20.905	10.660	2.518.368
Carteira de títulos									
Negociação	-	-	20.050	56.374	65.774	119.663	257.426	2.153.872	2.673.159
Outros (líquido de imparidade)	166.677	1.381.252	2.788.988	1.846.634	5.708.755	4.397.754	2.685.528	2.926.426	21.902.015
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	1.148.225	1.148.225
Crédito a Clientes (bruto)	2.960.414	18.179.906	26.373.555	20.838.673	1.676.134	1.879.909	3.169.548	(881.941)	74.196.199
Ativos com acordo de recompra	-	-	80.000	204.000	-	-	-	220.160	504.160
Investimentos a deter até à maturidade (bruto)	-	28.261	170.450	96.423	47.915	1.500.135	836.654	(210.561)	2.469.277
	6.690.654	20.423.618	30.131.224	23.077.537	7.746.325	7.908.710	6.970.061	5.363.581	108.311.711
Passivos									
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.414.415)	(340.454)	(2.309.844)	(223.850)	(336.581)	(6.503.751)	(11.865)	(3.475)	(12.144.237)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3.114)	(291)	(1.086)	(42)	(228)	-	(140.705)	(2.071.577)	(2.217.043)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	(1.148.225)	(1.148.225)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(17.935.364)	(9.168.310)	(9.603.668)	(11.481.749)	(7.793.633)	(14.319.173)	(1.174.405)	764.448	(70.711.854)
Responsabilidades representadas por títulos	(51.391)	(182.800)	(1.756.041)	(1.169.073)	(606.596)	(3.785.601)	(2.896.879)	56.157	(10.392.224)
Outros passivos subordinados	-	(105.161)	(190.198)	(558.904)	(762.320)	(1.360)	(1.286.040)	9.350	(2.894.634)
Recursos consignados	-	-	(762.855)	-	-	-	(90.932)	(196)	(853.983)
	(20.404.284)	(9.797.016)	(14.623.692)	(13.433.619)	(9.499.358)	(24.609.885)	(5.600.827)	(2.393.518)	(100.362.199)
Derivados									
Interest Rate Swaps (IRSs)	6.240.660	(925.885)	(2.596.453)	(207.400)	(930.521)	(1.042.648)	(497.883)	(3.010)	36.860
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	1.436.487	99.830	2.046.640	-	11.624	-	3.594.581
Forward Rate Agreements (FRAs)	-	-	-	-	-	-	5.000	-	5.000
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-	-	(24.466)	(24.466)
	6.240.660	(925.885)	(1.159.966)	(107.570)	1.116.119	(1.042.648)	(481.259)	(27.476)	3.611.974
Exposição Líquida	(7.472.970)	9.700.717	14.347.566	9.536.348	(636.914)	(17.743.824)	887.975	2.942.587	11.561.486

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correções de valor.

Na sua construção foram utilizados os seguintes pressupostos:

- As disponibilidades em bancos centrais foram classificadas nas colunas até 1 mês, e os depósitos à ordem de clientes foram classificados na coluna “<= 7 dias”;
- A diferença entre o valor nominal e o valor de mercado dos títulos de dívida registados ao justo valor está considerada na coluna "Indeterminado", incluindo a componente de juros corridos;
- Os instrumentos de capital foram classificados na coluna "Indeterminado".

Justo valor

Os quadros seguintes apresentam o valor de balanço e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31-12-2013				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.545.339	1.545.339	-	-	1.545.339
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.037.042	1.037.042	-	(538)	1.036.504
Aplicações em instituições de crédito	1.307.297	1.306.312	(985)	467.505	1.774.802
Crédito a clientes	67.388.130	59.730.144	(7.657.985)	2.686.332	70.074.462
	71.277.808	63.618.837	(7.658.971)	3.153.299	74.431.107
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	9.835.039	9.763.230	71.810	(100.390)	9.734.649
Recursos de clientes e outros empréstimos	65.976.420	66.494.589	(518.169)	1.848.049	67.824.469
Responsabilidades representadas por títulos	8.717.423	8.583.996	133.426	73.964	8.791.387
Outros passivos subordinados	2.508.172	2.356.541	151.631	15.528	2.523.700
Recursos consignados	775.546	789.274	(13.728)	159	775.705
	87.812.600	87.987.630	(175.030)	1.837.310	89.649.910

	31-12-2012				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.603.281	1.603.096	(185)	-	1.603.281
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.301.903	1.301.903	-	109	1.302.012
Aplicações em instituições de crédito	2.288.459	2.189.513	(98.946)	228.941	2.517.400
Investimentos a deter até à maturidade	2.469.277	2.682.904	213.627	-	2.469.277
Crédito a clientes	73.312.575	67.920.245	(5.392.330)	1.422.008	74.734.584
	80.975.495	75.697.660	(5.277.835)	1.651.059	82.626.554
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	12.122.447	12.210.609	(88.162)	104.258	12.226.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	70.449.121	70.779.161	(330.039)	905.916	71.355.037
Responsabilidades representadas por títulos	10.570.171	10.110.118	460.053	20.457	10.590.627
Outros passivos subordinados	2.889.862	2.501.217	388.645	(795)	2.889.067
Recursos consignados	853.960	877.647	(23.687)	23	853.983
	96.885.561	96.478.751	406.810	1.029.859	97.915.420

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida cotadas cujos preços foram considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos financeiros foi determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos de taxa variável. Para o efeito foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de desconto apropriadas ao tipo de instrumento, incluindo:

  . Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito.;

  . Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de crédito e de depósitos de clientes, para tipos de crédito e de depósitos comparáveis;

- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:

- O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;
- Saldos de algumas entidades não incluídas no cálculo efetuado pela Caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	31-12-2013			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	418.532	59.707	-	478.239
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*)	848.319	26.773	381.800	1.256.892
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.632.009	4.244.509	1.528.721	15.405.239
Ativos com acordo de recompra	488.435	209.679	7.522	705.636
Derivados de negociação	321	(560.893)	394.188	(166.384)
Derivados de cobertura	-	44.019	(63.670)	(19.651)
	11.387.616	4.023.794	2.248.561	17.659.971

(*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber

	31-12-2012			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	565.106	24.210	-	589.317
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*)	999.784	162.712	162.632	1.325.129
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.616.676	9.464.909	315.600	20.397.185
Ativos com acordo de recompra	279.355	224.805	-	504.160
Derivados de negociação	(9)	(130.609)	-	(130.618)
Outros passivos detidos para negociação	(2.582)	-	-	(2.582)
Derivados de cobertura	-	14.246	-	14.246
	12.458.330	9.760.274	478.232	22.696.836

(*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1** - Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2 -** Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3 -** Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos ou cotações fornecidadas por entidades externas que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

No exercício de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados			Ativos financeiros disponíveis para venda					Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida			Subtotal		
		Outras Obrigações			Asset-backed securities	Collateralized Loan Obligation	Outras Obrigações			
Valor de balanço (liquido) em 31-12-2012	158.002	4.630	162.632	266.325	-	-	49.272	315.600	-	478.232
Entradas/(saidas) do perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	52.227	-	52.227	191.907	-	-	12.828	204.735	73.518	330.481
Amortizações	-	-	-	-	-	-	(11.673)	(11.673)	-	(11.673)
Alienações	(46.856)	-	(46.856)	(1.266)	-	-	(181)	(1.447)	-	(48.303)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	4.249	-	4.249	244	-	-	(171)	73	-	4.322
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	(8.047)	99	(7.947)	(260)	-	-	463	204	-	(7.743)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-	(12.281)	-	-	-	(12.281)	-	(12.281)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	-	8.000	-	-	1.935	9.935	-	9.935
Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	217.495	-	217.495	472.467	375.291	7.229	179.130	1.034.117	257.000	1.508.612
Transferências de/ (para) outras classes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	(3.021)	-	-	-	(3.021)	-	(3.021)
Valor de balanço (liquido) em 31-12-2013	377.070	4.729	381.800	922.116	375.291	7.229	231.605	1.536.243	330.518	2.248.561

	Títulos ao justo valor através de resultados			Ativos financeiros disponíveis para venda					Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida			Subtotal		
		Outras Obrigações			Asset-backed securities	Collateralized Loan Obligation	Outras Obrigações			
Valor de balanço (liquido) em 31-12-2011	157.044	10.021	167.064	284.628	-	-	57.302	341.932	-	508.997
Aquisições	43.981	-	43.981	41.789	-	-	531	42.321	-	86.302
Amortizações	-	(5.225)	(5.225)	-	-	-	-	-	-	(5.225)
Alienações	(25.220)	-	(25.220)	(26.376)	-	-	(8.288)	(34.664)	-	(59.884)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	1.214	-	1.214	(1)	-	-	-	(1)	-	1.213
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	(19.096)	(165)	(19.261)	(244)	-	-	(528)	(772)	-	(20.033)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-	(28.277)	-	-	-	(28.277)	-	(28.277)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	-	(5.217)	-	-	632	(4.585)	-	(4.585)
Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de/ (para) outras classes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	79	-	79	23	-	-	(377)	(354)	-	(275)
Valor de balanço (liquido) em 31-12-2012	158.002	4.630	162.632	266.325	-	-	49.272	315.600	-	478.232

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação e resultados de aproximadamente 650 mEuros e 147 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos de capital valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) incluem essencialmente estruturas de investimento valorizadas com base em dados relativos ao valor líquido dos ativos subjacentes (*Net asset value*) disponibilizadas pelas entidades gestoras ou outros prestadores de serviços de informação.

No exercício de 2013 as transferências entre níveis 1 e 2 de classificação da hierarquia de justo valor apresentaram o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Tranferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 2 para nível 1	Tranferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 2 para nível 1
Instrumentos de dívida	-	20.749	136.921	41.370
	-	20.749	136.921	41.370

As transferências observadas entre níveis de classificação nos níveis de hierarquia de determinação do justo valor decorrem essencialmente das alterações ocorridas nas fontes disponíveis para valorização destes activos (mercado ou contrapartes externas).

Instrumentos financeiros derivados

As transações de derivados financeiros são efetuadas em mercados organizados e em mercados OTC.

As operações de derivados cotados são avaliadas com recurso a cotações extraídas de sistemas de divulgação de informação financeira (*Reuters/Bloomberg*).

A avaliação de derivados OTC é efetuada com recurso a modelos teóricos comummente aceites, mais ou menos complexos dependendo das características do produto em causa:

- Desconto dos cash-flows futuros através da curva de taxa de juro adequada;
- Avaliações apuradas com modelos estatísticos, aceites no mercado, como por exemplo *Black & Scholes*.

O tipo de *inputs* necessários à valorização também depende das características das operações, mas genericamente são curvas de taxa de juro, curvas de volatilidade, preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yields*.

As curvas de taxa de juro são construídas com taxas de depósitos e cotações de swaps extraídas da Reuters/Bloomberg, havendo moedas, as de maior exposição, para as quais é aplicado um ajustamento via futuros de taxa de juro ou FRAs. Dependendo do prazo do indexante da operação, estão disponíveis curvas distintas para geração de fluxos futuros.

As curvas de volatilidade são construídas com base nas volatilidades implícitas nas cotações das opções cotadas existentes para o subjacente. Caso não existam opções cotadas para um determinado subjacente, é apurada volatilidade histórica com base nas séries de preço históricas dos constituintes.

Os preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yield* são extraídos da Reuters/Bloomberg.

Até 31 de dezembro de 2012, a determinação do justo valor dos derivados era efetuada com base no valor descontado dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa de juro sem risco. Adicionalmente, a margem inicial obtida nestas operações era diferida pelo respetivo prazo e eram registados ajustamentos específicos à valorização de derivados com risco de crédito acrescido. O valor acumulado dos referidos ajustamentos à valorização positiva dos derivados ascendia nessa data a 78.111 mEuros.

No decorrer do exercício de 2013, em resultado da adoção da IFRS 13 (Nota 2.2), o Grupo incorporou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos (*add-ons*) para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, em função da sua exposição atual, o Grupo adotou metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo, tendo em resultado desta situação descontinuado o procedimento de diferimento da margem inicial. O justo valor assim obtido é composto pela valorização sem risco afetada deste adicional.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor dos ajustamentos relativos a CVA (*credit value adjustments*) registados na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", e DVA (*debit value adjustements*) registados na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação", ascendiam a 101.470 mEuros e 2.415 mEuros, respetivamente.

Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos cash flows futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos cash flows resultantes de taxas forward (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à

cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/rating da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a viabilidade de observação direta nas fontes de informação de inputs para valorização. São alocadas ao nível 2 as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os inputs utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	31-12-2013			31-12-2012		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,1200	0,1500	0,4100	0,0100	0,3000	0,4250
1 mês	0,1800	0,1800	0,4200	0,0600	0,3500	0,5300
2 meses	0,2089	0,2100	0,4600	0,0947	0,4000	0,5400
3 meses	0,2351	0,2325	0,4936	0,1290	0,4149	0,5600
6 meses	0,3093	0,2549	0,5383	0,2351	0,3660	0,5505
9 meses	0,3304	0,2761	0,5787	0,2504	0,3621	0,5512
1 ano	0,3609	0,2990	0,6284	0,2781	0,3652	0,5544
2 anos	0,5190	0,4790	0,9947	0,3790	0,4035	0,7076
3 anos	0,7373	0,8490	1,4039	0,4727	0,4930	0,7696
5 anos	1,2562	1,7440	2,1170	0,7714	0,8380	1,0197
7 anos	1,6811	2,4150	2,5693	1,1317	1,2570	1,3665
10 anos	2,1558	3,0110	2,9919	1,5753	1,7630	1,8749
15 anos	2,5848	3,5070	3,3210	2,0184	1,9040	2,4388
20 anos	2,7178	3,7060	3,4208	2,1715	2,2990	2,7458
25 anos	2,7438	3,7940	3,4433	2,2203	2,5210	2,9084
30 anos	2,7348	3,8395	3,4397	2,2413	2,6370	2,9885

Os valores das curvas de crédito são obtidos no sistema Bloomberg, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda/setor/rating. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os valores da curva de crédito do governo português e alemão eram os seguintes:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	0,8231	0,1027	1,1791	-0,0022
6 meses	1,1033	0,1257	1,5485	-0,0022
9 meses	1,2105	0,1319	2,0127	-0,0022
1 ano	1,2808	0,1383	2,1441	-0,0022
2 anos	3,2942	0,1809	3,3959	-0,0022
3 anos	3,9012	0,3888	4,4682	-0,0022
5 anos	5,1150	0,9328	5,2956	0,0462
7 anos	5,7238	1,3962	6,4514	0,3132
10 anos	6,0551	1,9705	6,7529	0,7502
15 anos	6,2115	2,3071	6,8670	1,2968
20 anos	6,2713	2,5502	6,8889	1,7265
25 anos	6,3069	2,7613	6,8973	2,0333
30 anos	6,3207	2,7580	6,9084	2,1204

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31-12-2013	31-12-2012
EUR/USD	1,3791	1,3194
EUR/GBP	0,8337	0,8161
EUR/CHF	1,2276	1,2072
EUR/AUD	1,5423	1,2712
EUR/JPY	144,72	113,61
EUR/BRL	3,2576	2,7036

Instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco

Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da atividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

i) Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;

ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;

iii) Fluxos de caixa descontados;

iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;

v) Custo de aquisição.

Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- "Value-at-Risk" (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de "trading" – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - Atividade de gestão de tesouraria – funding em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

A análise de VaR exclui instrumentos financeiros geridos no âmbito da atividade seguradora.

- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do grupo:
  - Caixa - Banco de Investimento;
  - BCG Espanha;
  - BNU Macau
- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade
- Testes de esforço (Stress Tests)

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria)
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria)
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- decay fator=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

Atividade desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos (Sede e Sucursais)

Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	3.658	11.252	3.658	10.123
Cambial	97	2.882	24	134
Preço	-	1.788	-	165
Volatilidade	-	3	-	-
Efeito diversificação	(116)	-	-	(282)
	3.639	11.821	3.639	10.139

Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	1.784	8.374	1.784	8.437
Cambial	1.846	3.887	321	1.504
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(1.177)	-	-	(1.749)
	2.453	8.216	2.347	8.192

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	230	513	230	477
Cambial	27	4.355	5	117
Preço	2.057	4.208	1.604	3.832
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(289)	-	-	(605)
	2.026	4.198	1.925	3.821

Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	161.059	206.246	106.771	152.665
Cambial	93	520	1	99
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(47)	-	-	(61)
	161.105	206.242	106.799	152.703

Atividade da Sucursal de Londres (VaR 99%, 10 dias)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	9.662	25.081	8.902	16.147
Cambial	175	599	30	39
Preço	810	1.379	160	223
Volatilidade	863	1.001	171	182
Efeito diversificação	(1.666)	-	-	(374)
	9.844	25.011	9.083	16.217

Atividade desenvolvida no âmbito da banca de investimento

Caixa Banco de Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	31-12-2013	Max.	Min.	31-12-2012
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	12.045	27.754	11.860	27.291
Cambial	1.401	6.680	26	855
Preço	1.082	1.115	40	72
Volatilidade	516	588	436	451
Efeito diversificação	(2.003)	-	-	(1.189)
	13.042	27.869	12.219	27.481

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

A análise de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro está enquadrada pela Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, que incorpora as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia em sede de Pilar II de Basileia II, e no documento de suporte "*Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*".

No âmbito dos requisitos prudenciais de reporte estabelecidos pela Instrução nº 19/2005, a CGD calcula o impacto de uma variação das taxas de juro de +200 bps no justo valor de todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais da carteira bancária, isto é, não abrangidos pela carteira de negociação. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o referido impacto é apresentado no quadro em baixo:

	Justo Valor					
	31-12-2013			31-12-2012		
	Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada	Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada
à vista - 1 mês	12.089.669	0,08%	(9.672)	12.278.864	0,08%	(9.823)
1 - 3 meses	12.479.558	0,32%	(39.935)	16.462.311	0,32%	(52.679)
3 - 6 meses	5.629.946	0,72%	(40.536)	7.107.154	0,72%	(51.172)
6 - 12 meses	(5.355.302)	1,43%	76.581	(1.479.912)	1,43%	21.163
1 - 2 anos	(25.323.773)	2,77%	701.469	(21.943.687)	2,77%	607.840
2 - 3 anos	(2.976.861)	4,49%	133.661	(12.486.241)	4,49%	560.632
3 - 4 anos	(23.088.512)	6,14%	1.418	(1.711.451)	6,14%	105.083
4 - 5 anos	(132.798)	7,71%	10.239	(1.016.311)	7,71%	78.358
5 - 7 anos	(399.461)	10,15%	40.545	638.238	10,15%	(64.781)
7 - 10 anos	8.159	13,26%	(1.082)	(527.217)	13,26%	69.909
10 - 15 anos	540.346	17,84%	(96.398)	311.419	17,84%	(55.557)
15 - 20 anos	303.221	22,43%	(68.012)	158.206	22,43%	(35.486)
> 20 anos	360.333	26,03%	(93.795)	259.095	26,03%	(67.442)
Impacto acumulado			**614.484**			**1.106.045**

De referir que em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito no justo valor de deslocações paralelas nas curvas de taxas de juro de referência para as operações do Banco Caixa Geral - Brasil, S.A., Banco Comercial e de Investimento, S.A.R.L., Banco Interatlântico, S.A., Banco Comercial do Atlântico, S.A., Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A., Banco Caixa Geral Totta - Angola e BPD - Banco para a Promoção e Desenvolvimento (no decurso de 2013 a Caixa vendeu a sua participação no BPD).

No que diz respeito à análise de sensibilidade da margem financeira a variações das taxas de juro, o quadro seguinte apresenta o efeito na margem projetada para o Grupo CGD de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de referência de ±50, ±100 e ±200 bps, para os exercícios de 2014 e 2013:

SENSIBILIDADE DA MARGEM FINANCEIRA PROJETADA

	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2013	10.005	1.247	(26.037)	146.036	291.610	582.999
Exercício de 2014	(41.865)	(27.734)	(50.128)	132.665	266.640	538.277

De referir que em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito na margem financeira de deslocações paralelas nas curvas de taxas de juro de referência para as operações das Sucursais do Luxemburgo, Timor e Zhuhai, e para as operações do Banco Caixa Geral - Brasil, S.A., Banco Comercial e de Investimento, S.A.R.L., Banco Interatlântico, S.A., Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Nacional Ultramarino, Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A., Mercantile Bank, Banco Caixa Geral Totta - Angola e BPD - Banco para Promoção e Desenvolvimento (no decurso de 2013 a Caixa vendeu a sua participação no BPD). No apuramento dos impactos apresentados foi considerado que o *stock* em balanço de ativos e passivos sensíveis a taxa de juro, nas datas de referência do cálculo, teria uma evolução de acordo com o enquadramento macroeconómico antecipado para os exercícios de 2014 e 2013,

respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, às condições de mercado e de estratégia de negócio previstas para os referidos exercícios.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores não tem em consideração alterações estruturais de balanço, ou das políticas de gestão do risco de taxa de juro, que pudessem vir a ser adotadas em consequência das variações analisadas das taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	31-12-2013											
	Moeda											
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Dólar de Hong Kong	Meticais Moçambique	Rand África do Sul	Escudo Cabo Verde	Outras	Valor de Balanço de derivados de negociação	Total
Ativo												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	887.403	202.621	2.199	846	24.215	100.150	75.214	108.042	21.457	123.193	-	1.545.339
Disponibilidades em outras instituições de crédito	521.386	88.387	8.030	52.358	72.057	148.123	-	101.680	1.307	43.175	-	1.036.504
Aplicações em instituições de crédito	301.127	363.812	316	4.082	573.449	189.750	18	86.520	124.513	143.211	-	1.786.798
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.399.630	176.722	29.284	338	-	40	-	26.419	2.341	100.531	1.478.449	3.213.751
Ativos financeiros disponíveis para venda	14.685.714	178.732	-	-	7.920	-	-	375.404	67.911	510.359	-	15.826.038
Crédito a clientes (saldos brutos)	69.670.330	1.136.277	76.709	5.923	572.166	728.931	1.393	1.493.389	541.106	360.649	-	74.586.872
Ativos com acordo de recompra	645.209	60.427	-	-	-	-	-	-	-	-	-	705.636
Outros ativos	2.998.537	51.132	14.262	(2.884)	262.153	(29.825)	(16.872)	(95.971)	(10.632)	(115.315)	-	3.054.586
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(4.819.848)	(87.264)	(3.295)	(203)	(9.946)	(14)	(268)	(27.245)	(43.741)	(11.713)	-	(5.003.538)
	86.289.488	2.170.845	127.504	60.460	1.502.013	1.137.156	59.485	2.068.237	704.262	1.154.090	1.478.449	96.751.988
Passivo												
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(8.604.556)	(993.590)	(6.257)	(22)	(7.280)	(8.168)	-	(59.617)	(3.643)	(51.517)	-	(9.734.649)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(58.441.807)	(2.520.710)	(36.694)	(56.780)	(2.184.169)	(1.350.551)	-	(1.802.700)	(664.184)	(766.874)	-	(67.824.469)
Responsabilidades representadas por títulos	(8.529.125)	(12.687)	-	(187.133)	-	-	-	(62.442)	-	-	-	(8.791.387)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.644.832)	(1.644.832)
Passivos subordinados	(2.502.100)	-	-	-	-	-	-	(13.962)	(7.638)	-	-	(2.523.700)
Recursos consignados	(775.705)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		(775.705)
Outros	(3.955.601)	2.143.753	(53.997)	95.866	(494.249)	323.253	-	(30.056)	(18.182)	(66.890)	-	(2.056.102)
	(82.808.893)	(1.383.234)	(96.948)	(148.070)	(2.685.698)	(1.035.466)	-	(1.968.776)	(693.646)	(885.281)	(1.644.832)	(93.350.844)
Derivados (Nocionais)												
Swaps cambiais	(2.592.175)	2.050.482	(18.647)	39.386	-	462.324	(1.838)	1.785	-	28.494	-	(30.189)
Swaps de taxa de juro	(596.367)	364.044	-	185.186	-	-	-	-	-	22.521	-	(24.616)
Outros swaps	25.000	3.626	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.626
Futuros	(1.463.834)	22.459	(960)	(691)	-	-	-	-	-	(233.049)	-	(1.676.075)
Forward Rate Agreements	35.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.000
Opções e Caps & Floors	(163.171)	(13.236)	-	-	-	(337)	-	-	-	(13.711)	-	(190.455)
Operações Cambiais a Prazo	(108.566)	(1.105.273)	(441)	(907)	-	1.144.431	-	(1.448)	-	(1.736)	-	(73.940)
	(4.864.113)	1.322.102	(20.048)	222.974	-	1.606.418	(1.838)	337	-	(197.481)	-	(1.931.649)
Exposição líquida	(1.383.519)	2.109.712	10.508	135.364	(1.183.684)	1.708.108	57.647	99.798	10.616	71.328	(166.383)	1.469.494

	31-12-2012											
	Moeda											
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Dólar de Hong Kong	Meticais Moçambique	Rand África do Sul	Escudo Cabo Verde	Outras	Valor de Balanço de derivados de negociação	Total
Ativo												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	978.453	195.502	1.989	996	7.804	85.733	176.211	17.145	27.192	112.257		1.603.281
Disponibilidades em outras instituições de crédito	563.906	91.599	8.965	7.357	243.799	264.376	2.762	81.922	1.101	36.224		1.302.012
Aplicações em instituições de crédito	1.064.146	406.080	13.994	39	405.462	129.604	111.114	14.090	104.711	280.574		2.529.813
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.648.718	164.963	30.333	373	-	-	-	21.380	2.298	46.790	2.083.842	3.998.698
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.467.099	198.639	7.408		7.769	-	252.625	3.448	62.898	281.508	-	21.281.393
Investimento associados produtos "Unit Linked"	1.148.225	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.148.225
Investimentos detidos até à maturidade	2.465.023	4.255	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.469.277
Crédito a clientes (saldos brutos)	74.360.253	1.264.072	98.406	6.810	410.515	845.833	572.921	484.826	535.375	344.965	-	78.923.976
Ativos com acordo de recompra	444.778	59.382	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504.160
Outros ativos	2.875.519	311.240	1.872	212.328	386.947	3.114	25.505	9.895	23.145	(207.993)	-	3.641.571
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(4.881.991)	(120.722)	(1.751)	(132)	(21.523)	(25)	(21.388)	(7.687)	(41.912)	(17.407)	-	(5.114.537)
	101.134.128	2.575.009	161.216	227.771	1.440.774	1.328.635	1.119.750	625.020	714.808	876.918	2.083.842	112.287.870
Passivo												
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(11.190.413)	(872.094)	(29.134)	(614)	(14.705)	(8.512)	(23.687)	(10.573)	(2.973)	(73.999)	-	(12.226.705)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(63.504.653)	(2.343.162)	(42.397)	(67.061)	(1.683.917)	(1.075.014)	(973.624)	(426.345)	(643.205)	(595.659)	-	(71.355.037)
Responsabilidades associadas produtos "Unit Linked"	(1.148.225)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.148.225)
Responsabilidades representadas por títulos	(10.176.602)	(27.710)	-	(318.336)	-	-	(23.663)	-	-	(44.316)	-	(10.590.627)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.582)	(2.214.461)	(2.217.043)
Passivos subordinados	(2.865.930)	(14.604)	-	-	-	-	-	-	(8.533)	-	-	(2.889.067)
Recursos consignados	(853.960)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	-	(853.983)
Outros	(3.111.465)	1.415.920	(52.312)	163.503	(769.937)	332.685	(53.414)	(122.430)	(43.748)	(299.811)	-	(2.541.010)
	(92.851.249)	(1.841.649)	(123.843)	(222.508)	(2.468.560)	(750.841)	(1.074.388)	(559.348)	(698.482)	(1.016.367)	(2.214.461)	(103.821.698)
Derivados (Nocionais)												
Swaps cambiais	(1.260.537)	550.308	(64.961)	-	-	681.050	-	2.596	-	63.173	-	(28.371)
Swaps de taxa de juro	(567.428)	166.749	-	378.928	-	-	-	-	-	58.610	-	36.859
Outros swaps	45.000	37.896	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82.896
Futuros	(4.040.436)	(2.079)	(980)	(4.401)	-	-	-	-	-	(155)	-	(4.048.051)
Forward Rate Agreements	(5.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.000)
Opções e Caps & Floors	(24.459)	22.470	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.989)
Operações Cambiais a Prazo	(41.020)	(222.013)	(26.348)	(2.266)	-	187.743	-	-	-	(11.855)	-	(115.759)
	(5.893.880)	553.331	(92.289)	372.261	-	868.793	-	2.596	-	109.773	-	(4.079.415)
Exposição líquida	2.388.999	1.286.691	(54.916)	377.524	(1.027.786)	1.446.586	45.363	68.267	16.325	(29.676)	(130.619)	4.386.757

Análise de VaR – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de Value-at-Risk (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda do Grupo CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

	VaR			
	Atividade bancária		*Atividade seguradora*	
	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2012
Dólar de Hong Kong	47.283	44.391	-	-
Pataca de Macau	38.156	37.233	-	29
Rand da África do Sul	10.728	4.522	-	-
Dólar dos Estados Unidos	421	2.633	74	86
Metical de Moçambique	48.173	64.688	-	-
Libra esterlina	244	487	227	236
Iene japonês	190	142	1	1
Outras Moedas	16.316	18.808	349	409
Efeito diversificação	(116.276)	(108.342)	(172)	(172)
Total	45.236	64.562	478	589

O efeito de diversificação é calculado implicitamente.

A informação relativa à atividade seguradora apresentada nos quadros anteriores diz respeito à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

44. GESTÃO DE CAPITAL

Quadro regulamentar atual

Os objetivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade;

Para atingir os objetivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade da instituições de crédito em Portugal é regulada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, refletindo, em larga medida, as Diretivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro (Diretivas 2006/48/CE, 2006/49/CE e 2010/76/EU).

Até 31 de Dezembro de 2013, os elementos constituintes do capital do Grupo CGD (fundos próprios de base, fundos próprios complementares e deduções) são os constantes do Aviso 6/2010, com as alterações introduzidas pelos Avisos 7/2011, 2/2012 e 3/2013, todos emitidos pelo Banco de Portugal.

Para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e de mercado, o Grupo utiliza o respetivo método padrão. Para risco operacional utiliza, desde de junho de 2009, o método standard (em substituição do método básico).

Os anos de 2011 e 2012 foram particularmente marcados por intervenções regulamentares do Banco de Portugal, com a emissão de um conjunto alargado de Avisos e outros instrumentos normativos relacionados com matérias de natureza prudencial, dos quais se destacam:

Em abril de 2011, através do Aviso 1/2011, o Banco de Portugal exigiu ao grupos financeiros sujeitos à sua supervisão em base consolidada o reforço dos níveis do rácio Core Tier 1 para um valor não inferior a 8% em 31 de dezembro de 2011. Essa exigência

foi justificada pela necessidade de manter e reforçar a capacidade do sistema bancário de enfrentar as situações adversas que têm prevalecido internacionalmente e que, mais recentemente, têm tido especial impacto em Portugal, bem como pela vantagem de antecipar a convergência para os novos padrões internacionais de Basileia III.

Em maio de 2011, no âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 (revogou o Aviso 1/2011) relativo ao reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional. Assim, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada do Banco de Portugal que incluam alguma das instituições de crédito referidas nas alíneas a) a c) do artigo 3.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, ficaram sujeitas ao reforço dos seus rácios core tier 1, em base consolidada, para um valor não inferior a 9%, até 31 de dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de dezembro de 2012.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em maio de 2011, com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, definiu um conjunto de medidas e ações a desenvolver pelas autoridades portuguesas relativamente ao sistema financeiro, entre as quais a elaboração de um Plano de Financiamento e de Capital para o período de 2011-2015, sujeito a monitorização e revisão trimestrais, bem como a programas especiais de inspeções sob a responsabilidade do Banco de Portugal.

O Plano de Financiamento e de Capital visa o cumprimento de um conjunto de objetivos, nomeadamente os estabelecidos no referido Plano de Assistência Financeira e comunicados pelo Banco de Portugal do qual se destaca a apresentação por parte das instituições financeiras de um rácio core tier I mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012 (de acordo com as regras de Basileia 2).

Em julho de 2011, foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei nº 88/2011 que visa reforçar os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociações e para as retitularizações, bem como os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Diretiva nº 2010/76/UE (que altera as Diretivas n°s 2006/48/CE e 2006/49/CE, no que diz respeito aos requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação e para retitularizações, bem como à análise das políticas de remuneração pelas autoridades de supervisão). O Banco de Portugal, através do Aviso 9/2011, datado de dezembro, atualiza o enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco e à divulgação de informação das instituições sujeitas à sua supervisão.

O Banco de Portugal, por Aviso 5/2012 datado de 20 de janeiro de 2012, determinou a sujeição do Grupo CGD ao cumprimento da Recomendação do EBA (EBA/REC/2011/1, datado de 8 de dezembro) e solicitou a elaboração de um Plano de Recapitalização para o efeito.

Inicialmente a CGD identificou e comunicou ao mercado em 8 de dezembro de 2011 uma necessidade de capital de EUR 1.834 milhões, dos quais 1.073 milhões de Euros constituindo o buffer de dívida pública, calculados com base nos valores de setembro de 2011 e no âmbito do stress test do EBA. Em junho de 2012, as necessidades adicionais de capital da CGD foram recalculadas e o valor total foi estabelecido em EUR 1.650 milhões. O valor inicial de EUR 1.073 milhões do buffer da dívida soberana foi mantido de

acordo com a indicação do EBA, e o capital adicional necessário para enfrentar os requisitos mais exigentes de Core Tier 1 foi estabelecido em EUR 577 milhões. Os requisitos de capital de EUR 1.650 milhões foram cobertos por capital do acionista único, sendo 750 milhões de euros sob a forma de capital social e 900 milhões de euros através da emissão de instrumentos híbridos (CoCos) elegíveis para o core tier 1, de acordo com o Aviso 4/2012 do Banco de Portugal.

Em 22 de Julho de 2013, entrou em vigor a Recomendação do EBA/REC/2013/03, que tem em consideração a nova legislação do capital denominada CRD IV/CRR, e que estabelece a preservação, em valor absoluto, do capital necessário ao cumprimento do rácio mínimo de 9% anteriormente previsto, com referência aos Requisitos de capital de 30 de junho de 2012, incluindo o mesmo buffer de capital para exposições com risco soberano.

Esta Recomendação do EBA prevê exceções à regra de preservação do capital nominal por parte das instituições que apresentem Rácios de Common Equity Tier 1, calculado de acordo com as regras da CRD IV / CRR “fully implemented”, igual ou superior a 7% ou para as instituições envolvidas em processos de reestruturação e de desalavancagem gradual ordenada. Neste cenário, em Novembro de 2013 a CGD submeteu um Plano de Capital ao Banco de Portugal, nos termos previstos na Recomendação, o qual se encontra atualmente em apreciação junto da Entidade de Supervisão.

Rácios de capital

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2013 e de 2012, para a sua atividade Consolidada.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE CONSOLIDADO

(milhões de euros)

		31-12-2012 (1)	31-12-2013 (2)	Variação (2)-(1)
A -	FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	7.629	7.058	(571)
	Capital Social	5.900	5.900	-
	Capital Contingente ("CoCos")	900	900	-
	Reservas e Resultados Transitados	866	357	(509)
	Resultado Líquido	(406)	(560)	(154)
	Interesses Minoritários	823	850	27
	Impactos de transição IAS *(regime transitório)*	45	22	(22)
	Deduções aos F. P. de Base (*)	*(499)*	*(411)*	*88*
B -	FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (TIER II)	1.749	1.278	(471)
	Passivos subordinados c/ venc. Indeterminado	1	1	-
	Passivos subordinados c/ venc. determinado	1.993	1.478	(514)
	Reservas de Reavaliação	147	162	15
	Outros elementos (*)	(392)	(364)	29
C -	DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	(47)	(46)	1
D -	TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C)	9.331	8.291	(1.041)
E -	POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	68.383	62.359	(6.023)
	Risco de Crédito	63 017	57 379	(5.638)
	Risco de Mercado	1 440	1 445	4
	Risco Operacional	3 925	3 536	(389)

RÁCIOS	31-12-2012 (1)	31-12-2013 (2)	Variação
TIER I (A/E)	11,2%	11,3%	0,2%
CORE TIER I	11,6%	11,7%	0,2%
CORE TIER I - EBA	9,4%	9,4%	0,0%
TIER II (B/E)	2,6%	2,0%	(0,5%)
DEDUÇÕES (C/E)	(0,1%)	(0,1%)	0,0%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	13,6%	13,3%	(0,4%)

(*) - Incluem as deduções do investimento nas Seguradoras e nas Instituições de Crédito em que as participações são ≥ 10%.

Basileia III

O Regulamento (UE) n.º 575/2013 e a Diretiva 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, ambos de e 26 de junho, de aplicação a todos os Estados-Membros da União Europeia, vem definir os requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento, designadamente o reforço das exigências de capital (redefine os elementos elegíveis e incluem novas deduções), eleva os níveis de capital mínimos através da introdução de um buffer de conservação obrigatória de capital e um buffer discricionário anticíclico, e prevê um quadro de novas exigências regulamentares sobre a liquidez e alavancagem, bem como exigências adicionais de capital para instituições sistemicamente importantes.

O novo quadro regulatório entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014 e prevê um conjunto de disposições transitórias que permitem a aplicação faseada dos novos requisitos, sendo conferida às autoridades competentes dos Estados-Membros a possibilidade para manter ou acelerar a implementação de alguns desses requisitos. Neste contexto, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 6/2013 que regulamenta o regime transitório previsto no Regulamento (UE) n.º 575/2013, tendo estabelecido que a implementação transitória dos impactos dos elementos que compõem os fundos próprios decorerrão até 2017, com exceção do impacto dos activos por impostos diferidos que dependam da rentabilidade futura cujo calendário se prolonga até 2023 .

As principais alterações podem ser sumarizadas nos seguintes pontos principais:

- ⇨ Aumento significativo dos requisitos de capital, quer em termos quantitativos (aumento progressivo dos rácios comom core tier 1 e tier 1, maiores deduções nos fundos próprios principais de nível 1 (common core tier 1), criação de diferentes buffers de capital), quer em termos qualitativos (maior qualidade de capital requerido, estabelecendo 13 critérios para a qualificação do common core tier 1);
- ⇨ Fixação do commom core tier 1 mínimo de 4,5%, tier 1 de 6 % e rácio total de 8%;
- ⇨ Introdução de requisitos adicionais de capital, através de acumulação de buffers de capital, nomeadamente um buffer de conservação de capital de common core tier 1 de 2,5%.
- ⇨ Introdução de exigências de rácios de liquidez da UE a partir de 2015, após um período inicial de observação, através de padrões mínimos globais de liquidez, consistindo tanto de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR – Liquidity Coverage Ratio), como de um rácio estrutural de financiamento líquido estável de longo prazo (NSFR – Net Stable Funding Ratio). Estima-se que o limite mínimo para os dois rácios será de 100%;
- ⇨ O objectivo do LCR será o de promover a resilência de curto prazo dos bancos, assegurando que dispõem de ativos líquidos de eleveda qualidade suficientes para fazer face a situações de esforço agravadas durante um período de 30 dias. O objectivo do NSFR é o de promover a resilência de longo prazo, através da criação de incentivos para os bancos financiem as suas actividades com recursos estáveis e numa base de continuidade;
- ⇨ Introdução do rácio de alavancagem (Leverage Ratio) como um novo instrumento de regulamentação e supervisão. As orientações previstas apontam para a divulgação desse rácio a partir de 1 de Janeiro de 2015. Com base nos resultados do período de

observação (que decorrerá entre 1 de janeiro de 2013 e 1 de janeiro de 2017), o Comité de Basileia de Supervisão Bancária tenciona efetuar eventuais ajustamentos definitivos à definição e calibração do rácio de alavancagem no primeiro semestre de 2017, tendo em vista a migração para um requisito vinculativo a 1 de janeiro de 2018 com base num reexame e calibração adequados.

O Grupo acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III (e CRD IV) e participou nas consultas públicas sobre a matéria. Adicionalmente, efetuou os estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares.

O Rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as regras da CRD IV / CRR "*fully implemented*", situou-se em 7,6% em 31 de Dezembro de 2013 (o mínimo fixado é de 7%, constituído por CET 1 de 4,5% e a um *buffer* de 2,5%).

O Rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as regras da CRD IV / CRR "*phasing-in*", situou-se em 10,7% em 31 de Dezembro de 2013, valor acima da referência para avaliação de ativos a realizar pelo BCE, de 8% considerando o cenário base.

2.3. Relatórios EBA

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO *COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING AUTHORITY* (EBA) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

Carta Circular nº 97/2008/DSB, de 3 de dezembro, do Banco de Portugal

I.	Modelo de Negócio	
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulos: • Mensagem do Presidente; • Estratégia e Segmentos e Atividade. Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade.
2.	Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver o referido no ponto I.1 atrás. Ver Anexo às DF's Consolidadas: Notas 13 e 24 sobre títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e produtos estruturados.
3.	Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo	No Relatório do Conselho de Administração encontra-se uma descrição pormenorizada da atividade

	uma abordagem em termos quantitativos);	do Grupo CGD, seus objetivos e resultados, contribuição para o negócio, consequências da turbulência nas Demonstrações de Resultados, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Ver em especial os capítulos mencionados no ponto I.1 atrás e o capítulo "Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência". Ver Notas 30 e 41 do Anexo às DF's Consolidadas.
4.	Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás. Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo Gestão dos Riscos. Ver Nota 2.9. do Anexo às DF's Consolidadas.
5.	Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás.
II.	**Riscos e Gestão dos Riscos**	
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Ver Relatório do Conselho de Administração: • Capítulo Gestão dos Riscos. Ver Anexo às DF's Consolidadas: • Nota 43: onde é efetuada a descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro;
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;	Ver o referido no ponto II.6 atrás.
III.	**Impacto do período de turbulência financeira nos resultados**	
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: • Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência. Ver Notas 6, 8, 21 e 40 do Anexo às

		DF's Consolidadas.
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: • Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência. Ver Nota 43 do Anexo às DF's Consolidadas.

III.	Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	
10.	Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Nos diversos Capítulos é feita referência às consequências da turbulência dos mercados financeiros sobre o sistema bancário e sobre a CGD, em particular, designadamente nos seguintes Capítulos: • Mensagem do Presidente; • Enquadramento Macroeconómico; • Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência. Ver o referido nos pontos III. 8 e III.9 atrás.
11.	Comparação de: i) impactos entre períodos (relevantes); ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.
12.	Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás, em especial a Nota 43 do Anexo às DF’s Consolidadas.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;	N.D.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular o Capítulo Análise Financeira – Principais Riscos e Incertezas em 2014.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos spreads associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: • Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência. Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado.
IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições ”vivas”;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: • Gestão dos Riscos. Ver Anexo às DF’s Consolidadas: • Nota 2.9; • Nota 43, onde é efetuada uma comparação entre justo valor e valor de balanço dos ativos e passivos registados ao custo amortizado.

IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respetivo efeito nas exposições existentes;	Ver Anexo às DF's Consolidadas: • Nota 2.9, descreve as políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura; • Notas 11 e 43, onde consta extensa informação sobre derivados, montantes nocionais e valor contabilístico das operações da Caixa através desses instrumentos, para os quais existem limites de exposição por produto e por cliente e o acompanhamento da evolução diária dos resultados.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages); - Áreas geográficas de origem; - Setor de atividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de ativos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos ativos subjacentes: e.g. vintages, rácio loan-to-value, privilégios creditórios; vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Relatório do Conselho de Administração: • Nota 43 do Anexo às DF's Consolidadas.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	Ver Relatório do Conselho de Administração a exposição a ativos afetados pelo período de turbulência. Ver pontos III.8 a III.15 atrás.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.D.

IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos ativos segurados: Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido; Justo valor das exposições "vivas", bem como a respetiva proteção de crédito; Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados Decomposição das exposições por rating ou contraparte	A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo "monoline".
V.	**Políticas contabilísticas e métodos de valorização**	
22.	Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas: • Nota 2, onde consta a descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência;	N.D.
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Notas 7 e 43 do Anexo às DF's Consolidadas. Ver ponto IV.16 atrás, em especial, na apresentação do apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

V.	Políticas contabilísticas e métodos de valorização	
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave); - Stress Scenarios.	Ver Anexo às DF's Consolidadas: • Nota 2.9, onde consta informação e os processos aplicadas pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros; • Nota 43.
VI.	**Outros aspetos relevantes na divulgação**	
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas.

2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

2.4.1. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS INDIVIDUAIS

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("Caixa" ou "CGD"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um activo total de 93.835.993 mEuros e capitais próprios de 4.922.234 mEuros, incluindo um resultado do exercício negativo de 1.090.515 mEuros, as Demonstrações individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na ORDC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual da Caixa, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Caixa, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. A Caixa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2013 e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Caixa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 24 de Abril de 2014

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2.4.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

PB.

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da **Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("Caixa" ou "CGD")**, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de ativo de 93.835.993 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.922.234 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.090.515 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 938 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras individuais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Caixa Geral de Depósitos, S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

LISBOA, 24 DE ABRIL DE 2014

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada por Pedro Miguel Marques Antunes Bastos

Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

2.4.3. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS CONSOLIDADAS

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel.: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e subsidiárias ("Caixa" ou "CGD"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um activo total de 112.962.840 mEuros e capitais próprios de 6.821.167 mEuros, incluindo um resultado do exercício consolidado negativo atribuível ao accionista da CGD de 575.785 mEuros, as Demonstrações consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme descrito na Nota 14, em 31 de Dezembro de 2013 encontrava-se em curso o processo com vista à alienação das empresas de seguros do Grupo, nomeadamente, a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A. e Multicare – Seguros de Saúde, S.A. ("Companhias"), tendo os respectivos contratos de venda sido assinados em 7 de Fevereiro de 2014. A concretização da operação estava dependente da obtenção das decisões de não oposição a emitir pelas autoridades competentes, designadamente o Instituto de Seguros de Portugal, o qual deliberou não se opor em 17 de Abril de 2014. Neste contexto, nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 as operações das Companhias foram classificadas de acordo com a Norma IFRS 5- "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas", tendo os saldos comparativos da demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 sido reexpressos, de modo a apresentar também o respectivo contributo para o resultado do Grupo na rubrica "Resultados em filiais detidas para venda". Ainda de acordo com a IFRS 5, os totais dos activos e passivos das Companhias em 31 de Dezembro de 2013 são apresentados nas rubricas "Activos não correntes detidos para venda" e "Passivos não correntes detidos para venda" mas essa reclassificação não é reflectida nos saldos comparativos em 31 de Dezembro de 2012.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada de 2013 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Caixa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 24 de Abril de 2014

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2.4.4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

PB

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("Caixa" ou "CGD")**, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de ativo de 112.962.840 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.821.167 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível ao accionista da CGD de 575.785 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação;
   - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

PB.

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Caixa Geral de Depósitos, S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

ÊNFASES

7. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 Conforme se encontra descrito nas notas 2.1 e 14 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2013, no âmbito do processo de privatização da área seguradora do Grupo CGD, encontrava-se em curso a alienação das participações detidas no capital social das entidades Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A. e Multicare – Seguros de Saúde, S.A., tendo os respetivos contratos de venda sido assinados em 7 de fevereiro de 2014. Esta operação estava dependente da obtenção das decisões de não oposição a emitir pelas entidades competentes, designadamente o Instituto de Seguros de Portugal, o qual deliberou não se opor em 17 de abril de 2014. Nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 as operações das referidas entidades foram classificadas de acordo com a Norma IFRS 5 - "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas", sendo os totais dos seus ativos e passivos apresentados nas rubricas "Ativos não correntes detidos para venda" e "Passivos não correntes detidos para venda" (reclassificação não refletida nos saldos comparativos em 31 de dezembro de 2012). Os resultados gerados pelas unidades de negócio classificadas como detidas para venda nos exercícios de 2012 e 2013 foram individualizados na face da demonstração dos resultados consolidados do exercício sob a designação "Resultados em filiais detidas para venda" de modo a evidenciar o respetivo contributo para o resultado do Grupo.

Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

7.2 Do perímetro de consolidação da CGD, a nossa Sociedade exerce funções de Revisão Legal de Contas nas empresas Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A., Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. e Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. tendo utilizado a informação disponibilizada pelos revisores/auditores das restantes empresas que integram aquele perímetro de consolidação, para efeitos de formação da nossa opinião expressa no presente documento.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

LISBOA, 24 DE ABRIL DE 2014

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada por Pedro Miguel Marques Antunes Bastos

Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

2.4.5. RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Caixa Geral de Depositos

Comissão de Auditoria

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2013

Senhor Acionista,

1. De acordo com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 423º-F e no artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre à Comissão de Auditoria emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da **Caixa Geral de Depósitos** (adiante designada de Caixa ou CGD), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2. Os membros da Comissão de Auditoria foram designados para o mandato de 2013-2015 por Deliberação Unânime por Escrito de 8 de julho de 2013 do acionista único da CGD. Através da referida deliberação foram designados, igualmente, os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa.

3. No âmbito das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou e fiscalizou os atos de gestão praticados na CGD, através da informação que consta nas atas das reuniões semanais realizadas pela Comissão Executiva e pela consulta, quando considerado necessário, da documentação que suporta as decisões tomadas, preparada pelos vários serviços internos, grupos de trabalho e entidades externas.

4. Os administradores não executivos que integram a Comissão de Auditoria participaram nas reuniões do Conselho de Administração, destacando-se o acompanhamento dos seguintes assuntos: (i) orçamento e resultados; (ii) plano de financiamento e de capital; (iii) plano de reestruturação; (iv) reorganização da atividade internacional; (v) alienação da participação na Portugal Telecom; (vi) processo de privatização da área de seguros; e (vii) *Governance* de risco.

5. A Comissão de Auditoria, na qualidade de órgão de fiscalização da CGD, promoveu reuniões com as principais estruturas centrais da Caixa e com as unidades do Grupo com o objetivo de verificar a forma de funcionamento de cada direção/unidade, o respetivo contributo para a criação de valor e a interligação com as diferentes áreas funcionais do Grupo.

6. A Comissão de Auditoria promoveu, ao longo do ano, reuniões com o Revisor Oficial de Contas e o Auditor Externo, nas quais foram abordadas as principais áreas e matérias com relevância na atividade da Caixa. A Comissão tomou conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelas referidas entidades, a articulação existente entre ambas, bem como das respetivas conclusões.

Sede Social: Av. João XXI, 63 • 1000-300 LISBOA
Capital Social € 5.900.000.000
CRCL e Contribuinte sob o n.º 500 960 046

Caixa Geral de Depositos

Comissão de Auditoria

7. A Comissão de Auditoria deu cumprimento à competência de vigiar pela observância da Lei e dos estatutos da CGD, emitindo, trimestralmente, o relatório previsto no nº 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 287/93 de 20 de agosto, enviado ao Ministério das Finanças, com conhecimento do Senhor Presidente do Conselho de Administração da CGD.

8. A Comissão de Auditoria emitiu, em 28 de junho de 2013, nos termos do Aviso nº 5/2008, de 25 de junho, do Banco de Portugal, os pareceres sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da CGD (individual e grupo). Em termos gerais, a Comissão de Auditoria considerou que o sistema de controlo interno existente na CGD é adequado à dimensão e à natureza e risco das atividades desenvolvidas, existindo alguns aspetos a melhorar cuja evolução continuará a acompanhar ao longo do exercício de 2014.

9. A Comissão de Auditoria tomou conhecimento do parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o sistema de controlo interno associado ao processo de preparação e de divulgação da informação financeira (individual e consolidada), nos termos do Aviso nº 5/2008, do Banco de Portugal, e do parecer do Auditor Externo sobre a adequação dos procedimentos e medidas adotados pela CGD para garantir a salvaguarda dos bens dos clientes, no âmbito das disposições definidas nos artigos 306º a 306º-D do Código dos Valores Mobiliários.

10. A Comissão de Auditoria emitiu, em 28 de junho de 2013, o parecer sobre o sistema de controlo interno da CGD para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT) nos termos do Aviso nº 9/2012, de 29 de maio, do Banco de Portugal. Em termos gerais, a Comissão de Auditoria considerou que o sistema de controlo interno implementado na CGD, no âmbito específico da prevenção do BC/FT, tal como se encontra descrito no relatório preparado pelo Conselho de Administração é, para os aspetos materialmente relevantes, adequado nos termos da legislação aplicável e regulamentação do Banco de Portugal.

11. A Comissão de Auditoria tem vindo a acompanhar a consolidação dos principais vetores de orientação estratégica da CGD, os quais se consubstanciam na concentração na atividade bancária e no apoio continuado à economia portuguesa (famílias e empresas), conforme "Carta de Missão" do acionista apresentada na Assembleia Geral anual da sociedade, que se realizou nos dias 9 e 31 de maio de 2013.

12. A Comissão de Auditoria tomou conhecimento das revisões efetuadas ao Plano de Financiamento e de Capital da CGD para o período 2013-2017, as quais integram as medidas que constam no Plano de Reestruturação da Caixa aprovado pela autoridade europeia da concorrência (DG Comp) em 24 de julho de 2013.

13. O Plano de Reestruturação, referido no ponto anterior, foi apresentado no âmbito do processo de recapitalização da CGD, o qual surgiu no contexto dos novos requisitos regulatórios exigidos

pelo European Banking Authority (EBA), tendo resultado na necessidade de capital adicional no valor de 1.650 milhões de euros (aumento de capital social da CGD em 750 milhões de euros e emissão de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios *Core Tier* 1 no valor de 900 milhões de euros), que foi subscrito em junho de 2012 pelo acionista Estado e considerado pela Comissão Europeia como Auxílio de Estado.

14. O Plano de Reestruturação da CGD apresenta como principais compromissos aplicáveis, anualmente, até 31 de dezembro de 2017: (i) a desalavancagem do balanço consolidado; (ii) a melhoria da eficiência operacional consolidada; (iii) a otimização da rentabilidade do negócio da CGD; (iv) a reestruturação e otimização da operação espanhola; e (v) medidas comportamentais de atuação. A Comissão de Auditoria tem vindo a acompanhar a implementação do Plano e os relatórios de progresso elaborados por entidade independente relativos à respetiva monitorização.

15. A Comissão de Auditoria tomou conhecimento do relatório sobre o processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito do Grupo CGD, elaborado com periodicidade semestral pelo Auditor Externo, conforme estabelecido pelo Banco de Portugal através da Instrução n.º 5/2013, de 15 de abril, no qual são avaliadas as metodologias e fontes de informação utilizadas para o cálculo da imparidade individual e coletiva, bem como os procedimentos e controlos inerentes ao processo.

16. Em termos de decisões tomadas e/ou matérias com impacto relevante no exercício findo a Comissão de Auditoria salienta as seguintes situações:

(i) A CGD lançou em janeiro de 2013 uma emissão de obrigações hipotecárias a 5 anos, no montante de 750 milhões de euros com um cupão de 3,75%. Em janeiro de 2014, regressou aos mercados de capitais com uma nova emissão de obrigações hipotecárias no mesmo montante e prazo, com um cupão de 3%, diversificando as suas fontes de financiamento.

(ii) No dia 1 de fevereiro de 2013 a Sucursal Offshore de Macau iniciou a sua atividade, após autorização do Banco de Portugal e da Autoridade Monetária de Macau, substituindo a Subsidiária Offshore de Macau.

(iii) Em março de 2013, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA concluiu a venda da HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, detentora de seis hospitais e da gestão do Hospital de Cascais, ao grupo brasileiro de saúde Amil Participações SA.

(iv) Em Assembleia Geral realizada nos dias 9 e 31 de maio de 2013, foi aprovado que o resultado líquido negativo do exercício de 2012, respeitante à atividade individual da

Caixa Geral de Depositos

Comissão de Auditoria

CGD, no montante de 679,1 milhões de euros, fosse integrado na rubrica de "Outras reservas e resultados transitados".

(v) A alienação da totalidade da participação da CGD no capital social do Banco para a Promoção e Desenvolvimento, SA ao grupo Sonangol ocorreu no 1.º semestre de 2013, na sequência do entendimento estabelecido entre os governos da República de Angola e de Portugal.

(vi) Em junho de 2013 a Caixa subscreveu 30 milhões de euros no Fundo Caixa Crescimento, FCR, o qual tem por objetivo investir em participações sociais em PME e em sociedades com grau de capitalização médio (*Mid-Cap*), com uma duração de 10 anos e capital máximo de 150 milhões de euros, decisão tomada no âmbito do Plano de Recapitalização da CGD.

(vii) Em outubro de 2013, a CGD alienou um lote de 54.771.741 ações, representativas de 6,11% do capital social da Portugal Telecom, SGPS, SA, através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigido em exclusivo a investidores qualificados, por um montante total de 190,6 milhões de euros, tendo sido gerada uma mais-valia de 26,8 milhões de euros.

(viii) O relatório sobre o processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito do Grupo CGD elaborado pelo auditor externo, com referência a junho de 2013, identifica um conjunto de créditos que têm vindo a ser objeto de acompanhamento, nos quais se incluem créditos garantidos por penhor de ações, na sua maioria cotadas. Estes créditos têm merecido particular atenção da Comissão de Auditoria, conforme relatórios trimestrais emitidos para a Tutela.

(ix) A exposição da CGD a dívida soberana de países periféricos da zona euro registou uma redução ao longo de 2013, destacando-se a exposição a dívida da República Portuguesa, do Reino de Espanha e da República de Itália.

(x) A exposição da CGD às entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SGPS, SA inclui 2,92 mil milhões de euros de obrigações, 128,9 milhões de euros de crédito e 1,0 mil milhões de euros de papel comercial subscrito pela CGD. A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos, que pertencem à esfera do Estado Português, encontra-se a ser efetuada nos termos acordados com o BCE, FMI e a UE, sendo que os montantes recuperados através da venda dos ativos detidos pelas referidas entidades devem ser canalizados para a liquidação dos créditos.

(xi) O financiamento obtido pela CGD junto do BCE, no final do exercício de 2013, situou-se em 4,75 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 2,2 mil milhões de euros face ao período homólogo do exercício anterior. O progressivo decréscimo do recurso a financiamento do BCE tem sido possível devido à evolução favorável dos depósitos de particulares e das condições nos mercados internacionais, que se traduziram numa gradual normalização da política de financiamento.

(xii) Com referência a 31 de dezembro de 2013, a exposição da CGD a títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes), atinge o montante, líquido de imparidade, de 514,2 milhões de euros. Estas operações implicam um reporte prudencial periódico ao Banco de Portugal, que tem sido acompanhado pela Comissão nos relatórios trimestrais emitidos.

(xiii) As responsabilidades com pensões de reforma ascendem a 1.712,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (+170,4 milhões de euros face ao período homólogo), encontrando-se integralmente financiadas pelo fundo de pensões da CGD. As responsabilidades associadas aos benefícios médicos pós-emprego estão provisionadas na totalidade, ascendendo a 466,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

(xiv) No exercício de 2013, destacam-se os dividendos reconhecidos das participações na Portugal Telecom, SGPS, SA (20,9 milhões de euros), EDP - Energias de Portugal, SA (7,6 milhões de euros), ADP – Águas de Portugal, SA (4,5 milhões de euros) e os Rendimentos distribuídos ao Grupo por Fundos de Investimento (34,1 milhões de euros).

(xv) No ano de 2013 continuaram a realizar-se múltiplas ações de inspeção extraordinária à qualidade dos ativos dos bancos por parte do Banco de Portugal, assessoradas por entidades independentes, com destaque para o Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito (ETRICC) e a análise dos planos de negócio de clientes relevantes do sistema bancário (ETRICC 2), na sequência das quais a CGD procedeu aos reforços de imparidade que se mostraram necessários. As ações transversais de inspeção desenvolvidas pelo Banco de Portugal desde 2011 confirmam a resiliência do sistema bancário português. Em março de 2014 iniciou-se um novo exercício de avaliação da qualidade dos ativos dos bancos, denominado *Asset Quality Review* (AQR).

(xvi) Em janeiro de 2014, a Standard & Poor's reafirmou os ratings de longo e curto prazo da CGD, de respetivamente BB- e B, removendo o *creditwatch* com implicações negativas, na sequência de idêntica ação sobre o rating de longo prazo da República Portuguesa.

(xvii) No âmbito da privatização da área de seguros do Grupo, em janeiro de 2014, foi selecionada a entidade Fosun International Limited que fará a aquisição, pelo preço global de 1.000 milhões de euros, da Fidelidade, Multicare e Cares (sendo o encaixe total de 1.208,9 milhões de euros). A Comissão de Auditoria salienta o sucesso da operação, a qual deverá estar concluída até final do 3º trimestre de 2014.

17. Em termos das contas individuais da Caixa, evidenciamos os seguintes indicadores, caracterizadores da atividade no exercício:

(i) O ativo líquido da CGD ascendeu a 93,8 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 8,4 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2012, com destaque para a redução das aplicações em instituições de crédito e do crédito a clientes.

(ii) O passivo da CGD ascendeu a 88,9 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 7,4 mil milhões de euros, com destaque para a redução dos recursos de bancos centrais e instituições de crédito e das responsabilidades representadas por títulos.

(iii) Os capitais próprios ascenderam a 4,9 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 1,0 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, a qual decorre sobretudo do resultado liquido negativo obtido no exercício.

(iv) O rácio *cost-to-income* situou-se no final do exercício em 95,7%, registando um aumento de 38,6 p.p. face ao período homólogo do exercício anterior, em resultado da diminuição significativa do produto da atividade bancária e do aumento dos custos operativos.

(v) O rácio de solvabilidade em 31 de dezembro de 2013, em base individual, situou-se em 13,6%, enquanto o *Tier* I ascendeu a 11,2%, indicadores acima dos mínimos de referência do Banco de Portugal.

(vi) O resultado líquido individual atingiu o montante negativo de 1.090,5 milhões de euros, registando um agravamento de 411,4 milhões de euros face ao exercício anterior, penalizado sobretudo pela redução da margem financeira.

18. Em relação às contas consolidadas, salientamos que em resultado do processo de alienação das empresas da área seguradora do Grupo os saldos destas unidades foram reclassificados, no exercicio de 2013, para as rubricas de "ativos não correntes detidos para venda" e "passivos não correntes detidos para venda", conforme disposto na Norma IFRS 5. A análise comparativa com o exercício anterior deve ser efetuada atendendo a este facto relevante.

Face ao exposto, salienta-se os seguintes indicadores caracterizadores da atividade no exercício:

(i) O ativo líquido do Grupo CGD ascendeu a 112,9 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 3,9 mil milhões de euros face ao ano anterior, destacando-se a redução do crédito a clientes.

(ii) O passivo ascendeu a 106,1 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 3,4 mil milhões de euros face ao ano anterior, explicada, sobretudo, pela redução nas responsabilidades representadas por títulos e nos recursos de instituições de crédito e bancos centrais.

(iii) Os capitais próprios do Grupo ascenderam a 6,8 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 458,9 milhões de euros em relação ao ano anterior, destacando-se o resultado líquido negativo atribuível ao acionista da CGD.

(iv) O rácio *cost-to-income* situou-se em 81,5% (58,5% no ano anterior), ficando a variação a dever-se sobretudo à redução do produto bancário e ao aumento dos custos de estrutura (reestruturação da atividade em Espanha e reposição dos subsídios de férias e de Natal).

(v) Em base consolidada, o rácio de solvabilidade fixou-se em 13,3%, o *Tier* I em 11,3%, e o *Core Tier* I em 11,7%, superior aos valores mínimos exigidos pelo Banco de Portugal, e em 9,4% nos termos definidos pela EBA. O rácio *Common Equity Tier* 1 (CET1), calculado de acordo com a nova regulamentação de capital CRD IV / CRR "fully implemented" situou-se em 7,6% (sendo o mínimo de 7% constituído por CET 1 de 4,5% e um *buffer* de 2,5%).

(vi) O resultado líquido consolidado atribuível ao acionista da CGD ascendeu a um valor negativo de 575,8 milhões de euros (no ano anterior o valor foi negativo em 394,7 milhões de euros). O prejuízo apurado no exercício de 2013 é explicado sobretudo pela evolução desfavorável da margem financeira e pelo ainda elevado custo das provisões e imparidades.

19. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria analisou, em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório de Gestão e as Contas (Individuais e Consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração.

20. A Comissão de Auditoria apreciou o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o "Relatório de Auditoria"

(contas individuais e consolidadas) emitido pelo Auditor Externo, nos termos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

21. PARECER:

Tudo devidamente ponderado, a Comissão de Auditoria é de parecer que a Assembleia Geral:

a) aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2013, atividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;

c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

LISBOA, 24 DE ABRIL DE 2014

A COMISSÃO DE AUDITORIA

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
(Presidente)

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
(Vice-Presidente)

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão
(Vogal)

3. Relatório de Governo Societário

I - Missão, Objetivos e Políticas

A CGD está sujeita às orientações estratégicas definidas para a globalidade do Setor Público Empresarial através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008.

Em 2011, em virtude da profunda alteração do contexto económico-financeiro português, e no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira celebrado entre o Governo Português, o FMI, a Comissão Europeia e o BCE, foram estabelecidas metas de capital e de liquidez que passaram a ser consideradas na condução da atividade da Caixa Geral de Depósitos. Para efeitos de planeamento e monitorização a Caixa passou a apresentar um Plano de Financiamento e Capital numa base trimestral ao Banco de Portugal e à Troika.

Foi igualmente levada a cabo uma revisão do Desafio Estratégico do Grupo para o triénio 2011-2013, definindo um conjunto de orientações de gestão específicas, e para as quais as metas regulamentares acima referidas foram determinantes.

A implementação do Desafio Estratégico definido para 2011-2013 acabou entretanto por ser condicionada pelas necessidades de capital decorrentes das regras emanadas pela EBA, nomeadamente a criação de "buffers" de capital para determinados riscos soberanos, e que implicaram um reforço de capital da CGD em junho de 2012. Este processo de recapitalização foi considerado "Ajuda de Estado" à luz da legislação comunitária e obrigou a CGD a apresentar um Plano de Restruturação que demonstrasse, entre outros aspetos a sua sustentabilidade a médio-longo prazo e a sua capacidade para reembolsar o Estado.

O Plano de Restruturação da CGD submetido pelo Estado português à DG Comp, veio, para além de alguns compromissos de natureza comportamental, apenas reforçar a estratégia que já vinha sendo seguida, com particular destaque para os seguintes vetores:

- Concentração da atividade na banca de retalho, nomeadamente através da venda da atividade de seguradora e da saúde;
- Desalavancagem de outros ativos *non-core* através da venda das restantes participações não estratégicas, bem como a gestão de redução tendencial de ativos parqueados na sucursal da CGD em Espanha;
- Melhoria da eficiência operacional, dando continuidade ao esforço de redução dos custos operacionais já verificado, nomeadamente através da otimização do número de agências e de empregados da rede doméstica e da renegociação dos serviços contratados;
- Reestruturação da operação em Espanha, sobretudo pela redução da rede de agências do BCG-E e pela adopção de um modelo de negócio focado no retalho de particulares e de empresas e no negócio "cross-border" com Portugal.

MISSÃO

Em maio de 2013, a Carta Missão divulgada pelo Acionista único da CGD veio também confirmar esta estratégia, destacando como prioridade a orientação da atividade creditícia para as empresas, sempre enquadrada numa adequada e prudente política de gestão de risco. Em concreto, foi reforçado o enfoque nos segmentos de empresas que atuam nos mercados de bens transacionáveis.

PRINCIPAIS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O Plano Estratégico do Grupo CGD está estruturado em dois desafios chave:

1.º Desafio: Proteger e reforçar a saúde financeira (Solvência, Liquidez e Rendibilidade) do Grupo CGD, num novo enquadramento económico e do sector financeiro.

2.º Desafio: Transformar a CGD, focalizando a atividade no negócio bancário, de forma a assegurar a sustentabilidade e competitividade do Grupo.

O primeiro desafio preconiza a resposta às necessidades criadas pelo novo contexto da economia e do sector financeiro, mesmo em cenários mais adversos, nomeadamente através de: rácio de capital Core Tier I de 10% a partir de 2012, geração de um retorno sobre o capital de 10% a 5 anos, manutenção de um rácio de transformação estável em torno dos 110-120%. Tais objetivos foram estabelecidos considerando um cenário de abertura dos mercados após 2013, e uma crescente integração corporativa das Unidades de Negócio do Grupo.

O segundo desafio visa garantir a sustentabilidade e competitividade da CGD a nível organizativo e de eficiência e rentabilidade, face ao novo paradigma económico do país e do sector bancário, transformando o atual modelo de negócio do Banco e promovendo a integração da rede global do Grupo (doméstica e internacional). Em simultâneo, atribui-se um maior enfoque em serviço/transação reduzindo a sensibilidade à evolução da taxa de juro. Este novo modelo deverá constituir a resposta necessária à evolução em curso do mercado e às necessidades de segmentos chave dos clientes particulares Gama Alta, Não Residentes e Empresas/ PMEs de Bens Transacionáveis suportada em sistemas, plataformas, processos e recursos humanos otimizados e adequados às novas exigências do mercado.

As principais Diretrizes Estratégicas definidas para concretizar os Desafios citados são:

a. Captar poupança e diversificar fontes de liquidez, reduzindo o risco de liquidez do Balanço;

b. Continuar o processo de redução do Balanço através da alienação dos ativos “non core”;

c. Cumprir os novos objetivos para o rácio de solvabilidade, nomeadamente o rácio de Capital Core Tier I;

d. Proteger e dinamizar a geração de receita convergindo para uma situação de rentabilidade sustentada;

e. Adotar um novo modelo de negócio que permita mitigar o impacto da volatilidade do mercado nos resultados do Banco e que permita a adequação dos rácios prudenciais às novas regras definidas em Basileia III e deste novo modelo decorre o desinvestimento em ativos financeiros “non core” ;

f. Em simultâneo reforçar-se-ão os mecanismos necessários ao desempenho das funções de natureza corporativa, designadamente as ligadas à gestão estratégica, gestão de risco e gestão de liquidez;

g. Otimizar processos relacionados com a gestão do risco, com particular relevância para uma gestão mais integrada do Imobiliário do Grupo e para o processo de acompanhamento e recuperação de crédito;

h. Melhorar a eficiência através de um acréscimo dos níveis de produtividade quer da Rede Comercial quer dos Serviços Centrais, num contexto de

desalavancagem e de mudança dos principais vetores de negócio. O rácio "cost-to-income" deverá convergir para uma meta de 50%;

i. Rever a presença internacional do Grupo CGD, tendo como pressuposto a desalavancagem do Balanço individual e consolidado, contribuindo para apoiar o processo de internacionalização das empresas portuguesas. Neste ponto assume particular relevância a restruturação da presença do Grupo em Espanha do qual decorre o redimensionamento da operação e a orientação dominante para o negócio de retalho e para o negócio ibérico;

j. Aumentar o esforço de apoio às exportações e à internacionalização das empresas, continuando a contribuir para o desenvolvimento económico do país através do reforço da competitividade e das empresas portuguesas, nomeadamente das direcionadas para o comércio externo;

k. Aumentar a quota de mercado nas PME, devendo a Caixa Geral de Depósitos posicionar-se como o primeiro Banco das melhores PMEs;

l. Apoiar a capitalização das empresas e microfinança;

m. Reforçar a estratégia multicanal no relacionamento com os clientes. Neste âmbito, o desenvolvimento da banca à distância deverá permitir a reconfiguração da rede física de agências, adotando novas localizações e novos formatos mais flexíveis. Assim, a CGD deverá conseguir uma maior proximidade junto dos clientes em simultâneo com a racionalização dos custos e um aumento na eficiência operativa;

n. Dinamizar a Prospeção e Gestão do Talento e promover a Mobilidade dos Recursos Humanos.

Por último, as estratégias e políticas definidas para o Grupo visaram o cumprimento dos seguintes objetivos, tendo os mesmo sido, na sua maioria, verificados em 2013:

- **Liquidez**
  - Rácio de Transformação inferior a 120%
  - Utilização de "Funding" do BCE inferior a 10 vezes as reservas mínimas de caixa
  - Convergência do "Stable Funding Ratio" para 100%

- **Solvabilidade**
  - Rácio de capital Core Tier I:
    - 10%, considerando as regras de Basileia II
    - 9%, considerando as regras da EBA
    - Cumprir os mínimos de capital do "stress test" da EBA

- **Eficiência**
  - Convergência do Rácio de Comissões líquidas / Custos com Pessoal para 100%
  - Convergência doRácio "Cost-to-Income" (BdP) para 50%

Não obstante a implementação das referidas diretrizes e medidas estratégicas, os objetivos de rendibilidade e eficiência continuam a ser fortemente influenciados por fatores externos, de que se destaca:

- Atual Ciclo económico, com impacto no nível de confiança do consumidores e condicionando a procura de crédito e a evolução dos depósitos, ao mesmo tempo que coloca uma pressão adicional sobre o custo do risco;

- Níveis historicamente baixos de taxas de juro de mercado, o que, considerando a maioritária indexação dos contratos de crédito a taxas varáveis que caracteriza

o sistema financeiro português, condiciona fortemente a Margem Financeira da banca nacional;

- Pressão regulatória sobre a obtenção de proveitos com base nos serviços bancários prestados, que, no limite, poderá obrigar a manutenção de estruturas fixas de custos sem uma compensação adequada.

A CGD desenvolve anualmente um processo de planeamento que tem como âmbito a atividade consolidada das diversas unidades de negócio do Grupo. Nesse exercício são estabelecidos os objectivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

Para acompanhar a execução do plano de actividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por diversos relatórios periódicos com indicadores sobre as diversas áreas de actividade.

Anualmente, a actividade desenvolvida e o cumprimento dos objectivos fixados é objecto de uma avaliação apresentada no Relatório e Contas.

II - Estrutura de capital

A CGD é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujas ações só podem pertencer ao Estado. O capital social é de € 5.900.000.000,00 e é representado por 1.180.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada uma.

À data de 31 de dezembro de 2013 os Acordos Parassociais existentes no âmbito do Grupo CGD abrangem as seguintes entidades: Banco Comercial do Atlântico, SA; Banco Interatlântico SA; Vale do Lobo, RTL,SA; Prado Cartolinas da Lousã, SA; Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, SARL; Parcaixa,SGPS,SA ; Yunit Serviços SA; Locarent S.A.; Esegur SA; BCI (Moçambique); Partang SGPS SA; BCGTA SA.

III - Participações Sociais e Obrigações detidas

A estrutura do Grupo a nivel das principais empresas filiais, por setores de atividade é a seguinte:

Sector de atividade/Entidade	Sede	31-12-2013 % Participação Efetiva		% Participação Direta
Gestão de Participações Sociais				
Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.		100,00%		100,00%
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%		100,00%
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	99,71%		-
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%		100,00%
Gerbanca, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%		91,95%
Parbanca, SGPS, S.A.	Madeira	100,00%		10,00%
Parcaixa SGPS, S.A.	Lisboa	51,00%		51,00%
Partang, SGPS, S.A.	Lisboa	51,00%		51,00%
Bancário				
Banco Caixa Geral, S.A.	Vigo	99,79%		99,79%
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	Praia	59,33%		47,66%
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Maputo	51,26%		-
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	São Paulo	100,00%		99,90%
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	Praia	70,00%		70,00%
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	Macau	100,00%		99,43%
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	Lisboa	99,71%		-
Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	Macau	100,00%		-
CGD - North America Finance	Delaware	100,00%		100,00%
CGD Investimentos CVC, S.A.	São Paulo	99,86%		-
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	Joanesburgo	100,00%		91,60%
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	Luanda	26,01%		-
Segurador				
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	Praia	65,36%		41,55%
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Universal Seguros, S.A. (Angola)	Luanda	70,00%		-
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Crédito Especializado				
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	51,00%		-
Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Praia	60,25%		-
Gestão de Ativos				
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	Lisboa	100,00%		-
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Capital de Risco				
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	Praia	52,72%		36,21%
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	99,71%		-
Imobiliário				
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%		90,00%
Caixa Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Inmobiliaria Caixa Geral S.A.U.	Madrid	100,00%		-
Cibergradual, Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%		-
Outras Entidades Financeiras				
CGD Finance	Cayman	100,00%		100,00%

Sector de atividade/Entidade	Sede	31-12-2013		
		% Participação Efetiva		% Participação Direta
Outros sectores				
Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	80.00%		80.00%
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, S.A.	Lisboa	100.00%		100.00%
Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros,	Lisboa	100.00%		-
Cares Multiassistance, S.A.	Lisboa	51.00%		-
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Lisboa	100.00%		-
LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A.	Lisboa	100.00%		
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100.00%		-
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100.00%		-
HPP International Ireland, Ltd.	Dublin	100.00%		-
HPP International - Luxembourg, S.A.R.L.	Luxemburgo	100.00%		-
Wolfpart, SGPS, S.A.	Lisboa	100.00%		100.00%
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento				
Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD - Caixa Capital	Lisboa	99.98%		85.63%
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	Lisboa	100.00%		100.00%
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	Lisboa	100.00%		100.00%
Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento	Lisboa	100.00%		100.00%
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento	Lisboa	99.77%		87.86%
Beirafundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	95.88%		38.29%

No que concerne à aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional, os principais movimentos nas filiais do Grupo durante o exercício de 2013 foram os seguintes:

Mesquita ETVIA - Construção de Vias de Comunicação, S.A.(Mesquita ETVIA)

Por deliberação do seu acionista único, Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD, de 28 de março de 2013, e tendo em consideração a inexistência de perspetivas para a prossecução dos seus objetivos, a sociedade iniciou os procedimentos necessários à formalização da sua dissolução e liquidação.

A carteira de participações da Mesquita ETVIA havia já sido transferida para o seu acionista único no final do exercício de 2012 antecipando assim a decisão de encerrar a sua atividade. Em maio de 2013 a Assembleia Geral aprovou as contas de liquidação assim como a distribuição dos seus ativos líquidos remanescentes.

Credip - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Credip)

Em Assembleia Geral realizada a 16 de setembro de 2013, foi aprovado o relatório do encerramento na liquidação da Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A. com referência a 31 de julho de 2013. O ativo líquido da sociedade apurado nesta data no valor de 11.778 milhares de euros foi distribuído aos seus acionistas na respetiva proporção do seu capital social (9.422 milhares de euros e 2.356 milhares de euros, respetivamente). Na sequência da liquidação, a CGD apurou uma mais valia de 1.421 milhares de euros.

Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos

Em 15 de outubro de 2013, o Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR, constituído em 16 de agosto de 2011, com um capital inicial de 100.000 milhares de

euros, representado por 100.000 unidades de participação incorporou por fusão o Fundo Mezzanine, FCR, tendo nessa data alterado a sua designação para Fundo Caixa Fundos, FCR.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital do Fundo ascende a 199.357 milhares de euros integralmente subscrito pela CGD, estando realizados 44.357 milhares de euros representativos de 335.600 unidades de participação.

O fundo destina-se a exercer a atividade de capital e risco com a realização de investimentos em fundos de investimento, ativos de capital de risco e sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização.

Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento

O Fundo Caixa Crescimento, FCR foi constituído em 28 de junho de 2013, com um capital inicial de 30.000 milhares de euros, representado por 30.000 unidade de participação com um valor nominal de 1.000 euros, cada.

O Fundo destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em PME ou sociedades com sede em Portugal e grau de capitalização médio que necessitem de financiar os respetivos planos de investimento com vista a reforçar a capacidade produtiva, expandir para novos mercados, sustentar estratégias de crescimento ou reforçar necessidades estruturais de financiamento do ciclo de exploração.

Em 31 de dezembro de 2013, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados 5.000 milhares de euros.

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Caixa Reabilita (Caixa Reabilita)

O FEIIF - Caixa Reabilita foi constituído em 6 de maio de 2013, com um capital inicial de 10.000 milhares de euros, representado por 10.000 unidades de participação com um valor nominal de 1.000 euros cada, integralmente subscrito pela Caixa.

O Fundo tem como objetivo o investimento em unidades de participação em fundos imobiliários expostos a projetos de reabilitação e revitalização urbana, elegíveis no âmbito da Iniciativa Jessica.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Cidades de Portugal (Cidades de Portugal)

O FIIFAH - Cidades de Portugal foi constituído em 6 de maio de 2013, com um capital inicial de 30.000 milhares de euros, representado por 30.000 unidades de participação com um valor nominal de 1.000 euros, cada, subscrito em 70% pela Caixa e 30% pelo FEIIF - Caixa Reabilita.

O Fundo tem como objetivo o investimento em imóveis que necessitem de reabilitação urbana, com vista a posterior arrendamento para habitação permanente.

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Caixa Seguros e Saúde) e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)

Em julho de 2013, foi aprovado pela Caixa Seguros e Saúde, enquanto acionista único da Fidelidade, uma redução do seu capital social no valor de 223.850 milhares de euros. Em resultado desta operação o valor unitário das ações constituintes do capital social alterou-se de 5 euros para 3,15 euros, mantendo-se este representado por 121.000.000 ações.

Em setembro de 2013, a Comissão Executiva da Caixa Seguros e Saúde deliberou a redução do seu capital social no montante de 339.968 milhares de euros, integralmente realizado em dinheiro. O valor nominal unitário das ações representativas do capital

social alterou-se de 2 Euros para 1,15 Euros. Em resultado desta redução o capital social da Caixa Seguros e Saúde ascende nesta data a 459.957 milhares de euros representativos de 399.962.460 ações integralmente detidas pela CGD.

No quadro do processo de privatização em curso das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de fevereiro de 2014, os contratos tendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited.

CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. e CGD - Sucursal Offshore de Macau, S.A.

O pedido formulado ao Chefe do Executivo da REAM para o estabelecimento de uma instituição financeira "offshore" sob a forma de sucursal foi outorgado através da publicação da Ordem Executiva nº 7/2013, de 25 de janeiro, a qual veio simultâneamente revogar a autorização anteriormente concedida para o exercício de atividades financeiras "offshore" sob a forma de subsidiária.

Em resultado da obtenção das necessárias aprovações administrativas e legais, foram implementados os procedimentos necessários ao estabelecimento da nova unidade, em paralelo com o encerramento da subsidiária.

Desta forma, com data de 1 de fevereiro de 2013 (data de entrada em vigor da Ordem Executiva), a CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A. alienou ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos, S.A., pelo respetivo valor nominal, a totalidade dos seus ativos e passivos afetos à exploração da sua atividade comercial, incluindo direitos e obrigações sobre ela incidentes, independentemente da sua natureza. Estes foram na mesma data transferidos para a sucursal, a qual assegurará a sua gestão no âmbito da prossecução dos seus objetivos.

O registo de dissolução da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi realizado em 4 de fevereiro de 2013, tendo a respetiva liquidação sido subsequentemente formalizada já no decorrer do mês de maio.

Em 31 de dezembro de 2013, os instrumentos de capital registados como "Ativos financeiros disponíveis para venda" incluem as seguintes participações e tiveram os seguintes movimentos em 2013:

Portugal Telecom, S.A.

Em outubro de 2013, a Caixa alienou 54.771.741 ações da Portugal Telecom por um montante global de 190.606 milhares de euros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 26.838 milhares de euros.

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

No exercício de 2013, a Caixa alienou 179.380.009 ações do BCP por um valor global de 19.022 milhares de euros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 7.541 milhares de euros.

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

Em janeiro de 2013, a Caixa alienou 800.000 ações da EDP por um montante global de 1.882 milhares de euros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 390 milhares de euros.

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

No exercício de 2013, a Parcaixa, SGPS alienou 3.233.255 ações da Galp Energia por um montante global de 40.889 milhares de euros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 2.729 milhares de euros.

No que respeita à prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, a politica seguida pelo Grupo Caixa baseia-se no compromisso de que todas as entidades do Grupo sejam autónomas em termos de fundos próprios, e tendencialmente as repetivas atividades sejam autofinanciadas.

A Posição obrigacionista dos membros do conselho de administração é a seguinte:

OBRIGACIONISTAS Membros do conselho de administração:	Título	Nº títulos em 31/12/13
Dr. João Nuno Palma	Obrigações. Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	50
	Obrigações CGD 5,125% 2014	1
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	Obrigações de Caixa Julho 2015	15 000

Os restantes membros do Conselho de Administração e as entidades com eles relacionadas referidas no artigo 447º do CSC não detêm obrigações da CGD e das restantes sociedades também previstas naquela disposição legal.

Os membros do conselho de administração têm pleno conhecimento do dever de abstenção de participar em certas deliberações, designadamente quando nelas tenham interesse, por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa ou ainda quando tal suceda em relação ao seu cônjuge, parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau em linha colateral ou em relação com pessoa com quem viva em economia comum, nos termos estabelecidos no artigo 22º, número 7 do Estatuto do Gestor Público.

A comissão de auditoria tem o dever de dar parecer vinculativo sobre eventuais situações de conflito de interesses de quaisquer administradores (v. regulamento da comissão de auditoria, artigo 4º, nº 3 d).

Os membros do conselho de administração fizeram as declarações previstas no artigo 22º, nº 9 do Estatuto do Gestor Público e no artigo 52º, nº 1 do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, à Inspeção-Geral de Finanças, ao conselho de administração e à comissão de auditoria, relativas às participações e interesses patrimoniais detidos, direta ou indiretamente, na Caixa Geral de Depósitos ou em qualquer outra empresa, assim como a quaisquer relações que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da Caixa Geral de Depósitos.

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na CGD e os demais cargos desempenhados pelos membros do conselho de administração, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas. Os membros da comissão de auditoria não estão abrangidos pelas incompatibilidades previstas no artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por força do artigo 423º-B, e preenchem os requisitos estabelecidos no artigo 423º-B do mesmo código e são independentes.

Os membros do conselho de administração cumprem todas as disposições legais e regulamentares decorrentes do exercício dos respetivos cargos e dos cargos que porventura exerçam em acumulação, e prestam as declarações correspondentes, designadamente perante o Tribunal Constitucional, a Procuradoria-Geral da República, a Inspeção-Geral de Finanças, o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

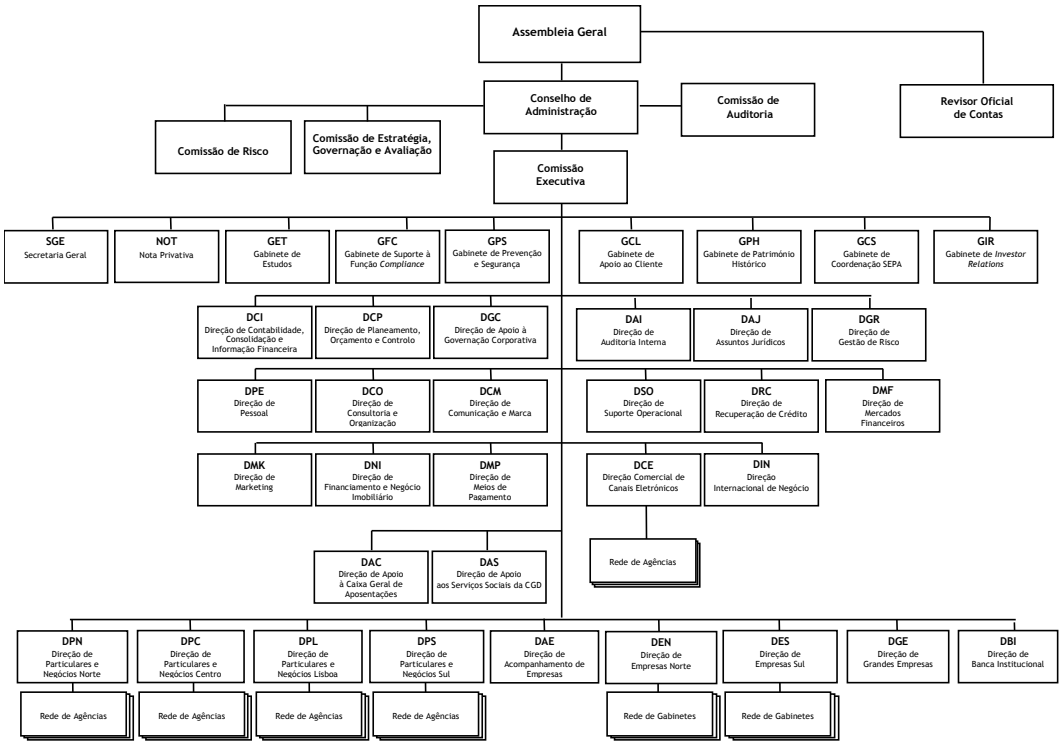
A Caixa Geral de Depósitos cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, designadamente junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

IV - Órgãos Sociais e Comissões

O modelo de governo da CGD, que assegura a efetiva separação entre as funções de administração e as funções de fiscalização, é composto por conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria, e revisor oficial de contas.

Os membros dos órgãos sociais da CGD são eleitos por deliberação acionista por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, o número de mandatos exercidos sucessivamente não pode exceder o limite de quatro, com exceção dos membros da mesa da assembleia geral e dos membros independentes da comissão de auditoria, que ficam sujeitos ao disposto na lei.

Os estatutos da CGD são alterados nos termos do Código das Sociedades Comerciais, devendo os projetos de alteração ser devidamente fundamentados e aprovados pelo titular da função acionista (v. Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, artigo 36º). Para além das legalmente previstas, não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, tenham de ser tomadas por maioria qualificada.



A. ASSEMBLEIA GERAL

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo o atual mandato de 2013 a 2015.

Composição da Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Manuel Carlos Lopes Porto

Vice-Presidente: vago

Secretário: José Lourenço Soares

O ex-vice-presidente da mesa da assembleia geral, Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete, renunciou ao cargo com efeitos a partir de 24 de julho de 2013, data em que tomou posse como Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Os curricula dos membros da mesa da assembleia geral constam do presente Relatório.

A assembleia geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuam competência, competindo-lhe, em especial:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Eleger os membros da mesa da assembleia geral, os membros do conselho de administração, com indicação do presidente e dos vice-presidentes, os membros da comissão de auditoria e o revisor oficial de contas;
- Deliberar sobre alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos com poderes para fixar essas remunerações, nos termos do Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável;
- Autorizar a aquisição e a alienação de imóveis e a realização de investimentos, uns e outros quando de valor superior a 20% do capital social;
- Tratar de qualquer assunto para que tenha sido convocada.

A. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (1)	Remuneração Anual (€)		
(Inicio-Fim)				Bruta (2)	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2013-2015	Presidente	Prof. Doutor Manuel Carlos Lopes Porto	650,00 €			0,00 €
2013-2015	Vice-Presidente	Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete (*)	525,00 €			0,00 €
2013-2015	Secretário	Dr. José Lourenço Soares	400,00 €			0,00 €

(1) Valor de Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias
(*) - Cessou funções por ter sido nomeado Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (cfr. D.R., 1ª Série, Suplemento, de 24.7.2013) e não foi substituído.

B. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O conselho de administração é composto por um presidente, um ou dois vice-presidentes e cinco a dezassete vogais, compreendendo estes também os membros da comissão de auditoria. Atualmente, o conselho de administração é composto por catorze membros, com mandato de 2013 a 2015.

Os membros do conselho de administração são escolhidos de entre pessoas com comprovadas idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitadas, no mínimo, com o grau académico de licenciatura e são eleitos por deliberação acionista, após avaliação, não vinculativa, do curriculum e da adequação de competências ao cargo de gestor público, realizada pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (v. Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, artigos 12º e 13º).

O conselho de administração pode ser dissolvido e os gestores podem ser demitidos nos casos e situações previstos no Estatuto do Gestor Público e também por mera conveniência (v. Estatuto do Gestor Público, artigos 24º, 25º e 26º).

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, José Pedro Cabral dos Santos, Ana Cristina de Sousa Leal, Maria João Borges Carioca Rodrigues, Jorge Telmo Maria Freire Cardoso, Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel, José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho, José Ernst Henzler Vieira Branco, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Daniel Abel Monteiro Palhares Traça e Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão.

No período anterior à deliberação unânime por escrito de 8 de julho de 2013, que procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato em curso, o conselho de administração tinha a seguinte composição: Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira; Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos; Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, José Pedro Cabral dos Santos, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento.

Os ex-vogais António do Pranto Nogueira Leite e Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa renunciaram aos cargos por cartas datadas de 19 de dezembro de 2012 e de 3 de abril de 2013, respetivamente. O ex-presidente do conselho de administração renunciou por carta de 29 de maio de 2013 e todos os demais membros do conselho de administração renunciaram aos respetivos cargos por cartas de 19 de junho de 2013.

O conselho de administração integra administradores com funções executivas, que compõem a comissão executiva, e administradores com funções não executivas, que são todos os demais.

Os administradores com funções não executivas são considerados independentes, uma vez que não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, de acordo com os critérios utilizados para o enquadramento em qualquer das referidas previsões. Por outro lado, o Estatuto do Gestor Público prescreve, no seu artigo 21º, número 2, que os gestores com funções não executivas exercem as suas funções com independência, oferecendo garantias de juízo livre e incondicionado em face dos demais gestores, e não podem ter interesses negociais relacionados com a empresa, os seus principais clientes e fornecedores.

Os curricula dos atuais membros do conselho de administração constam do presente Relatório e incluem as qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes, designadamente os cargos ou as atividades que exercem cumulativamente.

As competências do conselho de administração decorrem da lei, competindo-lhe em especial e de acordo com os estatutos da sociedade:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social;
- Estabelecer a organização interna da empresa e elaborar os regulamentos e as instruções que julgar conveniente;
- Contratar os trabalhadores da sociedade, estabelecendo as respetivas condições contratuais, e exercer em relação aos mesmos o correspondente poder diretivo e disciplinar;
- Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes;
- Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;
- Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, incluindo participações sociais, e realizar investimentos, quando o entenda conveniente para a Sociedade, sem prejuízo das competências da assembleia geral nestas matérias;
- Decidir sobre a emissão de obrigações;
- Executar e fazer cumprir as deliberações da assembleia geral;
- Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer pleitos e comprometer-se, mediante convenção de arbitragem, à decisão de árbitros;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos estatutos e deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não caibam na competência dos outros órgãos da sociedade.

A atividade do conselho de administração está regulada no regulamento do conselho de administração, aprovado por este órgão em 15 de setembro de 2011, o qual está publicado na Intranet da CGD.

O conselho de administração reúne, em sessão ordinária, pelo menos uma vez por bimestre, tendo realizado 12 reuniões em 2013.

De todas as reuniões é lavrada ata em que são registadas as presenças e as faltas verificadas. Todas as faltas dadas foram expressamente justificadas pelo conselho de administração.

O acionista único da CGD, o Estado Português, estabeleceu objetivos e prioridades para a CGD, designadamente em matéria de crédito para o triénio de 2013 – 2015, na Carta Missão de 31 de maio de 2013 e, na deliberação unânime por escrito de 8 de julho de 2013, encarregou o conselho de administração e, em particular, a comissão executiva de elaborar e apresentar ao Estado, no prazo de 90 dias a contar da deliberação, um estudo

sobre a reorganização e desenvolvimento da atividade internacional da sociedade, como forma de alavancar e maximizar o apoio à internacionalização da economia nacional.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Os estatutos da Sociedade estabelecem que o conselho de administração delegará numa comissão executiva a gestão corrente da Sociedade, definindo em ata os limites e condições da delegação.

Na sua reunião de 15 de julho de 2013, o conselho de administração designou uma comissão executiva, que é composta pelos seguintes membros:

Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vice-Presidente: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Vogais: João Nuno de Oliveira Jorge Palma, José Pedro Cabral dos Santos, Ana Cristina de Sousa Leal, Maria João Borges Carioca Rodrigues e Jorge Telmo Maria Freire Cardoso.

No período anterior à deliberação unânime por escrito de 8 de julho de 2013, que procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato em curso, a comissão executiva tinha a seguinte composição: Presidente: José Agostinho Martins de Matos; Vice-Presidentes: António do Pranto Nogueira Leite (renunciou ao cargo em 19 de dezembro de 2012) e Norberto Emílio Sequeira da Rosa; Vogais: Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma e José Pedro Cabral dos Santos.

Na citada reunião de 15 de julho de 2013, o conselho de administração deliberou delegar na comissão executiva a gestão corrente da Sociedade, conferindo-lhe poderes gerais de administração, mas reservando para o conselho de administração, para além das definidas nos artigos 406.º e 407.º do Código das Sociedades Comerciais, a competência exclusiva sobre as seguintes matérias: a) aprovação da política geral do Grupo CGD, entendendo-se por Grupo o conjunto das instituições de crédito e sociedades financeiras dominadas direta ou indiretamente pela sociedade e ainda as sociedades que atuam na área dos seguros; b) aprovação do plano e orçamento anuais e plurianuais e acompanhamento periódico da sua execução; c) aprovação dos regulamentos do conselho de administração e da comissão executiva; d) aprovação de decisões que devam ser consideradas estratégicas por motivo do seu montante, risco ou devido às suas caraterísticas especiais, conforme definidas no regulamento do conselho de administração e/ou no regulamento da comissão executiva; e) aprovação de propostas de alteração de estatutos, incluindo aumentos de capital; f) aprovação das propostas de nomeação dos membros dos órgãos sociais e dos códigos de conduta da Fundação CGD Culturgest e das sociedades dominadas que estejam definidas no regulamento do conselho de administração; g) instituição de outras comissões no seio do conselho de administração; h) nomeação do secretário da Sociedade e do suplente.

Em reunião de 23 de julho de 2013, a comissão executiva deliberou distribuir os pelouros e responsabilidades pelos seus membros, e os respetivos substitutos, tendo esta deliberação sido ratificada pelo conselho de administração, em 31 de julho de 2013. Em 18 de setembro de 2013, a comissão executiva distribuiu ainda pelos seus membros a responsabilidade pelo acompanhamento da atividade das sucursais e empresas participadas, tendo esta deliberação sido ratificada pelo conselho de administração, em 11 de dezembro de 2013.

A atividade da comissão executiva está regulada no regulamento da comissão executiva, aprovado pelo conselho de administração em 15 de setembro de 2011, o qual está publicado na Intranet da CGD.

A gestão da comissão executiva é acompanhada e avaliada continuamente pelos administradores com funções não executivas (v. Estatuto do Gestor Público, artigo 21º, nº 3), é fiscalizada pela comissão de auditoria, que tem o dever de apreciar anualmente o desempenho coletivo da comissão executiva e de preparar um relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora para submissão à assembleia geral (v. regulamento da comissão de auditoria, artigos 3º e 4º) e é também acompanhada e avaliada pela comissão de estratégia, governação e avaliação, que tem o dever de apresentar anualmente ao Ministério da tutela um relatório de avaliação do grau e das condições de cumprimento das orientações de gestão definidas para a sociedade (v. regulamento da comissão de estratégia, governação e avaliação, artigo 3º e Estatuto do Gestor Público, artigo 7º, nº 1).

Por outro lado, os titulares do órgão de administração respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados (v. Decreto-Lei nº 133/2013, artigo 25º, nº 2).

Finalmente, a assembleia geral procede anualmente à apreciação geral da administração da sociedade (v. estatutos, artigo 12º, nº 2 c).

A comissão executiva reúne, em regra, pelo menos uma vez por semana, tendo realizado 52 reuniões em 2013.

De todas as reuniões é lavrada ata em que são registadas as presenças e as faltas verificadas. Todas as faltas dadas foram expressamente justificadas pela comissão executiva.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Número de Mandatos Exercidos na Sociedade	Observações
2013-2015	Presidente do Conselho de Administração	Álvaro José Barrigas do Nascimento	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	Um mandato como Vogal não executivo do Conselho de Administração e outro como Presidente do Conselho de Administração
2013-2015	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva	José Agostinho Martins de Matos	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva	Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	Um mandato como Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e outro como Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	João Nuno de Oliveira Jorge Palma	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	José Pedro Cabral dos Santos	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Ana Cristina de Sousa Leal	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Maria João Borges Carioca Rodrigues	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	José Ernst Henzler Vieira Branco	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão	Deliberação Unânime por Escrito	Um	

C. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade compete a uma comissão de auditoria, composta por um mínimo de três e um máximo de cinco administradores, e a um revisor oficial de contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas.

COMISSÃO DE AUDITORIA

A comissão de auditoria é composta por um presidente, um vice-presidente e um vogal, com mandato de 2013 a 2015.

Composição da Comissão de Auditoria

Presidente: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vice-Presidente: Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Vogal: Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão.

No período anterior à deliberação unânime por escrito de 8 de julho de 2013, que procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato em curso, a comissão de auditoria tinha a seguinte composição: Presidente: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira; Vogais: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento.

Os curricula dos membros da comissão de auditoria constam do presente Relatório e incluem as qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes, designadamente os cargos ou as atividades que exercem cumulativamente.

As competências da comissão de auditoria decorrem da lei e dos estatutos, competindo-lhe designadamente:

- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas e, em geral, supervisionar a qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
- Analisar e emitir a sua opinião sobre os assuntos relevantes relacionados com aspetos contabilísticos e de auditoria e o impacto nas demonstrações financeiras das alterações às normas de contabilidade aplicáveis à Sociedade e às suas políticas contabilísticas;
- Fiscalizar a revisão de contas e a auditoria aos documentos de prestação de contas da sociedade, bem como supervisionar e avaliar os procedimentos internos relativamente a matérias contabilísticas e de auditoria;
- Propor à assembleia geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Proceder à nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da Sociedade, bem como à fiscalização das suas habilitações e independência e aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por pessoas ou entidades suas associadas;
- Fiscalizar a qualidade e eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, e supervisionar a execução das funções desempenhadas no âmbito da auditoria interna e sistema de controlo interno;
- Receber as comunicações de irregularidades, reclamações e/ou queixas apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros, e implementar os procedimentos destinados à receção, registo e tratamento daquelas;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos e a situação económica da Sociedade.

A comissão de auditoria envia trimestralmente ao Ministério das Finanças um relatório sobre os controlos efetuados, as anomalias e os principais desvios relativamente às previsões eventualmente detetados, nos termos do artigo 6º, número 2 do Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de agosto.

A atividade da comissão de auditoria está regulada no regulamento da comissão de auditoria, aprovado por este órgão em 19 de setembro e pelo conselho de administração em 16 de dezembro de 2011, o qual está publicado na Intranet da CGD.

A comissão de auditoria realiza, pelo menos, uma reunião bimestral, tendo realizado 14 reuniões em 2013.

De todas as reuniões é lavrada ata em que são registadas as presenças e as faltas verificadas. Todas as faltas dadas foram expressamente justificadas pela comissão de auditoria.

Remete-se a informação relativa à independência dos membros da comissão de auditoria para o que foi referido acima no título do conselho de administração.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Número de Mandatos Exercidos na Sociedade	Observações	Vencimento (euros) (mensal)
2013-2015	Presidente da Comissão de Auditoria	Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	Deliberação Unânime por Escrito	Quatro	Dois mandatos como Presidente do Conselho Fiscal e dois como Presidente da Comissão de Auditoria	1 826,70
2013-2015	Vice-Presidente da Comissão de Auditoria	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça	Deliberação Unânime por Escrito	Um		1 826,70
2013-2015	Vogal da Comissão de Auditoria	Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão	Deliberação Unânime por Escrito	Um		1 826,70

D. SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

A sociedade efetiva é “Oliveira Rego e Associados, SROC”, inscrita na OROC sob o número 46 e na CMVM sob o número 218, sendo representada pelo sócio Pedro Miguel Marques Antunes Bastos, revisor oficial de contas com o número de inscrição 1063, tendo substituído o anterior revisor oficial de contas no mandato que se iniciou no exercício de 2013.

A sociedade suplente é “Álvaro, Falcão & Associados, SROC”, representada pelo sócio Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão.

No âmbito do previsto no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos da CGD, compete à comissão de auditoria, entre outras funções, a fiscalização da independência do revisor oficial de contas, a avaliação do respetivo desempenho profissional, a condução de um procedimento fundamentado de análise e escolha do revisor oficial de contas e propor à assembleia geral a nomeação do mesmo (alínea m) do artigo 423º-F do Código das Sociedades Comerciais).

Face ao exposto, a comissão de auditoria propôs a designação das sociedades atrás referidas, representadas pelos revisores indicados, para o mandato de 2013 a 2015, a qual se veio a concretizar na assembleia geral da CGD que se realizou no dia 31 de maio de 2013.

O período máximo de exercício de funções de auditoria pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal de contas é de sete anos, a contar da sua designação (nº 2 do artigo 54 do Decreto-Lei nº 224/2008 de 20 de novembro).

A "Oliveira Rego & Associados, SROC" exerce funções na CGD desde 2000 (anteriormente desenvolveu funções de Fiscal Único como Oliveira Rego & Alexandre Hipólito, SROC, nomeada em 1993, na data de transformação da CGD numa sociedade anónima de capitais públicos, e representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego).

Mandato (Início/Fim)	Cargo	Nome (SROC / ROC)	Nº	Designação legal da atual nomeação	Nº de Mandatos	Obs
2013/2015	Efetivo	Oliveira Rego e Associados - Pedro Miguel Marques Antunes Bastos	1063	Assembleia Geral de 31 de maio de 2013	1	-
2013/2015	Suplente	Álvaro, Falcão & Associados, SROC - Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão	751	Assembleia Geral de 31 de maio de 2013	1	-

A "Oliveira Rego & Associados, SROC" tem um contrato de prestação de serviços com a Sociedade para coadjuvar a comissão de auditoria no exercício das suas funções, nos termos previstos no artigo 423º-F, número 1, alínea p) do Código das Sociedades Comerciais. Os valores associados ao referido contrato estão expressos no mapa seguinte (em outros serviços).

(Valores em euros) (a)

Remuneração paga à SROC (contas individuais)	Valor (*)	%
Valor dos serviços de revisão de contas	128.210,40	66,4%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0,00	0,0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	65.000,04	33,6%
Total	**193.210,44**	**100,0%**

(*) IVA não incluído

Remuneração paga à SROC (contas consolidadas)	Valor (*)	%
Valor dos serviços de revisão de contas	207.830,89	76,2%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0,00	0,0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	65.000,04	23,8%
Total	**272.830,93**	**100,0%**

(*) IVA não incluído

COMISSÃO DE ESTRATÉGIA, GOVERNAÇÃO E AVALIAÇÃO

O conselho de administração, na sua reunião de 27 de julho de 2011, deliberou instituir uma comissão de estratégia, governação e avaliação, exercendo funções por período de tempo coincidente com o mandato do conselho de administração e cuja composição atual foi definida por deliberação do conselho de administração de 2 de outubro de 2013.

Composição da Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vogais: Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel, José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho e José Ernst Henzler Vieira Branco.

No período anterior à deliberação unânime por escrito de 8 de julho de 2013, que procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato em curso, a comissão de estratégia, governação e avaliação tinha a seguinte composição: Presidente: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa; Vogais: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira e Álvaro José Barrigas do Nascimento.

As competências e a atividade da comissão de estratégia, governação e avaliação estão reguladas no regulamento da comissão de estratégia, governação e avaliação, aprovado por este órgão em 18 de novembro e pelo conselho de administração em 16 de dezembro de 2011, o qual está publicado na Intranet da CGD.

De acordo com o seu regulamento, a comissão tem as seguintes competências:

- Emitir parecer prévio à aprovação em conselho de administração dos vetores de desenvolvimento estratégicos para a sociedade;
- Emitir parecer sobre o projeto de plano estratégico de médio e longo prazo da sociedade, a ser discutido e aprovado em reunião do conselho de administração;
- Acompanhar e avaliar o cumprimento pela comissão executiva das metas parcelares definidas no plano estratégico;
- Refletir sobre as políticas gerais da sociedade e apresentar propostas sobre o tema ao conselho de administração;
- Aprofundar o modelo de governo da sociedade, tendo em consideração a estrutura acionista da mesma e o plano estratégico de desenvolvimento aprovado;
- Verificar a eficácia do modelo de governo e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria;
- Ponderar a necessidade e, quando justificado, propor ao conselho de administração a instituição de outras comissões e comités societários, designadamente no seio do conselho de administração;
- Discutir com a comissão executiva o plano de cumprimento das orientações de gestão definidas para a Sociedade, se existentes;
- Avaliar o cumprimento das orientações de gestão definidas;
- Apresentar anualmente ao Ministério da tutela um relatório de avaliação do grau e das condições de cumprimento, em cada exercício, das orientações de gestão definidas para a Sociedade.

A comissão de estratégia, governação e avaliação realiza, pelo menos, uma reunião bimestral, tendo realizado 7 reuniões em 2013.

De todas as reuniões é lavrada ata em que são registadas as presenças e as faltas verificadas. Todas as faltas dadas foram expressamente justificadas pela comissão de estratégia, governação e avaliação.

COMISSÃO DE RISCO

O conselho de administração, na sua reunião de 11.12.2013, deliberou instituir no seu âmbito uma Comissão de Risco, composta por quatro administradores, sendo três não executivos, um dos quais será o respetivo presidente, e o administrador executivo com o pelouro da gestão de risco (*Chief Risk Officer*).

E. AUDITOR EXTERNO

A auditoria anual às contas da CGD é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, (inscrição na OROC nº 43, registo na CMVM nº 231) competindo à comissão de auditoria, nos termos da lei, dos estatutos, do regulamento da comissão de auditoria e de normativo interno, proceder à nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da sociedade, bem como à fiscalização das suas habilitações e independência e aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por pessoas ou entidades suas associadas.

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. é feita pelo sócio João Carlos Henriques Gomes Ferreira (ROC) n. registo, 1129.

A nomeação dos auditores externos é feita em base anual pela comissão de auditoria sendo também o seu desempenho profissional acompanhado e avaliado anualmente pela comissão de auditoria (v. regulamento da comissão de auditoria, artigo 4º, nº 5 e).

REMUNERAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO EM 2013
(CONTAS CONSOLIDADAS)

(Valores em euros) (a)

Deloitte & Associados, SROC, SA	Valor (*)	%
Auditoria Externa e Revisão de Contas	2 559 937	61,1%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	978 500	23,4%
Consultoria Fiscal	252 815	6,0%
Outros Serviços	395 717	9,5%
Total	**4 186 969**	**100,0%**

(a) Valores sem IVA

(CONTAS INDIVIDUAIS)

Valores em euros) (a)

Deloitte & Associados, SROC, SA	Valor (*)	%
Auditoria Externa e Revisão de Contas	850 939	42,2%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	787 000	39,1%
Consultoria Fiscal	45 000	2,2%
Outros Serviços	332 310	16,5%
Total	**2 015 249**	**100,0%**

(a) Valores sem IVA

Devido ao fato do Auditor Externo deter um maior conhecimento da Caixa e do Grupo CGD que lhe confere uma abordagem mais vantajosa em termos de prazos de implementação, foram efetuados trabalhos de consultoria fiscal e outros serviços de acordo com o quadro acima apresentado.

Estes serviços foram sempre aprovados pelo conselho da comissão de auditoria da CGD.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O conselho de administração, na sua já referida reunião de 15 de julho de 2013, designou o secretário da Sociedade e o secretário da Sociedade suplente, pelo período de tempo coincidente com o do mandato do conselho de administração em exercício, de 2013 a 2015.

Efetivo – João Manuel Travassos Dias Garcia

Suplente – Ana Paula Rögenes Perez Lopes Pargana Calado

CONSELHOS DELEGADOS

Na CGD existem sete conselhos delegados, cuja composição, competências e periodicidade de reunião são as seguintes:

- Conselho de Crédito, composto por todos os membros da comissão executiva, com o mínimo de 3, presidido pelo presidente da comissão executiva, com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne em regra uma vez por semana. Realizou 49 reuniões em 2013;
- Conselho Alargado de Crédito, composto por todos os membros da comissão executiva, com o mínimo de 4, presidido pelo presidente da comissão executiva, igualmente com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne em regra uma vez por semana. Realizou 42 reuniões em 2013;
- Conselho Delegado de *Marketing*, Comunicação e Redes (CDMC), com competências delegadas em matéria de comunicação, *marketing*, mercados financeiros, redes comerciais de empresas e de particulares e produtos e serviços, composto pelo presidente da comissão executiva e pelos membros da comissão executiva com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por quinzena. Realizou 18 reuniões em 2013;
- Conselho Delegado de Pessoal, Meios e Sistemas (CDPM), com competências delegadas em matéria de gestão de aprovisionamento, organização, pessoal, sistemas de informação e suporte operacional, composto pelo vice-presidente da comissão executiva e pelos membros da comissão executiva com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por semana. Realizou 30 reuniões em 2013;
- Conselho Delegado de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), responsável pela apreciação e acompanhamento do processo de gestão integrada de ativos e passivos (ALM – *Asset–Liability Management)*, que visa a gestão proativa do Balanço e da rentabilidade do Grupo CGD, com competências para promover o processo ALM e as ações e procedimentos necessários à sua implementação, apreciar e deliberar sobre propostas de orientações estratégicas para a política de financiamento e de liquidez do Grupo e seu acompanhamento, apreciar e deliberar sobre propostas de orientações estratégicas, e posterior acompanhamento, para a política de gestão do risco, analisar e deliberar sobre propostas de orientações estratégicas, e posterior acompanhamento, relativas

aos rácios de capital do Grupo e à política de captação e gestão do capital, deliberar sobre propostas/medidas de otimização do Balanço e da margem financeira, bem como sobre iniciativas estratégicas de otimização do binómio risco/retorno e promover a articulação entre a estratégia financeira e a política comercial do Grupo. É composto por todos os membros da comissão executiva, com o mínimo de 3, presidido pelo presidente da comissão executiva e reúne, em princípio, mensalmente. Substituiu o anterior Comité de Gestão de Ativos e Passivos, através de normativo interno de outubro de 2013, não tendo reunido no decurso de 2013;

- Conselho Delegado do Negócio Imobiliário (CDNI), com competências delegadas em matéria do negócio imobiliário do Grupo (doméstico e exterior), composto pelos membros da comissão executiva com os pelouros do negócio imobiliário e das áreas conexas e ainda do acompanhamento de empresas e da recuperação de crédito, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por quinzena. Realizou 14 reuniões em 2013;
- Conselho Delegado de Gestão Corporativa (CDGC), com competências delegadas em matéria de apreciação e debate dos assuntos relacionados com a definição e acompanhamento de execução da estratégia corporativa do Grupo, composto por todos os membros da comissão executiva, com o mínimo de 3, presidido pelo presidente da comissão executiva e que reúne em regra uma vez por mês. Realizou 11 reuniões em 2013.

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MEMBROS DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE - MANUEL CARLOS LOPES PORTO

Data de Nascimento: 15 de junho de 1943.

Cargos que Exerce:

- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde 2004;
- Presidente da European Community Studies Association portuguesa (AREP);
- Professor e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto, desde 2007, e Diretor do Centro de Estudos, Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA) desta Universidade;
- Professor da Universidade Lusíada, desde 2005;
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Responsável pelo Curso de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 1983 e docência também em outras post-graduações da Faculdade.
- Secretário-Geral (classe de Letras) da Academia das Ciências de Lisboa

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, de 2001 a 2013;
- Membro da Comissão de Reforma das Finanças Locais, de 2005 a 2006;
- Presidente da European Community Studies Association mundial (ECSA-World), eleito em 2004 e reeleito em 2006;
- Presidente da Assembleia-Geral da ANA, Aeroportos e Navegação Aérea, de 2002 a 2005;
- Presidente do Conselho Nacional de Educação, de 2002 a 2005;
- Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de 2000 a 2005;
- Professor no Instituto Superior Bissaya Barreto, de 1999 a 2010;
- Membro da Assembleia Municipal de Coimbra, em 1993 e de 1996 a 1999;
- Deputado ao Parlamento Europeu, de 1989 a 1999, tendo, entre outras funções, sido Questor de 1992 a 1994 e Vice-Presidente da Comissão dos Orçamentos, de 1994 a 1997;
- Membro da Comissão da Reforma Fiscal, de 1987 a 1988;
- Presidente do Conselho Nacional do Plano, de 1986 a 1989;
- Participação num projeto do Banco Mundial sobre “Trade Liberalisation and Adjustment Policies”, de 1986 a 1988;
- Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, de 1976 a 1989;
- Consultor do Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes Terrestres (GEPT), de 1967 a 1969;

Habilitações Académicas:

- Concurso para Professor Catedrático em Ciências Jurídico-Económicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1990;
- Doutoramento em Ciências Jurídico Económicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1983;
- M. Phil em Economia, Universidade de Oxford, em 1976;
- Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1965.

SECRETÁRIO - JOSÉ LOURENÇO SOARES

Data de Nascimento: 22 de novembro de 1950.

Cargos que Exerce:

- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A., 2004;
- Diretor Central da Direção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos, Fevereiro 2006;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa – Banco de Investimento, S.A., 2008;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Seguros e Saúde, S.A., 2008;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa - Participações, SGPS, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Leasing e Factoring - IFIC, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Gerbanca, SGPS, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parbanca, SGPS, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Partang, SGPS, S.A., 2009;
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, SARL, 2011.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Presidente do Conselho de Administração da Parvalorem, S.A., desde 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Parups, S.A., desde 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Parparticipadas, SGPS, S.A., desde 2010.
- Vogal do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., 2008;
- Vogal do BPN Internacional, SGPS, S.A., 2008;
- Vogal do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE, 2008;
- Vogal do Banco Efisa, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bandeirantes, SGPS, S.A., 2009;
- Diretor Coordenador na Caixa Geral de Depósitos, de Junho de 2000 a Fevereiro de 2006;

- Diretor na Caixa Geral de Depósitos, de Janeiro de 1997 a Junho de 2000;
- Diretor Adjunto na Caixa Geral de Depósitos, de Janeiro de 1995 a Dezembro de 1996;
- Subdiretor na Caixa Geral de Depósitos, de Julho de 1994 a Dezembro de 1994;
- Coordenador Gabinete Técnico, de Abril de 1991 a Julho de 1994;
- Adjunto Técnico na Caixa Geral de Depósitos, de Abril de 1991 a Julho de 1994;
- Assessor na Caixa Geral de Depósitos, de Janeiro de 1990 a Abril de 1991;
- Assistente Técnico na Caixa Geral de Depósitos, de Fevereiro de 1982 a Dezembro de 1989;
- Advogado desde Fevereiro de 1985;
- Chefe de Secção na Caixa Geral de Depósitos, de Maio de 1981 a Janeiro de 1982;
- Chefe de Sector na Caixa Geral de Depósitos, de Janeiro de 1978 a Maio de 1981;
- Administrativo na Caixa Geral de Depósitos, de Abril de 1975 a Dezembro de 1977;
- 3º Empregado na Caixa Geral de Depósitos, de Dezembro de 1974 a Março de 1975;
- 3º Empregado Supl. na Caixa Geral de Depósitos, de Novembro de 1974 a Dezembro de 1974;

Cargos Académicos:

- Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa;
- Assistente-Estagiário e Assistente na Faculdade de Direito de Lisboa.

Habilitações Académicas:

- Mestrado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – ÁLVARO JOSÉ BARRIGAS DO NASCIMENTO

Data de Nascimento: 8 de maio de 1966

Cargos que Exerce:

- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos (08-07-2013)
- Vogal do Conselho Fiscal da UNICER BEBIDAS, SGPS, desde junho de 2009;
- Professor Auxiliar da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, desde janeiro de 2006.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração e Vogal da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de julho de 2011 a julho de 2013;
- Diretor da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, de janeiro de 2008 a junho de 2013;
- Consultor independente do BPI – Banco Português de Investimento, S.A., em assuntos relacionados com o mercado de capitais, de 1995 a 1999;
- Responsável pelo negócio com clientes internacionais na DOURO - Sociedade Corretora de Valores Mobiliários (Grupo BPI), entre setembro de 1992 e setembro de 1994;
- Analista de Mercados Financeiros no BPI – Banco Português de Investimento, S.A., entre setembro de 1989 e agosto de 1991.

Cargos Governamentais e Para-Governamentais:

- Consultor para assuntos de regulação económica do Instituto Nacional de Transporte Ferroviário entre 1999 e 2002;
- Assessor do Ministro da Educação do XIV Governo Constitucional, no ano de 2002.

Cargos Académicos:

- Assistente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, entre outubro de 1992 e janeiro de 2006;
- Professor convidado pelo IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, entre outubro de 1990 e setembro de 1995;
- Assistente Estagiário da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, entre outubro de 1989 e setembro de 1991;
- Monitor da disciplina de Microeconomia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, entre outubro de 1988 e setembro de 1989.

Habilitações Académicas:

- PhD in Banking and Finance, pela Cass Business School, Londres, Reino Unido, em 2005;
- MSc in International Trade and Finance, pela Lancaster University, Reino Unido, em 1992;
- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, em 1989.

Prémios e Distinções Obtidas:

- Em 2010, foi vencedor, em co-autoria com Ricardo Gonçalves, da primeira menção do concurso PLUG, promovido pela APRITEL – Associação dos Operadores de Telecomunicações, com o trabalho intitulado “The Post-Investment Conundrum.”;
- Em 2008, foi vencedor, em co-autoria com Ricardo Gonçalves, do primeiro prémio do concurso PLUG, promovido pela APRITEL – Associação dos Operadores de Telecomunicações, com o trabalho intitulado “The Momentum for Network Separation: A Guide for Regulators.”;
- Entre outubro de 1996 e setembro de 2000 foi bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, programa Praxis XXI, para desenvolvimento dos trabalhos de doutoramento na London Business School, em Londres, no Reino Unido;

- Em 1994, foi vencedor, em co-autoria com Ricardo Cruz do primeiro prémio Mercado de Capitais, promovido pela APDMC— Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais, com o trabalho intitulado "O Mercado de Balcão em Portugal e a Estrutura do Mercado Secundário de Valores Mobiliários em Portugal";
- Entre outubro de 1991 e setembro de 1992, foi bolseiro de mestrado da JNICT, programa Ciência, para obtenção do "MSc in International Trade and Finance", pela Universidade de Lancaster, no Reino Unido.

VICE-PRESIDENTE - JOSÉ AGOSTINHO MARTINS DE MATOS

Data de Nascimento: 29 de janeiro de 1953.

Cargos que Exerce:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde julho de 2011;
- Substituto do Governador do Banco de Portugal no Conselho de Governadores do Banco Central Europeu (BCE), de 2002 a 2011;
- Membro do Comité de Relações Internacionais do BCE/SEBC, de 2002 a 2011;
- Presidente do Comité de Orçamento do BCE, de 2007 a 2011;
- Membro do Comité Económico e Financeiro da União Europeia, de 2008 a 2011;
- Governador substituto por Portugal do Fundo Monetário Internacional, de 2007 a 2011 e membro da delegação do Banco de Portugal às reuniões anuais e da Primavera do FMI/Banco Mundial, de 1992 a 2011;
- Director do Departamento de Mercados e Gestão de Reservas (DMR) do Banco de Portugal, de 2000 a 2002;
- Membro do Comité de Mercados do BCE, de 2000 a 2002;
- Director do Departamento de Relações Internacionais (DRI) do Banco de Portugal, de 1994 a 2000;
- Segundo Membro do Comité de Suplentes do Conselho de Governadores do Instituto Monetário Europeu, de 1995 a 1998;
- Chefe do Gabinete do Governador do Banco de Portugal, de 2002 a 2004;
- Director Adjunto e Director do Departamento de Estatística e Estudos Económicos (DEE) do Banco de Portugal, de 1988 a 1992;
- Membro do Comité de Estatísticas Monetárias, Financeiras e da Balança de Pagamentos, junto do Eurostat, de1991 a 1992;
- Técnico Coordenador no DEE do Banco de Portugal, de 1983 a 1988;
- Membro do Grupo de Estatísticas Financeiras da OCDE, de 1983 a 1992;
- Economista no DEE do Banco de Portugal, de 1979 a 1983;
- Técnico Superior no Ministério do Comércio Interno, de 1975 a 1978;
- Técnico Auxiliar no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, de 1973 a 1975.

Cargos que Exerceu:

Cargos Académicos:

- Docente no ISE;
- Docente no ISCTE;
- Docente no IGEGI;

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

NUNO MARIA PINTO DE MAGALHÃES FERNANDES THOMAZ

Data de Nascimento: 2 de novembro de 1968

Cargos que exerce:

- Vice-presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Presidente do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações
- Presidente da Gerbanca, SGPS, S.A.
- Presidente da Parbanca, SGPS, S.A.
- Presidente da Partang, SGPS, S.A.
- Presidente do Banco Caixa Geral Totta de Angola
- Presidente do Banco Caixa Geral Brasil
- Vice-presidente do BCI - Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (Moçambique)
- Presidente do BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CGD Pensões – Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.
- Vice-presidente da ELO, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação
- Vice-presidente da CIEP, Confederação Internacional dos Empresários Portugueses
- Professor convidado no INDEG/ISCTE
- Professor no ISG do Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização de Empresas
- Professor convidado na Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola
- Vice-presidente da Associação Comercial de Lisboa
- Presidente Conselho Fiscal CDUL
- Membro do Conselho Consultivo do Harvard Club de Portugal
- Membro do Conselho Consultivo do ISG / INB
- Membro do Conselho Consultivo do INDEG Business School ISCTE – IUL
- Conselheiro do CDS
- Membro do Comité de Sustentabilidade do LIDE Portugal
- Membro do Conselho Editorial da Revista “Marinha”

Cargos que exerceu:

Cargos empresariais

- 2012 Presidente da Caixa Gestão de Activos, S.A.
- 2012 Administrador da Locarent – Companhia portuguesa de Aluguer de viaturas, S.A.
- 2012 Presidente da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

- 2011 Administrador do BCI - Banco Comercial e de Investimentos, S.A., Moçambique
- 2011 Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa – Gestão imobiliária, S.A.
- 2011 Presidente do Conselho de Administração do Caixa Imobiliário, S.A.
- 2007-2011 – Co-fundador e CEO Grupo ASK - Advisory Services Kapital
- 2010 - Administrador da ASK Sociedade Gestora Patrimónios
- 2009 - Administrador da ASK Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários
- 2009 - Administrador da ASK Angola
- 2009 - Administrador da ASK Brasil
- 2005-2007 - Consultor do Conselho de Administração da A.O.N. Portugal
- 2005-2006 - CEO da Orey Financial
- 2001-2004 - Fundador e Diretor Coordenador do Banif Investment Bank, responsável pelas áreas de Private Banking / Corporate Banking em coordenação com retalho do BANIF SGPS
- 2000-2001 - Vice-presidente da Banif Ascor
- 1999-2001 - Consultor do Conselho de Administração da Dalkia, SGPS (Vivendi Group)
- 1998-2000 - Director do Banco de Negócios da Argentaria
- 1996-1998 - Administrador da Titulo – Sociedade Corretora do Grupo Finibanco
- 1994-1996 - Responsável pelos Mercados de Capitais da Europa do Sul na Carnegie London
- 1992-1994 - Director de Vendas e Negociação da Carnegie Portugal
- 1991-1992 - Sales/Trader do BCI Valores (Grupo Santander)
- 1990-1991 – Corretor da BVL na Pedro Caldeira - Sociedade Corretora, S.A.

Cargos Governamentais:

- 2011 Nomeado pelo Governo para Grupo de Trabalho sobre Diplomacia Económica
- 2004-2005 - Membro do XVI Governo Constitucional de Portugal, como Secretário de Estado dos Assuntos do Mar

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão e Pós-Graduação na Harvard Business School
- Registrado na Securities and Futures Authority

Prémios e distinções obtidas:

- Prémio Banqueiro do Ano 2013 na Camara de Comércio e Industria do Rio de Janeiro, Brasil

JOÃO NUNO DE OLIVEIRA JORGE PALMA

Data de Nascimento: 16 de fevereiro de 1966

Cargos que Exerce:

- Administrador Executivo & CFO da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde 8 de julho de 2013

Funções não executivas:

- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral, SA (Espanha)
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Gestão de Activos, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração do Sogrupo – Compras e Serviços Partilhados,
- ACE
- Administrador da Parcaixa, SGPS, S.A.
- Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, SA – Moçambique

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Administrador não executivo da Portugal Telecom, SGPS, de 27 de abril de 2012 a 30 novembro de 2013
- Administrador Executivo & CFO da Caixa Geral de Depósitos, S.A. de janeiro de 2012 a 7 de julho de 2013
- Administrador Executivo – CFO, da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS (REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., REN – Gasodutos, S.A., REN Atlântico Terminal GNL, S.A., REN – Armazenagem, S.A., Eoondas, Energia das Ondas, S.A., REN Trading) de março de 2010 a dezembro de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, do Banco Caixa Geral, Espanha, Grupo CGD, de fevereiro de 2008 a março de 2010;
- Assessor do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, do SSI - Sogrupo Sistemas de Informação e da Caixanet, S.A., na Caixa Geral de Depósitos, de junho de 2004 a dezembro 2005;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, da HCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa, de agosto de 2003 a novembro 2007;
- Representante do Estado Português para as Negociações de Reversão e Transferência do Controlo da HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa;
- Nomeado pelo Governo Português para a PJC – Permanent Joint Committee, Comissão Reguladora dos Acordos entre Portugal, Moçambique e África do Sul;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Pararede, SGPS, de abril de 2002 a agosto de 2003 e Vogal do Conselho de Administração, de abril de 2000 a abril de 2002;
- Director Coordenador-Controller, responsável pela Direcção de Orçamento e Controlo, do Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Totta & Açores, Crédito Predial Português e do Banco Chemical Finance (Grupo Mundial-Confiança), de abril de 1998 a fevereiro de 2000;

- Director-Controller, responsável pela Direcção de Orçamento e Controlo, do Banco Pinto & Sotto Mayor (Grupo Mundial-Confiança), de novembro de 1997 a abril de 1998;
- Director Adjunto, responsável pela Sub-Direcção de Planeamento e Análise, do Banco Pinto & Sotto Mayor (Grupo Mundial-Confiança), de fevereiro de 1996 a novembro de 1997;
- Regional Director da SCA – Sanchez Computer Associates, de setembro de 1995 a fevereiro de 1996;
- Senior Manager da SCA - Sanchez Computer Associates, de novembro de 1994 a setembro de 1995;
- Director Adjunto Controller, do Departamento de Planeamento/Controlo e Marketing, de janeiro de 1993 a novembro de 1994, e Subdirector, de janeiro de 1992 a dezembro de 1992, da HIASI – Hispano Americano Sociedade de Investimento, BHI – Banco Hispano de Investimento, BCHP – Banco Central Hispano Portugal – Grupo BCH;
- Analista Financeiro, integrado na Equipa de Research do BCI Valores – Sociedade Financeira de Corretagem, de março de 1991 a setembro de 1991;

Cargos Académicos:

- Assistente de Investigação, colaborador do Centro de Estudos e Gestão Empresarial (CEGE) da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia – Departamento de Gestão (MBA), de dezembro de 1988 a março de 1991.

Habilitações Académicas:

- Pós Graduação em Negócios – PDE-VII Programa de Direcção de Empresas, pela Associação de Estudos Superiores de Empresa (AESE), em colaboração com o IESE – Instituto de Estudos Superiores de empresa da Universidade de Navarra;
- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL).

JOSÉ PEDRO CABRAL DOS SANTOS

Data de Nascimento: 5 de Julho de 1960

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde março de 2012;
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Caixa Banco de Investimentos, S.A., desde março de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA. desde maio de 2012
- Presidente do Conselho de Administração da Locarent – Cª Portuguesa de Aluguer de Viaturas desde abril de 2013
- Vice-Presidente da Caixa Seguros e Saúde desde maio de 2013

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Diretor Central da Direção de Grandes Empresas, da CGD, de março de 2002 a março de 2012;

- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA. de abril de 2012 até novembro de 2013
- Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, IP, de março de 2012 até setembro de 2013
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Lusofactor, Sociedade de Factoring, S.A., do Grupo CGD, de março de 2003 a maio de 2008;
- Diretor da Direção de Grandes Empresas, da CGD, responsável pela área Norte da Direção, de outubro de 1999 a fevereiro de 2002;
- Diretor da Direção Comercial Norte, da CGD, responsável pela Coordenação do segmento de Grandes Empresas, de janeiro de 1998 a setembro de 1999;
- Diretor Coordenador (Grupo BFE/Grupo BPI), inicialmente do Banco Borges & Irmão e posteriormente com funções alargadas ao Banco de Fomento e Exterior e Banco BPI, de junho de 1994 a dezembro de 1997;
- Quadro Técnico da Finindústria – Sociedade de Investimentos e de Financiamento Industrial e posteriormente sub-diretor do Finibanco e Administrador não executivo da FINICRÉDITO SFAC, de março de 1989 a maio de 1994;
- Técnico Estagiário e posteriormente Quadro Técnico da União de Bancos Portugueses, de março de 1984 a fevereiro de 1989;

Cargos Académicos:

- Assistente convidado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, de outubro de 1983 a setembro de 1988.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

ANA CRISTINA SOUSA LEAL

Data de Nascimento: 24 de março de 1960

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, desde 8 de julho de 2013;
- Membro do Conselho Diretivo da CGA - Caixa Geral de Aposentações, IP, desde 8 de julho de 2013.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Diretora do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal, de 2005 a junho 2013;
- Diretora Adjunta do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal, de 1997 a 2005;
- Diretora Adjunta do Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos do Banco de Portugal, de 1994 a 1997;
- Coordenadora da Área de Política Monetária – Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos do Banco de Portugal, de 1989 a 1994;
- Coordenadora do Núcleo de Política Monetária – Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal, de 1987 a 1989;

- Assistente Técnica – Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal, 1983 a 1987;
- Representação Internacional, no desempenho das suas funções no Banco de Portugal:
- Comité Técnico-Consultivo – Conselho Europeu do Risco Sistémico, de 2001 a 2013;
- Comité de Estabilidade Financeira – Sistema Europeu dos Banco Centrais, de 2011 a 2013;
- Comité de Diretores de Investigação Económica – Sistema Europeu de Bancos Centrais, de 2005 a 2013;
- BIS/WP de Política Monetária na América Latina – Banco de Pagamentos Internacionais, de 2005 a 2013;
- Comité de Política Monetária – Sistema Europeu de Bancos Centrais, de 1998 a 2013;
- Subcomité de Política Monetária – Instituto Monetário Europeu, de 1994 a 1998;
- Subcomité de Política Monetária – Comité de Governadores, de 1992 a 1994;
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – Exames da Economia Portuguesa, de 1990 a 2002.
- Assistente Técnica – Departamento de Participações, Estudos e Projetos, da Sociedade Financeira Portuguesa, de 1982 a 1983;

Cargos Académicos:

- Assistente das cadeiras de Economia da Energia e Economia do Bem-Estar, na Universidade Católica Portuguesa, de 1982 a 1983.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1977 – 1982)

MARIA JOÃO BORGES CARIOCA RODRIGUES

Data de Nascimento: 10 de agosto de 1971

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde 8 de julho de 2013;
- Vogal não executivo do Conselho Diretivo da CGA - Caixa Geral de Aposentação, IP (CGD), desde 8 de julho de 2013;
- Presidente não executivo do Conselho de Administração da Caixatec – Tecnologia de Comunicações, S.A., (CGD), desde 24 de julho de 2013;
- Presidente não executivo do Conselho de Administração da Sogrupo – Sistemas de Informação, S.A. (CGD), desde 24 de julho de 2013;
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da SIBS, SGPS e da SIBS – Forward Payment Solutions, S.A., desde 17 de julho de 2013.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Membro Executivo do Conselho de Administração da SIBS PAGAMENTOS, de 2011 a julho de 2013;

- Membro Não Executivo do Conselho de Administração da MULTICERT - Serviços de Certificação Electrónica, S.A., de 2009 a julho 2013;
- Diretora do Gabinete Corporativo e de Estratégia da SIBS Forward Payment Solutions / SIBS SGPS, de 2008 a julho de 2013;
- Diretora Coordenadora do Gabinete de Análise Estratégica (GAE) da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A., de 2004 a 2008;
- Consultora e posteriormente Associate Principal da McKinsey & Company, de 1994 a 2004.

Habilitações Académicas:

- Master in Business and Administration (MBA), pela INSEAD, em 1996;
- Licenciatura em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, de 1989 a 1993.

JORGE FREIRE CARDOSO

Data de Nascimento: 08 de agosto de 1971

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde julho de 2013
- Presidente do Conselho de Administração (não executivo) do Caixa – Banco de Investimento, S.A., desde agosto de 2013
- Presidente do Conselho de Administração (não executivo) da Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., desde agosto de 2013
- Presidente do Conselho de Administração (não executivo) da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A., desde maio de 2012
- Vice-Presidente do Conselho de Administração (não executivo) do Banco Caixa Geral Brasil, S.A., desde setembro de 2013
- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., desde agosto de 2013
- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da Gerbanca, SGPS, S.A., desde agosto de 2013
- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da Partang, SGPS, S.A., desde setembro de 2013
- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da Wolfpart, SGPS, S.A., desde novembro de 2013
- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da Enternext, S.A., desde setembro de 2013

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Presidente da Comissão Executiva do Caixa – Banco de Investimento, S.A., de maio de 2011 a agosto de 2013
- Vogal do Conselho de Administração do Caixa – Banco de Investimento, S.A., de março de 2008 a maio de 2011
- Diretor do CaixaBI Brasil – Serviços de Assessoria Financeira Ltda., de maio de 2012 a novembro de 2013
- Vice-Presidente do Conselho de Administração (não executivo) do Banco Nacional de Investimento, S.A., de maio de 2012 a dezembro de 2012

- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., de janeiro de 2008 a julho de 2012
- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A., de fevereiro de 2010 a junho de 2012
- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da Dornier, S.A., de fevereiro de 2010 a julho de 2012
- Vogal do Conselho de Administração (não executivo) da Fomentinvest, SGPS, S.A., de maio de 2007 a junho de 2008
- Director Coordenador, do Caixa – Banco de Investimento, S.A., na Direção de Corporate Finance – Ações, supervisionando as áreas de Mercado Primário de Ações, Assessoria Financeira e Fusões & Aquisições, de 2000 a 2008
- Diretor de Corporate Finance do Banco Efisa, responsável por projetos de mercado de capitais e fusões e aquisições, de 1995 a 2000
- Consultor na Roland Berger & Partners, de 1993 a 1994

Cargos Académicos:

- Professor Auxiliar Convidado, lecionando a cadeira "Mergers, Acquisitions and Restructuring" no Mestrado em Finanças da Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa, de 2010 a 2011

Habilitações Académicas:

- MBA pelo INSEAD
- Licenciatura em Economia pela Universidade Nova de Lisboa

PEDRO MIGUEL VALENTE PIRES BELA PIMENTEL

Data de Nascimento: 21 de Junho de 1960

Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA (08 de Julho de 2013)
- Membro da Direção da AESE (desde Janeiro de 2003)
- Responsável pela Área Financeira dos Programas da AESE (desde 2000)

***Cargos que Exerceu*:**

Cargos Empresariais:

- Diretor Geral da PRIME – Consultores de Empresas (1997-2002)
- Consultor da PRIME – Consultores de Empresas (1990-1992)

Cargos Académicos:

- Diretor do Programa PADE da AESE (1997-2002)
- Assistente da Área de Produção e Sistemas da Unidade de Engenharia da Universidade do Minho (1987-1989)
- Assistente Estagiário da Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade do Porto (1983-1987)

Habilitações Académicas:

- Doutoramento em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1997
- Mestrado em Engenharia Estrutural, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1987
- Licenciatura em Engenharia Aeronáutica, pela Escola Técnica Superior de Ingenieros Aeronáuticos da Universidade Politécnica de Madrid, em 1983

Prémios e Distinções Obtidas:

- Bolseiro da JNICT (1992-1996)

JOSÉ LUÍS MEXIA FRAÚSTO CRESPO DE CARVALHO

Data de Nascimento:24 de Dezembro de 1963

Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA (08 de Julho de 2013)
- Professor Catedrático no ISCTE-IUL (desde 2003)
- Membro da Ordem dos Engenheiros, da Associação Portuguesa de Logística (da qual já foi vogal da Direcção), da European Logistics Association, do IIE – Institute of Industrial Engineers (USA) e do Council of Supply Chain Management Professionals (via ISCTE – IUL)
- Diretor do Mestrado Executivo em Gestão para Gestores no INDEG-ISCTE (desde 2008)
- Coordenador científico de área no Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral (desde 2010)
- Consultor em vários sectores de actividade, empresas nacionais e multinacionais, associações e ministérios (Economia, Saúde e Administração Interna) em estratégia, logística e supply chain. (1991/presente)

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Partner da Logistema, SA, Logistempo, Lda. e Logisformação, Lda. – Consultor de estratégia logística, Director da Tetra Pak Portugal e Director Geral do IMP Portugal (1991-2001)
- Engenheiro e Director de Área nas empresas COBA, S.A., CESL, S.A. e PROVIA, S.A. (1986-1991)

Cargos Académicos/Empresariais*:*

- Administrador (2000-2005) e Presidente do In Out Global ISCTE-IUL (2005-2010)
- Membro da Direcção do INDEG-ISCTE-IUL (1999-2006)

Cargos Académicos:

- Director – Licenciatura em Gestão e Engenharia Industrial no ISCTE-IUL (1996-2004)
- Director do MBA no ISCTE-IUL (1996-1999)
- Director da Licenciatura em Gestão no ISCTE-IUL

- Director área – todos os cursos de Pós-Graduação, Mestrados e Formação Executiva (intra-empresa e aberta), no INDEG/ISCTE-IUL (1999-2006)

Habilitações Académicas:

- Agregação em Gestão, ISCTE – IUL (2000)
- PhD em Gestão de Empresas, pelo ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa (1995)
- MSC em Gestão de Empresas – Sistemas de Informação para Gestão, pelo ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa (1992)
- MBA, pelo ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa (1991)
- Pós-Graduação em Gestão de Projetos (Engenharia Civil), pelo Instituto Superior Técnico (1987)
- Licenciatura em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa (1987)

Prémios e Distinções Obtidas:

- Em 2000, recebeu prémio de mérito internacional pela International Society of Logistics Engineers (SOLE)
- Em 2003, foi eleito figura do ano na área da Logística e Supply Chain Management pela Logística Hoje
- Em 2011, ganhou, na APCADEC, o prémio para melhor tese orientada, na área de Outsourcing
- Nos últimos anos, tem ganho vários prémios de melhor docente em Mestrados Executivos, no Executive MBA e em Mestrados de Continuidade. Atualmente conta com mais de 25 prémios de melhor docente ganhos em diversos programas e anos letivos diferentes.

JOSÉ ERNST HENZLER VIEIRA BRANCO

Data de Nascimento: 03 de Janeiro de 1945

Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA (08 de Julho de 2013)
- Vogal na Comissão de Selecção e Desclassificação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (desde 2010)
- Presidente da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses (ASDP) (desde 2010)

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Vogal do Conselho de Administração do ICEP (1998-2001)
- Consultor e posteriormente quadro com carácter permanente no sector químico-farmacêutico do grupo ENI, em Roma (1981-1984)

Cargos Governamentais e Para-Governamentais:

- Embaixador do Quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Embaixador em Bratislava/Eslováquia (2005-2010)
- Embaixador em Camberra/Austrália (2001-2005)

- Embaixador em Harare/Zimbabwe (1994-1998)
- Sub e depois Director Geral para a Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a categoria de Ministro Plenipotenciário (1989-1994)
- Representante permanente Adjunto na Missão permanente de Portugal junto das Nações Unidas em Genebra/Suíça (1986-1989)
- Director dos Serviços do Médio Oriente e Magreb da Direcção Geral dos Negócios Políticos-MNE (1985-1986)
- Assessor no gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (1984-1985)
- 1º Secretário na Embaixada de Portugal em Berne/Suíça (1978-1981)
- Cônsul Geral de Portugal em Maputo/Moçambique (1975-1978)
- Assessor diplomático no Gabinete do Presidente da República (1974-1975)
- Admissão no serviço diplomático como Adido de Embaixada e 3º secretário no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1969-1974)

Cargos Académicos:

- Docente convidado pela Universidade Autónoma de Lisboa (1999 e 2000)
- Docente convidado pela Universidade Técnica de Lisboa-ISCSP (2013)

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa (1969)

EDUARDO MANUEL HINTZE DA PAZ FERREIRA

Data de Nascimento: 6 de maio de 1953

Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Cátedra Jean Monnet em Estudos Comunitários;
- Membro do Conselho Geral da Universidade de Lisboa;
- Presidente do Instituto de Direito Económico-Financeiro e Fiscal da FDL;
- Presidente do Instituto Europeu da FDL;
- Coordenador do Centro de Investigação em Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal;
- Advogado com atividade predominante nas áreas do Direito Económico, Fiscal, Financeiro e Bancário;
- Fundador e sócio da Eduardo Paz Ferreira e Associados, Sociedade de Advogados;
- Diretor da Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal;
- Presidente do Conselho Científico da Revista de Concorrência e Regulação.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de 2007 a julho de 2011;

- Presidente da Assembleia da FDL;
- Presidente do Conselho Pedagógico da FDL;
- Presidente do Instituto de Cooperação da FDL;
- Presidente da Associação Fiscal Portuguesa;
- Vogal do Conselho Superior do Ministério Público;
- Vogal do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público;

Cargos Governamentais e Para-Governamentais:

- Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Foi responsável pela elaboração de diversos anteprojectos legislativos, designadamente os do novo regime do Setor Público Empresarial, da lei-quadro da dívida pública, da lei de finanças das regiões autónomas e da lei do sector empresarial local e da cobertura de riscos sísmicos;
- Representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão que preparou a Reforma Fiscal de 1988 a 1989;
- Assessorou o programa de Privatizações na Região Autónoma dos Açores, definindo estratégias e redigindo projetos de diploma;
- Dirigiu os estudos relativos à adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores;
- Sócio fundador da AREP e APRI e honorário do Instituto Açoriano de Cultura;
- Tem publicado diversos livros e artigos nas áreas de Direito da Economia, Finanças Públicas, Direito Fiscal e Direito Comunitário. Da sua bibliografia destacam-se: As Finanças Regionais, INCM, Lisboa, 1985; Da Dívida Pública e das Garantias dos Credores do Estado, Almedina, Coimbra, 2004; Estudos de Direito Financeiro Regional (2 volumes), Jornal da Cultura, Ponta Delgada, 1995; União Económica e Monetária – Um Guia de Estudo, Quid Juris, Lisboa, 1999; Direito da Economia, AAFDL, Lisboa, 2000; Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação, Almedina, Coimbra, 2004; Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito, Almedina, Coimbra, 2005.

Habilitações Académicas:

- Agregação, doutoramento, mestrado e licenciatura em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa.

DANIEL ABEL MONTEIRO PALHARES TRAÇA

Data de Nascimento: 23 de Julho de 1967

Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA (08 de Julho de 2013)
- Diretor de programas e docente, na NOVA School of Business and Economics-Lisboa (desde 2009)

Cargos que Exerceu:

Cargos Académicos:

- Professor convidado no Graduate Institute of International Economics, Genebra (2007-2009)
- Docente no INSEAD, França e Singapura (1996-2010)

- Diretor de programas e docente no Solvay Business School-Université Libre de Belgique (2005-2008)
- Professor assistente convidado na NOVA School of Business and Economics, Lisboa (2004-2005)
- Investigador convidado no Banco de Portugal (1999-2006)
- Professor auxiliar convidado na KDI School of International Management and Policy, Seul (1999)
- Assistente na Columbia University, Nova Iorque (1993-1996)
- Investigador estagiário no Banco Mundial, Washington (1994)
- Assistente na NOVA School of Business and Economics, Lisboa (1989-1991)

Habilitações Académicas:

- Doutoramento em Economia, pela Columbia University, Nova Iorque, em 1996
- Mestrado em Economia, pela Columbia University, Nova Iorque, em 1994
- Licenciatura em Economia, pela Nova School of Business and Economics, Lisboa, em 1990

Prémios e Distinções Obtidas:

- Afiliado de Investigação, no Centre for Economic Policy Research (2001-2008)
- Bolseiro Fulbright (1991-1995)
- Bolseiro Bradley (1994-1995)

PEDRO MIGUEL RIBEIRO DE ALMEIDA FONTES FALCÃO

Data de Nascimento: 17 de setembro de 1970

Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA (08 de Julho de 2013)
- Diretor de programas, docente e gestor, no INDEG-IUL (desde 2004)
- Diretor de programas, docente e gestor, na ISCTE Business School (desde 2004)

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Consultor em estratégias de crescimento e desenvolvimento de negócios (2009-2012)
- Managing Partner na ATENA CAPITAL – Assessores Empresariais (2004-2008)
- Gestor Executivo na A. Gomes Mota, Carlos Nogueira & Associados SGE, SA (2003)
- Senior Consultant na Arthur D. Little (ADL) (2001-2002)
- Manager na Telecel/Vodafone Portugal (1999-2001)
- Senior Analyst no Banco CISF (1995-1997)
- Sócio e Gerente na DIACALAI (1993-1994)

Cargos Académicos:

- Docente convidado, na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (1993-1995, 2000-2003)

Habilitações Académicas:

- Leadership for the 21st Century, pela Harvard Kennedy School, em 2009
- Doutoramento em Gestão, pela ISCTE Business School, em 2008
- MBA (Master in Business Administration), pela Harvard Business School, em 1999
- Licenciatura em Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1993

V - Organização Interna

A - CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Tal com referido anteriormente, a assembleia geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuam competência, competindo-lhe, entre outros deliberar sobre alterações dos estatutos.

O Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) tornou obrigatória a implementação de um sistema de receção, tratamento e arquivo das participações de irregularidades graves relacionadas com a administração, organização contabilística e fiscalização interna da Instituição, em consonância com as recomendações emitidas por autoridades internacionais como a European Banking Authority (EBA) e a Comissão Europeia.

Estas recomendações indicam que as empresas e, em particular, as instituições bancárias devem adotar procedimentos internos alternativos aos meios de reporte habituais, que permitam aos colaboradores comunicarem preocupações legítimas e significativas sobre assuntos relacionados com a atividade das organizações.

O código de conduta da CGD estabelece no artigo 34º a disponibilização de um sistema de comunicação interna de praticas irregulares em alinhamento com os valores da transparência, responsabilidade e integridade.

Neste âmbito, a CGD implementou um sistema de comunicação interna de práticas irregulares, com o objetivo de promover o reforço das condutas éticas e contribuir para a inibição de situações que pela sua gravidade possam colocar em causa a credibilidade e a saúde financeira da Instituição.

O sistema foi estruturado de modo a que todos os colaboradores da CGD possam, de forma voluntária e confidencial reportar situações que considerem potencialmente ilícitas ou de risco grave, que ponham em causa a reputação ou sobrevivência da instituição, dos seus clientes, dos trabalhadores e público em geral.

As situações em questão devem respeitar apenas a atos de gestão praticados em nome da CGD ou sob o seu controlo, onde estejam em causa a violação de leis, regulamentos e outras normas, no domínio da contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria, corrupção e crime bancário e financeiro.

Na Caixa existe um conjunto alargado de procedimentos de controlo transversais a diferentes processos e entidades de Grupo, executados de forma corrente, bem como

funções de controlo na Organização – DAI – Direção Auditoria Interna, DGR – Direção Gestão de Risco, DCO – Direção Consultoria e Organização e GFC – Gabinete Função Compliance – que no seu conjunto obstam a que a exposição referida seja mitigada e se mantenha a níveis reduzidos.

Neste âmbito, e a nível da prevenção, merecem especial destaque as recomendações relativas a operações bancárias com risco de fraude e que contemplam um conjunto alargado de matérias nomeadamente: sigilo bancário, visto de assinaturas, atos registados "online", adesão ao serviço CaixaDirecta, pagamentos de cheques, transferências não presenciais e aceitação de depósitos.

As recomendações adotadas e emanadas pela instituição sobre os tópicos acima referidos visam principalmente identificação de áreas de alto risco, apresentação e prevenção de indícios de fraude, fraudes mais comuns e danosas detetadas bem como a identificação de mecanismos mais eficazes de deteção de fraude.

Sempre que identificadas eventuais fragilidades de controlo ou necessidades de quaisquer procedimentos adicionais, estas são remetidas às entidades/orgãos de estrutura melhor habilitados para os estudar/aprofundar e proceder à sua implementação.

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

a) Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazo (objetivos de desempenho);

b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objetivos de informação);

c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivos de "compliance").

A gestão do sistema de controlo interno no Grupo CGD encontra-se suportada em orientações e metodologias reconhecidas como boas práticas, com destaque para a metodologia genérica de controlo interno proposta pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e, no que se refere aos sistemas de informação, na framework CobiT ("Control Objetives for Information and Related Technology").

A Gestão dos Riscos é objeto de um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, bem como de uma nota que integra cada um dos Anexos às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, designada por "Divulgações relativas a instrumentos financeiros", que descreve as políticas de gestão dos riscos financeiros e quantifica, para cada tipo de risco, a exposição da CGD / Grupo CGD.

Com este enquadramento, e de modo a atingir de forma eficaz os objetivos definidos, o Grupo CGD procura garantir um adequado ambiente a atividade de controlo, um sólido sistema de gestão de riscos, um eficiente sistema de informação e comunicação, e um contínuo processo de monitorização, com o objetivo de assegurar a qualidade e eficácia do próprio sistema ao longo do tempo.

Encontram-se definidas responsabilidades específicas e transversais para determinados órgãos de estrutura da CGD que, em conjunto e em articulação com as restantes

estruturas e entidades do Grupo, desenvolvem atividades no sentido de garantir um adequado sistema de controlo interno:

COMISSÃO EXECUTIVA

Compete à comissão executiva, considerando as orientações e deliberações do conselho de administração, rever e aprovar, periodicamente, a estratégia e as políticas de gestão do risco e do controlo interno e garantir a sua implementação na Instituição, bem como o progressivo alinhamento das entidades do Grupo com as mesmas.

COMISSÃO DE AUDITORIA

A fiscalização da Sociedade encontra-se cometida à comissão de auditoria e ao revisor oficial de contas. Compete a esta comissão, nomeadamente, a fiscalização da qualidade e eficácia do sistema de controlo interno, incluindo o sistema de gestão de riscos e o exercício da função auditoria interna.

COMITÉ DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL E CONTROLO INTERNO (CGRC)

Órgão responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, monitorizar a sua gestão no Grupo, bem como propor planos de ação à comissão executiva.

CONSELHO DELEGADO DE GESTÃO CORPORATIVA (CDGC)

Conselho responsável por apreciar, aprovar e acompanhar a execução dos planos de atividade e orçamentos individuais das Entidades do Grupo e das medidas corretivas tendo em vista o cumprimento dos planos de negócio e a mitigação de riscos associados.

DIREÇÃO DE CONSULTORIA E ORGANIZAÇÃO

A Área de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, integrada na Direção de Consultoria e Organização, apresenta como principais responsabilidades:

- Promover e apoiar o desenvolvimento e a evolução contínua do processo de gestão do controlo interno, bem como acompanhar e avaliar a sua adesão à estratégia, políticas e metodologias definidas, reportando as respetivas conclusões ao CGRC;
- Apoiar a Comissão Executiva na preparação do relatório regulamentar de controlo interno, individual e de Grupo, efetuar pontos de situação periódicos das insuficiências, dinamizar as medidas de mitigação/correção. Estas atividades são desenvolvidas em estreita articulação com o Gabinete de Suporte à Função Compliance, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Auditoria Interna e as Filiais do Grupo, considerando, ainda, os comentários e observações da Comissão de Auditoria, Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo;
- Desenvolver e implementar a estratégia e as políticas de gestão do risco operacional e assegurar o cumprimento destas políticas e prossecução dos respetivos objetivos competindo-lhe ainda promover e apoiar o desenvolvimento e a melhoria contínua do processo de gestão deste risco nas Filiais, bem como acompanhar e avaliar a respetiva aderência à estratégia, políticas e metodologias definidas.
- Esta Direção é, ainda, responsável pela gestão e documentação dos processos na CGD, o que inclui a identificação de potenciais riscos operacionais e procedimentos de controlo, desenvolvendo esta atividade em articulação com os Donos de Processos e demais órgãos de estrutura. Compete-lhe, ainda, a

salvaguarda da atualidade da documentação dos processos nas Sucursais e Filiais, em articulação com as estruturas locais responsáveis pela sua gestão.

DIREÇÃO DE GESTÃO DE RISCO

A Direção de Gestão de Risco tem por objeto a proteção do capital do Grupo CGD, nomeadamente através da gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pelo Grupo, das inter-relações existentes entre eles e assegurando a coerente integração dos seus contributos parcelares.

No âmbito do processo de gestão do controlo interno, esta Direção é, ainda, responsável por elaborar periodicamente relatórios para a Comissão Executiva relativos à gestão de riscos, com uma síntese das principais deficiências identificadas e a indicação das recomendações que foram seguidas.

GABINETE DE SUPORTE À FUNÇÃO COMPLIANCE

O Gabinete de Suporte à Função Compliance assegura a coordenação da gestão do risco de compliance na CGD e nas respetivas Sucursais e Filiais, bem como nos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) e, ainda, nas sociedades gestoras de fundos de pensões.

Neste âmbito, compete a este Gabinete a coordenação e salvaguarda da boa execução dos procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção do abuso de mercado. É, ainda, responsável por elaborar, periodicamente, relatórios de controlo interno, sobre a área de risco de compliance para a comissão executiva com a identificação de eventuais incumprimentos e respetivas medidas para a sua correção.

DIREÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é uma atividade permanente, independente e objetiva, que visa auxiliar a comissão executiva a monitorizar, através de uma avaliação sistemática e disciplinada, os sistemas de controlo interno, quer na CGD, quer no Grupo, numa perspetiva de supervisão em base consolidada, por forma a identificar, com oportunidade, as áreas de maior risco e avaliar a eficácia da sua gestão, bem como a adequabilidade dos procedimentos de controlo de maior relevância, ajudando o Grupo a gerir os seus riscos e a promover processos de governação eficazes do sistema de controlo interno implementado na Instituição.

Neste âmbito, é, ainda, responsável por elaborar e apresentar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização um relatório, de periodicidade anual, sobre questões de auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de controlo, que possam evidenciar tendências de deterioração do sistema de controlo interno, bem como indicando e identificando as recomendações que foram seguidas.

DIREÇÃO DE CONTABILIDADE, CONSOLIDAÇÃO E INFORMAÇÃO FINANCEIRA (DCI)

Direção com responsabilidades na produção, tratamento e desenvolvimento da informação financeira da atividade da CGD, quer global quer consolidada, nas perspetivas contabilística, prudencial, estatística e de relato financeiro.

Os circuitos e controlos inerentes ao processo de preparação e divulgação de informação financeira individual e consolidada são objeto de acompanhamento permanente e validação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual é responsável pela emissão de parecer sobre a adequação e a eficácia da parte do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira individual e consolidada (relato financeiro), remetido anualmente ao Banco de Portugal.

DIREÇÃO DE GESTÃO DE SEGURANÇA, RISCO E CONTINUIDADE – SOGRUPO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, ACE (SSI)

Órgão com responsabilidades específicas ao nível dos processos desenvolvidos no âmbito dos sistemas de informação que incluem a avaliação dos processos de acordo com a "framework CobiT", a identificação e reporte de não conformidades e a dinamização de oportunidades de melhoria.

SISTEMA DE CONTROLO DE PROTECÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA E DOS SEUS ACTIVOS

Enquadramento

Tendo por objetivo o cumprimento do disposto pelo Banco de Portugal (BdP) no Aviso nº 5/2008 e nas Instruções nº 30/2010 e nº 73/96 e complementarmente, por indicação do BdP em Carta Circular nº 23/11 de 2011/12/15, no documento da Autoridade Bancária Europeia (European Banking Authority – EBA) "EBA Guidelines on Internal Governance" (GL 44), encontram-se definidos, na CGD, "guidelines" e normativos internos que são utilizados como importantes instrumentos auxiliares a um sistema de controlo de proteção dos investimentos e ativos da instituição. As "guidelines" e os normativos são, ainda, ferramentas de suporte na gestão e controlo de riscos financeiros assumidos pela CGD pois indicam, com a precisão considerada suficiente, os níveis máximos de determinados tipos de riscos financeiros que as carteiras de ativos podem incorrer, respeitando o perfil e a apetência ao risco da instituição. As medidas de risco utilizadas variam de acordo com a natureza do risco em avaliação.

Para a gestão e controlo de risco de mercado estão definidas "guidelines" aprovadas pela comissão executiva e que devem ser observadas pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e outras entidades do Grupo CGD responsáveis pela gestão de carteiras que integram ativos financeiros sujeitos a risco de mercado. A principal medida de risco utilizada na gestão de risco de mercado é o "Value at Risk (VaR)" que é complementada por outras medidas de sensibilidade mais ajustadas ao tipo específico de risco de mercado a medir como sejam, por exemplo: (i) V01 para risco de taxa de juro; e (ii) gregos para risco de opcionalidade.

Para a gestão e controlo de risco de liquidez e de risco de taxa de juro no Balanço estão definidas "guidelines" que definem os papéis e responsabilidades dos diversos intervenientes, os indicadores a serem monitorizados, os limites para esses indicadores e o sistema de controlo desses limites. Do processo de monitorização da dimensão da exposição a estes riscos, resulta a produção periódica de relatórios de suporte ao controlo do cumprimento das "guidelines" existentes.

Também para a gestão e controlo de risco de crédito há normativos internos que, por recurso designadamente à notação de risco, definem os níveis de competências necessários no processo de decisão de crédito.

No processo de admissão de risco de crédito, acompanhado sempre por uma proposta comercial, é ainda obrigatório um parecer de risco pela Direção de Gestão de Risco (DGR) para empresas/grupos económicos cuja exposição no Grupo CGD seja superior a determinados limites, definidos em função quer da notação de risco, quer do setor de atividade.

O seguimento das carteiras de crédito é efetuado com regularidade, sendo elaborados relatórios que relevam o seu comportamento, nomeadamente nas vertentes do incumprimento e concentração.

Ainda relacionado com o incumprimento e com a valorização dos ativos de crédito, está implementado no Grupo CGD um processo para determinação de provisões por imparidade, sendo estas sujeitas a validação pelos auditores externos. Desta validação resulta a elaboração de um relatório para envio ao BdP.

A CGD elabora trimestralmente, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, um Plano de Financiamento e de Capital suportado por dois cenários de evolução da conjuntura macroeconómica nacional e internacional, base e adverso, que para além de assegurar o cumprimento de requisitos regulamentares, permite uma melhor perceção dos riscos a que a Instituição se encontra exposta, contribuindo para assegurar melhor proteção para os seus ativos.

Mensalmente é elaborado um relatório integrado de gestão de risco, no qual é documentada e analisada, com a granularidade entendida necessária, a evolução da exposição do Grupo CGD aos principais riscos financeiros.

Principais desenvolvimentos em 2013

O ano de 2013 foi de particular dinâmica em matéria de convergência para as melhores práticas de “governance” corporativo, com grande ênfase institucional no desenvolvimento da visão Grupo e na implementação de mecanismos para uma continuada e efetiva Gestão Integrada. Esta estratégia promove a comunicação institucional e contribui para a maior eficácia dos sistemas de controlo de proteção dos investimentos e ativos do Grupo.

Adicionalmente, voltaram a verificar-se múltiplas ações de inspeção extraordinária à qualidade dos ativos por parte do Banco de Portugal, assessoradas por entidades independentes, nomeadamente:

- “Special Assessment Programme” – “Distressed Loans Management Assessment”, sobre práticas e políticas de gestão e recuperação do incumprimento na carteira de crédito;
- Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito (ETRICC), com duas vertentes: i) atualização da avaliação à qualidade das carteiras de crédito, efetuada em 2011 e 2012, e ii) cedências de ativos a fundos de investimento;
- ETRICC - Grupos Económicos, sobre a qualidade do crédito concedido a um conjunto de 12 grupos económicos com potencial de risco agravado (na ótica do regulador) e exposição transversal e/ou material ao sistema bancário português.

Generalizadamente, as conclusões foram em linha com o resultante de inspeções anteriores, prevalecendo a confiança na resiliência do sistema bancário nacional, e em particular na CGD. Não obstante, foram consideradas algumas ações de melhoria processual a introduzir, cuja implementação se prolongará durante 2014.

Refira-se ainda que, ao longo de todo o ano de 2013, foram efetuadas, em estreita articulação com o Banco de Portugal, diversas melhorias no processo de notação de risco de crédito, procurando assegurar-se o cumprimento das condições necessárias à utilização de modelos internos para cálculo de requisitos prudenciais de fundos próprios para risco de crédito (abordagem "Internal Ratings Based").

VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E INVESTIMENTO

A atividade de gestão das carteiras de negociação e de investimento sobre valores mobiliários encontra-se enquadrada em "guidelines" específicas, aprovadas pela comissão executiva, as quais estabelecem os níveis máximos de risco que podem ser incorporados nestas carteiras, o tipo de valores mobiliários que as podem integrar, os critérios de liquidez a respeitar e os mecanismos de controlo que devem existir. As "guidelines" definem ainda objetivos de rentabilidade, correspondente a um determinado nível de ROE, a qual é calculada com base na valorização diária da carteira, a preços de mercado, líquida dos custos de financiamento.

No cálculo dos fundos próprios afetos à atividade, são observados os requisitos necessários para cobrir os riscos de crédito, de mercado e operacionais, de acordo com as regras em vigor do Banco de Portugal.

Estas "guidelines" foram objeto de revisão em 2013, tendo as respetivas alterações sido aprovadas pela comissão executiva em março e setembro, nas componentes respeitante à carteira de investimento e à carteira de negociação, respetivamente.

Em termos de controlo de riscos e valorização dos ativos, existe uma completa segregação face ao órgão de estrutura a quem está acometida a gestão destas carteiras, sendo aquelas funções desempenhadas pela Direção de Gestão de Risco. Esta Direção é responsável pela valorização dos ativos, controlo e monitorização do cumprimento das "guidelines" de gestão. Diariamente é produzido um reporte sobre este controlo, o qual é distribuído pelos membros da comissão executiva e pelos Diretores responsáveis pela gestão destas carteiras.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A Caixa Geral de Depósitos dispõe de um sistema de gestão de informação que permite acompanhar todas as participações financeiras da CGD, respetiva estrutura acionista de cada sociedade e os elementos que integram os órgãos sociais, bem como controlar os dividendos, a receber pela Caixa, das suas participações.

Anualmente, são analisados os Relatórios e as Contas das sociedades participadas e submetido ao conselho de administração/comissão executiva as posições a adotar na assembleia geral, relativamente à aprovação das contas, aplicação do resultado e demais pontos da respetiva ordem de trabalhos. Para além disso, é analisada a evolução de várias áreas de negócio do Grupo CGD, baseando-se na comparação com períodos homólogos, valores orçamentados e resultados obtidos por Grupos concorrenciais.

A aquisição e a alienação de participações financeiras é sempre previamente deliberada pelo conselho de administração/comissão executiva, sendo suportada por informação das Direções competentes, onde são analisados os resultados dos vários cenários alternativos.

Para a monitorização anual da imparidade das participações financeiras, a CGD, dependendo da rubrica em que estão relevadas e do montante investido, elabora ficha

de análise individual da Sociedade ou promove a respetiva avaliação por entidade independente. Para as restantes participações é utilizado o valor do "equity" da participação calculado utilizando os dados contabilísticos mais recentes.

ACTIVOS IMOBILIÁRIOS

Tendo presente a necessidade de desenvolvimento e implementação de sistemas de controlo de proteção dos investimentos da CGD e dos seus ativos imobiliários, a Caixa iniciou, ainda no decorrer do exercício de 2012, um processo de otimização do modelo de gestão do Negócio Imobiliário do Grupo, da qual resultou, já em 2013, a implementação da Direção de Financiamento e Negócio Imobiliário (DNI), a qual passou a agregar um diversificado conjunto de funções e competências que se encontravam dispersas por um significativo leque de entidades no seio do Grupo Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente: DFI – Direção Financiamento Imobiliário, SGI – Sogrupo Gestão de Imóveis, Caixa Imobiliário, IMOCAIXA, Caixa Gestão de Ativos, Fundger, CGD Pensões, CLF – Caixa Leasing & Factoring e Fidelidade Mundial-SGII.

A missão da DNI consiste, assim, em "gerir, de forma integrada, o Negócio Imobiliário em Portugal e no estrangeiro numa vertente corporativa, apoiando a estratégia delineada para o Grupo CGD, nomeadamente na gestão de projetos de investimento imobiliário, na gestão da carteira de crédito e, ainda, na gestão e comercialização do seu património, de forma a maximizar o valor para o acionista", conforme inscrito no respetivo Manual de Estrutura Orgânica.

Resumidamente, os princípios orientadores da atividade da DNI visam:

- A promoção de uma visão integrada e evoluída do risco imobiliário e da participação do Grupo CGD no Negócio Imobiliário;
- A definição e o desenvolvimento da proposta de valor para o Negócio Imobiliário (produtos/serviços) do Grupo CGD e respetivo suporte comunicacional;
- A gestão da exposição a ativos imobiliários promovendo a otimização do valor por estes gerado, incorporando a visão de liquidez/procura do produto na tomada de decisão;
- O acompanhamento especializado de projetos imobiliários considerados relevantes;
- A assunção da responsabilidade pela gestão técnica sobre todos os imóveis do Grupo, assegurando a respetiva eficiência e eficácia;
- A promoção e concretização da colocação e rentabilização de todos os ativos imobiliários do Grupo CGD.

As decisões de gestão dos ativos imobiliários e de política imobiliária do Grupo Caixa Geral de Depósitos são assumidas pelo Conselho Delegado do Negócio Imobiliário (CDNI), que constitui um órgão deliberativo da comissão executiva com responsabilidades pela apreciação, debate, monitorização e decisão do negócio imobiliário da Caixa, quer ao nível doméstico, quer nas unidades do Grupo no exterior, no sentido de um maior alinhamento na estratégia nestes domínios.

O CDNI assume-se, ainda, como órgão consultivo no âmbito de operações de concessão de crédito que envolvam eventual risco imobiliário, emitindo, sob propostas das Direções Comerciais respetivas e/ou da DNI, pareceres prévios à decisão em sede de conselhos de crédito da CGD.

Os ativos imobiliários encontram-se agregados em duas classes distintas i) ativos fixos tangíveis ou imóveis para uso próprio afetos à exploração, onde se incluem alguns dos edifícios centrais e um conjunto significativo de agências, nacionais e internacionais, que

são utilizados na atividade corrente do Banco, e ii) ativos não correntes detidos para venda e/ou arrendamento, provenientes de processos de recuperação de crédito e/ou imóveis anteriormente afetos à exploração.

À semelhança do que já se registou em 2012, também 2013 ficou marcado pelo reforço das medidas de controlo e valorização dos ativos imobiliários em carteira, tendo em vista, por um lado, salvaguardar o seu valor e, por outro lado, potenciar, a sua colocação em mercado, através dos vários canais de distribuição, nomeadamente: rede CGD, canal mediador, Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional, parcerias com Municípios e outras empresas de âmbito local, investidores, leilões e plataformas informáticas ("sites" imobiliários e "newsletters").

A CGD tem vindo, ainda, a adotar medidas de mitigação no que se refere ao risco imobiliário, nomeadamente através do desenvolvimento de modelos de apuramento de imparidades associadas aos imóveis de serviço próprio e aos imóveis decorrentes de recuperação de crédito. Os princípios subjacentes às metodologias de avaliação foram consagrados em normativos internos e são revistos, anualmente, de modo a proceder à sua adequação no que à sustentabilidade dos critérios inerentes diz respeito. Estas medidas são, ainda, extensíveis ao universo de ativos imobiliários não-correntes detidos para venda das carteiras das sociedades imobiliárias do grupo CGD.

Adicionalmente, a Caixa desencadeou os procedimentos necessários para que, de forma automática e sistematizada, possa ser obtido o controlo da revisão periódica do valor dos bens imóveis que servem de colateral dos empréstimos, cumprindo, assim, os requisitos estabelecidos pelas várias disposições regulamentares do Banco de Portugal. Exemplo mais recente do referido é a aplicação do exercício implementado pelo Banco de Portugal no âmbito da Carta-Circular nº 11/2013 – Avaliação de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio.

Como princípios de enquadramento da gestão imobiliária mantêm-se a segregação de funções, a sustentabilidade e otimização do valor dos ativos, a fiabilidade dos registos contabilísticos e informáticos, e, a avaliação em função do mercado, apurada de forma independente.

SISTEMA DE CONTROLO DE SALVAGUARDA DOS ACTIVOS DE CLIENTES À GUARDA DA CGD

Os procedimentos implementados têm em consideração o disposto no Código de Valores Mobiliários (CVM), no sentido de se assegurar os seguintes objetivos (Artigos.º 306.º a 306.º- D, do Código de Valores Mobiliários):

- Em todos os atos que pratique, assim como nos registos contabilísticos e de operações, deve ser assegurada uma clara distinção entre os bens pertencentes ao património da CGD e os bens pertencentes ao património de cada um dos clientes;
- A abertura de um processo de insolvência, de recuperação ou de saneamento da Instituição não tem efeitos sobre os atos praticados por conta dos seus clientes;
- A Instituição, no seu interesse ou no interesse de terceiros, não dispõe de instrumentos financeiros dos seus clientes ou exerce os direitos a eles inerentes, salvo acordo dos titulares;
- A Instituição não utiliza no seu interesse ou no interesse de terceiros o dinheiro recebido de clientes.

No cumprimento do disposto no nº 4, Art.º 304º-C, do Código de Valores Mobiliários (CVM), os auditores externos procedem à emissão de um relatório anual sobre a

adequação dos procedimentos e medidas adotadas pela CGD ao nível da salvaguarda dos bens dos clientes.

B - REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A atividade da CGD está sujeita às normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, cujo regime jurídico foi objeto de revisão no ano de 2013, com a publicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

De um modo geral, à CGD aplica-se a legislação comunitária e nacional relativa à sua atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro[7], o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro[8], e as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

No âmbito comunitário, e decorrente da sua aplicabilidade direta em todos os Estados-Membros, destaca-se a publicação em 2013 do Regulamento (UE) n.º 575/2013[9], do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento. O Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013, de 27 de dezembro, procede à regulamentação do regime transitório previsto neste Regulamento comunitário em matéria de fundos próprios e estabelece as medidas destinadas à preservação desses fundos.

Ainda no âmbito comunitário, e também resultante da sua aplicabilidade direta, é de referir o Regulamento (UE) n.º 648/2012[10] do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações. Este Regulamento foi objeto de um conjunto significativo de regulamentação em 2012 e 2013, de entre o qual se destaca o Regulamento de Execução (UE) n.º 1247/2012 da Comissão, de 19 de dezembro e os Regulamentos Delegados (UE) n.º 148/2013 e 149/2013 da Comissão, ambos de 19 de dezembro de 2012.

Por outro lado, salienta-se a publicação do Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de maio, que procede à revisão das normas aplicáveis à classificação e contagem do prazo das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização do juros e à mora do devedor, assim como a aprovação do Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio, relativo ao novo regime jurídico dos organismos de investimento coletivo, e o Regulamento da CMVM n.º 5/2013, de 9 de setembro, sobre a mesma matéria.

---

[7] Republicado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 242/2012, de 7 de novembro, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, Decreto-Lei n.º 18/2013, de 6 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio.

[8] Republicado pelo Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de outubro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 211-A/2008, de 3 de novembro, Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de maio, Decreto-Lei n.º 52/2010, de 26 de maio, Decreto-Lei n.º 71/2010, de 18 de junho, Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, Decreto-Lei n.º 85/2011, de 29 de junho, Decreto-Lei n.º 18/2013, de 6 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio e Decreto-Lei n.º 29/2014, de 25 de fevereiro.

[9] O Regulamento (UE) n.º 575/2013 foi publicado em conjunto com a Diretiva n.º 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento. O conjunto formado por estes dois diplomas é habitualmente designado de "Capital Requirements Directive IV".

[10] Usualmente designado "EMIR - European Market Infrastructure Regulation", foi alterado pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho e pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 1002/2013 da Comissão de 12 de julho.

Ainda no âmbito das normas regulamentares, destaca-se a publicação em 2013 das Instruções do Banco de Portugal nos 12/2013, 13/2013 e 14/2013, todas de 11 de junho, resultantes da revisão do regime jurídico do crédito ao consumo, operado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2013[11] de 28 de março.

A CGD está também sujeita à observância das recomendações de boas práticas definidas pelas autoridades de supervisão, tendo em 2013 o Banco de Portugal publicado a Carta-Circular n.º 3/2013/DSC, de 1 de fevereiro, relativa às boas práticas no âmbito do comissionamento aplicável à aceitação de cartões de pagamento, e a Carta-Circular n.º 98/2013/DSC, de 12 de dezembro, relativa às boas práticas a observar pelas instituições de crédito na implementação do regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil[12].

A CGD encontra-se também sujeita à aplicação da Lei n.º 25/200813, de 5 de junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, destacando-se, neste domínio, a publicação da Portaria n.º 150/2013, de 15 de março, que procede à atualização da lista de países terceiros equivalentes em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, e a aprovação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013, de 18 de dezembro, que estabelece as condições, mecanismos e procedimentos para o cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A atividade da CGD encontra-se igualmente sujeita aos Estatutos da Sociedade, aprovados em Assembleia Geral de 22 de julho de 2011[14].

Dispõe, ainda, a CGD, de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet, às quais todos os colaboradores se encontram obrigados, que abrange os aspetos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua atividade.

APLICAÇÃO DE NORMAS DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

No âmbito do sistema de controlo interno, a CGD está dotada de medidas permanentes de prevenção e repressão da corrupção e crimes conexos, medidas que se traduzem em procedimentos e normas internas, designadamente na abertura e movimentação de contas de depósito, verificação de assinaturas dos intervenientes em contratos com a CGD, intervenção dos empregados da CGD em operações de crédito, controlo de acesso à informação privilegiada de clientes emitentes, contratação de prestação de serviços, aprovação de despesas, serviços de terceiros, patrocínios e donativos, e na área de gestão de pessoal incluindo recrutamento e formação.

Em resultado destas políticas, a CGD integra a listagem, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), das entidades que remeteram a este Conselho informação relativa aos respetivos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, de acordo com a Recomendação do CPC nº 1/2009, de 1 de Julho.

Saliente-se que a CGD promoveu, em 2010, a atualização do Código de Conduta com a inclusão do artigo 31º, onde assume a rejeição ativa de todas as formas de corrupção tendo também reforçado o artigo 25º relativo à proibição de aceitação de vantagens pelos colaboradores.

---

[11] Altera e republica o Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho.

[12] Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro.

[13] Alterada pelo Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de outubro, Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, Decreto-Lei n.º 242/2012, de 07 de novembro e Decreto-Lei n.º 18/2013, de 6 de fevereiro.

[14] Com posterior alteração pela Deliberação Unânime por Escrito de 27 de junho de 2012.

CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA FISCAL

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a CGD dispõe de duas Unidades Técnicas que se complementam, uma vocacionada para o cumprimento das obrigações fiscais da própria Instituição, outra que se focaliza no apoio logístico à interpretação das normas legislativas, quer as relativas à própria Instituição, quer as relativas a produtos orientados para clientes estando-lhe também atribuídas funções em matéria de contencioso tributário.

APLICAÇÃO DE NORMAS DE CONCORRÊNCIA E DE PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR

A Caixa Geral de Depósitos adota um posicionamento de equilíbrio competitivo no contexto concorrencial, prosseguindo objetivos de rentabilidade, de qualidade de serviço, de satisfação dos seus clientes, de preço justo e de rigoroso cumprimento das normas de concorrência e de proteção do cliente. A Caixa não assume práticas comerciais agressivas, quer em crédito, quer em depósitos.

O processo de definição e revisão de preço dos vários produtos e serviços bancários requer decisão do Conselho Delegado de Comunicação e Marketing e é baseado em informação de “benchmark”, na evolução do custo de financiamento e do custo dos produtos, na evolução da situação financeira e dos resultados de exploração do Banco e em sumulação de diferentes cenários. As alterações de preçário são comunicadas previamente aos clientes e antecipadamente reportadas ao Banco de Portugal, em cumprimento rigoroso das orientações das entidades supervisoras.

O preçário completo é divulgado em todos os pontos de atendimento e canais de acesso ao Banco, segundo o modelo fixado pelo Banco de Portugal (Aviso nº 8/2009 e Instrução nº 21/2009), garantindo-se assim a comparação de preços entre os vários bancos, designadamente as taxas de juro, comissões e despesas com serviços bancários.

Os contratos de crédito aos consumidores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 133/2009 observam desde 1 de janeiro de 2010 limites máximos de taxas definidos trimestralmente pelo Banco de Portugal.

O Decreto-Lei n.º 42-A/2013 veio introduzir novas obrigações a partir de 1 de julho de 2013, nomeadamente a observação de taxas máximas também para as facilidades de descoberto e para as ultrapassagens de limites de crédito, com revisão trimestral pelo Banco de Portugal.

No âmbito da regulamentação sobre incumprimento e na sequência da publicação da Instrução N.º 18/2012 e do Decreto-lei 227/2012, a CGD lançou em 2013 soluções para mitigação do incumprimento em todos os produtos de crédito pessoal, incluindo LDN e cartões de crédito, tendo em vista a identificação oportuna de indícios de degradação da capacidade de cumprimento dos clientes, a marcação nos sistemas de informação dos clientes de créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente e o efetivo controlo da atuação comercial.

A CGD tem a preocupação constante de promover e colaborar diretamente na implementação da transparência das práticas comerciais relativas a produtos de investimento, poupança e serviços, nomeadamente através da contínua melhoria dos conteúdos informativos e contratuais em todos os canais de captação de depósitos bancários, simples e indexados, através da entrega aos seus clientes de Fichas de Informação Normalizada e de Prospetos Informativos, decorrentes dos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2009, e nº 5/2009 respetivamente, bem como dos respetivos contratos e ainda com a disponibilização de simuladores e apresentação de casos-tipo no site (cerca

de 50.000 visitas por dia em 2013) e de “newsletters” eletrónicas, enviadas mensalmente a mais de 900.000 clientes.

Na área de depósitos, a Caixa continua a oferecer uma proposta de valor alargado que ultrapassa a variável preço, disponibilizando mecanismos de simples utilização para criação e fomento do hábito de poupança nos diferentes segmentos de clientes.

Relativamente ao crédito pessoal, com expressão reduzida no total da carteira de particulares, a Caixa oferece linhas específicas para saúde, formação e energias renováveis, com características ajustadas a estas necessidades.

Paralelamente, é ainda preocupação da CGD que os instrumentos de divulgação dos produtos utilize uma linguagem clara e transparente, de forma a permitir a fácil leitura e apreensão pelos clientes, conforme o disposto no Código de Conduta da CGD e respeitando os deveres de informação e transparência estabelecidos legal e regulamentarmente, sendo os suportes prévia e internamente submetidos à apreciação do Gabinete de Suporte à Função *Compliance*, da Direção de Gestão de Risco e da Direção de Comunicação e Marca e, externamente, às entidades de supervisão, no caso de produtos financeiros complexos.

APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA AMBIENTAL

Conforme previsto na estratégia de Sustentabilidade e de acordo com os compromissos assumidos na Política de Ambiente da CGD, a atividade é desenvolvida de acordo com a legislação ambiental aplicável, promovendo simultaneamente a responsabilidade ambiental junto dos principais grupos de “stakeholders” internos e externos, através de ações de sensibilização ambiental da comunidade envolvente.

Para além de cumprir a legislação ambiental que lhe é diretamente aplicável, o que é demonstrado pelo não registo de coimas ou sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais, a CGD envolve também neste processo os seus fornecedores, assegurando que também estes desenvolvem a sua atividade em alinhamento com os requisitos da CGD.

Tendo em vista a melhoria contínua do seu desempenho ambiental, em 2013 a CGD deu início ao processo de implementação de um sistema de gestão ambiental, com vista à obtenção de certificação de acordo com a norma ISO 14001. Entre outros benefícios, este sistema irá assegurar a conformidade com a legislação nacional ambiental e antecipar requisitos legais ou orientações europeias com incidência no setor bancário.

Para operacionalização da Estratégia de Sustentabilidade, encontra-se definido um modelo de gestão para a sustentabilidade através de grupos de trabalho, integrando vários órgãos de estrutura de empresas do Grupo cuja função consiste na monitorização do cumprimento das políticas existentes nesta matéria, bem como na identificação e análise de tendências futuras em sustentabilidade no geral e, relacionadas com o ambiente em particular, com potencial impacto na atividade do Banco.

Uma das principais áreas de atuação da CGD na área do ambiente tem sido a implementação da estratégia de combate às alterações climáticas que consubstancia vários vetores de atuação – quantificação, redução, compensação, negócio e sensibilização. Anualmente, a CGD elabora um inventário de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) decorrente da atividade bancária em Portugal, de acordo com a metodologia reconhecida internacionalmente “The Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol”). Em 2013, a CGD procedeu ao alargamento da identificação da pegada de carbono ao nível do Grupo, tendo elaborado inventários de emissões de GEE, relativos ao desempenho do ano anterior, para os bancos afiliados de Cabo Verde – Banco Comercial do Atlântico e Banco Interatlântico – e do Brasil – Caixa Geral Brasil.

A CGD está atenta aos impactos no ambiente resultante da atividade de gestão, remodelação e manutenção das suas instalações e património. De forma sistemática, tem implementado um conjunto de medidas de eco-eficiência baseadas nas melhores práticas ambientais que incluem a gestão dos consumos de energia e água, a gestão de resíduos e da qualidade do ar no interior dos seus edifícios. Estas medidas são divulgadas no Relatório de Sustentabilidade anual.

Nos últimos anos, a CGD tem procedido à oferta de produtos ambientalmente responsáveis bem como à avaliação de riscos de "compliance" ambiental na área de "project finance", operacionalizada pelo Caixa BI – Banco de Investimento, SA. Neste contexto, encontram-se definidos critérios socioambientais presentes aquando da análise de projetos e empresas candidatas, conforme parecer ambiental exigido por lei, sob a forma de Declaração de Impacto Ambiental e / ou Avaliação de Impacte Ambiental para todos os principais projetos de financiamento de infraestruturas. O financiamento não ocorre sem que antes exista uma confirmação de licenciamento ambiental no processo de "due dilligence" legal. Os consultores técnicos validam, de forma independente e exclusiva, os pressupostos técnicos e ambientais dos projetos (incluindo todas as licenças relevantes) necessários durante a fase de construção e de operação. Os contratos de financiamento incluem obrigações contratuais relacionadas com aspetos socioambientais.

A CGD, através da Caixagest, dispõe ainda de um fundo de investimento com benefício ambiental – Fundo Especial de Investimento Caixagest Energias Renováveis - destinado a proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de ativos associados, diretamente e indiretamente, às energias renováveis, qualidade do ambiente e carbono.

A CGD encontra-se ainda comprometida com a inclusão de aspetos ambientais no processo de análise de concessão de crédito, sendo membro da UNEP-FI.

Em 2013, a Caixa foi, mais uma vez, distinguida pelo "Carbon Disclousure Project (CDP)" pelo seu percurso na redução das emissões de carbono e na mitigação dos riscos das alterações climáticas. Pelo 3.º ano consecutivo, alcançou uma posição de destaque, com uma classificação de 99 pontos no "Climate Disclosure Leadership Index (CDLI)", colocando-se numa posição de topo no restrito grupo das 14 melhores empresas ibéricas, e, pelo 2.º ano, obteve a classificação A, a mais alta no "Climate Performance Leadership Index (CPLI)", alcançada apenas por 6 empresas.

APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA LABORAL

No âmbito das suas relações jurídico-laborais, a CGD rege-se por princípios de grande rigor a nível ético e técnico-jurídico.

Em conformidade, a Instituição analisa de forma meticulosa todas as alterações legislativas com impacto nas relações laborais do Grupo e promove a sua aplicação.

Em 2013 as mais relevantes foram as seguintes:

- Lei do Orçamento do Estado para 2013;
- Reposição do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas – Lei nº 39/2013, de 21 de junho;
- Regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas – Lei nº 59/2013, de 23 de agosto;
- Alterações ao Código do Trabalho – Lei nº 69/2013, de 30 de agosto;
- Regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho, do mecanismo

equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho – Lei nº 70/2013, de 30 de agosto.

- Novo regime da renovação extraordinária dos contratos a termo – Lei nº 76/2013 de 7 de novembro.

No que respeita à relação da CGD com os seus colaboradores, a Empresa privilegia o diálogo na procura de soluções consensuais e equitativas.

Atendendo à dimensão do universo CGD (9.892 trabalhadores em 31/12/2013), o número de processos interpostos contra a instituição foi em 2013 muito reduzido (15), o que se traduz numa redução substancial relativamente ao ano de 2012 em que foram intentados 35 processos.

CÓDIGO DE CONDUTA

O Código de Conduta da CGD foi publicado pela primeira vez em julho de 2008, tendo sido atualizado em outubro de 2010. É um documento auto regulador da instituição e um instrumento de gestão da ética nos negócios, que contem os valores, princípios de atuação e normas de conduta profissional observados pela Caixa, no exercício da sua atividade e no relacionamento com as várias partes interessadas (“stakeholders”).

Com a revisão do Código em outubro de 2010, foi implementado um Modelo de Gestão do Código de Conduta, sendo este um instrumento que visa garantir a real implementação, operacionalização, monitorização e melhoria contínua do Código de Conduta da CGD no exercício da sua atividade.

Deste modo, o impacto do Código de Conduta nos seus destinatários (i.e. membros dos órgãos sociais da CGD, colaboradores, estagiários, prestadores de serviços e mandatários), tem vindo a ser calculado em três dimensões designadas por “conhecer o Código” (os valores, princípios de atuação e normas de conduta profissional consagrados no Código), “saber-fazer” (modo de atuar em situações práticas de acordo com as normas consagradas no Código), e “compromissos” (comprometer-se com os valores e princípios da CGD). Estas dimensões incluem indicadores de desempenho ético que visam contribuir para a revisão periódica do Modelo de Gestão do Código de Conduta da CGD.

Em 2013, a CGD continuou o programa trienal de formação em Ética e Código de Conduta dirigido aos colaboradores dos Departamentos Centrais, tendo ministrado 96 horas de formação, presencial, distribuídas por 32 sessões, para um universo de 497 colaboradores.

Ainda no âmbito da adoção do Código de Conduta, a CGD tem promovido iniciativas com vista à adoção do Código de Conduta pelas diversas Filiais, Sucursais e Agrupamentos Complementares de Empresas, sendo que, no final de 2013 apenas uma Entidade CGD ainda tinha a decorrer o processo de adoção da nova versão do Código de Conduta.

O Código de Conduta da CGD está disponível para consulta na Intranet e no site da CGD, em:

https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Governo-Sociedade/Regulamentos/Codigo-Conduta/Pages/Codigo-Conduta-CGD-Introducao.aspx

C - REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO E SITIO DA INTERNET

A CGD, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado:

CONTACTOS DO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Representante para as relações com o mercado:

Filomena Raquel da Rocha Rodrigues Pereira de Oliveira

Av João XXI, 63
1000-300 Lisboa
Telefone: (351) 21 790 5586
Fax: (351) 21 795 3479
E-mail: filomena.oliveira@cgd.pt

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Nos termos definidos pelo respetivo enquadramento legal, a CGD, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, o qual promove a tempestiva comunicação de informações que sejam suscetíveis de afetar relevantemente a situação económica, financeira e patrimonial da empresa. Complementarmente, o site www.cgd.pt disponibiliza um conjunto de informação institucional e referente ao negócio.

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública imediata de informação relevante, a CGD divulgou a seguinte informação privilegiada durante o ano de 2013:

Data	Assunto
16/12/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A. informs about EBA EU-wide Transparency Exercise 2013
16/12/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A. informa sobre o Exercício de Transparência Pan-europeu de 2013
25/11/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. comunica a renúncia do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
31/10/2013	Caixa Geral de Depósitos, SA informs about first nine months 2013 Consolidated Results
31/10/2013	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Resultados Consolidados dos primeiros nove meses de 2013
25/10/2013	CGD completed the placement of 6.11% of PT shares - corrected announcement
25/10/2013	CGD concluiu a colocação de 6,11% do capital social da PT - anúncio corrigido
24/10/2013	CGD completed the placement of 6.11% of PT shares
24/10/2013	CGD concluiu a colocação de 6,11% do capital social da PT - anúncio corrigido
24/10/2013	CGD launches an accelerated bookbuilding offer of PT shares to qualified investors
24/10/2013	CGD informa sobre o lançamento de uma oferta particular de ações PT através de um processo de accelerated bookbuilding
20/09/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. informs about Standard and Poors rating decisions
20/09/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre decisão de rating da Standard and Poors

Data	Assunto
02/08/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. informs about first half 2013 Consolidated Results
02/08/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre Resultados Consolidados relativos ao 1º semestre de 2013
24/07/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A. informs about the approval by the European Commission of the Group Restructuring Plan following its recapitalization in june 2012 - corrected announcement
24/07/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A, informa sobre a aprovação pela Comissão Europeia do Plano de Reestruturação, na sequência da Recapitalização ocorrida em junho de 2012
24/07/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A. informs about the approval by the Europeam Commission of the Group Restructuring Plan following its recapitalization in june 2012
12/07/2013	Standard and Poors changes the rating outlook of Caixa Geral de Depósitos
12/07/2013	Standard and Poors altera outlook do rating da Caixa Geral de Depósitos
10/07/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A. informs about Fitch rating confirmation
10/07/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A. informa sobre a confirmação de rating pela Fitch
01/07/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A. informs about DBRS rating confirmation
01/07/2013	Caixa Geral de Depósitos S.A. informa sobre a confirmação de rating pela DBRS
26/06/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. announces Board Member resignation
26/06/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. announces Board Member resignation
26/06/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre a renúncia de vogal do conselho de administração
31/05/2013	Carta Missão do accionista à Caixa Geral de Depósitos Sa
07/05/2013	Caixa Geral de Depósitos, SA informs about 1st quarter 2013 Results
07/05/2013	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Resultados Consolidados relativos ao 1º trimestre de 2013
12/03/2013	Standard and Poors upgrades the rating outlook of Caixa Geral de Depósitos
12/03/2013	Standard Poors melhora outlook do rating da Caixa Geral de Depósitos
05/03/2013	Caixa Geral de Depósitos, SA informs about completion of the sale of HPP Saúde to Amil
05/03/2013	Caixa Geral Depósitos, SA informa sobre conclusão da venda da HPP Saúde à Amil
08/02/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. informs about 2012 Results
08/02/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre Resultados Consolidados de 2012
31/01/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. announces Board Member resignation
31/01/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. comunica a renúncia de vogal do conselho de administração
11/01/2013	Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre a emissão de obrigações hipotecárias no montante de 750 milhões de euros

DIVULGAÇÃO DE OUTRAS INFORMAÇÕES AO MERCADO

Ao longo de 2013, a CGD manteve uma prestação contínua de informação ao mercado em linha com as recomendações da Comissão de Mercados dos Valores Mobiliários e as melhores práticas internacionais num contexto de transparência e rigor para com investidores, analistas, clientes e demais partes interessadas.

No âmbito do cumprimento do dever de divulgação pública, a Caixa Geral de Depósitos publicou toda a informação relevante e obrigatória através do sistema de difusão de informação da CMVM, disponibilizando-a também para consulta através do seu sítio na internet a todas as partes interessadas.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CGD

O site da CGD inclui na sua arquitetura de informação, uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Público Empresarial. Nesta área do site é garantida a divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante às diversas matérias sobre Governo da Sociedade, incluindo informação sobre as matérias constantes no seguinte quadro:

	Divulgação			Comentários
	Sim	Não	Não Aplicável	
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			

Esta informação encontra-se disponível em: https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Governo-Sociedade/Pages/Governo-Sociedade.aspx

VI - Remunerações

COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

O conselho de administração submeteu a deliberação da assembleia geral anual a "Declaração do conselho de administração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CGD", nos termos legalmente estabelecidos, tendo o representante do acionista Estado declarado, na reunião da assembleia geral de 31 de maio de 2013, não deliberar sobre este assunto, dado que o mesmo seria objeto de deliberação unânime por escrito a emitir posteriormente pelo acionista.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A política remuneratória da CGD está desde 2011 fortemente enquadrada pelas Leis do Orçamento do Estado (Lei n.º 55-A/2010, Lei n.º 64-B/2011, Lei 66-B/2012) e, no que respeita aos administradores, também pelo Estatuto do Gestor Público (EGP) que estabelecem regras e restrições imperativas à referida política. O novo estatuto do Gestor Público consta do DL 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 2/2012, de 25 de janeiro, e complementado pelas resoluções do Conselho de Ministros 16/2012, de 14 de fevereiro e 36/2012, de 26 de março.

Relativamente a 2013 salientam-se as seguintes limitações (novas ou mantidas) na política de remuneração dos membros do Conselho de Administração da CGD:

Administradores executivos

Fixação da remuneração mensal, limitando-a ao vencimento mensal do Primeiro-Ministro e a um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, ou, em alternativa, opção pelo vencimento do lugar de origem, com o limite da remuneração média dos últimos três anos do lugar de origem, corrigida do IPC, mediante autorização expressa do membro do governo responsável pela área das finanças;

Administradores não executivos

Remuneração fixa, até ao limite de 1/4 da remuneração de igual natureza estabelecida para os administradores executivos, sendo que quando têm efetiva participação em comissões criadas especificamente para o acompanhamento da atividade da empresa têm ainda direito a uma remuneração complementar, caso em que o limite da remuneração global é de 1/3 da remuneração fixa estabelecida para os administradores executivos.

Para ambos:

- Redução remuneratória de 5% (Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho);
- Redução remuneratória complementar de 10% (Leis do Orçamento do Estado);
- Não atribuição de prémios de gestão (EGP e Leis do Orçamento do Estado).

No que respeita à compatibilidade da política de remuneração com a estratégia empresarial de longo prazo, estando esta ligada à definição da componente variável da remuneração e sendo certo que o EGP e as sucessivas Leis do Orçamento do Estado têm vindo a proibir a sua atribuição, não efetuando a CGD qualquer pagamento de prémios de gestão desde 2011, a questão não se colocou relativamente a 2013.

Sem prejuízo das limitações referidas, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 12º dos estatutos da CGD compete à assembleia geral da sociedade deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais.

ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO EM 2013

Mesa da Assembleia Geral

Mesa Assembleia Geral	Remuneração (1)
Presidente	Senha de presença no valor de 650,00 euros.
Vice-Presidente	Senha de presença no valor de 525,00 euros.
Secretário	Senha de presença no valor de 400,00 euros.

(1) Estas remunerações correspondem às que vinham sendo pagas no mandato anterior em virtude de ainda não terem sido fixadas em Assembleia Geral as remunerações relativas ao mandato em curso.

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do EGP, o vencimento mensal dos gestores públicos é definido tendo por base o valor padrão do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, bem como a dimensão da empresa e a exigência dos respetivos cargos de gestão.

Não obstante, este valor padrão pode ser afastado no caso de empresas que prestem serviços financeiros e atuem no mercado em regime de concorrência, como é o caso da CGD, em que, mediante autorização do Ministério das Finanças, os gestores públicos podem optar pelo vencimento do lugar de origem com o limite da remuneração média dos últimos 3 anos do referido lugar, aplicado o coeficiente de atualização resultante das correspondentes taxas de variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC) apurado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Em consonância com o referido, todos os administradores executivos e presidente do Conselho de Administração (PCA) exerceram o seu direito de opção, com efeitos a partir da data do início dos respetivos mandatos, isto é, 9 de julho de 2013.

	Remunerações (14 meses)
Conselho de Administração	
Presidente Prof. Doutor Álvaro Nascimento	7 704,20 euros
Vogais Prof. Doutor Pedro Bela Pimentel Prof. Doutor José Luís Crespo de Carvalho Dr. José Ernst Vieira Branco	 1 370,02 euros 1 370,02 euros 1 370,02 euros
Comissão Executiva	
Presidente Dr. José de Matos	16 578,28 euros
Vice-Presidente Dr. Nuno Fernandes Thomaz	8 647,80 euros
Vogais Dr. João Nuno Palma Dr. José Cabral dos Santos Dra. Ana Cristina Leal Dra. Maria João Carioca Rodrigues Dr. Jorge Cardoso	 13 481,60 euros 11 424,33 euros 12 703,17 euros 12 039,21 euros 13 887,00 euros

	Remunerações (14 meses)
Comissão de Auditoria	
Presidente Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira	1 826,70 euros.
Vice-Presidente Prof. Doutor Daniel Traça	1 826,70 euros.
Vogal Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão	1 826,70 euros.

REMUNERAÇÃO E OUTRAS REGALIAS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos órgãos de administração da sociedade estão contidas no Apêndice 1, não havendo lugar a montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Em 2013 os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros dos orgãos de gestão da Caixa e das empresas do Grupo (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal chave da gerência conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria) ascenderam a 17.507 milhares de euros.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

A política de remuneração dos colaboradores da CGD está corporizada em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, que são do conhecimento público (Boletim do Trabalho e Emprego) e, bem assim, em normativos internos, que estão publicados e acessíveis a todos os trabalhadores, que regulam nomeadamente as seguintes matérias:

- - Tabela salarial
- - Sistema remuneratório da CGD
- - Sistema de Gestão de Desempenho
- - Condições laborais aplicáveis aos trabalhadores da CGD
- - Regime de previdência dos empregados da CGD
- - Sistema de incentivos
- - Participação nos lucros.

A CGD enquanto empresa pública integrada no Sector Público Empresarial encontra-se abrangida pelas limitações decorrentes das sucessivas Leis do Orçamento do Estado, que são imperativas e se sobrepõem a outros instrumentos de regulação laboral.

No ano de 2013, releva-se o artigo 35º da LOE 2013, que veda a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos trabalhadores, nomeadamente a atribuição de prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim.

Assim, em consequência das restrições impostas pela Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2013 não houve promoções nem progressões salariais (com exceção das decorrentes de nomeações imprescindíveis ao normal desenvolvimento da atividade da

CGD), não tendo também sido atribuída qualquer remuneração anual variável a nenhum colaborador da CGD com exceção dos incentivos à produtividade aos elementos das áreas comerciais, embora de quantitativo pouco relevante.

Pelo mesmo motivo, em 2013 não ocorreram atualizações salariais.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO RELATIVA AOS QUADROS DIRETIVOS

A Caixa Geral de Depósitos, enquanto instituição de crédito, está vinculada à divulgação, nos documentos anuais de prestação de contas, de informação agregada respeitante à remuneração dos colaboradores nos termos previstos no Aviso do Banco de Portugal nº 10/2011, de 9 de janeiro.

Para este efeito, e tendo em conta os critérios estabelecidos no mencionado Aviso, a CGD considera abrangidos pelo conceito de colaboradores os elementos com funções diretivas.

Assim, a informação que se segue respeita aos colaboradores com funções diretivas nas estruturas da CGD.

No que respeita aos quadros diretivos, a Política de Remuneração é definida pelo Conselho de Administração, sem prejuízo do cumprimento das normas constantes dos Acordos de Empresa em vigor.

O Conselho de Administração é também o órgão competente para, neste âmbito, fixar a remuneração e atribuir remunerações variáveis ao universo em questão.

A remuneração dos quadros diretivos, tal como a dos restantes trabalhadores, tem uma componente fixa e uma componente variável.

A remuneração variável é de atribuição casuística e está estreitamente ligada à avaliação do desempenho ao nível de responsabilidade de função e ao grau de prossecução dos objetivos. O Sistema de Gestão de Desempenho consiste num processo anual através do qual a CGD planifica a sua atividade, monitoriza o desempenho e avalia os resultados.

A avaliação do desempenho e a consecução dos objetivos são fatores relevantes tidos em conta na decisão sobre a alteração do estatuto remuneratório dos colaboradores, incluindo os quadros diretivos, seja através de promoções por mérito, seja através da revisão de outras componentes salariais, fixas ou variáveis.

No entanto, e conforme já referido, as valorizações remuneratórias estiveram, em 2013 (como de resto desde 2011) fortemente condicionadas pela Lei do Orçamento do Estado.

De modo a cumprir os critérios de divulgação estabelecidos no art.º 17º do Aviso do Banco de Portugal acima identificado, apresenta-se quadro com a informação quantitativa referente à remuneração paga pela Instituição, discriminada entre Quadros Diretivos nas Estruturas CGD (exceto funções de controlo) e Quadros Diretivos nas Estruturas CGD com Funções de Controlo (DAI, DCO, DGR e GFC).

Colaboradores abrangidos pelo art. 17º n.º 1 do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal		
	Quadros Diretivos Estruturas CGD (Exceto Funções de Controlo)	**Quadros Diretivos das Estruturas CGD com Funções de Controlo**
1. Remuneração		
1.1. Remuneração base (1)	22 048 413,57	1 860 120,88
1.2. Remuneração variável	21 107,26 (2)	-----
1.3. Nº Beneficiários	246	20
2. Informações Adicionais		
2.1. Novas Contratações em 2013 (3)	3	1
2.2. Valores liquidados em virtude de rescisão antecipada do contrato de trabalho	-----	-----
2.2.1. Números de beneficiários do pagamento	-----	-----
2.2.2. Maior pagamento atribuído a um colaborador	-----	-----

(1) A variação em 2013 face a 2012 deve-se, em grande medida, à reposição dos subsídios de férias e de Natal para os empregados CGD.
(2) Incentivos à produtividade atribuídos a elementos com funções diretivas nas áreas comerciais.
(3) Empregados pertencentes a Empresas do Grupo que já se encontravam cedidos à CGD.

Atendendo às especificidades decorrentes do enquadramento legal da CGD, fica prejudicado, para efeitos de divulgação, nomeadamente, a alínea b) do n.º 1 e alíneas c), e), g) e i) do n.º 2 do artigo 16º e alíneas b) a d) do n.º 1 do artigo 17º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal.

Integração das funções de controlo da instituição no modelo de definição da política de remuneração

O processo de concretização do modelo corporativo que está em curso no âmbito do Grupo CGD prevê nomeadamente a atribuição de responsabilidades relativas à definição e controlo das políticas de remuneração, o que permitirá assegurar a integração das funções de controlo da Instituição no modelo de definição da política remuneratória.

VII - Transações com partes Relacionadas e Outras

A CGD realiza transações com empresas do Grupo, empresas associadas e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	31-12-2013				
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Empreendimentos Conjuntos	Outras empresas do Grupo CGD
Ativos:					
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	3 301 712
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	7 216 517	3 121 688	-	-	5 507 796
Crédito a clientes	-	2 253 793	437 509	1 669	196 183
Outros ativos	196 133	485 662	1 076	86 000	836 900
Passivos:					
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	2 420 673
Recursos de clientes e outros empréstimos	292 825	565 605	27 376	382	883 724
Débitos representados por títulos	-	-	-	-	119 757
Passivos subordinados	-	-	-	-	166 382
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	69 138
Outros passivos	-	-	-	-	194 418
Garantias prestadas	-	163 310	3 823	1 696	283 006
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	224 918	140 491	3 196	1 981	325 570
Ganhos em operações financeiras	282 279	58 240	-	-	1 332 943
Rendimentos de serviços e comissões	0	914	166	9	22 181
Outros proveitos de exploração	-	5	22	-	36 370
Custos:					
Juros e encargos similares	8 952	1 771	11	-	169 305
Perdas em operações financeiras	148 395	67 690	-	-	1 624 110
Encargos com serviços e comissões	-	1	0	-	3 200
Provisões de crédito vencido (líquido de reposições)	-	612	2 743	-	-
Outros custos de exploração	-	-	222	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	61

As transações com partes relacionadas em que a sociedade detenha participação superior a 2% são devidamente registadas e objeto de acompanhamento regular.

OUTRAS TRANSACÇÕES

PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, orientados por princípios de economia e eficácia.

- Preparação e Consulta ao Mercado, que incluiu o início do processo com a identificação da necessidade para novos serviços ou para renovação de

contratos, a identificação dos fornecedores a consultar, a elaboração do caderno de encargos,utilizando a minuta adequada ao bem/serviço, a elaboração da matriz de avaliação dos fornecedores, o envio do caderno de encargos aos fornecedores previamente identificados, convidando-os a apresentar as respetivas propostas, sendo que a consulta é efetuada, sempre que possível, no mínimo a 3 fornecedores por bem/serviço e a receção de dúvidas relativas ao caderno de encargos;

- Receção, avaliação e negociação das propostas, que inclui a receção das propostas dos Fornecedores consultados, dentro dos prazos indicados na caderno de encargos e em carta fechada, a abertura das propostas efetuada por comissão de abertura das propostas, a elaboração e assinatura da ata de abertura das propostas, a análise e avaliação comparativa das propostas (elaboração de shortlist se necessário) e a elaboração de um mapa de avaliação das propostas, tendo em conta a matriz de avaliação, previamente definida;
- Seleção, aprovação da despesa e adjudicação, que inclui a seleção dos fornecedores a transitar para fase seguinte do processo negocial, a notificação dos fornecedores excluídos ao longo do processo negocial, a realização de rondas negociais até seleção do fornecedor final, a elaboração da Informação para deliberação por parte do órgão próprio com competências delegadas para o efeito, a elaboração do documento de adjudicação e a adjudicação da aquisição dos bens/serviços ao fornecedor;
- Contratação, que inclui a elaboração da minuta do contrato, atendendo ao conteúdo do processo negocial, não podendo porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes da data de início de produção de efeitos fixada na adjudicação e o envio da minuta do contrato ao fornecedor.

UNIVERSO DAS TRANSACÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO

As contratações habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, sem consulta ao mercado, consistem em:

- Transporte e tratamento de valores com a ESEGUR – Empresa de Segurança, SA;
- Aquisições em regime de Locação Financeira com a Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA;
- Contratação de Seguros com a Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, SA;
- Renting de viaturas com a LOCARENT – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EM BASE INDIVIDUAL

Os fornecedores que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual, em 2013 foram os seguintes:

NIPC	Fornecedor	Total em 2013
PT500068801	Companhia IBM Portuguesa, S.A.	37 926 914,47 €
PT720003490	Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos	29 349 045,77 €
PT504940899	SOGRUPO II – Sistemas de Informação, ACE	29 280 290,42 €

VIII - Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

A estratégia de Sustentabilidade da CGD prevê a concretização de um conjunto de compromissos económicos (negócio sustentável, literacia financeira), sociais (responsabilidade e empreendedorismo sociais e cidadania corporativa) e ambientais (eco eficiência, proteção do ambiente e preservação dos recursos naturais), que vão muito além das suas obrigações legais e de "compliance". Nesta secção, são apresentadas as linhas orientadoras da sustentabilidade nos vários temas relevantes, sendo em alguns casos apresentadas as principais iniciativas que ilustram a aplicação das mesmas pela CGD. Para uma compreensão mais detalhada sobre a implementação do Programa Corporativo de Sustentabilidade da CGD e contributos do Banco para o desenvolvimento sustentável, deve ser consultado o último Relatório de Sustentabilidade da CGD, disponível no website corporativo, em área específica.

www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade/Relatorio/2012/Pages/Relatorio-Sustentabilidade.aspx

ESTRATÉGIAS ADOPTADAS

Os pilares de atuação da CGD no domínio do desenvolvimento sustentável assentam no reconhecimento da importância do equilíbrio, transparência e responsabilidade nas relações que estabelece com os seus "stakeholders" (partes interessadas), bem como da contribuição da atividade bancária para o desenvolvimento sustentável, de forma a promover um futuro melhor.

Neste sentido, encontra-se definido um modelo de gestão para a sustentabilidade, transversal à organização e do qual fazem parte algumas empresas do Grupo CGD. Este modelo é composto por:

- Comité Geral de Sustentabilidade, estrutura de recomendação com a responsabilidade de apreciar, debater e monitorizar a implementação da estratégia de Sustentabilidade na CGD e recomendar matérias relevantes para aprovação da comissão executiva.
- Comité de "Steering" de Sustentabilidade, que constitui um fórum intercalar de acompanhamento à implementação do Programa Corporativo de Sustentabilidade e de preparação de reuniões para o Comité Geral de Sustentabilidade;
- Equipa coordenadora do Programa de Sustentabilidade, responsável por coordenar e acompanhar o Programa de Sustentabilidade e dinamizar as atividades dos grupos de trabalho;
- Grupos de Trabalho constituídos por responsáveis de vários órgãos de estrutura, que desenvolvem temas específicos, nomeadamente Políticas e Códigos Voluntários; Risco; Produtos; Ambiente; Envolvimento com a Comunidade; Reporte e "Stakeholders"; Recursos Humanos e Grupo CGD/África/Brasil.

A CGD considera a gestão da relação e o diálogo contínuo com os vários grupos de "stakeholders" uma ferramenta estratégica, que visa assegurar transparência, confiança e alinhamento do seu desempenho com as expetativas dos seus "stakeholders", incluindo a gestão atempada de riscos e oportunidades.

Neste âmbito, a CGD procede periodicamente à auscultação dos seus "stakeholders" estratégicos em matéria de sustentabilidade: Acionista/Estado, Entidades Reguladoras, Colaboradores, Comunidade, Fornecedores e Clientes Particulares e Empresas. Este processo tem como objetivo avaliar a respetiva perceção acerca da CGD e identificar as suas principais expetativas e oportunidades de melhoria em matéria de sustentabilidade,

servindo, também, de base à identificação dos temas relevantes a abordar no Relatório de Sustentabilidade. A informação recolhida neste processo, para além de ser tratada e incorporada na gestão, é integrada nas estruturas funcionais afetas à implementação do Programa Corporativo de Sustentabilidade.

A CGD, na sua estratégia de comunicação regular do desempenho em sustentabilidade, publica anualmente um relatório de sustentabilidade, de acordo com as diretrizes da "Global Reporting Initiative", sendo-lhe atribuída notação máxima (A+) por entidade externa independente, que reconhece o mérito e a evolução da CGD na implementação de boas práticas nos três pilares: económico, ambiental e social. Adicionalmente a CGD tem vindo a responder a vários "ratings" de sustentabilidade - para além do "Carbon Disclosure Project", mencionado anteriormente, a CGD responde voluntariamente a avaliação externas de entidades que comunicam os resultados a investidores, como a avaliação da Robeco SAM para o "Dow Jones Sustainability Index" ou a avaliação da Oekom, Sustainalytis ou IMUG.

No exercício responsável da sua atividade, a CGD subscreve os seguintes códigos e princípios relevantes para o desempenho económico, ambiental e social:

- Práticas de Bom Governo para as Empresas do Setor Empresarial do Estado (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 substituída pelo Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro);
- Código de Conduta Europeu Voluntário do Crédito à Habitação, subscrito desde 2000;
- Código sobre Conduta do Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade, desde 2000;
- Programa Ambiental das Nações Unidas para o Setor Financeiro ("United Nations Environment Programme — Finance Initiative"), desde 2009;
- "Enterprise for Health" — Rede Europeia de Empresas Saudáveis, sendo a CGD Membro Fundador desde 2000;
- Carta para o Negócio Responsável do "World Savings Banks Institute/European Savings Banks Group" (WSBI/ESBG), desde 2011;
- Carta de Compromissos da Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN), no âmbito da comunicação responsável, desde 2012.

A CGD aderiu em 2013 aos 10 Princípios do "Global Compact". Trata-se de uma iniciativa para as empresas que se comprometam a alinhar a sua atividade com 10 princípios universalmente aceites nas áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção.

A CGD pertence ao "Advisor Comittee" do UNICRI ("United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute"), através do Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade de Negócio (GPS).

A CGD marca presença nas principais associações e iniciativas de Sustentabilidade, entre elas: UNEP-FI, "Carbon Disclosure Project", BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, integrando também, desde 2012, o Comité de Responsabilidade Social e Corporativa do "European Savings Bank Group" (ESBG) e o Comité de Peritos da Comissão Europeia para o Empreendedorismo Social.

POLÍTICAS PROSSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE

Como linhas orientadoras de atuação, a CGD tem definido um conjunto de políticas que constituem os alicerces do seu Programa Corporativo de Sustentabilidade, sendo elas:

- Política de Sustentabilidade assente em cinco áreas estratégicas-chave com orientação de criação de valor para os stakeholders – Banca Responsável, Promoção do Futuro, Proteção do Ambiente, Envolvimento com a Comunidade e Gestão do Ativo Humano;
- Política de Ambiente;
- Política de Envolvimento com a Comunidade;
- Política de Produto e Serviço, na ótica da Sustentabilidade, alinhada com a Política de Marketing e Comercial do Grupo CGD.

Estas políticas estão disponíveis online na área de sustentabilidade do website corporativo, para consulta em português e inglês. A Política de Ambiente serviu de base à implementação de um sistema de gestão ambiental (SGA) de acordo com a norma internacional ISO 14001, processo iniciado em 2013 e que deverá ser certificado em 2014 e que permitirá à CGD ser o primeiro banco português com esta certificação. A existência de SGA, entre outras valências e benefícios, permite documentar e gerir informação de desempenho ambiental, melhorando o cumprimento da CGD em várias aspetos ambientais (por exemplo, energia, emissões de CO2, resíduos, consumo de recursos, literacia e responsabilidade ambiental). Permite ainda preparar a evolução da CGD, enquanto líder de um grupo internacional, em consonância com os desafios emergentes, contribuindo, adicionalmente, para a imagem e reputação da Marca CGD e para a perceção do exercício ético e responsável da atividade bancária.

Em alinhamento com a sua estratégia global, a CGD tem vindo a implementar um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) nos vários processos de negócio, com o principal objetivo de disseminar a cultura da qualidade e promover a melhoria contínua dos processos. Este sistema tem contado com um forte envolvimento da gestão de topo.

A CGD dispõe da Área de Qualidade de Processos, responsável pela definição e acompanhamento dos níveis de serviço, pela recomendação de atuações e validação dos princípios da qualidade. O Comité Geral da Qualidade de Processos (CGQP) é o órgão responsável pela apreciação, debate e monitorização da implementação da estratégia da qualidade de processos na CGD.

Com o objetivo de disseminar a Cultura da Qualidade e promover a eficiência e eficácia dos processos, a CGD tem desencadeado diversas iniciativas, desde o alargamento do sistema de gestão da qualidade a outros processos até à comunicação e formação sobre qualidade.

Em 2013, a CGD manteve as certificações ISO 9001 (Certificação da Qualidade dos Processos) pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER) do Sistema de gestão da qualidade da Direção de Mercados Financeiros da CGD; do Sistema de processamento das operações do grupo CGD nos mercados financeiros da Direção de Suporte Operacional da CGD e do Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade do Negócio (GPS). Obteve também a certificação da qualidade para o Gabinete de Apoio ao Cliente e para o processo de contact center (operações de inbound). Atualmente estão em curso vários projetos de implementação do sistema de gestão da qualidade, de acordo com a ISO 9001, em outros processos de negócio com vista à sua certificação.

GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS

No âmbito do seu Programa Corporativo de Sustentabilidade, a CGD tem assumido publicamente compromissos em várias áreas-chave do funcionamento da organização, que traduzem os cinco eixos da sua Política de Sustentabilidade, nomeadamente:

1. Banca Responsável - incorporação da sustentabilidade no modelo de governação do Banco; ética e conduta; qualidade de processos e certificação; envolvimento de stakeholders; promoção da sustentabilidade na cadeia de fornecedores; promoção do desenvolvimento sustentável nos canais CGD;
2. Promoção do futuro - desenvolvimento de produtos e serviços ambiental e socialmente responsáveis e integração de aspetos de sustentabilidade na avaliação de risco de crédito a empresas;
3. Proteção do ambiente - implementação da estratégia ambiental; sensibilização de stakeholders para a proteção ambiental;
4. Gestão do ativo humano – gestão do talento; gestão do desempenho; gestão do conhecimento; monitorização do clima social; saúde e segurança no trabalho e sensibilização dos colaboradores para sustentabilidade;
5. Envolvimento com a comunidade – implementação da política de envolvimento com a comunidade; inovação social; promoção do voluntariado e promoção da literacia financeira.

Para garantir o cumprimento dos compromissos a CGD define, implementa e monitoriza um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelos órgãos de estrutura afetos ao Programa Corporativo de Sustentabilidade. Os compromissos e respetivo estado de concretização são divulgados anualmente, sendo monitorizados e verificados por entidade externa independente no âmbito do processo de verificação do relatório de sustentabilidade. Este documento encontra-se disponível online na área de sustentabilidade do “website” corporativo.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ACTIVIDADE E PARA O FUTURO DA EMPRESA

Para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do Setor Empresarial do Estado (SEE), a CGD está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo acionista, nas quais constam, em particular, o reforço das capacidades e mecanismos de controlo e gestão de risco.

Os principais riscos que a CGD identifica são:

- Agravamento das condições macro económicas do país e respetivo impacto na atividade bancária, sobretudo na geração de proveitos e no incumprimento;
- Manutenção da curva de taxa de juro Euribor em patamares historicamente baixos, com impacto significativo na rendibilidade dos ativos com taxas indexadas;
- Potenciais riscos financeiros decorrentes de fatores socio ambientais por parte dos clientes;
- Potencial quebra do nível de satisfação percecionada pelo cliente relativamente à qualidade do serviço e à solidez da instituição.

A CGD garante um adequado ambiente de controlo interno através de um sistema de gestão de risco, da implementação do Programa de Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI), de um eficiente sistema de informação e comunicação bem como um

efetivo processo de monitorização, de acordo com os requisitos de elegibilidade estabelecidos pelo Banco de Portugal e assentes nas melhores práticas.

De forma a assegurar a proteção dos ativos e atividade da CGD, são realizados stress tests aos riscos de natureza financeira, com periodicidade trimestral, dando cumprimento à regulamentação emanada do Banco de Portugal.

Adicionalmente e no plano de assistência económica e financeira a Portugal, assinado em Abril de 2011 pelo Governo Português, foram definidos indicadores de liquidez e de capital a serem atingidos pelas principais instituições bancárias portuguesas as quais passaram a apresentar Planos de Financiamento e de Capital a implementar até 2015, sujeitos a monitorização trimestral por parte do Banco de Portugal, do FMI, do BCE e da Comissão Europeia. Ainda no âmbito do memorando de assistência financeira, os bancos portugueses, incluindo a CGD, têm sido submetidos a auditorias externas independentes e regulares para validar informação sobre a qualidade dos ativos e a respetiva solvabilidade.

A gestão de risco é realizada de forma centralizada, abrangendo o controlo e avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez e de natureza operacional de acordo com o princípio de segregação de funções. Para cada tipo de risco, encontram-se definidas orientações estratégicas, definidas internamente e de acordo com a legislação e regulamentos aplicáveis em vigor.

A CGD desenvolve vários projetos na área de gestão de risco, cuja informação mais detalhada se encontra no Relatório e Contas, sendo que no que respeita ao risco de incumprimento de crédito dos clientes, a Caixa continuou a atuar segundo uma abordagem preventiva de deteção e acompanhamento de situações de Clientes com indícios de risco acrescido, tendo implementado proactivamente soluções de renegociação de crédito, com vista a reduzir os encargos mensais das famílias, adequando-os ao seu nível de rendimento atual.

No âmbito da sua estratégia de combate às alterações climáticas, a CGD identificou riscos e oportunidades, incluindo os resultantes das tendências crescentes de legislação. Neste sentido, o novo ambiente regulatório terá impacto ao nível operacional da CGD, bem como da atividade desenvolvida pelas empresas suas clientes.

A sustentabilidade faz parte integrante da gestão da CGD sendo possível transformar gradualmente os riscos em oportunidades que os temas da sustentabilidade trazem ao negócio bancário, com a introdução de novas linhas de negócio de acordo com os requisitos de mercado, nomeadamente a integração progressiva de critérios ambientais e sociais na avaliação do risco de crédito, a divulgação de riscos ambientais e sociais junto dos vários stakeholders bem como promoção da educação para a poupança e para o consumo consciente e informado, com vista a contribuir para a prevenção do sobre endividamento dos Clientes e do consequente risco de incumprimento.

FORMA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS INERENTES A UMA ADEQUADA GESTÃO EMPRESARIAL

GARANTIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, DE RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS E DE NÃO DISCRIMINAÇÃO

A CGD, enquanto instituição socialmente responsável e cumpridora dos requisitos legais, garante a igualdade de oportunidades e não discriminação a todos os seus colaboradores, a liberdade de associação, bem como a proibição de trabalho infantil e trabalho forçado. Desta forma, o respeito pelos direitos humanos é assegurado pela CGD na gestão do seu capital humano, consubstanciada no seu código de conduta,

política de sustentabilidade e políticas de recrutamento, remuneração, desenvolvimento e gestão de carreiras.

Dado que o código de conduta se aplica não só aos colaboradores da CGD, mas também aos prestadores de serviços, incluindo a subcontratação, a CGD está a promover progressivamente a sustentabilidade na sua cadeia de valor, proibindo a discriminação baseada em critérios como raça, género, incapacidade, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, religião, instrução, estado civil ou outros.

Anualmente, a CGD reporta no seu relatório de sustentabilidade dados quantitativos que demonstram a aplicação destes princípios, sendo a informação verificada por entidade externa independente.

GESTÃO ADEQUADA DO CAPITAL HUMANO DA EMPRESA, COM PROMOÇÃO DA VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DOS RECURSOS HUMANOS, INSTITUIÇÃO DE SISTEMAS QUE GARANTAM O BEM-ESTAR E PREMEIEM O MÉRITO DOS COLABORADORES

A missão da gestão de recursos humanos na CGD consiste na obtenção de uma equipa forte e motivada, assegurando não só os princípios identificados no ponto anterior – a não discriminação e igualdade de tratamento e oportunidades – bem como o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos colaboradores, o seu desenvolvimento profissional, e o bem-estar ao nível da saúde e segurança laboral.

A gestão do capital humano tem sempre presente o apoio direto ao negócio e à atividade comercial, o desenvolvimento das competências e potencial dos colaboradores, o reconhecimento do mérito bem como a promoção do bem-estar geral.

A igualdade de tratamento que constitui um dos princípios fundamentais da Empresa está consagrada no artigo 11º do Código de Conduta , o qual estabelece que a instituição deve promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre os homens e as mulheres e impedir qualquer ato de discriminação por parte dos seus colaboradores.

Em conformidade, a CGD desenvolve uma política inclusiva assente na prática efetiva da não discriminação, na responsabilidade social e na defesa de elevados padrões éticos.

No ano de 2013, a CGD apresentou a seguinte distribuição relativamente ao género (55,54% feminino e 44,46% masculino), tendência que é transversal às funções administrativas, técnicas e específicas.

Quanto às funções de enquadramento e de direção detetam-se ainda diferenças, o que decorre da evolução histórica geral da empregabilidade em ambos os sexos, verificando-se, no entanto, uma evolução tendencial de maior equilíbrio.

A este respeito, importa relevar que no ano de 2013 foram nomeadas duas administradoras para o Conselho de Administração da CGD, o que representa 14,29% de mulheres naquele órgão.

No acesso ao trabalho, a CGD promove a igualdade de oportunidades tanto no recrutamento interno como no externo, sendo que a divulgação de oportunidades e o envio de candidaturas está acessível a todos os interessados independentemente do género e que a seleção é feita única e exclusivamente com base no currículo e no perfil de competências de cada candidato.

A CGD promove também a igualdade de acesso à formação profissional, a qual está disponível a todos os trabalhadores através da plataforma de “e-learning”, e, bem assim,

a igualdade de oportunidades na progressão na carreira, analisada e concretizada unicamente através de critérios de mérito e competência.

As questões da igualdade do género remetem também para a centralidade do equilíbrio entre os papéis sociais do homem e da mulher, no quadro da evolução demográfica, económica e cultural da família em Portugal.

O apoio à parentalidade é efetuado através da divulgação dos direitos que assistem ao pai e à mãe e da promoção da participação equilibrada de ambos na vida profissional e familiar.

De referir que no âmbito do apoio à parentalidade a CGD suporta o projeto de apoio à amamentação, disponibiliza consultas de planeamento e preparação para o parto e a consulta do recém-nascido.

Por fim, importa ainda mencionar a política de igualdade salarial entre mulheres e homens que se concretiza na efetiva não discriminação salarial entre géneros.

Pode assim afirmar-se que a CGD promove a não discriminação entre homens e mulheres nas várias esferas da vida da Empresa, dando a uns e a outros igual capacidade de participação, de desenvolvimento, de responsabilidade e visibilidade.

A política de Responsabilidade Social e Familiar da CGD reflete uma gestão centrada no fator humano, compreendendo a conciliação do trabalho, família, saúde e lazer como dimensões complementares da vida das Pessoas e contribuidoras para o sucesso da organização.

Face à conjuntura recessiva dos últimos anos, transversal a todos os sectores e com inegável impacto para a CGD enquanto empresa do Setor Público Empresarial, 2013 constituiu um desafio para se prosseguir de forma ajustada e proactiva a resposta às crescentes solicitações e tensões sociais que afetam os empregados e suas famílias.

De entre as medidas de apoio humano e familiar, destacam-se as seguintes:

a) Apoio psicossocial - Prosseguiu em 2013 um programa de atendimento psicossocial para empregados e famílias, assegurado por uma equipa multidisciplinar das áreas do serviço social e da psicologia. Esta ação articula-se com os serviços médico-sociais e com diversas estruturas da empresa, contando ainda com a participação de um grupo de voluntariado interno.

b) Apoio socioeconómico - Em 2013 foram disponibilizadas medidas de apoio financeiro de carácter conjuntural destinadas a atenuar o impacto da redução de rendimentos de trabalho e de agravamento fiscal e a prevenir situações de maior dificuldade para os colaboradores.

c) Apoios na saúde
   - Disponibilização de Postos Médicos e de Enfermagem nos principais centros urbanos e celebração de protocolos com prestadores convencionados em diversas valências, garantindo uma ampla cobertura nacional a nível médico;
   - Campanhas de vacinação e de rastreio gratuito, com enfoque na prevenção da gripe sazonal, na cessação tabágica ou na prevenção das doenças cardiovasculares e outras;
   - Celebração de protocolos para garantir cuidados continuados integrados a empregados e famílias;
   - Protocolos específicos de tratamento na área das doenças de adição, para empregados e familiares;

- Atribuição de subsídios e apoios em tratamentos específicos para filhos com necessidades especiais;
- Regime de comparticipação especial na área da grande doença.

d) Políticas de flexibilidade e apoio socioprofissional

- Adequação da função, local/posto de trabalho às condições físicas e psicológicas dos empregados;
- Mobilidade geográfica e funcional baseada, sempre que possível, na conjugação de interesses CGD/ interesses pessoais e familiares dos empregados;
- Possibilidade de prorrogação de faltas para Assistência à Família em situações de recorte social extremo, como na grande doença;
- Atribuição de Subsídio de Trabalhador Estudante;
- Atribuição de subsídios sociais aos filhos dos empregados;
- Atribuição de Bolsas para filhos de empregados no ensino superior segundo critérios sociais e de meritocracia;
- Prioridade na admissão de familiares de colaboradores falecidos ou incapacitados para o trabalho.

e) Apoio sociofamiliar

- Alargamento da rede de protocolos para aquisição de produtos e serviços em condições preferenciais, nas áreas de seguros, transporte, creches e infantários, lares e apoio domiciliário;
- Realização de colónias de férias, cursos de línguas e outros nos períodos de férias escolares;
- Partilha de livros escolares já usados;
- Protocolo na área editorial sem fins lucrativos, para divulgação de livros especialmente dirigidos a crianças com necessidades especiais;
- Aulas de estudo acompanhado de língua inglesa para jovens que frequentem o ensino básico e secundário.

f) Dinâmica cultural e desportiva

- Acesso facilitado a espetáculos para grupos alvo específicos;
- Clube de Leitura, possibilidade de encomenda de livros com isenção de custos de expedição no caso dos residentes nas regiões autónomas, combatendo a insularidade, e ainda, parcerias com editoras e livreiros;
- Acesso, em condições mais favoráveis, à oferta cultural da Fundação Culturgest para empregados e familiares;
- Na área desportiva, a CGD disponibiliza várias infraestruturas de apoio, em particular, no Centro Cultural e Desportivo do Edifício-Sede e no Pavilhão da Ajuda; são ainda estabelecidos protocolos preferenciais para a prática das mais diversas modalidades, para empregados e familiares, por todo o país.

g) Responsabilidade social e familiar

Na CGD, as políticas de Responsabilidade Social e Familiar traduzem um compromisso efetivo com o desenvolvimento e bem-estar das Pessoas, com impacto para a criação de valor e para a sustentabilidade da empresa e da comunidade.

Ilustrando a cultura de Intervenção Civica e Responsabilidade Social e Familiar que caracteriza a CGD de forma positivamente diferenciada, merece destaque:

- Campanha de angariação de dadores de plaquetas e medula óssea, ampliando a ação do Grupo de Dadores de Sangue dos SSCGD;
- Desenvolvimento do Voluntariado Corporativo com apoio a inúmeras iniciativas de voluntariado social e ambiental; destaca-se o voluntariado interno dinamizado através do Grupo "Seniamor", que incide na prevenção do isolamento social após a reforma;
- Apoio às associações de aposentados/ reformados, com destaque para a ANAC que, em 2013, assumiu a presidência do Agrupamento Europeu de Caixas, traduzindo o reconhecimento do seu prestígio na área do associativismo sénior.
- Publicação do livro "Uma Árvore Diferente" – com o apoio da CGD e fins de solidariedade social, elaborado em conjunto por empregados e familiares. Tratou-se de um livro inicialmente em branco que foi construído percorrendo muitos quilómetros entre agências da CGD e mobilizou a participação criativa, capítulo a capítulo, das crianças Caixa da região de Beja.

A Cultura, o Conhecimento e a Comunicação continuaram a constituir vetores determinantes da gestão RH em 2013.

Nesse âmbito, a CGD, continuou a dinamizar esses vetores através do portal exclusivo para colaboradores da Caixa e inteiramente dedicado a temas relacionados com a Gestão de Recursos Humanos – o Caixapessoal. Este portal afirmou-se, ao longo dos últimos 6 anos, como um instrumento fundamental na gestão quotidiana, permitindo o acesso a informação personalizada e aplicações RH e tendo na sua raiz uma lógica de difusão de Conhecimento na organização e de apoio ao desenvolvimento profissional e pessoal de cada colaborador.

Em 2013 registou-se uma média mensal de cerca de 9.000 acessos internos ao Caixapessoal, em resultado de uma política de dinamização e gestão ativa de conteúdos, assim como da disponibilização de funcionalidades relevantes para a vida de cada colaborador como, por exemplo, acesso a aplicações, destaques noticiosos sobre matérias RH e formação "e-Learning" (incluindo Comunidades de partilha de Conhecimento).

O Caixapessoal continuou a estar disponível, para cada empregado, mesmo fora do seu local de trabalho, sendo este fator especialmente importante no que diz respeito à formação à distância (cursos e-Learning e/ou tutoriais formativos). Em 2013 registaram-se 107.000 acessos ao portal, sendo que, deste total, 3.300 foram acessos efetuados a partir do exterior da organização aos fins de semana.

Nas situações em que o colaborador não encontra a informação desejada no portal ou necessita de contactar a Direção de Pessoal para qualquer pedido relativo a matérias de gestão RH, tem ainda à sua disposição o serviço de Helpdesk Caixapessoal online.

Tal como nos anos anteriores, a Formação e Desenvolvimento dos empregados da Caixa é suportada no Plano de Formação anual.

O Plano de Formação de 2013, na continuidade do de 2012, manteve programas dirigidos ao desenvolvimento pessoal dos seus empregados através de apoio

individualizado a necessidades de maior especificidade no âmbito funcional e dando suporte a potencial de desenvolvimento.

Neste âmbito destacam-se os três programas, já desenvolvidos em 2012, a que se acrescenta o Programa Office, que proporcionou condições de desenvolvimento pessoal/profissional aos colaboradores:

- Cursos, Conferências e Seminários no País e no Estrangeiro – este programa, dirigido ao aprofundamento e acompanhamento de áreas específicas de conhecimento, permitiu a inscrição nestes eventos de 348 colaboradores;
- Programa de Formação de Alta Especialização – este programa apoiou, durante o ano de 2013, 89 colaboradores, na frequência de cursos do Ensino Superior, Mestrados, Pós-Graduações e Cursos de Especialização participando, de acordo com os critérios definidos, nos custos de matrícula e propinas dos mesmos e proporcionando condições de preparação para os exames quando enquadrados no âmbito do Estatuto do Trabalhador Estudante;
- Programa de Formação em Línguas Estrangeiras – de forma a desenvolver o domínio de línguas estrangeiras, especialmente o inglês, a CGD proporcionou a formação a 226 colaboradores;
- Programa de Office – de forma a melhorar as competências para lidar com as novas tecnologias, proporcionou formação a 1152 colaboradores.

A par destes programas, a CGD continuou a apostar em alguns eixos decorrentes do Plano de Formação 2012/2013, que contribuíram para a valorização profissional de colaboradores da Caixa:

- Reforço do vetor da formação interna através de:
  - Maior envolvimento dos colaboradores na construção de conteúdos formativos e na condução de ações de formação;
  - Consolidação da Bolsa de Formadores Internos e das “Equipas Regionais” de Formadores Internos, através da sua rotação e reforço com novos colaboradores;
  - Desenvolvimento de programas de formação em conjunto com instituições de ensino, à medida das necessidades da CGD.
- Dinamização de novas iniciativas de formação local;
- Continuação do Processo de Certificação Funcional para as quatro principais funções da Rede Comercial;
- Mobilização das equipas para o processo de transformação da CGD através de um Programa de Formação Executiva dirigido a elementos com funções diretivas;
- Incremento e alargamento de formação na área do segmento de Empresas como suporte à implementação da orientação estratégica do negócio da Caixa para as Empresas e PME.

A título de balanço final, durante o ano de 2013 registaram-se 117.924 participações em ações de formação, distribuídas entre 65.532 participações femininas e 52.392 masculinas. 44% do total de participações (51.960) aconteceram na modalidade presencial, 45% (52.482) em “e-Learning”, 11% (13.390) através da realização de tutoriais formativos e as restantes participações (92) na modalidade “blended”, em formação no posto de trabalho e através de outras metodologias.

Como resultado da política de capacitação e desenvolvimento de competências dos seus colaboradores, a Caixa proporcionou em 2013 uma média de 59,11 horas de formação por empregado.

A CGD dispõe de várias ferramentas e tem desenvolvido internamente várias iniciativas, das quais se destacam:

- O sistema de gestão de desempenho, que promove uma cultura de desempenho e responsabilidade individual e de equipa e através do qual os colaboradores são avaliados pelas suas competências, atitudes e cumprimento de objetivos estabelecidos anualmente segundo um processo em cascata;
- A bolsa de recrutamento interno, destinada à monitorização do desenvolvimento do potencial dos colaboradores com vista à identificação de sucessores nas várias funções do banco, que se tem assumido como um instrumento fundamental na gestão do talento;
- A estratégia de gestão do conhecimento, que apoia o modelo de formação e o desenvolvimento dos colaboradores, que permite alinhar as necessidades dos colaboradores com os requisitos do negócio, promovendo uma cultura de excelência;
- A gestão por competências no âmbito de gestão do talento, enquadrada na estratégia de crescimento sustentado do negócio, sendo de salientar o projeto Conhecer, lançado em 2013. Este projeto consistiu no levantamento detalhado das competências dos empregados da CGD, com vista à atualização e registo das competências profissionais de cada empregado da CGD, permitindo melhorar a eficácia dos processos de mobilidade interna, gestão de carreiras e desenvolvimento de competências. A CGD iniciou também o processo de certificação dos profissionais bancários, que visa abranger todos os empregados com funções diferenciadas da CGD (técnicas e de enquadramento);
- A bolsa de formadores internos, reforçando a utilização de especialistas internos no diagnóstico das necessidades de formação, na elaboração dos conteúdos bem como na dinamização das ações de formação;
- O programa de estágios, enquanto promotor do emprego e instrumento de atração de talentos;
- O desenvolvimento de programas de formação em conjunto com instituições de ensino, à medida das necessidades da CGD bem como o apoio financeiro a colaboradores para a realização de mestrados considerados importantes para a instituição. De destacar, o lançamento da pós graduação “Alta Performance no Negócio Bancário” em 2013, destinada a um universo de 25 elementos da rede comercial oriundos de todo o país. Visa, principalmente, completar a formação académica dos empregados selecionados e proporcionar-lhes contacto próximo com temas críticos para o negócio, em alinhamento com as principais diretrizes estratégicas da CGD para o triénio 2011-2013;
- O conjunto de medidas de apoio ao equilíbrio da vida pessoal e profissional existente, que permite assegurar as boas condições de trabalho e promover um ambiente de trabalho saudável;
- Os gestores de relação, enquanto figura de proximidade no relacionamento com os colaboradores relativamente ao apoio no desenvolvimento de carreira e motivação, fornecem apoio técnico a todos os departamentos relativamente a questões de gestão de recursos humanos;
- Os vários meios de comunicação interna que permitem difundir informação relevante para o desempenho da CGD bem como promover os valores do Grupo

CGD e respetiva identidade corporativa, a nível nacional e internacional.

No que concerne à saúde e segurança laboral, a política de saúde ocupacional seguida pela CGD exige um programa de prevenção integrada, com vista à manutenção do bem-estar físico, psíquico e social dos colaboradores. A medicina do trabalho disponibiliza várias atividades além dos exames obrigatórios por lei, nomeadamente consultas em especialidades, campanhas de prevenção, vacinação e rastreios.

No âmbito da promoção contínua de mecanismos de controlo e redução dos riscos nos locais de trabalho, a CGD encontra-se a definir uma Política de Segurança e Saúde no Trabalho, com vista à implementação das OHSAS 18001.

SERVIÇO PÚBLICO E DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DA COLECTIVIDADE

No âmbito da sua Política de Envolvimento da Comunidade, a integração da comunidade como fator determinante na criação de valor e na sustentabilidade de negócio é um dos seus pilares fundamentais de atuação pelo qual se tem pautado a sua atuação, desde o apoio contínuo às atividades sociais e culturais, no qual a Fundação CGD – Culturgest tem sido um agente cultural crucial, até à inovação social e educação e literacia financeira.

A CGD aposta nas boas práticas que impulsionam modelos de gestão capazes de acrescentar valor à sociedade. Em 2013, a CGD procedeu à reestruturação do eixo social do seu Programa Corporativo de Sustentabilidade, de acordo com três vetores de posicionamento – empreendedorismo, inovação social e filantropia.

Para além da criação de soluções financeiras de incentivo ao desenvolvimento do tecido empresarial português e de financiamento de uma economia de baixo carbono, a CGD, no desempenho do seu papel de Banco Público Português, tem dedicado fortemente o seu empenho na criação de soluções para dar resposta às necessidades sociais emergentes, reforçando assim a sua posição de referência na vertente social.

Em 2013, no âmbito da inclusão social e financeira, a CGD passou a disponibilizar uma linha de atendimento ao Cidadão Surdo, enquadrada na política de responsabilidade social e inovação. Trata-se de uma linha de atendimento de vídeo chamada para o Cidadão Surdo para obtenção de informação sobre os produtos e serviços da CGD, destacando-se assim como a primeira instituição financeira a disponibilizar este tipo de atendimento a clientes/não clientes com necessidades especiais.

No domínio da atividade cultural, a CGD continua a assumir um papel inequívoco, com uma actuação ímpar, através da promoção da música, artes plásticas, cinema, literatura, bem como a divulgação da cultura e língua portuguesa, em Portugal e no Mundo, através da sua rede de mediatecas.

A Caixa Geral de Depósitos, em conjunto com a Sair da Casca e a ENTRAJUDA e com o apoio da Direção-Geral da Educação (DGE) e do Programa Juventude em Ação da Comissão Europeia, desenvolveu o Programa “Young VolunTeam”, que tem por objetivos:

- Sensibilizar a comunidade escolar para a prática do Voluntariado enquanto expressão de cidadania ativa;
- Reforçar o reconhecimento da importância desse contributo no desenvolvimento de competências fundamentais dos jovens, designadamente em áreas como a inclusão social, o empreendedorismo, a educação, o emprego e a cidadania;
- Criar um novo espaço de cidadania ativa, com oportunidades de aprendizagem e

de participação que promovam não só a solidariedade, mas também a curiosidade, a abertura de espírito e o empreendedorismo dos alunos;

- Contribuir para que Portugal alcance um lugar superior no ranking europeu de voluntariado jovem.

O Programa "Young VolunTeam", na 1ª edição (ano letivo 2012/2013) contou com a participação de 25 escolas, de todo o país, que se inscreveram com grupos de quatro alunos e um professor, reconhecidos pela forte capacidade de mobilização.

Em 2013, a Caixa renovou a protocolo com a Entrajuda e nessa sequência o apoio à Bolsa do Voluntariado: um projeto "online", que funciona como um ponto de encontro entre a procura e a oferta de trabalho voluntário, articulando a necessidade de trabalho voluntário (por áreas temáticas) com a disponibilidade para o prestar, quer por parte de pessoas individuais quer coletivas.

No domínio de inovação social, a CGD acredita que as soluções devem ser criadas em conjunto com os stakeholders na resposta às problemáticas sociais, que não podem ser resolvidas de forma isolada. A criação de valor económico em paralelo com a criação de valor social constituem aspirações comuns, estando a CGD, no âmbito do seu Programa de Sustentabilidade, a trabalhar oportunidades e potencialidades do negócio social e inclusivo, incluindo os modelos de microfinancimento e empreendedorismo. Tem também fomentado a educação e literacia financeira da sociedade, através de iniciativas de incentivo à poupança, consumo e investimentos mais responsáveis envolvendo várias partes interessadas.

No âmbito da literacia financeira, em 2013 a CGD continuou a desenvolver iniciativas regulares como o site Saldo Positivo – particulares e empresas, o Ciclo da Poupança, a exposição itinerante Educação + Financeira, a participação no grupo de trabalho de literacia financeira da Associação Portuguesa de Bancos (APB) e o apoio ao parque temático Kidzania.

A CGD continuou a promover o voluntariado corporativo, incentivando a participação dos seus colaboradores em ações solidárias e de cidadania, na proteção do meio ambiente e na interação com as comunidades onde atua, nomeadamente no apoio a cidadãos carenciados e/ou debilitados.

Neste âmbito, destaca-se a participação de voluntários da CGD na segunda edição do programa Braço Direito da "Junior Achievement Portugal" (JAP), que contou com a participação de cerca de 50 voluntários. Durante um dia, alunos entre os 14 e os 18 anos tiveram a oportunidade de acompanhar um profissional da CGD, onde puderam adquirir conhecimentos sobre a cultura, ética de trabalho e as várias opções de carreira disponíveis.

A CGD mantem também a associação às grandes causas na área da solidariedade, através do seu Grupo de Dadores de Sangue, da realização de donativos e doação de bens.

Para além do compromisso da CGD de apoio contínuo à Comunidade e da sua contribuição com respostas adaptadas às suas expetativas e necessidades reais, a qualidade do serviço público e a experiência do cliente são áreas fundamentais no reforço das propostas de valor ao cliente.

A avaliação e monitorização da experiência do cliente são asseguradas através de várias metodologias de avaliação de qualidade de serviço, alinhadas com as melhores práticas internacionais, permitindo à CGD identificar áreas críticas de atuação, adequar a oferta e os modelos de serviço, e cumprir com os níveis de serviço adequados a cada segmento.

Com especial destaque, face ao atual contexto socioeconómico, a CGD, em 2013 continuou a disponibilizar soluções de apoio a clientes em stress financeiro, que permitiram aos seus clientes de crédito a adequação dos respetivos encargos aos respetivos rendimentos disponíveis, o que demonstra uma vez mais a atuação responsável da CGD e a sua antecipação de tendências legislativas.

É ainda importante referir novamente que o impacto da CGD cobre todo o território nacional, através nomeadamente de uma rede comercial presente em todos os distritos do país, incluindo as regiões autónomas.

Além disso, a CGD assume o papel de catalisador para o desenvolvimento sustentável nas cidades portuguesas. Em 2013, foi patrocinador platina da Semana da Reabilitação Urbana, onde marcou presença com a divulgação da proposta de valor de um conjunto de duas novas linhas de crédito integradas na Iniciativa Comunitária JESSICA, para apoio à reabilitação e regeneração dos centros urbanos em Portugal. Viu assim reforçado o seu posicionamento histórico no setor da reabilitação e regeneração urbana em prol do desenvolvimento dos municípios portugueses.

O Relatório de Sustentabilidade divulga informações mais detalhadas sobre o desempenho da CGD nos vários domínios referidos.

ADOÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTALMENTE CORRETAS

A CGD assume uma resposta ativa aos desafios ambientais que a sociedade enfrenta e investe na promoção das melhores práticas para a redução do seu impacto ambiental, com um foco particular na eficiência energética, na mobilidade dos colaboradores, na gestão de resíduos, na reutilização de recursos e na minimização do desperdício, tendo sido o primeiro Banco português a iniciar a implementação de um sistema de gestão ambiental, de acordo com a norma internacional ISO 14001.

A CGD elabora, desde 2006, um inventário de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) relativas às atividades bancárias em Portugal, permitindo-lhe divulgar a sua pegada carbónica e monitorizar o seu desempenho ambiental em matéria de carbono.

Com vista a reduzir a sua pegada ambiental, a CGD continua a implementar um conjunto diversificado de medidas que incluem a utilização de energias renováveis, a adoção de tecnologias de baixo carbono nos edifícios e na mobilidade, e uma adequada gestão de resíduos. O desempenho ambiental em 2013, confirma o rigor com que a CGD assume as suas Políticas de Sustentabilidade e de Ambiente e é representativo do investimento que faz no futuro. Continuou a reduzir a sua pegada ambiental e alcançou os objetivos de redução fixados para 2015, em relação aos valores de 2006, assumidos publicamente:

- Redução de 15% nas emissões globais de carbono, por colaborador (CO2e/FTE);
- Redução de 4% no consumo de energia nas instalações, excluindo “Data Center”, por colaborador (kWh / FTE).

A CGD procede à compensação das emissões relativas ao consumo de combustível na frota comercial ao consumo de eletricidade nas instalações, à produção das publicações CGD bem como à compensação das emissões de GEE indiretas associadas ao tratamento de resíduos produzidos no edifício sede.

Para compensar as suas emissões, a CGD tem um conjunto de critérios que visam garantir a utilização de créditos de carbono com elevados níveis de integridade e potenciar os benefícios ambientais e sociais dos projetos que apoia. Anualmente, é

publicado um relatório individual de compensação de emissões, sujeito a verificação externa independente, o qual pode ser consultado no website corporativo.

A compensação das emissões associadas tem também como objetivo sensibilizar públicos diversificados – Clientes, Colaboradores, público da Fundação Caixa Geral de Depósitos - Culturgest e população em geral - promovendo o conhecimento e a discussão sobre o tema.

A CGD tem também como compromisso a sensibilização ambiental, constituindo-se como um dos vetores da estratégia de combate às alterações climáticas. Esta sensibilização, ao nível interno, junto dos colaboradores tem sido concretizada pela disseminação das boas práticas em vários suportes de comunicação interna, como a intranet e publicações internas.

A CGD continuou a divulgar os seus guias práticos de baixo carbono destinados à literacia ambiental e de carbono e promover uma atitude mais sustentável junto dos stakeholders, e a utilização responsável dos recursos disponíveis ao mesmo tempo que contribui para a redução de custos, no trabalho e em casa.

Para além destas, outras iniciativas de sensibilização foram levadas a cabo, nomeadamente a Calculadora de Carbono, o Ciclo da Poupança, o blog “O Planeta Agradece”, o Programa de Nova Geração de Cientistas Polares bem como a participação em vários eventos de eficiência energética.

Em 2013, a CGD patrocinou ainda o “Portal Green Savers” que agrega informação, atualizada ao minuto, dedicada exclusivamente a temas da sustentabilidade, que ajuda a integrar as boas práticas sustentáveis no dia a dia das empresas e dos cidadãos. A CGD realizou também algumas iniciativas para assinalar o Dia Mundial da Floresta Autóctone, com o lançamento do livro digital “Árvores da Terra” e, em simultâneo, do microsite “Floresta Caixa” renovado no âmbito do projeto “A tua Árvore, a nossa Floresta”, que resume o compromisso da Caixa de reflorestar e preservar uma árvore por cada criança sua cliente, por um período de 30 anos

No âmbito das tecnologias de informação, o Sogrupo SI – Sistemas de Informação, ACE continuou a desenvolver o Programa “Green”, criado em 2009, destina-se a contribuir para o desenvolvimento sustentável, através da eficiência energética e de recursos.

Para além da gestão de emissões e da sensibilização ambiental, a CGD tem implementado práticas de eco-eficiência para outros aspetos ambientais, nomeadamente a implementação de medidas de redução de consumo de água, do consumo de papel e a gestão mais eficiente de resíduos, decorrente da implementação do Plano de Gestão de Resíduos.

No âmbito da implementação do sistema de gestão ambiental, a CGD desenvolveu um conjunto de atividades, em 2013, sendo de destacar a identificação e avaliação dos aspetos ambientais significativos associados; a definição de objetivos e metas e plano de ações associadas, e respetivos indicadores de monitorização; a elaboração do Manual do SGA e a definição dos procedimentos de gestão ambiental, e o desenvolvimento de tutorial de ambiente, especialmente concebido para comunicar a colaboradores as boas práticas ambientais e os princípios de funcionamento do SGA.

No relatório de sustentabilidade encontram-se informações mais completas sobre a gestão ambiental, incluindo resultados obtidos e descrição de medidas implementadas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A CGD detém, atualmente, um Programa Corporativo de Sustentabilidade que tem vindo a ser reconhecido por entidades externas, nacionais e internacionais, seja ao nível do acompanhamento e auditoria que realizam ao mesmo ou no reconhecimento e distinção que lhe têm atribuído.

Em 2013, a CGD foi considerada, pela 3ª vez consecutiva, o Banco mais Sustentável de Portugal, distinção atribuída atribuída pela revista The New Economy, no âmbito da iniciativa The New Economy´s Sustainable Finance Awards, reconhecendo a CGD como líder na integração de critérios sociais, ambientais e corporativos na atividade corrente.

O reconhecimento da importância da atividade bancária para o desenvolvimento sustentável está firmado na Política de Sustentabilidade da CGD, tendo estabelecida como uma das suas áreas estratégicas a promoção do futuro. Neste domínio, a atuação da CGD tem vindo a pautar-se pela adoção voluntária de compromissos nas várias vertentes de sustentabilidade - económica, ambiental e social, que vão além das suas obrigações legais.

Por outro lado, o acionista Estado espera da CGD o cumprimento da sua missão de contribuição para o desenvolvimento económico, o reforço da competitividade, inovação e internacionalização das empresas portuguesas, procurando sempre uma evolução equilibrada entre solidez, rentabilidade e crescimento. Uma contribuição assente no quadro de uma gestão prudente dos riscos, bem como de uma prática de benchmark ao nível da eficiência e qualidade de serviço, de referência de Bom Governo e de elevado sentido de responsabilidade social.

A CGD reconhece que o sucesso deste posicionamento está também dependente de um diálogo contínuo com os diversos “stakeholders” (partes interessadas). O desenvolvimento sustentável permite construir relações equilibradas com benefício mútuo (CGD e partes interessadas), sendo reconhecido pelo Banco que uma atuação sustentável tem um importante peso na hora da seleção por parte dos clientes, cada vez mais exigentes a nível socioambiental, permitindo assim a obtenção de maiores níveis de confiança e fidelização bem como o reforço da marca.

Em 2013, continuou o seu caminho de consolidação na aposta do desenvolvimento sustentável enquanto entidade de referência na promoção das melhores práticas do setor financeiro, através da implementação de várias iniciativas que lhe permitem reduzir a sua exposição a riscos decorrentes dos impactes da sua atividade. Em 2013, foi desenvolvido um e-learning para todos os colaboradores da CGD sobre o papel da atividade da CGD para o desenvolvimento sustentável, e quais as iniciativas que o banco desenvolve neste âmbito, incluindo o Programa Corporativo de Sustentabilidade e o papel dos colaboradores para a sua concretização.

Na vertente do negócio bancário, a CGD tem estado a trabalhar na criação de soluções financeiras que facilitam o acesso a produtos e serviços ambiental e socialmente responsáveis, e na integração destas componentes nas soluções já existentes. Deste modo, tem disponível uma oferta diversificada de produtos e serviços que visam, por um lado, promover a adoção de comportamentos e tecnologias de baixo carbono, e por outro, fomentar o desenvolvimento económico e a criação de riqueza com o apoio ao tecido empresarial português. Igualmente, está disponível um conjunto de soluções inovadoras de fomento à poupança e inclusão financeira, destinadas a pessoas com rendimentos baixos, à criação de auto-emprego com soluções de microcrédito e empreendedorismo.

Face à atual importância de que se revestem as exportações na recuperação da economia nacional, a CGD prosseguiu em 2013 a sua orientação estratégica de apoio às exportações e internacionalização das empresas portuguesas.

De destacar ainda que a CGD, enquanto "Embaixadora de Portugal" e "Banco dos portugueses", tem vindo a assumir a responsabilidade de ser parte ativa e promotora do reencontro de Portugal com a cultura e a economia do mar, tendo para o efeito desenvolvido várias iniciativas de promoção, incluindo o financiamento de projetos deste setor. Em 2013, a CGD desenvolveu uma linha de crédito setorial destinada a empresas do setor agrícola, florestal, agroindustrial, pesa e atividades ligadas à pesca ou à transformação e valorização do pescado, para favorecer o crescimento económico, a coesão, o desenvolvimento, a competitividade e a sustentabilidade a prazo do setor.

Consciente de que o desenvolvimento sustentável exige uma cidadania ativa e informada, a CGD posiciona-se como "Banco de apoio ao conhecimento", promovendo o desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal e apoiando projetos de interesse científico. Desempenha um papel determinante na partilha do conhecimento e na divulgação de informação que possa contribuir para alavancar a participação das pessoas na economia, no empreendedorismo social e na construção de um futuro mais sustentável.

Além disso, é importante destacar o papel da CGD na inclusão financeira, em especial nas regiões com baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas. A CGD cobre todo o território nacional, através de uma rede comercial presente em todos os distritos do país, incluindo as regiões autónomas.

O Banco tem também desempenhado um papel bastante relevante na empregabilidade da população. A empregabilidade é um objetivo transversal que está patente nas políticas de recursos humanos, de envolvimento com a comunidade bem como nas soluções financeiras. Por um lado, constitui-se como entidade empregadora responsável, por cerca de 20% do emprego do setor bancário português, por outro pela criação de emprego indireto através da promoção do empreendedorismo e do financiamento das empresas suas clientes.

O Relatório de Sustentabilidade disponibiliza informação mais detalhada sobre o desempenho da CGD na promoção do desenvolvimento sustentável.

MOLDES EM QUE FOI SALVAGUARDADA A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, DESIGNADAMENTE, PELA VIA DE INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

A CGD tem pautado a sua atuação no reforço da competitividade e capacidade de inovação. A CGD é membro da "European Financial Management & Marketing Association (EFMA)", cuja organização promove a inovação no retalho financeiro e diligencia o debate entre os diversos parceiros, encorajando a partilha de experiências e melhores práticas.

No desenvolvimento do "website" corporativo da CGD - www.cgd.pt – foram implementadas melhores práticas de acessibilidade ("Web Content Acessibility Guidelines 1.0 do W3C"), o que permite disponibilizar aos utilizadores conteúdos e serviços mais acessíveis, incluindo a portadores de deficiências físicas e cognitivas de diversas naturezas. Em 2013, manteve os seus níveis máximos de acessibilidade, sem alterações, continuando a obter a classificação AAA do consórcio W3C.

A CGD disponibiliza aos seus clientes particulares os serviços Caixadirecta on-line, Caixadirecta invest, Caixadirecta sms e Caixadirecta mobile, e aos Clientes empresa os serviços Caixa “ebanking” e Caixa “ebanking mobile”. Com mais de 1.800.000 clientes Caixadirecta e perto de 500.000 utilizadores do serviço Caixa “e-banking”, a rápida mudança do comportamento dos utilizadores de internet, exige uma constante adaptação dos serviços, que se concretiza numa oferta e formas de acesso cada vez mais adaptadas às necessidades dos clientes.

A CGD tem continuado a evoluir na inclusão digital, através da tecnologia e acréscimo da acessibilidade à informação financeira importante na gestão corrente das famílias e empresas, com base na promoção da cidadania e igualdade de oportunidades. Como culminar de um processo de renovação tecnológica e sofisticação na oferta ao cliente, realizado nos últimos anos, nos canais à distância,a CGD lançou as aplicações Caixadirecta, para o sistema operativo Windows 8, adaptado a tablet e pc, bem como para iphone, ipad e sistema operativo Android, também com versão smartphone e tablet.

A CGD mantem a liderança no mercado no que respeita à utilização de serviços de “homebanking”, disponibilizando a particulares, empresas e institucionais, as melhores práticas de segurança, as melhores soluções, suportadas na inovação, conveniência e usabilidade.

Em 2013, a CGD participou em projetos que lhe permitiram reforçar o seu posicionamento de inovação e liderança na banca nacional e internacional, dotando-a de know-how na área de mobilidade aplicada ao negócio bancário. Dando sequência às iniciativas ligadas à mobilidade, a CGD continuou a inovar na área da bilhética com desenvolvimento de novo cartão com um conceito inovador de pagamento. Anteriormente a CGD associou-se ao lançamento de projeto de cartão com os TUB (Transportes Urbanos de Braga) e em 2013 associou-se à OTLIS – cartão Caixa Viva. A CGD lançou o cartão Caixa Viva que permite aos clientes CGD pagar as viagens automaticamente na Carris, no Metro, na CP, na Fertagus, na Transtejo e no Metro Sul do Tejo, sendo o pagamento debitado diretamente na conta associada ao cartão do passageiro de acordo com o trajeto realizado.

A CGD participou também no Mobipag – Iniciativa Nacional para Pagamentos Móveis, promovido pelo CEDT – Centro de Excelência em Desmaterialização de Transações. A CGD participou neste projeto como banco de apoio, assegurando com os seus sistemas todas as operações de pagamento, através de telemóvel. Tratou-se da participação num projeto piloto que permitiu o estudo e a criação de um ecossistema de soluções e serviços de valor acrescentado referente a pagamentos móveis, através da utilização de telemóveis como terminais de pagamento.

Na sua estratégia de apoio à inovação e empreendedorismo, e na sequência da parceria estabelecida em 2012 entre a CGD e a Beta-i – Associação para a Promoção da Inovação e do Empreendedorismo, a CGD assinou em 2013 um protocolo de cooperação com o Founder Institute e com a Beta-i para lançamento do projeto “Founder Institute” em Portugal. O “Founder Institute” é a maior acelerador de “startups” à escala mundial e conta com unidades a funcionar em 22 países. A CGD associou-se a esta iniciativa em linha com a sua vocação de excelência no fomento a um ambiente favorável ao crescimento do tecido empresarial português e, através desta parceria, Portugal passa a beneficiar das propostas deste instituto de apoio e fomento ao empreendedorismo.

No que diz respeito à promoção da inovação internamente junto de todos os colaboradores, em 2013 o júri do concurso Caixa de Ideias procedeu à análise da implementação da 4ª edição do Concurso, tendo considerado que as ideias finalistas tinham elevado potencial, tendo-se criado grupos de trabalho para a sua implementação.

PLANOS DE ACÇÃO PARA O FUTURO

Na sua política de sustentabilidade, a CGD estabelece como orientação estratégica a promoção do futuro, reconhecendo a importância da atividade bancária para o desenvolvimento sustentável e definindo um conjunto de compromissos orientados com as necessidades dos vários stakeholders e com as principais tendências e desafios do setor.

A consolidação do modelo corporativo da CGD, na definição de estratégias globais em vários domínios, incluindo o Desenvolvimento Sustentável, contribuirá para a obtenção de sinergias, economias de escala, partilha de conhecimento e competências entre as diversas entidades e, também, para o fortalecimento da imagem, da reputação e do prestígio do Grupo CGD.

Através do modelo de gestão para a sustentabilidade, a CGD continuará empenhada na evolução do Programa Corporativo de Sustentabilidade, nas suas várias vertentes, contemplando tanto o cumprimento dos compromissos assumidos, como também a adoção das melhores práticas existentes assentes na melhoria contínua, e de forma adaptada às exigências e expectativas dos stakeholders estratégicos, antecipando eventuais tendências emergentes do mercado e da sociedade em geral. Em 2013, a CGD procedeu ao alargamento do âmbito de reporte de sustentabilidade aos bancos afiliados presentes em Cabo Verde e Brasil, nomeadamente – Banco Interatlântico, S.A., Banco Comercial do Atlântico, SARL e o Banco Caixa Geral Brasil, S.A.

A CGD pretende no futuro continuar a alargar o âmbito do Programa Corporativo de Sustentabilidade às estruturas internacionais, através do desenvolvimento, operacionalização de planos de ação e monitorização e reporte do desempenho em sustentabilidade, promovendo a otimização dos resultados consolidados e contribuindo para a manutenção das distinções obtidas no reconhecimento do seu desempenho e contributo para o desenvolvimento sustentável.

No Relatório de Sustentabilidade anual encontram-se identificadas as iniciativas planeadas para o futuro no âmbito do Programa Corporativo de Sustentabilidade.

IX - Avaliação do Governo Societário

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DAS PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA A QUE A CGD SE ENCONTRA OBRIGADA DE ACORDO COM OFÍCIO CIRCULAR Nº 2015 DA DGTF

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	**Missão, Objetivos e Politicas**						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	✓		✓		559	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	✓		✓		559	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	✓		✓		560	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	✓		✓		560	
II	**Estrutura de Capital**						
1.	Estrutura de capital	✓		✓		562	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	✓		✓		562	
3.	Acordos parassociais.	✓		✓		562	
III	**Participações Sociais e Obrigações detidas**						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	✓		✓		563	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	✓		✓		564	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	✓		✓		566	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	✓		✓		566	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	✓		✓		567	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	✓		✓		567	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
IV	**Órgãos Sociais e Comissões**						
A.	**Mesa da Assembleia Geral**						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	✓		✓		569	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	✓		✓		569	
B.	**Administração e Supervisão**						
1.	Modelo de governo adotado	✓		✓		568	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	✓		✓		568	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	✓		✓		573	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	✓		✓		573	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	✓		✓		580	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	n.a		n.a			
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	✓		✓		568	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração.	✓		✓		570	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	✓		✓		571	
C.	**Fiscalização**						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	✓		✓		574	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	✓		✓		576	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	✓		✓		580	
4.	Funcionamento da fiscalização.	✓		✓		575	
D.	**Revisor Oficial de Contas**						
1.	Identificação do ROC, SROC.	✓		✓		576	
2.	Indicação das limitações, legais.	✓		✓		576	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	✓		✓		577	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	✓		✓		577	
E.	**Auditor Externo**						
1.	Identificação.	✓		✓		578	
2.	Política e periodicidade da rotação.	✓		✓		578	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	✓		✓		578	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	✓		✓		578	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
V.	**Organização Interna**						
A.	**Estatutos e Comunicações**						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	✓		✓		568	
2.	Comunicação de irregularidades.	✓		✓		600	
3.	Indicação das políticas antifraude.	✓		✓		601	
B.	**Controlo interno e gestão de riscos**						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	✓		✓		601	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	✓		✓		602	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	✓		✓		601	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	✓		✓		601	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	✓		✓		602	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	✓		✓		603	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	✓		✓		600	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	✓		✓		601	
C.	**Regulamentos e Códigos**						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	✓		✓		609	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	✓		✓		614	
D.	**Sítio de Internet**						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	✓		✓		617	
VI	**Remunerações**						
A.	**Competência para a Determinação**						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	✓		✓		617	
B.	**Comissão de Fixação de Remunerações**						
	Composição.	n.a		n.a			
C.	**Estrutura das Remunerações**						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	✓		✓		617	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	✓		✓		618	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	✓		✓		618	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	n.a		n.a			
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	✓		✓		618	
6.	Regimes complementares de pensões.	✓		✓		656	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
D.	**Divulgação das Remunerações**						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	✓		✓		619	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	✓		✓		620	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	✓		✓		618	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	n.a		n.a			
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	✓		✓		620	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	✓		✓		618	
VII	**Transações com Partes Relacionadas e Outras**						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	✓		✓		623	
2.	Informação sobre outras transações.	✓		✓		623	
VIII	**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	✓		✓		625	
2.	Políticas prosseguidas.	✓		✓		627	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:	✓		✓		629	
	a) Responsabilidade social						
	b) Responsabilidade ambiental						
	c) Responsabilidade económica.						
IX	**Avaliação do Governo Societário**						
1.	Cumprimento das Recomendações	✓		✓		644	
2.	Outras informações						

ANEXO I

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO CALCULADOS NOS TERMOS PREVISTOS DESPACHO Nº 9870/2009, E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS DE PAGAMENTO ("ARREARS"), CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI Nº 65-A/2011

A evolução do prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores (prazos médios de pagamento calculados nos termos previstos no Despacho nº 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, que veio alterar a fórmula prevista na RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro foi a seguinte:

	2013				2012				Var (%) 4ºT 2013 / 4ºT 2012
Trimestre	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	
Prazo	40	39	29	45	50	39	37	50	-10,00%

A CGD possui um contrato de mandato com o Sogrupo Compras e Serviços Partilhados, Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), que inclui, entre outros, a prestação de serviços relacionados com a faturação e processamento dos pagamentos relativos aos fornecimentos de bens e serviços.

Neste âmbito, o SCSP tem implementado um processo de validação de faturas, que permite detetar a existência de situações de divergência quanto à conclusão e qualidade da prestação dos serviços, a valores incorretamente faturados, a faturas sem os elementos obrigatórios solicitados nas adjudicações, a faturas com falta de informação no descritivo da mesma e a taxas e valores de IVA incorretos.

Como forma de tornar mais eficiente este processo de validação de faturas e tendo como objetivo a diminuição do número de divergências detetadas e a promoção de uma estratégia para diminuição dos atrasos de pagamento decorrentes das situações referidas, encontram-se em curso diversas iniciativas de que se destaca a solicitação nas cartas de adjudicação de um conjunto de elementos que devem constar na fatura, para que o seu tratamento seja mais eficiente.

MAPA DE POSIÇÃO EM 31/12/2013 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO

DL 65-A/2011 DE 17 DE MAIO

Tipo de encargos e compromissos nos termos do artigo 2.º DL n.º 65-A/2011	DEZEMBRO 2013				
	Dívidas vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
	Entre 0 a 90 dias	Após 90 dias	Após 120 dias	Após 240 dias	Após 360 dias
Aquisições de bens e serviços	3 267 768,0	334 558,0	1 564 681,0	244 818,0	1 252 615,0
Aquisições de capital	24 774,0	0,0	0,0	34,0	0,0
Saldo em dívida	3 292 542,0	334 558,0	1 564 681,0	244 852,0	1 252 615,0
Saldo em Divida a Fornecedores (Total)	**6 689 248,0**				

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS AO NÍVEL DAS REMUNERAÇÕES

Conforme referido, a CGD é uma empresa pública integrada no Setor Público Empresarial.

Assim, os membros dos órgãos de administração da CGD são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP).

Relativamente ao mandato que terminou em 8 de Julho de 2013, as remunerações dos órgãos sociais da CGD foram fixadas e pagas de acordo com o EGP tendo, também, sido cumpridos os seguintes limites legais:

- Artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativo às reduções remuneratórias de 5%;
- Artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, relativo às reduções remuneratórias de 10%;
- Artigo 37º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, relativo à não atribuição de prémios de gestão.

Em conformidade, a CGD respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

No que respeita ao mandato em curso, até à data não foi proferido Despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças autorizando a opção pelas remunerações dos lugares de origem nem foi realizada assembleia geral para fixação das remunerações dos membros do conselho de administração da CGD, SA, pelo que as remunerações que vêm sendo processadas são as que decorrem das respetivas declarações de opção ou diretamente da remuneração de referência do 1º Ministro, no caso dos membros não executivos, tudo conforme ao Estatuto do Gestor Público.

A prestação de Serviços do Auditor Externo à CGD não é abrangida pela redução de remuneração (Lei de Orçamento de Estado)

Durante o ano de 2013 a remuneração dos trabalhadores da CGD foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no artigo 27º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei nº 66-B/2012), juntamente com uma medida de reversão e fator de correção, devidamente autorizadas pelos Secretários de Estado da Administração Pública e das Finanças.

Em conformidade com o artigo 28º da Lei acima referida, o pagamento do subsídio de Natal foi efetuado por duodécimos.

Importa ainda referir que em 2013 não ocorreram atualizações salariais.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS À APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, os membros dos órgãos de administração da CGD não utilizam cartões de crédito.

Para efeitos de realização despesas ao serviço da Empresa, a CGD fornece aos seus administradores um porta-moedas eletrónico que permite o pagamento e controlo das despesas realizadas.

No integral respeito pelo cumprimento do n.º 2 do referido artigo, na CGD não existem despesas de representação pessoal.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS AO NÍVEL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, não é aplicável à CGD, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

No entanto, a CGD possui um contrato de mandato com o Sogrupo Compras e Serviços Partilhados, Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), que tem por missão prestar serviços relacionados com a gestão de recursos humanos, negociação e gestão de meios (bens e serviços), na ótica de unidade de serviços partilhados do Grupo CGD, centralizando as atividades e processos comuns, procurando através de economias de escala e do conhecimento, potenciar a redução de custos, maximizar a produtividade e melhorar a qualidade do serviço prestado.

O SCSP, possui procedimentos transparentes relativos aos contratos de prestação de serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia. Os procedimentos adotados pelo SCSP nesta matéria, quer para a própria empresa, quer nas situações em que atua por conta e ordem das suas agrupadas, podem ser consultados no ponto que incide sobre os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços.

O SCSP, promove a avaliação dos resultados obtidos pelos procedimentos adotados, quer para a sua própria Empresa, quer em situações em que atua por conta e ordem das suas Agrupadas, através da classificação dos resultados de acordo com um conjunto de pressupostos pré-acordados, em paralelo com a avaliação do prestador de serviços, que inclui a analise e justificação de eventuais desvios ocorridos nos serviços prestados, quer em termos de tempo, custo e qualidade dos serviços.

ATOS E CONTRATOS CELEBRADOS COM VALOR SUPERIOR A 5 MILHÕES DE EUROS

A CGD, adjudicou em 2013, os seguintes processos com valor superior a 5 milhões de euros:

- Companhia IBM Portuguesa, S.A – Manutenção Software – concluído;
- Fujitsu Technology Solutions, Lda. – Service Desk – concluído;
- Accenture - Consultores De Gestão S.A – Manutenção e Suporte – em

contratualização

- Talaris Portugal, S.A. – Manutenção Maquinas Automáticas Serviço Clientes - em contratualização

O contrato da Manutenção Software IBM é relativo ao período de 2014 a 2017, sendo o valor de 10.798.802 euros (c/IVA) e teve o respetivo visto prévio do Tribunal de Contas em 2013.

O contrato de licenciamento e manutenção do Service Desk é relativo ao período de Junho de 2013 a Junho de 2017, sendo o valor de 15.366.700 euros (c/IVA) e teve o respetivo visto prévio do Tribunal de Contas em 2013.

Os contratos com a Accenture e Talaris Portugal estão em processo de contratualização, devendo ser submetidos ao visto prévio do Tribunal de Contas durante o 1º trimestre de 2014.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS AO NÍVEL DO PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

Inserida na estratégia global de redução de custos, a CGD tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo não apenas o da racionalização da gestão de frotas de viaturas, mas igualmente a aplicação de medidas de eficiência em todo o processo relativo às deslocações e estadias em território nacional. Neste domínio destacamos:

- A promoção de um maior controlo sobre todo o ciclo de vida da viatura e redução dos respetivos custos de utilização, por via de lançamento de consultas gerais para aquisição/renovação da frota. Independentemente do regime, a negociação do preço de aquisição é centralizada pela área de compras da CGD;
- A aplicação de um rigoroso controlo da gestão da frota de viaturas e a aplicação de medidas de racionalização da despesa através do aumento da abrangência das regras definidas, com a uniformização e aplicação de plafonds a todas as empresas do Grupo CGD, no mercado doméstico;
- A promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu numa redução de 20% no limite das rendas para cada escalão de atribuição;
- A generalização da política de utilização de viaturas em regime partilhado em território nacional;

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS À REDUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS

A CGD tendo presente as orientações sobre a redução do número de efetivos, tem vindo a reajustar o seu quadro de pessoal, tendo em 2013, alcançado uma redução de 8,2% relativamente a 2010. A redução relativamente a 2012 foi de 4,8%.

Designação	2010	2011	2012	2013
Gastos com Pessoal (€) (*)	**568 739 376,53 €**	**512 102 647,25 €**	**469 915 650,00 €**	**492 380 443,39 €**
Gastos com Órgãos Sociais (€)	**2 678 632,85 €**	**2 345 310,83 €**	**1 858 175,94 €**	**1 390 465,64 €**
Reduções decorrentes de alterações legislativas (€) (1)	- €	- €	200 540,76 €	- €
Aumentos decorrentes de alterações legislativas (€)	- €	- €	- €	- €
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	**33 272 239,72 €**	**33 011 827,34 €**	**27 565 722,62 €**	**34 048 157,67 €**
Reduções decorrentes de alterações legislativas (€) (1) (2)	- €	- €	3 249 246,39 €	1 752 633,83 €
Aumentos decorrentes de alterações legislativas (€)	- €	- €	- €	
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€) (3)	**532 788 503,96 €**	**476 745 509,08 €**	**440 491 751,44 €**	**456 941 820,08 €**
Reduções decorrentes de alterações legislativas (€) (1) (2)	- €	- €	40 907 022,83 €	13 058 609,37 €
Aumentos decorrentes de alterações legislativas (€)	- €	- €	- €	
Rescisões / Indemnizações (€)	- €	- €	- €	- €

Designação	2010	2011	2012	2013
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	**10791**	**10572**	**10400**	**9904**
Nº Órgãos Sociais (O.S.)	**10**	**11**	**11**	**14**
Nº Dirigentes sem O.S.	261	275	274	266
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes	10520	10286	10115	9624

(*) A variação em 2013 face a 2012 deve-se, em grande medida, à reposição dos subsídios de férias e de Natal para os empregados CGD.
(1) Correspondente ao não pagamento de Subsídios de Férias e Natal em 2012.
(2) Redução remuneratória.
(3) Este valor foi apurado por diferença, podendo incluir custos relacionados com dirigentes que não é possível individualizar.

A Caixa tem vindo a implementar desde 2007 um plano consistente de redução de custos, recorrendo a todas as naturezas de medidas que contribuem para esse objetivo, nomeadamente:

- Gestão da procura, atuando em alguns casos na própria revisão de processos de negócio e operativos no sentido de reduzir os consumos
- Integração das atividades de negociação e reforço das respetivas competências e âmbito de atuação
- Segregação de funções no processo de compras
- Otimização da gestão do portfolio de fornecedores
- Revisão do processo orçamental
- Implementação de processos de controlo da execução orçamental
- Criação de informação de gestão sobre consumos e execução orçamental

Para além das medidas estruturais ao nível do negócio e da estrutura que terão como consequência a redução futura de custos, nomeadamente o encerramento de agências e a redução do quadro de pessoal, houve um conjunto de medidas específicas definidas em 2013, de que se destaca:

- Gestão e negociação de contratos de equipamento informático e licenças a nível de Grupo (Macau e Timor) e de fornecimento de energia (Portugal e Espanha);

- Consolidação do processo de " procurement" em Macau, Angola, Espanha Caixa BI, CLF e Cabo Verde;
- Racionalização do parque de máquinas da rede própria;
- Redução dos custos com cartões, nomeadamente por racionalização do portfolio e redução de custos com seguros;
- Racionalização de espaços físicos, comerciais e de serviços centrais;
- Gestão documental;
- Racionalização de serviços de informações financeiras;
- Racionalização do portfolio aplicacional.

Os resultados das diversas iniciativas implementadas acabaram por ser parcialmente anulados devido a fatores de natureza externa, não controlados pela CGD, que obrigaram a Instituição a incorrer em custos significativos, nomeadamente os relacionados com:

- A supervisão ao nível do Programa de Assistência Financeira;
- A definição e implementação do Plano de Restruturação negociado com a DG Comp;
- As alterações aos sistemas informáticos por alterações de leis e normas, fiscais ou de outra natureza;
- Decorrentes das exigências de reporte por parte das entidades de supervisão.

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Var.2012/2013	
						Abs.	%
FS Terceiros	392 171	390 214	353 121	341 612	334 347	-7 265	-2.1%
Deslocações/Estadas	212	92	70	66	76	10	15.6%
Ajudas de Custo	1 418	1 463	1 041	703	474	(230)	-32.7%
Comunicações	32 329	27 056	24 461	22 514	22 487	(27)	-0.1%
Gastos com Pessoal	588 273	568 739	512 103	469 916	492 380	22 465	4.8%
Total	980 444	958 954	865 223	811 528	826 727	15 200	1.9%
RH no final do periodo		10 791	10 572	10 400	9 904	(496)	-4.8%

CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO NO SITE DO SEE A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

	Divulgação			Comentários
	Sim	Não	Não Aplicável	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Mssão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, politicas, obr.serv. publico e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Orgão Sociais:	X			
Modelo de Governo (identificação dos orgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e transações:	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevanres c/ entidade(s) relacionadas(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económca, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

APÊNDICE 1

MANDATO 1 (ATÉ 08/07/2013)

A. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) (1)	Remuneração Anual (€) Bruta (2)	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2011 - 2013	Presidente	Prof. Doutor Manuel Carlos Lopes Porto	650,00 €			0,00 €
2011 - 2013	Vice-Presidente	Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete	525,00 €			0,00 €
2011 - 2013	Secretário	Dr. José Lourenço Soares	400,00 €			0,00 €

(1) Valor de Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

B. Conselho de Administração

Nome	Cargo	EGP Fixado	EGP Classificação	EGP Vencimento	EGP Despesas de Representação	OPRLO Identificar Entidade	OPRLO Pagadora
		(S/N)	(A/B/C)	Valor (mensal) 1)		(Identifica/n.a.)	(O/D)
Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	Presidente do C.A.	S	A	(*)	0,00 €	n.a.	N.A.
Dr. José Agostinho Martins de Matos	Presidente da Comissão Executiva	S	A	16.578,28 €	0,00 €	BdP	Destino
Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite	Vice-Presidente da Comissão Executiva	S	A	13.481,60 €	0,00 €	n.d.	Destino
Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa	Vice-Presidente da Comissão Executiva	S	A	13.481,60 €	0,00 €	CGD	Destino
Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador	Vogal da Comissão Executiva	S	A	13.481,60 €	0,00 €	CGD	Destino
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	Vogal da Comissão Executiva	S	A	5.481,10 €	0,00 €	Não exerceu a opção	Destino
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	Vogal da Comissão Executiva	S	A	13.481,60 €	0,00 €	BCG Espanha+ REN	Destino
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	Vogal da Comissão Executiva	S	A	11.424,33 €	0,00 €	CGD	Destino
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	Presidente Comissão de Auditoria	S	A	1.304,79 €	0,00 €	n.a.	Destino
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	Vogal Comissão de Auditoria	S	A	1.304,79 €	0,00 €	n.a.	Destino
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	Vogal Comissão de Auditoria	S	A	1.304,79 €	0,00 €	n.a.	Destino

NOTA : EGP Estatuto do Gestor Público;OPRLO Opção pela Remuneração do Lugar de Origem: O/D: Origem / Destino
(*) - Remuneração suspensa com efeitos a partir de 01/05/2012, data em que, mediante opção, passou a receber a pensão de reforma da Segurança social
1) Remunerações fixadas pelo accionista em AG de 2 de Agosto de 2012

Nome	Remuneração Anual (€) Variável	Fixa **	Outra	Redução (Lei 12-A/2010)	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores*	Bruta após reduções
Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	0,00 €						(1)
Dr. José Agostinho Martins de Matos	0,00 €						124.337,10 €
Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite	0,00 €						13.481,60 € (2)
Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa	0,00 €						104.519,87 €
Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador	0,00 €						101.112,00 €
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	0,00 €						38.458,39 €
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	0,00 €						101.112,00 €
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	0,00 €						85.682,48 €
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	0,00 €						9.156,75 €
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	0,00 €						9.156,75 €
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	0,00 €						8.263,66 € (3)

NOTA : Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencente a anos anteriores
* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento
** Incluir a remuneração +despesas de representação
(1) - Remuneração suspensa com efeitos a partir de 01/05/2012, data em que, mediante opção, passou a receber a pensão de reforma da Segurança social
(2) - Em funções até 31/01/2013
(3) - Em funções até 31/05/2013

Nome	Subsídio de Refeição	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes	Outros	
		Identificar	Valor (*)				Identificar	Valor
Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	0,00 €		9.615,86 €	0,00 €	0,00 €	Abrangidos pela apólice dos trabalhadores da Empresa		
Dr. José Agostinho Martins de Matos	1.332,00 €	F. Pensões B.Portugal + Seg. Social (regime bancário ex-Cafeb)	46.276,13 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite	233,10 €	Segurança Social	2.401,38 €	0,00 €	0,00 €			
Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa	1.420,80 €	F. Pensões B.Portugal + Seg. Social (regime bancário ex-	45.551,08 €	0,00 €	0,00 €			
Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador	999,00 €	CGA / Fundo de Pensões	18.940,06 €	0,00 €	0,00 €		Subsídio de estudo	369,80 €
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	1.165,50 €	Segurança Social	10.111,50 €	0,00 €	0,00 €		Subsídio de estudo	404,60 €
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	1.232,10 €	CGA / Fundo de Pensões	19.381,50 €	0,00 €	0,00 €		Subsídio de estudo	281,40 €
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	1.387,50 €	CGA / Fundo de Pensões	19.221,96 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	0,00 €	Valor dos Serv.Sociais; Isento Seg.Social pois desconta p/ CGA	700,68 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	0,00 €	Segurança Social	2.560,02 €	0,00 €	0,00 €			
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	0,00 €	Segurança Social	2.133,35 €	0,00 €	0,00 €			

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	N/A	2.012,52 €	
Dr. José Agostinho Martins de Matos	N/A	1.805,90 €	
Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite	N/A	129,71 €	
Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa	N/A	469,03 €	
Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador	N/A	3.378,97 €	
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	N/A	3.591,57 €	
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	N/A	7.228,13 €	
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	N/A	435,64 €	
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	N/A	202,32 €	
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	N/A		
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa			

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda	Valor Anual
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)				(€)	(€)
Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	S	N	68.030,00 €	Renting	2012	2015	6	1.051,16 €	6.305,41 €
Dr. José Agostinho Martins de Matos	S	N	76.987,16 €	Renting	2011	2014	6	1.191,28 €	7.455,10 €
Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite	S	N	74.926,14 €	Renting	2011	2014	1	1.259,11 €	1.259,11 €
Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa	S	N	65.924,00 €	Renting	2012	2015	6	970,54 €	6.042,49 €
Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador	S	N	81.612,50 €	Renting	2012	2015	6	1.159,80 €	7.253,85 €
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	S	N	75.606,00 €	Renting	2011	2014	6	1.147,04 €	7.178,23 €
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	S	N	74.546,00 €	Renting	2012	2015	6	1.017,70 €	6.364,56 €
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	S	N	64.248,32 €	Renting	2010	2014	6	1.035,61 €	6.482,02 €
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Legenda: (1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Nome	Plafond Mensal definido	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	utras Reparaçõ	Seguro	
Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	N/A	2.217,43 €	662,65 €	476,26 €	291,36	
Dr. José Agostinho Martins de Matos	N/A	899,88 €	125,80 €	0,00 €	303,89	
Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite	N/A	557,99 €	192,05 €	0,00 €	48,56	
Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa	N/A	1.190,55 €	197,75 €	0,00 €	302,33	
Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador	N/A	1.193,94 €	357,60 €	0,00 €	303,89	
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	N/A	2.685,06 €	447,30 €	1.243,90 €	303,89	
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	N/A	1.116,01 €	306,60 €	764,48 €	303,89	
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	N/A	2.345,23 €	1.252,25 €	735,59 €	(*)	

(*) - O seguro é da Locarent e está incluído no valor da prestação

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
	(€)	(€)	(€)		(€)	(€)
Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	4.948,84 €	0,00 €	0,00 €	Vistos, vacinas e taxis	90,00 €	5.038,84 €
Dr. José Agostinho Martins de Matos	8.144,89 €	827,91 €	580,75 €	Vistos, vacinas e taxis	455,00 €	10.008,55 €
Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Vistos, vacinas e taxis	0,00 €	0,00 €
Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa	1.015,70 €	385,00 €	311,36 €	Vistos, vacinas e taxis	21,25 €	1.733,31 €
Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador	41.337,43 €	1.932,53 €	3.453,15 €	Vistos, vacinas e taxis	614,38 €	47.337,49 €
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	28.737,08 €	1.009,59 €	1.943,21 €	Vistos, vacinas e taxis	794,95 €	32.484,83 €
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	33.190,40 €	880,65 €	1.469,70 €	Vistos, vacinas e taxis	989,66 €	36.530,41 €
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	806,67 €	5.700,00 €	0,00 €		0,00 €	6.506,67 €
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	4.460,55 €	1.286,13 €	0,00 €		0,00 €	5.746,68 €
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €

Os valores referentes ao orgão de fiscalização (Comissão de Auditoria) encontram-se contidos nos quadros do Conselho de Administração.

A prestação de Serviços do ROC/FU e do Auditor Externo à CGD, não é abrangida pela redução de remuneração (Lei de Orçamento de Estado), pelo que os respetivos quadros não foram integrados no presente documento.

MANDATO 2 (DE 09/07/2013 A 31/12/2013)

A. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (1)	Remuneração Anual (€)		
				Bruta (2)	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2013-2015	Presidente	Prof. Doutor Manuel Carlos Lopes Porto	650,00 €			0,00 €
2013-2015	Vice-Presidente	Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete (*)	525,00 €			0,00 €
2013-2015	Secretário	Dr. José Lourenço Soares	400,00 €			0,00 €

(1) Valor de Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

(*) - Cessou funções por ter sido nomeado Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (cfr. D.R., 1ª Série, Suplemento, de 24.7.2013) e não foi substituído.

B. Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Número de Mandatos Exercidos na Sociedade	Observações
2013-2015	Presidente do Conselho de Administração	Álvaro José Barrigas do Nascimento	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	Um mandato como Vogal não executivo do Conselho de Administração e outro como Presidente do Conselho de Administração
2013-2015	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva	José Agostinho Martins de Matos	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva	Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	Um mandato como Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e outro como Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	João Nuno de Oliveira Jorge Palma	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	José Pedro Cabral dos Santos	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Ana Cristina de Sousa Leal	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Maria João Borges Carioca Rodrigues	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	José Ernst Henzler Vieira Branco	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	Deliberação Unânime por Escrito	Dois	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça	Deliberação Unânime por Escrito	Um	
2013-2015	Vogal não executivo do Conselho de Administração	Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão	Deliberação Unânime por Escrito	Um	

B. Conselho de Administração

Nome	Cargo	EGP				OPRLO	
		Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação	Identificar Entidade	Pagadora
		(S/N) (1)	(A/B/C)	Valor (mensal) (2)		(Identifica/n.a.)	(O/D)
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	Presidente do C.A.	N	A	7 704.20 €	0.00 €	Univ. Católica+ Escola Gestão Empresarial+ Unicer+CGD	Destino
Dr. José Agostinho Martins de Matos	Presidente da Comissão Executiva	N	A	16 578.28 €	0.00 €	BdP+CGD	Destino
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	Vice-Presidente da Comissão Executiva	N	A	8 647.80 €	0.00 €	Trab.Independente + CGD	Destino
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	Vogal da Comissão Executiva	N	A	13 481.60 €	0.00 €	REN+CGD	Destino
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	Vogal da Comissão Executiva	N	A	11 424.33 €	0.00 €	CGD	Destino
Dra. Ana Cristina de Sousa Leal	Vogal da Comissão Executiva	N	A	12 703.17 €	0.00 €	BdP	Destino
Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues	Vogal da Comissão Executiva	N	A	12 039.21 €	0.00 €	SIBS	Destino
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	Vogal da Comissão Executiva	N	A	13 887.00 €	0.00 €	Caixa Banco Investimento	Destino
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	Presidente Comissão de Auditoria	N	A	1 826.70 €	0.00 €	N.A.	Destino
Prof. Doutor Daniel Traça	Vice-Presidente Comissão de Auditoria	N	A	1 826.70 €	0.00 €	N.A.	Destino
Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão	Vogal Comissão de Auditoria	N	A	1 826.70 €	0.00 €	N.A.	Destino
Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel	Vogal não executivo	N	A	(3) 1 370,02 €	0.00 €	N.A.	Destino
Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho	Vogal não executivo	N	A	(3) 1 370,02 €	0.00 €	N.A.	Destino
Dr. José Ernst Henzler Vieira Branco	Vogal não executivo	N	A	(3) 1 370,02 €	0.00 €	N.A.	Destino

NOTA : EGP Estatuto do Gestor Público; OPRLO Opção pela Remuneração do Lugar de Origem: O/D: Origem / Destino

(1) - Até à presente data (16/4/2014) as remunerações dos orgãos sociais da CGD não foram fixadas pela Assembleia Geral.

(2) - Valores que correspondem às declarações de opção entregues ao SETF em 26/08/2013, nos termos do Estatuto do Gestor Público, e que aguarda despacho.

(3) - Remuneração correspondente a 1/4 do valor padrão do Primeiro-Ministro; A partir de março de 2014, com efeitos retroagidos a outubro de 2013, decorrente da sua noemação para a Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação, passaram a receber o correspondente a 1/3 do referido valor padrão, ou seja, 1 826,70 €.

	Remuneração Anual (€)						
Nome	Variável	Fixa **	Outra	Redução (Lei 12-A/2010)	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores*	Bruta após reduções
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	0,00 €						51.943,48 €
Dr. José Agostinho Martins de Matos	0,00 €						107.758,82 €
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	0,00 €						59.465,49 €
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	0,00 €						87.630,40 €
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	0,00 €						74.258,14 €
Dra. Ana Cristina de Sousa Leal	0,00 €						79.331,30 €
Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues	0,00 €						78.634,08 €
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	0,00 €						93.420,30 €
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	0,00 €						12.603,61 €
Prof. Doutor Daniel Traça	0,00 €						12.288,56 €
Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão	0,00 €						12.288,56 €
Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel	0,00 €						9.216,39 €
Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho	0,00 €						9.216,39 €
Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco	0,00 €						8.263,66 €

NOTA : Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencente a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração +despesas de representação

Nome	Subsidio de Refeição	Beneficios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes	Outros	
		Identificar	Valor (*)				Identificar	Valor
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	1.265,40 €	Segurança Social	11.153,12 €	0,00 €	0,00 €	Abrangidos pela apólice dos trabalhadores da Empresa		
Dr. José Agostinho Martins de Matos	1.221,00 €	F. Pensões B.Portugal + Seg. Social (regime	46.260,01 €	0,00 €	0,00 €			
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	1.076,70 €	Segurança Social	11.736,96 €	0,00 €	0,00 €		Subsídio de estudo	427,20 €
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	1.065,60 €	CGA / Fundo de Pensões	19.386,49 €	0,00 €	0,00 €		Subsídio de estudo	292,70 €
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	1.343,10 €	CGA / Fundo de Pensões	19.233,32 €	0,00 €	0,00 €			
Dra. Ana Cristina de Sousa Leal	1.332,00 €	F. Pensões B.Portugal + Seg. Social (regime	35.410,01 €	0,00 €	0,00 €			
Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues	1.287,60 €	Segurança Social	13.382,32 €	0,00 €	0,00 €			
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	1.221,00 €	Segurança Social	14.336,01 €	0,00 €	0,00 €		Subsídio de estudo	182,80 €
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	0,00 €	Valor dos Serv.Sociais; Isento Seg.Social pois	968,48 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor Daniel Traça	0,00 €	Segurança Social	3.444,60 €	0,00 €	0,00 €		Sub.Infantil + Sub. Estudo	373,80 €
Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão	0,00 €	Segurança Social	3.444,60 €	0,00 €	0,00 €		Sub.Infantil + Sub. Estudo	443,70 €
Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel	0,00 €	Segurança Social	2.583,47 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho	0,00 €	Segurança Social	2.583,47 €	0,00 €	0,00 €			
Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco	0,00 €	Segurança Social	2.583,47 €	0,00 €	0,00 €		Subsídio de estudo	379,90 €

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	N/A	27,23 €	
Dr. José Agostinho Martins de Matos	N/A	2.346,97 €	
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	N/A	3.502,93 €	
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	N/A	4.053,91 €	
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	N/A	345,59 €	
Dra. Ana Cristina de Sousa Leal	N/A	197,15 €	
Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues	N/A	433,43 €	
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	N/A	1.630,38 €	
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	N/A	734,10 €	
Prof. Doutor Daniel Traça	N/A	0,00 €	
Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão	N/A	0,00 €	
Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel	N/A	0,00 €	
Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho	N/A	0,00 €	
Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco	N/A	0,00 €	

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)				(€)	(€)
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	S	N	69.796,31 €	Renting	2013	2016	6	1.230,30 €	7.384,73 €
Dr. José Agostinho Martins de Matos	S	N	76.987,16 €	Renting	2011	2014	6	1.195,56 €	6.853,09 €
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	S	N	75.606,00 €	Renting	2011	2014	6	1.147,34 €	6.586,82 €
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	S	N	74.546,00 €	Renting	2012	2015	6	1.017,70 €	5.843,58 €
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	S	N	64.248,32 €	Renting	2010	2014	6	1.039,89 €	5.970,99 €
Dra. Ana Cristina de Sousa Leal	S	N	73.392,00 €	Renting	2013	2016	6	1.034,17 €	5.808,76 €
Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues	S	N	80.681,03 €	Renting	2013	2016	6	1.022,79 €	5.888,02 €
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	S	N	74.842,61 €	Renting	2013	2017	5	1.059,94 €	6.086,11 €
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prof. Doutor Daniel Traça	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Legenda: (1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Os valores referentes ao orgão de fiscalização (Comissão de Auditoria) encontram-se contidos nos quadros do Conselho de Administração.

Nome	Plafond Mensal definido	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	ras Reparaç	Seguro	
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	N/A	2.003,25 €	984,15 €	0,00 €	278,83 €	
Dr. José Agostinho Martins de Matos	N/A	1.071,14 €	225,05 €	0,00 €	278,83 €	
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	N/A	2.022,44 €	280,70 €	319,11 €	278,83 €	
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	N/A	1.225,58 €	362,10 €	0,00 €	278,83 €	
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	N/A	1.696,27 €	935,90 €	221,00 €	(*)	
Dra. Ana Cristina de Sousa Leal	N/A	1.045,30 €	143,70 €	92,25 €	278,83 €	
Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues	N/A	877,32 €	161,65 €	75,36 €	165,10 €	
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	N/A	599,93 €	494,77 €	0,00 €	(*)	

(*) - O seguro é da Locarent e está incluído no valor da prestação

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
	(€)	(€)	(€)		(€)	(€)
Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento	17.671,20 €	3.305,48 €	710,29 €	Vistos, vacinas e taxis	165,10 €	21.852,07 €
Dr. José Agostinho Martins de Matos	19.171,39 €	803,67 €	1.375,89 €	Vistos, vacinas e taxis	171,00 €	21.521,95 €
Dr. Nuno Maria Magalhães Fernandes Thomaz	58.059,35 €	1.141,06 €	2.702,62 €	Vistos, vacinas e taxis	822,69 €	62.725,72 €
Dr. João Nuno Oliveira Jorge Palma	32.905,46 €	3.069,32 €	1.697,54 €	Vistos, vacinas e taxis	165,00 €	37.837,32 €
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	2.952,17 €	5.603,52 €	335,05 €	Vistos, vacinas e taxis	159,00 €	9.049,74 €
Dra. Ana Cristina de Sousa Leal	303,52 €	170,19 €	151,89 €	Vistos, vacinas e taxis	77,20 €	702,80 €
Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues	1.345,79 €	1.110,52 €	518,21 €	Vistos, vacinas e taxis	103,00 €	3.077,52 €
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	18.192,04 €	913,24 €	781,77 €	Vistos, vacinas e taxis	50,00 €	19.937,05 €
Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor Daniel Traça	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Vistos, vacinas e taxis	180,00 €	180,00 €
Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco	0,00 €	0,00 €	0,00 €			

A prestação de Serviços do ROC/FU e do Auditor Externo à CGD, não é abrangida pela redução de remuneração (Lei de Orçamento de Estado), pelo que os respetivos quadros não foram integrados no presente documento.

APÊNDICE 2

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento S	Cumprimento N	Cumprimento NA	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão					
Evolução do PMP a fornecedores	x			-10%	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			-44%	
Recomendações do acionista na ultima aprovação de contas:			X		
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art. 37º da Lei 66-B/2012	x			Ver informação constante no Capitulo "Cumprimento das orientações legais relativas ao nível das remunerações" e Apêndice I do RGS	
Orgão sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B / 2012					
Orgão sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei nº 12-A/2010					
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 66-B / 2012			x		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B / 2012	x				Durante o ano de 2013 a remuneração dos trabalhadores da CGD foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no artigo 27º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei 66-B/2012), juntamente com uma medida de reversão e fator de correção, devidamente autorizadas pelos Secretários de Estado da Administração Pública e das Finanças.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art. 35º da Lei 66					
Artigo 32º do EGP					
Utilização cartoes de crédito	x				Em cumprimento do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, os membros dos órgãos de administração da CGD não utilizam cartões de crédito.
Reembolso de despesas de representação pessoal	x				No integral respeito pelo cumprimento do n.º 2 do artigo 32º, na CGD não existem despesas de representação pessoal
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			x		O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, não é aplicável à CGD, nem às Sociedades que com ela se encontram em
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			2	O contrato da Manutenção Software IBM e contrato de licenciamento e manutenção do Service Desk
Auditorias do Tribunal de Contas			x		
Parque Automóvel	x			-12	A variação do parque automóvel de 2012 para 2013 foi de -12 veículos.
Gastos Operacionais das Empresas Publicas (artigo 64º da Lei 66-B/2012)		x		1.9%	O aumento dos Custos com Pessoal face a 2012 foi devido à reintrodução dos subsídios de férias e de Natal
Redução de Trabalhadores (artigo 63º da Lei 66-B/ 2012					
Nº trabalhadores	x			-4.8%	
Nº cargos dirigentes	x			-1.8%	(Incluindo os Orgãos Sociais)

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

O texto infra corresponde ao extrato da Ata da Assembleia-Geral da CGD, S.A. nº1/14 de 22 de maio de 2014, que deliberou sobre o Relatório e Contas da CGD, S.A. do exercício de 2013 e a Proposta de Aplicação de Resultados, o qual se transcreve seguidamente:

"…Verificando não haver mais intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra à Senhora representante do Estado, que saudou todos os presentes e votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2013, da atividade individual e consolidada, atenta a opinião favorável expressa no Relatório de Auditoria às Contas Individuais e Consolidadas do auditor externo, a Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas e o Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria.

Passou-se seguidamente ao segundo ponto da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Mesa lido a proposta de aplicação de resultados, de o prejuízo apurado no exercício respeitante à atividade individual da CGD, no montante de 1.090.514.990 euros, ser integrado na rubrica de "Outras Reservas e Resultados Transitados" do balanço. Posta à votação, a Senhora representante do Estado votou favoravelmente a proposta do Conselho de Administração, no sentido de que, nos termos do artigo 66º, nº 5, alínea f) e do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos Estatutos da Caixa Geral de Depósitos, S.A., o prejuízo apurado no exercício respeitante à atividade individual da Caixa Geral de Depósitos seja integrado na rubrica de "Outras Reservas e Resultados Transitados" do balanço.

Sobre o terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora representante do Estado propôs e votou favoravelmente um voto de confiança no Conselho de Administração e nos órgãos de fiscalização da sociedade..."

Caixa Geral
de Depositos